



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO
DOUTORADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

AUGUSTO DE OLIVEIRA JÚNIOR

ALIMENTO E FOME:
a contradição no processo do desenvolvimento da Amazônia

Belém
2010

AUGUSTO DE OLIVEIRA JÚNIOR

ALIMENTO E FOME:

a contradição no processo do desenvolvimento da Amazônia

Tese apresentada para obtenção do título de doutor em Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.
Orientadora: Prof. Dr. Tereza Ximenes.

Belém
2010

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPa)

Oliveira Júnior, Augusto de.

Alimento e Fome: a contradição no processo do desenvolvimento da Amazônia /Augusto de Oliveira Júnior; Orientadora, Tereza Ximenes. – 2010.

347 f.; il.; 31 cm.

Inclui bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2010.

1. Produção de Alimentos - Amazônia. 2. Fome na Amazônia. 3. Amazônia brasileira. 4. Desenvolvimento na Amazônia. 5. Desenvolvimento Sustentável- Amazônia. 6. I. Ximenes, Tereza. II. Título.

CDD 330.363.8

AUGUSTO DE OLIVEIRA JÚNIOR

ALIMENTO E FOME:
a contradição no processo do desenvolvimento da Amazônia

Tese apresentada para obtenção do título de doutor em
Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos
Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.
Orientadora: Prof.^aDra. Tereza Ximenes.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora:

Prof Dr. Tereza Ximenes
Orientadora - NAEA/UFPA

Prof. Dr. Cristovam Wanderley Picanço Diniz
Examinador Externo - UFPA

Prof. Dr. Alfredo Kingo Homma
Examinador Externo - EMBRAPA

Prof. Dr. Francisco de Assis Costa
Examinador - NAEA/ UFPA

Prof. Dr. Juarez Pezutti
Examinador - NAEA/UFPA

Resultado: _____

A Ruticléia, Felipe Augusto e Lua Carolina,
meus amores!

Ao mano Antonio Neto, à Rosangela e aos
amores do tio Luiza Helena e Ângelo Antonio.

In memoriam a Augusto Oliveira (meu pai),
Maria Helena (minha mãe) Sheila Oliveira
(minha irmã) Lucas e Tiago (meus anjinhos
“que vivem não sei onde”), Ricardina Lopes
(minha outra mãe) e Maria do Carmo (também,
minha outra mãe).

E aos que, vivendo na Amazônia, querem uma
outra realidade mais justa para seu povo!

AGRADECIMENTOS

Aos que conviveram mais de perto com os dias de boa produção e naqueles que nada parecia prosperar no desenvolvimento da tese: **Ruticléia Costa, Felipe Augusto e Lua Carolina**, ao mesmo tempo que agradeço, devo pedir algumas desculpas pelas ausências temporárias ou pela falta de atenção de alguns momentos. Amo demais vocês!

À minha orientadora, professora e amiga doutora **Tereza Ximenes**, devo pelo convencimento de que poderia caminhar por esse tema, pela paciência dos meus prazos, suas valiosas contribuições, mas acima de tudo por confiar e me estimular ao longo da tese.

Aos Professores doutores examinadores da banca, **Alfredo Homma, Cristovam Diniz, Francisco de Assis Costa e Juarez Pezzuti**, agradeço por terem aceitado o convite feito pela minha orientadora. Muito me honra ser avaliado por uma banca composta por destacados e renomados estudiosos da Amazônia.

Aos Professores e às professoras do curso de doutorado do NAEA pela contribuição intelectual e pela convivência, em especial aos professores **Índio Campos e Juarez Pezzuti**, que participaram de minha qualificação de projeto de tese, com indicações bastante pertinentes.

Ao amigo **Benedito Rabelo**, presidente do IEPA, pela compreensão e apoio para que eu pudesse desenvolver minhas pesquisas de tese.

Às amigas **Rachel Jhones, Sônia Sacramento, Fátima Sueli e Emanuela Fortunato** pelo apoio ao longo desse tempo que precisei me dividir entre a tese e o trabalho como professor da Faculdade de Macapá (FAMA)

Às minhas coordenadoras e amigas **Elissandra Gonçalves, Ivone Pereira e Solange Santiago** do Instituto de Ensino Superior do Amapá (IESAP) por também compreenderem algumas limitações dos últimos meses por conta dessa minha correria entre sala de aula e escrever a tese.

À amiga e parceira de vários projetos **Mônica Dias**, meu agradecimento especial pelo apoio, pelo incentivo, pelas cobranças da minha produção e por ter lido meus dois primeiros capítulos. Uma contribuição fundamental.

À amiga e poeta **Lilian Daledone**, agradeço pelo apoio e entusiasmo contagiante, tudo isso sempre fundamental.

Às minhas ex-alunas, da graduação e da pós-graduação, atualmente minhas colegas historiadoras **Marília Nascimento e Márcia Borralho** pela contribuição no tratamento de documentos. Da mesma forma agradeço a **Janaina Costa**,

acadêmica de história e a **Priscila Brito** pelo apoio no tratamento de textos e tabelas.

À amiga **Adelina Belém**, uma pessoa sempre prestativa, por me ajudar com algumas referências importantes e pelo carinho de uma grande amizade.

Às amigas nutricionistas **Belmira Souza e Carla Caratin**. As conversas com vocês foram proveitosas, pois abriram caminhos importantes para a questão nutricional da tese.

À amiga e colega de doutorado **Irani Gemaque**. Partilhamos as angústias dos prazos e o prazer de termos a mesma orientadora nesse percurso.

*Quando, seu moço, nasceu meu rebento
Não era o momento dele rebentar
Já foi nascendo com cara de fome
E eu não tinha nem nome pra lhe dar
Como fui levando, não sei explicar
Fui assim levando ele a me levar [...]
O Meu Guri – Chico Buarque*

Vi igualmente Tântalo, que sofria horríveis penas, postado de pé num lago, com água até ao queixo. O ancião, apertado pela sede, esforçava-se por bebê-la, mas não podia consegui-lo, porque, sempre que se abaixava, na ânsia de densedentar-se, ela desaparecia, absorvida pelo solo; e, em volta dos seus pés, aparecia a terra negra, que uma divindade fazia secar. Por cima de sua cabeça, árvores de ramos altos vergavam de fruto: pereiras, romanzeiras, macieiras com lindas maçãs, figueiras e oliveiras verdejantes; mas, quando o velho levantava os braços para lhes colher a fruta, o vento arrebatava-as para as nuvens sombrias

Ulisses em *As Ilíadas* de Homero

RESUMO

Com a preocupação de explicar a relação entre a produção de alimentos e a fome na Amazônia, no processo de desenvolvimento da região a presente tese abrange período anterior à chegada dos europeus até nossos dias. Abordando aspectos metodológicos e cognitivos históricos, socioculturais, econômicos, políticos, ecológicos nutricionais (e bromatológicos) e de saúde pública como forma de entender as contradições existentes entre a existência de alimentos em quantidade e qualidade suficientes para alimentar a população amazônica e a fome como um fenômeno presente em grande parcela dos que vivem na região.

Palavras-chave: Amazônia. Produção de Alimentos. Fome na Amazônia.

ABSTRACT

Hith the concern to explain the relationship between the production of food and hunger in the Amazon region in its process of development, this thesis covers the period before Europeans arrives until our days. Approaches methodological and cognitive historical, socio-cultural, economic, political, ecological, nutritional (and bromatologic) and public health aspects as a way to understand the contradictions between the existence of food in sufficient quantity and quality to feed the Amazon population and the hunger as a phenomenon presents in large part of those living in the region

Kei-Woords: Amazon Region. Foods production. Hunger in the Amazon Region

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Mapa da Amazônia Legal.....	45
Gráfico 1-	Índice de preços de alimentos – FAO – 2005-2008.....	174
Gráfico 2 -	Número de indivíduos subnutridos nos países em desenvolvimento: 1990 até 2007.....	175
Gráfico 3 -	Aumento de desnutridos no mundo em decorrência dos preços elevados dos alimentos – 2007.....	175
Gráfico 4 -	Relação entre as reservas mundiais e a utilização de cereais - 2004 a 2009.....	186
Figura 2 -	<i>Fac-símile</i> do capítulo da obra de Lery, que trata da produção e consumo de farinhas entre os indígenas.....	188
Gráfico 5 -	Ranking de consumo dos principais alimentos – 1995 e 2007.....	189
Figura 3 -	Distribuição espacial dos principais alimentos base no planeta.....	190
Figura 4 -	II Plano Nacional de Desenvolvimento – Programa Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA).....	263
Figura 5 -	Distribuição dos 20 DSEIs com famílias que recebem cestas de alimentos, Brasil 2006 a 2007.....	286

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Aspectos Ecológicos Relacionados aos Tabus Alimentares.....	140
Quadro 2 - Ritos e Mitos que envolvem os Tabus Alimentares.....	141
Quadro 3 - Caracterização de padrões de consumo energético-proteico – Homem e Mulher-Tipo	183
Quadro 4- Nutrientes e suas características químicas e fisiológico- nutricionais.....	191
Quadro 5 - Ciclo consumo inadequado de alimentos/aumento de doenças	199
Quadro 6 - Grupos de alimentos e principais alimentos adequados à dieta de diabéticos.....	201
Quadro 7 - Origens e hábitos de preparo dos alimentos na Amazônia.....	203
Quadro 8 - Cardápio com substituições de alimentos adequados aos diabéticos.....	204
Quadro 9- Estados compradores e produtos exportados pelo Maranhão.....	254

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Produção de diversos gêneros na Amazônia.....	90
Tabela 2 -	Composição Bromatológica da Mandioca.....	124
Tabela 3 -	Despesas e Dívidas dos Seringueiros.....	129
Tabela 4 -	Identificação de Restrições a Ingestão de certos Alimentos concomitantes ao Leite.....	146
Tabela 5 -	Restrição de Ingestão concomitante de Frutas.....	147
Tabela 6 -	Restrições de Ingestão conjunta envolvendo vegetais e animais...	148
Tabela 7 -	As Consequências quando se quebram a restrições alimentares..	149
Tabela 8 -	Relação entre Concentração de Mercúrio em Peixes analisados e citações de que são Causadores de Reima nas Comunidades.....	151
Tabela 9 -	Desnutrição infantil por Grandes Regiões e situação do domicílio (déficit de peso por idade entre menores de 5 anos).....	167
Tabela 10 -	Déficit de altura-para-idade entre crianças menores de 5 anos por Grandes Regiões.....	169
Tabela 11 -	Déficit de peso-para-idade entre crianças menores de 5 anos por Grandes Regiões.....	170
Tabela 12 -	Excesso de peso-para-altura entre crianças menores de 5 anos por Grandes Regiões.....	170
Tabela 13 -	Excesso de peso (e obesidade) entre mulheres de 15 a 49 anos por Grandes Regiões.....	173
Tabela 14 -	Taxas de Crescimento da Produção Agrícola Brasileira de 1960 a 1979 (Relação de 15 produtos).....	177
Tabela 15 -	Quinze principais itens de alimentação e suas participações no dispêndio total com alimentação, Regiões e Estados do Brasil, 1974/75.....	179
Tabela 16 -	Disponibilidade interna – Calorias por habitante-dia: Arroz, feijão, mandioca, milho, batata e subtotais 1940/42-1964/66 e 1965-1979, Brasil.....	180
Tabela 17 -	Gastos de Energia – Homem e Mulher-tipo.....	184
Tabela 18 -	Composição de alimentos por 100 gramas de parte comestível: Centesimal, minerais, vitaminas e colesterol.....	193
Tabela 19 -	Evolução da área cultivada com mandioca, principais Estados Produtores, médias trienais, 1931/33-1979/80 (1.000 ha)	196
Tabela 20 -	Taxas anuais médias de crescimento da área cultivada com mandioca, principais Estados produtores, diversos períodos (em %)......	197
Tabela 21 -	Doenças crônicas que podem ser evitadas com alimentação adequada.....	199
Tabela 22 -	Taxa de prevalência de hipertensão arterial – 4 capitais brasileiras, 2002-2003 e 2004- 2005.....	200
Tabela 23 -	Taxa de mortalidade por diabete melito segundo sexo (por 100 mil) Brasil e grandes regiões 1990,1995, 2000 e 2004.....	202
Tabela 24 -	Taxa de mortalidade específica por diabete melito Região Norte –	

	2006.....	203
Tabela 25 -	Produção de alimentos no Estado do Acre -2007.....	206
Tabela 26 -	Produção de alimentos no Estado do Amapá -2007.....	207
Tabela 28 -	Produção de alimentos no Estado do Pará – 2007.....	210
Tabela 29 -	Produção de alimentos no Estado do Rondônia – 2007.....	212
Tabela 30 -	Produção de alimentos no Estado do Roraima -2007.....	213
Tabela 31 -	Produção de alimentos no Estado do Tocantins -2007.....	214
Tabela 32 -	Pesos médios de corte de animais de abate.....	216
Tabela 33-	Estado do Acre - População - Alimentos produzidos per capita ano e per capita dia – 2007.....	217
Tabela 34 -	Estado do Amapá – População – alimentos produzidos per capita ano e per capita dia – 2007.....	219
Tabela 35 -	Estado do Amazonas – População – alimentos produzidos per capita ano e per capita dia – 2007.....	220
Tabela 36 -	Estado do Pará – População – alimentos produzidos per capita ano e per capita dia – 2007.....	222
Tabela 37 -	Estado de Rondônia – População – alimentos produzidos per capita ano e per capita dia – 2007.....	224
Tabela 38 -	Estado de Roraima – População – alimentos produzidos per capita ano e per capita dia – 2007.....	226
Tabela 39 -	Estado de Tocantins – População – alimentos produzidos per capita ano e per capita dia – 2007.....	227
Tabela 40 -	Produção de pescado na Região Norte e por Estado em toneladas - Pesca extrativa e aquicultura – 2007.....	229
Tabela 41 -	Cálculos per capita ano e dia de pescado de origem industrial, artesanal e da aquicultura – (2007.....	229
Tabela 42 -	Produção de alimentos variados (09 itens) e quantidades per capita dia de proteínas e energia considerado a população dos estados da Região Norte (AC,AP,AM,PA,RO,RR,TO).....	231
Tabela 43 -	Produtos do extrativismo e seu volume de exportação em arrobas	241
Tabela 44 -	Valores monetários da exportação em 5 anos.....	241
Tabela 45 -	Produtos exportados pela Província do Amazonas – 1966-1867...	242
Tabela 46 -	Produtos oriundos de importação – 1866-1867 – 1º semestre do exercício.....	244
Tabela 47 -	Produtos oriundos de importação – 1866-1867 - 2º semestre do exercício.....	244
Tabela 48 -	Gêneros de produção da província importados e exportados de abril a setembro de 1858.....	252
Tabela 49 -	Equivalência da borracha natural da Amazônia brasileira.....	260
Tabela 50 -	Distribuição dos recursos do Programa de Emergência da SPVEA – Milhares de cruzeiros – 1954.....	261
Tabela 51 -	Exportação Brasileira – Acre - Principais Produtos Exportados	265
Tabela 52-	Importação brasileira Acre principais produtos importados.....	265

Tabela 53 -	Exportação Brasileira Amazonas Principais Produtos Exportados.	266
Tabela 54 -	Importação Brasileira Amazonas Principais Produtos Importados..	267
Tabela 55 -	Exportação Brasileira Amapá Principais Produtos Exportados.....	268
Tabela 56 -	Importação Brasileira Amapá Principais Produtos Importados.....	269
Tabela 57 -	Exportação Brasileira Pará Principais Produtos Exportados.....	270
Tabela 58 -	importação brasileira Pará - Principais Produtos Importados.....	271
Tabela 59 -	Exportação Brasileira Rondônia Principais Produtos Exportados...	272
Tabela 60 -	Importação Brasileira Rondônia Principais Produtos Importa.....	273
Tabela 61 -	Exportação Brasileira Roraima Principais Produtos Exportados.....	274
Tabela 62 -	Importação Brasileira Roraima Principais Produtos Importados.....	275
Tabela 63 -	Exportação Brasileira Tocantins Principais Produtos Exportados...	276
Tabela 64 -	Importação Brasileira Tocantins Principais Produtos Importados...	277
Tabela 65 -	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Brasil, Região Norte e estados, 1991-2005.....	279
Tabela 66 -	IDH Brasil, Região Norte e estados – biênio 2006-2007.....	280
Tabela 67 -	ACRE – Transferência de Renda Através do Programa Bolsa Família e Cartão Alimentação.....	283
Tabela 68 -	AMAPÁ – Transferência de Renda através do Programa Bolsa Família e Cartão Alimentação.....	284
Tabela 69 -	AMAZONAS – Transferência de Renda através do Programa Bolsa Família e Cartão Alimentação.....	284
Tabela 70 -	PARÁ – Transferência de Renda através do Programa Bolsa Família e Cartão Alimentação.....	284
Tabela 71 -	RONDÔNIA – Transferência de Renda através do Programa Bolsa Família e Cartão Alimentação.....	285
Tabela 72 -	RORAIMA – Transferência de Renda através do Programa Bolsa Família e Cartão Alimentação.....	285
Tabela 73 -	TOCANTINS – Transferência de Renda através do Programa Bolsa Família e Cartão Alimentação.....	285
Tabela 74 -	Segurança Alimentar entre as Grandes Regiões – PNAD - 2004.....	319
Tabela 75 -	Prevalência domiciliar de segurança alimentar e insegurança alimentar, segundo situação de residência e grandes regiões. PNDS 2006.....	320
Tabela 76 -	Distribuição das despesas de consumo monetária e não monetária média por tipos de despesa, segundo a situação do domicílio e as Grandes Regiões - período 2008-2009.....	322

LISTA DE SIGLAS

ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
ALP	Aproveitamento Líquido Da Proteína
ANP	Agência Nacional do Petróleo
CACEX	Carteira de Comércio Exterior
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CNFCP	Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
DASIS	Departamento de Análise da Situação de Saúde
DM	Diabetes Mellitus
ENDEF	Estudo Nacional de Despesas Familiares
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Food and Agriculture Organization
FCF	Faculdade de Ciências Farmacêuticas
FDPI	Forum des Plaques d'Immatriculation
FGV	Fundação Getulio Vargas
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e estatística
IEPA	Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado do Amapá
INCA	Instituto Nacional do Câncer
IQA	Qualidade do Alimento
MMA	Ministerio do Meio Ambiente
NAEA	Núcleo de Altos estudos Amazônicos
NPU	Net Protein Utilization
NUT	Sistema de Apoio e Decisão em Nutrição
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONU	Organização das Nações Unidas
PIN	Personal Identification Number
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à

	Indústria do Norte e Nordeste
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SVS	Ministério da Saúde
TACO	Tabela Brasileira de Composição de Alimentos
TCA	Tabelas de Composição de Alimentos
UFPA	Universidade Federal do Pará
UnB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP -	Universidade de São Paulo
VIRTUAL NUTRI	Sistema de Apoio de Informações Nutricionais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
2	A MALDIÇÃO DE TANTALO: FOME NA FARTURA	36
2.1	A FOME MODERNA.....	40
2.2	A AMAZÔNIA COMO LÓCUS DA FARTURA E DA FOME.....	44
2.3	AMAZÔNIA ANTES DOS EUROPEUS.....	46
2.4	ERA A AMAZÔNIA HABITADA?.....	48
2.5	O COMÉRCIO NA COLÔNIA AMAZÔNICA.....	49
2.6	A EXPEDIÇÃO DE GONZALO PIZARRO.....	51
2.7	OUTRAS TENTATIVAS ESPANHOLAS: PEDRO DE URSUA, GUZMAN E LOPE DE AGUIRRE.....	52
2.8	A PLANTAÇÃO DAS GUIANAS POR JOHN DAY, O INGLÊS.....	57
2.9	BELÉM É FUNDADA: AVANÇAM OS PORTUGUESES SOBRE A AMAZÔNIA.....	59
2.10	TENTANDO FUGIR DO EXTRATIVISMO.....	66
2.11	NA AMAZÔNIA NOS TEMPOS DE POMBAL: O ÍNDIO AGORA ERA CIDADÃO!	71
2.12	A MODERNIDADE ERA BEM-VINDA.....	83
2.13	LA CONDAMINE, O FRANCÊS.....	83
2.14	A AMAZÔNIA NO IMPÉRIO.....	83
2.15	O PARÁ ADERE À INDEPENDÊNCIA.....	84
2.16	UM AMAZONAS NAVEGÁVEL.....	85
2.17	ESCRAVIDÃO NA AMAZÔNIA.....	86
2.18	ENFIM, O SÉCULO XIX NA AMAZÔNIA.....	86
2.19	CABANAGEM: A REVOLUÇÃO DOS DE BAIXO.....	88
2.20	AMAZÔNIA NA REPÚBLICA.....	89
2.21	A RIQUEZA BATENDO NA PORTA.....	91
2.22	OUTRO INGLÊS NA AMAZÔNIA: WALLACE.....	93
2.23	O CASAL AGASSIZ NA AMAZÔNIA.....	95
2.24	A AMAZÔNIA NA 2ª GRANDE GUERRA: MANDANDO BORRACHA.....	96
2.25	A REVOLUÇÃO DE 1930 LÁ PRAS BANDAS DA AMAZÔNIA.....	96
2.26	A AMAZÔNIA NO SÉCULO XX.....	97
2.27	OS MILITARES NA AMAZÔNIA: O GOLPE DE 1964.....	98
2.28	TINHA TUDO PRA DAR CERTO, MAS NÃO DEU!.....	101
2.29	O ARAGUAIA ESTÁ EM GUERRA: GUERRILHA RURAL.....	101
2.30	A FOME NA AMAZÔNIA E O SÉCULO XIX COMO MARCO.....	102
3	AS BASES SOCIOCULTURAIS DA FOME NA AMAZÔNIA	104

3.1	OS RELATOS E A ANTROPOLOGIA.....	106
3.2	RELATOS DOS CRONISTAS.....	108
3.3	RELATOS DA AMAZÔNIA.....	116
3.4	LITERATURA E REALIDADE SOCIAL : EUCLIDES DA CUNHA E INGLEZ DE SOUZA.....	125
3.5	ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA DA ALIMENTAÇÃO.....	131
3.6	RESTRICÇÕES E TABUS ALIMENTARES.....	134
3.7	CÂMARA CASCUDO E CASTRO.....	151
4	FOME E ABUNDÂNCIA – VITANTALOS NA AMAZÔNIA.....	167
4.1	A FOME DO MUNDO.....	173
4.2	A FOME DO BRASIL.....	176
4.3	NUTRIÇÃO HUMANA E NECESSIDADES ENERGÉTICO: PROTEICAS.....	181
4.4	ANÁLISE BROMATOLÓGICA DA MANDIOCA DIANTE DE OUTROS ALIMENTOS MAIS CONHECIDOS NO MUNDO.....	184
4.5	ANÁLISE DE DOENÇAS RELACIONADAS À ALIMENTAÇÃO -NUTRIÇÃO E SAÚDE PÚBLICA	198
5	OS FAMÉLICOS DA AMAZÔNIA. ECONOMIA, POLÍTICA E ECOLOGIA.....	233
5.1	DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	239
5.2	PROVÍNCIA DO MARANHÃO.....	248
5.3	PROVÍNCIA DO PARÁ.....	254
5.4	O PESO DA BALANÇA: A BALANÇA COMERCIAL DA REGIÃO NORTE NO SÉCULO XXI.....	264
5.5	AMAZÔNIA EM NÚMEROS: IDH E PIB.....	279
5.6	POLÍTICAS PÚBLICAS: FOME ZERO E MEDIDAS COMPENSATÓRIAS.....	281
5.7	AS CESTAS INDÍGENAS: A ATENÇÃO À FOME DE ÍNDIO.....	286
5.8	SAQUE E REGULAÇÃO NA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA.....	287
5.9	A REGULAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.....	300
5.10	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AMAZÔNIA.....	307
5.11	A AMAZÔNIA NOS PLANOS: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	310
5.12	O AVANÇA BRASIL DO GOVERNO FHC.....	311
5.13	O BRASIL PARA TODOS DO GOVERNO LULA.....	312
5.14	ENTRE RIOS, CABOCLOS E PIRARUCUS: A ECOLOGIA AMAZÔNICA.....	314
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	324
	REFERÊNCIAS.....	329

1 INTRODUÇÃO

Durante o ano de 2008, quando nos preparávamos para escrever e definir nossos caminhos metodológicos, com vistas à qualificação do projeto de tese, vivíamos dias fartos, não de comida no prato de muitos pelo mundo afora, mas de notícias sobre alimentos. Entretanto, eram notícias ruins de uma crise mundial de alimentos que estava em pleno curso. Recuperamos algumas manchetes de diferentes órgãos de imprensa nacional e internacional: “Food and Agriculture Organizatin (FAO): escassez de alimentos pode gerar guerras civis”¹(A TARDE, 2008), assim, pela força e gravidade da notícia, ganhava mais consistência a justificativa do projeto de tese, que queria investigar a relação entre produção de alimentos e a fome na região amazônica. Mas outras manchetes promoviam ainda mais a relevância de tal estudo. Um temor histórico pode muito bem ser expresso assim: “De novo o espectro da fome”²(Diário de Notícias, 2008). Do ponto de vista do ambientalismo e da sustentabilidade ambiental, coisas do tipo: “Maggi diz que remédio para a crise da comida é promover o desmatamento”³(24HORAS NEWS, 2008), ou “Produtos alterados geneticamente se beneficiam com a ‘crise do arroz’ ” (FOLHA, 2008), começavam a assustar. Em se tratando de um dos principais *slogans* de desenvolvimento e ingresso por parte do governo brasileiro no poderoso e restrito comércio internacional de energia, o biocombustível, passava de marca positiva a réu. Melhor explicando com outra notícia: “Fome: Etanol passou de herói a vilão em pouco mais de nove meses” (Agência Nacional do Petróleo ANP, 2008). E da ofensiva afirmativa, o presidente da república assumia uma postura defensiva, e cauteloso, “Lula pede estudos sobre crise de alimentos” (O ESTADO DE S. PAULO, 2008). Enquanto isso, um diretor do Fundo Monetário Internacional (FMI) vaticinava que o “biocombustível de alimento cria problema moral” (REUTERS, 2008). Que a crise era real e estava em andamento, não há muitas dúvidas. Mas quem responderia por ela? O Governo Francês dizia que “a crise global de alimento está no protecionismo dos Estados Unidos da América (EUA)” (TIMES, 2008). E como

¹ O diretor da FAO, Jacques Diouf, “alertou sobre a possibilidade de guerras civis em alguns países devido à escassez de alimentos e pediu uma reforma no sistema internacional de alimentos”.

² O secretário-geral da ONU disse: “estamos perante uma crise a curto prazo, já que dez grandes países produtores de cereais optaram por dificultar as exportações das suas produções, para controlar os especuladores”.

³ Blairo Maggi (PR), governador de Mato Grosso, “defendeu o direito ao desmatamento -desde que não o ilegal- como um mecanismo ‘inevitável’ para enfrentar a crise global de alimentos”.

alternativa imediata à crise “Diretor da FAO [propunha] subsídios ao Sul para compensar subvenções do Norte” ⁴ (FAO, 2008). Por sua vez, a Organização das Nações Unidas (ONU) [pedia] recursos para lidar com a crise de alimentos” ⁵ (LE MONDE, 2008).

“A ONU [reconhecia] a emergência alimentar” (AGÊNCIA ESTADO, 2008). A Crise mundial de alimentos podia melhor ser visualizada assim: enquanto a metade das donas de casa mais pobres dos Estados Unidos gastam somente 16 por cento da renda na compra de alimentos, as famílias nigerianas gastam 73 por cento para poderem comer, os vietnamitas 65 por cento e as famílias na Indonésia comprometem a metade de suas rendas (NEW YORK TIMES, 2008). Para enfrentar o problema para que não se agrave seu impacto sobre o mundo “urge frear os preços de alimentos para evitar maior pobreza: Japão e a União Europeia” ⁶ (FAO, 2008).

O mundo está vivendo uma crise de alimentos. Isso é uma verdade! Mas também é verdade que essa crise pode ser conjuntural, passageira! Estamos ainda no furor de uma tempestade. Sabemos que grandes impactos serão logo percebidos, afinal a fome dói, a fome mata, mas a cima de tudo, a fome pode desestabilizar estruturas. Mas se o que estamos vendo já é o cume da montanha, ou se tão-só a ponta submersa de um gigantesco iceberg, de qualquer sorte, a fome e a produção de alimentos se apresentam, num ou noutro cenário, atemorizadores.

Entendemos que esses acontecimentos e suas repercussões são sintomas de uma crise maior que vem se delineando historicamente. E como lado mais frágil e despreparado para suportar crises dessa qualidade, o Brasil e, aqui especialmente, a Amazônia se apresentam. Isso aumenta sobremaneira a necessidade em se compreender o fenômeno, em explicar seus nexos causais, tendo em vista o paradoxo de a fome ser um fenômeno social muito presente num espaço, que

⁴ Disse Diouf: “Não tenho nada contra o fato dos agricultores dos países desenvolvidos receberem subsídios para elevar seus rendimentos a um nível conveniente. Porém, os agricultores dos países em desenvolvimento também devem receber estes subsídios de parte dos doadores da comunidade internacional”.

⁵ O Programa Mundial de Alimentação, das Nações Unidas “lançou, durante a Páscoa, um apelo eloquente aos países que lhe destinam fundos. Precisa de 500 milhões de dólares suplementares, em seu orçamento, para 2008. Do contrário, será obrigado a cortar as rações de 90 milhões de pessoas, em 80 nações a que presta assistência”.

⁶ A Ajuda alimentar para países em desenvolvimento caiu pela metade. Na África, por exemplo, não se tem investido o necessário pra mitigar os impactos sociais negativos. A isso se soma os subsídios praticados pelos países industrializados o que influi negativamente na economia agrária do terceiro mundo.

ambientalmente (considerando a megadiversidade biológica da região amazônica) nos levaria a crer que não devesse.

E ao nos situarmos na busca de causalidades, de seus nexos, lembramos aqui a discussão proposta pelo historiador e epistemólogo Ciro Flamarion Cardoso. Ao se debruçar sobre as críticas dos pós-modernistas ao realismo epistemológico, diz que não participa da “epistemologia em moda atualmente, que do realismo do objeto passou a um antirrealismo que se disfarça como “realismo simbólico” (ou pansemiótico)”. E que “o abandono dos ‘grandes objetos’ em favor da ‘história em migalhas’ tem a ver exatamente com o abandono” desse realismo. “Não cremos que se ganhe alguma coisa descartando construções unilaterais como o *homo faber* ou o *homo oeconomicus*”, conclui Cardoso “se, tal for feito em favor de outra concepção, igualmente unilateral: o *homo simbolicus*.” (CARDOSO, 2001, p.82-83).

Na mesma direção, caminham as leituras sobre a realidade de Edward Hallet Carr. O historiador inglês ao se posicionar em relação à causalidade, com destaque à causa na história, afirma sua crença na necessidade dos por quês e da possibilidade dos porquês na ciência. E pela pertinência e poder das palavras nos permitimos uma transcrição um pouco mais longa do seminal texto de Carr:

O leite, quando ferve na leiteira, derrama. Não sei, e nunca quis saber, porque isso acontece; se me pressionarem, provavelmente atribuiria o fenômeno a uma propensão do leite para derramar quando ferve, o que é verdade mas nada explica. Da mesma maneira alguém pode ler, ou mesmo escrever, sobre os acontecimentos do passado sem querer saber por que eles aconteceram, ou contentar-se em dizer que a Segunda Guerra Mundial ocorreu porque Hitler queria a guerra, o que também é verdade mas nada explica. Mas não se deveria então cometer o solecismo de chamar tal pessoa de estudiosa da história ou de historiadora. **O estudo da história é um estudo de causas.** O historiador [...] continuamente faz a pergunta ‘por quê?’, e não descansa enquanto não tiver uma resposta. O grande historiador – ou talvez devesse dizer mais amplamente o grande pensador – é o homem que faz a pergunta ‘por que?’ sobre coisas novas ou em novos contextos. (CARR, 2006 p.121, grifo nosso).

Nossa experiência inicial com a biodiversidade amazônica e suas relações com as condições históricas e sociais das populações locais tem um marco inicial, mais técnico e prático, quando das atividades desenvolvidas no Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado do Amapá (IEPA), entre 1995 e 2002. Com maior inclinação ao potencial farmacológico (terapias), instalamos, naquela oportunidade, um programa de produção de fitoterápicos e fitocosméticos, a partir da estruturação de um laboratório farmacêutico no Instituto. A partir de então, seguiram-se vários trabalhos de cunho investigativo e tecnológico sobre o potencial farmacológico da diversidade biológica local, destaque para as plantas de interesse terapêutico.

Publicamos alguns trabalhos que cuidavam da questão dos saberes locais. O debate em fóruns e mesas no Estado, fora dele e até fora do país, estimulavam cada vez mais a entender as lógicas imanentes às apropriações legais e institucionais sobre os saberes agregados das comunidades tradicionais sobre a biodiversidade e toda ordem de valores e interesses vinculados às distintas visões e práticas relacionadas ao tema. Nesse período, convivemos com várias comunidades e etnias no Estado do Amapá (indígenas e não-indígenas), realizando pesquisas etnológicas e tecnológicas.

Posteriormente, na condição de Coordenador Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Amapá, no desenvolvimento de políticas de saúde indígena para as etnias do Amapá e do Norte do Pará, com especial atenção aos projetos de diálogo entre os saberes ocidentais da medicina oficial e os saberes locais de cada etnia, aprofundamos mais ainda nossos interesses de estudos. Outro destaque foi a produção de uma dissertação do Mestrado em Políticas e Gestão Ambiental Universidade de Brasília (UnB) Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) como título *Folha Elixir e Fumaça: Os Curadores Populares e a Biodiversidade Amazônica*⁷. Trata essa dissertação de aspectos históricos, sociológicos e etnológicos de cinco séculos de encontros e desencontros de terapias distintas no cenário amazônico. Uma abordagem epistemológica, econômica (capitalismo e a razão instrumental) e de políticas públicas também são abordadas no trabalho. Essa experiência nos aproximou mais ainda da abordagem interdisciplinar, por conta da complexidade da temática e da limitação metodológico-cognitiva de ciências

⁷ Folha como representante do candomblé (lorubá), o elixir representando a medicina europeia a partir do século XV e a fumaça como símbolo de práticas xamãs das etnias indígenas.

particulares ou epistemologias restritas. Com a mesma orientação, procuramos o mesmo olhar sobre o tema aqui proposto, ampliando para a nutrição, a bromatologia, a saúde pública e a ecologia.

Mas, é oportuno relatar que o desafio de tratar do alimento e da fome na região amazônica foi uma decisão fortemente influenciada durante os primeiros contatos com as disciplinas do doutorado do Núcleo de Altos estudos Amazônicos (NAEA). A maior responsabilidade por enveredarmos por temática tão complexa quanto pertinente, deveu-se à professora doutora Tereza Ximenes, que habilmente nos desafiou sobre a temática. A leitura intensiva de autores diversos, a posterior, seduziu-nos por completo.

Entre as variadas leituras feitas para a formatação teórica e metodológica desse projeto destacamos alguns elementos importantes para fundamentar a pesquisa. Entre eles, começamos por um diálogo entre dois autores e suas obras tão fundamentais. Para sermos mais precisos, trata-se de autores que nos instigaram a percorrer esse caminho de problematização e de certa maneira, na abordagem que fizemos. Dizemos “de certa maneira” por conta de nossas críticas aos postulados de ambos, reavaliação de suas metodologias e reflexão acerca dos seus resultados a luz de novos dados e de novas contribuições científicas. Referimo-nos às obras clássicas *Geografia da Fome – o dilema brasileiro: pão ou aço* de Josué de Castro e da *História da Alimentação no Brasil* de Câmara Cascudo.

Josué de Castro era médico com especialização em fisiologia e que desenvolvia trabalhos de pesquisa sobre a fisiologia alimentar. Ingressou na cátedra de geografia humana interinamente a partir de 1937, fato que o fez aproximar as duas leituras disciplinares, a fisiologia e a geografia, a partir de então em suas obras. Tanto prestígio teórico, ajudou-o a se tornar na década de 1950, presidente do Conselho Executivo da FAO. A obra que aqui destacamos foi publicada em 1946, inicialmente como título *Geografia da fome - A fome no Brasil*, Castro revelou o que se mantinha escuso: como a fome, enquanto um problema nacional, condicionava o subdesenvolvimento do Brasil.(ANDRADE, 1997)

Câmara Cascudo, um dos mais eminentes folcloristas e etnógrafos brasileiros, realizou um grande projeto pessoal ao publicar uma de suas mais famosas obras a *História da Alimentação no Brasil*. Segundo ele próprio afirma, em 1943 quando veraneava na vila de Estremoz (RN), a esquematizou liricamente,

“seduzido pelo assunto que vivia esparso e diluído em mil livros”. (CASCUDO, 2004, p.12)

O que, já de antemão, chamou-nos a atenção foram as referências que ambos cruzaram em seus prefácios de primeira edição. Enquanto Josué de Castro, em reconhecimento, diz:

A Luiz da Câmara Cascudo pelas sugestões que dele recebemos em saborosas conversas ou através de cartas mandadas do Nordeste, tratando principalmente de um projeto que os acaso da vida não nos permitiram realizar, o de escrevermos em colaboração uma história da cozinha brasileira. (CASTRO, 2006, p 27).

Por sua vez, Câmara Cascudo enfatiza:

Andei uma temporada tentando Josué de Castro, em conversa e carta, para um volume comum e bilíngue. Ele no idioma da nutrição e eu na fala etnográfica. O Anjo da Guarda de Josué afastou-o da tentação diabólica. Nada daria certo. Josué pesquisava a fome e eu a comida. Interessavam-lhe os carecentes e eu os alimentados, motivos que *burlaient de se trouver ensembler*. Na sua *Geografia da Fome*, [...] no prefácio, Josué alude ao projeto de uma “história da cozinha brasileira”, de quem me libertei também. (CASCUDO, 2004, p. 12).

O fato de tal projeto não ter se realizado entusiasmou-nos nessa pesquisa, que seis décadas depois, propõe-se a reaver tal diálogo, que infelizmente não ocorreu. Entretanto, é necessário de pronto, primeiro concordar com Cascudo em estarmos libertos de uma história da cozinha, da comida ou da culinária. Não, que não se constitua em algo interessante, posto que é um atrativo às curiosidades mais soltas, ou aos *gourmets*. Mas, porque nosso interesse está no alimento enquanto condição fundamental para a satisfação material da vida dos seres humanos e do papel que cumpre nas relações sociais e históricas das sociedades humanas, com um olhar mais detido à região amazônica. Em segundo lugar, também evitar uma justaposição de olhares sobre o assunto, aquilo que Câmara Cascudo alegava que não daria certo: colocar a fome de um lado, a comida de outro; os carecentes aqui e os alimentados ali. Nosso propósito é o do debate dialético dessa unidade de contrários da realidade: a fome e o alimento em um cenário histórico e social de contradições pertencentes ao processo de desenvolvimento da Amazônia.

Ambos os autores escreveram capítulos destacados para a análise da região amazônica. *Área Amazônica*, em Castro e *Rainha do Brasil*, em Cascudo. Castro (2004 p.11) enfatizava ser seu livro “bastante delicado e perigoso. A tal ponto

delicado e perigoso que se constitui num dos tabus de nossa civilização”. Referia-se a uma exígua “bibliografia mundial sobre o assunto”, o que lhe parecia estranho, que isso ocorresse “num mundo como o nosso, caracterizado por tão excessiva capacidade de se escrever e de se publicar”. Constatava que muito pouco se escrevera até então “acerca do fenômeno da fome, em suas diferentes manifestações”.

Para o médico e geógrafo, tratava-se de “um silêncio premeditado pela própria alma da cultura” a partir de preconceitos de ordem política, moral e econômica e dos interesses em jogo “de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido ou, pelo menos, pouco aconselhável de ser abordado publicamente”. Os instintos para o autor foram considerados como forças desprezíveis. E conclui dizendo que “aí encontramos uma das imposições da alma coletiva da cultura, que fez do sexo e da fome assuntos tabus – impuros e escabrosos – por isto, indignos de serem tocados”. (CASTRO, 2006, p.12).

Utilizando-se de conceitos como de imperialismo econômico e comércio internacional caracteriza o fenômeno da fome como resultante de uma somatória de fatores preponderantes. Segundo ele:

Ao lado dos preconceitos morais, os interesses econômicos das minorias dominantes também trabalharam para escamotear o fenômeno da fome do panorama espiritual moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos – dirigidos e estimulados dentro dos seus interesses econômicos – e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública. (CASTRO, 2006, p.13).

Alertava que para o entendimento do fenômeno era preciso um espírito mais dedicado ao conjunto de fatores e de suas manifestações complexas que envolvem ao mesmo tempo a biologia, a economia e a sociologia, assim se referia aos trabalhos então existentes:

A maior parte dos estudos científicos sobre o assunto se limita a um dos seus aspectos parciais, projetando uma visão unilateral do problema. São quase sempre trabalhos de fisiólogos, de químicos ou de economistas, especialistas em geral limitados por contingência profissional ao quadro de suas especializações. (CASTRO, 2006, p.16).

“Para tal fim”, anuncia o autor, “pretendemos lançar mão do método geográfico, no estudo do fenômeno da fome”, que para ele seria o “único método

que, a nosso ver, permite estudar o problema em sua realidade total, sem arrebentar-lhe as raízes que o liga, subterraneamente a inúmeras outras manifestações econômicas e sociais da vida dos povos”. Deixa claro que não se tratava da antiga geografia descritiva, “mas o método interpretativo da moderna ciência geográfica” na qual destaca os “pensamentos fecundos de Ritter, Humboldt, Jean Brunhes, Vidal de la Blache, Griffith Taylor e tantos outros”.(CASTRO, 2006, p.16-17).

Essa perspectiva parece mais detalhada ao se compreender os enfoques, que em outra área de se pensar o fenômeno é visto. É o caso da História da Alimentação. Vejamos então, na opinião de Carneiro (2003, p. 2-3) quais os campos preferenciais das abordagens históricas:

A alimentação é um fenômeno cujo estudo foi estabelecido nos últimos dois séculos a partir de quatro diferentes enfoques: o biológico, o econômico, o social e o cultural. A história da alimentação, dessa maneira, abrange ao menos quatro grandes aspectos: os aspectos fisiológico-nutricionais, a história econômica, os conflitos na divisão social e a história cultural (para a qual a Antropologia trouxe grande quantidade de informações que se imbricam com a Linguística, a Região e a História Geral das Civilizações) que inclui a história do gosto e da culinária, para a qual os livros de receitas constituem fontes primárias.

Na mesma linha de raciocínio, destacamos o próximo parágrafo como o centro dessa perspectiva, que mais se aproxima das nossas proposições metodológicas. Assim Castro (2004, p.16-17) fala da necessidade de se

[...] realizar uma sondagem de natureza ecológica, dentro deste conceito tão fecundo de “Ecologia”, ou seja, do estudo das ações e reações dos seres vivos diante das influências do meio. Nenhum fenômeno se presta mais para ponto de referência no estudo ecológico destas correlações entre os grupos humanos e os quadros regionais que eles ocupam, do que o fenômeno da alimentação – o estudo dos recursos naturais que o meio fornece para subsistência das populações locais e o estudo dos processos através dos quais estas populações se organizam para satisfazer as suas necessidades fundamentais em alimentos.

Quanto a sua caracterização sobre a fome que povoa seus estudos diz Josué de Castro não se tratar desse “tipo excepcional de fome, simples traço melodramático no emaranhado desenho da fome universal, que interessa ao nosso estudo”. Para ele interessava analisar o “fenômeno da fome coletiva – da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas”. No trecho seguinte, esclarece outros conceitos basilares e elucidativos (CASTRO, 2006, p.18).

Comida e Sociedade – uma história da alimentação, de Carneiro (2003, p. 7), constitui-se numa obra de referência, mesmo que com maior inclinação para a Nova História Cultural⁸, traz em seu conjunto informações bastante pertinentes ao enfoque do nosso tema. Começa por caracterizar que na visão dos antropólogos, entre os comportamentos humanos, o da alimentação é sobrecarregado de imaginários, perdendo somente para o sexo. Diz ainda que “estes hábitos possuem uma intrínseca relação com o poder”, e completa referindo-se à “distinção social pelo gosto, a construção dos papéis sexuais, as restrições e imposições dietéticas religiosas, as identidades étnicas, nacionais e regionais são todas perpassadas por regulamentações alimentares”. Acrescenta o autor que diferentes disciplinas contribuem para essa história da alimentação: Botânica, Zoologia, Medicina, Arqueologia, Economia, Geografia, Agronomia, Antropologia, Sociologia, “que serviram para o esforço historiográfico sintético que se manifestou nas primeiras tentativas de exposição sistemática da história da alimentação universal. Embora a contribuição importante de tantas disciplinas, a de se destacar que as ciências humanas ocuparam posição periférica, servindo como auxiliar nos estudos da alimentação feitas pelos cientistas da alimentação. Dessa feita, os aspectos políticos, jurídicos, econômicos, geográficos e culturais, ou seja, todas as dimensões históricas, têm sido, contudo, geralmente negligenciados pelos cientistas naturais e pelos pesquisadores da área da saúde (CARNEIRO, 2003, p. 7). E nessa mesma direção de preocupações, procuramos uma abordagem envolvendo aspectos variados do fenômeno social em estudo.

Dessa feita, começamos com a pergunta: por que pode alguém passar fome na Amazônia? Essa pergunta, que parece de certa forma pueril e ingênua, justifica-se. A Amazônia não é uma região de grandes riquezas naturais, entre elas, de produtos que servem à alimentação humana? Com essa segunda pergunta, a anterior começa a ganhar mais substância.

E diante dessas perguntas, vem-nos a imagem projetada de um trecho da música do Djavan (2007), que parece desafiar a nossa reflexão e duvidar que alguém consiga alcançar a dimensão da resposta. Diz a letra: “[...] sabe lá/ o que é

⁸ O interesse pelo tema da alimentação e da fome chamou atenção de historiadores do porte de Marc Bloch, um dos fundadores da importante *Revista Annales. A Alimentação Humana e o Intercambio Mundial segundo os Debates de Hot Springs*, um texto escrito na década de 1940, durante a segunda guerra mundial, mostra a preocupação do historiador com a produção da vida material e seu envolvimento com questões políticas e sociais do seu tempo (BLOCH, 2003).

morrer de sede/ em frente ao mar [...]”. Imaginemos alguém sedento em frente a tamanho manancial de água e sem poder dela beber! Sabemos que se trata de água, mas água salubre, impossível de tragá-la. No caso da nossa primeira pergunta, podemos refazê-la ao estilo do compositor alagoano, agora como indagação: sabe lá, o que é morrer de fome em frente a tanto alimento? No caso do mar, sabemos do seu sal. E no caso da Amazônia, de que sal falamos?

A primeira possibilidade que aparece mais plausível como resposta seria a de que estivesse ocorrendo uma pressão sobre os alimentos da região ocasionada pela demanda do mercado externo nacional e internacional, o que levaria a uma diminuição do estoque de alimentos para as populações locais. Então, estaríamos diante de um fenômeno que envolve a escassez física de alimentos. Entretanto, se considerarmos que a fome na região antecede historicamente a esse crescente interesse do mercado internacional, caracterizando essa pressão exacerbada em quantidade requerida e rapidez da exploração dos recursos naturais como um fenômeno bem mais contemporâneo, é preciso, nesse particular, evitar essa como explicação razoável *per si* para a fome e sua historicidade na Amazônia.

Outra possibilidade explicativa é de que estamos diante de uma possível escassez física de alimento provocada pela demanda contemporânea de mercado. Se admitíssemos que toda a produção (industrializada ou semi-industrializada) de alimentos na Amazônia fosse somente para o consumo das populações locais, mesmo assim, a fome não cessaria enquanto fenômeno nessa região. Dessa feita, podemos dizer que a fome diante da fartura na Amazônia é consequência da lógica de mercado imanente ao capitalismo.

Como produto do capitalismo, a pobreza poderia figurar como centro explicativo das questões presentes e, por conseguinte, a fome seria consequência dessa pobreza regional. Entretanto, em uma situação oposta, poderíamos prever que, fosse o caso de ser uma região rica, cessaria necessariamente a fome local? Afirmamos que não!

As possíveis respostas e os nexos causais devem ser procurados nas contradições do processo de desenvolvimento ocorrido na região, que envolve desde a exploração das especiarias (drogas do sertão) e da escravização indígena, e nas políticas de estado e intervenções econômicas historicamente implementadas até a atualidade. Esses processos políticos e econômicos, em suas contradições internas e externas, vêm desencadeando socialmente a convivência de parcela

considerável das populações locais com a fome (subnutrição, desnutrição), injustificada diante da megadiversidade biológica que possui a Amazônia.

Na estratégia metodológica, construímos a abordagem com preocupações explicativas, o que nas palavras de Gil (2008, p.42) significa que se tem “como preocupação central identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos”.

Quanto à base dos procedimentos técnicos e operativos, o delineamento da coleta de dados foi essencialmente do tipo documental. A pesquisa se valeu de “materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.(GIL, 2008, p.45). Nesse caso, estão inclusos documentos⁹ com conteúdos históricos e também trabalhos historiográficos que servirão de material de análise. A investigação historiográfica transforma esses textos em fontes primárias, matéria-prima para o estudo. Em se tratando da abordagem etnológica, os dados serão coletados por pesquisa bibliográfica, mas para fins de colecionar dados etnográficos que possam contribuir como elementos elucidativos da pesquisa. Assim sendo, pretendemos a partir dessa sistematização de estudos de casos (muito comuns no trabalho antropológico, em especial na Amazônia), empreender reelaborações analíticas dos dados produzidos por esses trabalhos de campo.

A análise de balanço entre estoques naturais existentes com características alimentares e o consumo *per capita* de constituintes energéticos e proteicos pelos habitantes da região amazônica será processada a partir de dados secundários oficiais (institucionais de Estado).

Por fim, a análise de documentos produzidos por agentes políticos (Estado, Instituições de Mercado, e outros organismos reguladores ou de intervenção social) serviram de suporte para se avaliar o papel das intervenções políticas na região sobre o fenômeno em estudo.

Pelo que fica evidente, o delineamento dos procedimentos de pesquisa recorreram a métodos quantitativos e qualitativos para fins de análises de dados

⁹ Segundo Severino (2007, p.122-123), documentos compreendem não só “documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Gostaríamos de acrescentar que o texto literário vem cada vez mais se consolidando como documento promissor, matéria-prima importante para análises sociais e históricas.

coletados¹⁰. Vale ressaltar que o qualitativo surgiu como uma alternativa ao procedimento essencialmente quantitativo, que se configurara como método de investigação social para a compreensão e explicação dos fenômenos. Na esteira de novos procedimentos, em especial da antropologia e da sociologia, a abordagem qualitativa vem ganhando mais adeptos e espaço acadêmico (NEVES, 1996).

Quanto ao paradigma epistemológico, a leitura (cognição) dos fenômenos estudados foi dialética, que percebe a inter-relação sujeito-objeto, a partir de interações sociais que são constituídas historicamente. Dessa feita, a realidade não pode assumir um caráter definitivo, acabado e autônomo. Tanto a realidade quanto a apreensão dessa realidade pelo pensamento têm um caráter histórico, que se realiza em um processo dinâmico, no qual se apresentam essencialmente contraditórios (leis da contradição) e se configuram enquanto totalidades (LARA, 1988).

Os estudos de nutrição, em grande medida, têm se pautado numa visão bioquímica do fenômeno. Assim, privilegiam-se os mecanismos fisiológicos e suas implicações somáticas. Ao lado de processos metabólicos, há processos econômicos, sociais, políticos e culturais. Por conta disso, qualquer estudo que prive em função de uma, outras abordagens ou que as secundarizem apenas ao patamar ilustrativo não poderá abarcar a dimensão da realidade, posto se tratar de um problema complexo. Nesse aspecto, justificamos a necessidade de uma abordagem interdisciplinar para a presente tese.

Nesse sentido, partilhamos com Frigotto (1995) da concepção de que o trabalho de investigação científica deve ver na interdisciplinaridade uma **necessidade metodológica**, assim como **um problema das ciências do ponto de vista epistemológico e histórico-social**. A preocupação de formular os problemas de nossa tese levou em consideração aspectos metodológicos, mas, acima de tudo, de se apresentar como algo palpitante, social e historicamente localizado e relevante para o debate em curso na região amazônica.

¹⁰ Cabe ressaltar, que partilhamos de uma compreensão que restringir a um ou outro método, ou totalmente quantitativo, ou exclusivamente qualitativo, constitui-se em um reducionismo cognitivo. Engels(1977, p.74), em *Anti-Duhring*, ao tecer críticas severas e bastantes cáusticas às obras de Herr Eugen Duhring, dedica um capítulo para aprofundar a compreensão da dialética quanto à interconversão de qualidade em quantidade, e vice-versa. Ver a citação feita por Engels a respeito da análise de Napoleão sobre as cavalarias francesa e mameluca: "Dois mamelucos sobrepujavam, indiscutivelmente, a três franceses; 100 mamelucos faziam frente a 100 franceses; 300 franceses venciam 300 mamelucos e 1.000 franceses derrotavam, inevitavelmente, 1.500 mamelucos".

A interdisciplinaridade se apresenta aqui tanto como norteadora do processo para a formulação das questões a serem enfrentadas, bem como base para a investigação e análise, ou seja, a base metodológico-cognitiva utilizada.

Nesse intento, algumas disciplinas (na acepção da ciência moderna) foram recorridas para dar conta da complexidade envolvida na realidade pesquisada e dos aspectos necessários a sua compreensão. A História, a Etnologia, a Sociologia, a Ciência Política (e as conexões com as Ciências Jurídicas), a Biologia (os seus ramos da fauna e flora e as conexões com a agronomia), a Nutrição (e as suas bases fisiológicas e saúde pública) e também a Economia e a Ecologia. Vale ressaltar que o envolvimento dessas disciplinas não se dá no mesmo nível. umas mais que outras, compõem a base de investigação e seus objetos de estudo e metodologias particulares se interagem na metodologia proposta para intervir sobre o tema e os problemas formulados. Decerto, não é tarefa menor, muito menos fácil, mas, para o que se pretende enfrentar, bastante necessária.

Por isso lembramos o sociólogo português Boaventura de Souza Santos (1993), quando critica a epistemologia dominante. Afirma que, a ordem científica hegemônica vive uma crise paradigmática, profunda e irreversível, e que uma nova revolução científica está em curso. A ciência moderna propiciou um avanço do conhecimento, fazendo com que este apontasse as fragilidades dessa própria ciência. E, tendo-se em conta a separação do mundo das ciências sociais e históricas de um mundo das ciências da natureza, promovida por essa ciência moderna, o autor afirma, que de fato, todo conhecimento científico-natural é científico-social: é a forma de um rompimento com a visão mecanicista da natureza que promove a contraposição entre ser humano, cultura e sociedade.

Ainda na crítica à ciência moderna hegemônica e ao naturalismo positivista, enquanto instrumental lógico-cognitivo, o sociólogo francês Löwy (1978, p.9), em sua obra *Método Dialético e Teoria Política*, publicado na década de 1970, formula sua crítica aos postulados do positivismo, começando pelo *Grand Ancêtre* Augusto Comte e abordando as principais figuras intelectuais dessa escola. Mas o debate já não era novo, posto que “essas questões se encontram no centro do debate metodológico na sociologia, na história, na economia política, na antropologia, na ciência política, na história e na epistemologia há mais de um século”.

Na metade do século passado, algumas teorias sintéticas provocam impactos na estrutura de pesquisas. Trata-se aqui em especial do marxismo, do estruturalismo

e teoria geral dos sistemas. Foram usados como forma de unificar conhecimentos em uma única disciplina, promovendo uma metodologia ou teoria integrativa para um grupo de disciplinas, afirma Klein. Cita o caso do marxismo que suscitava questões sociais históricas e econômicas, caminhando da biologia até a história da arte (KLEIN, 1990).

A “delimitação nas ciências sociais na construção dos seus objetos e problemáticas e o caráter unitário do conhecimento” não impõe uma contradição com o que se vem discutindo. Afirma Frigotto (1995, p.29) que precisamos tratar a “interdisciplinaridade no plano de movimento do real e não do movimento da razão (como determinam o racionalismo e o idealismo)”. E completa seu raciocínio dizendo que:

[...] o conhecimento do social tem um caráter unitário, porque os homens, ao produzirem sua existência mediante as diversas relações e práticas sociais, o fazem enquanto uma unidade que engendra dimensões biológicas, psíquicas, intelectuais, culturais, estéticas etc. Se do ponto de vista da investigação podemos perder de vista que, para sua compreensão adequada, é preciso analisá-la na sua necessária relação com as demais dimensões.

Nessa mesma direção, como crítica às correntes interdisciplinares que se limitam a abordagem da questão somente pelo viés epistemológico, Follari (1995, p.133) orienta cuidado que ao se apelar “ao interdisciplinar a partir da leitura da dialética poderia subjazer uma ilusão teoricista: supor que os problemas da divisão social do trabalho poderiam ser superados a partir de uma modificação interna à prática científica”. E completa sua análise dizendo que:

Introduzindo uma metodologia de trabalho científico – como é o interdisciplinar – é possível melhorar a eficácia das pesquisas, aproximá-las a problemas concretos, mas não é possível, por outro lado, modificar radicalmente o lugar da ciência em relação com o poder, seu lugar político: isto seria pedir da interdisciplina o que ela não pode dar por si mesma.

De outra forma, lembra Frigotto (1995, p.35) que o mais acentuado problema na produção do trabalho interdisciplinar está na “cisão que se produz e desenvolve no plano das relações de produção do homem social, enquanto uma totalidade concreta, explicita-se necessariamente no plano da consciência, das representações e concepções da realidade”.

Comungamos da leitura de Cardoso (2003) quando considera a relatividade de Einstein para o qual o caráter espacial da realidade é simplesmente a tetradimensionalidade do campo, as três dimensões de espaço e a dimensão do tempo, e do espaço social, na acepção de Bagú, que se referencia tanto às superfícies mensuráveis em que operam realidades relacionais mínimas, como o caso de um encontro temporário de duas pessoas, até realidades máximas, aquelas de macrossistemas sociais internacionais, como ocorre no mercado contemporâneo de determinada mercadoria que alcança grandes zonas comerciais de vários continentes (BAGÚ,1973).

Nessa direção, quanto ao espaço e ao tempo histórico da abordagem, fizemos recortes temporais para constituirmos séries históricas baseadas em sínteses de períodos representativos do fenômeno estudado, a partir da chegada dos europeus à região. Alguns aspectos anteriores a esse período foram incorporados às análises pretendidas. Logo, parece claro que não há uma pretensão de se constituir uma história exaustiva de mais de cinco séculos, mas de, a partir de sínteses construídas, empreendermos melhor contextualização do estudo que se quer realizar tendo como espaço, o território amazônico. O bioma Amazônia é o lócus de análise, mesmo que por vezes os dados utilizados se restrinjam a parcela territorial constitutiva do extenso bioma. Isso se deveu ao fato de alguns dados produzidos pelas estruturas oficiais de estado tratarem de configurações políticas para o espaço, como no caso da divisão do Brasil em cinco grandes regiões. Por isso, a Região Norte e os estados que a compõem aparecem mais destacados.

Assim se apresentam os quatro capítulos da tese: no capítulo I a preocupação é com uma Abordagem diacrônica, Histórica e Historiográfica. Partimos da indagação de como se constituiu a relação entre produção de alimentos e a fome no tempo histórico da Amazônia. Para tanto, investigamos Histórica e Historiograficamente a produção e distribuição de alimentos e a fome na região amazônica a partir da análise documental das crônicas e relatos dos viajantes e naturalistas, especialmente entre os séculos XVIII e XIX, com objetivo de caracterizar os mecanismos de subsistência, o rol de alimentos existentes entre os habitantes da região, formas de aquisição dos alimentos e as formas de trocas realizadas nos primeiros séculos da exploração amazônica pelos europeus.

Análise de dados obtidos em arquivos e coleções sobre a região: La Condamine, Orellana/Carvajal, Acuña, Von Martius, Wallace, Agassiz & Agassiz,

Rodrigues Ferreira, Padre Daniel, entre outros. Arquivos do poder executivo (correspondências, requerimentos, etc.) e do poder legislativo (atas e relatórios) também constituem a documentação utilizada como fonte primária¹¹.

No capítulo II, apresentamos uma abordagem socioetnológica. Recorremos tanto à análise de estudos de casos quanto à análise de textos literários com o objetivo de compreender as realidades contextualizadas nas referidas obras, destaque para Euclides da Cunha, em *O Paraíso Perdido*, e *O Missionário* de Inglez de Souza. Na oportunidade, analisamos o tema a partir o *ethos*, com destaque aos hábitos e tabus alimentares, e se estes se constituem como causalidade ou consequência dos fenômenos de desnutrição, subnutrição uso inadequado de recursos naturais como alimentos e fome na região amazônica. Entre os autores que dão suporte teórico, destacamos Eric Wolf, antropólogo americano e o francês Maurice Godelier.

Uma abordagem sobre aspectos nutricionais em comunidades da região é apresentada no capítulo III. A fome é um fenômeno expressivo na região amazônica? Quais indicadores ajudam a compreender o fenômeno do ponto de vista da ingestão calórica - proteica *per capita* e os estoques naturais existentes? Essas questões são trabalhadas ao longo do capítulo. Destacamos também aspectos bromatológicos e de saúde pública vinculados à nossa discussão de tese. Analisamos dados secundários existentes sobre produção de alimentos na região amazônica, séries históricas de produção, balança comercial (alimentos exportados/importados), principais produtos de atividades extrativistas, pecuárias e agrícolas, entre outras abordagens.

No quarto e último capítulo, realizamos uma abordagem política, econômica e ecológica sobre produção e distribuição de alimentos na região. Analisamos a intervenção dos agentes políticos e econômicos (Estado, mercado e outros organismos) em relação à produção de alimentos e a fome na Amazônia, a partir das políticas públicas implementadas pelo estado brasileiro. Nessa esteira, discutimos as medidas compensatórias e programas específicos como o Fome Zero, entre outros, e os impactos e resultados alcançados a partir de indicadores sociais. Utilizamos o conceito de metabolismo social de Marx, como explicação dos fenômenos estudados.

¹¹ Para maior descrição das fontes, ver *Fontes Históricas* organizado por C.B Pinsky, em especial o capítulo *Fontes Documentais* de C. Bacellar (PINSKY, 2005).

2 A MALDIÇÃO DE TÂNALO: FOME NA FARTURA

Nesse primeiro capítulo, faremos uma abordagem panorâmica e diacrônica da relação entre a fome e o alimento na Amazônia. A História e a historiografia estarão presentes. Temos como questão a ser enfrentada, entender como se constituiu a relação produção de alimentos/fome no tempo histórico da Amazônia.

a) A Fome e a Evolução Humana: Morgan e Engels

A fome foi, sobremaneira, responsável pelo processo demorado e demasiado complexo da evolução da espécie humana. Tão demorado que Engels, chegou a afirmar que foram necessárias “centenas de milhares de anos - que na história da Terra têm uma importância menor que um segundo na vida de um homem” para que os humanos pudessem surgir “daquelas manadas de macacos que trepavam pelas árvores”. A preocupação central do texto *Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em ser Humano* de 1876, era a importância do trabalho nesse processo evolutivo. Mas, aqui chamamos atenção para uma breve descrição feita por Engels, alicerçada na obra seminal de Morgan¹², sobre o papel da alimentação, da escassez de alimentos e a alternativa encontrada por esses primatas superiores em conseguir plasmar a nossa espécie. Lembra que

A manada de macacos contentava-se em devorar os alimentos de uma área que as condições geográficas ou a resistência das manadas vizinhas determinavam. Transportava-se de um lugar para outro e travava lutas com outras manadas para conquistar novas zonas de alimentação; mas era incapaz de extrair dessas zonas mais do que aquilo que a natureza generosamente lhe oferecia [...]. Quando foram ocupadas todas as zonas capazes de proporcionar alimento, o crescimento da população simiesca tornou-se já, impossível; no melhor dos casos o número de seus animais mantinha-se no mesmo nível Mas todos os animais são uns grandes dissipadores de alimentos; além disso, com frequência, destroem em germe a nova geração de reservas alimentícias. (ENGELS, p. 273).

Ao consumir em escala ampliada esses recursos alimentícios provocavam a diminuição da oferta dos mesmos, então novas alternativas alimentares se faziam necessárias. Esse fenômeno representou uma revolução anatomo-fisiológica em várias espécies de animais. Afirma Engels, que “essa ‘exploração rapace’ levada a

¹² Antropólogo evolucionista norte-americano Lewis Morgan, em sua obra *A Sociedade Antiga*, desenvolveu seus estudos a partir das análises que fez das tribos dos iroqueses.

efeito pelos animais desempenha um grande papel na transformação gradual das espécies, ao obrigá-las a adaptar-se a alimentos que não são os habituais para elas” com isso ocorreriam transformações fisiológicas e nas estruturas corporais. Com isso, ocorreu uma ampliação do leque de possibilidades de alimentos para que ocorresse “a humanização de nossos antepassados, pois ampliou o número de plantas e as partes das plantas utilizadas na alimentação por aquela raça de macacos que superava todas as demais em inteligência e em capacidade de adaptação”.

Da condição de herbívoros, esses nossos antepassados passariam a onívoros, posto que ao se transformarem em caçadores e pescadores, cumpriam uma passagem “da alimentação exclusivamente vegetal à alimentação mista, o que significa um novo passo de sua importância na transformação do macaco em homem”. A introdução da carne no cardápio da nossa espécie foi decisiva nesse processo evolutivo.

Sobre o papel da proteína animal, consumida a partir da carne de outros animais, destaca Engels que,

[...] onde mais se manifestou a influência da dieta cárnea foi no cérebro, que recebeu assim em quantidade muito maior do que antes as substâncias necessárias à sua alimentação e desenvolvimento, com o que se foi tomando maior e mais rápido o seu aperfeiçoamento de geração em geração. (ENGELS, p. 274)

E com certo tom de sarcasmo, provoca Engels, p.274) com o seguinte imperativo: “devemos reconhecer - e perdoem os senhores vegetarianos - que não foi sem ajuda da alimentação cárnea que o homem chegou a ser homem”.

Castro (2004, p.11), médico e geógrafo, escreveu um texto clássico sobre a fome no Brasil na década de 1940: *Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Enfatizava ser seu livro “bastante delicado e perigoso. A tal ponto delicado e perigoso que se constitui num dos tabus de nossa civilização”. Referia-se a uma exígua “bibliografia mundial sobre o assunto”, o que lhe parecia estranho, que isso ocorresse “num mundo como o nosso, caracterizado por tão excessiva capacidade de se escrever e de se publicar”. Constatava que muito pouco se escrevera até então “acerca do fenômeno da fome, em suas diferentes manifestações”

Para o médico e geógrafo, tratava-se de “um silêncio premeditado pela própria alma da cultura” a partir de preconceitos de ordem política, moral e econômica e dos

interesses em jogo “de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido ou, pelo menos, pouco aconselhável de ser abordado publicamente”. Os instintos para o autor foram considerados como forças desprezíveis. E conclui dizendo que “aí encontramos uma das imposições da alma coletiva da cultura, que fez do sexo e da fome assuntos tabus – impuros e escabrosos – por isto, indignos de serem tocados”. (CASTRO, 2006, p.12).

Utilizando-se de conceitos como de imperialismo econômico e comércio internacional caracteriza o fenômeno da fome como resultante de uma somatória de fatores preponderantes. Segundo ele:

Ao lado dos preconceitos morais, os interesses econômicos das minorias dominantes também trabalharam para escamotear o fenômeno da fome do panorama espiritual moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos – dirigidos e estimulados dentro dos seus interesses econômicos – e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública. (CASTRO, 2006, p.13).

Alertava que para o entendimento do fenômeno era preciso um espírito mais dedicado ao conjunto de fatores e de suas manifestações complexas que envolvem ao mesmo tempo a biologia, a economia e a sociologia, assim se referia aos trabalhos então existentes:

A maior parte dos estudos científicos sobre o assunto se limita a um dos seus aspectos parciais, projetando uma visão unilateral do problema. São quase sempre trabalhos de fisiólogos, de químicos ou de economistas, especialistas em geral limitados por contingência profissional ao quadro de suas especializações. (CASTRO, 2006, p.16).

“Para tal fim”, anuncia o autor, “pretendemos lançar mão do método geográfico, no estudo do fenômeno da fome”, que para ele seria o “único método que, a nosso ver, permite estudar o problema em sua realidade total, sem arrebentar-lhe as raízes que o liga, subterraneamente a inúmeras outras manifestações econômicas e sociais da vida dos povos”. Deixa claro que não se tratava da antiga geografia descritiva, “mas o método interpretativo da moderna ciência geográfica” na qual destaca os “pensamentos fecundos de Ritter, Humboldt, Jean Brunhes, Vidal de la Blache, Griffith Taylor e tantos outros”.(CASTRO, 2006, p. 16-17).

Essa perspectiva parece mais detalhada ao se compreender os enfoques que em outra área de se pensar o fenômeno é visto. É o caso da História da

Alimentação. Vejamos então, na opinião de Carneiro (2003, p. 2-3) quais os campos preferenciais das abordagens históricas:

A alimentação é um fenômeno cujo estudo foi estabelecido nos últimos dois séculos a partir de quatro diferentes enfoques: o biológico, o econômico, o social e o cultural. A história da alimentação, dessa maneira, abrange ao menos quatro grandes aspectos: os aspectos fisiológico-nutricionais, a história econômica, os conflitos na divisão social e a história cultural (para a qual a Antropologia trouxe grande quantidade de informações que se imbricam com a Linguística, a Região e a História Geral das Civilizações) que inclui a história do gosto e da culinária, para a qual os livros de receitas constituem fontes primárias.

Na mesma linha de raciocínio, destacamos o próximo parágrafo como o centro dessa perspectiva, que mais se aproxima das nossas proposições metodológicas. Assim Castro (2004, p.16-17) fala da necessidade de se

[...] realizar uma sondagem de natureza ecológica, dentro deste conceito tão fecundo de “Ecologia”, ou seja, do estudo das ações e reações dos seres vivos diante das influências do meio. Nenhum fenômeno se presta mais para ponto de referência no estudo ecológico destas correlações entre os grupos humanos e os quadros regionais que eles ocupam, do que o fenômeno da alimentação – o estudo dos recursos naturais que o meio fornece para subsistência das populações locais e o estudo dos processos através dos quais estas populações se organizam para satisfazer as suas necessidades fundamentais em alimentos.

Quanto a sua caracterização sobre a fome que povoa seus estudos diz Josué de Castro não se tratar desse “tipo excepcional de fome, simples traço melodramático no emaranhado desenho da fome universal, que interessa ao nosso estudo”. Para ele interessava analisar o “fenômeno da fome coletiva – da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas”. No trecho seguinte, esclarece outros conceitos basilares e elucidativos:

Não só a **fome total**, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de *starvation*, fenômeno, em geral, limitado a **áreas de extrema miséria** e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais frequente e mais grave, em suas consequências numéricas, da **fome parcial**, da chamada **fome oculta**, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de **populações se deixam morrer lentamente de fome**, apesar de comerem todos os dias. É principalmente o estudo dessas **coletivas fomes parciais**, dessas **fomes específicas**, em sua infinita variedade, que constitui o objetivo nuclear do nosso trabalho. (CASTRO, 2006, p. 18 grifos nossos)

2.1 A FOME MODERNA

Dentre as transformações ocorridas no começo da época moderna, localizamos os agravamentos das condições de amplo contingente da população na Europa. “Entre os séculos XIV e XVIII, as condições nutricionais pioraram na Europa, o que refletiu-se até mesmo na altura média do povo”. Ao longo do período moderno, “o capitalismo mercantil se expandiu traficando as especiarias e, mais tarde, o açúcar, produtos híbridos de alimento-droga, do mundo colonial para a Europa”. Nesse mesmo período “o continente europeu as condições nutricionais das populações sofriam carências crescentes”. Ao final do século XVIII, foi possível perceber melhoras “na quantidade e na qualidade da alimentação, além de avanços na higiene alimentar e nas condições sanitárias que evitaram contaminação bacteriana, como a invenção dos meios de esterilização dos vidros e das latas”. Na Europa, a fome pode dar uma trégua somente no século XIX, mesmo que em 1845-47, “cerca de um milhão de irlandeses morreu de fome devido à quebra da safra de batatas, ao aumento dos preços à quebra da safra de batatas, ao aumento dos preços e à ausência de socorro”.(CARNEIRO,2003, p.31-32).

A crise alimentar e a ameaça de fome levavam amplas parcelas da população europeia a manifestações “de ódio e de intolerância”. A violência se manifesta. “Os saques aos fornos não são invenções literárias: centenas de sublevações do gênero são deflagradas por toda parte entre os séculos 16 e 18”. Surgem os “grandes conflitos por comida, ligados não somente à carência produtiva, mas ao desenvolvimento do capitalismo e o conseqüente processo de proletarização”. Assim Montanari (2003, p.138-139) define o referido período:

Surgem concentrados no espaço de dois séculos, entre os inícios do 17 e os primeiros decênios do 19, com diferente cronologia segundo os países (são, por exemplo, mais precoces na Inglaterra do que na França). De forma cada vez mais evidente, a autoridade pública- o rei em primeiro lugar- assume o papel e a imagem de guardião do equilíbrio alimentar dos súditos; se este se rompe, estoura a revolta. A mítica figura do rei-que-alimenta-seu-povo se substancia com novo vigor cultural: S. Kaplan definiu-o como “rei padeiro”, e a memória vai a Luis XVI da França, que a multidão chamou “padeiro” enquanto o transportava de Versalhes a Paris em 1789.

Para podermos contextualizar a relação entre europeus e nativos no cenário brasileiro (e amazônico) é preciso recorrer à história da Europa e do Brasil a partir das grandes navegações portuguesas e do estabelecimento do empreendimento colonizador lusitano nas terras brasileiras. Entender também as dificuldades iniciais desse empreendimento e a necessidade dele para a grande revolução comercial em curso na Europa: o mercantilismo. Com esses interesses começam os saques às riquezas da colônia, destacadas aqui, as vinculadas à diversidade da flora amazônica. Eram as especiarias e as drogas do sertão que muito fizeram fortunas nas transações comerciais de Portugal. O impulso mercantilista levou os portugueses a estabelecerem muitas formas de interação com inúmeras etnias indígenas e posteriormente, após o comércio escravo, com os negros africanos.(OLIVEIRA, 2009).

Esta análise balizará a história do encontro entre culturas em estágios bastante diferenciados de seus desenvolvimentos. O objetivo aqui é de fundamentar a lógica impulsionadora desses acontecimentos como forma de se compreender as atuais circunstâncias e contextos, que envolvem a biodiversidade Amazônica e os saberes locais, com especial enfoque nas terapias tradicionais. Por conta dessa necessidade, recorre-se ao período das grandes navegações a partir dos séculos XV e XVI, tendo a Europa, como cenário de origem desses empreendimentos. (OLIVEIRA, 2009).

Em História e Desenvolvimento de Prado Junior. (1989, p.41- 42) são encontrados elementos explicativos sobre a expansão marítima europeia. Lembra o historiador que o “desenvolvimento do comércio continental europeu que até o séc. XV é quase unicamente terrestre, e limitado, por via marítima, a uma mesquinha navegação costeira e de cabotagem”. Acrescenta enfatizando que em decorrência do domínio das novas rotas marítimas “derivará não somente todo um novo sistema de relações internas do continente, mas, nas suas conseqüências mais afastadas, a expansão europeia ultramarina”

Furtado (1976, p.5) em a *Formação Econômica do Brasil* reforça as motivações do empreendimento europeu rumo ao novo mundo, afirmando que:

O comércio interno europeu, em intenso crescimento a partir do século XI, havia alcançado um elevado grau de desenvolvimento no século XV, quando as invasões turcas começaram a criar dificuldades crescentes às linhas orientais de abastecimento de produtos de alta qualidade, inclusive manufaturas”

O comércio empreendeu uma revolução econômica. Pudera! 6.000% de lucros somente na primeira viagem de Vasco da Gama à Índia. Isto justifica a quantidade de expedições rumo aos mares muito pouco conhecidos e bastantes perigosos para a engenharia marítima daqueles tempos. “Se Veneza comprava 420 mil libras de pimenta por ano ao sultão do Egito, agora um único navio, em sua viagem de regresso a Portugal, transportava um carregamento de 200 mil libras!” (HUBERMAN, 1986, p.90).

No final do Século XVI, começavam a declinar os grandes negócios comerciais de Lisboa. Instante em que, se fortalecia uma média burguesia. No Brasil, o açúcar e o fumo se credenciavam como possibilidades concretas de crescimento da economia da metrópole, bem como o tráfico e comércio de escravos de Angola para as Américas. Crescia demograficamente a colônia portuguesa no Brasil, e tendo sido deixado de lado o Tratado de Tordesilhas, houve um processo de desenvolvimento da economia na região de São Paulo baseada nas reduções indígenas e na corrida aurífera. (CAMPOS, 1991).

Longe de um consenso, historiadores elegem motivações que deram a Portugal a dianteira no que se convencionou chamar a “Era dos Descobrimentos”, posto que outros povos reuniam tantas quantas (ou até mais) condições para assumir este marco histórico. Entre os mais frequentes, são citados os fatores religiosos, econômicos, estratégicos e políticos, que de acordo com o trabalho historiográfico uns são hierarquicamente superiores ou ulteriores aos demais. (BOXER, 2002).

Os mercados experimentavam uma expansão jamais vista e a vida econômica acompanhava esse ritmo. Novos mercados, novas mercadorias, “tudo apresentava um caráter de contaminação e estímulo e anunciou um período de intensa atividade comercial, de descobertas posteriores, exploração e expansão”. (HUBERMAN, 1986, p. 90).

A modernidade na sociedade industrial, surgida no século XV, transformou profundamente a Europa, fenômeno que teve nos reinos ibéricos papéis determinantes. Estas nações propiciaram o contato com outras sociedades distantes da Europa, estabelecendo assim um mercado em escala mundial, ao mesmo tempo em que acumulavam riquezas jamais conseguidas, obtidas pelo comércio de especiarias, do tráfico de escravos, da agroindústria açucareira e dos metais preciosos das Américas. Da ascensão à queda: depois de franco enriquecimento, as

coroas ibéricas, ainda no século XVI, começavam a apresentar fragilidades quanto às suas formas de economia e estabelecimento de riquezas. (CAMPOS, 1991).

Novas alternativas surgem frente ao interesse de domínio e riqueza dos países ibéricos. O Brasil se destaca com este fim. Mas, mesmo acostumados à paisagem e peculiaridades tropicais de outras possessões e das viagens pela costa ocidental da África, os portugueses que para o Brasil vieram passaram a conviver com situações bastante peculiares (FIORIN, 2000 ; BOXER, 2002).

No caso amazônico, destaca Silva (2002, p.58) que da mesma forma que o historiador Sérgio Buarque de Holanda analisa a formação das regiões nordeste e sudeste do Brasil, essas análises se enquadram para a Amazônia. Aventura e patrimonialismo estão presentes na região, durante sua formação. O objetivo em curso era a “fixação de núcleos coloniais que objetivavam a conquista e não o povoamento territorial”.

A Amazônia, com sua exuberante floresta, é um exemplo contundente dessa realidade inóspita para um europeu, por mais viajado que fosse. A agricultura sofria pelos sem-números de insetos fitófagos e pelos transmissores de inúmeras doenças humanas. No Nordeste, a seca. Em outros cantos, muita chuva. Em muitas áreas, o solo era bastante pobre, tanto químico, quanto organicamente, a exceção do Recôncavo baiano e da várzea pernambucana, onde prosperara a lavoura açucareira. A pobreza deste solo devia-se mais a técnica de cultivo baseada na devastação das selvas para o plantio, o que, como hoje é bem sabido, leva ao esgotamento destes elementos vitais para a agricultura. Os rios brasileiros, a exceção do imponente Amazonas, não eram, em certa medida, navegáveis pelo interior do Brasil devido aos acidentes geográficos existentes. (BOXER, 2002).

Entretanto as dificuldades, os lusitanos iniciaram “um processo de construção do espaço a partir de suas categorias e de duas matrizes de configuração espacial existem no imaginário ocidental”. As duas ficaram presentes “na forma de perceber o novo mundo: o paraíso terrestre e o *locus amoenus*” (espaço do paraíso). “O primeiro tem sua origem no relato bíblico da criação; o segundo constrói-se na tradição literária”. (FIORIN, 2000, p. 27).

Em relação à ocupação mais efetiva do Brasil, Portugal dedicou-se por mais tempo nas atividades comerciais com a Índia, com a exploração do ouro da Guiné e no conflito com o Marrocos, retardando a exploração mais efetiva de sua recentemente descoberta pela Coroa. E inicialmente, estas terras foram vistas como

fonte de poucos produtos de interesse como a madeira (pau-brasil) para produção de tinta, papagaios e outros animais silvestres. Além disso, só se viam grupos primitivos, uns selvagens nus. Esses grupos (ameríndios) eram caçadores, pescadores e coletores de comida e pertenciam à família linguística dos tupi-garanis. Nômades, dominavam o fogo, mas não a metalurgia. A alimentação era baseada no consumo de tubérculos como a mandioca e na carne de caças. (BOXER, 2002).

2.2 A AMAZÔNIA COMO LÓCUS DA FARTURA E DA FOME

A Amazônia que nos referimos é um espaço geográfico, assim como é um bioma, assim como é uma construção do imaginário, assim também como é uma história. E esse espaço, esse tempo e essas ideologias acerca dessa região são complexos, e de alguma forma, ainda não bastante conhecidas.

A maior floresta tropical do mundo, também conhecida como Hiléia Amazônica, tem seus limites a leste com os Andes, ao oeste com o Oceano Atlântico, ao norte com o escudo guianense e ao sul com o Planalto Central brasileiro. Um ambiente rico com a presença da maior biomassa do planeta. Uma região diversa em suas fisionomias, com o maior rio do mundo que encharca com suas águas um extenso vale. Possui uma história geológica de bilhões de anos e uma flora e fauna megadiversa e com uma sociodiversidade interessante (SOUZA, 2001).

Amazônia, região conhecida por uma ampla parcela dos povos contemporâneos, está situada, em relação ao continente sul-americano, ao norte. Com uma extensa bacia hidrográfica (amazônica) se espalha e atravessa fronteiras do Brasil, da Colômbia, da Bolívia, Guiana, Peru, Venezuela, Suriname, Equador e Guiana Francesa (SOUZA, 2001).

Em 1966, pela Lei 5.173 de 27.10.1966 (extinção do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) o conceito de Amazônia Legal é reinventado para fins de planejamento. Assim pelo artigo 45 da Lei complementar nº 31, de 11.10.1977, a Amazônia Legal tem seus limites ainda mais estendidos.

A Amazônia brasileira, definida como Amazônia Legal foi criada em 1966, superposta à Região Norte (BECKER, 2001). É formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do

Maranhão(oeste do meridiano de 44º) Agência de Desenvolvimento *da* Amazônia (ADA, 2010). No cômputo geral alcança mais da metade do território nacional (59%) e em relação à Amazônia transnacional, esse percentual sobe para 65%. Em números absolutos sua área compreende cerca de 4.990.530 km². O litoral atlântico possui 1.482 km e as fronteiras internacionais possuem 11.248 km (SOUZA, 2001).

A floresta tropical amazônica é especial. Composta por uma série contínua de formações vegetais que se mostram bastante distintas. Entre os principais tipos de vegetação, se destacam as conhecidas como Matas de Terra Firme que “ocupam cerca de 90% da área de toda a região, representando, de longe, o ecossistema mais conspícuo e o de maior interesse científico [...]. Essa “Floresta Amazônica de Terra Firme está implantada sobre solos bastante diversos, de fertilidade muito variável. No geral as árvores deste ecossistema são bastante elevadas, com copas sobrepostas, que determinam em sombreamento permanente do solo”. Com uma diversidade florística bastante elevada, é um ecossistema, maior que “os demais ecossistemas florestais do mundo (LEITÃO FILHO, 2010)

Figura 1 - Mapa da Amazônia Legal



Fonte: IBGE (2010).

2.3 AMAZÔNIA ANTES DOS EUROPEUS

A presença humana na região amazônica “se iniciou há pelo menos 11.000 anos, mas é possível que seja ainda mais antiga. Datas ao redor de 9200 a.C foram obtidas na escavação da caverna da Pedra Pintada, uma gruta localizada no atual município de Monte Alegre, no Pará”. Subsistência baseada “em caça, pesca e também coleta de frutas, com destaque para algumas palmeiras até hoje consumidas na Amazônia”. Diferentes áreas da região, “já eram ocupadas em torno de 7000 a.C”. Dentre “as evidências vêm de locais tão diversos como a serra dos Carajás, no Pará; a bacia do rio Jamari, em Rondônia; a região do rio Caquetá (Japurá), na Colômbia; o baixo rio Negro, próximo a Manaus, e o alto Orinoco, na Venezuela” (NEVES, 2006, p.22-23).

Nos vestígios das ocupações humanas na Amazônia,

[...] há um padrão emergente no que se refere ao entendimento da economia dos primeiros habitantes da Amazônia. Esse padrão mostra que os povos tinham uma estratégia de exploração de recursos que valorizava a biodiversidade característica da região, isto é, não eram caçadores especializados na captura de animais de grande porte, mas sim pescadores, coletores e caçadores de animais pequenos [...]. Os dados obtidos em diferentes partes da Amazônia mostram que, de fato, a floresta tropical foi ocupada antes do advento da agricultura, ou seja, por populações com economias baseadas em caça, pesca e coleta. [...] (NEVES, 2006, p.24-25).

Estudos arqueológicos estão ajudando a resolver uma antiga polêmica na teoria sobre os processos de ocupação humana na Amazônia. Considerada por algum tempo como uma área inóspita e de poucos recursos para que se desenvolvessem sociedades mais complexas, havia até então a crença que esses seres humanos estavam sempre de passagem pela região (grupos andinos e centro-americanos), não tendo condições materiais necessárias para o desenvolvimento de sociedades avançadas. Corroborava com essas assertivas a análise dos indígenas e seus estilos de vida adaptada ao trópico úmido. Em pequenas aldeias com suas economias de subsistência, esses modelos societários serviam como prova de um determinismo ambiental, sem que fosse levado em conta que esses modelos são de fato resultantes do processo de colonização européia e dos impactos sofridos ao longo desse período. (SOUZA, 2001).

Os estudos arqueológicos realizados na calha amazônica e na Ilha do Marajó, com destaque os da arqueóloga Ana Roosevelt nas últimas décadas passou a

colocar em xeque esse determinismo ambiental. A Amazônia era, ao contrário, contava com um ambiente diversificado quanto à presença humana. As conclusões apontam para o fato de haver não somente grupos nômades, mas também sociedades sedentárias, que dominavam a técnica da cerâmica e da agricultura equatorial. Uma complexidade econômica e cultural de sociedades de caçadores e coletores, desde o Pleistoceno (ou Holoceno), portanto. (SOUZA, 2001).

Contrariando a teoria até então aceita, esses novos estudos apontam para a conclusão de que.

Os primeiros habitantes da Amazônia formaram uma comunidade de alta sofisticação. Abrangeram desde os paleoindígenas até os pré-ceramistas arcaicos e ceramistas arcaicos avançados, estabelecendo uma vasta e variada rede de sociedades de subsistência sustentadas por economias especializadas em pesca de larga escala e caça intensiva, além de agricultura de amplo espectro, cultivando plantas e também criando animais. A existência de artefatos fabricados por outros povos, encontrados em diversas áreas da região, é prova de que havia um intenso sistema de comércio, de viagens de longa distância e de comunicação (SOUZA, 2001, p.19).

Esses primeiros grupos humanos, “provavelmente utilizavam uma série de matérias-primas diferentes para produzir seus artefatos e organizar seus modos de vida”. Provável dizer, porque “devido às condições de preservação normalmente desfavoráveis a materiais orgânicos, o que resta desses conjuntos são instrumentos de pedra lascada ou polida e refugos de sua produção, como, por exemplo, lascas”. Foram encontradas “em alguns sítios antigos na Amazônia brasileira foram identificadas pontas de projétil bifaciais (ou seja, lascadas em ambas as faces), produzidas a partir de diferentes rochas, como o quartzo e o sílex”. Nessa direção, interpretam alguns autores “que pontas de projétil poderiam ser utilizadas como artefatos indicadores de ocupações muito antigas, datadas em mais de 10.000 anos” (NEVES, 2006, p.25-26).

A passagem de dependência profunda do que a natureza poderia oferecer para um certo domínio sobre o mundo natural ocorre num período compreendido entre 4000 a 2000 a.C. Essa caminhada lenta transpõe esses grupos humanos da condição de caçadores e coletores para agricultores. Achados arqueológicos com restos de alimentos, e animais foram encontrados em cavernas no Brasil e Venezuela com datações entre 6000 e 2000 a.C, que servem de base para conclusões da presença de coletores e caçadores nesse período. Os horticultores

têm sua presença na região por volta de 3000 a.C. a produção cerâmica ganha novos motivos decorativos e novas técnicas de pintura e incisão são dispensadas na confecção das peças. O zoomorfismo e o antropomorfismo nas peças aparecem “associadas com uma cosmogonia que implica abundância de caça, fertilidade humana e poderes do “xamã” em se relacionar com as forças da natureza representadas por animais”. (SOUZA, 2001, p. 20-21).

É sabido o papel desempenhado pelos índios das Américas em relação “ a domesticação de uma série de plantas que atualmente são consumidas de diferentes modos por todo o planeta” entre elas figuram “abacate, abacaxi, abóbora, amendoim, batata, caju, feijão, mamão, mandioca, maracujá, milho, pimenta-vermelha, pupunha, tabaco e tomate, entre outros, foram domesticados em diferentes partes do continente americano muito antes da chegada dos europeus”. É bastante provável “que os colonizadores iniciais – que tinham seu modo de vida organizado em torno de caça, pesca e coleta – já praticassem algum tipo de manejo de plantas, conforme dados obtidos, por exemplo, na Amazônia equatoriana” (NEVES, 2006, p. 31-32).

Muitos elementos levam a crer que esses grupos se baseassem economicamente no cultivo de raízes, figurando a mandioca em destaque, a qual já era cultivada desde 5000 a.C. O cultivo desse tubérculo na várzea no primeiro milênio a.C., assim como a introdução do milho na região proporcionou a produção excedente de alimentos que podiam ser armazenados. Esses horticultores aproveitavam as características férteis das várzeas criando uma variedade de alimentos que além dos vegetais incluía proteína animal oriundas de peixes, de alguns mamíferos e dos quelônios. Supõe-se que com a chegada dos brancos europeus tenha sido extinta uma das maiores civilizações do vale amazônico situada na ilha de Marajó. Achados de sítios nessa área tem surpreendido nas caracterizações desses grupos. (SOUZA, 2001).

2.4 ERA A AMAZÔNIA HABITADA?

Na Amazônia do século XVI, conviviam várias sociedades hierarquizadas e com uma densidade demográfica considerável. Na chegada dos europeus na região, as ocupações humanas “ocupavam o solo com povoações em escala urbana, possuíam sistema intensivo de produção de ferramentas, cerâmica,

agricultura diversificada, uma cultura de rituais e ideologia vinculadas a um sistema político centralizado e uma sociedade fortemente estratificada”. Vitimados pelo genocídio praticado contra os nativos pelos conquistadores, os que sobreviviam buscavam o isolamento como estratégia ou a subserviência como remédio. (SOUZA, 2001, p. 23). Como resultado dessa prática, Assim sendo, os nativos da região da várzea amazônica haviam quase desaparecido em fins do século XVIII. Novos povoamentos vão surgir de índios que desciam dos altos e médios cursos dos rios, de colonos portugueses de mestiços, ao longo da colonização portuguesa da região Amazônica (BEZERRA NETO, 2001).

Os habitantes amazônicos quando da chegada dos conquistadores europeus eram de diversas etnias indígenas. Destacavam-se os Aruak, os Tupi, os Karib, os Jê; os Pano, os Katukina, os Xiriana, os Tukanar e os Tukuna. Compunham-se em diversas grupos espalhados pela planície amazônica, muitos deles pelas áreas de várzea. Estima-se a presença de dois milhões de índios vivendo na região naquele período. Não raro, era registrado em documentos descritivos sobre o lugar o espanto dos europeus assustados com a quantidade de pessoas ao longo das margens do grande rio. (BEZERRA NETO, 2001, p.12).

A participação e influência indígena na região amazônica foram por muito tempo e por muitos, negligenciadas. Sua contribuição para o processo econômico que entrava em curso foi fundamental, afinal era esse agente que detinha maior conhecimento geográfico e ambiental dessa área. “Foi ele quem instruiu o homem branco nas singularidades da terra, nos segredos da floresta e das águas, ensinou a maneira prática de explorar as riquezas naturais”, informações que fugiam ao conhecimento europeu (TOCANTINS, 1982, p. 29).

2.5 O COMÉRCIO NA COLÔNIA AMAZÔNICA

Diferentemente do Nordeste brasileiro, a Amazônia não adotou com êxito regimes oniprodutivos (a exemplo dos sistemas de *plantations*) até sua experiência com a borracha, que embora silvestre configurava-se como uma cultura produtiva quase exclusiva. Então, a especialização funcional em uma região tão grande e com presença humana dispersa não se configuraria de formas a um forte predomínio de uma sobre outras. O colono é uma dessas especializações funcionais que conviverá na Amazônia. Nas palavras de Tocantins (1982, p. 66), um tipo de “homem que se

vai dedicar ao desbravamento, à humanização da terra [...] pioneiro, criador por excelência de comunidades, através da agricultura, do pequeno criatório”. Completa na sua descrição o historiador e poeta paraense, que este:

[...] colono amazônico foi, na realidade, um extrativista-agricultor, ou um comerciante, especializações que se confundiam no meio social. A pequena agricultura praticada nas circunvizinhanças dos centros de povoamento, e, depois, à beira dos rios onde a civilização começava a penetrar, eram manchas sem maior importância econômica. E se alguma importância, na medida mais pelo aspecto da subsistência, conquanto a partir dos meados do século XVIII algumas culturas agrícolas (café, arroz, algodão, cacau) comessem a participar do comércio exterior com certo vulto (TOCANTINS, 1982, p.67)

Em relação à Amazônia, Porro (1995, p.9) enfatiza que para se compreender a realidade indígena na região à época da chegada dos europeus não se deve considerar que esta visão “não pode inscrever-se num determinado momento histórico, nem numa geração e nem sequer num século. Ressalta ainda que a Amazônia tornou-se conhecida dos conquistadores muito lentamente, pois o processo de exploração e incorporação do imenso território à sociedade colonial, e depois nacional, demandou mais de quatro séculos, e na verdade ainda não terminou”.

Dos europeus, os espanhóis foram os primeiros! Pisaram em terras amazônicas ainda no final do século XV. Chamaram a região de *Santa Maria de La Mar Dulce*. Navegaram pelas águas do Amazonas exploradores sob comando de Vicente Pison, chegando a alcançar o delta do Amazonas, mas que desistiram em prosseguir por conta de temerem enfrentar as pororocas. Retornaram ao mar (BEZERRA NETO, 2001).

Entretanto, Porro afirma que de fato a primeira expedição que adentrou na Amazônia brasileira não foi em 1542 com Orellana e Gaspar de Carvajal. “Quatro anos antes dela num desdobramento da malograda expedição de Alonso Mercadillo ao rio Maranhão, um destacamento de 25 homens, entre eles o português Diogo Nunes”, chegou ao Maranhão “ou Alto Amazonas e desceu o grande rio até chegar, em território que viria a ser brasileiro, a região situada entre Tefé e Coari. [...]”.(apud PAPAVERO et al., 2002, p.11).

Em uma carta enviada por Diogo Nunes ao rei de Portugal, D. João III faz menções aos alimentos encontrados ao longo da expedição. Destacamos dois trechos do documento que ressaltam a fartura da região:

[...] Os mantimentos desta terra é o mais, que aqui se chama milho, e caçabe (acaçaby, beijú), que serve de pão, e disto há muita quantidade. Há neste rio muito pescado de toda sorte como em Espanha, (por)que em cada povo que chegam acham muitas casas cheias de pescado seco que eles levam a vender no sertão em têm suas contratações com outros índios. Vão os caminhos muito abertos de muitos seguidos porque corre muita gente por eles. (NUNES, 2002, p.12).

[...] Há carnes montesas nesta terra: veados, antas, porcos monteses, patos e outras castas muitas. Tive notícias que até o rio da Prata, nesta mesma terra, havia ovelhas como as do Peru, que é o melhor sinal de que nestas partes pode haver, porque onde há ovelhas há todo o mais em abundância [...]. (NUNES, 2002, p.13).

Diego de Lepe, outro navegador espanhol, comandou uma expedição na região amazônica ainda em fins do século XV, percorrendo grande rio, admirado com força de suas águas. Os nativos os receberam com ataques de flechas, que ocasionou a morte de alguns tripulantes. Os espanhóis não lograram êxito em ocupar a região (BEZERRA NETO, 2001).

A Amazônia experimentou um quarto de milênio entre a chegada européia na região e o fim do período colonial. Em 1538, Pedro de Anzures, também conhecedor das histórias sobre o *El Dorado* atravessou as escarpas orientais dos Andes e adentrou na selva amazônica. Comandava à época 300 espanhóis, 4.000 índios e algumas das moças de Cusco. Entretanto fora vítima do implacável rigor da natureza amazônica. A fome grassou entre os da expedição. Comeram seus próprios cavalos. Morriam de doenças e de fome. De fome, os mortos somavam 143 espanhóis e a maioria dos índios. Os índios serviam de alimento para os índios que sobreviviam. (SOUZA, 2001).

2.6 A EXPEDIÇÃO DE GONZALO PIZARRO

Partindo de Quito até o oceano Atlântico, entre 1539 e 1541, a famosa expedição de Gonçalo Pizarro, Francisco Orellana atravessa pela primeira vez toda a extensão do Rio Amazonas. Fantasias e realidades passam a se misturar nos relatos construídos a partir dessa expedição, o que vai alimentar muitas percepções dos europeus sobre o que seria essa parte do novo mundo. Orellana que comandara até ao final essa expedição, recebera o título de Capitão e Governador das terras “descobertas” no vale amazônico, do imperado Carlos V. juntamente com o honorífico título, receberia permissão de conquistar e colonizar essa região.

Organizou outra expedição em maio de 1545 sob seu comando. Dessa vez, entretanto, a expedição foi um fracasso (BEZERRA NETO, 2001).

Gonzalo Pizarro saiu de Quito no fevereiro de 1541, com 220 cavaleiros armados e mais 4.000 índios das montanhas. Seguiam com eles milhares de lhamas que transportavam alimentos. 2.000 porcos e 2.000 cães de caça. Quase a totalidade de índios foi consumida no caminho, sucumbindo ao calor da selva tropical. Nos dez primeiros meses da expedição além dos índios mortos, os porcos também o foram para consumo dos espanhóis. Embora a razão pudesse requerer que diante do insucesso da expedição nada mais restasse que não o de partir em retirada, a motivação desses aventureiros não parecia racional. Sem comida, Orellana arriscou-se a procurar o que alimentasse aqueles famintos. A ele, Pizarro deu quinze dias ao fim dos quais deveria estar de volta. Junto a Orellana, partiam sessenta homens, um deles, frei Gaspar de Carvajal, que estava no Peru com a tarefa de constituir o primeiro convento dominicano naquele país. Levavam com eles um bergantim, armas de fogo e alguma comida. Carvajal, o cronista da expedição, escreveu a *Relacion Del Nuevo Descubrimiento Del Famoso Rio Grande de las Amazonas* (SOUZA, 2001).

2.7 OUTRAS TENTATIVAS ESPANHOLAS: PEDRO DE URSUA, GUZMAN E LOPE DE AGUIRRE.

Em 1566, outra tropa atravessava os Andes, mas agora tendo a frente Juan Alvarez Maldonado, um cavaleiro do Peru. Com bastantes provisões partem em busca do *El Dorado*. Uma rebelião provoca uma luta feroz entre os membros da expedição, levando a morte muitos dos seus componentes e outra parte é morta por índios. Maldonado sobrevive e três anos depois de sua partida retorna à Lima.(SOUZA, 2001).

A última expedição com a tentativa de ocupação espanhola na região foi comandada por Pedro de Úrsua, um militar que buscava encontrar o *El-Dorado* (BEZERRA NETO, 2001). Em 1560, ocorreu a expedição de Pedro de Ursua, Fernando de Guzman e Lope de Aguirre. Sob a crença nas histórias contadas pelos índios Pedro de Ursua organizou uma expedição. Cauteloso e conhecedor, dos desastres sofridos por outras expedições, às margens do rio Huallaga manda construir botes e armazenar comida. Mas seus maiores problemas não se

relacionam aos viveres ou terrenos inóspitos, mas aos motins de seus compatriotas. Selvagem e petulante Lope de Aguirre, homem obstinado pelo poder, entra em cena as margens do Rio Putumayo, Aguirre e outros homens atacam Ursua deferindo contra ele golpes mortais de espadas. (SOUZA, 2001, p. 40).

Simão Estácio da Sylveira chegou ao Brasil comando a nau capitânia em uma expedição de Jorge de Lemos de Betancor, Açoriano, que tinha por propósito estabelecer famílias dos Açores na região do Maranhão e do Grão-Pará. (PAPAVERO et. al. 2002, p.113).

No documento intitulado *Intento da Jornada do Pará (1618)* descreve com entusiasmo a geografia da região e destaca a presença de alimentos vegetais extraídos e cultivados e das possibilidades de proteínas animais obtidas pela caça e pesca. Seguem trechos da descrição:

[...] A terra que acompanha a ribeira deste rio e um vale são de mais de trezentas léguas de comprimento, de grandessíssima abundancia, fertilidade e arboredo com muitas águas e povoações até as terras que chamam de Coca, que é de montes, e logo se segue Cumaço, que os castelhanos chamam de a terra de Canella, por razão de certos odores aromáticos que nela há, como grandes louros que dão uns cachos de frutos como casulo, é a melhor canela [...]

[...] Está à beira do Rio um grau Equinocial para o sul, e na costa há dois verões e dois invernos cada ano, e duas novidades que quase se alcançam uma a outra, e tudo o que os nossos semearam se deu com grande bondade, melões, pepinos, hortaliças, favas e feijões, há milho muito bom, que se dá todo ano e alguma mandioca no distrito da cidade de Belém, e se espera que dará na terra trigo, e vinho, arroz, e tudo o mais por sua fecundidade, grandes lavoras de açúcar e grandes criações de gado, especialmente nas ilhas e nos planos, das ovelhas do Peru, onde seriam de acarretar e levar uma, um homem, quatro e seis léguas gentilmente [...]

[...] Há no rio, tartarugas, de boa carne, de que se faz manteiga muito boa do ovo delas, muita diversidade de peixes, alguns muito grandes, e todos muito bons pescados solhos, e o peixe boi, cujo coro é de proveito. Há muita quantidade e diversidade de porcos e alguns se matam atravessando os braços do Rio, em magotes; há muito veados, muitas antas, pacas, como lebres, gibatos e coatis maiores que elas, aparcas como coelhos, lindos bugios, e saguis, há muitos patos, galinhas, crioulas pequenas, galinholas bravas, rolas, pombas, mutuns, como Perus, Jacus, baracoas como galinhas muitos tucanos em moções como tordos. Aletos e garças. E muitas outras aves e papagaios de comer e de formosas penas [...]

[...] Há mais frutas, abacaxis, batatas, inhames, cajus como macaris, mangabas, como uvas de que se faz vinho e vinagre, anhas como amêndoas no sabor que duram secas, coco de que se faz azeite infinito[...] (SYLVEIRA, 2002, p.116-117).

Outro importante documento, escrito também pelo capitão Sylveira dá conta de um breve inventário sobre as terras do Maranhão. Com o título de *Relação*

Sûmária das Covsas do Maranhão, escrita pello Capitão Symão Estácio da Sylueira. Dirigida aos pobres deste Reyno de Portugal, foi escrita em março de 1624.

Ao longo do texto da *Relação Sumária* encontramos referências à opulência da terra, nas palavras do seu descritor. Primeiro referindo-se as águas e a fauna aquática e terrestre, na seção que destina-se a descrever o território nos seus rios e terras, diz ele:

[...] E o Maracu, que se deveria por muito e muitos espaçosos lagos, em todos e cada um destes rios se pode fundar um Reino opulentíssimo, porque têm nobilíssimas águas, muitos pescados, muito excelentes terras, muitas madeiras, muitas frutas, muitas caças. Fora estes, há muitos outros rios menores e ribeiras que também deságuam nesta baía, e na entrada do Mucucu há umas salinas grandes, fabricadas pela natureza, onde em alguns lagos que secam quando as águas andam baixas coalha muito sal, que ainda não tão alvo, é bom e bastante para o uso comum. (SYLVEIRA, 2002, p.128).

Em outra passagem, agora destinada ao que ele chama de *Comodidades do Maranhão*, faz menções as características do solo e da agricultura do lugar. Nesse aspecto diz que,

[...] vai o Maranhão cada dia em crescimento e a terra mostrando sua fertilidade e fecunda: e são feitas muitas roçarias de farinhas e outras culturas, e há já muitas casas de telha, muito boas olarias, muitas caças, pescarias, mariscos, frutas, mel, hortas, sal e lenha, e algumas criações e outras muitas coisas como adiante diremos, com que vivem contentes em grandíssima abundância [...] (SYLVEIRA, 2002, p.129).

Lembra Sylveira a proximidade do Maranhão com as terras do Estado do Grão-Pará e das mais facilidades que esta região fronteira pode ofertar no abastecimento daquele por esse. Dessa feita, diz que,

O Pará ainda está como fronteira porque há muitos Rios e muita gentildade por eles e pelas Ilhas que são infinitas de que não se ousam fiar e assim não povoam, se não à sombra da fortaleza e por isso não há ainda tantas roçarias, mas a tudo suprirá a vizinhança do Maranhão, donde em grande abundancia lhe pode vir toda a farinha e outras coisas, com que podem se resgatar muitas peças das que legitimamente são cativas, conforme as leis de Sua Majestade [...] (SYLVEIRA, 2002, p.130).

Ressalta o papel do pão para a vida humana. Mesmo citando a passagem do evangelho que diz que não só de pão viverá o homem, toma-a no seu sentido espiritual. Portanto, revela o quanto esse alimento cotidiano é importante para cada ser humano. Referindo-se ao papel do trigo na alimentação humana, diz que “das quatro partes do mundo, as três não usam de trigo [...]”. é pois o caso das terras do

Maranhão. O trigo de lá é a mandioca. Descreve-a assim o tubérculo e seus derivados:

[...] o segundo lugar depois do trigo pertence à Mandioca que é farinha de umas raízes muito férteis, muito sadias e muito substanciais, das quais se fazem muitas sortes de farinha, uma muito fina, tão branca e mais que a do trigo de Alêtejo a que chamou carimã, de que se fazem bolos, que chamam beijus e biscoitos, que chamam caçave e filhos, bolinhos, sobretudo caldo, como o de amido, mais muito melhor que chamam mingau e engomam com ele, como com a goma muito fina de trigo. Faz-se mais destas raízes, a farinha fresca eu tira as saudades do pão mole e a farinha ordinária, que chamam de guerra, que serve de matalotagem e como cá chega já velha e mascava do mar que lhe chama o povo farinha de pão, merecendo este mantimento outro nome de muita estima, porque dela se fazem bolos, pão, biscoito, e cuscuz muito excelente, e com ela se sustenta mais gente que com o pão de trigo que vive mais anos que nós, e vai a Angola, em quantidades de navios carregados, e vem com elas matalotados milhares de almas outra vez ao Brasil e a Índias e a este Reino, e tudo pode suportar tão bom mantimento. [...] (SYLVEIRA, 2002, p.131).

Quanto a alimentação cárnea lembra de como chegaram os primeiros gados naquelas terras, que apesar de poucos, andavam em crescimento. Cabras e porcos também são da mesma sorte bem multiplicados e cita ainda os porcos silvestres em abundância, e ainda mais veados e outras caças importantes como alimentos na região. Segue o trecho um pouco extenso, mas interessante dos comentários:

Posto que até agora não haja no Maranhão muitas criações de gado, todavia, essas vacas que ali foram ter (as primeiras por ordem o Governador Geral do Brasil Gaspar de Sousa) tem multiplicado grandemente e dado mostras de valente produção, porque as crias vão sendo sempre maiores que as mães. E logo no segundo ano empreharam as fêmeas, e os novilhos são de robusta estatura, também as cabras são de grande multiplico, que ordinariamente parem de dois em dois, e as crias medram muito, e já há alguns criadores particulares que tem bastante copia, para se inçar a terra (ainda que seria grande beneficio, entra agora nos princípios mais gado) para em menos anos, vermos nesta conquista a abundancia que há de criações por todo o Estado. [...] Não chegaram lá ainda cavalos, nem ovelhas: os porcos multiplicaram tanto, que já há muitos lavradores que tem cem cabeças, e são muito grandes e de boníssima carne, qual é toda a deste gênero no Brasil, [...] Por cima disto há infinidade de porcos bravos assim dos nossos javalis de Espanha, como de outra casta de cochinos mais pequenos e cabeçucos, que têm o umbigo nas costas e dão em grandes magotes, e se matam muito facilmente de que pela maior parte se sustenta a conquista; [...] Há veados pela terra a dentro e por aquelas lhas, há muitas gazelas, que cada dia vem mortas à cidade. Há muitas antas verdadeiras, que são como vacas pequenas com o rosto como elas: mas sem cornos e o beiço de baixo muito comprido, e não saem senão de noite. Há muitas pacas, que responde cá às nossas lebres. Mas são muito melhores; porque a sua carne é mais branda, alva e gorda, e têm uns couros como leitão, e são muito carnudas e gostosas, assadas e cozidas e de todo modo, também foge para a cova, e se acham uma lagoa quando as perseguem se salvam nela. Há cotias que são como nossos coelhos e melhores, e com a orelha de gato como a paca. Há tatus de diversos gêneros, que são armados de conchas como laminas dos cavalos darmas, tamanhas como um bom gozo e também se escovam e é gostosa a

carne. Há jabutis que são como cágados, mas grandes, e muito ovados por cima, a carne é muito sadia, o fígado grande em sua quantidade, e o mais regalado comer que a natureza criou. Há apercas e coelhos mais pequenos que os de Portugal, e outras diversidades de caças muito extremadas, que a brevidade desta relação, não sofre descrever basta que com um Índio caçador que haja numa casa de grande família, tem um açougue continuo para si e para os vizinhos, e não trato agora mais que do que se come, porque além destes há muitos outros animais e bichos de que espero fazer larga relação na história do Brasil, [...] (SYLVEIRA, 2002. p.132).

Destacamos agora a lista de citações de alimentos por suas classificações de origem:

Aves - Há muitas e muito excelentes galinhas, caseiras, grandes[...] muita criação de peru[...] e patos; porque há muitos bravos e muitas galinhas e marrecos[...] Há nambus, como as perdizes de cá[...] há muitas rolas[...] muitos mutuns[...] jacus, e aracoas [...]

Pescados- Entre todos os pescados, é notável o peixe-boi, porque em taçalhos sem osso nem espinhas se tiram de um destes peixes cinco a seis arrobas de carne, e o peixe é do feitio de um boi sem pernas, com o rabo redondo como uma botija, de que se tira muito azeite[...] é excelente coisa o jurará, que assim chamam a uns grandes cágados da água doce, que se comem também por peixe, sendo eles mais carnosos, que um porco[...] Há muitos erubins, çolhos, camaroupins, Pyraguivas, chernes, meros, que são peixes de uma até três arrobas. Há pescados de três castas, bicudas, de linha, e outras que têm o couro como chamalote de seda, há corvinas, abroteas, enxareos, douradas, pargos, bonitos, cações, arraias, bagres, moréias, enxarrocós, pampanos, enxadas, sargos, peixe pedra, requeimes, choupas, peixes reis, linguados, peixe galo, agulhas, robalo, bodião, inguias, eirós, polvos e outras diversidades de pescados, que cá não conhecemos [...]

Marisco - Há muitos caranguejos [...] ostras do lodo e de pedras, grandes camarões: búzios de muitas sortes, mexilhões, berbigões, longueirões, ameijoas, perseves em pedras, caramujos, pernambis[...] (SYLVEIRA, 2002, p.132-133).

Legumes e hortaliças - Há muito e bom arroz, muito milho zaborro e outro branco, muitos feijões, e favas de diversas castas, amendoins muito gostosos para regalo, muitas batatas de cores por dentro e por fora, amarelas, roxas, laranjadas, brancas e vermelhas [...] Melhor que as batatas são as macaxeiras, também raízes mais compridas a modo Mandioca [...] Há melões excelentes, pepinos, melancias e aboboras de diversas castas, e bugangos, a que lá chamam jerimuns, nabos, rabãos, couves, coentros, endros, segurelha e cebolas[...] O afamado ananás[...] (SYLVEIRA, 2002, p.133).

Árvores e Frutas - [...] laranjeiras, cidreiras, limoeiros, zamboas, toranjas, e limas se dão nesta terra estremadamente, e também romeiras, parreiras, figueiras e marmaleiros[...] muitos coqueiros de cocos que vieram no Pernambuco[...] infinidade de palmeiras muito grandes e de todas as castas de que se usam palmitos[...] , os cajus: mangauas com sabor de sovas, mais maiores e melhores, guayavas, araçás, cajás, guajarases, pacovas, bananas, bacuris, coquinhos, palma; [...] (SYLVEIRA, 2002, p.133).

2.8 A PLANTAÇÃO DAS GUIANAS POR JOHN DAY, O INGLÊS

Os ingleses se interessavam por explorar o grande Rio das Amazonas. “Durante a primeira metade do Século XVII, ingleses e irlandeses enviaram persistentes esforços para manter entrepostos comerciais e plantações na região”. Colonizaram entre 1612 e 1632, terras que seguiam o canal norte do estuário, “desde o Cabo do Norte até o Equador, obtendo lucros consideráveis com o tabaco, tintas e madeiras [...]” (PAPAVERO et al., 2002, p.135).

Um dos documentos desse período foi escrito por John Day com o título de *Publication of Guiana's Plantation* em 1632. nele, há por começo, um interesse de encontrar justificativa sobre como se pode explorar as terras de outrem. Faz uma apologia de como e porque devem os estrangeiros tomar de posse aquelas terras, buscando para tanto, respaldo nos textos sagrados do cristianismo. Nesse mérito, diz que,

É verdade que todos os homens, através da queda de Adão, foram privados da glória de Deus, e dos bens terrenos, até que com Cristo foi restabelecido o uso das coisas criadas a todos os crentes, e portanto o direito daquilo que possuímos vem-nos de Cristo, e por essa razão, os pagãos não têm direito ao que clamam ser seu, não obstante ter o Senhor ficado satisfeito em aguentar viver na terra com eles, sem desenraizá-los do lugar que habitavam até o dia da colheita, durante cujo tempo a terra em que eles haviam vivido fora chamada sua... do que podemos concluir que Deus não permite aos seus privar um povo da posse de sua antiga habitação para aumentar seus próprios limites; todavia, se for necessário que o povo de Deus tenha que viver com eles... Neste caso os homens podem indubitavelmente possuir uma região já habitada por outrem[...] (DAY, 2002, p.137).

Conclui pelo arrazoado acima, que há legalidade no que faziam, e

De todo modo, os habitantes da Guiana estão ansiosos para que nossa nação vá habitar essa boa e espaçosa região com eles (tal como está mais extensamente na relação do Sr. Harcourt sobre a Guiana, dedicado à excelentíssima Majestade do Rei, 1626). Portanto, sem questão alguma, as plantações lá feitas ultimamente por nossa nação são ilegais. (DAY, 2002, p.137).

No relato, seguem referências aos recursos utilizados na alimentação local. Destaca a existência da Mandioca e do milho como alimentos básicos do cotidiano:

As provisões de boca são muitas; em primeiro lugar a raiz chamada Mandioca, de que os guianeses fazem seu pão; há igualmente uma espécie de grande trigo chamado Milho, que atinge um grande tamanho e produz uma excelente farinha para o pão: da supracitada Mandioca, e deste milho,

faz-se uma espécie de bebida chamada Paranaw, muito parecida à melhor cerveja nossa; têm também outras espécies, que por brevidade deixo de mencionar aqui. (DAY, 2002, p.138).

Apresenta uma lista da fauna que bem serve de comida e faz loas ao gosto bom dessa culinária local:

Há veados de diversas espécies, Porcos selvagens, Lebres e Coelhos em grande abundância, além de uma grande besta chamada Tapir, que no gosto é como carne, e pode ser salgada; há outra criatura que usualmente vive na água doce, e se alimenta de capim e ervas nos pântanos (e é por nós chamada de Vaca marinha), sendo no gosto como carne, e também pode ser salgada, como a primeira; destas há grande quantidade na estação devida, e elas também servem para abastecer os navios que voltam para casa, como se demonstrou ultimamente. [...] patos selvagens, gansos selvagens, galinhas, grou, cegonhas, faisões, perdizes[...] A variedade de peixes é grande, de início tainhas, gorazes, linguados, raias, peixe espada, focas, um peixe como o salmão, mas diferente na cor, camarões, lagostas e ostras, e há outros tipos, além dos de água doce de muitas espécies que nestas partes da Europa são-nos desconhecidos.[...]

Quanto à flora comestível destaca o “abacaxi, Banana, Nêspersas, Ameixas e Nozes de diversos tipos, além de uma quantidade de Batatas [...] O primeiro produto de valor que ali cresce é a cana-de-açúcar; da qual em certas partes há quantidades[...]” (DAY, 2002, p.138-139).

Mercadores franceses procuram comerciar com o Grão-Pará. Objetivavam enviar um navio carregado de mercadorias e para isso pediam autorização de D. João IV. O Conselho ultramarino ressalta que os mesmos franceses haviam dominado o Maranhão de onde foram expulsos, e que a vinda deles poderia causar inconveniências. Seguem trechos da carta:

Manda Vossa Majestade pelo decreto posto na petição inclusa de Phillippe e Conrade Elguen, mercadores franceses que pedem licença para mandar um navio carregado de mercadorias ao Gao-Pará, que ela se veja e consulte neste conselho[...]os franceses estiveram muitos anos possuidores do Maranhão, até que dali foram deitados por Gaspar de Souza, Governador do Brasil, causas porque se deve reparar muito nos inconvenientes que não são pequenos de tornarem a ser vistos naquele Estado[...]deve a licença ser com declaração, que o navio venha a esta cidade e pague nela os direitos que das fazendas que levar, se deverem a de à Vossa Majestade, assim aqui, como no Pará, é juntamente de fiança na forma acostumada à rebeldia de patrão, e a voltar a esta mesma cidade com as fazendas que trouxer e pagar os direitos que dever, no que em nenhuma forma convém dispensar. Em Lisboa, 23 de maio de 1653 (DAY, 2002, p.139).

A experiência colonial deixou marcas profundas na região amazônica. (SOUZA, 2001). As primeiras atividades de exploração da Amazônia após a

chegada do branco europeu “fizeram parte de um projeto alienígena que considerava primordial os interesses de quem a colonizava e muito menos do homem que já habitava esse território”. Uma sequência de políticas coloniais levou povos indígenas à dizimação. (ALVES FILHO, 2000, p.45).

Como não havia um produto que centralizasse todo esforço de mão de obra como ocorria na região do nordeste brasileiro, a figura de uma aristocracia rural via-se impossibilitada na Amazônia colonial. (TOCANTINS, 1982).

2. 9 BELÉM É FUNDADA: AVANÇAM OS PORTUGUESES SOBRE A AMAZÔNIA

A cidade de *Santa Maria de Belém do Grão Pará* foi fundada em 12 de Janeiro de 1616 por luso-brasileiros. Era um período no qual estavam unificadas as monarquias ibéricas sob a direção da Coroa de Espanha. Pelo Tratado de Tordesilhas (1494), a maior área da região pertencia aos espanhóis. Como nesse momento não havia separação entre as duas coroas, foi possível a expansão portuguesa na Amazônia. Os portugueses prestavam serviço a Espanha e dessa feita ocupavam e buscavam defender o território contra invasores. Em 1640, com a dissolução da União Ibérica, esse processo de ocupação lusitana estava bastante adiantado. Um novo Tratado reverá os limites de cada coroa. Com a assinatura em 1750, do Tratado de Madri, a Espanha reconhecia o direito português à Região Amazônica (BEZERRA NETO, 2001).

O pragmatismo lusitano fez com que soldados conquistadores do Grão-Pará aprendessem com a natureza do lugar, que nas pelejas contra outros estrangeiros europeus pudessem ter “um conhecimento exato das condições do meio, suas peculiaridades, e das reações da bugraria, que formava uma barreira viva a serviço, pelo menos no estuário, dos povos invasores, aos quais os índios se aliaram” (TOCANTINS, 1982, p. 25).

O francês Daniel de La Touche, conhecido como Senhor de La Ravardiére, em 1612, coordenara a fundação de São Luis do Maranhão. Com profícuas alianças com os nativos indígenas na região, Ravardiére partia em direção ao Rio das Amazonas. Em 1613, adentrando o vale amazônico fez amizade com os índios *Tupinambás*, habitantes das margens do Rio Pará. Sob ameaça de tomada de São Luis do Maranhão pelos portugueses, foi obrigado a retornar (BEZERRA NETO, 2001).

Em dezembro de 1615, Castelo Branco chega com seus companheiros de expedição à Baía de Guajará. Construíram um forte, conhecido como do *Presépio*. a cidade de *Nossa Senhora de Belém* era fundada aos 12 dias de janeiro de 1616 (BEZERRA NETO, 2001). O conquistador não perdera tempo. Logo se tornaria proprietário de canaviais. Durante os quase três anos (janeiro de 1616, a setembro de 1618), “tempo relativo à sua tumultuosa permanência no Forte do Presépio,- ainda encontrou folga para fabricar ‘açúcar perfeito’, antecipando-se, assim, a qualquer outro português nesse ramo de indústria no Pará recém-ocupado” (TOCANTINS, 1982, p.27).

A expedição famosa de Pedro Teixeira, nos anos 1637 e 1638, era composta por setenta soldados e mil índios. Sairam de Cametá, pelo Rio Amazonas, até o seu alto curso entrando nos rios Napo e Coca (BEZERRA NETO, 2001). Português de Castanheda (próxima de Coimbra) Pedro Teixeira seguiu em expedição com Caldeira de Castelo Branco para fundar a cidade de Belém. Passou a enfrentar a partir de 1616, os holandeses, que se achavam interessados no rentável comércio dos produtos extraídos da Amazônia e para tanto pretendiam se estabelecer às margens do grande Rio das Amazonas (PAPAVERO et al., 2002, p.149).

Endereçando ao presidente da Audiência de Quito, Pedro Teixeira redigiu no dia 2 de janeiro de 1639, uma Relação da sua jornada pelo Amazonas. (PAPAVERO et al, 2002, p.152).

Na composição do texto de a *Relação do Rio das Amazonas*, Pedro Teixeira enumera os alimentos oriundos da terra como frutas e legumes, e dá destaque aos que se provem do mato, ou seja, da caça. Destaca as tartarugas e cita a produção de farinha de mandioca:

Nesse grande sítio tem Sua Majestade uma fortaleza que chamam “O Presépio”, situada na Cidade de Belém; dista do mar 25 léguas e fica na Banda do Leste, numa ponta de terra firme muito saudável e fertilíssima de todos os frutos da terra e muitos de Espanha, como são melões, melancias, pepinos, hortaliças, romãs, laranjas, cidras, limas, doces, toranjas, figos, algumas uvas de cachos tão grandes que pesam três ou quatro libras, e tudo com tão lindo sabor que excede as de Espanha. Está situada a dita fortaleza sobre uma grande enseada que ali faz o rio, tendo a vista três caudalosos rios; o primeiro se chama Capim, o segundo Oscazas (Acará?), o terceiro Moysu (Moju) todos abundantes de alguns peixes e muita caça do mato. [...]

[...] as terras prometem muita fertilidade pelo que vi; nos povoados de Índios que conheci são tantos (os Índios) que não me atrevo a lhes dar o número; é gente de guerra, mas política que os demais que até ali vivem; em seu poder encontrei alguns pedacinhos de prata metidos em madeiras que traziam nas orelhas, mas pouca quantidade (de prata?), tem o rio assim

como o pouco peixe, mas muita tartaruga e muitíssima caça; pusemos-lhe de o nome de Santa Luzia porque no seu dia chegamos lá; aqui fizemos 500 fanegas de farinha de mandioca para o nosso resgate (suprimento), por haver muitíssimo, e milho, que é o sustento de todos os moradores de um e outro rio [...]

[...] É incrível a fertilidade desse rio, porque têm muitos peixes de diferentes qualidades, muitas carnes do mato, muitíssima mandioca e ainda muitíssimas frutas de diferentes castas, grande número de tartarugas e madeiras m grande número de diversos tipos; [...] (TEIXEIRA, 2002, p.152-153).

Desta mesma expedição, também participara o Padre Jesuíta Cristóbal de Acuña. Autorizado por Filipe IV de Espanha. Juntamente com Andrés de Artieda, seguiram viagem até a província do Pará (LINHARES, 1994).

O jesuíta valoriza a região que corre ao largo do Rio Amazonas. Para ele, essas províncias não precisam de outros bens porque nelas abundam recursos necessários a condição humana, como alimentação obtida das águas, muitos peixes e também na terra com bastante caça e frutos. Valoriza também os nativos daquelas terás por possuírem “muitas habilidades e aguda inteligência para tudo o que lhes importa, como iremos vendo no curso desta história” (ACUNÃ, 1994 ,p.69).

Dentre a fauna aquática destinada à alimentação dos nativos, destaca o peixe-boi. Assim se expressa:

[...] do que mais se alimentam, ou como dizem, lhes faz o prato, é de peixe, incrivelmente abundante neste rio, onde o pescam a mancheias. Porém, dentre todos os pescados, aquele que, como um rei, se assenhoreia do das Amazonas, e o enche todo, desde seu começo até quando deságua no mar, é o peixe-boi, que pelo sabor já justifica o nome, pois não há quem o coma que não o tenha por boa carne (ACUNÃ, 1994, p.78).

Uma característica da produção de alimentos desses povos é o de não dominarem técnicas de conservação de alimentos, em especial, de carnes. A solução para a estocagem dessas proteínas é feita em criadouros. Descreve Acuña que,

Apesar de não lhes ser possível conservar por muito tempo a carne, não falta aos nativos habilidade no sentido de ter carne fresca de tartaruga durante todo o inverno, porque, mesmo não sendo tão saborosa quanto a outra, é mais sadia e não menos aproveitável. Para isso, fazem alguns viveiros grandes, cercados de paus, cavados por dentro, de sorte que, como lagoas de pouca profundidade, aparam sempre a água da chuva. Feito isso, na época que as tartarugas saem para desovar nas praias (ACUNÃ, 1994, p.79-80).

Comemora a abundância fazendo loas ao aparato que a natureza oferece ao lugar, sobremaneira, em alimentos. Os índios voltavam sempre, “uns carregados de

pescado, outros de caça, o suficiente para que ficássemos satisfeitos. Isso não ocorreu um dia ou outro, mas todos, enquanto durou a viagem, que foi longa, como já disse”. Atribuía tanta fartura à providência divina, lembrando o milagre da multiplicação dos pães e peixes. (ACUNÃ, 1994, p. 84).

Outra expedição comandada por Pedro Teixeira, que partiu da foz do Amazonas até Quito foi relatada em documento que se atribui ao Pe. Alonso Rojas: *A Relación del Descubrimiento del el Rio de las Amazonas, hoy S. Francisco del Quito, y declaracion del mapa donde está pintado*. (PAPAVERO et al., 2002)

Descreve o padre Rojas os índios que habitavam grandes ilhas ao longo do Rio. Também se detém em explicar os procedimentos de plantio utilizados por esses povos:

[...] As maiores ilhas deste rio são 4 ou 5 léguas de comprimento, outras de 3, outras de 2, outras de 1, outras de comprimento muito pequeno, e esta banham o rio, quando crescem as enchentes, por grandes que são. Estas ilhas grandes habitam índios em diferentes povoações e aldeias; as pequenas cultivam, aproveitando-se delas para semear yucas e milho em grande quantidade, e para que com as inundações e crescentes não se percam o fruto do trabalho da sementeira, usa da planta seguinte: cavam a terra uns assentos ou covas, e ali enchem de yuca, e a tapam muito bem quando as águas banham a ilha. E depois que se retiram e se descobre a terra a sacam e comem, porque não fica podre com a umidade. [...] (ROJAS, 2002, p.160).

Comenta com tom poético a fecundidade da terra nessas paragens: “[...] Do rio das Amazonas, afirmam os que lhe descobriram, que seus campos parecem paraísos, e suas ilhas jardins, e que se ajuda a arte a fecundidade do solo, serão entretenimentos paraísos e suas ilhas jardins”. (ROJAS, 2002, p.161).

Chama a atenção como admirado está o descritor dessa Relação em função do povoamento das aldeias indígenas por ele vistas:

[...] Tanto é sua numerosidade, que não podendo caber em terra firme, os arrojam nas Ilhas. E não só o rio das Amazonas está tão povoado de gente, senão também os rios que nele deságuam, pelos quais navegou o dito piloto três e quatro dias e disse que cada um destes rios é um reino muito povoado e o rio grande é um mundo inteiro, maior descoberto até agora em toda a América. De sorte que tem por certo que são mais os índios destes rios que todo o restante das Índias descobertos, porque as províncias não tem número e a terra adentro está tão povoada como as margens; de sorte que se todos os sacerdotes que hoje há nas Índias se ocupassem no trabalho de tão estendida vinha, estiveram tão ocupados e faltaram ministros. (ROJAS, 2002, p.163).

Destaca, além do espanto com a quantidade de habitantes ao longo do Rio, como é abastecida a região de alimentos e de como seria ainda mais farta se nela semeassem sementes da Espanha:

Tem os índios muita carne de monte, como são de antas, veados, porcos monteses, cotias, pacas, coelhos e outros animais comestíveis. Há na montanha grande soma de monos de diferentes maneiras, algumas tão grandes, que morta uma não a pode carregar um negro. No Maranhão há alguns cavalos e éguas, espera-se multipliquem-se estes gados de sorte que encham os campos, conforme são de férteis[...] Há muitas aves na montanha e árvores do rio, agradáveis para o sustento humano, como são pavas do monte, paujies e perdizes tão grandes como galinhas, em grande abundancia; algumas se matam flechando-as, outras levantando-as de seus pastos, vêm revoando a cair no rio, e ali colhem à mão. No Pará e Maranhão há muitas galinhas da Espanha. Todas estas províncias são abundantes de mantimentos e a capacidade de que se nelas se semeiem as sementes da Espanha, se dariam com abundancia. As frutas são muitas e diversas, todas as que são próprias de Índias, melhores e mais agradáveis que em outras partes. Em algumas províncias há cana doce e muito alta e grossa, e por todo o rio infinidade de cacau, tanto que se podem carregar naus; de tabaco há muito, e beneficiado é muito bom. [...] (ROJAS, 2002, p.164-166).

Como instalar colonos com maior segurança se os tupinambás não queriam mais a presença portuguesa nessa região? O próprio forte de Belém, mesmo recebendo reforços e frequente apoio português oriundo do Maranhão, não conseguia se firmar. Começava a imperar uma desordem na localidade, e já os índios sem medo dos soldados portugueses acabaram por matar alguns portugueses. Cercaram o forte. Isso era possível por sua superioridade aliado ao conhecimento da região. Mesmo assim prosseguia a montagem do aparato colonial português. (SOUZA, 2001).

Dom João IV tinha como maior interesse para a região, o povoamento do Maranhão e Grão-Pará. Uma Carta de Foral, Povoamento e Doação, datada de 4 de março de 1644, concedia a “Peter Suetman o direito de povoar terras do Pará”. Suetman, um irlandês católico, era um perseguido religioso. Sob a promessa de reconhecimento como soberano natural o rei português, assumia em nome de cerca de quatrocentos companheiros respeito aos direitos e deveres que aos portugueses eram dados e obrigados (SOUZA, 2001, p.72).

Em 1653, é redigido o documento *Nuevo Descubrimiento del Rio de Marañon, llamado de las Amazonas hecho por la Religión de Sao Francisco año de 1651, siendo misionero el padre Fr. Laureano de la Cruz y el padre Juan de Quincoces, escrito por la obediencia de los superiores en Madrid año de 1653, por*

Fr. Laureano de la Cruz, hijo de la Provincia de Quito, de la orden de S. Francisco.

Um relato das tentativas de catequização de índios pelos franciscanos, também deixa transparecer os conflitos de sua ordem com a dos jesuítas. (PAPAVERO et al., 2002). Vejamos:

A província dos índios Abixira, que era de onde havíamos de entrar, está povoada do grande rio, indo por ela para baixo, a mão direita do rio, que é a vanda do Sul, e tem seu começo na mesma margem que os Encarregados, e se vão continuando povoações por mais de cinquenta léguas, dizem que é província de muita gente. [...]

[...] Andam todos estes índios nus, dormem em jamacas e sustentam-se de milho, que colhem em abundancia, e de yucas que são umas raízes que semeiam de que se faz muito Caçabe, e de chontaruras que é uma fruta de palmas que eles cultivam, e estes gêneros e outros semelhantes que há nesta província lhe servem de comida e de bebida. Tem mel de abelhas que se cria nos ocos das árvores, todavia não usam da cera. Tem muito pescado, caça de monte, e muita fruta da terra. Tem muito tabaco de que todos usam fumando-o em fumo. Prometem estas terras cultivadas outros gêneros, arroz, cacau, canas doce e bom algodão, como já se vê algum de que usam para cercar os braços e as pernas, com umas faixas que as índias fiam e tecem, e que dizem fazerem para serem mais rápidos e fortes. (LA CRUZ, 2002, p.212).

[...] Sustentando-nos Nosso Senhor todo esse tempo com ovos de tartaruga que achamos por aquelas praias, e com alguns pescados, com frutas do monte e cogollos de palmas que fomos ao sitio de Anete, achamos ali muito milho, yuca, plátanos e batatas de comer, e casas que alvergarnos e descansar. [...] (LA CRUZ, 2002, p.215).

Faz referência o frei à dinâmica das águas às margens dos rios e de seu tempo fértil, bem como de espécies aquáticas e terrestres que compõem a gastronomia dos indígenas da região:

[...] Sustentando-se os Omaguas dos mantimentos ordinários da terra, de que já temos dito. O ano que não se alaga a terra é muito fértil, mas o que se alaga muito estéril. O pescado destes rios é muito bom, e há muitas tartarugas, que é muito bom o sustento, e também é bom o sustento o peixe boi, que é tão grande, cada um como um bezerro e tem a cabeça do mesmo feitio, pegam ervas nas margens dos rios, sua carne é como a de vaca, e de muita sustância. O modo de se caçar aves e animais daqueles montes, a natureza e a necessidade estão ensinando aos seus habitantes. O ordinário são flechas, arpões, zarabatanas e laços que eles fazem a seu modo. Um gênero de gado de pelo há em todas aquelas terras, que tem o umbigo no lombo e, quando os matam, é necessário cortar-los logo, porque senão pegam o odor a carne que é muito sadia e boa. Também há uns animais que chamamos Antas, tão grandes como terneras, e quase do mesmo feitio, que serve sua carne de sustento e os couros para rodela, e fazem deles os índios com que se reparam quando lutam. [...] (LA CRUZ, 2002, p. 228).

Uma expedição de fevereiro de 1656 seguia em direção aonde possivelmente se encontraria ouro, sob comando de Pedro da Costa. Seguiam em três canoas. Na expedição, o Padre João de Souto Maior, registrou suas observações de viagem em

um diário, que teve sua publicação quase três séculos depois, em 1916. (PAPAVERO et al., 2002)

Souto maior descreve o quadro da saúde que viu pelo sertão paraense e de como trabalhavam muito os sangradores para sanar as febres que cometiam os arraiais:

A fama que o sertão do Pará tem de ser doentio é menor que a verdade: não foram bastantes diligencias, algumas para não derramar por todo o Arraial um mar de febres: não havia casa, nem rancho, nem canoa, onde não entrasse o sangrador: quatro homens se ocupavam pela manhã e a tarde, andaram picando as veias, não sem grande trabalho meu: porque, acabava a missa, ia correr o Arraial, vendo os que haviam mister, mandando a todos carimã e açúcar; a outros, alguma caça, ou pescado leve, conforme a fraqueza e qualidade da doença; [...] (MAYOR, 2002, p.240)

Nas suas andanças pelo lugar, assistindo aos outros, descreve a penúria que ele se submetera a míngua de alimentos:

[...] E assim me pus no caminho pelo sertão dentro sete dias a pé, com trabalhos de mosquitos e chuvas, por ir em conjunção de águas passando por muitos alagadiços e muita fome, pelo mato ser estéril, com farinha e castanha passamos alguns dias, e outros só com palmitos, só duas cotias e dois jacarés que achamos em duas ribeiras, matamos neste caminho, mas, que era isto, para 19 pessoas que, assim por razão de fato, como de segurança, me acompanhavam? [...] Triste jornada foi esta jornada para mim: todo dia sentado na água, ora lançando-a fora, ora remando, despido, descomposto, todo molhado: a farinha acabou-se: houve dia que passamos três com Inembú, outros só com castanha [...] (MAYOR, 2002, p.242-243).

Maurício de Heriarte, companheiro de Pedro Teixeira, em 1662, escreveu uma descrição do maranhão e Pará, além do Rio Amazonas. O documento *Descrição do Estado do Maranhão, Para, Corupa, Rio das Amazonas* foi feito por ordem do Governador e Capitão-Mor Ruy Vaz da Siqueyra (PAPAVERO et al., 2002).

Heriarte se dedica a convencer que não só os metais preciosos, mas as especiarias poderiam destruir a atividade da Companhia Holandesa das Índias Orientais e da economia maior desse país. Afirma que,

Todos estão de acordo que existem minas riquíssimas em vários lugares de que faz menção a relação; mas é infalível que, se houvesse grandes habitações nos lugares onde cresce a Canela e o Cravo e, se se pudesse cultivá-los com cuidado, destruiríamos a Companhia Holandesa das Índias Orientais, que é o principal recurso e sustento dessa República. (HERIARTE, 2002, p.273).

Quanto ao fraco desempenho nas minas, recorre à preguiça portuguesa nesse mister. Diz ele, que

[...] os Portugueses, sendo naturalmente preguiçosos e não tendo pessoas especializadas entre eles, não se dedicaram à descoberta de minas, tendo achado alhures suficiente com que ocupar-se ultimamente e mais seguramente a fazer bellissimo açúcar e boníssimo tabaco; e esta facilidade de ganha abundantemente sua vida é a única razão de não retirarem nem ouro nem prata de suas Colônias; a não ser algum ouro em pó das lavagens de tantos rios que concorrem de todos os lados a formar o Amazonas, que é, sem contradição, o maior de toda a terra habitável. (HERIARTE, 2002, p. 274)

Ressalta ainda que o cravo, “que os Portugueses só descobriram no ano de 1658, e do qual fazem um grande comércio, apesar de só venderem em casca”, falta-lhes saber como cultivá-los da forma que se faz nas Molucas. Outro produto “era a canela, semelhante aquela do Ceilão, do qual esta relação portuguesa faz menção [...]” (HERIARTE, 2002, p. 277).

Esclarece Heriarte o porquê da construção portuguesa do Forte de Curupá. Era por conta de os índios “que ficam acima das barras do rio das Amazonas, são muito amigos dos estrangeiros, e inimigos dos Portugueses”. Sendo assim, “os Portugueses construíram o forte de Curupá acima das barras, a fim de impedir a comunicação dos índios com o estrangeiros, que entretanto não deixam de ir quase todos os anos à pesca do peixe boi” além do comércio praticado com o tabaco e outros produtos.(HERIARTE, 2002, p.278).

Ao mencionar o Rio Negro, o faz na perspectiva de informar o quanto seria promissora uma colônia no lugar. Para tanto, enaltece a abundância de víveres da região:

Que o Rio Negro é muito vantajoso para o estabelecimento de uma grande colônia, porque é profundo, e porque nele podem navegar grandes navios. Que ele é muito abundante de todas as sortes de viveres e refrescos, como são a Mandioca, o Arroz, o Milho, toda espécie de frutas, há quantidade de caça, e grande abundancia de pastos; [...] mas sobretudo há canela, e tintas, da qual os índios não fazem caso. (HERIARTE, 2002, p.278).

2.10 TENTANDO FUGIR DO EXTRATIVISMO

Os holandeses já se davam conta que a melhor atividade econômica para aquela região seria o da coleta das especiarias silvestres, bem como da utilização da fauna aquática. As especiarias dominaram as atividades econômicas regionais, por bastante tempo, chegando a ser caracterizada como o primeiro ciclo da

economia da Amazônia. Cumpria o papel decisivo no desenvolvimento e manutenção do Estado do Maranhão e Grão-Pará (TOCANTINS, 1982)

O extrativismo na floresta exigia um comportamento distinto de outras atividades econômicas conhecidas no restante da colônia portuguesa. Muita floresta, muita água nos rios, muito esforço dos braços nas tarefas econômicas. Portanto, “é obvio que a participação do índio seria inevitável e reclamada como o único meio de lograr êxito no esforço colonizador” (TOCANTINS, 1982, p. 26).

O açúcar e os seus engenhos foram os maiores empreendimentos no século XVII no Brasil. Mas essa economia não encontrava fôlego na Amazônia. Alternativas eram reclamadas para a região. Após a independência de Portugal, havia a necessidade de se firmar ainda mais o processo de conquista portuguesa. Outras economias, que não somente a extrativista, que no século XVIII era tida como primitiva e pouco segura eram exigidas, entretanto elas não haviam da parte dos portugueses. Os capitais necessários não estavam disponíveis no reino. Isso levou a uma reorientação de domínio da região, quando entre 1700 e 1755, os portugueses encontrando dificuldades na “transformação dos índios em mão de obra para as plantações, e a prioridade é para a construção de uma rede de missões e aldeamentos, quase todos voltados para a agricultura de sustentação”, sendo recorrida ao conhecimento “milênar dos próprios índios”. Para tanto, passou-se à “conversão espiritual dos índios e transformá-los em “índios portugueses”, embora a organização do trabalho não tenha sido esquecida”. Saia de cena (ou da cena principal) o conquistador, protagonizando dessa vez o missionário (SOUZA, 2001, p.79).

Durante três séculos de experiências desfavoráveis, a indústria do açúcar pouco tinha a oferecer ao mercado internacional. “Sabe-se que, entre os anos de 1773 e 1800, o Pará exportou para Portugal 2.055 arrobas do produto. Uma exportação que pode ser caracterizada de simbólica, apenas”. Como parâmetro, basta comparar a produção de outras matérias-primas no mesmo período de vinte e sete anos: 380.549 arrobas de cacau, 321.757 arrobas de arroz, o café com 32.430 arrobas e o algodão com 16.466 arrobas (TOCANTINS, 1982, p.74).

Essa performance perduraria por bastante tempo, passando do Brasil colonial ao Brasil império. “Basta assinalar que entre 1836, exportava se de Belém 164.664 arrobas e 12 libras de cacau, 105.586 arrobas e 22 libras de arroz pilado, e o açúcar só alcançava 13.753 arrobas e 8 libras”. O café declinou na sua produção, até que

1870 saia da região com destino quase exclusivo para o Sul do País. (TOCANTINS, 1982:75)

A baixa produtividade dos engenhos de açúcar no Pará fez com que o presidência da Província, o General Couto de Magalhães afirmasse que

o Pará tem uma população aproximadamente de 300.000 habitantes, que exporta sete mil contos de reis. Nos Estados Unidos e em Cuba, um trabalhador de açúcar produz, por ano, de 300 a 350 arrobas dessa matéria. Um bom produtor em nosso país consegue apenas 100 arrobas de açúcar por ano, pelo que existe a favor do produtor norte-americano, de Cuba, ou de outros países em idênticas circunstâncias, uma diferença de 200% em relação a nós. Tomando por base a produção do açúcar teremos que, se nós produzíssemos como produzem os norte-americanos e os homens de Cuba, nossa exportação e importação seriam 200% maiores que são, isto é, em vez de 7 mil exportaríamos 21 mil contos, e em vez de 6 importaríamos 16 mil contos (MAGALHÃES apud TOCANTINS, 1982, p.75).

De tão pouca qualidade e quantidade, D. José I em 1761 deu a ordem. O açúcar saia da pauta de exportações. Fabricá-lo somente para consumo do Estado. “O Rei não aceitava a qualidade do produto amazônico”. O Pernambucano e o Baiano eram tidos como de primeira qualidade. Por isso, o “prestígio entre os consumidores estrangeiros, para o aumento de poder e de cabedal dos aristocratas rurais do Nordeste, produtores tradicionais”. (TOCANTINS, 1982, p.77).

O cacau gozava de prestígio no comércio externo. Mas declinou seu papel na economia da região quando, na metade do século XIX, sementes amazônicas foram levadas à grandes plantações na Bahia. O interesse pelo fruto do cacau era sobre o uso variado na Europa. “A casca, reduzida a cinzas, empregava-se com índice ótimo na indústria de saboarias. Das amêndoas extraia-se finíssimo óleo, a manteiga de cacau”, excelente por não rancificar e ótima como base de cosméticos finos, sem contar o seu chocolate, bastante cobiçado pelos paladares europeus (TOCANTINS, 1982, p.81-82).

Chamava a atenção como os jesuítas e outras congregações religiosas prosperavam em suas economias contrastando com crise vivida pelos colonos. O segredo? A mão de obra indígena: é fato! (TOCANTINS, 1982, p.30).

“As missões criavam gado em suas fazendas, produziam algodão, farinha, açúcar, aguardente, faziam salga de peixes e mandavam canos às drogas do sertão. Índios, elas os tinham de sobra para todos os misteres”. Os colonos não viam essa diferença de resultados com bons olhos. Para eles, tratava-se de uma concorrência injusta! (TOCANTINS, 1982, p.30-31).

No Marajó, tomado como exemplo, os religiosos foram os maiores proprietários de fazendas e reses de gado. “E, em consequência, no ano de 1726, a Câmara Municipal criou em Belém o primeiro açougue de distribuição de carne verde às populações. A raça bovina integrava-se, afinal, na sociedade amazônica para fornecer carne e leite” além de outros subprodutos como o couro. (TOCANTINS, 1982, p. 64).

Os colonos paulatinamente passam a conflitar com os missionários (em especial com os jesuítas). Isso ocorreu e gerou grande tensão na região e muito embora a produtividade agrícola fosse destacada, mas os preços no mercado internacionais não davam conta de cobrir os investimentos. “Os primeiros vinte anos do século XVIII foram de subsídios para os colonos da Amazônia, já que a ênfase era a manutenção do território. No entanto, essa política de ocupação não poderia durar muito”. (SOUZA, 2001, p. 80).

Em ofício do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, é comunicado para o secretário de estado da Marinha e Ultramar as condições precárias da comunidade de Vila Vistosa. Além de destacar a situação delicada de moradia, o Governador ressalta a penúria por que passam os moradores:

De Macapá passei a Vila Vistosa, gastando vinte e quatro horas justas naquela navegação, da qual a maior parte é pelo rio do Anarapécú acima, que faz menos frequentada a sobredita vila, pela maior distancia em que fica da costa e margem setentrional do Amazonas[...]Todo o empenho desta gente era abandonar a povoação pela penúria em que nela vivem, e pela falta de meios e de possibilidades para a cultura das terras, que tanto mais curta, e se dificulta neste País a quem não tem escravos ou servos para os pesados trabalhos a que ela obriga. Porém, eu os contive animando-os e persuadindo-os à subsistência e dando a esse fim todas as providências que só por ora cabem na pequena possibilidade do Estado (informação verbal, 1773).

A *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Brasil*, em 1904, publicou uma série de documentos provavelmente compilados nos anos iniciais da década de 1750. São aqui recorridos: *A viagem do Cabo do Norte* (1904; p. 250-251); *Mapa das Cachoeiras que se passam indo para o Mato Grosso* (ANON., datado de Miruá [hoje Barcelos], 4 de agosto de 1754; p. 266-272); *Noticias da Ilha Grande de Joannes dos rios e igarapés que tem na sua circunferência, de alguns lagos que se tem descoberto e algumas coisas curiosas* (ANON., 1754; p.194-301) (PAPAVERO et al., 2002).

Destacamos nos documentos passagens que dão conta da existência de víveres na costa amapaense, as cachoeiras de Mato Grosso e Joannes no Marajó, respectivamente:

[...] e se vai ao Guanani, tem baixos que espriam muito, tem muito peixe de linha, gapiopa [garoupas?] e muito caranguejo, no outro dia se parte da mesma sorte e se vai ao Igarapé Venanari mais limitado e é de água preta, daqui se parte de madrugada e se vai aportar em um igarapé que lhe chamam os índios – Igarapé Mirim, tem cachoeiras, tem muito caranguejo, Mogres [Mangues?], [...] (A VIAGEM DO CABO NORTE, 2002, p. 328)

[...] o rio de Santa Maria Madalena o qual com uma missão com o dito titulo tem para cima de 500 índios [...] e aí por uma e outra parte do rio onde saltava muitos Cervos e Veados, Capivaras, Antas, Pacas, Onças, e principalmente onde era o campo e pela borda do rio muitos mutuns e jacutingas e outros diversos pássaros. (MAPA DAS CACHOEIRAS, 2002, p. 329).

O rio já referido chamado de Anajaz é muito comprido, e do principio dele até o fim se costuma gastar 4 dias de viagem. Tem estes Rios varias fazendas de cacau, e tem no fim aonde são as Campinas suas Fazendas de Gado Vacum. Tem bons pastos, mas muito alagados no tempo do inverno, a maior parte das Ilhas que tem pelos campos são de Asacus, Asaixeiros, e Meritiraes.[...] São estes Rios e Igarapés muito abundantes de peixes nas qualidades que costumam haver neles como são os Tucunarés, os landiás, Acarás, Apayaris, Mandubés, Anojas, e Piram-ibas. Estas qualidades de peixes são bons, tem poucas espinhas e de bom gosto, há mais com abundancia os peixes a que chamam Tara-iras, lejú Aroanás, mas estes tem muitas espinhas. Há mais uma qualidade de peixe que chamam Tamoatá, peixe que há em muita qualidade e é muito gostoso, o maior é do comprimento de uma palmo e há mais nesses sobreditos rios, igarapés e nos lagos[...]. Há outra quantidade de peixe a que chamam peixe boi, por ter o focinho semelhante ao do boi, é este peixe muito gostoso assado, pondo-se antes de vinha de alhos, e muita semelhança tem a carne de porco, costumam fazer dele linguiça, que bem temperadas tem bom gosto[...]. Para as partes do rio Mapuhá há bastantes arvores de baunilha: tem todos estes matos, inumeráveis Porcos bravos a que chamam os Nacionais de Porco do Mato, estando estes gordos é excelente a carne, e assado é melhor do que cozidos, principalmente sendo ela assada de forma que os Nacionais chamam de Moqué. Tem bastante Antas, muitos Veados, muitas Pacas, e muitas cotias; tem muitas Aves, como são Mutuns, uns são pretos e outros são pintados, a estes chamam Mutuns penimas, há bastantes Jacus, Enambus, Sururinas, todas de bom comer, e tem outras muitas qualidades de Aves[...]. Deste Rio até o Rio Marajó-assú ficam algumas fazendas de lavouras 3e de outro lado deste rio ficam suas Fazendas de Gado Vacum. É muito abundante o rio nos meses de outubro, novembro e dezembro de tracajás que são como uma tartaruga, e o mesmo dizem dos ovos. Costuma-se apanhar a maior parte destes tracajás em terra quando, por saírem ao campo a desovar [...] Pouco mais de meia légua costa abaixo fica o Rio Cará-cará, aonde tem fazendas de lavouras, é este rio abundante de caça, principalmente de Porcos do Mato, Cutias, Pacas, Jacús, e Patos bravos, um quarto de enchente por dentro acha-se pouco peixe, e tem este rio bastante Mata (NOTÍCIAS DA ILHA GRANDE DE JOANNES, 2002, p. 330)

2.11 NA AMAZÔNIA NOS TEMPOS DE POMBAL - O ÍNDIO AGORA ERA CIDADÃO!

“Muitos dos povoadores brancos do Pará já haviam participado da experiência de vida no Nordeste”. Mas essas experiências contavam pouco para a vida na Amazônia: outra realidade socioambiental. Faliam, uma a uma, as tentativas de se fazer na floresta o mesmo padrão adotado há “cem anos, no litoral brasileiro”. Os colonizadores aprendiam com os seus erros. “Mesmo assim, as principais figuras da conquista do Grão-Pará foram agraciadas com capitânicas hereditárias, e estas divididas em sesmarias, para que os colonos tirassem do solo a riqueza capaz de proporcionar aos seus donatários uma existência digna de fidalgos” (TOCANTINS, 1982, p. 24).

Poucos brancos nas capitânicas da região dificultavam, e muito, a defesa delas. Procurando superar as adversidades à colonização, “Pombal formulou uma política indigenista que objetivava emancipar os índios, retirando-o da tutela das ordens missionárias e procurava integrá-los à população branca”. Com um “projeto que visava transformar o índio em colono”. Assim, implantava-se a política conhecida como Regime do Diretório (SOUZA JÚNIOR, 2001, p. 35).

A cobiça estrangeira impunha aos lusitanos defender a Amazônia. Mas a forma mais eficaz seria o de sua efetiva ocupação. Uma condição crítica. Veio a ideia de transformar índios em colonos, como única possibilidade de fazer valer o desejo português sobre toda a área. Entretanto, esses índios estavam “habitados à uma produção de subsistência que exigia apenas a realização de trabalho necessário”. Como incorporar “a disciplina de trabalho capitalista” que se contrapunha ao *modus vivendi* dos indígenas? Era essa a função do estatuto do referido diretório. Que procurava inculcar nos índios o quanto era prejudicial a ociosidade das nações incultas. (SOUZA JÚNIOR, 2001, p. 46).

As especiarias faziam sucesso de mercado. Muito cobiçadas na Europa nunca havia a mais que o interesse dos que as queriam ter. Sem esquecer que os preços eram exorbitantes, e a falsificação grassava nos mercados. “Os ingredientes cálidos, inebriantes, picantes, mandados pelo Oriente aos povos ocidentais, que até então não condimentavam seus alimentos, granjearam fama em todo o continente europeu”. Adicionar esses produtos acrescentando gosto, odor e aparência atrativos tornava-se cada vez mais uma exigência dos europeus. “Uma escala de tons e

semitons de sabores peculiares e estimulantes, de que abusavam na culinária e nas bebidas: gostos ativos, queimosos, amargos, adocicados, ácidos, cordiais” (TOCANTINS, 1982, p. 32-33).

Em armazéns, Os religiosos jesuítas recolhiam as variadas drogas do sertão no aguardo dos navios que os transportariam à Europa. Ao se referir à Igreja de Santo Alexandre, o padre José de Moraes a elogiava dizendo que se tornara mais magnífica e mais rica de todo o estado “porque crescendo o comércio das drogas do sertão, a opulência, se foram aumentando no culto divino as riquezas como as mais bem empregadas do mundo” (MORAIS apud TOCANTINS, 1982, p. 33-34).

Lembra Tocantins (1982, p. 62) uma prática permanente, que.

As autoridades disciplinavam os índios de maneira que eles subissem o Amazonas e o Solimões, o mais tardar em outubro, a fim de colherem as tartarugas até 25 de dezembro, e, seguida, dedicaram-se ao preparo da manteiga, produto que, de tão necessário, converteu-se em estimável propina, recebida pelo Governador, oficiais, soldados, religiosos, juizes. O hábito consagrou-se desde os tempos da comitiva demarcadora de limites, que esteve no Rio Negro com a missão de reunir-se aos espanhóis e determinar, no terreno, os lindes do Tratado de Madri

Esses produtos gozavam de bastante prestígio e cobiça entre os colonos. Corrupção se praticava por conta deles e com eles. Propinas de manteiga de tartaruga. Era tanta, que o “governador José Napoles Tello de Menezes, em carta de 25 de setembro de 1781”, procurando sanar esse problema “proibiu-as terminantemente, ficando privado da sua parte, uma vez que lhe cabia receber ‘toda a manteiga precisa para as luzes domésticas de sua residência’”. Fora o Governador tinham direito ao privilégio os sargentos, com quatro potes, seis para os alferes, os capitães tinham direito a doze, o mesmo que os reverendos vigários da cidade. Ah, ainda mais doze para o vigário particular, afim de alumiar a igreja matriz. (TOCANTINS, 1982, p.62-63).

Em 1773, a falta de mantimentos na capitania do Pará é comunicada pelo governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas ao secretário de estado da Marinha e Ultramar. Relata que tal penúria foi decorrente do inverno rigoso que se sucedera na região. Seguem trechos da correspondência:

[...] que aqui se tem experimentado um rigorosíssimo inverno, que ainda continua e faz esperar grande falta de mantimentos por, por apodrecerem muitos nas roças e porque poucas destas se puderam queimar em razão de se antecipar muito a entrada das águas, como já avisei a Vossa Excelência

a respeito da plantação do arroz, segurando a Vossa Excelência que eu não descuido de promover quanto posso a cultura destes gêneros de que só nas Povoações de Índios, espero conseguir no futuro ano uma grandíssima colheita, supostas as apertadíssimas Ordens, que tenho distribuído a todos os Diretores, mandando lhes repartir Engenhos de descascar e fazendo aqui vir alguns Índios, de cada Povoação, para se instruírem no modo de trabalharem com os ditos Engenhos. João Pereira Caldas (informação verbal).

A escassez de mão de obra escrava era o motivo justificado para as quedas de safras do arroz na região. João Pereira Caldas, governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro escreve para o secretário de estado da Marinha e Ultramar referindo a carga de produtos e afirmando que a nova safra se fará melhor. Abaixo trechos do ofício:

[...] tenho feito remeter pelo Maranhão 2.029 arrobas de Arroz, resto do da colheita do ano passado que com o da carga dos dois Navios daqui partidos, perfaz a quantia de 15.438 arrobas todo o que tem ido, e se pode aprontar da mesma colheita do passado ano, diminuída certamente em grande porção pelos inconvenientes que já a Vossa Excelência representei [...] Este ano me esperanço de outra maior remessa e se poderão tanto mais aumentar logo que a Companhia for fazendo as numerosas introduções de escravos que por Sua Majestade lhe estão determinadas. (informação verbal).

Mendonça Furtado, governador e capitão general do Estado do Maranhão e Pará encaminha correspondência ao Superior Vice-Provincial da Companhia de Jesus determinando que os índios das aldeias providenciassem mantimentos destinados as que iriam demarcar os limites das sesmarias na capitania. Entre os produtos alqueires de farinha alem de galinhas e porcos, que serão pagos pela fazenda real:

Como para as Demarcações dos Reais Domínios de Sua Majestade, se há de ocupar muita gente, e por consequência hão de ser precisos muitos mantimentos para a sua sustentação, os que se devem por prontos sem falta alguma por aqueles meios que forem de menos [?] à Capitania [...] que das Aldeias que cada um administra o obriga aos Índios para que conforme a família que tiverem ponham prontos um alqueire de farinha por cabeça a proporção do número das pessoas que tiverem a qual será seca e bem torrada, e deve estar pronta do S. João d 1753 por diante e também que advirta aos dos Índios e cuidem muito em ter grandes criações de galinhas, patos, porcos e toda a casta de Comestíveis que todo lhe há de ser pago, prontamente pela a Fazenda Real pelos preços porque correr naquele tempo[...] (informação verbal).

Sobre a ocorrência de roubo de gado “do vento” da Ilha de Joannes, o governador Mendonça Furtado para evitar os prejuízos da fazenda Real da Capitania tomou providências. Entre elas, de designar um reideiro do vento. Isso

causou insatisfação de moradores e de religiosos que possuíam fazendas. Ao final, foram estabelecidos os critérios de garantir o que era da Fazenda Real. A seguir, alguns trechos do ofício que demonstram o conflito com os interesses das congregações religiosas:

[...] a desordem que havia na Ilha Grande de Joanes e os roubos que se faziam no número de gado, que pasta naquela Ilha e querendo não só obviar o prejuízo que sentiam os particulares, mas com aquele zelo, com que ferve Sua Majestade, pôr em arrecadação o muito gado do vento, que na mesma Ilha havia, pertencente à Real Fazenda do dito Senhor[...] mandou publicar um bando em 10 de dezembro de 1755 para em consequência dele se evitarem os roubos particulares, e dar metade à arrecadação da Real Fazenda, a quem sem dúvida alguma pertence o gado chamado do vento[...] [do acordo] Confessam ser de Sua Majestade todo o Gado do Vento, o que sendo uma verdade indiscutível foi bem nova nesta terra[...] Que em demonstração do reconhecimento de que aquele Gado era de Sua Majestade, lhe dariam de todo o que ferassem cada ano, além do Dizimo mais quatro por cento, ficando este encargo perpétuo nos seus currais, não só no gado bravo, que novamente adquirissem, mas no manso, que já tinham nos seus mesmos currais[...] Tendo notícia as Religiões que naquela Ilha são mais interessadas de que havia aquele contrato, e entrando a requerer que queriam entrar nele, os do Carmo me propuseram logo que estavam prontos a entrar com os mais moradores na mesma forma que eles faziam sem diferença alguma[...] Os da Mercês e Companhia, porém, seguiram diverso sistema, propondo-me diferentes meios e argumentando-me que não tinham obrigação nenhuma de pagar Dizimos, e que era uma causa que estava pendente, e que não podiam fazer uma confissão que lhe destruía o seu direito[...] (informação verbal)

Fato interessante é que aos soldos dos regimentos do Pará eram acrescentados cotas de tainhas (peixes). Por determinação superior fora retirado. Nisso, o provedor da Fazenda Real da capitania do Pará, Matias da Costa e Souza consulta o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real. Do ofício constava:

No decreto porque Sua Majestade foi servido criar os dois regimentos para esta Capitania manda [cortar?] as porções de tainhas que se davam aos militares, e posto que os Capitães da Fortaleza da Barra e do Fortim, dela nos tiveram acrescentamento de soldo, lhe mandar suspender as suas porções e agora o fez também ao Sargento Mor Engenheiro desta paca, e ficam todas suspendidas até vir respondida esta carta que dou a Vossa Excelência, pedindo lhe que seja servido por ela na Real presença de Sua Majestade e declarar se as ditas porções se devem suspender de todo por ficarem incluídas no decreto posto não sejam militares os ditos oficiais dos que pertencem aos dois regimentos, e nos terem acrescentamento de soldos, como os outros tiveram, ou se [?] de continuar como dantes, o que necessita e breve resolução. (informação verbal).

Por carta endereçada ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, fr. Miguel de Bulhões e Sousa, Bispo do Pará, relata as

dificuldades por que passam em sustentar-se tanto a expedição que se destinava ao Rio Negro, da cidade de Belém do Pará e das tropas que La se encontram. Reclama dos gastos e da queda dos cofres reais. Trechos a seguir:

[...] lembrar a Vossa Excelência que eu considero na maior aflição a socorrer com mantimentos todo o Arraial, de que se esta expedição, e a sustentar os soldados que ficam residindo nesta cidade, no Macapá, e em todas as Fortalezas desta Capitania, ao mesmo tempo, que os Cofres Reais ficam exauridos totalmente, porque apenas chegou o dinheiro para pagamentos de Ministros da demarcação e mais pessoas Militares que acompanham o mesmo Governador [...] Reduzida à esta suma miséria a Fazenda Real não passo dispor de contemplar, como infalíveis consequências, as desordens que haverá nas tropas, porque vendo-se os soldados sem pagamento, nem ainda para a sua precisa sustentação, certamente fugirão todos das suas praças. (informação verbal).

E acrescenta do risco da insatisfação de oficiais estrangeiros pela falta de pagamentos:

[...]Não poderá a Vossa Excelência o grande desgosto que a falta dos pagamentos causará nestes Oficiais Estrangeiros, sem a sensível conformação a que se verá reduzido o mesmo Governador, especialmente se chegar ao Rio Negro a primeiro Comissário de Espanha, vendo-se impossibilitado para o socorrer como Sua Majestade lhe ordena, porque tudo deixo à alta reflexão de Vossa Excelência, de quem espero se compadeça desta miserável Capitania, dignando-se Vossa Excelência de pôr na presença de Sua Majestade o lamentoso estado a que ela se acha reduzida, eu também por me ver privado de todos os meios para desempenha com honra o emprego de que o mestrio Senhor foi servido encarregar-me. (informação verbal).

Essa insatisfação levou de fato os soldados a sublevarem-se, um ano após. O mesmo Bispo, de Bulhões e Sousa, encaminha ofício ao Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra], Sebastião José de Carvalho e Melo. No documento, destaca as carências econômicas, bem como a falta de farinha na capitania, motivos do levante. Diz no ofício:

Já participei a Vossa Excelência a grande falta de farinha que se experimentou em toda a Capitania, com verdade por princípios donde procedeu esta universal miséria. E como desta só podiam resultar consequências injustas, uma delas foi a sublevação que os soldados fizeram nesta cidade, como pode aferir Vossa Excelência [...] Tanto que chegou a noticia dos soldados esta Real determinação, considerando que, pela razão de não haver costume, se havia de fazer este abatimento pelo preço que atualmente corria, que era de dez tostões por alqueire em cujos termos apenas chegaram os seus soldos para a satisfação das farinhas, se resolveram uniformemente a vir entregar-me as fardas, despedindo-se do Real Serviço. Eram dez horas da noite quando me informaram deste grande motim que havia nos quartéis. E como certamente não gostava de ver tantos hospedes juntos em minha casa, mandei logo dizer-lhes pelo Capitão da Guarda que não fizessem aquele atentado, porque lhes prometia todo

aquele favor que me fosse possível [...] A verdade desta reflexão se principiou logo a fazer demonstrativa, porque as farinhas se vendem nesta cidade a seis e a cinco tostões e por fora dela ainda com mais cômodo, de sorte que aportei com um Capitão da Ordenança do Sitio dos Tapajós chamado Domingos Rebelo que municiasse os soldados da mesma Fortaleza dos [?], paga os do [? Alqueire da farinha a quatorze vinténs. (informação verbal).

De fato, a cultura da cana de açúcar não lograra o mesmo êxito experimentado no litoral brasileiro. Muitos são os motivos para a baixa produção da cana e do açúcar na região amazônica. Em 1780, Feliciano José Gonçalves envia um ofício ao Senado da Câmara da cidade de Belém do Pará comunicando as dificuldades de se por em funcionamento uma fábrica de açúcar pela falta da matéria-prima, pois no seu lugar havia sido plantado o arroz. No documento consta:

[...]Primeiramente como se acha avançado em anos não cuidou em plantas de Canaviais, e só sim em Agricultar arroz a que tem aplicado os seus escravos, que sendo em número grande, a maior parte são velhos, e muitos de menos utilidade, pela qual só servem para apanhar o dito arroz, ele não teria duvida em continuar com a laboração do seu Engenho, e o faria presentemente, se tivesse os precisos canaviais, o que daqui em diante fará dar as providencias, a fim de dar ao Açúcar que couber na sua possibilidade. (informação verbal).

Em outra correspondência, João Pedro de Oliveira Barros comunica aos oficiais do Senado da Câmara da cidade de Belém do Pará, sobre ás dificuldades porque tem passado no engenho de Nossa Senhora da Anunciada entre elas a ausência de produção de açúcar e nas demais fazendas que cultivam o cacau e mandioca. Como socorro, solicita ajuda de custo e mão de obra escrava. Vejamos os trechos a seguir:

Satisfazendo ao proposto que Vossas Mercês, por ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador e capitão General, intimaram aos Senhores dos Engenhos de Açúcar, no dia 18 deste mês de novembro de 1780, em Auto de Vereação sobre a falta de Açúcar, podendo acabar os particulares motivos da falta e as precisões para a fábrica dele: exponho o seguinte[...] Sou Senhor e possuidor do Engenho Real denominado Nossa Senhora da Anunciada de Mucajuba, das Fazendas de Jacarecuara, Jundiaí, Cariatuba e Jupatituba, todas de cacaos e roças de mandioca para a sustentação de minha casa. Para fornecimento destes e do Engenho tenho quarenta e três escravos, e seis Índios concedidos por Portaria. Com este pouco número de operários se me faz dificultoso o necessário trabalho das Fazendas, que quase tenho perdidas, só pelo desejo de me aplicar a fatura do Açúcar, como é notório pelos avultados canaviais que tenho feito, e de próximo estou com um em termos de moer, e finde eles a roça de outro, porém, a falta de operários suponho não aproveitarei a maior parte, como me tem acontecido os anos pretéritos, porque os operários não bastam para roçar, plantar e capinações de canaviais, corte de cana, condução de muita lenha, fatura de cinzas e duplicação de trabalhadores do

corpo do Engenho para se renovarem de dia e de noite, o que se sugere com grave detrimento, requeimando-se os cobres por se não [acudir?] com presteza a imediata renovação dos caldos das canas para as tachas[...] (informação verbal).

Marquês de Pombal, em 1757, sob sua administração inaugura uma nova política para a colônia. Criava o Diretórios do Índios promovendo a laicização das missões e o fim poder exercido pelos missionários sobre os índios. O irmão do Marquês, o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, acusava de enriquecimento somente da Igreja sem que fosse estendida ao Estado e aos colonos. As ordens missionárias tinham de fato um poder econômico de vulto, destacando-se os jesuítas. Daí estarem no centro das críticas pombalinas.

Governador e Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça, diante das condições deploráveis da colônia comunicava em 1751 a metrópole que imperava a extrema miséria entre os moradores. Lembrava que todos “estavam na última consternação. Poucos ainda cultivavam alguns gêneros” e que a maioria ainda “conservava algum índio escravo para lhes ir buscar ao rio, ou ao mato, o miserável sustento cotidiano com que passam pobrissimamente, metidos em uma choupana, a que eles chamam de roça” (TOCANTINS, 1982, p.34-35)

As medidas que seriam adotadas pelo Governador se destinavam, em especial

[...] ao setor econômico: estimular a agricultura, introduzir escravos da África para sustentá-la, de vez que se assegurava o direito do índio ser livre, e completando o experimento, a migração de casais açorianos para acelerarem as atividades agrárias. Mais do que nunca, parecia o poder real estar convencido da justeza da sentença de seu compatriota Manuel Severim de Faria, quando escreveu nas suas *Notícias de Portugal*, um século antes, que “onde houver muita gente, haverá muita agricultura, muitas arte, muitas mercancias e muitos soldados (TOCANTINS, 1982, p. 35-36).

A presença dos negros africanos foi significativa. Estima-se que 53.000 escravos africanos foram trazidos para a Amazônia “antes e depois da implantação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada pelo Marquês de Pombal em 1755”, com fins de “gerir o tráfico negreiro nas províncias do Norte”. (RIBEIRO, 1990, p.123).

Sob a terceira fase do empreendimento colonial, período entre 1757 e 1797, havia a necessidade de se aclarar as perspectivas econômicas da região pelos portugueses. Realizaram tentativas agrícolas do sistema das missões mesmo

durante o auge da extração das drogas do sertão na Amazônia. Mas foi a partir de Pombal que se realizou um empreendimento agrícola e pecuário de maior escala no Rio Negro. Existia interesse por parte dos portugueses de se criar condições mais adequadas para que além da coleta pudessem fixar e garantir a posse na região, como ocorrera com o ouro e a cana-de-açúcar em Minas Gerais e Pernambuco. (SOUZA, 2001).

Sabedor de quanto “o elemento indígena revelara-se com escassos estímulos e vocações: a agricultura não se podia fazer com indolência e desacertos” apostava no escravo negro para “vitalizar a economia regional (TOCANTINS, 1982, p. 37).

O governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro D. Marcos de Noronha e Brito, em 1803, encaminha ofício ao Secretário de estado da Marinha e Ultramar visconde de Anadia relatando as atividades e rendimentos da fábrica de manteigas e queijos da Ilha Grande de Joanes no ano anterior. E também das produções advindas das Fazendas do Arari e São Lourenço, que pertencem aos religiosos Mercenários daquela Capitania. Vejamos uns trechos:

Ponho da presença de Vossa Excelência a conta inclusa pela qual Vossa Excelência verá que a Fazenda Real interessou na Fabrica das Manteigas e Queijos da Ilha de Joanes no ano de 1802 a quantia de 322.760 réis, não entrando na conta a despesa dos utensílios da Fabrica do dito ano [...] A conservação deste estabelecimento, a meu ver, é prejudicialissima à Real Fazenda, por que fazendo muita falta a conservação e nutrição dos Novilhos, toda a porção de leite que se lhe distrai das mães, e sendo, alias, observado impossível a conservar-se a discussão neste artigo que então faria de mui pouco momento aquela Fabrica, o resultado fica sempre incalculável pela estranha mortandade de novilhos que perecem naquela Ilha, sem duvida à míngua, à vista do que resolvem e a suspender por hora o exercício daquela Fabrica enquanto Vossa Excelência não me der neste artigo as Reais Ordens que espero e necessito [...] no primeiro de abril de 1799 o meu antecessor tomou o partido de obrigar a Câmara à administração da marchantaria porque já não se apresentavam arrematantes aqueles contratos nem aos credores convinha cortar os seus gados no açougue publico [...] a dita Câmara porque já muitíssimo empenhada, não podia prosseguir naquela administração, requereu ao meu antecessor o aumento de cinco réis em cada arrátel de carne, o que o obrigou para socorrer a fome deste povo, a mandar cortar no açougue os bois dos Reais dízimos que apenas duraram sem haver fartura de carne até Páscoa[...] (informação Verbal).

Mais de mil cabeças de gado-vacum, fora os criadouros de éguas nas fazendas de Marajó provocavam a pergunta do governador Mendonça: “e a fortuna desses padres?” além de fortunas em Lisboa, os religiosos escondiam esses dinheiros como se escondem tesouros. “Mendonça Furtado não perdoa a existência

de tantos bens quando a maioria dos colonos vivia em estado de penúria”. (TOCANTINS, 1982, p.38).

Foram enérgicas as medidas tomadas por Pombal sobre a colônia. “Querem comerciar especiarias? Então cultivem-nas, ao invés de largarem suas casas, seus sítios e irem à floresta distante”. Quanto a necessidade de mão de obra servil, afirmava ele que a “Companhia do Comércio do Grão-Pará introduzirá negros da África, porque ao índio não se permite escravizar”. Os brancos aumentam em número por migração das ilhas. “As aldeias dos índios ficam livres dos jesuítas e passam a trabalhar na órbita da fazenda real” (TOCANTINS, 1982, p. 50).

Outro jesuíta, o Padre João Daniel viveu na região amazônica por mais de uma década e meia (1741 a 1757). Escreveu sem dúvida uma das mais ricas e detalhadas descrições sobre a Amazônia. Em seis partes, a obra manuscrita de 766 páginas é um verdadeiro tesouro de informações.

Padre Daniel diz que, excetuando o Rio Arari, que carecia de pescado por conta da seca de cada verão, os demais “rios, tem muitos e grandes lagos, que não só a regem com as suas águas, mas também a fazem rica, com a multidão do seu peixe”, e por tantos rios que banham as margens, a terra a eles circunscrita deve ser bastante fértil, “como na verdade o é”. E complementa com entusiasmo a variedade de pescado, dizendo como “ali se acham as tartarugas, ali se pescam os peixes-boi, os pirarucus, jandiás, acarás, e toda a mais casta de pescado, e em tanta quantidade, que há morador que, tendo perto de casa algum lago, é o mesmo que ter em casa um viveiro de peixe”. Chegam, no verão com a baixa das águas, a fazer provimento do mesmo lago de 50, e 100 arrobas de peixe. Ressalta que os moradores do rio Marajó e do rio Anajá em “uma, ou duas horas antes de se pôr o sol chegam por divertimento a algum lago, e neste pequeno espaço trazem delicioso peixe para toda a sua casa e família”. E não só de proteínas de peixes se alimentam, posto que “não é menor abundância e variedade da caça”[...] basta dizer que são tantos os veados, que muitos moradores, não fazendo já caso deles para a mesa”, só os abatem pelas peles para a produção de couros. Os rebanhos de cabras aproveitam a abundância de pastos nos campos, por isso suas carnes são gordas e de gosto bom. “Ainda é muito maior a abundância dos voláteis, já patos, já marrecas de várias castas, e já de muitas outras espécies de pássaros”. As marrecas andam em multidões, “pois não só cobrem o sol a bandos, mas também enchem as campinas”. A fartura vivenciada na ilha do Marajó de peixes e caças faz

com que os moradores do arquipélago com o complemento da “farinha-de-pau, que é o seu pão ordinário, e com alguma pólvora e munição, podem viver regaladamente, sem que para isso lhe seja necessária muita diligencia, por terem a caça, quase ao pé da casa[...]” (DANIEL, 2004, p.96).

Presenciou o padre a prática nativa em capturar tartarugas e peixes-boi e deles retirar potes de manteiga:

[...] Não poucas vezes sucede, depois de navegar muitos dias, que tomam às mesmas paragens, não obstante serem os índios de tanto tino, que pode nele dar sota e ás aos mais destros portugueses. É este lago um grande viveiro de tartarugas, peixes-boi, especialmente dos que dão 40, e mais potes de manteiga; e de muita outra variedade, todos muito deliciosos: abunda também de crocodilos, que de tanta fartura se sustentam. Tem também este lago tanto arroz de natureza, que só ele pode carregar muitos barcos. [...] (DANIEL, 2004a, p.103).

Descreve em outro trecho a lide dos indígenas em fabricar seu sustento alimentar, com destaque a da farinha de mandioca e coleta de frutos silvestres:

Há também muitas nações de índios pelo que sustentando-se da farinha a fazem de caroços de frutas, sem o molesto e trabalhosíssimo cansaço das roças, e plantamentos da maniva, e têm para isso imensidade de frutas pelos matos, e palmeiras com só terem o cuidado de as ajuntarem a seu tempo; e desta mesma indústria se valem os mais índios bravos, e mansos que usam de roças, quando estas por contratempo se malogram, porque tem muitos contratempos a maniva, como logo diremos; e com a galantaria que a farinha feita destas frutas e caroços é ordinariamente mais mimosa, mais gostosa, e mais preciosa que a farinha-de-pau. (DANIEL, 2004, p. 31).

Manuel Bernardo de Meio, governador e capitão-general do Estado do Pará e Maranhão expede ofício ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ressaltando a condição de poucas farinhas produzidas na referida vila, de Macapá, tendo os moradores que obte-las nas vilas de Portel e Melgaço, bem como algum gado vacuum e cavalari: assim se encontra no documento:

Pelas poucas farinhas que aqueles moradores lavram se vêem obrigados a irem resgatá-las na Vila de Portel e Melgaço, podendo servir-lhe de um grande socorro para sustento de uma parte do ano, o [?] de seu milho que o [?] cria com maior abundancia, mas a falta de moinhos os priva deste auxilio tão necessário a sua subsistência. [?] porque me parecia útil mandar vir quatro ou seis [?] para [?] em que o comandante se podem servir dos bois e águas e fornecerem à povoação deste gênero de sustentação para a vida. Também por este meio se interessa aquela mesma farinha que tiram das ditas Vilas, carecendo-se dela para outras aplicações de mais necessidade. (informação verbal).

De interesse econômico e adequado as peculiaridades da região, o extrativismo, foi analisado pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, que em 1783, participa da “primeira tentativa de estudo e revelação científica do vale”. Um trabalho enciclopédico, sob patrocínio da coroa portuguesa, proporcionava à Europa um interessante e bem detalhado estudo que vai das gentes do lugar e seus comportamentos até aspectos da fauna da área. “O extrativismo embasa a análise do naturalista, que iria satisfazer o interesse de Portugal em conhecer e decifrar os recursos da Amazônia”, e que já se encontrava em andamento pelo Marquês de Pombal (SOUZA, 2001, p. 87).

O renomado naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), brasileiro, baiano, formado em Portugal, é autor *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Em setembro de 1783, partia de Belém em direção as outras províncias do Rio Amazonas com o objetivo de colecionar produtos dos três reinos e anotar observações políticas e filosóficas sobre a terra e sua gente. De 1784 a 1788, vive no Amazonas e nesses quatro anos realiza suas observações. (SOUZA, 2000, p.117). Apresentando seus escritos com tábuas que ilustravam as cenas do cotidiano da região descreve os costumes e práticas como o lugar que se preparavam a farinha de mandioca:

[...] A praça do centro [...], é comum a todos, para os diferentes trabalhos econômicos de ralar a mandioca, de amassar e cozer os beijus, que são uns bolos chatos de farinha da maniva; e serve também para as suas danças, o que tudo fazem gozando de muita luz, que entra pelas aberturas superiores [...] (RODRIGUES, 1974, p. 24).

Seguem duas correspondências e as observações do naturalista sobre a realidade que estava vivenciando. A primeira trata da descrição de uma localidade indígena e de como estava sendo abastecida de farinha pela autoridade local:

[...] Vossa Exa. Deus que guarde muitos anos. Ega, 6 de abril de 1786 – Ilmo. e Exmo. Sr. João Pereira Caldas – *João Batista Mardel*. Senhor Tenente-Coronel – Aqui chegou o Principal dos Muras e me pediu escrevesse a V. Mercê, e desse parte da sua situação da forma em que estava, pois eu tinha visto; não há dúvida que tem o seu lugar no lago do Mamiá, meio dia de viagem em uma muito boa paragem, na qual tem quatro casas, três das ditas bastante grandes, cobertas de ubi, em muito boa ordem, têm bastante milho e seu princípio de roça de maniva; eu os tenho socorrido com farinha na forma da sua ordem; os ditos estão contentes ao que me parece, Deus os conserve; a gente já anda mais descansado. Sobretudo Deus guarde a importante vida de V. Mercê por muitos anos. Alvelos, a 27 de março de 1786 – De V. Mercê servo, criado e súdito – *Domingos de Macedo Ferreira*, [...] (RODRIGUES, 1974, p. 139).

A outra é da forma de troca praticada entre os índios e as autoridades do lugar: os primeiros trocavam produtos naturais por utensílios dos segundos:

RELAÇÃO DO FORNECIMENTO QUE TROUXERAM O GENTIO MURAPARA OS ARMAZÉNS DESTA QUARTA PARTIDA E O PRÊMIO QUE SEDEU AOS DITOS, EM REMUNERAÇÃO EM 13 DE JULHO DE 1786.

27 tartarugas

2 ditas pequenas

18 capitaris

RECEBERAM

6 arpões de tartaruga

12 tesouras

12 navalhas de barba

14 sararacas

Ega, 11 de agosto de 1786 – O escrivão da Real Fazenda da 4a. Partida – *Pedro José Pereira* (RODRIGUES, 1974, p.154).

O arroz vermelho vinha de uma planta silvestre. A “população paraense fez largo uso, sendo substituído, em 1772, pelo arroz branco da Carolina, trazido pela Companhia do Comércio do Grão-Pará”. Alimento base no oriente, o arroz gozava de bastante prestígio nos mercados da Europa. “Nos séculos XVIII e XIX a cultura rizícola desenvolveu-se, também, nos Estados Unidos (arroz da Carolina), ligada, em parte, àquele país do Mediterrâneo, de onde Thomas Jefferson trouxe sementes, em 1790, para lançá-las nas terras da Virgínia e das Carolinas” (TOCANTINS, 1982, p. 51-52).

Passou a figurar como produto vantajoso na economia do Pará, ocupando primeiro lugar nas exportações. “Manoel Barata divulgou estatísticas desde o ano de 1773, nas quais se pode apreciar o número de arrobas dos produtos exportáveis. Cacau e arroz disputam a primazia na pauta dos negócios, levando o cacau pequena vantagem” (TOCANTINS, 1982, p.72).

Os produtos amazônicos eram exclusivamente exportados para Lisboa. “Refletia a preferência alimentar dos portugueses que, é obvio, trataram de estimular o plantio, na sua colônia, de um vegetal que alcançara boa posição nos mercados do Velho Continente”. (TOCANTINS, 1982, p. 52).

2.12 A MODERNIDADE ERA BEM-VINDA

A divisão da capitania para melhor gestão administrativa e do território é então proposta por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, após visita feita ao território do Grão-Pará. “Por Carta Régia de 11 de junho de 1757, é criada a Capitania do Rio Negro, instalada na cidade de Barcelos, antiga aldeia Mariuá, no médio rio Negro”. Esse processo em andamento, mudou “todos os nomes indígenas de núcleos populacionais, substituindo-os por nomes portugueses, espalhando em plena selva as suas Braganças, Souseis, Pombais, Óbidos, etc.” (SOUZA, 2001, p.91).

No Rio Negro, ocorre a intervenção do Estado colonial a partir do plano pombalino, com a introdução das culturas do café, cana-de-açúcar, anil e do algodão (SOUZA, 2001).

2.13 LA CONDAMINE, O FRANCÊS

Procurando repetir a rota de Francisco Orellana, o francês Charles Marie La Condamine, foi o primeiro cientista de destaque a viajar pela região. Vinha de Quito, em 1743. (SOUZA, 2001). Da mesma forma, exalta a abundância de víveres na região, como vemos em alguns trechos do seu relato:

As tartarugas do Amazonas são procuradíssimas em Caiena, como mais delicada que qualquer outra. Há as de tamanhos diferentes, e de diversas espécies, e em tão grande abundância que elas sós e mais os ovos poderiam abastecer os moradores daquelas margens. Há as terrestres, que se chamam jabutis na língua do Brasil, e que se preferem no Pará às de outra espécie. Todas se conservam, e sobretudo as últimas, fora d’água vários meses, sem alimentar-se aparentemente. A natureza parece ter favorecido a preguiça dos índios, e ter ultrapassado suas necessidades: os lagos e os mangues que se encontram a cada passo nas proximidades do Amazonas, e não raro bem no interior das terras, são enchidos de peixes de todas as qualidades, nos tempos do extravasamento; e quando as águas baixam, aí eles ficam encerrados como em tanques ou reservatórios naturais, e onde se pescam com a maior facilidade. (LA CONDAMINE, 2000, p.105).

2.14 A AMAZÔNIA NO IMPÉRIO

No século XIX, os portugueses estavam assustados na Amazônia com a onda independentista que varria as Américas inglesa e espanhola. Ainda no final do século XVIII, a “Guiana Francesa tornou-se a ovelha negra das possessões

européias ao refletir as enormes mudanças políticas que ocorreram naquele país a partir de 1792”. (SOUZA, 2001, p.123).

A Capitania do Grão-Pará e do Rio Negro, no século XIX, gozavam ao menos na aparência de uma estabilidade política. “Desde meados do século anterior, Belém era a capital de um estado colonial separado do Brasil, com ligação direta com Lisboa e a presença de um número muito grande de portugueses na região”. Os empreendimentos portugueses vinham em crescente desde 1750. A Amazônia, sob as administrações de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Manuel Bernardo de Melo e Castro e Francisco de Sousa Coutinho, experimentava “um surto de progresso material”(SOUZA, 2001, p.124).

O capitão-tenente inglês John Pascoe Grenfell, aos 10 dias de agosto de 1823, comandante do brigue de guerra Maranhão, “fundeou na barra de Belém e anunciou que há quase um ano Dom Pedro I proclamara a independência do Brasil, tinha apoio da Inglaterra e não esperava nenhuma oposição no Pará”. Um estopim que passou a desencadear “uma série de incidentes políticos que iriam lançar a região num turbilhão que durou dez anos” (SOUZA, 2001, p.131).

2.15 O PARÁ ADERE À INDEPENDÊNCIA

No decorrer do século XIX, “o Reino Lusitano apresentaria uma economia agrária de base feudal, uma sociedade dominada por uma aristocracia rural” na qual “a burguesia era incipiente e uma ideologia católico- reacionária predominante”. A superação do absolutismo e liberalização da política levaria a uma modernização econômica, visto que Portugal “estaria muito atrás das principais potências europeias, como Inglaterra e França”. Assim pensavam muitos intelectuais (SOUZA JÚNIOR, 2001, p.55).

Da mesma forma, nas capitanias brasileiras era comum a “transferência pelo Estado a particulares de atividades geradoras de rendas, tais como a cobrança de impostos e o abastecimento de gêneros alimentícios”. Como os interesses circulavam entre o pessoal, o familiar e o de poder, fazia que houvesse disputas pelos cargos da burocracia com poder de decisão na Colônia. Era a garantia que se precisava para dominar os negócios públicos. (SOUZA JÚNIOR, 2001, p. 61).

No Grão-Pará e Rio Negro, as elites reconheceram a independência como algo dado e posto. As tentativas de enfrentamento em favor manutenção do domínio

português sobre a região foram sufocadas, isso “em troca da continuidade da administração e do poder econômico”. (SOUZA, 2001, p.132).

Somente no dia 09 de novembro de 1823 chegava na Capitania do Rio Negro a notícia da Independência. “Desde 1820, com a indefinição na administração do Grão-Pará, a capitania vivia um dilema: não era exatamente uma capitania autônoma, estava subordinada ao Pará, mas seus líderes políticos consideravam que era boa hora da região ganhar um novo status”. As lideranças políticas do Amazonas reivindicavam autonomia “quando veio a Independência”. A submissão ao Império do Brasil foi de imediato “dando posse a uma junta que governaria até 3 de dezembro de 1825, quando a região foi incorporada ao Grão-Pará, sob o comando de governadores pró-lusitanos” (SOUZA, 2001, p.133).

2.16 UM AMAZONAS NAVEGÁVEL

Os portugueses são conhecidos por terem sido rigorosos em proteger suas possessões longe dos interesses estrangeiros. A região amazônica ficou fechada durante o período colonial. “E não apenas aos estrangeiros, mas aos nacionais, já que para circular pelos rios era necessário ter uma autorização especial passada pelas autoridades do Estado do Grão-Pará”. O Tocantins ou o Madeira, até 1752, estavam totalmente interditados “demonstrando o rigor lusitano e o zelo por sua soberania” (SOUZA, 2001, p.134-135).

Essa interdição durou até que em 1850, empreendedores norte-americanos, sob influência do ministro José Silvestre Rebelo, embaixador brasileiro em Washington, fundam a *The Amazon Steam Navigation Company*, cuja sede situava-se em Nova Iorque. A primeira viagem prevista para o navio “Amazonas” foi impedida por ação do presidente da província do Pará, Dr. José Félix Pereira de Burgos. Após acionar judicialmente o governo imperial, a referida empresa obteve êxito sendo devida a ela “uma polpuda indenização”. Mais que isso, o empreendimento lançou-se numa “campanha violenta contra o Brasil, dizendo que a monarquia brasileira cometia um crime contra os interesses da humanidade, com uma política que mais parecia de um isolacionismo típico dos chineses, longe do espírito cooperativo que era de se esperar de uma nação americana” (SOUZA, 2001, p.135-36).

2.17 ESCRAVIDÃO NA AMAZÔNIA

Por conta, entre outros motivos, dos preços de mercado exorbitante para aquisição de escravos negros, fez com que “o trabalho compulsório do índio tenha superado em muito, o do africano na região”. A região proporcionava, pelas suas características de economia extrativista que essa força de trabalho melhor aprovesse os interesses de produção. Entretanto, com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, ocorrida na metade do século XVIII, passa haver um comércio de escravos africanos o que ocasiona uma “preponderância de escravos negros em relação ao indígena” por um período curto (ALVES FILHO, 2001, p. 27).

O registro da primeira leva de escravos para o Grão-Pará foi em 1756. Noventa e quatro negros de Cacheu. Era a “estreia da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, para durar em atividades até o ano de 1778” (TOCANTINS, 1982, p. 38).

A questão abolicionista era uma prioridade no Grão-Pará. As concepções iluministas e os ideais republicanos e liberais faziam que as elites intelectuais e políticas do Norte do Brasil mostrassem sua repugnância pelo estatuto da escravidão. Embora fosse uma prática existente desde a chegada dos europeus na Amazônia, quando tornavam escravos os índios oriundos de processos de destribalização e do genocídio contra povos nativos. Mesmo com o fracasso da instalação da indústria da cana de açúcar, levadas de escravos foram trazidas para a região para esse fim. “Entre 1755 e 1815, pelo menos 51 mil escravos foram desembarcados no porto de Belém, importados diretamente da África”. O insucesso desses empreendimentos do açúcar concentrava a economia do lugar nas práticas extrativistas, a qual, baseada em safras, não combinava com o trabalho escravo. “Muitos escravos escaparam de seus donos e formaram uma rede de bem-sucedidos quilombos, que faziam um arco que começava no território do Maranhão e terminava no Amapá” (SOUZA, 2001, p.136).

2.18 ENFIM, O SÉCULO XIX NA AMAZÔNIA

Ao longo do século XIX, a Amazônia experimentou ser “colônia de Portugal, território do Império e região da República”. Mesmo em processo de expansão da

agricultura pela valorização de produtos tropicais(em especial,o algodão e o cacau), ainda se constituíam sob circunstâncias desvantajosa de uma economia colonial (SOUZA, 2001, p.139).

O Império tinha na Amazônia um espaço tão-somente um espaço geopolítico, sem a preocupação de avançar em seu relacionamento com a região, mantendo antigas práticas coloniais. Ainda eram praticadas políticas de controle sobre produtos, como acontecia no período colonial. Exemplos são o açúcar o café e o algodão como forma de proteger as produções da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Por duas décadas, o Império sequer investiu na Amazônia, ao contrário, contribuiu para uma crescente inflacionária que desgastou em 100% o valor monetário, acompanhado do aumento do custo de vida na região. (SOUZA, 2001).

Com baixas taxas recordes de tão-somente 49 dólares de renda per capita, em 1849, com altos índices de perda humana causada pela guerra (30% da população da Amazônia), meio a uma grave crise da economia e quebra dos empreendimentos rurais (engenhos, fazendas, plantações e pecuária). Sem esquecer a precariedade sanitária, proporcionando os maiores surtos epidêmicos jamais vistos mesmo com a chegada do branco europeu e suas doenças na região. (SOUZA, 2001).

“Enquanto no sul o café reanimava os fazendeiros e fazia a alegria dos ingleses, na Amazônia assistia-se à queda nas exportações de seus produtos tradicionais, como especiarias da selva, peles e couros”. A mão de obra escrava de quase nada adiantava numa economia de extrativismo: uma “terra de pomar e óleo de tartaruga”. Por tudo isso, “os líderes amazônicos viam não sem constrangimento, num primeiro momento, a proclamação da República quase como uma repetição dos fatos da Independência”. (SOUZA, 2001, p.141).

Com o projeto colonial português falido somado “a incapacidade dos representantes locais do poder absolutista em abrir a sociedade regional, numa vã tentativa de dar sobrevida ao velho regime”, resultaram em conflitos que culminaram no confronto armado na região. Lutas intestinas serão vistas no Grão-Pará e Rio Negro. (SOUZA, 2001, p.142).

2.19 CABANAGEM: A REVOLUÇÃO DOS DE BAIXO

A Cabanagem, ainda hoje povoa imaginários na região. A “lembrança não ficara apenas restrita aos buracos de balas e destruição causada pelos canhões nos prédios da cidade de Belém, na época chamada Cidade do Pará”. Setores privilegiados, conservadores difundiam a Revolução Cabana como “o tempo da *malvadeza*, época marcada por *furiosa anarquia*; portanto, o Movimento Cabano era considerado como uma dolorosa recordação” (BEZERRA NETO, 2001, p. 73-74).

“A crise de abastecimento da cidade de Belém, a propagação da varíola pela mesma, bem como os reforços militares recebidos pelas forças legalistas, vindos de Pernambuco”, anunciavam como cada vez mais ficaria difícil manter o domínio cabano sobre a cidade de Belém. Obrigados, os cabanos, abandonariam a cidade em maio de 1836. Era o começo da derrocada Cabana. Os revolucionários partiram pelo interior das Província. Suas lideranças foram caindo. O Movimento Cabano resiste até 1840. Nesse ano, o último grupo de cabanos com seiscentos indivíduos rendeu-se em Luzea, no Amazonas (BEZERRA NETO, 2001, p.100).

A Cabanagem foi um renascimento da força de uma Amazônia nativa, indígena. Subserviência sucumbe diante da luta política dos de baixo, dos pobres, dos cabanos. Era o “troco de dois séculos e meio de atrocidades”. Como quem acorda de um pesadelo de passividade, “as massas cabanas indicaram definitivamente não existir integração possível entre as sociedades tribais e as sociedades nacionais que nasceram da colonização européia” (SOUZA, 2001, p.143).

O quartel dos corpos de caçadores e artilharia de Belém era tomado por uma tropa de “desclassificados”. Era madrugada do início de janeiro de 1835. Sob o comando de Antônio Vinagre estava em curso um dos momentos mais importantes da história da região amazônica. Oficiais são mortos. Outras tropas de populares tomam o Palácio do Governo (SOUZA, 2001, p.155).

Esse governo popular enfrentaria no abril de 1836, “uma frota conduzindo 2.500 homens, bem armados e municados, sob o comando de Francisco Soares d’Andrea”. Inicia-se o que ficou conhecido como “pacificação”. Os cabanos resistiriam ainda por mais dois anos. O temível militar Ambrósio Aires, “agora que a petulância popular ia sendo retaliada, esmera-se na repressão, executando

prisioneiros, arrasando povoados e tratando com brutalidade os índios” (SOUZA, 2001, p.159).

2.20 AMAZÔNIA NA REPÚBLICA

A proclamação da República chegou à região amazônica sem grandes alardes. As elites políticas locais estavam mais concentradas no seu enriquecimento cada vez maior ocasionado pela extração e exportação da borracha. Os enfrentamentos apaixonados entre monarquistas e liberais passavam ao largo da região. O aumento da cotação do látex na bolsa de valores de Londres fascinava muito mais essas lideranças políticas e econômicas na Amazônia. (SOUZA, 2001).

Muito antes dos brancos “eram os índios os donos e manipuladores de uma goma que extraíam de certas árvores da floresta”. A partir de incisões no caule, aparavam um leite branco que descia dos troncos ao chão. “E, assim reuniam seiva bastante para empregar em suas manufaturas primárias: bolas, seringas, figuras de bichos, etc.” (TOCANTINS, 1982, p. 91).

O comércio internacional da borracha se encontrava em expansão. De 1836 a 1856, “o total de exportação paraense, incluindo todos os centros consumidores, foi da ordem de 4.741.275 pares de sapatos, 27.312.027 libras de borracha fina e 6.821.168 libras de sernambi”(TOCANTINS, 1982, p. 94).

O interesse se avolumou de tal sorte, que outras atividades vinculadas a subsistência foram negligenciadas. Tanto é, que em

[...]15 de agosto de 1854, o Presidente Sebastião Rego Barros censurava, em documento oficial, “o emprego quase exclusivo dos braços na extração e fabrico da borracha, a ponto de nos ser preciso atualmente receber de outras províncias gêneros de primeira necessidade, e que dantes produzíamos até para fornecer-lhes”. Rego Barros previa o total enfraquecimento da agricultura e as suas lamentáveis consequências econômicas, muito embora “os lucros avultadíssimos dessa indústria que absorve e aniquila as outras” (TOCANTINS, 1982, p. 96).

Estava presente em falas políticas o que representaria o abandono de práticas ancestrais de se produzir alimentos entre outros gêneros. Citando o Presidente Abel Graça, em 1871 lembra que entre outras lamúrias se referia ao tema dizendo que “a prosperidade da capital não significa de modo algum o progresso da província” e ao apresentar argumentos a essa assertiva fala de contrastes que para conhecê-los “basta sair da capital, penetrar no interior e

examinar as condições econômicas das povoações e da população”. E completava afirmando que “é doloroso pensar nas consequências desta ordem de coisas”. Queixando-se dizia que “todos estão esquecidos do que foi a agricultura, que enriqueceu a seus antepassados” (GRAÇA apud TOCANTINS, 1982, p.97).

Seduzidos pela borracha “a agricultura baixou a tal ponto que o arroz, o milho, o feijão importavam-se do estrangeiro, e a aguardente, o açúcar, a farinha, das províncias do Sul. Todos queriam entregar-se, de corpo e alma, à extração da borracha” (TOCANTINS, 1982, p.97).

Para melhor percepção do papel desempenhado pela borracha na economia amazônica basta analisar os números da produção de gêneros diversos.

Tabela 1 - Produção de diversos gêneros na Amazônia

Borracha.....	43.242.191	Quilos
Cacau.....	17.526.674	Quilos
Castanhas.....	284.177	hectolitros
Couros.....	3.151.768	Quilos
Grude de peixe.....	218.617	Quilos
Óleo de copaíba.....	51.017	Litros
Madeiras.....	9.191	m ³
Cumarú.....	61.147	Quilos
Urucu.....	46.039	Quilos
Salsaparrilha.....	3.661	Quilos
Vários gêneros.....	218.617	quilos ¹³

Fonte: TOCANTINS (1982, p. 108).

Toda força de trabalho se voltava para a extração do precioso látex. E como consequência passa haver restrições ao acesso a outros gêneros, em especial para alimentação humana. Isso,

É o caso da crise de alimentos naturais que, de modo agudo, se fez sentir em todos os seringais, ao lado da falta de lenha para a fôrnelha dos gaiolas. Tudo isso, porque a seringa impedia que o seringueiro fizesse um roçado, semeasse a terra e colhesse o mínimo para a sua manutenção. E ainda a seringa vedava o trabalho de corte de lenha-combustível (TOCANTINS, 1982, p.109-110).

Ao se verificar as notas de fornecimento para os seringais, observa-se o quanto é numeroso o elenco de “alimentos em conserva: carne de bife, carne-seca, salmão, sardinhas portuguesas, toucinho, chouriço, atum, ervilhas, doces enlatados, leite condensado, camarões em conserva, queijos da Holanda, manteiga francesa, bacalhau português”. Todos “importados do estrangeiro, muito poucos os nacionais, vindo do Sul ou do Nordeste” (TOCANTINS, 1982, p. 110).

Conhecida por “hevé” pelos omáguas, a borracha provinha do leite coagulado da seringueira. Uma febre, uma corrida ao ouro branco! Estava em curso uma mudança radical das condições e estruturas econômicas na região. Todo esse entusiasmo causava uma concentração dos esforços de trabalho para a extração do precioso leite que alcançava preços elevados e uma demanda em vertiginoso crescimento na economia internacional. Isso causava preocupações. Como no caso do “governador do Pará, que, num documento oficial de 1854, censurava a absorção crescente da mão de obra no fabrico da borracha em detrimento da produção de bens de consumo, que já começavam a merecer a importação de outras províncias”. (SOUZA, 2001, p.166).

O mesmo fato seria destacado em 1852, no relatório do primeiro governador da Província do Amazonas, Tenreiro Aranha. Nele ressalta-se que a s economia estava migrando de algumas “atividades agrícolas e industriais, implantadas no período colonial, para se dedicar ao extrativismo”. No Amazonas, existiam investimentos, até 1820, na “agricultura, especialmente algodão, café, tabaco, anil, guaraná e cacau, além de atividade industrial, como cordoarias, olarias, fábricas de sabão, de tecidos de algodão e pequenos estaleiros tinha alguma”. (SOUZA, 2001, p.168).

O fato é que o interesse crescente pelo extrativismo da borracha impactou de forma negativa a região. O abastecimento de víveres se viu em decadência. “Mas a Amazônia entraria num período tão prospero com o extrativismo da borracha, que todos esses inconvenientes pareciam irrelevantes” (SOUZA, 2001, p.168).

2.21 A RIQUEZA BATENDO NA PORTA

Sob o comando político do Barão de Mauá era criada no meio do século XIX, Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas. Linhas regulares passam a

figurar no novo cenário econômico da Amazônia. Em 1852, três pequenos vapores, intensificavam o comércio entre o Peru e as duas províncias brasileiras. Outro fato merecedor de destaque foi o “decreto imperial de 1867, que abriu o rio Amazonas ao comércio de todas as nações” (SOUZA, 2001, p.175-176).

O *boom* da economia gomífera ocorrido entre 1847 a 1860, leva o produto ao primeiro lugar nas exportações. Com o advento da Independência, “os agentes econômicos do Grão-Pará e Rio Negro sofreram as consequências da ordem imperial, arrogante e centralizadora”. Surgiam os ideais do federalismo, e a “classe dominante regional, no alvorecer da República, entrega-se a si mesma na certeza de que o futuro estava garantido pelo monopólio hévea”. O sonho é abalado pelo golpe de 15 de novembro. “Instalam-se governos provisórios no Pará e Amazonas, porque o novo regime não confiava naqueles políticos enfatuados que mais pareciam aristocratas”(SOUZA, 2001, p.179).

O “ciclo da borracha” impôs a Amazônia uma grande transformação. O produto extrativo da seringueira tirava a região de seu secular isolamento e a integrava numa dinâmica internacional de mercado. O perfil demográfico também sofreria modificações consideráveis. Um crescimento proporcionado pelas ondas migratórias dos que vinham “atraídos pelas riquezas do látex e pela necessidade de mão de obra” (SOUZA, 2001, p.184).

Se em 1870, a Amazônia era “quase um deserto demográfico, com suas populações tradicionais dizimadas por séculos de escravização, práticas predatórias e pela política repressiva do Império no combate à Cabanagem”, a vinda de migrantes que fugiam da seca e da depressão econômica, vindos do nordeste brasileiro começa a modificar esse cenário de escassa população. De forma desordenada, eles chegavam aos montes, a partir de 1877. Seriam os novos explorados: “milhares de lavradores pobres, iludidos por contratadores, deixaram suas terras áridas pelas selvas do alto Purus, Madeira e Acre, e passaram a viver sob o domínio do sistema de aviamento” . Sob um regime coercitivo de violência, esses nordestinos enganados com falsas promessas passavam a se submeter ao injusto sistema de aviamento que se baseava no “débito permanente do seringueiro”. Resistentes às adversidades sociais e ambientais, os nordestinos sobreviviam, e se misturavam com as populações locais deixando na região suas influências culturais e incorporando os traços da cultura local as suas. (SOUZA, 2001, p.184-185).

Diversos fatores participavam do sucesso econômico da borracha na Amazônia. O desenvolvimento da indústria de pneus, que suscitou demanda crescente na aquisição borracha nos países industrializados. Outro fato era de a Amazônia ser a região exportadora mais importante do planeta do látex da *Hevea brasiliensis*. Havia a disponibilidade de mão de obra oriunda do nordeste brasileiro, de baixo custo para a exploração da borracha nos seringais, acrescentado de facilidades de financiamento por meio do aviamento para extrativismo e comercialização desse ouro branco. (BEZERRA NETO, 2000).

Após vinte anos de estudos a Ásia passaria a produzir borracha em grande quantidade. Significava a perda de monopólio Amazônico sobre a produção do látex o que provocou um colapso dessa economia. Dados mostram que 1905, o látex produzido no Oriente não chegavam a 200 toneladas. Em 1910, alcançava a marca de 8.753 toneladas, representando 12% da produção mundial. A superação da produção amazônica ocorre em 1913, e dois anos depois, as colônias inglesas, holandesas e francesas no sudeste da Ásia possuíam mais de 2/3 de toda produção no mundo. A Amazônia passa a amargar um papel secundário nesse mercado mundial (BEZERRA NETO, 2000).

2.22 OUTRO INGLÊS NA AMAZÔNIA: WALLACE

No prefácio da primeira edição de *Viagem pelos rios Amazonas e Negro* Alfred Russel Wallace descreve seu impulso a descobrir os mundos contidos na Amazônia. Nas palavras do naturalista inglês:

O ardente desejo de visitar uma região tropical, para contemplar a exuberância de vida, tanto animal como vegetal, que dizem existir ali, e ver, com os meus próprios olhos, todas as maravilhas que tanto me deliciavam, quando eu lia as descrições feitas pelos viajantes que as contemplaram, foram os motivos que me induziram a romper a trama de meus negócios, os vínculos que me prendiam ao lar, e partir para “longes terras onde impera o infinito estio” (WALLACE, 1979, p.11).

Wallace se encanta com detalhes das terras onde passava. Contemplava a natureza presente mesmo nos centros mais urbanos, como na passagem que se refere a Belém. Diz ele:

As mangas também são abundantes. Algumas avenidas públicas são arborizadas com mangueiras alternadas com mangabeiras, ou palmeiras. Estas crescem bem alto; mas, como têm folhas decíduas, não servem para

produzir a necessária sombra, coisa que não ocorreria com uma árvore sempre verde (WALLACE, 1979, p. 22).

Mas mesmo diante do encanto com as terras, não poupa seu olhar europeu sobre as pessoas dos trópicos. Exemplo é ao se referir às possibilidades que na visão dele deveriam ser exploradas: “à margem as estradas, no meio do mato ou nos terrenos baldios, vêem-se os cafeeiros, uns com flores, outros com frutos, outros com ambos” Entretanto, “é tal a negligencia e a indolência do povo que ninguém pensa em colher senão um mínimo de frutos, e apenas para o consumo particular de uns poucos”. E completa sua observação ácida afirmando que enquanto isso “a cidade é quase inteiramente abastecida de café importado de outras partes do Brasil”(WALLACE, 1979, p. 22).

Sobre a alimentação do povo, diz o inglês que “em matéria de carnes, a de vaca é praticamente a única que se come. O gado é criado em fazendas situadas na margem oposta do rio, a alguns dias de viagem a montante” Transportam-se as reses em canoas até a cidade. “Durante a viagem, recusam o alimento, perdendo boa parte da sua gordura e chegando ao destino, em precaríssimas condições” (WALLACE, 1979, p. 24). No abate são cortadas a “machado e cutelo, sem qualquer preocupação com asseio. As carnes ficam cheias de sangue” (WALLACE, 1979, p. 24).

Descreve como se obtém a carne de porco, os peixes e o pão e a dependência de importação de produtos para a mesa dos moradores da região.

Consegue-se peixe, as vezes, mas é muito caro. E só se matam porcos aos domingos. O pão. Feito de farinha de trigo dos Estados Unidos; a manteiga irlandesa ou americana, e outros produtos importados são comumente usados pela população branca. Quanto aos índios e negros, seus principais alimentos consistem em farinha, arroz, peixe, de água salgada e frutas. A farinha é preparada a partir da raiz de mandioca, da qual também se faz a tapioca. Tem alguma semelhança com amendoim ralado, ou então com serragem. Cozinhando-se a farinha em água ou em caldo, obtém-se uma espécie de mingau muito nutritivo. Esse mingau, e mais o peixe, pimentão, banana, laranja e açaí (um refresco feito do coco de certa palmeira) constitui praticamente toda a alimentação de boa parte da população da cidade. (WALLACE, 1979, p. 24-25).

Destaca a qualidade do arroz cultivado no Pará. “O arroz paraense é excepcionalmente fino, tendo qualidade similar à arroz da Carolina” Entretanto, “devido ao desleixo que cerca seu cultivo, a produção raramente atinge a perfeição das amostras” Há descuido na seleção de sementes no preparo do solo para a

agricultura e a falta de trabalhadores nas colheitas. “Por isso poucos são os que o cultivam em larga escala. A maior parte da produção está nas mãos dos índios e dos pequenos agricultores, que a comercializam com os proprietários dos moinhos”. (WALLACE, 1979, p. 32).

Em relação ao açaí diz que ao entrarem no mato colheram “alguns cocos-açaís, com quais preparamos aquela bebida tão apreciada pela população local, e que é de fato muito boa, desde que a gente se acostume.” E completa suas observações caracterizando o açaí como um alimento bastante nutritivo e muito apreciado pelos “moradores da cidade do Pará, onde pode ser comprado nas ruas durante o ano inteiro, visto que a época do amadurecimento do fruto varia conforme a região” (WALLACE, 1979, p. 60).

2.23 O CASAL AGASSIZ NA AMAZÔNIA

Luiz e Elizabeth Cary Agassiz participaram de uma expedição científica norte-americana nos anos 1865-1866 que visitava as terras do Brasil. Elizabeth cuidava criteriosamente dos registros da expedição. “Os elementos para a confecção de seu registro eram fornecidos, diariamente, pelo grande naturalista”. (FERRI, 1975:05)

Da mesma forma que Wallace, o casal Agassiz também se encanta e descreve o açaí. Descrevem assim o fruto e a palmeira:

A palmeira Açaí – No jardim do cunhado do Sr. Braga, onde descansamos, vemos pela primeira vez a esbelta palmeira chamada Açaí, de onde se retira uma bebida muito estimada no Pará e em todo o baixo Amazonas (AGASSIZ, 1975, p. 97).

E continuam sua descrição:

Esses frutos são do tamanho dos da amoreira de espinho e de cor castanho muito escuro. Depois de fervidos, são espremidos e dão um suco abundante de cor púrpura análoga à do suco de amoras. Depois de passado na peneira, esse suco tem a consistência do chocolate. O gosto é enjoativo, mas dá um prato muito delicado quando se lhe junta um pouco de açúcar e “farinha-d’água”, espécie de farinha dividida em grossos fragmentos, fornecida pelos tubérculos da mandioca. Na província do Pará, as pessoas de todas as classes são apaixonadas por essa bebida, e há mesmo um provérbio que diz:

**Quem vai ao Pará,
parou...
Bebeu açaí,
ficou.** (AGASSIZ, 1975, p.100-101, grifo nosso).

Outro aspecto capturado nas observações de viagem dizem respeito a caça de tartarugas e a secagem de peixes promovidas pelos nativos. Escreve Agassiz:

Vamo-nos aproximando dessa parte do Amazonas onde se encontram as vastas praias arenosas frequentadas, na época da postura, pelas tartarugas e os crocodilos. Ainda não chegou a época de desenterrar os ovos, de fazer a manteiga de tartaruga, etc., mas se avistam com frequência, perto das margens, as choças construídas pelos índios ou os paus fincados no solo sobre os quais se estende e seca o peixe. O peixe seco é um dos grandes artigos do comércio local (AGASSIZ, 1975, p. 131).

2.24 A AMAZÔNIA NA 2ª GRANDE GUERRA: MANDANDO BORRACHA

A 2ª Grande Guerra (1939-1945) reinaugura o interesse pela produção amazônica da borracha e nas décadas de 1920 e 1930, o Estado do Pará iniciara o cultivo de seringueiras. Uma dessas experiências de cultura da *H. brasiliensis* foi o de Fordlândia. Sobre o insucesso do referido empreendimento, “a historiadora Barbara Weistein [...] considera que a derrocada do empreendimento de cultivo da borracha” ocorreu “devido problemas de mão de obra” (WEINSTEIN apud BEZERRA NETO, 2000, p. 30).

Buscando suprir a deficiência de mão de obra para a extração da borracha, em 1943, “foi organizado um verdadeiro recrutamento de trabalhadores com o auxílio dos norte-americanos”. Com previsão de se recrutar 50.000 trabalhadores oriundos do Nordeste brasileiro, apenas 22.092 homens de fato chegaram a pisar na Amazônia. “A viagem rumo à Amazônia dos soldados da borracha, recrutados no Nordeste, não somente era feita em condições precárias, como as doenças e mortes ceifariam muitas vidas dos homens recrutados para lutar nas ‘batalhas da borracha’”. (BEZERRA NETO, 2000, p. 37-39).

2.25 A REVOLUÇÃO DE 1930 LÁ PRAS BANDAS DA AMAZÔNIA

Dentre as contradições do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a crise gerada a partir do conflito da oligarquia política de São Paulo com os demais estados que não se vinculavam a economia do café, foi um dos motivos geradores do Movimento de 1930. Getúlio Vargas chegava ao poder central no Brasil. (SOUZA JUNIOR, 2000)

As oligarquias agrárias também dominavam politicamente o Pará. Fazendeiros do arquipélago do Marajó e os latifundiários dos castanhais da Zona do Salgado faziam parte dessas oligarquias (SOUZA JUNIOR, 2000)

Cresciam as dívidas interna e externa no Estado. Decorrente disso, atrasos salariais dos funcionários do Estado, civis e militares, produzia um quadro de grandes descontentamentos. (SOUZA JUNIOR, 2000)

Aos doze dias do mês de novembro de 1930, Barata era empossado como interventor do Estado. Por força de decreto, aos interventores cabiam plenos poderes. Da mesma sorte que os chefes do Governo Provisório, esses interventores federais acumulavam poderes executivos e legislativos. Dissolvidos que foram os legislativos nas três esferas, esses interventores tinham isenção de seus atos diante do poder judiciário. Com isso, Vargas demolia as estruturas de poder montadas pelas antigas oligarquias nos Estados. (SOUZA JUNIOR, 2000)

Entre os privilégios daquelas oligarquias antigas está o retorno para as mãos do Estado das terras estatais que haviam sido arrendadas e junto com elas a concessão do extrativismo de castanhas, que se constituía em mecanismo de enriquecimento das elites no Pará. (SOUZA JUNIOR, 2000).

Em 1930, as dívidas interna e externa levaram a situação das finanças no Estado do Pará a ficar bastante grave. Parecia sem saída tal crise vivida na economia local. Salários baixos, aluguéis altos: uma combinação perigosa. Por conta disso, entre outras medidas, Barata reduziu em 25% os aluguéis, seguido de congelamento deles por um ano. (SOUZA JUNIOR, 2000).

2.26 A AMAZÔNIA NO SÉCULO XX

Com o declínio de recursos em outras regiões no planeta (Ásia e África, por exemplo), juntamente com processos de libertação nacional de muitas colônias, forçaram um giro dos interesses dos grandes grupos econômicos internacionais para outras áreas do globo. Então, onde fossem encontrados recursos naturais abundantes aliados à mão de obra barata e mais fragilidade legal em amparo ao trabalhador era o que mais interessava. (ALVES FILHO, 2000).

A primeira tentativa de planejamento regional para Amazônia ocorreu em 1953 com criação da (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Trazia com sua instalação projetos de incentivo às atividades

extrativistas do látex, da castanha-do-pará, essências vegetais e de peles de animais. Também incentivava a pecuária, e a exploração de minérios como o ouro, o manganês e de pedras preciosas. Desenvolveram-se, a partir de então, indústrias de calçados, as usinas para beneficiamento da castanha-do-pará e a indústria de beneficiamento de fumos. A SPVEA foi extinta em 1966. Entrou em cena a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), sem que possuísse a mesma força política da sua antecessora. Tinha por atribuição planejar o desenvolvimento regional, mas enfrenta as barreiras de fazer valer seus objetivos no cenário nacional, pois estes se colocavam em conflito com os interesses de setores econômicos do restante do país. (ALVES FILHO, 2000).

2.27 OS MILITARES NA AMAZÔNIA – O GOLPE DE 1964

Após o golpe militar de 1964, a Amazônia tornou-se um importante foco de ações governamentais. “O aumento de sua ocupação foi planejado e implementado pelo regime militar, o que gerou vários impactos adversos”. Em seu projeto de modernização, o regime militar tinha como parâmetro a Doutrina de Segurança Nacional, “cujo objetivo geral era tornar o Brasil uma nação equiparável aos países desenvolvidos” (SERRA; FERNANDEZ, 2004, p.111).

Com um grau de voluntarismo baseado no Milagre Econômico chegou-se a defender “a meta de crescimento da ordem de 9% ao ano”. Para isso, a estratégia para “a aceleração do desenvolvimento seria assegurada pelo apoio simultâneo à agricultura e à exportação, configurando um novo modelo de desenvolvimento” (MACARINI, 2005, p. 60).

O início da década de 1970, a ditadura recrudescia e vivia sob a conjuntura “do denominado “milagre” econômico brasileiro”. Nesse período, “a presença do governo federal na Amazônia foi intensificada principalmente em função dos objetivos geopolíticos (ocupação e integração nacional), os quais assumiram uma importância especial em relação a todos os outros objetivos” (SERRA; FERNANDEZ, 2004, p.112).

Com o Golpe Militar de 1964, as oligarquias políticas e econômicas rurais da Amazônia se aliançaram com a burocracia tecno-militar, muito embora o poder por elas exercido estivesse esvaziado. Nesse período militar, o processo de ocupação da Amazônia foi estimulado pelo apoio dos governos de exceção, tendo como base

estratégica a valorização da Amazônia como uma política de valorização do capital. Para tanto, a região deveria se configurar como área fornecedora de produtos primários (a ideia celeiro do mundo) destinados aos mercados interno e externo. Atrair investimentos na pecuária de corte da carne bovina destinada a alcançar os preços elevados no mercado internacional, e tornar a região em pólo consumidor de produtos da manufatura da região centro-sul do Brasil.(ALVES FILHO, 2000).

Ao longo desse período, os trabalhadores rurais passam a usar do desmatamento como forma de se estabelecerem como posseiros nas “frentes amazônicas de expansão agrícola”, buscando a legitimação das ocupações (LIMA; POZZOBON, 2005, p. 64).

No ano de 1966, é implementada a *Operação Amazônia*, com a tarefa de projetar a região no cenário da economia nacional, como produtora do açúcar, da juta, do arroz, da carne bovina, além da madeira e de oleaginosos. Durante esse processo é que se estabeleceu o que conhecemos como Amazônia Legal, uma área política destinada aos programas de incentivo. Entretanto, o que ocorreria com os famosos projetos agropecuários, é que não sendo na prática agrícolas e sim com predominância da pecuária, excetuando os projetos de investimento que não se enquadravam nessa categoria de atividade (corrupção com os incentivos fiscais, projetos fantasmas, etc.), levou a um fortalecimento do latifúndio na região. (ALVES FILHO, 2000).

De 1972 a 1974, foi criado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Com base na ideologia emplacada nesse período de governo militar que fazia loas ao *Milagre Brasileiro*, previa uma revolução agrícola e o fortalecimento do setor industrial nacional. Além disso, pretendia um maior desenvolvimento tecno-científico e o ingresso do país entre as maiores potências do planeta (ALVES FILHO, 2000).

Diante da Crise do Petróleo (1973) ficou patente a impraticável política de tornar a Amazônia em fornecedora agrícola do Centro-Sul do Brasil. A carestia do combustível desanimava os pretensiosos do governo. O Celeiro do Mundo estava abalado. Surge o Polamazônia, do insucesso dos planos anteriores, agora pretendia dar novo mecanismo de entrada do grande capital na região. Novamente os investimentos de grande somas em dólares para fins da produção pecuária destinada à exportação. Dessa vez, “foi-se percebendo que as técnicas usadas no Centro-Sul não eram aplicáveis na Amazônia. Os pastos- que haviam substituído as matas- foram envolvidos por diferentes arbustos e ervas daninhas”. Caía o mito da

fertilidade da terra. O capim se desenvolvia mal a cada replantio. Os proprietários amargavam novo insucesso. (ALVES FILHO, 2000, p.60).

2.28 TINHA TUDO PRA DAR CERTO, MAS NÃO DEU!

Muitos foram os revezes das ações pretendidas com desenvolvimento da região no período dos governos militares. Esgotamento das terras, impactando os recursos naturais; desarticulação das atividades extrativistas na região e de comunidades indígenas; gerou miséria entre nativos e migrantes enganados com a falsa promessa de dias melhores; substituição de áreas de produção extrativista por pastos; transformou agricultores familiares em assalariados nas montadoras de Manaus, interferindo na dinâmica da economia de subsistência local. (ALVES FILHO, 2000).

2.29 O ARAGUAIA ESTÁ EM GUERRA – GUERRILHA RURAL

A Guerrilha do Araguaia (1967-1975) foi um Movimento político consideravelmente radical que ocorreu na “região Sul e Sudeste do estado do Pará, limitando-se com o norte do estado de Tocantins (à época estado de Goiás) e oeste do estado do Maranhão. Na parte relativa à divisa do Pará com o estado do Tocantins essa região é conhecida como “Bico do Papagaio” (NASCIMENTO, 2000, p.16).

Um ufanismo como ideologia da ditadura militar estava em pleno curso no país. A classe média brasileira embebida pelo *milagre econômico* investia suas economias na bolsa. A grande imprensa sob controle da ditadura colaborava com esse cenário propalando essas ideologias. Nesse contexto, ocorreu a Guerrilha do Araguaia. Os paulistas, como ficaram conhecidos os jovens que vieram do Sul do país, para o Baixo Araguaia e o Médio Tocantins, com intento de implantar um foco de resistência à Ditadura em curso no Brasil. Entre os objetivos do movimento revolucionário, figuravam bandeira de distribuição de terras para os camponeses, fim da grilagem de terras enfrentando o latifúndio, incentivo e proteção de preços aos pequenos produtores, proteção às praticas extrativistas com controle de preços praticados criminosamente contra os que sobreviviam dessa economia, e garantia da caça e pesca e da venda dos sub-produtos oriundos dessas praticas como o comercio de peles, restritiva a matança de animais para esse único fim(ALVES FILHO, 2000).

O capitalismo chega mais tenaz à Amazônia. A partir de 1965 e durante trinta e cinco anos é sentida a expansão do capitalismo tendo como diretrizes econômicas

políticas impostas pelos governos militares e continuada na abertura política da Nova República e os que seguiram. Todos com o discurso de promover o desenvolvimento da região: a modernização. “O predomínio de investimentos e a presença do governo federal na região se tornaram cada vez mais extravagantes na proporção de seus resultados” .Cinco séculos de exploração extrativista serviram ao enriquecimento de muitos poucos e como herança às amplas parcelas dos que vivem na Amazônia apenas passivos ambientais e sociais. (SOUZA, 2001, p.206).

Outra sequela ainda não cicatrizada deixada pela implantação dos grandes projetos foram os conflitos agrários. Camponeses e extrativistas foram ilegalmente e violentamente sacados de suas glebas. Esses conflitos de terra ganham maior intensidade na década de 1970, “gerando focos críticos como a região do “Bico do Papagaio”, no sul do Pará, ou os estados de Rondônia e Acre” (SOUZA, 2001, p. 214). Esses conflitos redundam em retirar homens e mulheres de seus habitats e de seus acessos a produção de alimentos na base da agricultura familiar, empurrando esses contingentes para as cidades amazônicas, formando os bolsões de pobreza e miséria urbanas.

2.30 A FOME NA AMAZÔNIA E O SÉCULO XIX COMO MARCO

É fato que os conquistadores europeus sofreram com penúrias de alimentos. São vários os momentos percebidos em relatos quando o desespero pela falta de comida atormentava as expedições. Mas se bem prestada atenção, essa fome não era pela escassez do alimento, mas de quem na fartura deles não os sabia acessar. Caçar ou pescar exigia habilidade e muitas vezes coragem em enfrentar as selvas com suas feras e os rios com seus peixes carnívoros, seus crocodilos ou seus peixes elétricos, sem contar com o perigo das suas águas e correntezas. Isso faz recordar o mito grego de Tântalo. Esse deus do Olimpo, por ter infringido a confiança de Zeus, recebeu como castigo uma maldição. Penalizava a Tântalo e a toda a sua descendência: a Maldição de Tântalo! Nela, o deus infrator fora obrigado a viver eternamente num pântano, mergulhado até o peito naquelas águas. Sua sede não era sanada, porquanto toda vez que da água tentava tomar com suas mãos, ela escorria-lhe entre os dedos. E as frutas penduradas nos galhos das árvores ao seu redor, quando as tentava alcançar para tomá-las como alimento, os galhos se recolhiam de tal sorte que deles não alcançava. É a fome na fartura!

Entretanto, vemos que no decorrer do desenvolvimento das atividades de exploração da Amazônia, de suas potencialidades, os primeiros indícios da escassez de alimentos ocorrem a partir do século XIX. Entre outros elementos, lembramos a ironia de Wallace quando disse “Consegue-se peixe, às vezes, mas é muito caro. E só se matam porcos aos domingos. O pão, feito de farinha de trigo dos Estados Unidos; a manteiga irlandesa ou americana, e outros produtos importados são comumente usados pela população branca”. Era o desenvolvimento do capitalismo na região e a lógica de mercado agora cada vez mais ditava comportamentos e realidades novas para a região. E nessas realidades, vão-se aparecendo os Tântalos da Amazônia.

3 AS BASES SOCIOCULTURAIS DA FOME NA AMAZÔNIA

Começamos esse capítulo com a seguinte afirmação: “[...] com [...] **parcos recursos** constitui-se o tipo de **alimentação do homem da Amazônia**”. Ao detalhar mais o argumento, diz que se trata de

alimentação **pouco trabalhada e pouco atraente**, apresentando até hoje em suas características uma **predominância** manifesta da **influência cultural indígena** sobre a das outras culturas, a portuguesa e a negra, que também participaram de sua formação. (CASTRO, 2006, p.43-44, grifo nosso).

Essa caracterização é de Josué de Castro, no capítulo que ele dedica à análise da fome na região Amazônica. Ficam explícitas duas assertivas: a primeira de que são poucos os recursos alimentícios disponíveis; a segunda de que a influência gastronômica indígena empobrece ainda mais o cardápio por não ter permitido a incorporação da culinária portuguesa ou africana. As duas assertivas se somam e tornam a cozinha amazônica uma lástima.

Essa visão está contida em *Geografia da Fome* - numa “construção interdisciplinar que reúne o médico e epidemiologista, o estudioso das relações sociais e o conhecedor profundo do meio natural”. Uma obra, que longe de dúvida abre um caminho novo na abordagem da fome, incluindo aspectos do ambiente brasileiro. Na obra, “os regimes alimentares de cada região do País são examinados a partir das possibilidades oferecidas pelos solos, pelo clima, pela vegetação, mas igualmente pela maneira como se organizam a apropriação da terra” sem negligenciar as relações de trabalho. São várias as manifestações de defesa e regozijo com obra tão seminal. Uma delas é feita por Abramovay (1996) no seu artigo *A Atualidade do Método de Josué de Castro e a Situação Alimentar Mundial*. Embora concordemos em variados aspectos com a obra de Castro e com as defesas apresentadas por Abramovay, também manifestamos nossas críticas contrárias à essa visão determinista cultural. A que imputa aos hábitos alimentares indígenas, ou seja, à fração nativa dentre as três grandes manifestações culturais formadoras da cultura brasileira, (aqui particularmente a amazônica) uma culpabilidade em forma denexo causal.

Como provocação e desafio, tomaremos essas afirmações de Josué de Castro e procuraremos discutir contrariamente à opinião do médico geógrafo.

Mas para tanto, ainda recorreremos ao seu capítulo amazônico, e completamos com outras observações por ele sistematizadas. Anuncia Castro:

Vejamos como se apresenta, dentro destas exigências fisiológicas, o regime alimentar da área amazônica. A falta de variedade de seus componentes, a sua visível exiguidade dão logo a ideia de que se trata de um regime insuficiente, com um total calórico muito abaixo das necessidades do metabolismo básico e do metabolismo de trabalho. Em cálculos que realizamos há alguns anos sobre o regime das classes pobres da cidade de Belém, encontramos um total energético oscilando entre 1.800 a 2.000 calorias diárias. A leitura universal sobre nutrição afirma serem necessárias 3.000 calorias diárias para grupos humanos ocupados em trabalho de intensidade média. Encarando o problema sobre o aspecto unilateral, conclui-se haver um tremendo déficit calórico, de quase 50% em relação ao total, nesta dieta do homem amazônico. (CASTRO, 2006, p. 54)

Mais adiante, junta-se aqueles que procuram explicações biológicas que justifiquem um fenômeno por muitos classificados pejorativamente de preguiça¹⁴. Assim explica:

Na insuficiência alimentar quantitativa e na forçada adaptação orgânica a esta situação permanente, residem **as explicações da apregoadada preguiça dos povos equatoriais**. A **preguiça no caso é providencial**: é um meio de defesa de que a espécie dispõe para sobreviver, e funciona como o sinal de alarma numa caldeira que diminui a intensidade de suas combustões ou para mesmo automaticamente, quando falta o combustível. (CASTRO, 2006, p.56, grifo nosso).

Ora, fica explícito uma orientação a certos determinismos biológicos as explicações apontadas como conclusivas aos comportamentos dos seres humanos na Amazônia. Mas, não deixemos passar despercebido que os estudos de Josué de Castro abrangeram, nesse particular acima descrito, **as classes pobres da cidade de Belém**. Isso nos parece uma preciosa pista, uma fenda considerável na articulação explicativa da pretensa preguiça¹⁵ amazônica. Por dedução simples de exclusão de variáveis (aqui o poder aquisitivo), podemos pensar que as classes

¹⁴ Sempre que leio ou ouço essas referências aos que habitam a Amazônia, de que a preguiça é característica desses povos, recordo-me, entre tantas outras coisas, a vida de castanheiros (extrativistas) na Reserva do Desenvolvimento Sustentável do Iratapuru, na região do Jari, Estado do Amapá. Aqueles que vão aos distantes castanhais para as suas lidas, precisam passar por pequenas cachoeiras com seus batelões para transportar a castanha coletada rio acima. São várias essas cachoeiras, e em cada uma delas eles precisam retirar as sacas de castanha da embarcação para jogar o batelão no nível mais baixo do rio. E após isso, recarregam as sacas de castanha, todas de novo, isso até o próximo desnível. Quando ouço sobre a preguiça dos habitantes da floresta, vem-me sempre aquela agonia que nos incomoda: o desconhecimento de causa de muitos!

¹⁵ Encontramos em Mario de Andrade a caracterização da preguiça presente em um anti-herói brasileiro o Macunaíma. Tendo nascido de uma etnia indígena amazônica, demorou seis anos para falar, e ao inaugurar suas primeiras palavras, disse: "Ai, que preguiça!". Cômica e irônica, critica a visão romântica do índio e do povo brasileiro (ANDRADE, 1970)

ricas da Amazônia não padecem dessa pestilenta preguiça! Não parece ser o caso. Há disseminado um estereótipo de seres humanos preguiçosos da floresta. Nessa aparente falha, continuaremos nossas construções acerca do tema.

Como nosso estudo trata da relação entre Alimento e Fome e das contradições que decorrem do desenvolvimento na região amazônica, então deve ser considerado como importante de ser feito uma abordagem metodológico-cognitiva sobre a presença na região dos estoques proteicos e energéticos disponíveis como alimentos e a fome expressa em seus conceitos como desnutrição, subnutrição ou uso inadequado de recursos disponíveis. Dentro dos critérios citados, compreendemos que uma abordagem de balanço entre a existência desses estoques naturais e a fome como fenômeno de intensidade considerável na região será substancial para comprovação da hipótese desse paradoxo. Entretanto, se só assim o fizéssemos, estaríamos buscando simplesmente a compreensão do fenômeno. Seria um exercício contábil, um balancete que desconsideraria aspectos sociais e históricos necessários a leitura da realidade. Por isso, aqui, importa-nos também explicá-lo. Assim sendo, uma abordagem diacrônica (sem excluir a sincrônica) poderá apontar elementos explicativos a partir do fenômeno investigado e seu desenvolvimento no Tempo Histórico da Amazônia.

Embora a compreensão da necessidade de se avaliar de maneira estrutural e histórica o fenômeno, outra questão que julgamos pertinente tem haver com uma hipótese que é possível se encontrar respostas no plano cultural da região. Dessa feita, formulamos a seguinte questão: o *ethos* (em destaque, os hábitos e tabus alimentares) se constitui como causalidade, resposta ou não se habilita como explicação dos fenômenos de desnutrição, subnutrição, uso inadequado de recursos naturais como alimentos e a fome na região amazônica?

3.1 OS RELATOS E A ANTROPOLOGIA

A antropologia enquanto campo científico é relativamente recente. Ela tem sua gênese no período no qual o Novo Mundo estava sendo descoberto. A curiosidade sobre as gentes das terras estranhas, envolta de superstições medievais, é tomada pela reflexão renascentista. Seriam aqueles seres pertencentes à humanidade? O principal parâmetro a essa indagação encontrava abrigo em preceitos religiosos. Nesse sentido, a pergunta se aqueles selvagens eram

possuidores de uma alma interessava essencialmente aos missionários que buscavam saber se os mesmos eram filhos do Pecado Original e se lhes era permitido alcançar o sentido da revelação. Essa inquietação não encontrou resposta religiosa antes que se passassem dois séculos. (LAPLATINE, 2003).

As viagens de exploração do Novo Mundo propiciavam uma ampliação dos horizontes do Velho Mundo e com isso os contatos com os diferentes ganhavam maior dimensão. Em virtude desse contato surge uma moda literária, um gênero bastante “apreciado por todos os espíritos esclarecidos”. Tratava-se dos relatórios e relatos que, tem no final do século XVII, maior disponibilidade de “informação antropológica qualitativa e quantitativa suficiente para que exerça uma influência importante sobre as sensibilidades e as maneiras de pensar europeias”. É o caso de obras importantes como *História geral das viagens* que fora publicada por Prévost em 1746; *Grandes Viagens* feitas entre 1590 e 1730 de Théodore de Bry; o Barão de la Hontan conta em dois relatos viagens feitas à América em 1763, e muitas outras (LABURTHE-TOLRA ; WARNIER, 1997, p. 36).

Esse gênero literário, constituído de relatos de viagens e de ensaios filosóficos ou políticos, dá suporte à etnografia ou etnologia durante o século XVIII. Há de se ressaltar que outro caminho tomado compunha-se das ciências naturais “o do ser vivo com Lineu e Lamarck, ou o da matéria inerte com Newton ou Lavoisier, entre muitos outros”. É também nesse século que se apresenta uma nova tomada ideológica do mito do bom selvagem. A etnologia, com isso, influencia o pensamento ocidental. Através das abordagens etnográficas

Era corriqueira a comparação entre os povos ditos “primitivos” (“os outros”, “eles” – o alemão diz *Naturvölker*: “os povos da natureza”), e os ditos civilizados (“nós”), seja para exaltar o primitivo vivendo em liberdade, igualdade e no estado de natureza – todas as coisas que foram pervertidas pela civilização, considerada superior aos estados anteriores de barbárie e selvajaria, tal como parece no *evolucionismo* social do século XIX (LABURTHE-TOLRA ; WARNIER, 1997, p. 38-40).

De um modo geral, esses documentos literários “são unânimes em descrever a bela aparência dos adultos, a boa saúde das numerosas crianças, a abundância e variedade dos recursos alimentares”. Também consta de como “os índios, efetivamente, só dedicavam pouco tempo àquilo a que damos o nome de trabalho. E apesar disso não morriam de fome”. Assim, o tempo dispensado à busca e consecução de alimentos não ocupava um período integral e angustiante nessa

economia de subsistência dos povos indígenas. Essa postura de comportamento comum aos nativos sul-americanos de agricultores, entre eles os Tupi-Guarani, eram tomadas como ociosidade irritante pelos franceses e portugueses. Clastres (2003, p.211-212), assim descreve a subsistência desses povos originários:

A vida econômica desses índios baseava-se sobretudo na agricultura, e, acessoriamente, na caça, na pesca e na coleta. Uma mesma área de cultivo era utilizada por um período ininterrupto de quatro a seis anos. Em seguida, era abandonada, por esgotar-se o solo ou, mais provavelmente, em virtude da invasão do espaço destacado por uma vegetação parasitária de difícil eliminação. O grosso do trabalho, efetuado pelos homens, consistia em arrotear, por meio de um machado de pedra e com auxílio do fogo, a superfície necessária. Essa tarefa, realizada no fim da estação das chuvas, mobilizava os homens durante um ou dois meses. Quase todo o resto do processo agrícola - plantar, mondar, colher -, em conformidade com a divisão sexual do trabalho, era executado pelas mulheres. Donde a seguinte conclusão feliz: os homens, isto é, a metade da população, trabalhavam cerca de dois meses em cada quatro anos! O resto do tempo era passado em ocupações encaradas não como trabalho, mas como prazer: caça, pesca; festas e bebedeiras; a satisfazer, enfim, o seu gosto apaixonado pela guerra.

Alguns estudos em curso procuram dar conta do tempo de trabalho gasto em economias de subsistência. Esses estudos de caráter demonstrativo mostram que agricultores sedentários ameríndios, gastam em média menos que quatro horas por dia de trabalho. Daí, resulta um “preconceito tenaz, curiosamente co-extensivo à ideia contraditória e não menos corrente de que o selvagem é preguiçoso” (CLASTRES, 2003, p. 210-211).

3.2 RELATOS DOS CRONISTAS

Como ressaltamos o caráter primordial dos relatos e crônicas oriundas do contato dos europeus com o Novo Mundo, dedicaremos à interpretação e análise de alguns dos mais importantes documentos desse gênero que tratam do Brasil, em geral, e da Amazônia, particularmente. Gastaremos, a seguir, algum espaço para uma interessante descrição sobre a Amazônia em aspectos distintos.

Começamos com essa detalhada descrição de primatas da região:

De todos os macacos de cauda preênsil encontrados nas florestas do Alto Amazonas, saguis de formas graciosas, sajum de chifre, monos de pêlo cinza, micos que parecem usar uma máscara no rosto careteiro, o guariba é, incontestavelmente, o mais original. Sociável, menos selvagem, no que difere muito do "mucura", bravio e fétido, ele tende a se associar e, em geral, anda em grupos. Sua presença é assinalada de longe, por um

concerto de vozes monótonas, que se parecem com as orações salmodiadas do clero. Porém, mesmo que a natureza não o tenha feito agressivo, não se pode atacá-lo sem precauções [...] Na verdade, sobretudo para os índios, o macaco era uma caça à qual se dava muito valor e, independentemente da espécie, eles o perseguiam com a determinação de um Nemrod, não somente pelo prazer de caçar, mas, também, pelo prazer de comê-lo (VERNE, 2003, p.19-21).

Em outro trecho, aparecem descrições sobre alimentos, com destaque às mandiocas:

Em primeiro lugar, havia um grande estoque de mandiocas, que são raízes de um arbusto que tem de seis a dez pés de altura, e que é o principal alimento dos habitantes das regiões intertropicais. Essa raiz, parecida com um grande rabanete escuro, dá em tufos, igual à batata. Nas regiões africanas ela não é tóxica, porém, na América do Sul, contém um suco dos mais venenosos, que se extrai antecipadamente por pressão. Depois disso, a raiz é transformada numa farinha, que se prepara de diversos modos, inclusive em forma de tapioca, de acordo com o gosto dos índios (VERNE, 2003, p. 98).

Ainda na mesma direção dos alimentos seguem esses relatos, considerando a carne de abates e do pescado e sua indústria nativa:

Além de todo um rebanho de carneiros alimentados num estábulo especial e abatidos antecipadamente, as conservas de carne consistiam numa boa quantidade de presuntos da região, de excelente qualidade; também contavam com o fuzil dos rapazes e de alguns índios, bons caçadores, para os quais haveria muita caça — e eles as matariam — nas ilhas ou nas florestas à beira do Amazonas [...] Além do mais, o rio forneceria alimento para o consumo diário: camarões, que se poderia chamar de lagostins; "tambaquis", o melhor peixe de toda a bacia, de gosto mais requintado do que o salmão, ao qual já foi comparado; "pirarucus", de escamas vermelhas, grandes como os esturjões e que, salgados, são despachados em grandes quantidades para todo o Brasil; "candirus", perigosos de pegar, mas bons de comer; "piranhas", ou peixes-diabos, rajadas de faixas vermelhas e com trinta polegadas de comprimento; tartarugas grandes e pequenas, encontradas aos milhares e que fazem parte da alimentação dos índios; sem faltar nenhum deles, todos esses produtos do rio estariam presentes na mesa dos patrões e dos empregados (VERNE, 2003, p. 98-99).

Um destaque para a captura das tartarugas e do aproveitamento de seus ovos:

Na praia, viam-se pequenas tumefações que indicavam o local onde, naquela noite, cada postura havia sido depositada na vala, contando de cento e sessenta a cento e noventa ovos. Estas, nem se pensava extrair. Porém, uma postura anterior havia sido feita dois meses antes, os ovos já haviam eclodido sob a ação do calor armazenado na areia e alguns milhares de tartaruguinhas já corriam pela praia [...] Os caçadores fizeram uma boa caça. Eles encheram a piroga desses interessantes anfíbios, que chegaram a tempo de serem preparados para a hora do almoço. O achado foi dividido entre os passageiros e os empregados da jangada e se sobrasse para o jantar não seria muito. (VERNE, 2003, p.159-160).

O tão apreciado vinho de açaí pela gastronomia local também não passou despercebido:

Nessa região há uma espécie de vinho violeta escuro que é extraído do suco das palmeiras "açais", cujo gosto forte e aromático é apreciado pelos brasileiros. Também havia a bordo um número respeitável de frascos¹⁶ de vinho que, sem dúvida, estariam vazios quando chegassem ao Pará. (VERNE, 2003, p. 99).

Na sequência, o funcionamento das ocupações humanas, nomadismos e sedentarismos, bem como parte de uma ecologia humana e consumo de carne de peixe-boi são ressaltadas:

Fonteboa, como a maioria das aldeias-missões do Amazonas, não escapou ao capricho da lei que as fazia mudar, por um longo período, de um lugar para outro. No entanto, era provável que essa vila houvesse deixado a vida nômade e se transformado, definitivamente, em sedentária. Melhor ainda, porque era encantador vê-la com umas trinta casas, cobertas de folhagens e a igreja dedicada a Nossa Senhora de Guadalupe, Virgem Negra do México. Fonteboa possuía mil habitantes, abastecidos pelos índios das duas margens que criavam animais nas opulentas campinas dos arredores. A ocupação desses índios não se limitava à criação: eram, também, intrépidos caçadores ou, se preferirmos, intrépidos pescadores de peixes-boi.[...] Mas seria bem difícil impedir essa destruição. Na verdade, a carne do peixe-boi é excelente, até mesmo superior à do porco, e o óleo fornecido pela sua gordura, com três polegadas de espessura, um produto de grande valor. Essa carne, quando defumada, conservava-se por muito tempo e fornecia um alimento saudável. Se a isso acrescentarmos que o animal era relativamente fácil de ser capturado, ninguém se surpreenderia de que a tendência da espécie fosse ser totalmente destruída [...] Hoje, um peixe-boi adulto, que "rendia" dois potes de óleo pesando cento e oitenta libras, não dá mais do que quatro arrobas espanholas, equivalente a um quintal. (VERNE, 2003, p.163-164).

Sem dúvida, um belo relato descritivo de ambiente e do comportamento humano na Amazônia novecentista. O que, entretanto, mais chama a atenção é que o autor de tais trechos, de fato, nunca pusera os pés na região tão-bem descrita. São de Júlio Verne, romancista francês de obras famosas sobre viagens fantásticas como *Vinte mil léguas submarinas* e *A volta ao mundo em 80 dias*. *A Jangada*, título da obra de onde destacamos os trechos acima, aborda a aventura de viagem de um rico fazendeiro da Amazônia Peruana que leva toda sua família, mais trabalhadores e escravos, até Belém, numa gigantesca jangada, pelo Rio Amazonas, ao longo de quatro mil km.

Então porque do destaque da descrição, se trata de uma narrativa ficcional? O que importa aqui não é o caráter ficcional ou histórico, mas de como o gênero dos relatos dos viajantes, cronistas e cientistas (naturalistas) tem seu vigor de fonte. Embora não tivesse vindo à Amazônia, o intrigante escritor se valeu com bastante maestria dos documentos que retratavam o rio Amazonas e suas terras. Assim vemos no trecho a seguir como ele se valeu dos escritos do casal Agassiz:

O professor Agassiz protesta, com razão, contra a pretensa insalubridade do clima de um país, sem dúvida, destinado a tornar-se o centro mais ativo de produção comercial. Segundo ele, "sente-se todo o tempo uma brisa leve e agradável que produz evaporação, graças à qual a temperatura cai e o solo não é indefinidamente aquecido. A constância dessa brisa refrescante torna o clima do rio das Amazonas agradável e até mesmo um dos mais deliciosos". (VERNE, 2003, p.58).

A citação dos autores que eram consultados aparece vez por outra no texto do romance. Dizia o escritor que quando criança queria ser um marinheiro, que "Antes de começar a escrever minhas histórias, eu tomava várias notas extraídas de todos os tipos de livros, de jornais, de revistas ou de resumos científicos". Procurava dessa forma, dar mais crédito aos seus romances pelo esforço documentário. (VERNE, 2003, p.364).

E na esteira desses documentos referenciais à sua obra, Verne destaca os seguintes:

Em 1827, Lister-Maw; em 1834 e 1835, o inglês Smyth; em 1844, o tenente francês que comandava o Bouchonaise; o brasileiro Valdez em 1840; o francês Paul Marcoy de 1848 a 1860; o por demais fantasioso pintor Briard em 1859; o professor Agassiz de 1865 a 1866; em 1867, o engenheiro brasileiro Franz Keller-Linzenger; e, finalmente, em 1879, o doutor Crevaux; todos eles exploraram o curso do rio, subiram por vários de seus afluentes e verificaram a navegabilidade dos principais tributários. (VERNE, 2003, p. 59).

Começamos nossa descrição a partir dos relatos de Hans Staden. Trata-se de um documento que se transformou num "livrinho que não por acaso se tornou best-seller desde o dia em que deixou a prensa alemã, em Marburgo, 'a terça-feira de carnaval de 1557', como registra o prefácio original". Com um título intrigante *História verídica e descrição de uma terra de selvagens, nus e cruéis comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo da América, desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas terras de Hessen, a conheceu por experiência própria, e que agora traz a público com essa impressão*, foi obra que inspirou entre outros, Tarsila

do Amaral em seu *Abapuru*, “O Comedor de gente” na língua tupi e a Oswald de Andrade na deflagração do Movimento Antropofágico (BUENO, 2008, p. 8-11).

Certa ocasião, europeus sitiados próximos à Olinda-Pe por índios que atiravam flechas incendiárias e sob ameaça de virarem comida caso fossem capturados, lembra Staden: “tínhamos pouca comida, e esse pouco foi logo consumido. Naquelas terras é comum buscar-se a cada dia ou farinha ou bolo. Mas não podíamos ir até as plantações”. Tendo êxito na fuga, retornaram ao grande navio, mas dessa feita carregando água e bastante farinha de mandioca para consumo da tripulação. Mesmo assim os provimentos eram insuficientes para o intento de bater em retirada rumo a Portugal. Relata o aventureiro sobre esses dias de penúria durante a viagem:

Assim navegamos sob ventos desfavoráveis e com mantimentos insuficientes em direção a Portugal e sofremos muita fome. Alguns comeram as peles de cabra que tínhamos a bordo. Cada homem recebia diariamente uma tigela de água e um pouco de farinha de mandioca brasileira (STADEN, 2008, p. 38-40).

Em uma das passagens, chama bastante atenção um costume dos Tupinambá, povo que amedrontava bastante os europeus. Com o título de “Como e por que deveríamos temer o inimigo em duas épocas do ano mais do que no resto do tempo”, explica Staden que em novembro, “quando o milho, que eles chamam de abati, fica maduro, e com o qual preparam uma bebida que chamam de cauim. Para tanto também usam raízes de mandioca, de que empregam um pouco na mistura” esse povo atacava os Tupiniquins. No retorno das incursões guerreiras, eles preparavam suas bebidas e “com ela comem seus inimigos, quando aprisionam algum. Alegam-se o ano inteiro já por conta da época do abati”. Outro período era no mês de agosto. “Nesta época eles perseguem uma espécie de peixe que migra do mar para os rios de água doce para a desova. Estes peixes chamam-se piratis, na língua deles, e lisas, em espanhol”. Com a finalidade de abastecerem seu povo com mais alimentos eles saíam em viagens guerreiras para pescar “peixes em grande número com pequenas redes, também atiram neles com flechas e retornam com muitos deles fritos para casa. Também fazem deles uma farinha, que chamam de piracu” (STADEN, 2008, p. 60-61).

Ainda sobre os tupinambá e seus costumes, destacamos as observações escritas por Staden. Sobre as técnicas de obtenção de alimentos na pesca ou na caça, conta-nos o alemão que:

Para onde quer que vão, seja para a floresta ou para a água, sempre têm consigo um arco e flechas. Quando andam na mata, mantêm o rosto levantado atentamente para cima em direção das árvores. Toda vez que percebem algum grande pássaro, macaco ou outro animal que fica nas árvores, vão atrás dele, esforçam-se para atirar nele e perseguem-no até conseguir pegá-lo. Raramente alguém que tenha ido à caça retorna para casa de mãos vazias [...] Do mesmo modo perseguem os peixes no litoral. Têm a vista muito aguçada. Quando em algum lugar um peixe vem à superfície, atiram nele, e somente poucas flechas não atingem o alvo. Assim que um peixe é atingido, atiram-se à água e nadam atrás dele. Certos grandes peixes vão para o fundo quando sentem uma flecha dentro de si. Os selvagens mergulham, então, até cerca de seis braças de profundidade e trazem-nos para a superfície (STADEN, 2008, p.139).

E quanto à preparação de alimentos e das formas de conservá-los descreve:

Com frequência, também vem gente que mora longe do mar e que pesca muitos peixes, torra-os no fogo, tritura-os, faz farinha e a seca bem para que se conserve bastante. Eles a levam para casa e a comem misturada com farinha de mandioca. Se levassem os peixes apenas torrados para casa, estes não se conservariam muito, visto que eles não os salgam. Além disso, cabe mais farinha de peixe num recipiente do que caberiam peixes torrados inteiros (STADEN, 2008, p.139).

Sobre a técnica de cultivo e colheita da mandioca, traça o seguinte roteiro:

Quando querem plantar, derrubam as árvores nos lugares que escolheram para o plantio e deixam-nas secar durante cerca de três meses. Então põem fogo nelas e as queimam. Depois enterram as mudas das plantas de raízes, que usam como pão, entre as cepas das árvores. Essa planta chama-se mandioca. É um arbusto que cresce até uma braça de altura e cria três raízes. Quando querem preparar as raízes, arrancam o arbusto, retiram as raízes e galhos e enterram novamente pedaços de tronco. Estes, então, geram raízes e crescem em seis meses, o necessário para que se possa consumi-los (STADEN, 2008, p.142).

Destaca a culinária baseada nesse tubérculo primordial entre os nativos. Apresenta sob três modos diferentes o preparo dos alimentos a base da mandioca:

Primeiro: trituram totalmente as raízes numa pedra, em pequenas migalhas, e as amassam para que o suco saia por meio de um tubo feito a partir das cascas das palmas e que chamam de tipiti. Assim, a massa, que fazem então passar por uma peneira, fica seca. Com a farinha cozinham, então, bolos finos. O recipiente dentro do qual torram e cozem sua farinha é queimado a partir de barro e tem a forma de uma grande travessa [...] Segundo: eles pegam as raízes frescas, as põem na água, deixam fermentar, tiram da água e deixam secar na fumaça em cima de um fogo.

Chamam essas raízes secas de carimã. Conservam-se durante muito tempo. Quando os selvagens querem então usá-las, trituram-nas num almofariz de madeira. O pó fica branco como farinha de trigo. Disto fazem bolos que chamam de beijus[...]Terceiro: pegam mandioca fermentada, mas não a secam. Misturam-na com mandioca seca e verde. Disso obtêm, após torrâ-la, uma farinha que se pode conservar tranquilamente durante um ano. É igualmente boa de comer. Chamam isso de uiatán (STADEN, 2008, p.142).

Sem o domínio da salga de alimentos costumam tratar o peixe ou a carne colocando-os sobre “pequenos pedaços de madeira a uma altura de quatro palmos acima do fogo. Fazem um fogo de tamanho adequado embaixo e deixam a comida assar e defumar até ficar completamente seca” .E quando mais adiante querem deles comer basta cozinhar outra vez. “Chamam essa comida de moquém” (STADEN, 2008, p.144).

Um relato com estilo bastante diferenciado, e não menos interessante, pode ser lido n’*As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet*. Um aventureiro romancista ou um romancista de aventura? Decerto, Knivet foi uma figura ímpar! Seu texto vem em primeira pessoa e descreve a viagem feita ao mar do sul com Thomas Cavendish. São aventuras folhetinescas, que muito sucesso faziam à época! (HUE, 2007).

Em uma passagem Knivet narra a sua chegada à Ilha Grande, próxima a Santos, onde encontraram algumas poucas casas com portugueses e nativos do lugar. Nesse lugarejo, ele e seus parceiros de viagem encontraram muitas de “batatas e bananas e várias espécies de boas raízes, bem como porcos e galinhas, o que foi muito bom para o restabelecimento” dos homens da expedição. Muita confusão ocorrera entre esses viajantes. Diz o narrador que os “homens brigavam por comida como se fossem judeus, e não cristãos, e aqueles que conseguiam o melhor bocado escondiam-se em algum buraco, ou embaixo de alguma árvore na mata, e assim ficavam enquanto tivessem o que comer”. Reclama, por conta disso, não ter conseguido nem dinheiro nem alimento diante de tanta trapaça, o que lhe levou “pela pura fome, me meti na floresta para tentar caçar alguma coisa ou achar algumas batatas”. No trajeto, encontraram com “sete ou oito homens de nosso grupo que se aglomeravam ao redor de um porco que haviam matado e brigavam para ver quem ficaria com a melhor parte”. E aproveitando a balbúrdia, tomou proveito e um pedaço da caça e se escondeu na floresta, onde, segundo ele, passou bem aquela noite. Conta, que no dia seguinte, voltando da floresta com bastantes raízes de

batata, encontrou em uma das casas os músicos do capitão-mor, no momento em que preparavam “oito filhotes para o repasto”. Trocaram raízes por peixes (KNIVET, 2007, p.39).

Em outra passagem, nosso aventureiro relata um episódio de ataque de portugueses contra sua companhia. Lembra que:

[...] No mesmo dia em que estávamos para partir de Santos, o *Roebuck* passou na embocadura do rio da Bertioga, [...] Lá encontramos amplas provisões de raízes de mandioca, batatas, bananas e abacaxis. Quando os portugueses viram nossos homens no rio, mandaram seis canoas em nossa direção, mas nós, quando os vimos, atiramos na direção deles com a corrente de nossa bomba d'água, o que os fez retroceder. [...] (KNIVET, 2007, p.59)

E noutra passagem, relata a inexperiência com alimentos, ou com o q julgavam ser comida para humanos. Doente e quase morto de tanta fome, chegou à ilha de São Sebastião, junto com outros homens de sua companhia. Ao desembarcarem na Ilha, em suas palavras descreve que “quando o sol estava no ponto mais alto e seu calor extremo espetava meu corpo, despertei, como alguém que estivesse adormecido. E vi que aqueles que tinham sido deixados na praia comigo jaziam mortos ou moribundos ao meu redor”. Foram envenenados por pequenos frutos como se fossem ervilhas e que crescem à beira do mar [...]. E conclui: [...] Se eu comesse, morreria com certeza, e se não as comesse, certamente morreria de fome. [...] (KNIVET, 2007, p. 62-63).

Por sorte, Knivet (KNIVET, 2007), diz ter encontrado uma baleia encalhada na praia daquela Ilha. Construiu uma cabana e por quinze dias teve como cardápio a carne daquele mamífero aquático. Dias depois, deram com uma grande tartaruga, um novo banquete monótono. Mais adiante, se tornara um tipo de escravo, como ele mesmo se refere recebia mais chibatadas que um escravo das galés. Por conta disso, fugira para a selva, com fome e sem roupas. Nesse período, diz ele que: durante o dia [...] pescava para viver e à noite [...] ia até as cabanas de alguns índios, e eles [lhes] davam farinha de mandioca em troca dos peixes, além de muitos tipos de raízes que [...] serviam de pão. [...] (KNIVET, 2007, p.71)

3.3 RELATOS DA AMAZÔNIA

Nessa próxima sequência, identificaremos elementos pertinentes à alimentação na região amazônica registrada na obra *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro* do naturalista inglês Alfred Russel Wallace, na metade do século XIX.

Durante uma de suas incursões, enquanto tentava caçar, Wallace descreve um desjejum que chama atenção por alguns motivos. Um deles o leite servido com café provinha não de mamíferos (vacas ou cabras), mas de uma árvore. Um leite vegetal! Outra curiosidade é a presença de peixe no café da manhã. O inglês anuncia certa repulsa inicial pelo aspecto que se apresenta o peixe (pirarucu), mas termina por aprovar a iguaria no seu sabor. Vejamos a descrição:

Nossa caçada não foi das mais bem sucedidas, mas serviu para abrir nosso apetite para iguarias do desjejum: café com leite (de maçaranduba), pirarucu e ovos. O pirarucu consiste na carne seca de um certo peixe. Misturado com farinha, constitui o principal alimento da população nativa. No interior, muitas vezes, só se encontra pirarucu para comer. Em vista disso, achamos que seria melhor irmo-nos acostumado com seu gosto já de uma vez. Seu aspecto não é dos mais atraentes, lembrando couro curtido desfiado e prensado - não encontro melhor comparação. Não obstante, quando cozido ou assado ligeiramente, partido em pedaços e preparado com vinagre, azeite, pimenta, cebola e farinha, é um prato excelente, especialmente para pessoas de grande apetite e estomago forte. (WALLACE, 1979, p. 33).

Certa vez, um ajudante lhe proporcionou saborear o palmito extraído do açazeiro. Lembra quando “Isidoro derrubou uma palmeira açai para extrair palmito, preparando-o mais tarde para nós. Trata-se de um alimento saboroso, de paladar levemente adocicado” (WALLACE, 1979, p. 34).

Macacos sempre serviram de alimento na região. Mas aos que têm o primeiro contato com essa iguaria toma o impacto no preparo do animal pela sua semelhança com os humanos. Afinal somos primatas. Mesmo que a lembrança não tenha sido despercebida, o naturalista assevera com aprovo a culinária oriunda dessa caça. Quando, em grande número, esses macacos se aproximaram por cima das árvores um deles foi alvejado por um tiro. “Sua queda assustou os outros, que debandaram na maior velocidade. O pobre animalzinho estava malferido e guinchava estentoreamente”. Ao observar mais criteriosamente o animal, diz Wallace que “seu inocente semblante e suas delicadas mãozinhas lembravam as de uma criança”. E para testar se a carne de macaco era saborosa, levaram até a casa e o prepararam.

“Serviram-se frito e em pedaços ao desjejum. A quantidade de carne que deu era mais ou menos a que dá uma galinha, mas o sabor lembra antes a carne de coelho, sem qualquer travo desagradável ou esquisito” (WALLACE, 1979, p. 39).

Outro animal que lembra o macaco, mas que se diferencia, Entre outros tantos aspectos, pela sua lerdeza de movimentos, também virou prato do dia. Era uma preguiça. Ela fora capturada quando atravessava a nado o rio com uma largura próxima de meia milha. “Os índios preparam-na para o jantar, e como dissessem que sua carne era realmente excelente, provei-a também. Achei-a, de fato, macia e bem saborosa” (WALLACE, 1979, p. 46).

Os horários das refeições descritos pelo inglês chamam atenção por se diferenciarem consideravelmente dos nossos horários habituais, muito embora nossos horários de refeições no dia-a-dia sejam cada vez mais variados. O café da manhã era tomado às 6 da manhã. O almoço às 9 horas, e acrescenta um dos cardápios frequentes que consistia de “carne de vaca, peixe seco de farinha, que aqui constitui de pão”). Após o almoço, era tempo para um lanche a base de “café com bolos de farinha, eventualmente acompanhados de um complemento aqui considerando quase com luxo: manteiga”. Ainda pela tarde, às 15 horas, era servido o jantar. Como alimentos constavam o “arroz ou sopa de camarão, acompanhados de alguma variedade de carne, que podia ser veação, ou peixe fresco, ou algo assim”). Ainda para a sobremesa do jantar, “frutas, especialmente abacaxis e laranjas cortadas em fatias e servidas em pratinhos”. À noite, a última refeição ocorria às 20 horas. Era servido chá com bolinhos. Na residência em que se hospedara o naturalista, “dois ou três meninos negros e índios ficavam junto à mesa, encarregados de trocar os pratos. Estes, sempre que vazios, eram imediatamente retirados da mesa e substituídos por outros, limpos”. (WALLACE, 1979, p. 48).

Destacaremos uma sequência de trechos que revelam os pratos feitos a partir de tartarugas e seus assemelhados, como jabutis e cágados:

À tarde, comemos **cágado**, que é tão saboroso quanto à **tartaruga**. (WALLACE, 1979, p.55). [...] Chegando à embarcação, descobrimos que Isidoro havia preparado um **ensopado de tartaruga**, ao qual fizemos inteira justiça. (WALLACE, 1979, p.57). [...] Avistando na praia um lugar do tipo que as tartarugas gostam para depositar seus ovos, nossos índios para lá se dirigiam na montaria e tiveram a sorte de desenterrar nada menos que 123 desses ovos! São oleosos e de excelente paladar. Preparamos com eles uma formidável **omelete para jantar**. A casca é coriácea, e a clara não se coagula, sendo jogada fora. Come-se apenas a gema. **Os índios costumam comê-la crua, misturada com farinha**. (WALLACE, 1979, p.58). [...] Passando ao longo de uma praia arenosa os índios

perceberam sinais de que poderiam encontrar ovos de tartaruga. Saltando em terra, logo começaram a cavar e remover a areia, voltando dentro de pouco tempo com um chapéu cheio de ovos da pequena **tartaruga chamada “tracajá”**. Um pouco mais para baixo, havia uma velha árvore, que fazia sombra convidativa, e para lá nos dirigimos. Em seguida, fazendo fogo, **cozinhamos os ovos, que juntamente com o café, farinha e carne, que trazíamos, nos deram excelente almoço**. (WALLACE, 1979, p.102). Tribos inteiras de índios, como os purupuru e os muas, habitam somente nos igapós [...]. Passam em canoas a maior parte da existência, dormindo em toscas redes, que ficam suspensas de árvores, porém sobre profundas águas. Estes índios não cultivam cereais, vivendo exclusivamente de peixes, **tartarugas** e peixes-bois, que apanham nos rios. (WALLACE, 1979, p.116, grifo nosso)

Destacamos o trecho abaixo, no qual Wallace descreve com mais detalhes a iguaria obtida com a tartaruga:

Em Pedreiro, comprei duas bonitas tartarugas e permaneci ali meio dia, a fim de matar uma delas para comer; estava ela muito gorda de modo que lhe fritamos toda a carne na própria banha, e pusemo-la mergulhada com o seu próprio óleo em um grande pote, a fim de conservá-la por bastante tempo. Cozinhando a carne com arroz, tínhamos sempre um excelente manjar, quando não podíamos obter peixe. As suas partes internas, todas as quais se podem comer juntamente com a carne aderente aos cascos superiores e inferiores, e alguns ovos (dos quais havia perto de 200) deram alimentação para toda a equipagem da canoa durante dois dias (WALLACE, 1979, p. 204).

Outros alimentos de origem animal, bastante apreciados pelos nativos, são à base de pirarucu, outros peixes e jacaré:

Já fora acesa uma grande fogueira, em torno da qual espalhavam-se numerosos espetos com pedaços de peixe fresco e cauda de jacaré. Este seria o nosso jantar. Enquanto se assavam as carnes, fomos examinar os peixes que os negros haviam acabado de pescar e que jaziam no chão, prontos para as operações de salga e secagem que se realizariam no dia seguinte. O peixe era o pirarucu (*Sudis gigas*), e o que ali víamos eram esplêndidos espécimes de 5 ou 6 pés de comprimento, com grandes escamas de mais de uma polegada de diâmetro e vistosas manchas e pintas vermelhas pelo corpo. O pirarucu é abundante no lago. [...] Sua carne tem excelente sabor, especialmente a do ventre, que não pode ser defumada por ser muito gorda e rica, devendo por isso ser consumida fresca. Foi desta que comemos, acompanhada de farinha e café. Provei também, pela primeira vez, cauda de jacaré, petisco que de modo algum pode ser desprezado. (WALLACE, 1979, p. 71).

As técnicas adotadas pelos nativos para conservação de comida não são tão variadas. Uma delas, a mais frequente consiste na salga de carnes. O naturalista gasta um trecho de seu relato para elencar as etapas do preparo do peixe salgado. eis a sequência: “Em primeiro lugar, esfolam-nos parcialmente, cortando-se uma posta de cada lado e deixando à espinha presa à cabeça e à pele” (autor, ano p.).

Feitas as postas, elas são cortadas “longitudinalmente, em largas fatias chatas, sobre as quais se espalha um pouco de sal. As fatias são colocadas, sobre uma tábua, uma sobre as outras, para que o sal penetre bem” (autor, ano p.). São então penduradas “sobre umas estacas ou deixam-nas no chão, ao sol, para sequem. Elas ali ficam por uns dois ou três dias”. Depois dessa fase, são embrulhados os “fardos de cerca de 100 libras cada, os quais já estão prontos para ser lavados ao mercado”. (WALLACE, 1979, p.73).

Dentre o elenco de carnes consumidas até mesmo a de felinos eram aproveitadas. Vejamos os exemplares consumidos: patos selvagens de diversos tipos, veados, tatus, bois, carneiros, peixes. “Mataram-se diversas onças, pois Mr. C. pagava cerca de 8 xelins por uma pele. Certo dia, serviram bifes de carne de onça ao jantar. A carne é branquinha e não tem qualquer travo desagradável”. (WALLACE, 1979, p.75).

Ainda se referindo às carnes, desaprova o inglês pelo sabor e consistência a carne de veado. Afirma que esse tipo que é bastante apreciada na Inglaterra, “é aqui a mais seca e insípida de todas, e tem de ser cozinhada no Maximo até 12 horas depois de ter morrido o animal”. (WALLACE, 1979, p.75).

Agora passamos de animal para alimento de origem vegetal. A seguir uma descrição do preparo do cacau. Não se deve lavar a polpa desse fruto. “sendo somente posta ao sol, para secar. E isto requer muita vigilância e muito cuidado, para que não se molhe com a chuva ou com o orvalho”. De outra forma ela pode adquirir mofo e apodrecer. “Nas grandes plantações de cacau, costuma-se secá-lo em grandes tabuleiros [...], que podem ser puxados facilmente para o interior de um rancho, todas as noites, ou à aproximação da chuva”. (WALLACE, 1979, p. 96-97).

Curioso em saber sobre a gastronomia dos naturais, Wallace apresenta o dia-a-dia alimentar desses povos: “Pela manhã muito cedo, cada um come uma cuia de mingau. Ao meio-dia, comem um bolo de farinha seca ou um inhame assado; e, à tarde, outra vez uma cuia de mingau de farinha ou de banana”. Concluía a partir de suas observações “de que as suas variadas preparações de mandioca e de água é que constituem, na verdade, o seu único alimento”. Destacou também, que “uma vez por semana, mais ou menos, arranjam um pouco de peixe ou uma ave. Isso, porém, tem que ser repartido entre tantas pessoas, que serve somente como uma variante ao pão de mandioca”. Na sequência do seu relato refere-se como exemplo um homem que lhe servia de caçador. Nas palavras de (WALLACE, 1979, p. 113).

Meu caçador, quando saía para o mato, nunca levava consigo qualquer outra coisa mais, a não ser um saquinho de farinha seca. Quando voltava, após ter estado quatorze horas na canoa, sentava-se em sua rede, e ali ficava a palestrar, como se o seu sentido estivesse muito longe de pensar em comer. E daí, quando lhe traziam uma cuia de mingau, muito calmamente o comia, parecendo ficar deveras satisfeito somente com esse alimento. Com isso só ficava pronto para partir de novo rumo da floresta antes do romper da manhã, no dia seguinte. Todavia, ele parecia ser tão vigoroso e tão resistente como o próprio John Bull, que come diariamente succulenta carne de vaca ou de carneiro.

Ele próprio experimentara essa dieta monótona a base de farinha de mandioca. Estava adoentado. Reconhece na sua dieta uma virtude do restabelecimento da sua saúde. “Isso fora devido, assim o creio, ao fato de ter feito, como último recurso, uma rigorosa dieta, com abstinência completa de alimentos”). Diz ele que “durante dois dias, havia eu passado somente com uma pequena quantidade de caldo de farinha, uma vez em cada 24 horas” (WALLACE, 1979, p.182).

Uma das fontes de proteínas também muito apreciadas pelos habitantes da Amazônia é o peixe-boi. Estes são capturados por intermédio de um “arpão ou com uma forte rede, que se coloca nas estreitas entradas de um lago ou de um igarapé”). Matam-lhes com pancadas de pau em suas cabeças. “Cada animal fornece de 5 a 25 galões de óleo. A carne é muito boa, sendo algum tanto parecida com a carne de vaca e com a carne de porco”. E nessa ocasião Wallace comemora o cardápio feito com esse mamífero dos rios dizendo que o espécime que fora capturado, tinha fornecido “pratos variados e serviu para uma agradável mudança do nosso constante regime de peixe” (WALLACE, 1979, p. 121).

Entre alimentos mais exóticos à culinária amazônica nos dias atuais destacamos os seguintes:

A **enguia elétrica** é comum em todos os rios desta região. Pode-se apanhá-la com anzol ou com redes. **Come-se-lhe a carne**, embora não seja muito apreciada. (WALLACE, 1979, p.137). [...] No dia seguinte, encontramos uma pequena **sucuruju** (*Eunectes murinus*), de cerca de uma jarda de comprimento, quando se estava aquecendo ao sol, em certa moita acima da água. Um dos índios, flechou-a, e, quando paramos, à noite, **assamos a sua carne para o jantar**. Provei um pedaço e achei a carne excessivamente dura e glutinosa, porém não tinha sabor desagradável. Bem preparada, deve ser, sem dúvida, muito aceitável (WALLACE, 1979, p.176). [...] As grandes **saúvas e as formigas brancas** são uma verdadeira delícia para eles, nas ocasiões em que aparecem. E, na estação das águas, quando não há mesmo qualquer outra coisa, comem as grandes **minhocas**, que vivem nas terras baixas da margens do rio. [...] Não é somente a fome

que faz estes índios comer tais vermes. Muitas vezes, para preparar um **prato apetitoso, eles os cozinham com peixe**. (WALLACE, 1979, p. 185).[...] Os meus índios iam quase todas as madrugadas aos igapós, para caçar **rãs**, que apanhavam em grande número, e, enfiando-as num cipó, traziam-nas e tratavam de **cozinhá-las com entranhas e tudo**, devorando-as, em seguida, com muito “gusto”. (WALLACE, 1979, p. 229, grifo nosso).

E na falta de proteína animal? Wallace reconhece que o peixe é uma das principais fontes de proteínas na gastronomia local. Mas na ausência deles e de outras carnes, resta um expediente alimentar que consiste em ferver uma grande quantidade de pimentas e preparar um molho que se mistura com o pão de mandioca. Eis um manjar alternativo (WALLACE, 1979, p. 185).

Mas a penúria de alimentos é sentida pelo excursionista. Em dois breves trechos capturamos seus reclames. Dizia ele que “uma coisa muito boa que [lhe] aconteceu em Vila Nova foi ter podido ali comprar manteiga e biscoitos, verdadeiros regalos para mim, depois da escassez de alimentos que enfrentara em Barra” (WALLACE, 1979, p.236). E ao se referir à carestia no preço dos alimentos destaca que:

Os frangos haviam subido de preço assustadoramente, passando de 2 xelins a 3 xelins e 6 pence. Frutas, legumes e verduras haviam aumentado na mesma proporção. Quando fui trocar dinheiro inglês por brasileiro, recebi cerca de 10 por cento a menos do que a quantia que dantes me era entregue. Mesmo assim, todo o mundo queixava-se de que o comércio estava muito fraco e que os preços não eram nada compensadores (WALLACE, 1979, p. 240).

Com a pretensão de superar os limites dos naturalistas e de todos mais que descreveram em relatos a Amazônia, Santa-Anna Nery por ser um amazonense, considera-se em condições mais bem preparadas para esse mister. (FERRI, 1979, p.11). E como ele mesmo diz,

A maior parte dos autores que escreveram sobre a Amazônia, encontram-se neste caso. O naturalista só registra certas particularidades da flora e da fauna; o geógrafo só anota dados geográficos; o comerciante apenas se atém aos fenômenos da produção; o homem de letras se contenta em explorar o pitoresco, visando suas descrições. Nenhum deste estuda a região na sua totalidade, na sua harmoniosa unidade (NERY, 1979, p.15)

A obra que assume essa prerrogativa é *O País das Amazonas*, publicada entre os anos de 1884-1885, século XIX. (NERY, 1979, p. 17).

Juntando os elementos que compõe variados aspectos da alimentação, procurando uma sistemática mais adequada à nossa tarefa, destacamos assim as informações obtidas na leitura do texto aqui trabalhado.

Do mundo animal, destacamos em primeiro lugar “a capivara tem o tamanho de um javali. Seu pelo, não muito espesso, é acinzentado; sua carne serve de alimento a alguns nativos da região, que prezam principalmente a gordura que ela fornece” (NERY, 1979, p.66).

A paca, que se alimenta de frutas e raízes [...]. “São animaizinhos limpos, dóceis e aptos à domesticação. Sua carne é de uma delicadeza extrema, e faz as delicias dos mais finos gastrônomos” (NERY, 1979, p. 66). O aguti (cutia) é um roedor. “Sua carne não é de se desprezar” (NERY, 1979, p. 66).

Na sequência, citamos a anta (*Tapirus americanus*). “Trata-se certamente do maior dos mamíferos da região, e pode-se dizer que é a melhor caça, um dos maiores recursos comestíveis desses desertos de água e de florestas”. Sua carne, “melhorada por um regime conveniente, forneceria um alimento ao mesmo tempo saudável e agradável, bem como um couro excelente”. (NERY, 1979, p. 67).

Existem muitos cervos ou veados. “Citemos tão somente o *Cervus campestris*, *palustris*, o *C. nemorivagus* e o *C. rufus*. Esses cervos são numerosos nas florestas; sua carne é deliciosa, e suas peles começam a ser procuradas para a exportação” (NERY, 1979, p. 67).

Em relação aos quelônios, são muitos os destaques. Entre as espécies estão as tartarugas aquáticas e terrestres. Nery ressalta algumas como a da água doce, “o matamatá (*testudo Chelys fimbria*), o cabeçudo, o capitari, que é considerado o macho da tartaruga, o aiassá, o aperema (*Testudo terrestris*) e muitos outros”. Essas tartarugas “oferecem preciosos recursos alimentares. A carne da tartaruga é um alimento saudável e saboroso” (NERY, 1979, p. 71). Dos ovos desses quelônios, “faz-se prazeroso alimento na condição natural ou defumados, são produzidas gorduras que se chamam de manteiga, cujo uso serve como combustível para iluminação” (NERY, 1979, p. 71).

Dentre os peixes, o que goza de maior prestígio culinário, pelo sabor nobre é o Pirarucu, “o *Sudisgigas*, já que é o peixe mais importante do rio, aquele que, como alimento, substitui o gado para as populações ribeirinhas”. Com uma carne de sabor “bem superior à do bacalhau” no gosto do Barão Nery, dela os indígenas cuidam salgando-a e após seca, “serve para alimentar as populações do interior. Há algum

tempo, começou a ser exportado para os outros Estados do Brasil [...]”. (NERY, 1979, p.72). Para demonstrar o interesse crescente sobre o comércio desse peixe para fins de alimentação, o autor destaca um balanço comercial de um biênio do final do século XIX. Diz ele que,

Durante o exercício financeiro 1895-96, a receita de Manaus registrou uma exportação, por grande cabotagem, de 553,118 quilos de pirarucu seco, de valor oficial de 468 contos de réis, durante o mesmo exercício, a exportação de Parintins foi da ordem de 169.782 quilos, com um valor oficial de 146 contos; a de Itacoatiara, de 91.846, no valor de 80 contos, e a de Maués de 52.252 quilos no valor de 44 contos de réis (NERY, 1979, p. 72).

Se há entusiasmo em relação ao interesse externo sobre esse recurso pesqueiro, Nery ressalta a dependência de outros itens da cesta básica de alimentos. É o caso do pão que é encontrado e consumido no Amazonas é todo ele feito com farinha comprada de fora do país. E, explica a situação dessa dependência. Segundo ele, “não se cultivava nem trigo, nem cevada, nem aveia. As culturas européias de cereais são completamente estranhas, e sem dúvidas inúteis durante muito tempo ainda” (NERY, 1979, p. 80).

Já que começamos a falar de alimentos de origem vegetais, vejamos o caso dos grãos. Culpando os nativos de negligência, afirma que se por um lado há facilidade em se produzir feijões e outras leguminosas em favas, pela pouca exigência de mão de obra, por outro, esses alimentos para serem consumidos pelos locais é necessário importá-los de outros lugares. (NERY, 1979). No caso das espécies que são cultivadas, destaque vai para os tubérculos. A “mandioca-amarga (*Manihot utilíssima*); a mandioca-doce (*Manihot aypi*) ou macaxeira; a araruta, a batata-doce, muito variada (*Convolvulus batatas*, *Ipomoea batatas*, *batatas edulis*); diversas espécies de inhames ou carás (*Dioscorea*)”, figuram entre as principais (NERY, 1979, p. 80).

A seguir uma descrição mais detalhada das possibilidades de uso culinário da mandioca e de sua participação na alimentação dos brasileiros:

A mandioca (*mbai-ybai*, árvore do céu), é uma planta da família das Euforbiáceas. Sua raiz fornece uma farinha branca ou amarelada, fina ou granulada, usada, ao invés do pão, pela maioria dos habitantes da região. A fécula dessa planta, talvez a mais rica em fécula amilácea, é a base da alimentação de grande número de pessoas, não só na Amazônia, mas em quase todo o Brasil. Chegou-se a calcular que o número de indivíduos que se alimentam quase que exclusivamente de farinha de mandioca, sob a forma de produtos os mais diversos, ultrapassa, em nosso globo, ao dos

homens que fazem farinha de trigo. Ele entra, além disso, na confecção de mingaus e sopas à européia. (NERY, 1979, p. 80-81).

O barão de Nery se mostra um entusiasta do uso da mandioca na alimentação tanto pelo seu valor nutricional quanto pelo seu potencial de comércio. A tabela 2 demonstra a preocupação em apresentar essas virtudes do tubérculo, numa análise bromatológica realizada por Payen:

Tabela 2 - Composição Bromatológica da Mandioca

Água.....63,21

Matérias

secas.....36,79

21,10 de fécula; 6,25 de fécula transformada em glicose; 7,75 de substâncias dissolvidas na água; 1,69 de celulose, de ácido pécico, silício, matéria oleaginosa.

100,00

Fonte: NERY (1979).

Quanto às vantagens competitivas em relação à cultura da cana-de-açúcar, produto de considerável valor de mercado, lembra que,

Cem braças quadradas ou quatro ares e 84 centiares, plantados com mandioca, produzem, sob forma de farinha e de tapioca, tanto quanto ou mais que um campo de igual extensão cultivado com cana-de-açúcar pode produzir, vendendo-se o açúcar fabricado com os aparelhos geralmente empregados no país. De acordo com P. Sagot e E. Raoul, a mandioca das fábricas de fécula rende mais de 200 toneladas por hectare (NERY, 1979 p. 81).

Aqui segue uma descrição de alimentação diante da posição social da família. Trata do comportamento da classe média daquele período. A comida do dia-a-dia é simples, porem abundante e saudável. “Os pratos de resistência consistem na carne saborosa de tartaruga e de peixes variados. O pão é frequentemente substituído pela farinha de mandioca. Esse alimento é muito substancial e convém ao clima,

onde a mastigação é cansativa”. Embora “essas provisões se encontram em abundância”, a vida em Manaus é cara (NERY, 1979, p.112).

Às classes menos favorecidas figuram outros componentes de cardápio, entre eles, a poqueca, o xibé, o beiju e o moquém. Complementando, está sempre presente o tucupi, o caxiri, a cachaça, o vinho de caju e de outros frutos fermentados. “Entre os alimentos preferidos pelos mamelucos, a poqueca ocupa o primeiro lugar. Essa palavra tupi significa envelope”. Esse prato é preparado “com todas as minúcias adotadas ordinariamente na confecção de um prato nacional. Os ingleses não são mais cuidadosos no preparo de seu pudim de Natal”. Detalhando o preparo, é necessário “uma larga folha, bem espessa e brilhante, e coloca-se aí peixe ou caça, com os condimentos. Amarra-se a folha, fechando-a e colocam-na sob brasas até que tudo esteja bem cozido”. E como propaganda do sabor de manjar, completa Nery: “parece que se trata de iguaria de se lambar os dedos, os quais, nessa classe de gente, ainda servem de garfos” (NERY, 1979, p.113).

Um preparo comum e “mais útil que a poqueca é o moquém, espécie de carne defumada por processo simples e eficiente”. Usa-se o tucupi, um “líquido tirado da mandioca, ralado e comprimido no tipiti, tubo elástico feito com hastes da jacitara (*Desmonchus*) ou do guarumá (*Maranta arouma, d’Aublet*)”, como molho. “Esse suco leitoso é um violento vegetal, cujo principio ativo é o ácido cianídrico. Mas o veneno é volátil, e, após a ebulição, obtém-se um molho excelente para peixes e outras iguarias” (NERY, 1979, p.114).

Um alimento verdadeiramente indígena é o Piracuí, uma farinha feita a base de peixe grelhado, que depois de retiradas as espinhas vai ao pilão para ser esmagado. Em seguida, é seco “em pratos de terra, e obtém-se assim uma ‘farinha de peixe’, excelente e de gosto agradável”. Pelas suas características de gosto e preparo, “O piracuí é um alimento muito útil nessa região”. (NERY, 1979, p.114).

3.4 LITERATURA E REALIDADE SOCIAL : EUCLIDES DA CUNHA E INGLEZ DE SOUZA

Euclides da Cunha viveu a segunda metade do século XIX e iniciou o XX. Mais conhecido por sua obra *Os Sertões* que retrata a vida no nordeste brasileiro, também é autor de outra obra de mesmo espírito, mas destinada a dar uma unidade de interpretação à tão misteriosa, porque pouco conhecida, região Amazônica.

Como engenheiro que prestava serviços ao Governo Brasileiro durante a demarcação das terras entre Brasil e Peru, passa a descrever com seu olhar de homem vindo do sudeste do país, essa gigantesca região. Sua obra é *À margem da História* que estaria dentro de um ensaio maior *Um Paraíso Perdido*, que ficou inacabado. Nessa como na do nordeste fica patente a mistura de suas inclinações literárias e poéticas com um homem da ciência. Dono de expressões como *última página do Gênese*, referindo-se a Amazônia, deixa claro o quanto teve de desapontamento da imagem que construía mentalmente no encontro com a Amazônia real.

De retórica e estilo rebuscados, o trecho a seguir dá em antecipado, um pouco do linguajar que o autor recorre para descrever o encontro do estranho com a região amazônica. De como se obriga esse forasteiro a trocar seus hábitos por novos adequando seu organismo ao novo habitat. E dentre os novos comportamentos esta o da alimentação, como lemos no trecho a seguir:

Da terra e do homem. A tarefa é dúplice. Aos conquistadores tranquilos não lhes basta o perquirir as causas meteorológicas ou telúricas das moléstias imanentes aos trechos recém-conquistados, na escala indefinida que vai das anemias estivais às febres polimorfias. Resta-lhes o encargo maior de justapor os novos organismos aos novos meios, corrigindo-lhes os temperamentos, destruindo-lhes velhos hábitos incompatíveis, ou criando-lhes outros até se construir, por um processo a um tempo compensador e estimulante, o indivíduo inteiramente aclimado, tão outro por vezes nos seus caracteres físicos e psíquicos que é, verdadeiramente, um indígena transfigurado pela higiene. Para isto o colono, ou o emigrante, torna-se em toda a parte um pupilo do Estado. Todos os seus atos, desde o dia da partida, prefixo nas estações mais convenientes, aos últimos pormenores de alimentação ou de vestir, predetermina-se em regulamentos rigorosos. (CUNHA, 2000, p.148).

Com uma visão bastante ácida sob as circunstâncias dessa adaptação, indica a escassez e a qualidade duvidosa dos alimentos consumidos na região. Diz ele que, A alimentação [...] não lhe fornece, durante largos anos, a mais rudimentar cultura”. Acrescenta ainda que ela “constitui-se, ao revés de todos os preceitos, adstrita aos fornecimentos escassos de todas as conservas suspeitas e nocivas, com o derivativo aleatório das caçadas”. (CUNHA, 2000, p.153).

Os trabalhos da equipe demarcadora dos limites nacionais com o Peru passava privações de várias ordens, durante o trajeto das tarefas da expedição. São variadas as reclamações das dificuldades experimentadas por esses homens. Em

um momento que descreve a penúria vivida, e a revolta de soldados da expedição, diz (CUNHA, 2000, p.228-229).

[...] de uma alimentação que a escassez de nossos gêneros exigia fosse fiscalizada, já interrompendo os trabalhos a que me entregava para manter a ordem, contendo um doloroso contraste da correção da tropa estrangeira abarrancada ao nosso lado [...]. O longo afastamento em que nos achávamos, a escassez visível de nossos víveres, os trabalhos passados e os que se prefiguravam e a impressão acabrunhadora daquele avanço para o deserto com um objetivo quase indefinido, haviam implantado visível desânimo em quase metade da gente que me acompanhava [...] Apenas, na manhã de..., dias antes de chegar a Curanja, um incidente desastroso – a sublevação de cinco soldados que tive de abandonar, remetendo os presos para Cataí.

As comissões de demarcação em determinado momento do percurso teve como alimento somente mandiocas, as quais são tidas como inapropriadas como única fonte de alimentação do grupo. Além de dificuldades das embarcações continuarem o trajeto necessário, estavam “francamente esgotados os víveres da comissão brasileira, que na localidade só pode refazê-los com as *iucas* (mandiocas), de duração limitada e impróprias como alimentação exclusiva”. (CUNHA, 2000, p. 253).

Recorre Euclides da Cunha às palavras de Tomás Catunda, médico da Comissão Brasileira para descrever a incapacidade orgânica dos seres humanos na Amazônia pelo agravamento das condições de higiene, do esforço físico necessário para a sobrevivência na difícil região e das condições insalubres, ótimas às infecções de todo tipo, mas que apesar desses entevoros, tratava-se de uma região “perfeitamente habitável”. (CUNHA, 2000, p. 271).

Na tabela 3, desmembramos os valores monetários em suas despesas que o seringueiro mesmo antes de iniciar suas tarefas no seringal já passa a dever aos senhores das glebas. Ver a característica da alimentação destinada a esses coletores da borracha, além dos aspectos de outra monta sociológica a que se submetem.

“Nesse dia, a bebedeira do sargento ameaçara trovoadas grossas, e ao jantar das duas horas faltara a farinha d’água, e o pirarucu fora comido triste e só, sem gosto e às carreiras”. (SOUZA, 1992, p. 34). Que triste refeição! Assim, Inglês de Souza em seu magistral romance descreve o cotidiano da Amazônia novecentista. É *O Missionário*, obra publicada no início da última década do século XIX. Esse autor, paraense de Óbidos, é considerado o primeiro a escrever aqui “segundo as regras

realistas” na opinião de Lucia Miguel Pereira em artigo no Jornal da Manhã de 1945. (apud HOLANDA, p. 6).

E como, ao recordar das aulas de Literatura Brasileira, ele se inscreveu no Naturalismo, uma escola que sofre influência tanto do positivismo quanto do pensamento do evolucionismo darwiniano, radicalizou o realismo buscando em suas descrições uma fidelidade maior ao real. Por isso, o interesse nosso em recorrer a variados trechos ao longo do romance para ver as descrições feitas por esse escritor amazônida. Começemos com a presença sempre marcante do pirarucu no dia-a-dia das mesas e fora delas. Como no caso do regalo de se comer o referido peixe mesmo que desprovido de acompanhamentos quando escreve que “as bananas estavam perdidas, mas era preciso salvar a honra do pirarucu fresco, que a caseira guardara para a refeição da tarde, fritando-o em fino azeite doce. Estava de tentar”. (SOUZA, 1992, p. 57). E de quando esse peixe era pouco e de pouca qualidade, e outros alimentos um capricho inacessível, como na passagem: “porque na casinha da lavadeira o pirarucu era pouco e mau, a farinha rara, os frutos luxo dos ricos, o pão extravagância de fidalgos de apetite gasto ou de doutores barrigudos e vadios”. (SOUZA, 1992, p. 33). Mais adiante, trata da gula de um dos personagens que tem no pirarucu a iguaria de maior apego. Narra que em “alguns dias dava-lhe uma gana de satisfazer o apetite, devorando lascas de pirarucu assado, com farinha-d’água e latas de marmelada, compradas com os seus ganhos de acólito e cantor do coro”. E, completando o cardápio desse pecado capital, “apanhava indigestões de queijo-do-reino e de bananas-da-terra, ingeridas às dúzias, às escondidas, na latrina, para evitar a censura do confessor [...]” (SOUZA, 1992, p.46). Essas bananas acompanhantes do bom peixe tinham vários preparos. Uma delas foi feita por Maria Miquelina, que sabedora de que o “professor não poderia comer as bananas cruas, por causa da dieta homeopática do Regalado, cozera-as muito bem em água e sal, preparara-as com manteiga e açúcar e pusera-as no prato, douradas e apetitosas”. (SOUZA, p. 53). Mas o peixe também era vítima de altos preços. Seria boa notícia a ser escrita dizendo da carestia que se vivia naqueles tempos? Então, o que escrever? Deveria falar do “mau tempo que reinava em Silves, a falta do pirarucu e a carestia da farinha? Que lhe importava isso? Que interesse tinha de noticiar coisas tão banais aos seus leitores [...]” (SOUZA, 1992, p. 55).

Um conflito é vivido no decorrer da narrativa. Uma crise denunciada sobre a fé dos moradores do lugar. O povo preferia ir aos castanhais coletas as castanhas a

ir às missas. Assim argumentava um dos personagens em defesa da fé do povo: “a fé não diminuiria,[...] a população de Silves era muito religiosa, mas que, enfim, não se podia perder o tempo próprio para a colheita das castanhas naquele ano, estavam dando um dinheirão”. (SOUZA, 1992, p.73).

Tabela 3 – Despesas e Dívidas dos Seringueiros

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR
	Deslocamento do Ceará e a passagem de proa ao Pará	35\$000
	Dinheiro em adiantamento	150\$000
	Transporte em <i>gaiola</i> de Belém até o barracão	150\$000
	Material para lida: boião de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um <i>rifle</i> (carabina Winchester) e duzentas balas, dois pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dois carretéis de linha e um agulheiro.	800\$000
	Víveres para três meses	750\$000
	3 <i>paneiros</i> de farinha-d'água,	
	1 saco de feijão, outro, pequeno, de sal,	
	20 quilos de arroz,	
	30 de charque,	
	21 de café,	
	30 de açúcar,	
	6 latas de banha,	
	8 libras de fumo e	
	20 gramas de quinino.	
	O que passa a dever mesmo antes de começar seu trabalho de extração da seringueira	1885\$000*

Fonte: descrições de despesas e seus valores adaptados de Cunha (2000, p.128).

* Nos cálculos do autor, o valor da somatória é de 2:090\$000. Optamos por expor nosso próprio cálculo.

Esse clima de crise se desencadeia em uma das falas. Entra a visão do Estado querendo arrecadar e a Igreja querendo arregimentar a fé. Vejamos os raciocínios no discurso pró Estado:

O Elias, acrescentara, acariciando a barba, escreveu-me a esse respeito. Pediu-me que lhe mandasse toda a castanha que se pudesse obter, porque os preços estão muito bons. Posso pagar até vinte mil-réis. Já vê o Sr. Macário que a população de Silves não deve perder uma ocasião tão boa. Demais, sou exator da fazenda geral e provincial. Como funcionário público, o meu dever é animar o comércio e a indústria, para favorecer o desenvolvimento das rendas do Estado e da província. Isto, disse-me outro dia o presidente que é um cavalheiro distinto e muito boa pessoa. Sem castanhas e sem pirarucu, sem óleo e sem cacau, os cofres ficariam exaustos e onde iria parar o Estado? O Estado antes de tudo, Sr. Macário, porque o Estado somos todos nós. Não digo que não se seja religioso, isso não! A religião é uma coisa necessária ao povo. A religião é um freio, não há dúvida, eu o reconheço, mas enfim, concluiu com ironia fina, sorrindo discretamente na espessa barba negra, a religião não produz castanhas, e sem castanhas não há impostos. (SOUZA, 1992, p. 73-74)

O escritor paraense descreve um momento de fartura gastronômica na vida de Macário, personagem de *O Missionário*. Observemos a descrição de felicidade pelas iguarias, algumas vindas de fora do lugar:

Pela primeira vez na vida, Macário conheceu o bem-estar dum estômago repleto. O pão fresco, barrado de manteiga inglesa de barril, revelara-lhe delícias gastronômicas, de que o seu paladar exigente nunca mais se saciara, encontrando sempre novidade saborosa naquela combinação vulgar. A carne verde, gorda e fibrinosa com que os fazendeiros presenteavam regularmente o senhor vigário, o peixe fresco do rio, a farinha graúda, amarela e torrada, vinda dos sítios do Urubus, forneciam-lhe uma diária farta, apetitosa e saudável que o retemperou e lhe deu carnes. (SOUZA, 1992, p.35).

O chibé não é literalmente um prato da região. Melhor dizer que se trata de uma cuia. É nesses recipientes que eles são preparados e consumidos. Na sequência do texto, vemos uma bela descrição do que seja o chibé e de como ele é apreciado pelos seus atributos:

Faltava principalmente a farinha porque o malditos tapuios não perdiam ocasião de esvaziar grandes cuias de chibé, fazendo consistir a sua alimentação quase exclusivamente nessa mistura refrigerante de farinha com água de que o sacristão também gostava - principalmente com açúcar - mas se privava estoicamente, pensando no tempo a gastar na volta. Não se renderam os rapazes às razões com que o vigário lhes recomendava não abusassem do chibé - mas como o sacristão fosse cautelosamente pondo a farinha a bom recado, começaram a espreguiçar-se, a fazer pausas longas, e a olhar atentamente para o céu, na esperança de nova tempestade que lhes proporcionasse o apetecido descanso ao abrigo de alguma das malocas da beirada. (SOUZA, 1992,p.127).

3.5 ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA DA ALIMENTAÇÃO

A antropologia sempre demonstrou um interesse especial pelos aspectos relacionados com a comida e com o ato de comer. “O comportamento relativo à comida liga-se diretamente ao sentido de nós mesmos e à nossa identidade social, e isso parece valer para todos os seres humanos”). O que comemos se circunscreve a “um corpo substantivo de materiais culturais historicamente derivados”. E como adquirimos esses hábitos alimentares? O fazemos através de um “aprendizado que apresenta características como requinte pessoal, destreza manual, cooperação e compartilhamento, restrição e reciprocidade, é atribuído à socialização alimentar das crianças por sociedades diferentes”. Por isso, o levantamento feito por Mintz que envolviam cultura material, encontrados entre as décadas de 1930 e 1960, “contêm um ou dois capítulos sobre a sobrevivência e a economia doméstica, em que a comida e a sua busca são mencionadas”. (MINTZ, 2001, p. 31-32).

Mintz (2001) lembra o quanto a comida tem importância na história do capitalismo no sentido de se conformarem num grupo de mercadorias de grande interesse. “Durante dois séculos, a cana-de-açúcar baniu implacavelmente o mel, o açúcar de bordo, a alfarroba e todos os outros adoçantes”. Somente no século XIX, o açúcar de beterraba apareceu como um concorrente do açúcar da cana. “As plantações de cana-de-açúcar, junto com as fazendas de café, as destilarias de rum e as lavouras de tabaco, instigadas pelo chá da China, dissolveram as fronteiras entre o alimento e a droga”, daí surgiam estímulos aos “apetites dos novos proletários, e facilitando o sucesso do capitalismo nas terras do coração da Europa”. Nas últimas duas décadas o mundo vem assistindo “a uma difusão sem precedentes de novos alimentos e novos sistemas de distribuição em todo o globo”. Os *fast food* invadiram a Ásia. (MINTZ, 2001, p. 33-34).

Nessa direção, precisamos discutir os caminhos percorridos pelos hábitos e padrões alimentares na região amazônica. E tratar esse assunto do ponto de vista socioantropológico. Mas antes disso, uma distinção e uma relação entre cultura e sociedade é importante. Para tanto, recorremos ao antropólogo americano Eric Wolf. Ele afirma que foi e é um erro se “pensar em uma única cultura por sociedade, uma única subcultura por segmento social e que esse erro enfraqueceu nossa capacidade de ver as coisas de modo dinâmico”. Não se tem feito “uma distinção apropriada entre cultura e sociedade, assim como não fizemos um uso adequado

dessa polaridade conceitual em nossas análises”. No caso da cultura, conceitua o antropólogo político como sendo “formas desenvolvidas historicamente mediante as quais os membros de uma determinada sociedade se relacionam mutuamente”. Já se tratando de sociedade, Wolf a entende como “elemento de ação, de manobra humana dentro do campo fornecido por formas culturais, manobra cujo objetivo é preservar um determinado equilíbrio entre chances e riscos na vida ou alterá-lo”. Mas é visto que, grande parcela dos antropólogos “culturais” trata dessas formas de cultura de maneiras

tão limitadoras que tende[m] a negligenciar inteiramente o elemento de manobra humana que flui por meio dessas formas ou em torno delas, pressiona contra seus limites ou joga vários conjuntos de formas contra o meio. É possível, por exemplo, estudar o fenômeno cultural do compadrio ritual (*compadrazgo*) em termos gerais, anotar sua forma típica e suas funções gerais. Ao mesmo tempo, a análise dinâmica não deveria omitir os diferentes usos que diferentes indivíduos fazem da forma, os modos como as pessoas exploram as possibilidades de uma forma ou como a evitam. Por outro lado, a maioria dos antropólogos sociais considera fundamental a ação ou manobra e esquecem de explorar a influência limitadora das formas culturais. A forma cultural não determina os limites apenas do campo do jogo social, mas também a direção que o jogo pode tomar para mudar suas regras quando isso se torna necessário. (WOLF, 2003, p.177).

Nesse sentido, aspectos e elementos culturais e sociais devem procurar compor o cenário e mecanismo de análise de fenômenos tão complexos, como no caso da comida e da fome numa sociedade multifacetada social, histórica, cultural e geograficamente. A Amazônia é assim!

Abriremos um parêntese nesse momento analisar uma experiência de campo realizada em duas aldeias dos Alpes na Itália, durante a década de 1960, por John Cole e Wolf. Mas antes é necessário justificar essa breve discussão. Como há a possibilidade hipotética de ser de ordem cultural a fome na região amazônica, isto é, de ser consequência de práticas culturais inadequadas de alimentação mesmo que ambientalmente sejam propícias boas fontes alimentares (de outra forma menos rebuscada, diz-se que a culpa é do hábito de se alimentar mal), então um debate sobre essa vertente se faz pertinente.

As aldeias ficam próximas uma da outra, num mesmo espaço ecológico, mas com línguas e culturas diferentes: “os habitantes de Tret eram italianos trentinos, os de São Felix, tirolezes de língua alemã”. Possuidores de padrões distintos de organização familiar e do comportamento diante da herança. Os moradores de São Felix insistiam “na autoridade indivisível na família: quando um herdeiro – sempre do

sexo masculino- assumia o controle, os outros irmãos iam embora, a maioria para sempre”. já em Tret, “as propriedades rurais [...] eram divididas com frequência, incluindo herdeiros de ambos os sexos. Porém, todos os herdeiros detinham uma fatia ideal da propriedade familiar e as famílias podiam ser chefiadas também por mulheres”. (WOLF, 2003, p.355).

Um fator muito interessante aqui é que,

Os dois povoados empenhavam-se na apropriação de recursos ecológicos muito parecidos, mas a diferença decisiva estava em seus padrões e usos da propriedade. A propriedade não é uma categoria ecológica, mas uma relação culturalmente criada que ocasiona não somente conexões entre pessoas e coisas, mas também conexões sociais entre as pessoas. Isso nos leva a Marx, para quem a propriedade e a divisão social do trabalho são “expressões idênticas” [...]. Dessa perspectiva, a propriedade é mais do que um direito legal: ela se abre para um processo muito mais amplo de diferenciação social entre aqueles que têm acesso a ativos reais na luta pela sobrevivência e os que não possuem tais direitos. (WOLF, 2003, p.355-356).

Para colidir com as interpretações muito correntes do papel da cultura como explicativa de aspectos do comportamento humano, fechamos esse parêntese com as conclusões que Wolf chegou a partir dos estudos com essas duas aldeias. Diz ele que, apesar de haver um pensamento de “perspectiva nacionalista [que] [...] via os habitantes de Tret como herdeiros do urbanismo mediterrâneos e os de São Felix como legatários de uma padrão teutônico de propriedades rurais dispersas na grande floresta herciniana”, isso não lhe parecia persuasivo e “deixava sem explicação a verdadeira natureza do contraste”. Então o antropólogo americano, encontrou suas respostas mais convincentes na análise diacrônica do fenômeno. Foi na História do povoamento daquela região de fronteira. Descobriu que “os tiroleses colonizaram a parte alta das montanhas com propriedades rurais; os de fala românica vieram inicialmente como pastores sazonais que moravam em concentrações urbanas”. Sob o comando dos Habsburgos, havia um tratamento político diferenciado para as províncias de língua alemã e aos externos. Assim procediam:

Nas primeiras, garantiam empréstimos de credores ricos, entregando-lhes o dinheiro de arrendamento coletado do campesinato. Para tanto, adotaram uma política agrária de dois gumes. De um lado, concediam aos camponeses a “liberdade” de transformar seu trabalho em renda monetária. De outro, insistiam na primogenitura e na transmissão unitária [...]. Essa política não foi aplicada nos domínios externos, especialmente no Leste, onde os Habsburgos estenderam seu domínio sobre uma elite de nobres

apropriadores de tributos sem interferir muito na estrutura da prestação de serviços a eles. Exigia-se ou estimulava-se que as pessoas permanecessem na propriedade natal, fornecendo assim um reservatório maior de mão de obra que beneficiava tanto as famílias camponesas quanto os donos de grandes propriedades. (WOLF, 2003, p. 356-357).

Assim, enfrentamos as possíveis lacunas antropológicas, recorrendo à diacronia analítica como estratégia de fundamentar com mais substâncias nossas abordagens. Vejamos a seguir, um tema pertinente aos nossos questionamentos de trabalho, e que merece atento trabalho que não só o sincrônico. Ele exige contextualizações mais efetivas. Trataremos dos mecanismos culturais de restrição total ou parcial de certos alimentos por grupos humanos.

3.6 RESTRIÇÕES E TABUS ALIMENTARES

Vejamos essa passagem do trabalho *Tristes Trópicos* de Lévi-Strauss, durante sua estada na Amazônia:

[...] Junto a essa medicina [...] existe outra popular, que consiste em *resguardos* ('proibições') e *orações* [...]. Enquanto a mulher está grávida não está sujeita a qualquer proibição alimentar. Depois do parto e durante os oito primeiros dias tem direito a carne de pollo e de perdiz. Até o quadragésimo dia, ademais dos precedentes, come cervo e alguns peixes (*pacu, piava, sardinha*). A partir do quadragésimo primeiro dia pode retomar as relações sexuais e agregar a seu regime alimentar o javali e peixes chamados «brancos». Durante um ano lhe estão proibidos o tapir, a tartaruga terrestre, o cervo roxo, o *mutum*, os peixes «de couro»: *jatuarama e curimata*. O que os informantes comentam é assim: *Isso é mandamento da lei de Deus, isso é do início do mundo, a mulher só é purificada depois de 40 dias. Se não faz, o fim é triste. Depois do tempo da menstruação, a mulher fica imunda, o homem que anda com ela fica imundo também; é a lei de Deus para mulher. Como explicação final: É uma coisa muito fina, a mulher* (LÉVI-STRAUSS, 1988, p.402-403, grifo do autor).

Nela fica patente a preocupação do etnógrafo estruturalista com as questões que envolvem restrições alimentares aos membros de determinados grupos humanos e sob determinadas circunstâncias.

“Não tenho a menor dúvida: a crença geral de que a alimentação de um animal define a qualidade de sua carne é absolutamente errônea” (WALLACE, 1979, p.75). Assim pensava o naturalista Wallace. Lembrava o inglês que, “aves e porcos domésticos são animais cujos alimentos nada têm de limpos; todavia, suas carnes são apreciadíssimas. Por outro lado, ratos e esquilos consomem apenas alimentos vegetais, e nem por isso deixam de merecer nossa universal repulsa” (WALLACE,

1979, p.75. E na mesma linha dedutiva, completa afirmando que “peixes carnívoros não têm carnes menos tenras e saborosas que as dos herbívoros. Por conseguinte, parece não haver razão para que os animais terrestres carnívoros não possam fornecer carnes saudáveis e de bom paladar” (WALLACE, 1979, p.75).

Começamos com essas citações da obra de Wallace para desenvolvermos elementos relacionados às questões de restrições e tabus alimentares de cada povo. Em outra passagem, faz referência á restrições de ordem religiosa a determinados alimentos. Em primeira pessoa, conta que,

De certa feita, quando eu já me encontrava na fazenda, passou por aqui um cavalheiro judeu que estava subindo o rio para cobrar umas dívida. Como trazia uma carta de recomendação para o Sr. C., decidi passar uns dias conosco. Devido ao fato de ser-lhe vedado comer determinadas carnes, de vez que o animal não fora preparado de acordo com as regras de sua religião, nem tampouco os peixes sem escamas, dentre os quais estão incluídos alguns dos mais saborosos desta região, foi-lhe difícil encontrar, no primeiro dia, algo que pudesse compartilhar conosco. Mas à medida que os dias foram passando, a mesa começou a apresentar uma crescente variedade de peixes de escamas, cozidos, assados, ensopados e fritos, acompanhados de ovos, arroz, verdura e legumes em abundância, de modo que ele sempre podia fazer uma excelente refeição. (WALLACE, 1979, p. 84-85).

Nosso intento, agora, é de caracterizar, a partir de estudos etnológicos já realizados entre as populações da região amazônica, a relação entre alimento e fome, analisando aspectos existentes nas culturas locais e a existência de tabus alimentares, e se esses tabus podem ser compreendidos como explicação, como consequência ou se, por seu conteúdo e natureza, são inadequados como modelo explicativo.

Desse momento em diante, vamos nos ocupar de discutir o papel dos tabus alimentares diante de nosso objeto de análise. E sem que se constitua uma novidade, e nem raridade de se começar tal abordagem, fomos ao dicionário. E lá estava que, o termo tabu vem do polinésio de mesma grafia, tendo como significado o que é 'sagrado', 'intocável' e 'proibido'. Sendo um substantivo masculino na língua portuguesa trata tanto de comportamentos ritualísticos e religiosos até os de ordem de escrúpulos, mesmo que sem fundamentos. São restrições porque, sagrados ou impuros (atos, objetos, palavras, lugares, temas), são socialmente evitados sob pena de sanções ao indivíduo por parte do grupo ou mesmo advindas do sobrenatural. Entre os tabus, o incesto é o que se configura mais amplamente presente culturalmente (FERREIRA, 1999).

No capítulo do livro *Ecologia de Pescadores da Mata atlântica e da Amazônia*, intitulado *Tabus Alimentares*, Pezzuti (2004) analisa a existência dessas regras comportamentais entre populações amazônicas e as da Mata Atlântica. E localiza, mais especificamente na Amazônia, evidências que esses tabus alimentares existentes funcionam como “mecanismo que diminui a pressão de caça sobre as espécies mais vulneráveis” cumprindo papel na manutenção “dos estoques naturais e na conservação da biodiversidade”, fenômeno observado em outras partes do planeta por outros autores.

Apesar dos nossos interesses nos fazerem olhar para preocupações distintas, no caso de Pezzuti para preocupações de pressão e uso de recursos naturais por determinados grupos humanos, e no nosso para a possibilidade dos tabus contribuírem para a subnutrição em decorrência de restrições energético-proteicas, também de determinados agrupamentos, a compreensão dos mecanismos que operam a definição dessas regras (tabus alimentares) nesses grupos nos é comum.

A regulação comportamental ou limitações de uso de recursos naturais compõem a dinâmica dos tabus. Em ambos os casos, elas têm legitimidade social. Assim definem tabu, Colding ; Folke (apud PEZZUTI, 2004)

Grosso modo, duas abordagens interpretam os tabus alimentares: uma materialista (HARRIS apud PEZZUTI,2004; NEVES, 2002) também chamada de evolucionista(NEVES, 2002) ou de sistema adaptativo(KEESING apud LARAIA,2003), outra conhecida como Simbólica (HARRIS apud PEZZUTI,2004), idealista (NEVES, 2002), ideacional ou mentalista KEESING apud LARAIA,2003). A primeira recorre ao mundo concreto, às práticas em relação a esse mundo concreto, real como explicação aos fenômenos comportamentais e a segunda ao mundo ora simbólico, ora ideológico. Ambas, frutos da década de 1960 há no materialismo uma necessidade de se compreender a base material da sustentação humana e de suas relações com as outras esferas do mundo sociocultural, enquanto na interpretação simbólica, o locus prioritário está na mente humana e na sua capacidade simbólica e de representação, por isso chamada por Lévi-Strauss de antropologia da “Pensée”. (NEVES, 2002). No caso de algumas vertentes simbólicas, afirma-se ser impossível vincular a cultura ao domínio de uma razão prática; há por parte de alguns a renúncia a qualquer racionalidade no plano da cultura: não há explicações de causalidades ou de efeitos, há somente a possibilidade de uma semiótica como leitura interpretativa. (SAHLINS apud NEVES, 2002).

A abordagem materialista é eticista, produto de uma observação externa, na qual são considerados aspectos relativos ao custo-benefício no plano das tomadas de decisões e dessa feita é possível interpretar as escolhas alimentares como resultante de um processo adaptativo. Ao recorrer a Ross, Pezzuti (2004, p.168) afirma que as “escolhas e restrições são aqui consideradas como o resultado da soma das forças produtivas”. Já ao se considerar os padrões culturais como arbitrários e derivados da mente humana, tal abordagem é emicista, vinculando-se ao simbólico ou ideacional. Destacamos aqui a necessidade de aprofundamento sobre qual o papel das forças produtivas e o que significa a somatória dessas forças enquanto explicação do fenômeno.

Ao se considerar essas duas caracterizações interpretativas, temos de um lado uma que pretende todo processo de escolha com sendo resultante de uma lógica consciente, ponderada; uma segunda que restringe qualquer possibilidade de sentido que possa ser apreendido por processos lógico-rationais.

Há críticas formuladas pelos materialistas sobre a incapacidade das regras êmicas serem capazes de explicar a transmissão de comportamentos culturais, pela imprecisão, cabendo ao observador a capacidade de abstrair tais estruturas êmicas, sejam conscientes ou não, que se manifestam enquanto regras sociais, cognições, valores (axiológicos), símbolos, etc. Lévi-Strauss responde a essa questão afirmando que “O ético é nada mais que o êmico do observador”.(apud PEZZUTI, 2004)

Embora nossa inclinação metodológica e cognitiva seja em direção ao grupo dos materialistas, é prudente discernir as diferenças existentes dentro desse campo, da mesma forma que no lado das leituras ideais (os mentalistas) nuances e divergências também convivem.

Recorreremos primeiro a um diálogo entre dois antropólogos: Levi-Strauss, fundador do estruturalismo na antropologia e o marxista francês Maurice Godelier. O diálogo gira em torno do que o primeiro classificou de “pensamento selvagem”, sendo necessário dizer que tal diálogo ocorre do segundo na direção do primeiro.

Em *Os Fundamentos do Pensamento Selvagem*¹⁷, Godelier analisa a constituição dos mitos e os caracteriza como resultantes das relações históricas dos seres humanos entre si e com o mundo natural. Essas representações do mundo

¹⁷ O texto original é *Mythe et histoire: réflexions sur les fondements de la pensée sauvage* contido na obra do autor *Horizon, trajets marxistes em Anthropologie* em 1973.

real através dos mitos são de determinações positivas e negativas, no caso das últimas, quando se referem aos limites impostos pela natureza ao ser humano. Refere-se aos mitos, como constituídos de inúmeros elementos objetivos da biodiversidade, do meio físico, da astronomia e da tecnologia que se caracteriza positivamente como superação humana em relação ao mundo natural (GODELIER,1981).

Sobre como se processa esse pensamento mítico, Godelier (1981, p.77) afirma que:

Como efeito na consciência dos limites do conteúdo das relações históricas dos homens entre si e com a natureza, e de algum modo, das determinações negativas deste conteúdo, nós analisamos o fato que, levando-se em conta o fraco desenvolvimento das técnicas características das economias primitivas, o domínio das leis e das forças invisíveis da natureza e da sociedade, que o homem não controla, aparece-lhe como um domínio de poderes superiores ao homem. Mas esse efeito na consciência exprime um fato objetivo e esta representação tem novamente seu fundamento fora da consciência, na realidade social objetiva, e muda de conteúdo com o desenvolvimento das forças produtivas na história.

Entretanto, é necessário compreender que mesmo que os conteúdos positivos ou negativos das determinações da vida social estejam presentes, eles não são capazes *per si* de criarem os mitos, como “representações ilusórias da natureza e da história”. Há a necessidade de uma condição suplementar, “a intervenção de um outro mecanismo para que nasçam as representações míticas do real, e este mecanismo tem seu fundamento no próprio homem”(GODELIER, 1981, p. 77).

Esse outro mecanismo referido pelo autor é o que ele classifica de “o efeito do pensamento analógico sobre seu conteúdo”, mais precisamente sobre quais são os “dados objetivos de suas representações” (GODELIER, 1981, p. 77). Um confronto das percepções de Lévi-Strauss e Marx pode clarear um pouco mais esse debate.

Para Levi-strauss:

Toda a vida social, mesmo elementar, supõe no homem uma atividade intelectual cujas propriedades formais não podem, em consequência, ser reflexo da organização concreta da sociedade.(GODELIER,198, p. 81).

E para Marx:

Como o funcionamento do pensamento emana de circunstancias e é, ele próprio, um processo da natureza, o pensamento, na medida em que concebe realmente, deve sempre ser o mesmo, e só pode se diferenciar

gradualmente segundo a maturidade atingida pela evolução e, portanto, também segundo a maturidade do órgão como qual se pensa. Todo o resto é pura tolice. (GODELIER, 1981, p. 81).

Isso quer dizer que, o pensamento ao ser considerado na sua estrutura formal não tem história. Ele não se desenvolve historicamente, mas em decorrência do conteúdo dessa história assume novas modalidades.

E para utilizar uma das conclusões do autor recorreremos a esse trecho elucidativo:

O pensamento em estado selvagem e o pensamento científico não são dois estados desiguais do desenvolvimento do espírito humano, pois o pensamento em estado selvagem, o espírito na sua estrutura formal, não tem desenvolvimento e opera em todas as épocas e sobre todos os materiais que lhe oferece a história. Não há progresso do espírito, mas existe um progresso dos conhecimentos. (GODELIER, 1981, p. 81).

Com isso, não só defendemos uma posição intelectual diante do debate, como também de antemão prevenimos de possíveis interpretações estruturalistas ou de vulgatas materialistas, fazendo a devida distinção entre o pensamento mítico (pensamento selvagem) do pensamento operado historicamente pelos selvagens, usando expressão de Godelier e Lévi-Strauss.

Voltando as duas percepções, materialista e idealista, no fluxo das críticas cruzadas entre as dos dois grandes grupos, Pezzuti (2004) opina que não sendo excludentes, complementam-se, e dessa feita ajudam com suas complementariedades melhor entender comportamentos, entre eles aqueles que aqui mais nos interessam: os tabus alimentares.

O êmico e o ético permitem conhecer critérios considerados em relação à definição de preferências ou o que se configura em restrição e a abordagem etnográfica por seu turno, possibilita relacionar esses critérios com aspectos relativos a ecologia, a química, etc.

De acordo com Colding; Folke (apud PEZZUTI, 2004) a classificação dos tabus em categorias podem ser assim agrupados:

1) tabus segmentares, que determinam a utilização do recurso em função de idade, sexo, *status* social ou outras condições específicas, e definidos pelos antropólogos como tabus alimentares específicos; 2) tabus de método, que regulam as técnicas de obtenção dos recursos naturais; 3) tabus de história de vida, quando se restringe o uso das espécies dependendo do estágio do ciclo de vida; 4) tabus de hábitat, que restringem o acesso aos recursos no

espaço; 5) tabus temporais, com acesso restrito no tempo; e 6) tabus específicos, que conferem total proteção a determinada espécie.

Uma breve análise dessas categorias nos permite reagrupá-las (Quadro 1) de acordo com o efeito que elas podem cumprir sobre relações ecológicas (em especial na cadeia alimentar, na pressão sobre determinadas espécies, nas relações de predação):

Quadro 1 – Aspectos Ecológicos Relacionados aos Tabus Alimentares

Graduação de impacto possíveis pelas características dos tabus alimentares	Categorias de tabus propostas por Colding & Folke
Proteção total sobre determinadas espécies eliminando-as como possibilidade de fonte alimentícia.	Tabus específicos, que conferem total proteção a determinada espécie
Proteção parcial de médio impacto sobre determinadas espécies, restringindo-as como possibilidade de fonte alimentícia, considerando aspectos espaciais e temporais como limitantes ao uso dos recursos.	Tabus de hábitat, que restringem o acesso aos recursos no espaço, e Tabus temporais, com acesso restrito no tempo.
Proteção parcial de impacto relativo sobre determinadas espécies restringindo-as de acordo com segmentos da população. Os resultados são dependentes do peso (populacional e de consumo) que esses segmentos representam no grupo.	Tabus segmentares, que determinam a utilização do recurso em função de idade, sexo, <i>status</i> social ou outras condições específicas; Tabus de método, que regulam as técnicas de obtenção dos recursos naturais, e Tabus de história de vida, quando se restringe o uso das espécies dependendo do estágio do ciclo de vida.

Fonte: Sistematizado a partir de Pezzuti (2004).

Outra percepção pode ser operada em relação a essas categorias: algumas delas se comportam como ritualísticas e outras como míticas. Vejamos um novo agrupamento delas:

Quadro 2 - Ritos e Mitos que envolvem os Tabus Alimentares

Rito	Condições
Tabus segmentares, que determinam a utilização do recurso em função de idade, sexo, <i>status</i> social ou outras condições específicas	Aqui, se considerarmos que determinados alimentos ou grupos de alimentos sejam tidos como necessidade e não somente como possibilidade, isto é, se tal alimento é considerado obrigatório em determinadas circunstâncias do desenvolvimento do indivíduo ou se para simbolizar determinada estatura social.
Tabus de método, que regulam as técnicas de obtenção dos recursos naturais;	Nesse caso, se o abate do animal exigir um método particular, e que nele não haja efeito técnico superior com fins de melhorar o alimento ou de melhor aproveitamento do recurso, mas como regra inviolável de procedimento.
Mito	Condições
Tabus específicos, que conferem total proteção a determinada espécie	Nesse caso, explicações míticas podem dar substância à causalidade de porque se evitar tal ou qual alimento propício, como por exemplo a renúncia à mamíferos maiores como iguarias em determinados grupos humanos

Fonte: sistematizado a partir de Pezzuti (2004).

As demais categorias dependem muito das suas particularidades, posto que da forma que se constituem não permitem enquadrar em um ou outro caso *per se*, somente em cada contexto.

É preciso recordar que cada categoria assume um papel diferenciado (como causalidade) depende da realidade (os fenômenos) que nos dispusemos a interpretar. Assim, temos de forma direta as categorias sistematizadas acima como intervenientes no resultado de uma maior ou menor pressão sobre determinados recursos genéticos para fins alimentícios. E de maneira direta essas categorias podem nos ajudar a responder sobre a escassez ou sobre uma certa previdência de alimentos (enquanto ação consciente ou não de se prover um futuro sem fome com a manutenção de estoques naturais no presente). Muito embora nossa pretensão maior seja olhar as categorias dos tabus como intervenientes da desnutrição, subnutrição ou como fome estrutural (de acordo com as disciplinas envolvidas, nutricionais, fisiológicas ou se sociais e históricas), não devemos perder de vista o fenômeno na sua versão derivada, melhor dizendo, a fome como imprevidência (consciente ou não, frisamos de novo), isto é, como resultante do uso

indiscriminado, desproporcional (ou irracional como sugerem alguns) dos recursos naturais como fontes necessárias a suprir a fome humana.

A partir daqui, gostaríamos de debater diretamente com as formulações de Pezzuti (2004). Então justificamos antecipadamente a recorrência mais constante a transcrição do texto do autor. Acreditamos necessário para melhor discussão reflexiva sobre a temática e as questões envolvidas.

Assim procedendo, apresentamos os seguintes trechos:

Colding; Folke demonstraram a importância ecológica de certos tabus, provando que eles afetam, e às vezes manejam diretamente, vários componentes do ambiente natural local.

Os referidos autores analisaram o papel de tabus para a proteção de espécies listadas como ameaçadas pela World Conservation Union (IUGN) e também para as conhecidas como endêmicas ou espécies-chave (que desempenham papel fundamental na estrutura, dinâmica e estabilidade de um ecossistema). Cerca de 30% dos tabus identificados proíbem qualquer tipo de uso de espécies listadas como ameaçadas, e por isso são importantes para o ecossistema. Estas análises indicam que vários tabus específicos têm a habilidade de proteger espécies ameaçadas, e que esta proteção pode ser efetiva. Esta proteção, embora não sendo intencional, pode também ser considerada adaptativa em termos ecológicos. Vários pesquisadores sugerem que existem motivos de manejo natural por trás de tabus alimentares

[...]existem evidências, na Amazônia, que os tabus alimentares restringindo a caça de animais de grande porte, como a anta (*Tapirus terrestris*), o queixada (*Taiassu tajacu*) e o caititu (*Taiassu pecari*) constituem um componente do padrão adaptativo das populações nativas da região. De maneira geral, a existência de tabus alimentares está relacionada à produtividade da caça no hábitat ocupado pela população estudada. Seu argumento é que a incidência de animais grandes seria tão baixa que seria mais efetivo focar a “atenção cultural” sobre espécies menores.

[...] estudos posteriores demonstraram que justamente as espécies de grande porte, como queixadas, caititus, antas e veados são as mais caçadas por diversos grupos humanos nativos e mestiços. Morán (1990) sugere que os tabus estudados por Ross (1978) devem ser encarados como casos particulares a serem analisados em termos microecológicos e não em nível regional. Uma coisa é certa: não podem ser extrapolados para a Amazônia em geral.

Trabalhando ainda com a hipótese do tabu como ferramenta conservacionista, Alvard (1993) sustenta que, embora seja verdade que diversas populações humanas de caçadores de subsistência vivem em equilíbrio com suas populações de presa, não as levando à extinção, isso não justifica a conclusão de que as populações nativas são conservacionistas. O autor levou em conta também que caçadores cujo objetivo seja conservar sua presa devem empregar não somente escolha seletiva por presas e de locais de caça, mas também escolhas não aleatórias por idade e sexo. Numa análise sobre as escolhas específicas de presas Alvard (1995) observou que os Piro também não poupam indivíduos de alto valor produtivo, como fêmeas e machos adultos, o que aumentaria o rendimento máximo sustentável das populações, procuram, sim, o rendimento das caçadas.

Com a contraposição entre autores, sobre um possível papel conservacionista existente como consequência dos tabus alimentares, uma pergunta sobre um possível apriorismo nos surge. Nas avaliações e argumentações dos autores favoráveis a essa tese de intenção (consciente ou não) de conservação das espécies se deve a qual cenário: 1. os tabus alimentares se constituem como resposta simbólica ao plano material, no qual uma determinada comunidade resguarda determinadas espécies para fins de continuar dispondo delas num futuro; 2. os tabus alimentares são respostas a situações negativas de escassez alimentar pelo uso desproporcional de determinados recursos naturais num passado, assim se configurando como se uma luz vermelha começasse a piscar em sinal de alerta; ou 3. os tabus alimentares não representam um *a priori*, ou seja, como fenômeno sem uma lógica-racional de sentido, é circunstancial e despropositado em relação as vivências concretas, do mundo material, real.

Para contribuir com esse debate recorreremos ao antropólogo Uruguaio, professor visitante da Universidade Federal do Paraná, Guillermo Foladori.

No artigo *Um Olhar Antropológico sobre a Questão Ambiental*, em parceria com Javier Taks, Foladori comenta o papel que a antropologia pode cumprir no debate:

Este artigo destaca duas áreas em que a antropologia pode contribuir para a compreensão da problemática ambiental e de suas políticas. A primeira é *informativa*, e nela seu papel é desmistificar os preconceitos sobre a relação das sociedades com seus ambientes naturais — preconceitos tais como os mitos da existência de um vínculo harmonioso entre sociedade e natureza nos tempos pré-industriais, o da tecnologia moderna como causa última da crise ecológica, ou o do papel sacrossanto da ciência como guia em direção à sustentabilidade. (FOLADORI; TAKS, 2004, p. 323).

Destacamos para nossa discussão a primeira parte da citação, mais precisamente o objetivo em desmistificar uma relação harmoniosa entre a sociedade humana e a natureza nos tempos pré-industriais¹⁸.

Criticam os autores, uma postura corrente e bastante disseminada, em especial pelo discurso ambientalista, que produzem

¹⁸ Vale ressaltar que por tempos pré-industriais concebemos o tempo histórico das sociedades que antecedem o modo de produção capitalista. Nesse aspecto, Marx se utiliza do termo “pré-capitalista” o que gera uma discussão se mais adequado seria o termo “não-capitalista”, visto que o sentido não é do que precede ao capitalismo, mas o que não é capitalista. Ver a propósito, o texto de Marilena Chauí, *La Historia em el pensamiento de Marx presente na coletânea da CLACSO intitulada La Teoría Marxista Hoy*.

A imagem de sociedades pré-industriais ou pré-capitalistas vivendo em harmonia com a natureza tem o apelo de, resumidamente, oferecer exemplos reais de convivência equilibrada com esta. Trata-se, todavia, de uma afirmação duvidosa, não apenas por sua generalidade, ao considerar como iguais todas as sociedades pré-industriais, como também por seu romantismo, que sugere possuírem as ditas sociedades um grau de consciência e atividade planejadas difícil de imaginar mesmo no caso de grupos pequenos. (FOLADORI; TAKS, 2004, p. 323).

Para reforçar os argumentos críticos a esse referido romantismo, complementa lembrando historicamente que,

[...] as populações que, há cerca de 12 mil anos, cruzaram a “ponte” de Beringia do nordeste asiático para o Alasca, participaram na extinção de mamutes, mastodontes e outros grandes mamíferos, à medida que avançavam rumo ao sul do continente. A conhecida tese de Martin (1984), sobre o papel dos caçadores paleolíticos na extinção de animais em continentes de colonização tardia, forneceu uma prova dos efeitos diretos e indiretos que sociedades com tecnologias “simples” são capazes de provocar a longo prazo sobre o meio ambiente — ainda que outras variáveis, como mudanças climáticas, possam também intervir (FOLADORI; TAKS, 2004, p. 324).

Sobre o impacto de práticas de caça lembra que,

A responsabilidade de caçadores e coletores na extinção da megafauna nos continentes de colonização tardia se repete no caso das grandes aves, nas ilhas. A fragmentação do *habitat*, resultante da derrubada das matas, a caça indiscriminada e a introdução de espécies predadoras exóticas são causas que não diferem, qualitativamente, daquelas que, hoje, são identificadas como responsáveis pela extinção de espécies. [...] As sociedades com tecnologia primitiva estabeleceram, no passado recente, uma marca insuperada nesse sentido, já que desencadearam o que, nas palavras de Storrs Olson, consistiu em “umas das mais rápidas e graves catástrofes biológicas da história da Terra”.

A destruição da megafauna é apenas a manifestação mais visível das transformações que, desde os homínidos que antecederam o *Homo sapiens*, vêm sendo impostas aos ecossistemas. (FOLADORI; TAKS, 2004, p. 325).

Aqui, destacamos a análise cognitiva de Foladori sobre o debate entre as posições dos comportamentos das sociedades humanas em relação ao seu entorno, o meio ambiente. Diante de tantos e variados exemplos de depredações genéticas oriundas da ação antrópica, diz ele que,

[...] se alguma conclusão geral pode ser tirada, é a de que a natureza não pode ser considerada como algo externo, a que a sociedade humana se adapta, mas sim em um entorno de coevolução, no qual cada atividade humana implica a emergência de dinâmicas próprias e independentes na natureza externa, ao mesmo tempo que, em um efeito bumerangue, produz impactos na natureza social e na biologia das populações humanas. No

interior desse complexo de forças, não é possível esperar que as atividades das sociedades não-industriais sejam “adaptativas” (no sentido de tender ao equilíbrio), enquanto que a sociedade industrial moderna seria “não-adaptativa”. (FOLADORI; TAKS, 2004, p. 326)

Como forma de ilustrar¹⁹ esses comportamentos que restringem alimentos ao cardápio de determinados grupos humanos por se comporem enquanto tabus, apresentaremos alguns dados de pesquisas que tiveram como preocupação central essas limitações normativas culturais. O primeiro é o artigo *Tabus alimentares em região do Norte do Brasil*, publicado em 1989. nele os autores Trigo et al., descrevem uma pesquisa-inquérito sobre tabus alimentares no município de Marabá nas localidades de São Félix e Murumuru, no Estado do Pará. Os autores advogam que quando as pessoas selecionam esse e não aquele alimento é “que se pode identificar o grau de comprometimento que têm com padrões culturais (costumes regionais, tradições familiares, crenças, hábitos e tabus), capazes até de impedir que alimentos existentes em abundância sejam consumidos”(TRIGO,1989, p.455).

De acordo com Jelliffe (apud TRIGO et al., 1989, p.455),

Cada uma das múltiplas comunidades humanas tem sua própria estrutura de comportamento, costumes e crenças, o conjunto das quais define sua própria "cultura". Em todas as culturas há práticas e costumes que são proveitosas para a saúde e nutrição do grupo, e algumas que são nocivas. Nenhuma cultura tem o monopólio da sabedoria nem do absurdo".

Seguem alguns quadros demonstrativos dos resultados da pesquisa. Apresentam os dados relativos às restrições de ingestões alimentares naquelas comunidades.

¹⁹ Nosso objetivo nesse momento não é de qualificar ou mesmo quantificar o fenômeno, posto que usaremos alguns exemplos de pesquisas com abordagens distintas assim também nas suas metodologias, e que não dão conta da riqueza quali-quantitativa da realidade na região. Como dissemos, servem como ilustração.

Tabela 4 – Identificação de Restrições a Ingestão de certos Alimentos concomitantes ao Leite

Alimentos que não devem ser misturados ao leite, segundo
opinião de 30 mães de São Félix e 23 mães de Murumuru,
Município de Marabá, PA. 1980.

São Felix		Murumuru	
Alimentos	Frequência*	Alimentos	Frequência*
Manga	12	Manga	11
Laranja	7	Abacaxi	11
Melancia	6	Laranja	7
Bacuri	6	Caju	3
Caju	5	Limão	3
Açai	4	Bacuri	3
Abacaxi	3	Abóbora	2
Mamão	3	Açai	2
Banana	3	Mamão	1
Ananás	2	Fava	1
Limão	2	Fruta Ácida	1
Abacate	1	Cupuaçu	1
Jaca	1	Melancia	1
Buriti	1	Batata	1
Maçã	1		
Qualquer Fruta	1		

* Resposta Múltipla

Fonte: Trigo et al. (1989, p.457).

Aparece destacado (Tabela 4) a proibição de se ingerir leite com a manga. Seguem outras frutas também recomendadas como não adequadas de serem comidas junto com o leite. Sabemos que na indústria de alimentos que trabalha com sorvetes, cremes, iogurtes e várias sobremesas juntam o leite com essas frutas

(tidas como desaconselháveis por essas pessoas entrevistadas) nas suas elaborações.

Tabela 5 – Restrição de Ingestão concomitante de Frutas

Frutas que não podem ser consumidas simultaneamente, segundo, a opinião de 45 mães de São Félix e 11 mães de Murumuru. Município de Marabá, PA. 1980.

São Félix			Murumuru			
Frutas		Frequência*	Frutas		Frequência*	
Abacate	- Ananás	1	Açaí	- Cupuaçu	1	
	- Lima	1		- Fruta ácida	1	
	- Melancia	1		- Laranja	1	
Açaí	- Melancia	4		- Limão	1	
	- Limão	3		- Mamão	1	
	- Fruta ácida	2		- Outra fruta	1	
	- Laranja	2	Bacuri	- Açaí	1	
	- Outra fruta	2		- Manga	1	
		- Manga	1	Banana	- Caju	1
Ananás	- Manga	3			- Caqui	1
	- Laranja	2	Caju	- Limão	1	
	- Outra fruta	1		- Manga	2	
Bacuri	- Outra fruta	9			- Laranja	1
	- Açaí	1	Mamão	- Caju	1	
	- Ananás	1			- Laranja c/ limão	1
	- Mamão	1			- Manga c/ cupuaçu	1
Banana	- Caju	1		- Melancia c/ cupuaçu	1	
	- Laranja	1	Outras			
	- Outra fruta	1				
Caju	- Abacaxi	3				
	- Açaí	3				
	- Manga	2				
	- Abacate	1				
	- Laranja	1				
Mamão	- Jaca	2				
	- Manga	1				
	- Laranja	1				
	- Outra fruta	1				
Outras	- Fruta - pão c/ outra	1				

* Resposta múltipla.

Fonte: Trigo et al. (1989, p.458).

Da mesma forma (Tabela 5), sabemos que essas frutas aparecem misturadas em vários produtos alimentícios. Chama a atenção imaginarmos a repulsa desses informantes da pesquisa se fossem informados de como as pessoas andam consumindo o açaí em outras regiões do Brasil. As misturas seriam tidas, provavelmente, como impossíveis, verdadeiras aberrações, no caso de alimento tão apreciado em várias partes da Amazônia, essas misturas seriam uma heresia gastronômica.

Tabela 6 – Restrições de Ingestão conjunta envolvendo vegetais e animais

Alimentos que não podem ser consumidas simultaneamente, segundo, a opinião de 28 mães de São Félix e 11 mães de Murumuru. Município de Marabá, PA. 1980.

São Félix			Murumuru		
Alimentos		Freqüência*	Alimentos		Freqüência*
Caça	- Couve manteiga	1	Porco	- Carne de peixe	1
	- Carne de vaca	1		Ovo	- Abacaxi
Galinha	- Tatu	1	- Manga		3
	- Carne de vaca	1	- Mamão		2
Peixe	- Carne de vaca	5	- Abacate c/ leite		1
	- Carne de caça	4	- Açaí		1
Porco	- Carne de peixe	1	- Banana prata		1
	- Carne de caça	1	- Cachaça	1	
Ovo	- Bacuri	5	- Caju	1	
	- Manga	4	- Laranja	1	
	- Melancia	4	- Melancia	1	
	- Mamão	3	Outros	- Banha c/ abacaxi	1
	- Caju	2		- Café c/ alim. frio	1
	- Açaí	1		- Café c/ laranja	1
	- Carambola	1		- Fígado c/ queijo	1
	- Laranja	1			
	- Peixe	1			
	- Pepino	1			
- Piqui	1				
Outros	- Açaí c/ água	1			
	- Cupuaçu c/ outro	1			
	- Sardinha c/ carne	1			

*Resposta múltipla.

Fonte: Trigo et al. (1989, p.459).

Aqui (Tabela 6) chama nossa atenção a escusa na mistura de alimentos de origens distintas: de carne silvestre (oriundas da caça) com carnes de animais de criadouros (vacas, porcos); de aves com carnes vermelhas (vaca) e de caça; de carnes vermelhas com peixes; e do ovo com um certo número de frutas, legumes e até mesmo com o peixe. A título de comparação, certa vez um grupo de brasileiros, encontrávamos em uma cantina de um italiano que fez ares de reprovação, quando nos servimos ao mesmo tempo de massa e carne vermelha. Obviamente as motivações são bem distintas, entre o *chef* italiano e aquelas comunidades do sudeste paraense.

Tabela 7 - As Consequências quando se quebram a restrições alimentares

Distribuição da frequência dos motivos apontados pelas mães de Murumuru para justificar seus tabus em relação à ingestão de alimentos. Município de Marabá, PA, 1980.

Motivos *	Ingestão de alimentos com leite (n = 23)	Ingestão simultânea de frutas (n = 11)	Ingestão simultânea de alimentos (n = 11)	Tabus alimentares no período da gestação (n = 6)	Tabus alimentares no período da lactação (n = 24)
Gerais					
Adoece	1				
Asia	2				
Cólica	1	3	3		
Congestão		1	1		
Corta o sangue	2				2
Diarréia	1		1		
Dor no fígado		1			
Emagrece					1
Envenena	4	1	1		
Faz mal + "ofende"	13	3	7	1	49
Fica preta	2				
Intoxica	1		1		
Mata	3	3	4		1
Perigoso					1
Reimoso				1	4
Vômito		1	2	1	
Para a Criança					
Adoece					1
Coceira					3
Para a Mãe					
Aborto				1	
Ataca a pressão				1	
Coalha o leite	1				
Corta o leite	2				1
Enjôo				1	
Hemorragia					1
Prejudica					1

* Resposta múltipla.

Fonte: Trigo et al. (1989, p.:463).

As consequências devidas as inobservâncias das restrições alimentares são de características variadas. Predominam as que se manifestam fisiologicamente como no caso de dor no fígado, ataque a pressão, cólicas, diarreias, etc. Excetua-se as condições como "ficar preta", "ofende", "coalha o leite" e "corta o leite" (do peito na amamentação).

Outro estudo interessante, procura estabelecer possíveis relações entre o uso classificatório da reima nos alimentos, especificamente aqui aos peixes, e uma possível contaminação deles por mercúrio na região do Tapajós situada no Oeste paraense. Castro et al. (2010) investigam os alimentos considerados perigosos para certas condições físicas e espirituais das pessoas que os comem. Segundo os autores, esse tipo de conhecimento facilita encontrar formas mais adequadas de se trabalhar a alimentação e no combate à desnutrição na região. A reima, para eles,

tem variadas justificativas na prática, tanto no sentido de preservar alguns recursos naturais e a sobrevivência das comunidades naqueles habitats (CASTRO, 2010).

Os pesquisadores não usam o conceito de Josué de Castro sobre os tabus alimentares por acharem que “ele não concebe uma lógica para a origem dos *“tabus”* descrevendo-os como um ato instintivo e condicionado”. Acrescentam que

Ademais, a reima não é uma categoria que afeta todos os indivíduos de uma comunidade ao mesmo tempo, nem é absolutamente proibido o consumo de todo alimento considerado reimoso por toda uma família ou comunidade como é no caso dos tabus alimentares conhecidos, portanto, existem situações, momentos de perigo, no caso da reima, em que é “melhor” que esta regra seja respeitada por aqueles que compõem o grupo (CASTRO, 2010).

Reconhecem Castro et al que embora haja algumas ocorrências (Tabela 8) de citações de causarem reimas e as suas concentrações de mercúrio não é suficiente para afirmar que haja uma relação de causa-efeito entre eles. E como conclusões conferem que,

[...] as espécies mais citadas como reimosas em relação aos seus respectivos hábitos alimentares e contaminação mercurial (piscívoros, omnívoros e herbívoros), verificamos que, os piscívoros que são os que possuem maior concentração de mercúrio, são em média considerados os mais reimosos que os herbívoros. Estes, por sua vez, são as espécies com menores concentrações de mercúrio; os herbívoros são ainda mais citados como reimosos do que os omnívoros que são intermediários com relação à concentração de mercúrio.(CASTRO, 2010).

Tabela 8 – Relação entre Concentração de Mercúrio em Peixes analisados e citações de que são Causadores de Reima nas Comunidades

Espécies	Hábitos Alimentares	Concentração de Hg (µg/g)	Nova Canaã	Santo Antônio	Mussum e Vista Alegre	Número de citações em Açaituba	Total de citações de reimosos
Apapa amarelo	P	0,61	0	0	0	0	0
Apapa branco	P	0,54	0	0	1	0	1
Aracu amarelo	H	0,11	0	0	0	0	0
Aracu comum	H	0,08	16	9	26	4	55
Aracu c. gorda	H	0,33	0	0	0	0	0
Barbado	P	0,28	12	2	8	5	27
Caratinga	H	0,09	0	0	0	0	0
Carauaçú	O	0,17	0	1	1	2	4
Dourada	P	0,31	27	9	31	1	68
Filhote	P	0,53	25	13	39	5	82
Jacundá	P	0,27	0	0	0	0	0
Jijú	H	0,38	0	0	0	0	0
Mapará	H	0,26	21	10	16	2	49
Mandi	P	0,30	8	14	13	0	35
Mandubé	O	0,40	3	0	1	0	4
Pacú sp	H	0,04	0	1	0	0	1
Pacú manteiga	H	0,02	0	0	0	0	0
Pacú marreca	H	0,03	0	0	0	0	0
Peixe cachorro	P	0,52	0	0	3	1	4
Pescada branca	P	0,53	3	2	17	4	26
Pescada pitinga	H	0,06	0	0	0	0	0
Pescada vermelha	H	0,10	0	0	0	0	0
Piracatinga	P	0,76	0	1	2	0	3
Pirarucu	P	0,17	18	20	17	2	57
Piranha branca	O	0,53	7	8	14	6	35
Piranha caju	P	0,55	0	0	4	0	4
Piranha mafurá	P	0,09	0	0	0	0	0
Piranha mucura	P	0,13	0	0	0	0	0
Pinha Preta	O	0,40	0	2	0	1	3
Saranha	O	0,37	0	0	0	0	0
Sarda	P	0,80	0	1	4	3	8
Sardinha	O	0,13	0	1	0	0	1
Surubim	P	0,36	37	30	58	14	139
Tambaqui	H	0,07	11	7	9	0	27
Traira	P	0,49	2	1	3	1	7
Tucunaré	P	0,40	5	0	7	3	15
P:piscivoros H:erbivoros O: onivoros							655

Fonte: CASTRO et al.(2010).

3.7 CÂMARA CASCUDO E CASTRO

Entre as variadas leituras feitas para a formatação teórica e metodológica da pesquisa, destacam-se alguns elementos importantes, entre eles, começamos um diálogo entre dois autores e suas obras tão fundamentais. Para sermos mais precisos, trata-se de autores que nos instigaram a percorrer esse caminho de problematização e de certa maneira, na abordagem que pretendemos fazer.

Dizemos “de certa maneira” por conta de nossas possíveis críticas aos postulados de ambos, reavaliação de suas metodologias e reflexão acerca dos seus resultados a luz de novos dados e de novas contribuições científicas. Referimo-nos às obras *Geografia da Fome – o dilema brasileiro: pão ou aço* de Josué de Castro e da *História da Alimentação no Brasil* de Câmara Cascudo.

Josué de Castro era médico com especialização em fisiologia e que desenvolvia trabalhos de pesquisa sobre a fisiologia alimentar. Ingressou na cátedra de geografia humana interinamente a partir de 1937, fato que o fez aproximar as duas leituras disciplinares, a fisiologia e a geografia, a partir de então em suas obras. Tanto prestígio teórico, ajudou-o a se tornar na década de 1950, presidente do Conselho Executivo da FAO (Food and Agricultural Organization). A obra que aqui destacamos foi publicada em 1946, inicialmente como título *Geografia da fome. A fome no Brasil*, Castro revelou o que se mantinha escuso: como a fome, enquanto um problema nacional, condicionava o subdesenvolvimento do Brasil (ANDRADE, 1997).

Câmara Cascudo, um dos mais eminentes folcloristas e etnógrafos brasileiros, realizou um grande projeto pessoal ao publicar uma de suas mais famosas obras a *História da Alimentação no Brasil*. Segundo ele próprio afirma, em 1943 quando veraneava na vila de Estremoz (RN), a esquematizou liricamente, “seduzido pelo assunto que vivia esparso e diluído em mil livros” (CASCUDO, 2004, p.12).

O que já de antemão nos chamou atenção são as referências que ambos cruzam em seus prefácios de primeira edição. Enquanto Josué de Castro, em reconhecimento, diz:

A Luiz da Câmara Cascudo pelas sugestões que dele recebemos em saborosas conversas ou através de cartas mandadas do Nordeste, tratando principalmente de um projeto que os acaso da vida não nos permitiram realizar, o de escrevermos em colaboração uma história da cozinha brasileira. (CASTRO, 2006, p. 27)

Por sua vez, Câmara Cascudo enfatiza:

Andei uma temporada tentando Josué de Castro, em conversa e carta, para um volume comum e bilíngue. Ele no idioma da nutrição e eu na fala etnográfica. O Anjo da Guarda de Josué afastou-o da tentação diabólica. Nada daria certo. Josué pesquisava a fome e eu a comida. Interessavam-lhe os carecentes e eu os alimentados, motivos que *burlaient de se trouver ensembler*. Na sua *Geografia da Fome*, [...] no prefácio, Josué alude ao

projeto de uma “história da cozinha brasileira”, de quem me libertei também. (CASCUDO, 2004, p.12).

O fato de tal projeto não ter se realizado entusiasma esse projeto de pesquisa, que seis décadas depois, propõe-se a reaver tal diálogo, que infelizmente não ocorreu. Entretanto, é necessário de pronto, primeiro concordar com Cascudo em estarmos libertos de uma história da cozinha, da comida ou da culinária. Não, que não se constitua em algo interessante, posto que é um atrativo às curiosidades mais soltas, ou aos *gourmets*. Mas porque nosso interesse está no alimento enquanto condição fundamental para a satisfação material da vida dos seres humanos e do papel que cumpre nas relações sociais e históricas das sociedades humanas, com um olhar mais detido à região amazônica. Em segundo lugar, também evitar uma justaposição de olhares sobre o assunto, aquilo que Câmara Cascudo alegava que não daria certo: colocar a fome de um lado, a comida de outro; os carecentes aqui e os alimentados ali. Nosso propósito é o do debate dialético dessa unidade da realidade: a fome e o alimento num cenário histórico e social de contradições pertencentes ao processo de desenvolvimento da Amazônia.

Ambos os autores escreveram capítulos destacados para a análise da região amazônica. *Área Amazônica*, em Castro e *Rainha do Brasil*, em Câmara Cascudo.

Castro (2004, p.11) enfatizava ser seu livro “bastante delicado e perigoso. A tal ponto delicado e perigoso que se constitui num dos tabus de nossa civilização”. Referia-se a uma exígua “bibliografia mundial sobre o assunto”, o que lhe parecia estranho, que isso ocorresse “num mundo como o nosso, caracterizado por tão excessiva capacidade de se escrever e de se publicar”. Constatava que muito pouco se escrevera até então “acerca do fenômeno da fome, em suas diferentes manifestações”.

Para o médico e geógrafo, tratava-se de “um silêncio premeditado pela própria alma da cultura” a partir de preconceitos de ordem política, moral e econômica e dos interesses em jogo “de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido ou, pelo menos, pouco aconselhável de ser abordado publicamente”. Os instintos para o autor foram considerados como forças desprezíveis. E conclui dizendo que “aí encontramos uma das imposições da alma coletiva da cultura, que fez do sexo e da fome assuntos tabus – impuros e escabrosos – por isto, indignos de serem tocados” (CASTRO, 2006, p.12).

Utilizando-se de conceitos como de imperialismo econômico e comércio internacional caracteriza o fenômeno da fome como resultante de uma somatória de fatores preponderantes. Segundo ele:

Ao lado dos preconceitos morais, os interesses econômicos das minorias dominantes também trabalharam para escamotear o fenômeno da fome do panorama espiritual moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos – dirigidos e estimulados dentro dos seus interesses econômicos – e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública. (CASTRO, 2006, p.13).

Alertava que para o entendimento do fenômeno era preciso um espírito mais dedicado ao conjunto de fatores e de suas manifestações complexas que envolvem ao mesmo tempo a biologia, a economia e a sociologia, assim se referia aos trabalhos então existentes:

A maior parte dos estudos científicos sobre o assunto se limita a um dos seus aspectos parciais, projetando uma visão unilateral do problema. São quase sempre trabalhos de fisiólogos, de químicos ou de economistas, especialistas em geral limitados por contingência profissional ao quadro de suas especializações. (CASTRO, 2006, p.16).

“Para tal fim”, anuncia o autor, “pretendemos lançar mão do método geográfico, no estudo do fenômeno da fome”, que para ele seria o “único método que, a nosso ver, permite estudar o problema em sua realidade total, sem arrebentar-lhe as raízes que o liga, subterraneamente a inúmeras outras manifestações econômicas e sociais da vida dos povos”. Deixa claro que não se tratava da antiga geografia descritiva, “mas o método interpretativo da moderna ciência geográfica” na qual destaca os “pensamentos fecundos de Ritter, Humboldt, Jean Brunhes, Vidal de la Blache, Griffith Taylor e tantos outros” (CASTRO, 2006, p.16-17).

Essa perspectiva parece mais detalhada ao se compreender os enfoques que em outra área de se pensar o fenômeno é visto. É o caso da História da Alimentação. Vejamos então, na opinião de Carneiro (2003, p. 2-3) quais os campos preferenciais das abordagens históricas:

A alimentação é um fenômeno cujo estudo foi estabelecido nos últimos dois séculos a partir de quatro diferentes enfoques: o biológico, o econômico, o social e o cultural. A história da alimentação, dessa maneira, abrange ao menos quatro grandes aspectos: os aspectos fisiológico-nutricionais, a história econômica, os conflitos na divisão social e a história cultural (para a

qual a Antropologia trouxe grande quantidade de informações que se imbricam com a Linguística, a Região e a História Geral das Civilizações) que inclui a história do gosto e da culinária, para a qual os livros de receitas constituem fontes primárias.

Na mesma linha de raciocínio, destacamos o próximo parágrafo como o centro dessa perspectiva, que mais se aproxima das nossas proposições metodológicas. Assim Castro (2004, p.16-17) fala da necessidade de se

[...] realizar uma sondagem de natureza ecológica, dentro deste conceito tão fecundo de “Ecologia”, ou seja, do estudo das ações e reações dos seres vivos diante das influências do meio. Nenhum fenômeno se presta mais para ponto de referência no estudo ecológico destas correlações entre os grupos humanos e os quadros regionais que eles ocupam, do que o fenômeno da alimentação – o estudo dos recursos naturais que o meio fornece para subsistência das populações locais e o estudo dos processos através dos quais estas populações se organizam para satisfazer as suas necessidades fundamentais em alimentos.

Quanto a sua caracterização sobre a fome que povoa seus estudos diz Josué de Castro não se tratar desse “tipo excepcional de fome, simples traço melodramático no emaranhado desenho da fome universal, que interessa ao nosso estudo”. Para ele interessava analisar o “fenômeno da fome coletiva – da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas”. No trecho seguinte, esclarece outros conceitos basilares e elucidativos:

Não só a **fome total**, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de *starvation*, fenômeno, em geral, limitado a **áreas de extrema miséria** e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais frequente e mais grave, em suas consequências numéricas, da **fome parcial**, da chamada **fome oculta**, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de **populações se deixam morrer lentamente de fome**, apesar de comerem todos os dias. É principalmente o estudo dessas **coletivas fomes parciais**, dessas **fomes específicas**, em sua infinita variedade, que constitui o objetivo nuclear do nosso trabalho. (CASTRO, 2006, p.18, grifo nosso).

A Amazônica e a Mandioca – aqui destacamos os olhares distintos e valorações extremadas entre Castro e Cascudo. Sobre o consumo desse tubérculo, diz o primeiro que “a região Amazônica representa, sob o ponto de vista ecológico, um tipo unitário de área alimentar muito bem caracterizado, tendo como alimento básico a farinha de mandioca”. (CASTRO, 2006, p.41). A mandioca, lembra Cascudo, “vivia nos dois elementos inarredáveis da alimentação indígena: a farinha e os

beijus”e sobre esses produtos derivados do tubérculo “o primeiro constituía o conduto essencial e principal, acompanhando todas as coisas comíveis, da carne à fruta” quanto ao segundo dizia que “fornecia bebidas, além de ser a primeira matalotagem de jornada, de guerra, caça, pesca, permuta, oferenda, aos amigos” (CASCUDO, 2007, p. 90).

As caracterizações abaixo detalham o papel dessa que é considerada base alimentar da região, a mandioca e seus produtos derivados. Castro (2004, p. 43-44) afirma que:

[...] o alimento básico da dieta é a farinha de mandioca, produto da mandioca amarga (*Manihot utilissima*), preparada nesta zona por processos especiais que proporcionaram ao produto maior riqueza em polvilho e, portanto, maior valor calórico do que o da farinha produzida em outras áreas mais para o sul. Tal tipo de farinha, regionalmente chamado de farinha-d'água, constitui um complemento obrigatório de quase tudo que se come na região – e foi por isso que Theodoro Peckolt o chamou de “Pão dos Trópicos”. O seu uso mais abundante se fazia sob a forma de farofas, mingaus, beijus e bebidas fermentadas (como o caium). O tipo de mingau muito característico da região é o chibé, preparado com farinha de mandioca e às vezes adoçando com rapadura, o qual constitui alimento predominante do trabalhador de uma extensa área amazônica, sendo dado tanto aos adultos como às crianças.

Sobre o mesmo tubérculo, Câmara Cascudo (2007, p. 29) destaca a sua importância histórica e cultural. Assim, dizia ele que:

Há quase cinco séculos a farinha continua mantendo o prestígio no crédito popular. Essa permanência constituía a imagem da suficiência. Crêem-na apta e capaz na exigência da nutrição. Sem ela a refeição estará incompleta e falha. É comida *de volume*, comida *que enche*, sacia, *faz bucha*, satisfaz. Comem-na pura, sessando-a na mão, mastigando a *crueira* que não pode ser peneirada. “Sem farinha, homem não vive.”

E, em outro trecho, destaca ainda mais o significado desse farináceo, comparando-o a um dos grãos mais usados no mundo atualmente, o milho. Para Cascudo (2007, p. 92):

A soberania do milho firma-se na América central e dorso ameríndio do pacífico. A mandioca é rainha dos trópicos, reinando sozinha na culinária popular da zona em que nasceu e ostenta sua coroa irrenunciável. Mas a inteligência dos antigos peruanos irmanava a mandioca ao milho no mesmo nível glorificador. Um vaso cerâmico, deparado num cemitério pré-colombiano de Sechura, representa o deus da agricultura do Peru com um a vergôntea de milho em uma mão e a mandioca, com seus tubérculos pendentes, na outra.

São olhares distintos: os de Castro são recheados de observações negativas, diante de uma pobreza nutricional baseada na mandioca. Para o etnógrafo, um

símbolo de unidade histórica e cultural de vários povos e de uma região. Nessa dialética de perspectivas, precisamos realizar mediações imprescindíveis para o debate em curso.

O negativismo de Castro (2004, p. 53) em muito se baseia no fato de que “a análise biológica e química da dieta amazônica revela um regime alimentar com inúmeras deficiências nutritivas”. Localiza, nesse ponto, tanto a pobreza extrema, a ausência de “alguns dos alimentos protetores , da carne, do leite, do queijo, da manteiga, dos ovos, das verduras e das frutas”. Diz tratar-se de “uma alimentação parca, escassa, de uma sobriedade impressionante. O que um homem come durante um dia inteiro não daria para uma só refeição dos habitantes de outras áreas climáticas, condicionadoras de hábitos diferentes.”

Sua percepção está fortemente condicionada de um lado por um tipo de determinismo ambiental e de outro por uma perspectiva muito forte à época de suas elaborações teóricas, numa agricultura tecnológica, fortemente tendente aos grãos.

Alguns trechos podem melhor explicar o que dizemos:

Para vencer a força desadora da natureza ainda em formação, para abrir algumas brechas nesses cerrados batalhões de árvores inexpugnáveis, seria necessária uma sábia estratégia do elemento humano. Seria preciso, antes de tudo, que ele concentrasse as suas forças. Que se agrupasse em zonas limitadas e desencadeasse nesses pontos estratégicos a luta contra a floresta. Infelizmente isto não se fez.[...] (CASTRO, 2006, p.82).

O homem perdido na Amazônia é engolido irremediavelmente pela floresta. [...] (CASTRO, 2006, p. 85).

O problema está preso a alguns pontos fundamentais, dentre os quais se destacam: produção insuficiente (decorrência natural de uma intrincada gama de fatores negativos), dificuldades na conservação dos alimentos em condições climáticas desfavoráveis, absoluta falta de transportes regulares e baixa capacidade aquisitiva das populações.[...](CASTRO, 2006, p. 87).

O eixo do programa é a utilização racional das terras da região. É verdade que, como já vimos, não se trata de solo muito férteis, mas, tampouco, de solos estéreis. C.F. Marbut, grande especialista no assunto, que fez parte da missão oficial norte-americana de estudos do Vale Amazônico, em 1923 e 1924, afirma que 70% dos solos da Amazônia permitem alguma espécie de cultivo agrícola. (CASTRO, 2006, p. 88).

Em Câmara Cascudo (2007, p. 89), encontramos um elemento histórico que muito contribui para o desenvolvimento dos questionamentos de tese. Trata-se da

apropriação de um dos alimentos mais consumidos até a atualidade na Amazônia, e sua inclusão enquanto commodity. Relata que “mesmo no século XVI o europeu, portugueses e minoria espanhola, exportou a mandioca. Há mais de 100 espécies, sendo umas 80 brasileiras”.

“A presença do europeu foi um terremoto”. Assim, Cascudo descreve o impacto da intervenção europeia na região amazônica. Ocorreu uma “transformação ininterrupta e poderosa na economia nativa. As espécies comestíveis novas divulgaram-se rapidamente, com facilidade as bananas e os inhames”. E não só entre os vegetais, mas uma alteração na obtenção de proteína animal. “O gado bovino foi promovido à caça ambiciosa. O cavalo determinou em todo o continente americano, um ciclo de atividades imprevistas. Ovelhas, cabras, carneiro, porcos, trouxeram sabores procurados”). Quanto à introdução da cultura de criação de aves, lembra o autor que “os galináceos não tomaram o lugar da *caça de pena*, ave dos rios e lagos, permanente ou de migração, mas foram estimadíssimos”. Fato que curiosamente chamou a atenção de Martius, que se “assombrava-se de rapidez com que as galinhas tinham atingido o interior das selvas mais recônditas, alheias à penetração dos “brancos” (CASCUDO, 2007, p. 146).

Acrescenta à produção de farinha de mandioca uma mudança de comportamento entre os nativos da Amazônia, percebidas por Steinen. Assim refere que A “mandioca se não fixou o indígena, fê-lo demorar-se ao redor das plantações porque a farinha não era colheita, mas preparo, demandando tempo e conhecimentos de processos indispensáveis à fabricação, conservação, transporte”. Karl Von den Steinen, lembra o folclorista,

[...] é mais explícito: ‘na economia doméstica dos nossos indígenas a importância dessa planta (*mandioca*) ultrapassa consideravelmente a do milho. Fornece a provisão principal, cabendo-lhe, outrossim, o mérito de obrigar os aborígenes, que a receberam de tribos mais adiantadas, a adotarem uma vida sedentária; e que a sua preparação exige uma série de processos que requerem paciência.(CASCUDO, 2007, p. 94).

E como tratar outra vertente que procura relacionar a fome com o aumento populacional. Nesse sentido, o questionamento envolvendo o aumento da densidade populacional e as pressões decorrentes desse crescimento sobre o ambiente local, chama-nos atenção a produção de alimentos enquanto demanda e também como conflito. Precisamos compreender e explicar os fenômenos que envolvem um

provável paradoxo²⁰: o de a região amazônica ser rica em potencial alimentar energético-protéico e mesmo assim conviver com a ingestão inadequada destes componentes ocasionando a fome estrutural, a desnutrição ou subnutrição. E tendo como uma das hipóteses que não há escassez desses recursos naturais propícios à alimentação das populações locais, ou de que elas sejam inapropriadas e/ou precárias, propomos discutir a vertente culturalista (influenciada por interpretações Boasianas, as oriundas do estruturalismo de Lévi-Strauss, ou do simbolismo de Geertz) que propõe uma compreensão do referido fenômeno a partir do *ethos* da região. Nessa vertente, os padrões culturais, na concepção de que cultura se auto-explica, responderiam por uma inadequação alimentar, mesmo que havendo disponibilidade de recursos naturais adequados para esses fins.

Outra abordagem levará em consideração as bases materiais das relações sociais da Amazônia, constituída ao longo do Tempo Histórico da região²¹. Então, Como se constituiu a relação Produção de Alimentos/Fome no tempo histórico da Amazônia?

Procuraremos com um olhar mais atento a compreensão dos elementos históricos, sociais e ecológicos que possam contribuir com nossa questão.

Para Ester Boserup (1987), em *Evolução Agrária e Pressão Demográfica* a relação entre crescimento populacional e produção de alimentos passou a ocupar lugar de destaque nas preocupações dos economistas que se detiveram a compreender o fenômeno diante do tempo de longa duração das sociedades humanas. E sobre esse questionamento duas possibilidades interpretativas se credenciam: uma que indaga como as mudanças na produção agrícola contribuíram para a demografia, ou outra que pretende investigar as alterações populacionais como modificadoras das condições agrícolas. Vale destacar, aqui, que não se trata de apenas pontos de partida distintos, posto que a própria formulação do esquema interpretativo já encerra em si perspectivas contrárias metodológicas e principalmente cognitivas. Há, embutida em ambas, uma perspectiva *a priori*.

Malthusianismo e Neo-Malthusianismo estão presentes como paradigmas na primeira formulação. Para Boserup,

²⁰ Provável paradoxo porque há a necessidade de se fazer uma contabilidade entre alimentos disponíveis na região amazônica e a ingestão *per capita* de calorias e proteínas. Isso demanda levantamentos em dados secundários sobre estoques naturais e alimentos produzidos na região e análise de indicadores sociais e econômicos sobre consumo e acesso a esses produtos.

²¹ Nesse aspecto, utilizaremos como abordagem metodológico-cognitiva o Materialismo Histórico e Dialético, tanto na sua constituição marxiana, como em contribuições posteriores.

O raciocínio que eles desenvolvem baseia-se na crença de que a oferta de alimentos é inerentemente inelástica, sendo essa falta de elasticidade o principal fator determinante da taxa de crescimento da população. Assim, o crescimento populacional é visto como variável dependente, determinada por mudanças na produtividade agrícola que, por sua vez, resultariam de fatores exógenos como, para exemplificar, um fortuito fator de invenção ou imitação técnica. Em outras palavras, desde esse ponto de vista essencialmente malthusiano, existiria para cada comunidade e em cada tempo uma taxa esperada de crescimento populacional. A ela a taxa real de crescimento tenderia a se ajustar. (1987, p. 7)

Contrária a essa perspectiva, Boserup (1987, p.7) desenvolve sua linha argumentativa que considera ser “mais realista e mais fértil” no sentido de partir da suposição que “o crescimento populacional é aqui considerado variável independente e o principal fator determinante de mudanças na agricultura”.

Mesmo que a influência malthusina tenha suportado os trabalhos econômicos em sua grande maioria, de certa maneira oportunizou nos mesmos estudos de se analisar em que medida o crescimento da população intervém na produção agrícola. Se por um lado questões pertinentes como “o que acontece à produção de alimentos quando a população aumenta?” a economia clássica (em a teoria da renda da terra) aborda a partir de condições vinculadas a uma agricultura ocidental ocasionando uma simplificação do fenômeno envolvendo de um lado os padrões de agricultura de outro e de outro o crescimento populacional como pressão para essas mudanças²².

Como argumento empírico, contestador das aporias malthusianas, sugere Boserup (1987, p.70) se recorrer, entre outros exemplos possíveis, ao acontecido na Europa pós-Guerra dos Trinta Anos quando pela teoria de Malthus se esperaria uma recuperação populacional logo a seguir de tais retrocessos, mas a história demonstrou o contrário.

Boserup (1987, p.72-73) considera ao longo de sua obra exemplos de realidades nas quais ocorreram um “aumento constante, mas relativamente lento, da população acompanhado de mudanças nas técnicas agrícolas” Boserup(1987, p.72-73) e também de situações em que são verificados “um declínio da população ou

²² Boserup alerta para uma questão importante para se compreender a visão clássica. Diz que “Quando a antiga distinção entre terra cultivada e terra não cultivada é substituída pelo conceito de frequência de cultivo, a teoria econômica do desenvolvimento agrícola torna-se compatível com as teorias de mudança de paisagem propostas pelos cientistas naturais. Os pais da teoria econômica pensaram como sendo imutáveis (e nisso estavam de acordo com os cientistas naturais da época) muitas das características que os cientistas de hoje consideram produzidas pelo homem, socialmente determinadas. Em particular, a distinção entre terra naturalmente fértil e terra menos fértil foi considerada como um elemento crucial para a explicação de mudanças na agricultura. (1987:8-9)

migração para regiões menos densamente povoadas, acompanhadas de um retorno às técnicas mais extensivas a aparentemente mais primitivas” Boserup (1987, p. 72-73). Ao considerar outro cenário histórico, agora envolvendo um crescimento populacional mais rápido, verifica que “o processo de intensificação precisa ocorrer com uma rapidez muito maior que nos casos considerados anteriormente”. Procedimentos que levaram campos agrícolas a proporcionar duas colheitas anuais com técnicas de irrigação e o uso de grandes extensões de terras, drenagem, etc, são recorrentes. Nesse sentido, parece que a Revolução agrícola experimentada pela Europa no século XVIII, é um bom exemplo.

O Historiador brasileiro, Ciro Flamarion Cardoso, de maneira provocativa, desafia os que negam a evolução social como processo presente na história das sociedades humanas. Para tanto, ao mesmo tempo em que demonstra a possibilidade de serem discutidas algumas apreensões feitas pelos evolucionistas propõe, meio que *quero que me provem!* aos que, não aceitando o conceito como válido, resolveram esquecê-lo como se já não mais possuísse eco no meio acadêmico ou teórico. E para o desafio, pede que alguém demonstre não serem mais válidas as seguintes afirmações:

[...] a sociedade baseada na agricultura não pode surgir pela primeira vez no mundo (ou surgir independentemente) antes da sociedade de caçadores e coletores; a sociedade urbana, ao surgir pela primeira vez no mundo (ou ao surgir independentemente), não podia preceder o conhecimento da agricultura; a sociedade industrial, ao aparecer historicamente pela primeira vez neste planeta, não pôde fazê-lo antes de existirem agricultura e cidades. (CARDOSO, 2005, p. 25)²³

Na mesma direção, Boserup (1987, p.82) discute o papel da produção de excedentes (alimentos) como condição necessária à evolução de uma sociedade agrícola para uma urbana. Acrescenta, para além da produção excedente, a necessidade de um aumento da densidade populacional. Para tanto diz que:

²³ O debate proposto pelo autor (que tem se ocupado nas suas últimas produções com a metodologia e com a Teoria da História), é no sentido de criticar uma tendência reinante numa historiografia mais recente, a partir da Nova História. Completa seu argumento sobre a evolução social afirmando que “Seria preciso perguntar se coisas assim, que nunca foram refutadas, carecem de importância para os historiadores. Se são relevantes mas sua explicação evolucionista está errada, seria necessário apontar explicações alternativas (o que os arqueólogos, antropólogos e historiadores da Antiguidade anti-evolucionistas não se privam de fazer). Escamotear simplesmente a questão, no entanto, parece atitude de avestruz ou resultado de um grau inaceitável de ignorância (ou, às vezes, de má fé).(CARDOSO, 2005, p. 26)

As precondições para a urbanização não consistem somente no fato de que a agricultura seja capaz de produzir um excedente de alimentos básicos, mas também em que a densidade populacional seja relativamente alta. É verdade que o produto por homem-hora na agricultura tende a declinar com o aumento da densidade populacional. Mas [...] este declínio pode ser mais ou menos compensado pelo aumento das horas de trabalho. Por conseguinte, uma população agrícola numerosa pode sustentar melhor uma população não agrícola também numerosa.

Na esteira de conclusões, Boserup (1987, p.88) tem como quase improvável que pequenas populações estáticas em seu crescimento demográfico possam superar tecnicamente seu estágio agrícola primitivo, ao passo que outras populações em uma fase de crescimento populacional terão de enfrentar o desafio de melhorar o solo e desenvolver outros incrementos na agricultura. Não esquece oportunamente de lembrar que no segundo caso, haja provavelmente diminuição nos rendimentos do trabalho, o que em prazo curto deverá ensejar “longas e penosas horas de trabalho na agricultura a fim de evitar uma queda dos padrões nutricionais” .

Mas evitando conclusões apressadas e melancólicas (como Boserup adverte) relativas de curto prazo²⁴, a longo prazo “um aumento gradual da densidade populacional, um quadro mais favorável emerge” . Isso é, Um trabalho mais penoso e mais frequente que exige mais horas homem de trabalho por outro lado “aumenta, provavelmente, a eficiência tanto do trabalho agrícola como do não agrícola” . e que a partir do aumento populacional leva a “uma divisão do trabalho mais intrincada e – em alguns casos – um alto índice de urbanização provoca uma melhora da produtividade agrícola, uma vez que a agricultura se beneficia de instrumentos mais perfeitos, de melhor administração, melhor educação, etc”. (BOSERUP, 1987, p.86-87).

Em *A Teoria da Origem do Estado*, Carneiro (1970) analisa teorias tradicionais sobre a gênese do estado em relação a novas hipóteses ecológicas. Começa afirmando que nenhuma das teorias correntes é satisfatória, ainda deixando de ser melhor compreensível o desenvolvimento político nas sociedades humanas. Há, para o autor, uma teoria que contém uma explanação mais convincente e que passa a detalhar.

²⁴ Os Historiadores influenciados pela caracterização de Braudel sobre o tempo histórico, preferem o termo tempo histórico de curta duração, de longa duração para fazer distinções entre tempo conjuntural e estrutural. Aqui nos parecem equivalentes e a lembrança adequada.

Desiste, Carneiro, de considerar teorias baseadas na configuração do estado como produto da genialidade de um povo, ou as que tem na sua origem histórica como um acidente. Ambas são metafísicas! Pra ele, a origem remonta de um regular e determinado processo cultural, que não sendo único, mas é um fenômeno recorrente.

Carneiro (1970, p. 734) elabora sua análise a partir de circunscrições ambientais. Analisa o caso do aparecimento do estado em áreas como o Nilo, Tigres – Eufrates, nos vales do México ou nos Andes peruanos. Embora distintas em várias condições ambientais, o autor verifica uma unidade entre elas: “todas elas são áreas de terras agriculturáveis circunscritas. Delimitadas por montanhas, mares ou desertos, ficam restritas para ocupação e para o cultivo. Diferentemente, cita o autor o caso da Amazônia e das terras de florestas da América do Norte. Florestas contínuas e extensas se compunham de terras agriculturáveis ilimitadas.

Ao se examinar a planície amazônica e os vales costeiros do Peru, propõe o autor ser possível compreender melhor a teoria por ele aceita. No caso amazônico as vilas agrícolas eram numerosas, mas bastante dispersas. No caso do Peru, as vilas tenderam a crescer em tamanho. Tenderam a crescer em número mais rápido do que em tamanho. Esse crescimento do número de vilas continuou sem ser acompanhado de mudanças das práticas de subsistência desses grupos. A partir de então houve uma intensificação de cultivo e o uso de irrigação.

Se inicialmente os vales costeiros do Peru se configuraram como o que ocorrera na Amazônia, mas com o aumento da pressão populacional sobre as terras, as guerras passaram a compor uma possibilidade de acesso as áreas insuficientes, limitadas. Na guerra, o vencedor impõe condições aos vencidos, que se submetem pelas limitações descritas sobre o uso das terras. Isso representa que os recursos concentrados numa circunscrição ambiental é um fator que desencadeava as guerras em busca de terras e o desenvolvimento político de integração no nível da vila. (CARNEIRO,1970).

Johnson e Earle (1987) tratam de questões relativas a evolução das sociedades humanas procurando encontrar elementos elucidativos, a partir da antropologia, de como se constituem em variedade esses processos em relações temporais e espaciais. Mesmo que um relativismo cultural fale de que cada processo é um processo único, auto-validado e explicativo, constitui-se num esforço

necessário “identificar e explicar cruzamento de padrões culturais no desenvolvimento e operação das sociedades humanas”.²⁵

No texto analisado, os autores (um etnógrafo, outro arqueólogo) procuram constituir uma estrutura teórica a partir de “causas, mecanismos, e padrões de evolução social que, apesar de levar a muitos caminhos divergentes” possam ser explicáveis em “termos de uma teoria coerente” no intuito de analisar “sucessões culturais pré-históricas a longo prazo” e a constituição das sociedades atuais de maneira diversa.

Procurando responder questões inerentes a uma natureza humana, Johnson ; Earle (1987) apresentam “uma aproximação teórica sistemática” a partir das mediações de tradições culturais. Para tanto, ocupam-se de causas e consequências do crescimento populacional, que para os autores, apesar da competição, configura-se também como um “caractere central excelente no processo de evolução sociocultural, por causa de suas consequências claras para que as pessoas satisfaçam as suas necessidades básicas.” E como o crescimento populacional leva à problemas na organização social da produção, no nível tecnológico, e também na esfera política, as soluções encontradas socialmente levam às mudanças societárias, ou seja, à evolução sociocultural. Lembram os três processos encontrados historicamente em processos sem conexões, sendo eles: a intensificação de subsistência, a integração política e a estratificação social. Sugerem uma sequência de desenvolvimento e uma pergunta a partir dessas constatações: “Coletores diversificam e adotam agricultura; aldeias se formam e integram-se em políticas regionais; líderes dominam e transformam as relações sociais. Como estes padrões ordenados vêm sendo difundidos?”.

No século XIX, afirmam Johnson; Earle (1987), os “evolucionistas sociais tenderam para a visão otimista da que sociedades humanas estavam evoluindo de um ponto inferior para uma condição superior”. Citam os “Estágios” de Morgan, Maine e a liberação da tirania do parentesco, e mesmo Engels “quem com Marx focalizou a exploração e sofrimento do proletariado industrial”. Que também

²⁵ Os autores fazem uma pergunta “Mas, os processos históricos de evolução social humana podem ser explicados?”. Ao mesmo tempo, a questão se mostra provocativa e perturbadora dos paradigmas pós-modernos que abdicaram às explicações e à busca de causalidades, tendo todo fenômeno como contingencial.

compreendera um inevitável “domínio do homem sobre a natureza, mediante as melhorias em ciência e tecnologia”²⁶.

O relativismo Boasiano ganhou fôlego. A partir de uma crítica fervorosa de Boas às noções de raça e progresso contagiou a antropologia norte-americana. De acordo com essa perspectiva “os indivíduos [...] assumem as características culturais das comunidades nas quais elas são elevadas, qualquer que seja seus backgrounds raciais”. Rejeitava-se assim o evolucionismo cultural. E conclui que “cada cultura é única e igualmente é avaliada; se mudar, isso ocorre de modo único, a si mesmo, e nenhuma trajetória superior geral pode ser discernida”. Assim as ideias de progresso e evolução sociocultural submergiram, em especial entre os antropólogos americanos.

Para opor ao otimismo do progresso pensado ainda no século XIX, os autores lembram o pessimismo malthusiano no qual o aumento populacional leva não ao progresso mas a escassez e miséria e de Spencer para o qual a evolução social leva em direção da guerra. Citam também a Lei Econômica de Diminuir Lucros de Boserup, que ressalta que muitas melhorias tecnológicas são menos eficientes que as anteriores e que conduzem a uma “escassez de tempo”. E mais contemporânea, referem-se ao ambientalismo que a partir da década de 1970 vem disseminando uma visão pessimista da história humana, que tem por base a defesa que o ambiente não é infinitamente produtivo e nem dotado de insuperável resiliência.

Tanto pessimismo, gerou a Equação do Dia do Juízo Final, uma equação que procurava traçar a curva de crescimento populacional, que possibilitaria desenhar cenários com a preciosidade de determinar o dia final (o dia que teoricamente seria alcançado o infinito, uma sexta-feira, 13 de novembro de 2026 DC, segundo o cenário analisado). Nada mais apocalíptico! Resguardado o simbolismo da data, para Johnson e Earle (1987) deve-se considerar como sério que “o resultado de dois

²⁶ Nesse aspecto, muitas críticas são formuladas às obras marxianas, taxando-as de produtivistas e crentes numa inexorável determinação da história sobre um progresso constante. Sobre a última acusação, a obra “Socialismo ou Barbárie” de Rosa Luxemburgo nos apresenta uma abordagem do devir histórico como possibilidades e não como determinações incontestes. Quanto ao sentido do devir e do desenvolvimento, uma leitura bastante acessível pode ser feita em Marilena Chauí: *La Historia em el Pensamiento de Marx*, em uma coletânea da CLACSO, **La Teoría Marxista Hoy**. Quanto às primeiras críticas citadas de conter em Marx uma visão produtivista e de supremacia do societário sobre o natural, sugerimos leituras como as obras: *Marx and Nature - A red and green perspective* de Paul Burkett e o livro de John Bellamy Foster, *Marx's ecology. Materialism and nature*, este último já traduzido para o português.

milênios de contínua aceleração do crescimento da população humana terminaria em desastre em poucas décadas, se continuar as tendências do passado”.

Enquanto os quatro cavaleiros do apocalipse (Guerra, Escassez, Doença, e Morte) limitaram o crescimento populacional, por outro lado houve uma elevação desse crescimento em decorrência da melhoria da saúde pública, maior eficiência na produção de comida, destinação de novos espaços para a agricultura (florestas, desertos, etc.) amenizaram a ação de dois dos quatro cavaleiros: a doença e a fome. “A Cultura tem permitido as pessoas manterem elevada a capacidade da terra”.

Concluem os dois autores, que, a partir de uma análise criteriosa de toda evidência arqueológica dos tempos pré-históricos, será possível compreender a evolução da economia política. À teoria unilinear de estágios universais de desenvolvimento, deve-se somar uma teoria multilinear de linhas alternativas de desenvolvimento que surgem de condições únicas ambientais e históricas.

Parece-nos aqui, que as causas encontradas por Josué de Castro para situação de catástrofe alimentar na Amazônia, que abrem esse capítulo, constituem-se em explicação falha, determinística, com nuances de preconceitos (pré-noções), portanto insuficientes para explicar um fenômeno, esse sim concreto, substancial, e sempre urgente, que é a fome na região amazônica! As bases causais se assentam em aspectos da vida material. É na estrutura social e histórica que encontramos essas pistas mais plausíveis, conforme vimos entre as preocupações metodológicas do antropólogo Erick Wolf. A fome não é consequência dos hábitos culturais. Se bem pudemos ver, em épocas variadas, a regra era a fartura proteica e energética nas mesas, nas cuias da região. A escassez nos pratos surge de diferenciações estruturais preponderantes.

4 FOME E ABUNDÂNCIA: VITANTALOS NA AMAZÔNIA

Nesse capítulo, faremos uma abordagem sobre aspectos biológicos, nutricionais e de saúde pública relacionados à Região Amazônica. É preciso, para isso, verificar se a fome é um fenômeno expressivo na região e quais indicadores podem ajudar na compreensão do fenômeno do ponto de vista da ingestão calórica - proteica per capita e os estoques alimentares existentes.

Uma relação entre origem, qualidade e quantidade dos elementos calórico-protéicos presentes nos alimentos mais consumidos na região com o perfil nutricional de comunidades estudadas poderá ser parâmetro dessas análises. Recorreremos à análises de dados secundários existentes sobre produção de alimentos na região amazônica, estudos de caso sobre alimentação e desnutrição entre as populações locais.

Começemos então, analisando dados secundários sobre desnutrição. Destacamos de antemão que esses dados são referentes à Região Norte e aos estados que a integram. Esses estados pertencem à região amazônica, faltando ainda parte do Maranhão (região nordeste) e parte do Mato Grosso (região do Centro-Oeste). Embora uma parte do bioma Amazônia não seja representada nos dados que serão analisados, proporcionalmente não haverá prejuízo irreparável.

Tabela 9 - Desnutrição infantil por Grandes Regiões e situação do domicílio (déficit de peso por idade entre menores de 5 anos)

Região	Urbana %	Rural %	Total %	Posição decrescente
Norte	6,8	11,0	8,0	1°
Nordeste	5,3	5,7	5,4	2°
Sudeste	3,8	2,9	3,7	3°
Centro-Oeste	3,6	4,0	3,6	4°
Sul	3,3	2,6	3,2	5°

Fonte: dados adaptados da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF (2002-2003)

Na Tabela 9, fica evidente que a desnutrição na região Norte ocupa o primeiro lugar no ranking nacional. Seguem, em descenso e na ordem, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul. A distância entre as outras regiões, na sequência, vai de décimos a menos de dois pontos percentuais. Mas do Norte em relação à região

seguinte, o Nordeste, essa diferença vai a casa de quase três pontos. E se compararmos o Norte com o Sul, a diferença vai a 4.8 pontos percentuais.

Chama a atenção também o fato da Região Norte se diferenciar em relação à representação entre o meio Rural e o Urbano: 11 % do primeiro contra 6,8 % do outro. Nas demais regiões a diferença é menor que um ponto percentual. O fenômeno no meio rural aparece muito mais evidente. Considerando que é no meio urbano que se costuma verificar poucas alternativas alimentares que não se vinculem às lógicas imanentes ao mercado (de poder de compra, etc.), no caso amazônico, paradoxalmente, é no meio rural, no qual outras possibilidades de se obter alimentos são supostamente mais acessíveis em trocas e circulação não-monetárias²⁷, que o fenômeno da fome sobressai.

Nesse aspecto, cabe uma análise do fenômeno, grosso modo. A priori, poder-se-ia pensar em vantagens da cidade sobre o meio rural: talvez o acesso a alimentos de qualidade; talvez educação alimentar. Ou fosse o caso de variedade alimentar no meio urbano e monotonia no rural. Por outro lado, surgiriam hipóteses contrárias vinculadas a alimentos mais saudáveis, fontes proteicas não industrializadas e seus conservantes nocivos (pescado, frutas frescas, etc.), e mesmo a abundância de alimentos oriundos das águas e das florestas.

Então, como explicar essa realidade? Propomos entendê-la sob a lógica de mercado. De outra maneira, afirmando que o nexos causal se encontra intimamente ligado à circulação e troca desses alimentos, não como comida, no seu sentido mais natural, mas sim sociológico e econômico: como mercadoria. Assim, Marx caracteriza esse fenômeno:

Na medida em que a troca não é mais do que um momento mediador entre, por um lado, a produção e a distribuição que aquela determina e, por outro lado, o consumo - e dado que o próprio consumo aparece também como um momento da produção - é evidente que a troca se inclui na produção, e é também um seu momento. Em primeiro lugar, é evidente que a permuta de atividades e capacidades que ocorre no interior da produção faz diretamente parte desta última - é até um dos seus elementos essenciais. Em segundo lugar, o mesmo se aplica à troca de produtos, pois esta é um meio que permite fornecer o produto acabado, destinado ao consumo imediato. No que até agora vimos, a troca é um ato incluído na produção. [...] observamos que: 1) não existe troca sem divisão do trabalho, quer esta

²⁷ Essas trocas não-monetárias se dão sem a mediação monetária, ou seja, sem o dinheiro. Nesse aspecto, recorremos a Rosdolsky quando ele discute em Marx o sentido da contradição entre o caráter geral da mercadoria como valor e seu caráter particular como valor de uso. Essa contradição só é resolvida quando se desdobra a "mercadoria no intercâmbio real, ou seja, criando-se para ela uma forma de existência social separada de sua forma de existência natural: o dinheiro". (ROSDOLSKY, 2001, p.107).

seja natural, quer seja um resultado histórico; 2) a troca privada pressupõe a produção privada; 3) a intensidade da troca, assim como a sua extensão e a sua estrutura, são determinadas pelo desenvolvimento e pela estrutura da produção. Por exemplo, a troca entre a cidade e o campo, a troca no campo, na cidade, etc. (MARX, 1975, p. 243-244).

Outra caracterização antropométrica destaca a Região Norte diante do restante do Brasil. É o déficit de altura de crianças menores que cinco anos em relação à idade (Tabela 10).

Tabela 10 - Déficit de altura-para-idade entre crianças menores de 5 anos por Grandes Regiões

Região	Déficit %	Posição decrescente
Norte	14,8	1°
Sul	8,5	2°
Nordeste	5,7	3°
Sudeste	5,7	4°
Centro-Oeste	5,6	5°

Fonte: Dados adaptados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) (2006).

Uma diferença de mais de seis pontos percentuais separa a Região Norte da segunda colocada, a Região Sul, e quase dez dela para com a de menor déficit de altura, a Região Centro-Oeste.

Outro dado bastante interessante diz respeito ao ganho excessivo de peso por crianças menores de 5 anos. Na tabela 12, fica demonstrado que a Região Norte ocupa o último lugar dentre todas as regiões do país.

Na mesma direção também está a caracterização antropométrica que considera a relação do peso com a idade de crianças menores que cinco anos (Tabela 11). Mesmo que com diferenças menores que as percebidas na caracterização anterior, da Região Norte comparada às demais, entretanto apresenta distância da segunda colocada (Região Nordeste) de um 1,2 pontos percentuais, o que entre as demais entre si não chega a um ponto percentual.

Tabela 11 - Déficit de peso-para-idade entre crianças menores de 5 anos por Grandes Regiões

Região	Déficit %	Posição decrescente
Norte	3,4	1°
Nordeste	2,2	2°
Sul	2,0	3°
Centro-Oeste	1,6	4°
Sudeste	1,4	5°

Fonte: dados adaptados da segundo a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) (2006).

A próxima tabela (Tabela12) demonstra a relação entre peso e altura de crianças menores que cinco anos, mas com propósito avaliar a prevalência de excesso de peso.

Encontra-se, dessa feita, uma distancia de 3,6 pontos percentuais da primeira colocada, a Região Sul, e alguns décimos de unidade percentual da Região Nordeste. Há evidente alteração da posição da Região Norte em relação às Tabelas acima analisadas. Para entender o fenômeno, precisamos caracterizar o que seja a obesidade e o sobrepeso na infância, e suas principais causas.

Tabela 12 - Excesso de peso-para-altura entre crianças menores de 5 anos por Grandes Regiões

Região	Excesso %	Posição decrescente
Sul	8,8	1°
Centro-Oeste	7,0	2°
Sudeste	6,7	3°
Nordeste	6,0	4°
Norte	5,2	5°

Fonte: dados adaptados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) (2006).

Fatores biológicos, psicológicos e socioeconômicos influenciam a obesidade. Ocorre excesso de gordura corporal em relação à massa magra. Há também o sobrepeso, que é definido como proporção de peso acima do desejável em relação à altura. Aspectos genéticos respondem por diferenças entre indivíduos no armazenamento da energia em excesso. Esses fatores genéticos possibilitam que fatores ambientais criem as condições favoráveis ao ganho considerável de peso, o que leva a obesidade e ao sobrepeso. (OLIVEIRA, 2003, p.145).

Aspectos culturais também têm papel importante. Novas preferências por alimentos e sedentarização são apreendidas dos hábitos dos próprios pais. Assim, a

obesidade e o sobrepeso se constituem na atualidade em uma epidemia crescente nos vários países desenvolvidos e em desenvolvimento. Há por parte de sociólogos e nutrólogos, um esforço de caracterizarem os “fatores nutricionais inadequados consequentes da chamada transição nutricional²⁸ caracterizada por um aumento exagerado do consumo de alimentos ricos em gordura e com alto valor calórico”, somados a um expressivo sedentarismo acompanhado de uma redução de atividades físicas e crescentes hábitos que geram pouco dispêndio calórico com “assistir TV, uso de vídeo games e computadores entre outros, enfim por importante mudança no estilo de vida, determinada por fatores culturais, sociais e econômicos” (OLIVEIRA, 2003, p.145).

Daí depreende-se, que pelas características das famílias do Norte do país, elas ainda não atingiram esse patamar de sedentarização e de consumo excessivo de alimentação (industrializada ou semi-industrializada) inadequada quanto aos nutrientes.

Essa transição nutricional dá importantes pistas para se compreender a fome na Amazônia. Basta analisarmos o que ocorreu no caso do Brasil. Ao se comparar sobrepeso e obesidade na população entre as décadas de 1970 e 1990, dados obtidos a partir de inquéritos antropométricos, observa-se um aumento considerável da prevalência dobrando os casos em 1997 comparando-se com os de 1975. As causas detectadas nas pesquisas apontam a modificação na dieta, transformações econômicas, sociais e na composição demográfica, alterando a nosologia do país, da mesma forma que vem ocorrendo com os países em desenvolvimento. A modificação da dieta implica no aumento de ingestão energética, quer seja pelo aumento da quantidade do que se consome, quer das características dos novos alimentos ricos em calorias. “O processo de industrialização dos alimentos tem sido apontado como um dos principais responsáveis pelo crescimento energético da dieta da maioria das populações do Ocidente”. (TARDIDO; FALCÃO, 2006, p.120).

As pesquisas que envolvem o orçamento familiar têm revelado um aumento significativo no consumo “de produtos industrializados e redução de alimentos *in natura* por parte das famílias”. Carnes, especialmente de frangos e os laticínios

²⁸ No mundo contemporâneo as mudanças de atividades são rápidas. Uma grande alteração na estrutura econômica associada com a transição de nutrição que é decorrência da passagem de uma economia agrária para a industrialização. O setor de serviços cresceu rapidamente, a produção industrial é dominada pelo processo intensivo do capital e o uso do tempo muda dramaticamente. (POPKIN, 2010).

compõem parte dos produtos processados industrialmente. Esses produtos, comprados em supermercados, são adquiridos por classes sociais distintas. A indústria agroalimentar brasileira vem apresentando modificações desde a década de 1970. Um novo perfil de mercado se consolida na década de 1980, jovem e urbano, há incremento no consumo de alimentação fora de casa. A mais evidente forma desse novo perfil está nos estabelecimentos *fast food*²⁹ (TARDIDO; FALCÃO, 2006).

Assim, compreendemos a posição da região norte ao se considerar a obesidade e o sobrepeso entre crianças. Se do ponto de vista da desnutrição infantil ocupa o primeiro lugar entre as grandes regiões do país, ocupa, noutra dimensão, o último em prevalência de obesidade/sobrepeso. Há ainda na região, pouco acesso aos produtos alimentares industrializados e oriundos dos estabelecimentos *fast food*. Há, de fato, dificuldades de acesso aos alimentos. Como atualmente predominam pela força da economia de mercado esses alimentos inadequados do ponto de vista nutricional, com sobrecarga energética, industrializados, e que são causadores da obesidade, concluímos que na região Norte, e por extensão toda a Amazônia, não há consumo adequado de alimentos nem *in natura*, provenientes da própria natureza local (proteínas animais e vegetais da biodiversidade amazônica) e nem dos alimentos processados industrialmente. É a fome na Amazônia!

A Tabela 13 também ajuda a confirmar a análise apresentada. Tratam os dados de excesso de peso entre mulheres jovens e adultas. Embora na caracterização desse segmento da população a Região Norte passe à penúltima posição, sendo a Região Nordeste com menor prevalência, os dados consolidam as interpretações que demos ao das crianças obesas ou com sobrepeso.

²⁹ Em decorrência das alterações e implicações ocasionada por essa onda avassaladora dos *fast food*, foi criado um movimento internacional conhecido como *Slow Food*. A intervenção está voltada para o mercado buscando educar “quem produz e quem consome alimentos com o objetivo de preservar e valorizar os produtos territoriais”. *Slow Food* procura nas suas atividades educar, preservar e valorizar os alimentos tradicionais e da agrobiodiversidade.(AGROBIODIVERSIDADE,2006, p.30).

Tabela 13- Excesso de peso (e obesidade) entre mulheres de 15 a 49 anos por Grandes Regiões

Região	Déficit %	Posição decrescente
Centro-Oeste	45,1	1°
Sul	44,2	2°
Sudeste	43,9	3°
Norte	41,3	4°
Nordeste	40,6	5°

Fonte: dados adaptados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) (2006).

4.1 A FOME DO MUNDO

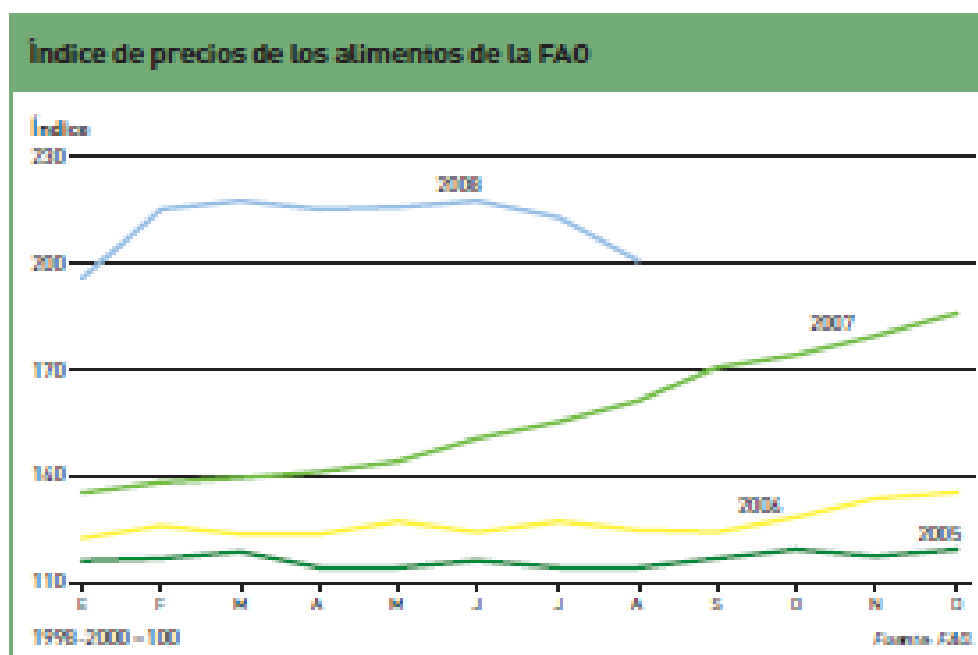
A Cúpula Mundial sobre a Alimentação quer, até o ano de 2015, reduzir à metade o número de pessoas subnutridas no mundo. Entretanto, os números estimados pela FAO indicam que esse objetivo se torna difícil pra inúmeros países. Esses números apontam que 923 milhões de pessoas estão famintas no planeta e que esse numero aumentou em mais de 80 milhões desde o biênio de referência de 1990-92. As perspectivas existentes em 2003-05 apontavam que alguns países estavam em um bom caminho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), mas isso antes do aumento dos preços dos alimentos. Esses aumentos de preço produziram um crescimento mais acelerado da fome crônica. Nesse período de 2003 a 2007, 75 milhões de desnutridos se somaram aos que já existiam. A maior parte dos lugares urbanos e rurais dos países em desenvolvimento que dependem da compra de alimentos para completar suas necessidades alimentares são os que sentem mais a alta dos preços em curto prazo. Com a queda da renda real diminuem a quantidade e a qualidade de alimentos dessas pessoas e, por conseguinte haverá um incremento do exercito de desnutridos e da Insegurança Alimentar. Por conta da alta de preços dos alimentos muitos governos procuram conter os efeitos nocivos com medidas de controle de preço e com restrições à exportação. Entretanto, essas medidas repercutem como insuficientes e insustentáveis levando a um prejuízo de maior prazo sobre a estabilidade dos preços mundiais. Por outro lado, em longo prazo essa alta de preços poderia vir a beneficiar o setor agrícola (incluindo os pequenos agricultores) nos países em desenvolvimento, na busca de benefícios imediatos, entre eles o aumento da

produção e criação de frentes de trabalho (EL ESTADO DE LA INSEGURIDAD ALIMENTARIA, 2008).

No Gráfico 1, aparece o crescimento do índice de preços de alimentos no período compreendido entre 2005 a 2008. Tendo o ano de 2007 se destacado pelo seu crescimento mais acentuado, de modo geral, excetuando o desempenho de 2008 que apresenta uma tendência de retorno ao patamar inicial depois de desenvolvido crescimento considerável, os demais anos foram de ascensão constante.

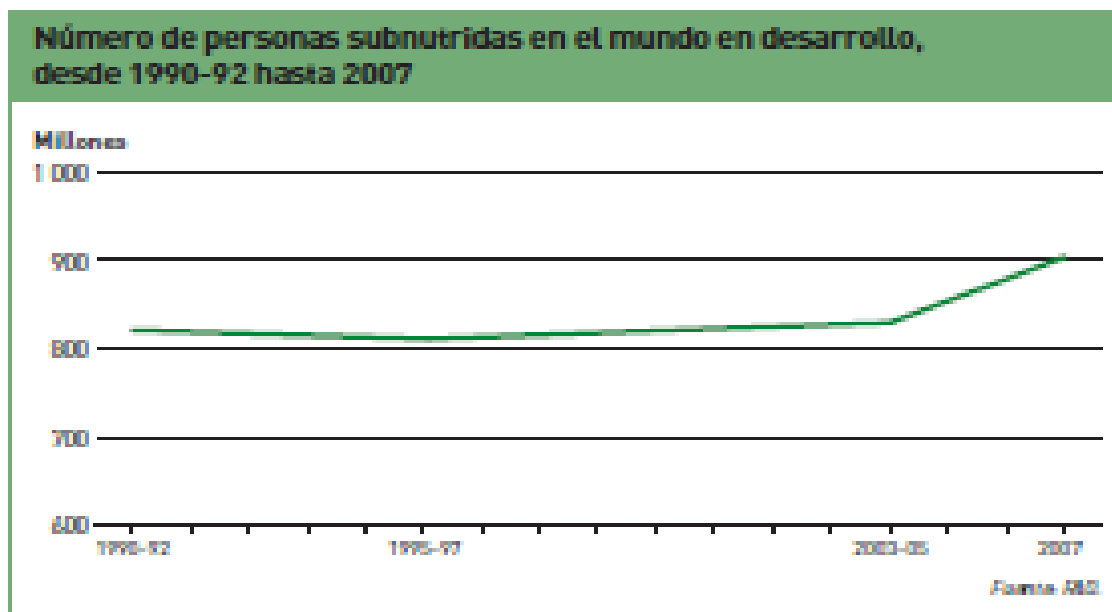
Observamos no gráfico 2, o aumento do número de pessoas subnutridas nos países em desenvolvimento, num período compreendido entre 1990 e 2007. Com tendência de ligeira queda entre 1990-92 e 1995-1997, a partir daí retoma um crescimento discreto, mas constante até chegar à marca do período 2003-2005, acentuando esse crescimento de pessoas desnutridas até 2007.

Gráfico 1 – Índice de preços de alimentos – FAO – 2005-08



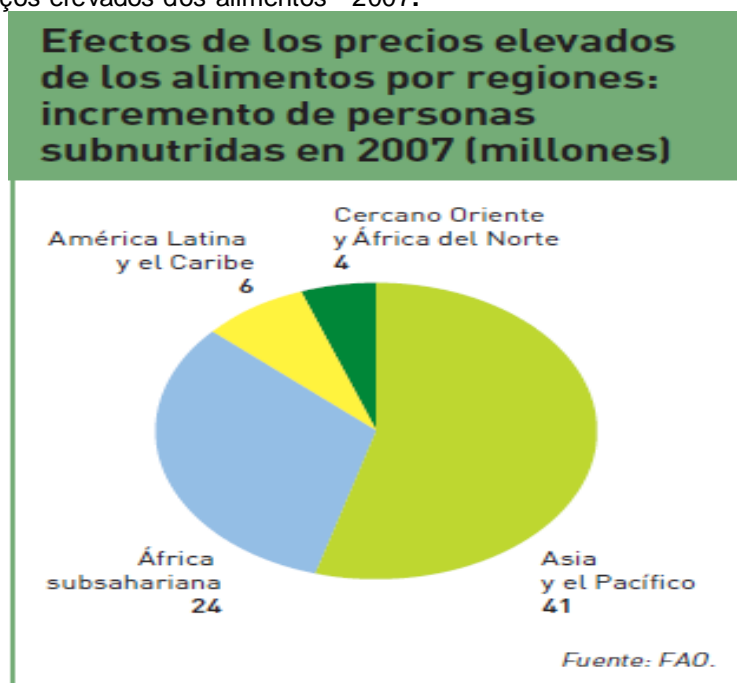
Fonte: FAO (2008).

Gráfico 2 - Número de indivíduos subnutridos nos países em desenvolvimento: 1990 até 2007.



Fonte: FAO (2007).

Gráfico 3 – Aumento de desnutridos no mundo em decorrência dos preços elevados dos alimentos - 2007.



Fonte: FAO (2007).

A Ásia, o Pacífico e a África subsaariana juntos contabilizavam 750 milhões de pessoas famintas, representando 89% dos esfomeados do mundo (Gráfico 3). Dessa feita,

A FAO estima que o aumento de preços tem empurrado a fome à 41 milhões de pessoas a mais na Ásia e no Pacífico e 24 milhões na África subsahariana. De forma conjunta a África e a Ásia somam mais de três quartas partes dos países de baixo ingresso e com déficit de alimentos (PBIDA) do mundo em desenvolvimento. Assim mesmo, na África se encontram 15 dos 16 países dos quais a prevalência da fome já superava 35%, o qual as converte em especialmente vulnerável à alta dos preços dos alimentos. Mesmo que nelas o número de pessoas afetadas é menor, as regiões da América Latina e o Caribe, e o médio oriente e África do Norte também em experimentado um aumento de população faminta como resultado do incremento dos preços de alimentos (um grave reves para a América Latina depois de mais de um decênio de progresso constante de acordo com o objetivo da CMA (EL ESTADO DE LA INSEGURIDAD ALIMENTARIA, 2008, P.8).

4.2 A FOME DO BRASIL

O abastecimento alimentar no Brasil tem vivenciado muitas crises. Suprimentos de feijão, arroz, milho, batata e até mesmo de mandioca têm passado por essas crises, seja pela escassez física ou em decorrência da elevação de preços. Uma análise sobre desequilíbrios tecnológicos que influenciam o abastecimento alimentar no Brasil destaca que,

Apesar de termos tido períodos relativamente tranquilos, em termos desse suprimento, não pudemos contar com uma oferta plenamente confiável e crescente, de modo que o País pudesse encaminhar a solução de seus problemas alimentares-nutricionais, inclusive através da realização de preços reais declinantes ao longo do tempo. Ao contrário, as indicações disponíveis são de uma significativa elevação, em termos reais, do índice de preços de alimentação no Brasil, a partir da segunda metade dos anos sessenta. Certamente, as implicações distributivas de um comportamento de preços desse tipo, durante um razoável período de tempo, podem ser bastante negativas. (MELO, 1983, p.12).

Como explicação desse paradoxo, sugere-se uma postura discriminatória da política econômica de governos orientados pela lógica de mercado que privilegia culturas destinadas à exportação em detrimento daquelas destinadas eminentemente ao abastecimento interno do país. Isso justificado por uma necessidade de financiamento para importação de insumos e equipamentos destinados às políticas de desenvolvimento econômico. Há, também, como explicação os que atribuem a esse caráter dual da agricultura brasileira uma herança colonial exportadora “passando pela evolução de uma estrutura agrária extremamente concentrada e chegando a uma situação de um mercado interno com baixo poder aquisitivo”. Decerto que, estudos demonstram que na década de 1970

houve uma deterioração de alguns gêneros alimentícios. Figuram entre as principais causas desse fenômeno:

a) uma maior abertura ao exterior, inclusive com a introdução do sistema de minidesvalorizações cambiais em 1968; b) o início, ao final dos anos 60, de um período favorável de preços internacionais de produtos agrícolas, e c) importantes inovações tecnológicas, originárias das instituições de pesquisa agrônômica, e aplicáveis a certas culturas, melhor exemplificadas pelo caso da soja, a partir da segunda metade dos anos 60. (MELO, 1983, p.12-13,15).

Vejam na tabela 14, o comportamento da produção agrícola no Brasil e dos preços praticados nas décadas de 1960 e 1970:

Tabela 14 – Taxas de Crescimento da Produção Agrícola Brasileira de 1960 a 1979 (Relação de 15 produtos)

Produto	1960/69	1967/76	1970/79
	(em %)		
<i>1. Mercado Interno:</i>			
Arroz	3,20	-2,47	1,46 ^a
Feijão	5,37	-1,93	-1,90
Mandioca	6,05	-1,86	-2,09
Milho	4,74	3,55	1,75 ^a
Batata	4,34	1,34 ^a	3,73
Cebola	3,78	4,77	9,27
<i>2. Mercado Externo:</i>			
Soja	16,31	35,03	22,47
Laranja	6,01	12,73	12,57
Cana-de-açúcar	3,63	5,10	6,30
Fumo	5,30	-	6,16
Cacau	2,55	-	3,73
Café	7,10	-6,34 ^a	-1,54 ^a
Amendoim	5,89	-6,80	-12,06
Algodão	1,51 ^a	-1,99 ^a	-4,41
<i>3. Trigo</i>			
	6,43	13,94	6,89

Fonte: Cálculos do autor com dados primários da FIBGE.(MELO, 1983, p.20).

^a. A letra a denota não significativamente diferente de zero ao nível de 5%.

Ocorreu nesse período de 20 anos, uma transformação bastante sentida na agricultura brasileira. Nos anos 1970, há uma deterioração dos produtos destinados ao consumo interno e crescimento daqueles destinados ao mercado externo, tendo a soja como principal protagonista. Enquanto o arroz e o milho se estagnavam, nem mesmo essa sorte, o feijão e a mandioca tiveram. Ambos sofreram quedas absolutas na produção. Do outro lado, surpreendem os índices alcançados pela soja

e laranja (além da cana-de-açúcar e trigo) fechando o período com elevadas taxas anuais de crescimento.

Em outra tabela da mesma publicação, é demonstrada a disponibilidade de alimentos durante os anos de 1940 a 1979. Nesse caso, trata da disponibilidade de alimentos per capita. Por consequências das prioridades de exportação em relação ao mercado interno, o autor da referida pesquisa procedeu uma adequação para análise dos dados da produção de alimentos e sua apresentação calórica e proteica per capita. Subtraiu a exportação e adicionou o que fora importado. Segundo Melo, “é perfeitamente possível que, em termos de disponibilidade de alimentos para os consumidores, as expansões de produção não tenham compensado nutricionalmente, as quedas verificadas em certos alimentos básicos”. Para tanto, foi usada a equação $D = Q - X + M$ “onde D é a disponibilidade interna, Q é a quantidade produzida no Brasil, X é a quantidade exportada e M , a quantidade importada, sempre se referindo a um dado produto e ano do período 1940/79” (MELO, 1983, p.19-22).

Tabela 15 - Quinze principais itens de alimentação e suas participações no dispêndio total com alimentação, Regiões e Estados do Brasil, 1974/75

Nordeste		Rio de Janeiro		Sul		São Paulo	
Produto	(%)	Produto	(%)	Produto	(%)	Produto	(%)
1. Carne bovina	13,7	1. Carne bovina	13,9	1. Carne bovina	10,8	1. Carne bovina	12,0
2. Feijão	8,4	2. Restaurantes e Bares	11,9	2. Arroz	8,2	2. Arroz	9,4
3. Arroz	6,8	3. Arroz	7,4	3. Frango e galinha	5,0	3. Restaurantes, Bares e etc.	7,8
4. Pão de trigo e biscoitos	6,2	4. Refeições gratuitas	5,5	4. Feijão	4,8	4. Pão de trigo e biscoitos	5,2
5. Farinha de mandioca	6,2	5. Pão de trigo e biscoitos	5,2	5. Banha de porco	4,7	5. Frango e galinha	4,9
6. Café, mate e infusões	4,3	6. Frango e galinha	4,1	6. Café, mate e infusões	4,2	6. Feijão	4,6
7. Frango e galinha	4,1	7. Feijão	4,0	7. Leite fresco e pasteurizado	4,1	7. Leite fresco e pasteurizado	4,3
8. Carne suína	3,9	8. Leite fresco e pasteurizado	3,3	8. Pão de trigo e biscoitos	3,8	8. Café, mate e infusões	4,0
9. Leite fresco e pasteurizado	3,9	9. Café, mate e infusões	3,3	9. Restaurantes, bares e etc.	3,6	9. Óleos	3,9
10. Açúcar cristal e refinado	3,4	10. Óleos	3,0	10. Farinha de trigo	3,5	10. Refeições gratuitas	3,1
11. Pescados frescos	3,0	11. Pescados frescos	2,2	11. Carne suína	3,3	11. Embutidos e enlatados	2,9
12. Refeições gratuitas	2,8	12. Embutidos e enlatados	2,1	12. Açúcar cristal e refinado	3,1	12. Carne suína	2,7
13. Milho	2,6	13. Açúcar cristal e refinado	2,1	13. Embutidos e enlatados	2,8	13. Açúcar cristal e refinado	2,2
14. Restaurantes, bares e etc.	2,5	14. Carne suína	2,0	14. Refeições gratuitas	2,6	14. Macarrão de trigo	2,0
15. Outras carnes	2,0	15. Queijos e derivados de leite	2,0	15. Batata inglesa	2,6	15. Ovos	2,0
SUBTOTAL	73,8	SUBTOTAL	72,0	SUBTOTAL	67,1	SUBTOTAL	71,0

Fonte: ENDEF ; MELO (1983, p.23).

Tabela 16 - Disponibilidade interna – Calorias por habitante-dia: Arroz, feijão, mandioca, milho, batata e subtotais 1940/42-1964/66 e 1965-1979, Brasil.

Período	Arroz	Feijão	Milho ^a	Mandioca ^a	Batata	Subtotal	Calorias
						(A ₁)	(B ₂)
1940/42	284,5	185,0	425,8	345,3	22,6	1.263,2	2.399,2
1943/45	315,0	204,8	400,3	427,8	25,5	1.373,4	2.544,7
1946/48	362,8	204,1	390,9	463,1	27,1	1.448,0	2.637,2
1949/51	417,5	224,5	384,6	446,6	31,4	1.504,6	
2.665,5							
1952/54	399,2	226,3	379,0	473,0	31,1	1.508,6	2.685,5
1955/57	446,2	225,7	397,0	463,5	34,5	1.566,9	2.767,8
1958/60	462,7	220,1	405,0	459,6	34,1	1.581,5	2.792,7
1961/63	549,5	229,2	441,6	514,8	33,4	1.768,5	3.103,5
1964/66	580,8	248,9	454,6	570,9	34,5	1.889,4	3.304,9
1965	664,7	268,5	513,3	576,7	33,6	2.056,8	3.586,8
1966	480,3	243,8	440,6	554,3	34,8	1.753,8	3.126,5
1967	580,0	279,7	495,4	600,4	37,4	1.992,9	3.513,1
1968	535,4	253,5	447,0	620,1	39,0	1.895,0	3.345,2
1969	507,8	224,1	449,6	613,5	36,1	1.831,1	3.279,7
1970	568,4	219,9	461,4	584,7	36,5	1.870,9	3.312,7
1971	507,7	265,3	460,5	597,0	36,2	1.866,7	3.318,6
1972	590,4	256,4	514,9	574,2	35,2	1.971,1	3.501,4
1973	521,9	209,8	472,3	495,7	29,2	1.728,9	3.101,6
1974	476,2	203,5	500,2	446,6	35,5	1.662,0	3.037,5
1975	545,3	201,5	487,7	462,5	34,0	1.731,0	3.099,1
1976	652,3	165,3	511,7	439,2	37,9	1.806,4	3.195,9
1977	555,5	192,2	541,1	435,4	36,8	1.761,0	3.201,2
1978	568,3	178,0	434,6	414,0	38,1	1.633,0	2.854,0
1979	529,2	171,9	465,9	399,6	38,7	1.605,3	
2.870,0							

Fonte: FIBGE e da Carteira do Comercio exterior (CACEX) por Melo (1983).

a: São listadas apenas as disponibilidades estimadas para consumo humano

Os resultados apresentados nas Tabelas 1 e 16, referem-se aos alimentos arroz, feijão, milho, mandioca e batata e correspondência de calorias por habitante-dia e de gramas de proteína por habitante-dia.

Há uma queda acentuada observada no caso do feijão e da mandioca. Em 1967, o feijão apresentava uma disponibilidade de 280 calorias-habitante-dia, decaindo a 172 calorias. A mandioca nos anos de referência 1968 e 1979 descreve uma queda de 620 do primeiro para apenas 400 no segundo. Essas quedas são observadas na disponibilidade de proteínas *per capita* dia.

4.3 NUTRIÇÃO HUMANA E NECESSIDADES ENERGÉTICO: PROTEICAS

Ao se estudar a alimentação humana, a atenção sobre a qualidade da dieta é tão importante na análise quanto a quantidade que se ingere nas refeições. “A satisfação das necessidades nutricionais está condicionada ao binômio qualidade-quantidade de alimentos portadores de energia e de nutrientes” (MARTINS, 1982, p.329).

Portanto, não é aconselhável considerar cada elemento nutricional, analisando-o isoladamente. Como exemplo, podemos citar que,

[...] uma dieta que contenha 63,0 g de proteína poderá ser ou não adequada às necessidades de um homem de 30 anos, cuja antropometria corresponda à média de nossa população masculina, pois dependerá dos demais nutrientes para cumprir esta finalidade. Por outro lado, mesmo quando os nutrientes estiverem em teores suficientes, a qualidade da dieta estará condicionada ao seu aporte (MARTINS, 1982, p.329).

Da mesma forma, se a alimentação possuir um aporte protéico adequado, mas pobre de nutrientes de primeira escolha para produção de energia, então as proteínas que teriam como primeira função a síntese proteica serão queimadas para garantir calorias (MARTINS, 1982, p. 329).

Um parâmetro de uso na avaliação energético-proteica é o Aproveitamento Líquido da Proteína (ALP) Net protein utilization (NPU) em inglês. É um cálculo que verifica a proporção de nitrogênio da proteína ingerida e a relação entre o valor biológico e a digestibilidade proteica. Entre os humanos, a APL ou NPU deve ser obtida através de dosagens do equilíbrio nitrogenado, enquanto que nos animais pode ser avaliado por análise direta do corpo. (TERMINOLOGIA, 1984).

O NPU de dietas foi determinado pelo método de Miller e Bender e modificado por Miller e Payne. Em experimentos com animais, aplicaram dietas de alto teor calórico fornecidas *ad libitum*, com estoques de gordura e carboidratos, os animais mantiveram o peso e regimes de baixas calorias composto de um estoque modificado de alimentos em quantidades suficiente também para manter o peso corporal, sendo a fonte de proteína sempre a mesma, mas com esquemas diferentes apenas na concentração de proteína na dieta e na quantidade de comida, a manutenção do peso dependia do equilíbrio de ganhos e perdas de um certo número de componentes do corpo, mais importantes a gordura, proteína, água, e minerais. Isso significa que dietas semelhantes não alteram o peso corporal,

portanto, “não depende exclusivamente da ingestão calórica, mas também de outros fatores dietéticos, particularmente de proteínas”. Com o conhecimento que o valor das proteínas nas dietas influencia nos resultados da ingestão calórica, não se pode mais analisar esses dois fatores de forma isolada (MILLER ; PAYNE,2010, p.257).

Outro indicador utilizado, proposto por Hansen e Sorensen, é o Índice de Qualidade do Alimento-IQA. “Este índice pode expressar a qualidade de uma dieta ou de um alimento em particular em relação a qualquer nutriente e é expresso pela seguinte equação” (MARTINS, 1982, p. 330):

$\text{IQA} = \frac{\text{quantidade do nutriente por Y kcal da dieta}}{\text{recomendação diária do nutriente por Y kcal}}$
--

Qualquer nutriente que apresente um IQA igual ou maior do que um será adequado para satisfazer as necessidades de um determinado grupo, quando a dieta ou o alimento atenderem os requerimentos energéticos”. Sendo o denominador da equação uma recomendação de nutrientes, “o IQA informará sobre o potencial nutricional de dietas para grupos de indivíduos classificados segundo a idade, estado fisiológico, atividade física, entre outros”. O uso do IQA acabou por estabelecer densidade de nutrientes (gramas de nutrientes) por 1.000 kcal

A partir desses indicadores começaram a se estimar as necessidades de energia (calorias), cargas proteicas, vitaminas e minerais para a população brasileira. Os parâmetros utilizados são baseados nos estudos técnicos da FAO/Organização Mundial da Saúde (OMS). Partia-se do pressuposto que um indivíduo com 19 anos de vida tem um potencial de desenvolvimento a ser alcançado e “as recomendações de energia foram estabelecidas tomando-se como referência o percentil 97 da população”. No caso dos adultos, foram adotados critérios que padronizavam o que chamaram de “homem-tipo e mulher-tipo representativos da população brasileira do percentil 50”. E, por fim, “as recomendações de proteínas e dos demais nutrientes foram calculadas para atender as necessidades de 95% da população”(MARTINS,1979, p.1).

Um estudo de Martins procura estimar as necessidades requeridas de energia, proteínas, vitaminas e minerais para os brasileiros. Essas estimativas se revestem de importância porque “a partir delas, pode-se ter elementos para avaliar a adequação de consumo de populações obtidos em inquéritos alimentares”.

Fornecem também importantes “subsídios para uma política nacional de alimentação e nutrição. Convém salientar que essas recomendações são dirigidas às coletividades e não a um indivíduo em particular”; funcionam como um parâmetro razoável para um consumo individual. Para tanto,

Os requerimentos de proteínas e dos demais nutrientes foram estabelecidos para satisfazer as necessidades de manutenção de quase toda a população. Foram tomadas as necessidades médias e somaram-se a elas 2 DS, assegurando-se, assim, a cobertura de 95% da população. (MARTINS, 1979, p.1).

Quadro 3 – Caracterização de padrões de consumo energético-protéico – Homem e Mulher-Tipo

REQUERIMENTOS DE ENERGIA		
HOMEM TIPO	AMBOS	MULHER TIPO
	Os Comitês da FAO/OMS vem utilizando como padrão: "homem e mulher tipo" são representativos de uma população, com algumas características definidas	
É um indivíduo entre 20 e 39 anos;	Semelhante	Tem de 20 a 39 anos de idade;
Pesa 65 kg;	Diferentes	Pesa 55 Kg;
Sem enfermidades;	Semelhante	É saudável;
Trabalha 8 horas/dia em atividades moderadas;	Assemelhados	Trabalha 8 horas/dia em atividades do lar ou trabalha na indústria leve ou em qualquer outra atividade moderada.
Descansa 8 horas na cama, 2 horas andando e 4-6 horas sentado ou em movimentos leves;	Semelhante	Descansa 8 horas por dia na cama, 4-6 horas sentada ou exercendo atividades leves e 2 horas andando;
O gasto de energia do "homem-tipo" perfaz 3.000 Kcal por dia.	Diferentes	A "mulher-tipo" requer 2.200 Kcal por dia para a sua manutenção.

Em repouso o gasto energético do "homem-tipo" corresponderá aproximadamente ao seu metabolismo basal (MB) e é 1 Kcal por minuto	Os gastos de energia variam de acordo com o estado de repouso e o tipo de atividades exercidas e com a idade (Tab. 17). O último Comitê de Peritos FAO/OMS6, entretanto, recomenda que se utilize a idade de 25 anos para a formulação das recomendações dos adultos para todos os grupos de idade.	No caso da "mulher-tipo" é um pouco menor que do homem. < 1 Kcal por minuto
	As necessidades energéticas dependem da idade do indivíduo. Ao envelhecer há uma diminuição no metabolismo basal (MB), nas atividades físicas e, também, uma mudança na composição e pesos corporais.	

Fonte: adaptado de Martins(1979, p.2).

Tabela 17 - Gastos de Energia – Homem e Mulher-tipo

Discriminação dos gastos de energia.

	Homem-tipo	Mulher-tipo
	Kcal	Kcal
Na cama (8 horas)	500	420
No trabalho (8 horas)	1.400	1.000
Atividades não profissionais (8 horas)	1.000	780
Total	3.000	2.200

Fonte: MARTINS (1979, p.3).

Observa-se na tabela 17, que o gasto maior de energia ocorre nos homens, sendo menores no descanso e maior em atividades relacionadas ao trabalho, entre ambos os sexos.

4.4 ANÁLISE BROMATOLÓGICA DA MANDIOCA DIANTE DE OUTROS ALIMENTOS MAIS CONHECIDOS NO MUNDO

Cascudo (2004, p. 95) ressalta a importância do milho e da mandioca como base da alimentação nas Américas. Destacava que,

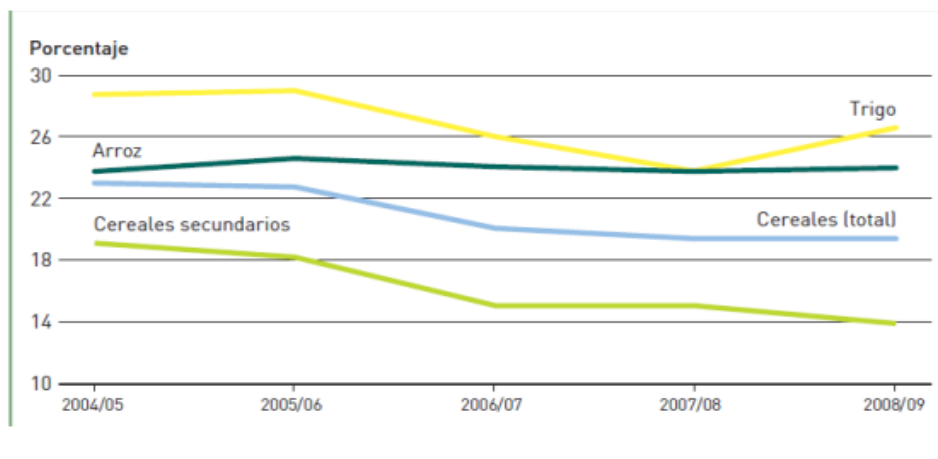
A soberania do milho firma-se na América central e dorso ameríndio do pacífico. A mandioca é rainha dos trópicos, reinando sozinha na culinária

popular da zona em que nasceu e ostenta sua coroa irrenunciável. Mas a inteligência dos antigos peruanos irmanava a mandioca ao milho no mesmo nível glorificador. Um vaso cerâmico, deparado num cemitério pré-colombiano de Sechura, representa o deus da agricultura do Peru com um a vergôntea de milho em uma mão e a mandioca, com seus tubérculos pendentes, na outra.

Podemos citar um grande número de casos de ritos e mitos dos povos pretéritos sobre como sacralizavam o alimento e sua obtenção, em especial, aqueles ofertados pela mãe terra³⁰. Escolhemos outro, bastante conhecido no mundo e com diferentes significados: o dia de Ação de Graças (*Thanksgiving Day*, em inglês). No caso dos Estados Unidos da América, o dia é comemorado como feriado nacional no mês de novembro. O que a comemoração tem em comum em várias partes do planeta é o fato de comemorar a fartura, em geral vinculada à produção da agricultura. Mesas fartas completam o ritual. Conta a tradição americana que os puritanos que chegaram à América fugindo da perseguição religiosa na Inglaterra, embarcados no *Mayflower*, em 1620, sofreram com o inverno rigoroso e com o insucesso de cultivo de sementes trazidas pelos colonizadores, como o trigo. Foi então, que um nativo *Patuxet* de nome Squanto ensinou-os o segredo da semente do milho, de como cultivá-lo. As colheitas foram bem-sucedidas. Daí, o sentido da comemoração dos americanos, muito embora a sorte dos nativos tenha sido a de destruição, de aniquilamento e genocídios (THANKSGIVING DAY..., 2010).

Nesse sentido, não de como cultuam, mas de como cultivam, trataremos da produção mundial de cereais. No gráfico 4, estão dispostos o arroz e o trigo, em destaque, e outros não especificados. Os cereais se destacam mundialmente como componentes imprescindíveis nos cardápios e na vida dos seres humanos.

³⁰ Os gregos celebravam Deméter, a deusa do trigo e dos cereais; para os romanos a deusa cultuada era Ceres, que dá origem ao termo cereal. (MITOLOGIA GREGA, 2010).

Gráfico 4 – Relação entre as reservas mundiais e a utilização de cereais -2004 a 2009

Fonte: FAO - LA INSEGURIDAD Alimentaria en el mundo (2008).

Juntamente com os cereais, não podemos negligenciar a importância na base alimentar de muitos povos, de outros alimentos, como é o caso dos tubérculos e raízes. Quem discute o papel que esses alimentos tiveram e têm na história do desenvolvimento humano, sejam os cereais mais conhecidos (trigo, arroz e milho), ou os tubérculos, que aqui chamaremos atenção sobre um em especial, a Mandioca.

a) De farinha-de-guerra à Rainha do Brasil: A Mandioca

Uma das passagens da narrativa do naturalista inglês Wallace que mais nos chamaram atenção é aquela na qual ele faz referência a uma conversa com nativos da Amazônia. Tratava-se de casos de caçadas e aventuras pelos rios e florestas. Dizia ele que

Os índios distraíam-se, contando as suas aventuras de caçadas, as suas escápolas dos jacarés e das serpentes, ou, então, às vezes em que ficaram perdidos na floresta. Um deles contou que, certa feita esteve perdido por espaço de dez dias e, durante todo esse tempo nada havia comido, tão-somente porque não tinha farinha; e embora pudesse ter atado uma caça qualquer para comer-lhe a carne, ele assim não fez porque não podia comer sem farinha. Parece que ficou um tanto desconfiado de que eu o julgasse capaz de estar mentindo, não obstante haver eu, de fato, imaginado que, decorrida uma semana, ele haveria de vencer qualquer escrúpulo de tal jaez. (WALLACE, 1979, p.170).

Verdade ou não, fato é que a farinha de mandioca é componente quase obrigatório na gastronomia da Amazônia, e parte do restante do Brasil. Tanto é sua importância, que mereceu de Câmara Cascudo a referência de “Rainha do Brasil”. Conta-nos em detalhes o etnógrafo e folclorista que,

A mandioca vivia nos dos elementos inarredáveis da alimentação indígena: a farinha e os beijus. O primeiro constituía o conduto essencial e principal, acompanhando todas as coisas comíveis, da carne à fruta. O segundo fornecia bebidas, além de ser a primeira matalotagem de jornada, de guerra, caça, pesca, permuta, oferenda, aos amigos. Assim, do século XVI ao XX. Gastão Cruls contava-me da emoção com que recebera de uma velha pianocoto, subindo o Pru, com Rondon rumando a Cordilheira Tumucumaque, em 1928, um pedaço de beiju. Farinha-de-guerra, mais seca, grossa e resistente, e os beijus viajavam nos navios de volta a Portugal a roda de 1584: “... e os navios, que vêm do Brasil para estes reinos, não têm outro remédio de matalotagem, para se sustentar a gente até Portugal, senão o da farinha-de-guerra; e um alqueire d’ela da medida da Bahia, que tem dois de Portugal, se dá em regra a cada homem para um mês, a qual farinha-de-guerra é muito sadia e desenfastiada, e molhada no caldo da carne ou do peixe fica branda e tão saborosa como cuscuz. Também costumam levar para o mar matalotagem de beijus grossos muito torrados, que dura um ano e mais sem se danarem como a farinha de guerra.” Era o fanel reforço, notado por Gabriel Soares de Souza. (CASCUDO, 2004, p. 90-91).

Outra, entre inúmeras outras referências sobre a mandioca e sua farinha, vem de Josué de Castro. Mesmo com tonalidades negativas, reconhece o médico e geógrafo que a “região Amazônica representa, sob o ponto de vista ecológico, um tipo unitário de área alimentar muito bem caracterizado, tendo como alimento básico a farinha de mandioca”. (CASTRO: 2006, p. 41).

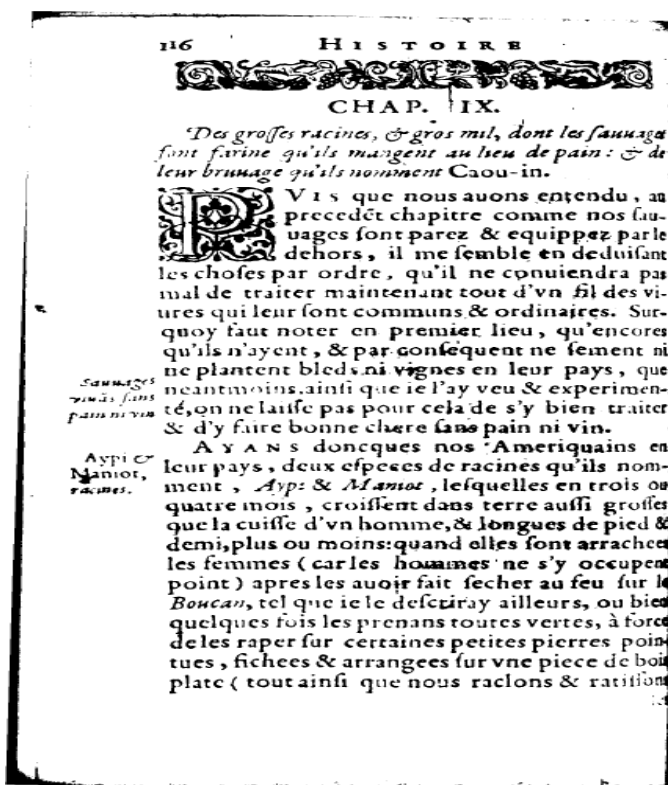
Mas não somente os nativos se apraziam da mandioca e sua variada culinária. Decerto, o português que viera para o Brasil também se rendia ao tubérculo e aos poucos foi se adaptando ao novo *modus vivendi*, conforme afirma Holanda (1979, p.16):

Procurando recriar aqui o meio de sua origem, fizeram-no comum a facilidade que ainda não encontrou, talvez, segundo exemplo na história. Onde lhes faltasse o pão de trigo, aprendiam a comer da terra, e com tal requinte, que – afirmava Gabriel Soares – agente de tratamento só consumia farinha de mandioca fresca, feita no dia. Habitaram-se também a dormir em redes, a maneira dos índios.

Câmara Cascudo lembra uma curiosidade notada também por Jean de Lery (Figura 2), no século XVI. Não se tratava da culinária à base da mandioca, mas de um hábito, acima de tudo uma técnica interessante de se alimentarem os nativos do

Brasil. Os tupinambás arremessavam farinha seca à boca com destreza de não se perder sequer um grão. Com a mão tomavam um punhado de farinha seca de mandioca e de certa distância arremessavam em direção à boca, sem erro; sem perda. (CASCUDO, 2004, p.89).

Figura 2 - *Fac-símile* do capítulo da obra de Lery, que trata da produção e consumo de farinhas entre os indígenas.



Fonte: Jean de Léry –*Histoire d'un Voyage fait en La Terre du Bresil, autrement dite Amerique* – (1576).

Gabriel de Sousa, em seu *Tratado Descritivo do Brasil de 1587*, da mesma maneira admirado com a importância da mandioca e de sua apreciada farinha a qualifica que dentre os mantimentos indígenas ela é principal e de maior substância, e que em Portugal era tida como farinha-de-pau. (SOUSA, 1851, p.172).

A importância desse tubérculo para a Amazônia é maior que sua participação no cardápio dos habitantes da região ao longo de vários séculos. Ela demarca uma geografia de expansão pelo mundo, tendo como marco original a bacia Amazônica. Dessa feita,

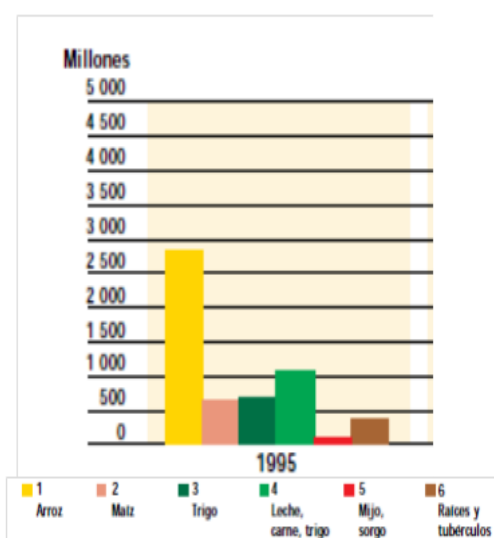
A mandioca coincide seu núcleo de expansão original com o centro irradiante da família aruaca que primeiro a cultivou e divulgou. É a bacia tropical do Amazonas. O aruaco, estendendo-se para as Guianas e Venezuela, alcançou as pequenas e grandes Antilhas, Hispaniola futura (Haiti - S. Domingos), Jamaica, Cuba, subindo até a Flórida e trechos da América Central. Já levava a mandioca que plantou e propagou. No Haiti a mandioca chamou-se *yuca* entre os tainos e seu uso interessou o México onde a denominaram Quauhacamol, a *tree potato* de W.E. Safford, para os astecas. Seria a *Manibot esculenta* e mesmo a *utilíssima*. Mas não determinou nenhum complexo alimentar como o onipresente milho. Apenas surgiu uma torta, *pan de yuca*, bolo cozido da farinha de mandioca, o *cazabe*, *cazave*, réplica do beiju brasileiro. Nenhuma bebida apareceu nascida da mandioca. Ausente na longa série arrolada por Sahagun. Era a jurisdição do *zea mays* invencível. (CASCUDO, 2004, p. 89).

Desde a chegada do europeu no Brasil,

A farinha continua mantendo o prestígio no crédito popular. Essa permanência constituía a imagem da suficiência. Crêem-na apta e capaz na exigência da nutrição. Sem ela a refeição estará incompleta e falha. É comida *de volume*, comida *que enche*, sacia, *faz bucha*, satisfaz. Comem-na pura, sessando-a na mão, mastigando a *crueira* que não pode ser peneirada. “Sem farinha, homem não vive.” (CASCUDO, 2004, p. 92).

Sendo assim, será interessante uma análise da mandioca e de sua farinha no que tange sua caracterização bromatológica e nutritiva. E, como sobre ela pesa a queixa de ser alimento pobre, que mais enche que alimenta, comecemos entendendo quais são os principais alimentos mais consumidos pelo mundo afora (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Ranking de consumo dos principais alimentos – 1995e

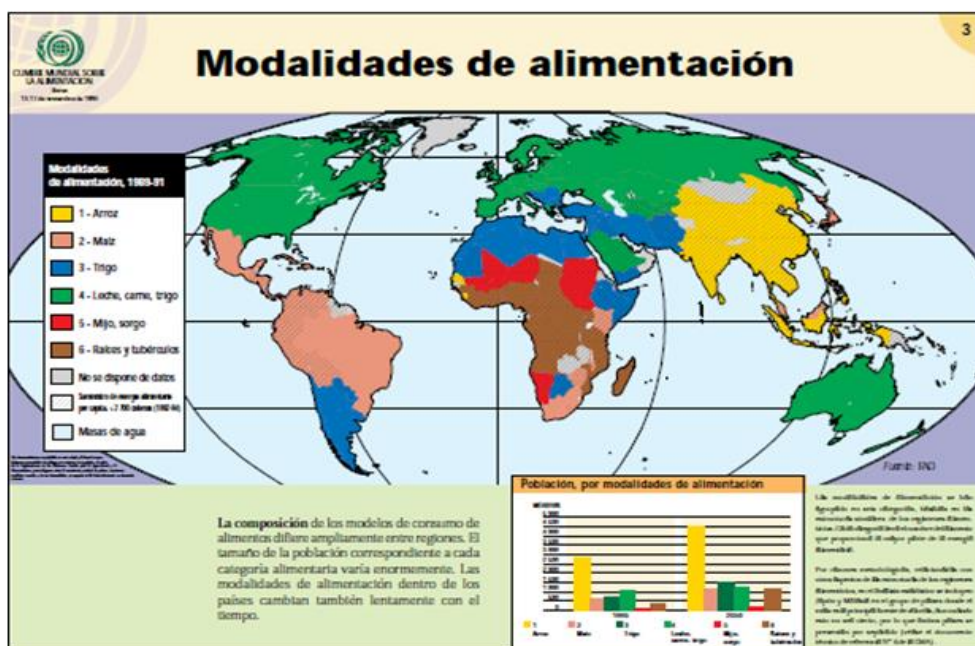


Fonte: FAO (2010) disponível em: <http://www.fao.org/docrep/003/w2612s/w2612sMap03-s.pdf>

Fonte: FAO (2010).

O arroz lidera o ranking justificado, em especial, pelo seu consumo pelos chineses, seguido pelo leite, carne e trigo e pelo milho. Raízes e tubérculos ocupam penúltimo lugar no gráfico 5 e figura 3 .

Figura 3 – Distribuição espacial dos principais alimentos base no planeta



Fonte: FAO (2010).

A partir desses dados, analisemos comparativamente o arroz, o milho, o trigo e o tubérculo mandioca na sua caracterização de nutrientes, excluindo laticínios e carnes, tratando somente dos alimentos da agricultura. Vejamos os resultado na Tabela 18.

E com objetivo de rápida consideração dos aspectos nutricionais e químicos de cada elemento apresentado, segue informações no quadro 4, que denotam o valor nutritivo cumprido pela mandioca na alimentação das populações amazônicas.

Entretanto, julgamos oportuna uma breve consideração sobre as análises bromatológicas. Essas mensurações químicas dos alimentos se constituem em etapa decisiva para a interpretação mais criteriosa sobre o papel nutritivo de cada alimento, e por conseguinte, do sua atuação na saúde do indivíduo e coletiva.

É importante ressaltar que “a medida da ingestão de nutrientes e energia no homem é uma das tarefas mais complexas para os profissionais da nutrição”. Primeiro devido a imprecisões na obtenção de dados relacionados a ingestão de alimentos e, em seguida, converter esses dados em quantidades de nutrientes e

calorias. Mas vale destacar que o problema não diz exclusivo respeito à metodologia escolhida para obter os dados, mas como converte-los através de tabelas e *softwares* destinados a demonstrar a composição de determinados alimentos. Além das Tabelas de Composição de Alimentos (TCA), também é possível a análise química dos alimentos em estudo. Entre as tabelas de composição podemos citar as Tabelas de Composição Química de Alimentos do Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF), Tabela de Composição Química dos Alimentos (Guilherme Franco) Tabela Brasileira de Composição de Alimentos da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (FCF/USP), assim como os *softwares* Sistema de Apoio de Informações Nutricionais (Virtual Nutri) e Sistema de Apoio e NUT. (RIBEIRO, 2003, p.217).

Como forma sumária de apresentação dos principais componentes nutricionais presentes nos mais variados alimentos, apresentamos o quadro 4.

Quadro 4 – Nutrientes e suas características químicas e fisiológico-nutricionais

Nutrientes	Características/funções
PROTEINAS	Molécula complexa compostas por aminoácidos, unidos por ligações peptídicas. Envolvidas na formação e manutenção das células e dos tecidos do corpo e órgãos.
GORDURAS	Grupo de compostos químicos orgânicos que compreendem os triglicerídios, fosfolipídios e esteróides. São fontes alternativas de energia; Influem na manutenção da temperatura corporal. Transportam vitaminas lipossolúveis. Dão sabor às preparações e sensação de saciedade.
CARBOIDRATOS	Grupo de compostos formados por carbono, hidrogênio e oxigênio. Uma das fontes de energia mais econômicas. Asseguram a utilização eficiente de proteínas e lipídios.
MINERAIS	Compostos químicos inorgânicos necessários em pequenas quantidades para crescimento, conservação e reprodução do ser humano, sendo os mais conhecidos: cálcio, ferro, magnésio, zinco, iodo. Contribuem na formação dos tecidos; Intervêm na regulação dos processos corporais. Favorecem a transmissão dos impulsos nervosos

	<p>e a contração muscular.</p> <p>Participam da manutenção do equilíbrio ácido-básico.</p>
ENERGIA	<p>*Os principais grupos fornecedores de calorías são os macronutrientes: carboidratos, proteínas e gorduras. Os carboidratos e as proteínas, quando totalmente metabolizados no organismo, geram 4 kcal de energia por grama, enquanto as gorduras, 9 kcal.</p>
FIBRAS	<p>*Embora as fibras sejam também classificadas como carboidratos, pertencem ao grupo dos oligossacarídeos, sendo eliminadas nas fezes pelo organismo. Justamente por essa razão são importantes para a manutenção das funções gastrointestinais e a consequente prevenção de doenças relacionadas.</p>

Fonte: Manual de Nutrição Profissional (2010).

Tabela 18 - Composição de alimentos por 100 gramas de parte comestível: Centesimal, minerais, vitaminas e colesterol

Descrição do Alimento	Umidade	Energia	Proteína	Lipídeos	Colesterol	Carboidrato	Fibra alimentar	Cinzas	Cálcio	Magnésio
	(%)	(Kcal)	(g)	(g)	(mg)	(g)	(g)	(g)	(mg)	(mg)
Trigo, farinha	13	360	10	1	0	75	2,3	0,8	18	31
Milho, fubá, cru	11	364	7	2	0	79	4,7	0,6	3	41
Arroz, integral, cru	12	359	8	2	0	78	5,0	1,0	7	89
Mandioca, farinha, crua	89	361	12	Tr	0	88	6,4	0,9	65	37
Média das composições	31,25	361	9,25	1,25		80	4,6	0,82	23,25	49,5
Posição mandioca relação com a média	↑	↔	↑	↓	↔	↑	↑	↑	↑	↓
Posição da mandioca em relação aos demais	1°	2°	1°	4°		1°	1°	2°	1°	3°

Fonte: TACO Versão 2 Campinas – SP (2006).

A mandioca (farinha de mandioca crua), no seu perfil composicional, destaca-se em umidade, proteína, carboidratos, fibra alimentar e cálcio. Em relação à média de cada elemento, a mandioca se mantém igual ou acima da média, também em energia, cinzas. No caso da energia, a mandioca perde para o fubá de milho. Em cinzas, perde para arroz integral. Na composição de magnésio perde para arroz integral e fubá de milho. No caso dos lipídeos, a mandioca ocupa o último lugar (Tabela 18).

A mandioca ocupa um lugar importante na alimentação amazônica. Isso como vimos é fato, e contrário da assertiva de que se trata de alimento pobre em nutrientes, destacamos seu valor nutritivo. Mas não só de análises químicas podemos encerrar a questão sobre esse tubérculo.

Ela é um tubérculo tropical, assim como inúmeros outros conhecidos³¹. Recebe os nomes de *manioc* (inglês), *cassava*, *aipim*, planta da tapioca e também por *yuca* (em países que falam o espanhol). *Cassava* vem da língua aruak (kasabi) e *yuca* do carib. Mandioca deriva do Brasil, sendo que mani-óca significa casa de *Mani*, que na lenda era a índia que do seu corpo após sua morte teria nascido essa planta tão presente na gastronomia indígena brasileira. Muito antes da chegada dos brancos europeus em terras brasileiras a mandioca fora domesticada pelos povos

³¹ Inhames, carás, entre outros.

nativos. Da família das Euphorbiaceae, as espécies *Manihot esculenta* (Crantz), formalmente chamada de *Manihot utilissima*, é uma planta de cultivo perene. As folhas podem ser cozidas e a parte mais importante da planta é sua raiz, sendo que algumas plantas chegam a produzir até mais que 8 Kg. Existem duas variedades principais de mandioca, a mansa e a brava. A segunda tem durabilidade maior, mas tem como desvantagem um maior teor de glicosídeos cianogênicos, que podem ocasionar envenenamento por ácido prússico caso as raízes não sejam devidamente cozidas (KARACH, 2000).

Ximenes (2001) demonstra que na região bragantina, no Estado do Pará, a mandioca é produzida chegando a 11 toneladas por hectare. Essa produção requer um gasto de 249 dias de trabalho individual. Isso significa, que são exigidos um número de dias que uma pessoa leva para cultivar um hectare de terra. Diz a autora que 30 % da massa original do tubérculo se transforma em produtos alimentícios derivados. Ou seja, em um hectare plantado é possível se obter 3.300 kg de alimentos, sendo que um terço desses produtos são consumidos pelas próprias famílias que os produzem.

Em 2000, através de decreto³², “o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) elaborou o Projeto Implantação de Inventários: Celebrações e Saberes da Cultura Popular”. Com a preocupação de preservar os “modos de fazer relacionados aos sistemas culinários na Bahia e no Pará”. No Pará, foi escolhida a mandioca para ser inventariada por ser considerada um dos principais produtos usados na “culinária local e que, por desempenhar importante papel na construção de uma identidade regional”. Na mesa de todas as camadas sociais, tanto a mandioca como sua farinha, participam tanto dos principais “pratos cotidianos mais simples quanto em outros mais finos e elaborados”. (NOGUEIRA, 2006, p. 27).

Como já dissemos, pela considerada presença de ácido cianídrico, são submetidas a processos de preparo para se tornarem próprias para o consumo humano. São “conhecimentos específicos os quais expressam saberes e práticas tradicionais altamente elaboradas e que fazem parte do patrimônio cultural das comunidades produtoras”. Desses saberes participam muitas pessoas, pois sua produção

[...] caracteriza-se como agricultura familiar de subsistência, desenvolvida por pequenos produtores rurais. O processo manual de produção exige a

³² Decreto 3.551 - 4 de agosto de 2000 instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial.

participação de um grande número de pessoas envolvendo, por isso, não só os membros da família mas também os da comunidade. Esta atividade coletiva contribui para a congregação das comunidades rurais e, por conseguinte, para o fortalecimento de laços de solidariedade entre elas. Embora o Pará conte com algumas unidades industriais, a maior parte ainda é produzida nas casas de farinha, em geral, muito simples. Porém, apesar da rusticidade de seus equipamentos, trata-se de um espaço onde se expressam saberes, práticas e relações sociais reveladoras do modo de vida das comunidades produtoras. A produção em pequena escala destina-se em primeiro lugar ao consumo doméstico e apenas o excedente é comercializado. Nas feiras de Belém, imensas filas de barracas expõem, em sacos abertos, uma enorme variedade de farinhas, cada uma com características próprias de cor, consistência e sabor, possuindo cada uma técnicas próprias de produção e usos culinários específicos. Os comerciantes, de modo geral, conhecem todos os tipos, as características de cada uma e os modos de produzi-las já que muitos deles são, ou já foram, também produtores. (NOGUEIRA, 2006, p. 28).

Além dessas características peculiares de sua produção, outros comportamentos envolvem o consumo da mandioca e de sua farinha. Nogueira lembra que,

Embora encontrada nos supermercados, grande parte da população prefere comprá-la nas feiras uma vez que nestas, ao contrário do supermercado, estabelece-se uma relação pessoal entre vendedor e consumidor. Por esse motivo, as feiras apresentam-se como um importante espaço de sociabilidade ou, como diz um feirante, “tipo uma boa confraternização”. Na feira, pode-se conversar com o vendedor e escutar suas sugestões. O sabor das diferentes farinhas pode ser experimentado, pode-se verificar se a farinha está fresca, se está bem torrada, enfim, pode-se escolher a mais adequada ao gosto pessoal de cada um. O modo como a farinha é utilizada no Pará imprime-lhe singularidades uma vez que, além ser a base da alimentação da população mais pobre, é também componente básico de vários pratos de sua cozinha típica, fazendo com que se constitua em importante símbolo de identidade regional (NOGUEIRA, 2006, p.28).

Tabela 19 - Evolução da área cultivada com mandioca, principais Estados Produtores, médias trienais, 1931/33-1979/80 (1.000 ha)

Período	Pará	Maranhão	Ceará	Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	R.G Sul	Goiás	Brasil
1931/33	6,6	8,3	9,3	41,3	20,4	5,2	21,1	14,2	10,0	85,6	5,3	287,2
1934/36	8,4	12,5	24,7	48,1	23,9	16,2	20,9	17,7	12,4	66,4	7,1	346,3
1937/39	8,3	9,8	31,8	53,2	52,5	38,7	58,7	9,6	30,7	73,7	7,9	467,3
1940/42	10,7	8,8	23,5	56,9	85,0	40,4	40,8	8,8	45,5	103,4	9,3	592,8
1943/45	30,5	18,9	35,6	88,1	117,5	54,8	51,6	9,5	68,5	94,1	18,0	788,8
1946/48	36,0	39,5	45,4	83,0	140,8	82,3	42,8	13,4	83,0	106,7	16,2	910,7
1949/51	36,3	45,2	48,3	82,0	151,9	82,5	44,6	18,8	83,9	122,5	24,2	954,4
1952/54	40,3	57,0	52,6	112,5	158,7	85,3	42,7	17,0	94,9	147,4	26,5	1.059,7
1955/57	40,9	65,9	63,9	125,9	162,0	90,7	44,6	20,0	98,9	161,3	32,4	1.173,6
1958/60	47,2	75,4	43,1	142,9	160,5	97,3	65,4	27,9	103,6	175,6	39,6	1.269,5
1961/63	58,1	102,5	59,8	143,5	168,4	103,7	92,0	39,0	120,0	208,9	53,3	1.498,5
1964/66	69,5	133,9	71,0	137,7	180,6	116,4	116,5	88,6	133,2	244,5	72,2	1.748,5
1967/69	74,1	205,0	115,1	140,7	217,5	120,6	105,5	94,7	130,0	276,2	73,6	1.980,7
1970/72	84,9	239,5	137,9	142,4	233,8	121,8	93,2	87,3	150,3	283,3	64,2	2.049,5
1973/75	91,6	192,6	125,7	158,9	290,0	134,1	59,4	92,2	129,9	262,3	51,3	2.050,5
1976/78	102,3	287,6	165,2	199,1	281,0	128,0	32,6	62,5	80,4	229,9	31,3	2.121,7
1979/80	110,4	356,9	165,2	187,5	294,0	126,1	25,6	44,0	98,0	192,3	22,3	2.099,6

Fonte: Anuário Estatístico da FIBGE (apud MELO, 1983)

Tabela 20 - Taxas anuais médias de crescimento da área cultivada com mandioca, principais Estados produtores, diversos períodos (em %)

Estado	1931/80	931/39	1940/49	1950/59	960/69	1970/79
Pará	5,90	2,52	15,53	2,21	4,52	2,88
Maranhão	8,38	- 0,49 ^a	0,97	5,36	10,99	4,51
Ceará	4,74	15,18	11,08	-0,08 ^a	10,53	3,20
Pernambuco	3,10	2,78	4,57	5,95	-0,37 ^a	4,14
Bahia	4,69	15,87	7,36	0,34 ^a	3,42	2,57
Minas Gerais	4,69	34,38	0,80	1,89	2,46	0,49 ^a
São Paulo	1,94	11,26	1,40 ^a	3,79	3,62	-16,08
Paraná	5,43	- 12,28	8,08	4,79	14,19	-6,90
S. Catarina	4,22	19,30	7,90	2,16	2,18	- 8,15
R. G. Sul	3,21	-2,74	1,81	3,63	4,87	-3,80
Goiás	4,95	5,43	9,77	6,23	5,98	-13,10
Brasil	8,34	7,55	6,19	3,20	4,69	0,44

Fonte: Dados primários da FIBGE; base em média móvel trienal (apud MELO, 1983).

^a Coeficiente não diferente de zero ao nível de significância de 5%.

As Tabelas 19 e 20 demonstram a importância da cultura da mandioca em várias partes do Brasil. Embora não apareçam como campeões de produção, os estados do Pará e do Maranhão expressam um crescimento destacável da produção do tubérculo no período analisado entre as décadas de 1930 e 1980. E o Pará, tenha tido um desempenho sempre positivo de crescimento em área de cultivo nas taxas anuais médias.

4.5 ANÁLISE DE DOENÇAS RELACIONADAS À ALIMENTAÇÃO -NUTRIÇÃO E SAÚDE PÚBLICA.

Muito se tem avançado nos estudos das enfermidades. Dentre esses avanços estão os aspectos antropológicos, “o dinamismo psicológico e o diagnóstico social das pessoas em situação de debilidade física”. Nesse sentido, “têm crescido, por exemplo, as evidências fisiológicas de que é necessário olhar o homem como fenômeno integrado e não como partes independentes entre si”. A alimentação, então, ocupa lugar preponderante nesse olhar integrado. Por isso, quando um indivíduo se alimenta de forma inapropriada quali-quantitativamente, em especial no início da vida,

o nosso órgão controlador de toda a atividade metabólica, que é o sistema nervoso, se “programa” permanentemente para economizar energia em forma de gordura e reduzir o crescimento, para garantir a sobrevivência em condições adversas. Um dos hormônios fundamentais para isso é o cortisol. Essa situação é chamada de desnutrição, e o hormônio que a regula, em conjunto com outros, é, por isso, o hormônio do estresse (SAWAYA, 2006, p. 147).

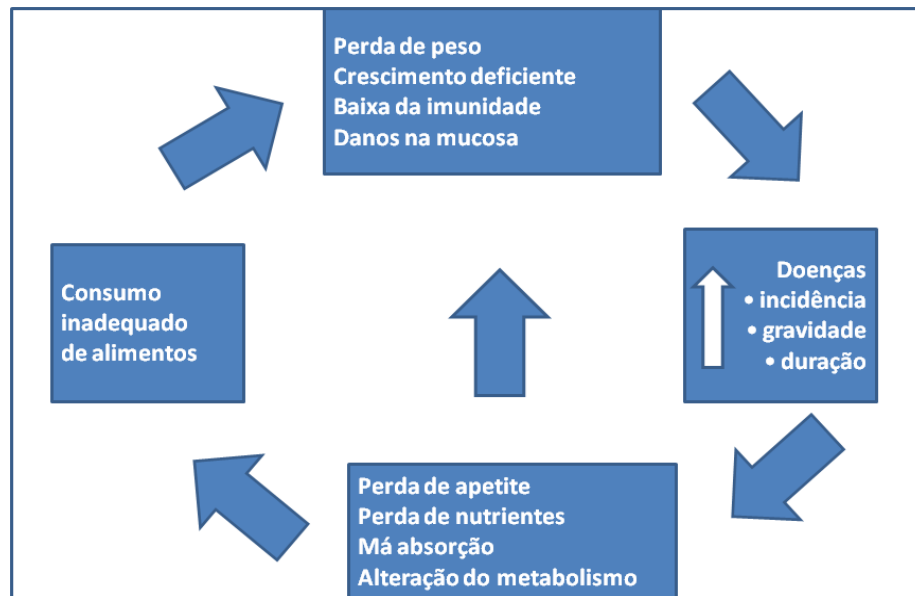
Alimentação inadequada leva às doenças e as doenças levam a debilidades nutritivas: “perda de peso, crescimento deficiente, baixa imunidade, danos na mucosa gastrointestinal, perda de apetite, má absorção do alimento, alterações importantes no metabolismo”(Quadro 5). E nesse ciclo entra o “hormônio do estresse – o cortisol alto –, que depois terá um papel muito importante na vinculação da desnutrição com doenças crônicas na vida adulta” (SAWAYA, 2006, p.148).

Dessa feita, a desnutrição merece uma preocupação central na saúde pública, pois,

a desnutrição é responsável por 55% das mortes de crianças no mundo inteiro. Está associada a várias outras doenças e ainda hoje é considerada a doença que mais mata crianças abaixo de cinco anos. No mundo todo e também no Brasil, o tipo prevalente de desnutrição corresponde à baixa estatura, que vem ganhando relevo como indicador não só de desnutrição, mas também de pobreza, pois hoje se sabe que o fator ambiental é muito mais significativo do que o fator genético na determinação da estatura final do

indivíduo. As causas da baixa estatura são várias: nutrição materna insuficiente, desnutrição intra-uterina, falta de aleitamento materno até seis meses, introdução tardia de alimentos complementares, alimentos complementares em quantidade e qualidade inadequadas, absorção de nutrientes prejudicada por infecções e parasitoses intestinais. (SAWAYA, 2006, p.148).

Quadro 5 – Ciclo consumo inadequado de alimentos/aumento de doenças



Fonte: Sawaya (2006).

A desnutrição e hábitos alimentares inadequados têm entre as consequências mais imediatas impactos negativos sobre a saúde pública. Vejamos a tabela 21, que demonstra as doenças que podem ser evitadas com alimentação mais saudáveis.

Tabela 21 - Doenças crônicas que podem ser evitadas com alimentação adequada

Doenças Crônicas	Nº de óbitos	% de mortes evitáveis	Nº de mortes anuais evitáveis (atuais)
Obesidade e outras formas de hiperalimentação	1.018	90	916
Diabetes	37.451	90	33.706
Doenças cérebro-vascular	88.923	50 - 75	44.462 – 66.692
Doenças isquêmicas do coração	83.122	50 - 75	41.561 – 62.342
Outras doenças cardiovasculares	101.706	50 - 75	50.853 – 76.280
Neoplasias (Cânceres)	134.573	30 - 40	40.372 – 53.829
Doenças relacionadas com o álcool	536	-	-
Total	447.329	-	211.870 - 259.143

Fonte: SVS; DASIS (2004).

Destacaremos aqui, por maior implicação alimentar, o diabetes e a hipertensão arterial. Começamos pela segunda, e na sequência, daremos mais ênfase ao diabetes pelos motivos que na oportunidade demonstraremos.

Na tabela 22, ficam evidenciados os dados de prevalência de hipertensão arterial em três capitais da Região Norte e a capital do Maranhão, pela condição de se relacionar com o Bioma Amazônia. Chamam a atenção os números da capital do Amazonas, com prevalência considerável, inclusive entre os mais jovens.

Tabela 22 - Taxa de prevalência de hipertensão arterial – 4 capitais brasileiras, 2002-2003 e 2004-2005.

Capitais	25 a 39 anos		40 a 59 anos		60 anos e mais		Total	
	%	IC 95%	%	IC 95%	%	IC 95%	%	IC 95%
Manaus	14,9	(11,8-18,0)	26,0	(21,6-30,4)	41,4	(32,0-50,7)	22,7	(20,4-25,0)
Belém	9,3 (*)	(6,0-12,7)	26,3	(21,8-30,8)	39,0	(31,7-46,3)	21,6	(18,7-24,5)
Palmas	9,3(*)	(6,0-11,9)	23,7	(19,1-28,3)	54,3(*)	(40,4-68,3)	16,9	(14,3-19,5)
São Luís	10,9	(8,0-13,8)	29,3	(24,3-34,4)	49,2	(41,4-57,0)	23,1	(20,2-26,0)

Fonte: adaptado de Ministério da Saúde/SVS e Instituto Nacional do Câncer (INCA): Inquérito Domiciliar de Comportamentos de Risco de Morbidade Referida de Doenças e Agravos Não Transmissíveis.

(*): O número de entrevistados que referiram ter diagnóstico clínico de hipertensão nesta capital e neste grupo é inferior a 50; portanto, recomenda-se cautela na interpretação dos resultados.

A segunda patologia é o Diabetes mellitus³³. É uma enfermidade que entre suas causas estão os hábitos alimentares. Fora a alimentação, essa patologia pode ainda ser consequência de sedentarismo, *stress* e mesmo de predisposições familiares. Com índices elevados no Brasil, o diabetes obriga a uma readequação no estilo de vida e nos hábitos alimentares. Isso pode ser observado quando,

Ao mesmo tempo em que, no Terceiro Mundo, a desnutrição energétioproteica é responsável pela alta taxa de mortalidade no primeiro ano de vida e pelo comprometimento intelectual de crianças e adultos, nos

³³ Assim encontramos a definição no *Glossário Temático: alimentação e nutrição / Ministério da Saúde* (2010:27): **Diabetes**, fem. ou masc. Processo de intolerância à glicose que se traduz, convencionalmente, na elevação do açúcar no sangue e sua presença eventual na urina. Notas: i) Doença não transmissível, com implicações diretas no estado nutricional. ii) A variante *diabete* é menos usual. Em inglês: *diabetes*.

grandes centros urbanos, em todo o mundo, crescem os índices de morbimortalidade por doenças ligadas à obesidade e dislipidemias. A obesidade, por exemplo, é um dos principais fatores de risco para o Diabetes mellitus (DM) Tipo 2 e Doenças Cardiovasculares[...] Já está comprovada a influência do estado nutricional na manutenção da saúde e no controle de doenças. Por esse motivo, é importante identificar indivíduos portadores ou em condições de desenvolver processos de má nutrição, a fim de permitir sua correção e/ou favorecer uma recuperação eficaz. (SEYFFARTH, 2000, p. 7-9).

Os métodos de avaliação nutricional compreendem a anamnese alimentar, a tomada de medidas antropométricas, além de análises bioquímicas do sangue. O exame físico pode mascarar o diabetes, pois mesmo que aparente bom estado a pessoa pode apresentar uma desnutrição relativa, oriunda de um processo catabólico em andamento[...] “A determinação criteriosa da ingestão alimentar do diabético descompensado oferece dados relevantes, especialmente quando se correlaciona ao grau e tempo da perda de peso” (SEYFFARTH, 2000, p. 9-10).

Entre os acometidos com o diabetes é necessário como critério de tratamento a manutenção dos níveis glicêmicos em parâmetros desejados, para tanto um planejamento alimentar se faz importante dentro de padrões que se adéquem, o mais que possível, ao cotidiano do paciente e ao seu nível socioeconômico. É claro que em muitos casos outras medidas se fazem imperativas como os tratamentos medicamentosos e práticas que combatam o sedentarismo.

No planejamento alimentar, devem ser incluídos no cardápio dos diabéticos determinados alimentos buscando um determinado equilíbrio nutricional (Quadro 6). Vale destacar a presença entre os tubérculos, da mandioca.

Quadro 6 – Grupos de alimentos e principais alimentos adequados à dieta de diabéticos

Grupos Alimentares	Alimentos
Grupo dos pães, cereais, outros grãos e tubérculos	Pães, biscoitos, arroz, milho, aveia, fubá de milho, cuscuz, beiju, batata inglesa, batata doce, mandioca, cará, inhame, etc
Grupo das frutas	Laranja, banana, abacaxi, mamão, melancia, limão, caju, tangerina, caqui, manga, melão, etc.
Grupo dos vegetais	Folhas verdes, berinjela, jiló, maxixe, pepino, tomate, cebola, pimentão, abóbora, cenoura, beterraba, quiabo, vagem, chuchu, etc.
Grupo das carnes e substitutos	Frango, peixe, carne bovina, ovos, frutos do mar, feijões e ervilhas, etc.
Grupo do leite e derivados	Leite, queijo, iogurte, coalhada.
Grupo das gorduras	Óleos vegetais.

Fonte: Seyffarth (2000).

Na Tabela 23, fica evidente a importância epidemiológica do diabetes no Brasil. Observa-se uma maior prevalência de mortalidade entre as mulheres. Os números da região norte são bem aquém da taxa nacional. Entretanto, devemos lembrar o quanto são difíceis de abastecer os sistemas de informação sobre saúde pública na região amazônica. Há sempre a perspectiva de sub-informação.

Tabela 23 – Taxa de mortalidade por diabetes melito segundo sexo (por 100 mil) Brasil e grandes regiões 1990, 1995, 2000 e 2004

Regiões	Sexo	1990	1995	2000	2004
Brasil	Masc.	10,5	12,6	17,8	18,9
	Fem.	15,0	18,1	23,7	24,2
	Total	12,8	15,4	20,8	21,6
Norte	Masc.	3,6	6,1	8,6	10,1
	Fem.	4,9	8,0	11,2	12,5
	Total	4,2	7,0	9,9	11,3
Nordeste	Masc.	7,8	9,6	14,8	18,5
	Fem.	10,3	13,2	20,5	24,6
	Total	9,1	11,5	17,7	21,6
Sudeste	Masc.	14,3	16,5	21,3	20,8
	Fem.	20,9	23,8	27,9	25,8
	Total	17,7	20,3	24,7	23,4
Sul	Masc.	9,7	12,1	19,5	21,0
	Fem.	14,2	18,3	26,3	27,2
	Total	11,9	15,2	22,9	24,2
Centro-Oeste	Masc.	6,1	8,7	14,9	15,3
	Fem.	8,5	13,2	17,7	19,3
	Total	7,3	10,9	16,3	17,3

Fonte: Ministério da Saúde/SVS – SIM e Base Demográfica do IBGE. (REDE INTERAGENCIAL..., 2008, p.1390).

Outra (Tabela24), detalha a prevalência do diabetes na região Norte, tendo como referência os estados. Destacam-se o Acre com maior taxa e o Amapá como último no ranking.

Tabela 24 -Taxa de mortalidade específica por diabete melito
Regiao Norte - 2006

Unidade da Federação	TME por diabete melito
TOTAL	15,3
Maranhão *	20,9
Acre	18,9
Tocantins	18,9
Roraima	14,1
Rondônia	13,7
Pará	13,0
Amazonas	9,9
Amapá	6,2

Fonte: adaptado de Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) e IBGE
(*) Acrescentamos o Estado do Maranhão pelos altos índices e por ter parcela de participação no Bioma Amazônia.

Em seu artigo, Seyfarth (2000) faz uma breve apresentação de aspectos regionais do Brasil em relação às fontes de alguns alimentos e de hábitos culturais de preparo e cardápio. Destacaremos, as informações sobre a Região Norte (Quadro 7):

Quadro 7 – Origens e hábitos de preparo dos alimentos na Amazônia.

Origem dos alimentos	Dos rios e do mar: peixes e mariscos (sirí, camarão, etc.) e o caranguejo, fornecido pelo mangal. Da terra firme: roças de mandioca, animais domésticos e a caça, árvores frutíferas típicas da região.
Base alimentar	Peixes (fresco ou salgado), jabá (charque) e farinha d'água, arroz e feijão, batata, a mandioca, o cará e a batata doce. Uma variedade de frutas: laranja, coco, abacate, açaí, ouxi, tucumã, cupuaçu, manga e bacuri.
Preparo dos alimentos	Os processos mais comuns: cozimento simples, o moqué ³⁴ e o assado. O peixe em conjunto com a farinha de mandioca é um dos alimentos básicos da população. O peixe também é bastante consumido frito. A carne (de caça ou de animais domésticos) é preparada, usualmente, sob a forma guisada, cozido em pouca água, depois de cortado em pedaços e temperado com sal.

Fonte: adaptado de Seyfarth (2000).

³⁴ Moqué é um braseiro onde se preparam iguarias: peixe moqueado, caça moqueada, etc.

No quadro 8, é apresentada uma descrição de alimentos comumente consumidos na Região Norte e alternativas de adequação de alimentos para diabéticos.

Quadro 8 – Cardápio com substituições de alimentos adequados aos diabéticos

REFEIÇÃO	EXEMPLO DE CARDÁPIO	SUBSTITUIÇÕES
Café da Manhã	leite	leite desnatado, iogurte natural, queijo branco
	café	chá
	pão francês	pão integral de forma, torrada cream cracker
	margarina	manteiga
	mamão	pera, maçã, manga
Lanche Matutino	laranja	abacaxi, melão, melancia, tangerina, jambo etc.
Almoço	caruru/maxixe/tomate	pepino, alface, couve, repolho, espinafre, chicória, pimentão, jambu, cenoura, beterraba, abóbora, jerimum, chuchu, quiabo, vagem
	carne(magra) assada	peixe, aves, vísceras, ovo
	macarrão	arroz, milho, batata, cará, macaxeira, farinha de mandioca, inhame
	feijão	ervilha, lentilha, grão de bico
	manga	cupuaçu, bacuri, mamão, pera, maçã
Lanche	leite	iogurte natural, queijo
	tapioca	cream craker, pão, torrada
Jantar	repolho/ jambu	couve, alface, caruru, espinafre
	beterraba	cenoura, abóbora, jerimum, chuchu, vagem
	feijão verde	ervilha
	peixe cozido	frango, carne, ovo
	arroz	macarrão, batata, farinha de mandioca
Ceia	biriba	banana, pupunha
	leite	queijo branco, iogurte natural
	torrada	bolacha de água, cream cracker, pão

Fonte: Seyfarth (2000).

Algumas observações podem ser feitas a partir do esquema acima proposto. O primeiro que mais salta aos olhos é que esse esquema exige certo nível de poder aquisitivo. Logo, o diabetes se apresenta como uma doença de difícil tratamento e acompanhamento por pessoas de baixa renda. Ainda nesse sentido, o grupo de alimentos enquadrados como naturais, *lights*, *diets* e dietéticos costumam ter preços acima dos praticados nos produtos comuns da indústria. Soma-se a essas

dificuldades, o acesso desses determinados alimentos na região amazônica. Fora dos grandes centros, a dificuldade de obtê-los é considerável.

Apresentamos a partir de agora um balanço da produção de alimentos nos estados da Região Norte. Os dados e as formas de categorização são do IBGE (2007). Para maior percepção dessa contabilidade serão demonstradas as produções por alimento (ou fonte alimentar) em suas unidades de medida, de acordo com cada característica de mensuração. O ano referência é 2007. Na sequência serão destacados os cálculos per capita ano e dia. E por fim, selecionaremos alguns gêneros alimentícios e faremos nova contabilidade, dessa feita, com dados relacionados a quantidades proteicas e energéticas per capita. O propósito é de se verificar se a existência física de alimentos seria suficiente ou não para alimentar a todos que moram nos estados da região.

No Estado do Acre (Tabela 25), destacam-se a produção de proteína animal oriunda de carne vermelha (gado de corte). Outras fontes são de galinhas, suínos e ovinos. Há também considerável produção de proteínas animais fornecidas pelo leite. Entre os produtos agrícolas, sobressai a produção de mandioca. Seguem entre os vegetais, a banana e o milho. A soja aparece com uma produção que ocupa lugar mais modesto.

Tabela 25 – Produção de alimentos no Estado do Acre -2007

ITEM	QUANTIDADE	MEDIDA
Bovinos	2425687	Cabeças
Galos, frangas, frangos e pintos	1089511	Cabeças
Mandioca - quantidade produzida	730434	Tonelada
Galinhas	601906	Cabeças
Suínos	155861	Cabeças
Banana (cacho) - quantidade produzida	94964	Tonelada
Ovinos	77623	Cabeças
Produção de leite	70054	Mil litros
Milho (em grão) - quantidade produzida	61088	Tonelada
Equinos	60668	Cabeças
Milho (em grão) - Quantidade produzida	56763	Tonelada
Cana-de-açúcar - quantidade produzida	52609	Tonelada
Arroz (em casca) - quantidade produzida	28569	Tonelada
Arroz (em casca) - Quantidade produzida	27811	Tonelada
Caprinos	15433	Cabeças
Castanha-do-pará - quantidade produzida	11521	Tonelada
Melancia - quantidade produzida	9776	Tonelada
Codornas	9110	Cabeças
Feijão (em grão) - Quantidade produzida	7900	Tonelada
Muares	7201	Cabeças
Feijão (em grão) - quantidade produzida	5779	Tonelada
Produção de mel de abelha	5060	Kg
Bubalinos	3774	Cabeças
Abacaxi - quantidade produzida	3582	Mil frutos
Laranja - quantidade produzida	3551	Tonelada
Mamão - quantidade produzida	3054	Tonelada
Ovos de galinha	2363	Mil dúzias
Limão - quantidade produzida	1623	Tonelada
Café (em grão) - quantidade produzida	1579	Tonelada
Açaí (fruto) - quantidade produzida	1537	Tonelada
Tangerina - quantidade produzida	1399	Tonelada
Asininos	856	Cabeças
Coco-da-baía - quantidade produzida	736	Mil frutos
Manga - quantidade produzida	540	Tonelada
Maracujá - quantidade produzida	446	Tonelada
Abacate - quantidade produzida	343	Tonelada
Soja (em grão) - Quantidade produzida	300	Tonelada
Batata-doce - quantidade produzida	190	Tonelada
Amendoim (em casca) - quantidade produzida	161	Tonelada
Soja (em grão) - quantidade produzida	150	Tonelada
Ovos de codorna	142	Mil dúzias
Palmito - quantidade produzida	137	Tonelada
Amendoim (em casca) - Quantidade produzida	97	Tonelada
Tomate - quantidade produzida	18	Tonelada
Guaraná (semente) - quantidade produzida	15	Tonelada
Pimenta-do-reino - quantidade produzida	11	Tonelada

Fonte: IBGE - Indicadores (2010).

O Estado do Amapá (Tabela 26), assemelhado ao Estado do Acre, tem como fontes proteicas de origem animal a carne de gado. Entretanto, a maior produção é de bubalinos, sendo seguida de bovinos. Ainda conta com galinhas e suínos. Entre os gêneros agrícolas aparecem mais evidentes os citros, a banana e o arroz. Embora mais modesta a produção, deve ser destacada a castanha-do-Pará (ou castanha-do-Brasil), uma importante economia do extrativismo no Estado e fonte alimentar com propriedades importantes e apreciadas.

Tabela 26 – Produção de alimentos no Estado do Amapá -2007

ITEM	QUANT.	MEDIDA
Bubalinos	201898	Cabeças
Mandioca - quantidade produzida	96457	Tonelada
Bovinos	95803	Cabeças
Galos, frangas, frangos e pintos	45147	Cabeças
Suínos	28547	Cabeças
Galinhas	11020	Cabeças
Laranja - quantidade produzida	9623	Tonelada
Produção de mel de abelha	7753	Kg
Produção de leite	5271	Mil litros
Equinos	4858	Cabeças
Banana (cacho) - quantidade produzida	4364	Tonelada
Arroz (em casca) - quantidade produzida	3483	Tonelada
Cana-de-açúcar - quantidade produzida	3200	Tonelada
Milho (em grão) - quantidade produzida	2406	Tonelada
Melancia - quantidade produzida	2240	Tonelada
Caprinos	2218	Cabeças
Arroz (em casca) - Quantidade produzida	2149	Tonelada
Ovinos	1910	Cabeças
Milho (em grão) - Quantidade produzida	1792	Tonelada
Abacaxi - quantidade produzida	1651	Mil frutos
Açaí (fruto) - quantidade produzida	1294	Tonelada
Feijão (em grão) - quantidade produzida	1254	Tonelada
Muare	1198	Cabeças

Feijão (em grão) - Quantidade produzida	1102	Tonelada
Maracujá - quantidade produzida	720	Tonelada
Castanha-do-Pará - quantidade produzida	519	Tonelada
Mamão - quantidade produzida	505	Tonelada
Goiaba - quantidade produzida	145	Tonelada
Palmito - quantidade produzida	44	Tonelada
Ovos de galinha	40	Mil dúzias

Fonte: IBGE - Indicadores (2010).

O Estado do Amazonas teve como maior produção galinhas seguida de bovinos. Na sequência aparecem como proteína animal os suínos e bubalinos. Entre os vegetais, a mandioca é a de maior participação produtiva. A ela, seguem a banana, melancia e o milho. Da mesma forma que no Estado do Acre, a soja se mostrou tímida no que foi produzido no estado.

Tabela 27 – Produção de alimentos no Estado do Amazonas - 2007

ITEM	QUANT.	MEDIDA
Galinhas	2574982	Cabeças
Bovinos	1312352	Cabeças
Mandioca - quantidade produzida	1139218	Tonelada
Galos, frangas, frangos e pintos	1107736	Cabeças
Cana-de-açúcar - quantidade produzida	365983	Tonelada
Suínos	143664	Cabeças
Banana (cacho) - quantidade produzida	90247	Tonelada
Bubalinos	56831	Cabeças
Ovos de galinha	53560	Mil dúzias
Ovinos	41802	Cabeças
Produção de leite	39385	Mil litros
Melancia - quantidade produzida	30429	Tonelada
Milho (em grão) - quantidade produzida	29313	Tonelada
Milho (em grão) - Quantidade produzida	29174	Tonelada
Abacaxi - quantidade produzida	22468	Mil frutos
Produção de mel de abelha	19040	Kg
Laranja - quantidade produzida	18227	Tonelada

Codornas	17495	Cabeças
Côco-da-baía - quantidade produzida	16471	Mil frutos
Caprinos	16070	Cabeças
Arroz (em casca) - Quantidade produzida	14614	Tonelada
Equinos	12339	Cabeças
Arroz (em casca) - quantidade produzida	9932	Tonelada
Mamão - quantidade produzida	9684	Tonelada
Castanha-do-Pará - quantidade produzida	9111	Tonelada
Feijão (em grão) - Quantidade produzida	5654	Tonelada
Café (em grão) - quantidade produzida	5557	Tonelada
Limão - quantidade produzida	3402	Tonelada
Feijão (em grão) - quantidade produzida	3304	Tonelada
Maracujá - quantidade produzida	3015	Tonelada
Soja (em grão) - Quantidade produzida	1931	Tonelada
Tomate - quantidade produzida	1686	Tonelada
Cacau (em amêndoa) - quantidade produzida	1419	Tonelada
Coelhos	1366	Cabeças
Manga - quantidade produzida	1051	Tonelada
Muares	947	Cabeças
Guaraná (semente) - quantidade produzida	751	Tonelada
Soja (em grão) - quantidade produzida	600	Tonelada
Asininos	594	Cabeças
Batata-doce - quantidade produzida	502	Tonelada
Tangerina - quantidade produzida	404	Tonelada
Pimenta-do-reino - quantidade produzida	350	Tonelada
Ovos de codorna	331	Mil dúzias
Dendê (cachos de côco) - quantidade produzida	180	Tonelada
Goiaba - quantidade produzida	116	Tonelada

Fonte: IBGE - Indicadores (2010).

O Estado do Pará (Tabela 28) se destaca com a produção de bovinos, a maior da Região Norte no período. Seguem os frangos, galinhas, suínos e bubalinos. Esse último dá ao Pará a liderança de produção na região. Entre os alimentos vegetais, a mandioca saiu na frente, bem mais que o segundo colocado, o dendê. Também

registramos a presença do milho, da cana-de-açúcar e banana. A participação a soja é bem mais expressiva que os estados já analisados. É importante ressaltar a participação do açaí. O Pará é o maior produtor desse fruto tão apreciado na região e que vem ganhando gosto em outras partes do país e fora dele. Não esqueçamos que o Estado sobressai na produção da castanha-do-Pará.

Tabela 28 – Produção de alimentos no Estado do Pará - 2007

ITEM	QUANT.	MEDIDA
Bovinos	16240697	Cabeças
Galos, frangas, frangos e pintos	10073082	Cabeças
Mandioca - quantidade produzida	4799099	Tonelada
Galinhas	2991021	Cabeças
Dendê (cacho de côco) - quantidade produzida	896295	Tonelada
Suínos	761403	Cabeças
Milho (em grão) - quantidade produzida	622414	Tonelada
Produção de leite	599538	Mil litros
Cana-de-açúcar - quantidade produzida	574660	Tonelada
Milho (em grão) - Quantidade produzida	562032	Tonelada
Banana (cacho) - quantidade produzida	555814	Tonelada
Bubalinos	442405	Cabeças
Produção de mel de abelha	397423	Kg
Arroz (em casca) - Quantidade produzida	368410	Tonelada
Arroz (em casca) - quantidade produzida	292355	Tonelada
Equinos	286950	Cabeças
Abacaxi - quantidade produzida	261347	Mil frutos
Côco-da-baía - quantidade produzida	253597	Mil frutos
Laranja - quantidade produzida	204397	Tonelada
Ovinos	202005	Cabeças
Soja (em grão) - quantidade produzida	201111	Tonelada
Soja (em grão) - Quantidade produzida	154015	Tonelada
Açaí (fruto) - quantidade produzida	107028	Tonelada
Muare	100834	Cabeças
Caprinos	94507	Cabeças

Melancia - quantidade produzida	86851	Tonelada
Feijão (em grão) - Quantidade produzida	59333	Tonelada
Pimenta-do-reino - quantidade produzida	55995	Tonelada
Feijão (em grão) - quantidade produzida	49908	Tonelada
Cacau (em amêndoa) - quantidade produzida	47108	Tonelada
Codornas	34140	Cabeças
Maracujá - quantidade produzida	33141	Tonelada
		Mil
Ovos de galinha	22992	dúzias
Asininos	20777	Cabeças
Goiaba - quantidade produzida	18672	Tonelada
Tomate - quantidade produzida	16053	Tonelada
Mamão - quantidade produzida	16052	Tonelada
C Café (em grão) - quantidade produzida	13918	Tonelada
Limão - quantidade produzida	8787	Tonelada
Castanha-do-Pará - quantidade produzida	6203	Tonelada
Palmito - quantidade produzida	5607	Tonelada
Castanha de caju - quantidade produzida	2081	Tonelada
Tangerina - quantidade produzida	1347	Tonelada
Abacate - quantidade produzida	825	Tonelada
Coelhos	484	Cabeças
		Mil
Ovos de codorna	301	dúzias
Batata-doce - quantidade produzida	155	Tonelada
Melão - quantidade produzida	84	Tonelada
Amendoim (em casca) - quantidade produzida	55	Tonelada
Amendoim (em casca) - Quantidade produzida	50	Tonelada
Guaraná (semente) - quantidade produzida	19	Tonelada

Fonte: IBGE - Indicadores (2010).

Rondônia (Tabela 29) se destaca pela produção de carne bovina. Também as galinhas e frangos e suínos são fornecedores de proteínas de origem animal. O leite aparece bem entre os alimentos produzidos no estado, que é o maior produtor da Região Norte. A presença de cabeças de bubalinos foi bastante modesta.

Tabela 29 – Produção de alimentos no Estado do Rondônia - 2007

ITEM	QUANT.	MEDIDA
Bovinos	11176201	Cabeças
Galos, frangas, frangos e pintos	2986274	Cabeças
Galinhas	1660401	Cabeças
Produção de leite	723108	mil litros
Mandioca - quantidade produzida	489210	Tonelada
Soja (em grão) - quantidade produzida	311560	Tonelada
Milho (em grão) - quantidade produzida	305601	Tonelada
Soja (em grão) - Quantidade produzida	259069	Tonelada
Milho (em grão) - Quantidade produzida	249927	Tonelada
Suínos	207477	Cabeças
Cana-de-açúcar - quantidade produzida	207438	Tonelada
Produção de mel de abelha	160600	Kg
Equinos	160583	Cabeças
Arroz (em casca) - Quantidade produzida	145502	Tonelada
Arroz (em casca) - quantidade produzida	144311	Tonelada
Ovinos	125183	Cabeças
Café (em grão) - quantidade produzida	112555	Tonelada
Banana (cacho) - quantidade produzida	48058	Tonelada
Feijão (em grão) - quantidade produzida	46111	Tonelada
Feijão (em grão) - Quantidade produzida	42285	Tonelada
Muare	26428	Cabeças
Cacau (em amêndoa) - quantidade produzida	17484	Tonelada
Abacaxi - quantidade produzida	16784	mil frutos
Caprinos	15349	Cabeças
Melancia - quantidade produzida	12393	Tonelada
Ovos de galinha	10855	mil dúzias
Laranja - quantidade produzida	8424	Tonelada
Côco-da-baía - quantidade produzida	6673	mil frutos
Bubalinos	6086	Cabeças
Mamão - quantidade produzida	5416	Tonelada

Tomate - quantidade produzida	4675	Tonelada
Maracujá - quantidade produzida	3162	Tonelada
Asininos	1827	Cabeças
Limão - quantidade produzida	1788	Tonelada
Manga - quantidade produzida	1492	Tonelada
Palmito - quantidade produzida	1407	Tonelada
Tangerina - quantidade produzida	1176	Tonelada
Abacate - quantidade produzida	704	Tonelada
Goiaba - quantidade produzida	529	Tonelada
Uva - quantidade produzida	260	Tonelada
Pimenta-do-reino - quantidade produzida	194	Tonelada
Amendoim (em casca) - Quantidade produzida	79	Tonelada
Palmito - quantidade produzida	68	Tonelada
Amendoim (em casca) - quantidade produzida	65	Tonelada
Guaraná (semente) - quantidade produzida	36	Tonelada

Fonte: IBGE - Indicadores (2010).

No Estado de Roraima (Tabela 30), aparecem destacados frangos, galinhas e bovinos. Entre os agriculturáveis estão o arroz, a mandioca e a banana. A criação de bubalinos é inexpressiva.

Tabela 30 – Produção de alimentos no Estado do Roraima -2007

ITEM	QUANT.	MEDIDA
Galos, frangas, frangos e pintos	579390	Cabeças
Bovinos	476200	Cabeças
Galinhas	432005	Cabeças
Produção de mel de abelha	132530	Kg
Arroz (em casca) - quantidade produzida	125800	Tonelada
Arroz (em casca) - Quantidade produzida	106000	Tonelada
Mandioca - quantidade produzida	77190	Tonelada
Suínos	75093	Cabeças
Banana (cacho) - quantidade produzida	36454	Tonelada
Equinos	25570	Cabeças
Soja (em grão) - quantidade produzida	22400	Tonelada

Soja (em grão) - Quantidade produzida	20300	Tonelada
Milho (em grão) - Quantidade produzida	12800	Tonelada
Milho (em grão) - quantidade produzida	12800	Tonelada
Caprinos	9128	Cabeças
Melancia - quantidade produzida	7575	Tonelada
Tomate - quantidade produzida	5268	Tonelada
Produção de leite	5117	Mil litros
Ovos de galinha	4720	Mil dúzias
Mamão - quantidade produzida	2389	Tonelada
Laranja - quantidade produzida	2153	Tonelada
Cana-de-açúcar - quantidade produzida	1376	Tonelada
Abacaxi - quantidade produzida	911	Mil frutos
Feijão (em grão) - Quantidade produzida	658	Tonelada
Feijão (em grão) - quantidade produzida	658	Tonelada
Limão - quantidade produzida	371	Tonelada
Bubalinos	255	Cabeças
Melão - quantidade produzida	230	Tonelada

Fonte: IBGE - Indicadores (2010).

O Estado do Tocantins (Tabela 31) se destaca como maior produtor de soja na Região Norte. Entre os animais, os bovinos, frangos, galinhas e suínos. Seguem a soja, no mundo vegetal, os alimentos arroz, cana-de-açúcar, mandioca e o milho. Bubalinos parecem muito discretamente e o açaí, quase desprezível.

Tabela 31 – Produção de alimentos no Estado do Tocantins -2007

ITEM	QUANT.	MEDIDA
Bovinos	7392515	Cabeças
Galos, frangas, frangos e pintos	3081345	Cabeças
Galinhas	1211429	Cabeças
Soja (em grão) - quantidade produzida	894309	Tonelada
Soja (em grão) - Quantidade produzida	731672	Tonelada
Arroz (em casca) - quantidade produzida	420584	Tonelada
Cana-de-açúcar - quantidade produzida	392071	Tonelada

Arroz (em casca) - Quantidade produzida	364970	Tonelada
Mandioca - quantidade produzida	330678	Tonelada
Suínos	257507	Cabeças
Milho (em grão) - quantidade produzida	230270	Tonelada
Produção de leite	222624	mil litros
Milho (em grão) - Quantidade produzida	157590	Tonelada
Equinos	144897	Cabeças
Produção de mel de abelha	134864	Kg
Ovinos	85955	Cabeças
Melancia - quantidade produzida	65396	Tonelada
Muare	50315	Cabeças
Abacaxi - quantidade produzida	48018	mil frutos
Sorgo (em grão) - quantidade produzida	37788	Tonelada
Banana (cacho) - quantidade produzida	31921	Tonelada
Caprinos	23738	Cabeças
Feijão (em grão) - quantidade produzida	14062	Tonelada
Feijão (em grão) - Quantidade produzida	11362	Tonelada
Côco-da-baía - quantidade produzida	10967	mil frutos
Bubalinos	9038	Cabeças
Ovos de galinha	7246	mil dúzias
Amendoim (em casca) - quantidade produzida	6288	Tonelada
Codornas	2573	Cabeças
Manga - quantidade produzida	2233	Tonelada
Laranja - quantidade produzida	1601	Tonelada
Maracujá - quantidade produzida	826	Tonelada
Castanha de caju - quantidade produzida	578	Tonelada
Tomate - quantidade produzida	522	Tonelada
Mamão - quantidade produzida	460	Tonelada
Amendoim (em casca) - Quantidade produzida	175	Tonelada
Tangerina - quantidade produzida	140	Tonelada
Limão - quantidade produzida	75	Tonelada
Uva - quantidade produzida	72	Tonelada
Ovos de codorna	35	mil dúzias

Cacau (em amêndoa) - quantidade produzida	4	Tonelada
Açaí (fruto) - quantidade produzida	2	Tonelada

Fonte: IBGE - Indicadores (2010).

Nas Tabelas 33 a 39, são apresentados os cálculos per capita ano e dia dos principais alimentos. Desconsideramos alguns presentes nas tabelas anteriores por julgarmos dispensáveis dessa contabilidade sem causar danos às análises que serão realizadas. Resultados com números inexpressíveis aparecem com 0 (zero), porque adotamos como corte três dígitos após a vírgula. Alguns ajustes de cálculo foram necessários. A transformação de unidades de medidas de cabeça para kg, de mil frutos para unidades e de mil dúzias para unidades. Os cálculos de conversão de cabeças para quilograma foi feito a partir de médias de peso no abate, ou seja, o peso estimado na média de carne aproveitável para a alimentação humana. Devemos fazer uma advertência: essas médias servem tão somente para padronizar essas conversões de medidas para facilitar a visualização dos dados. Então, não se deve esperar exatidão nos números, mas sim uma base apropriada para o tipo de análise. Isso ocorre por conta de termos escolhido trabalhos que trataram de médias de peso de determinadas espécies e em certas circunstâncias de trato e alimentação. Essas médias utilizadas nos cálculos são comuns a todas as demais tabelas. Vejamos a tabela 32:

Tabela 32 – Pesos médios de corte de animais de abate

Tipo	Peso Médio par cálculo - Kg	Referência
BOVINO	168,6	Vaz, 2010
BUBALINO	232,5	Franzoiln 2001
CAPRINOS	28,6	Yáñez, 2006
FRANGO/GALINHA	2,0	ACEVAP, 2010; Rural Centro, 2010

Fonte: Vaz, et al. (2010).

Tabela 33 – Estado do Acre – População – alimentos produzidos per capita ano e per capita dia
– 2007

ACRE		
População (2007): 655.385		
ITEM	per capita/ano	per capita/dia
Mandioca - quantidade produzida	1 114,511 kg	3,053 kg
Bovinos	3,701 cab.	1,709 kg.
Banana (cacho) - quantidade produzida	144,898 kg	0,396 kg
Milho (em grão) - quantidade produzida	93,209 kg	0,255 kg
Milho (em grão) - Quantidade produzida	86,610 kg	0,2372 kg
Cana-de-açúcar - quantidade produzida	80,271 kg	0,219 kg
Arroz (em casca) - quantidade produzida	43,591 kg	0,119 kg
Arroz (em casca) - Quantidade produzida	42,434 kg	0,116 kg
Suínos	0,237 cab.	0,064 kg
Castanha-do-Pará - quantidade produzida	17,578 kg	0,0481 kg
Melancia - quantidade produzida	14,916 kg	0,0408 kg
Feijão (em grão) - Quantidade produzida	12,053 kg	0,033 kg
Feijão (em grão) - quantidade produzida	8,817 kg	0,024 kg
Ovos de galinha	3,605 dz	0,019 unid.
Laranja - quantidade produzida	5,418 kg	0,0148 kg
Abacaxi - quantidade produzida	5,465	0,014 unid
Mamão - quantidade produzida	4.659 kg	0,0127 kg
Limão - quantidade produzida	2,476 kg	0,0067 kg
Café (em grão) - quantidade produzida	2,409 kg	0,0066 kg
Açaí (fruto) - quantidade produzida	2,345 kg	0,0064 kg
Bubalinos	0,005 cab.	0,006 kg
Tangerina - quantidade produzida	2,134 kg	0,0058 kg
Galinhas	0,918 cab.	0,005 kg
Galos, frangas, frangos e pintos	1,662 cab.	0,004 kg
Côco-da-baía - quantidade produzida	1,123 kg	0,0030 kg
Manga - quantidade produzida	0,823 kg	0,0022 kg
Maracujá - quantidade produzida	0,680 kg	0,0018 kg
Abacate - quantidade produzida	0,523 kg	0,0014 kg

Soja (em grão) - Quantidade produzida	0,457 kg	0,0012 kg
Caprinos	0,023 cab.	0,001 kg
Batata-doce - quantidade produzida	0,289 kg	0,0007 kg
Amendoim (em casca) - quantidade produzida	0,245 kg	0,0006 kg
Soja (em grão) - quantidade produzida	0,228 kg	0,0006 kg
Palmito - quantidade produzida	0,209 kg	0,0005 kg
Ovos de codorna	0,216	0,0005
Amendoim (em casca) - Quantidade produzida	0,148 kg	0,0004 kg
Produção de leite	0,106 litros	0,0002 litros
Guaraná (semente) - quantidade produzida	0,022 kg	0
Pimenta-do-reino - quantidade produzida	0,016 kg	0
Codornas	0,013 cab.	0
Produção de mel de abelha	0,007 kg	0
Tomate - quantidade produzida	0,027 kg	0

Fonte: IBGE - Indicadores (2010).

Tabela 34 – Estado do Amapá – População – alimentos produzidos per capita ano e per capita dia – 2007

AMAPÁ		
População (2007): 587.311		
ITEM	per capita/ano	per capita/dia
Açaí (fruto) - quantidade produzida	2,203 kg	0,006 kg
Arroz (em casca) - Quantidade produzida	3,659 kg	0,010 kg
Banana (cacho) - quantidade produzida	7,430 kg	0,020 kg
Castanha-do-Pará - quantidade produzida	0,883 kg	0,002 kg
Feijão (em grão) - Quantidade produzida	1,876 kg	0,005 kg
Goiaba - quantidade produzida	0,246 kg	0,000 kg
Laranja - quantidade produzida	16,384 kg	0,044 kg
Mamão - quantidade produzida	0,859 kg	0,002 kg
Maracujá - quantidade produzida	1,225 kg	0,003 kg
Milho (em grão) - Quantidade produzida	3,051 kg	0,008 kg
Palmito - quantidade produzida	0,074 kg	0
Bovinos	0,163 cab.	0,075 kg
Bubalinos	0,343 cab.	0,218 kg
Caprinos	0,003 cab.	0
Galinhas	0,018 cab.	0
Galos, frangas, frangos e pintos	0,076 cab.	0
Ovos de galinha	0,068 duzia	0,000 dz
Produção de leite	0,008 litros	0
Produção de mel de abelha	0,0132 kg	0,000 kg
Suínos	0,048 cab	0

Fonte: IBGE - Indicadores (2010).

Tabela 35 - Estado do Amazonas – População – alimentos produzidos per capita ano e per capita dia – 2007

AMAZÔNAS		
População (2007): 3.221.939		
ITEM	per capita/ano	per capita/dia
Arroz (em casca) - Quantidade produzida	4,535 kg	0,0124 kg
Banana (cacho) - quantidade produzida	28,010 kg	0,0767 kg
Cacau (em amêndoa) - quantidade produzida	0,440 kg	0,0012 kg
Café (em grão) - quantidade produzida	1,724 kg	0,0047 kg
Castanha-do-Pará - quantidade produzida	2,827 kg	0,0077 kg
Côco-da-baía - quantidade produzida	0,005 kg	0,00001 kg
Dendê (cacho de côco) - quantidade produzida	0,055 kg	0,0001 kg
Feijão (em grão) - Quantidade produzida	1,754 kg	0,0048 kg
Goiaba - quantidade produzida	0,036 kg	0,00009 kg
Guaraná (semente) - quantidade produzida	0,233 kg	0,0006 kg
Laranja - quantidade produzida	5,657 kg	0,0154 kg
Limão - quantidade produzida	1,055 kg	0,0028 kg
Mamão - quantidade produzida	3,005 kg	0,0082 kg
Manga - quantidade produzida	0,326 kg	0,0008 kg
Maracujá - quantidade produzida	0,935 kg	0,0025 kg
Milho (em grão) - Quantidade produzida	9,054 kg	0,0248 kg
Pimenta-do-reino - quantidade produzida	0,108 kg	0,0002 kg
Soja (em grão) - Quantidade produzida	0,599 kg	0,0016 kg
Tangerina - quantidade produzida	0,125 kg	0,0003 kg

Bovinos	0,407 cab.	0,188 kg
Bubalinos	0,017 cab.	0,011 kg
Caprinos	0,004 cab.	0
Galinhas	0,799 cab.	0,004 kg
Galos, frangas, frangos e pintos	0,343 cab.	0,001 kg
Ovos de galinha	16,623 dz.	0,045 dz.
Produção de leite	12,22 l	0,033 l
Abacaxi - quantidade produzida	0,006	0,00001
Arroz (em casca) - quantidade produzida	3,082 kg	0,0084 kg
Batata-doce - quantidade produzida	0,155 kg	0,0004 kg
Cana-de-açúcar - quantidade produzida	113,590 kg	0,3112 kg
Feijão (em grão) - quantidade produzida	1,025 kg	0,0028 kg
Mandioca - quantidade produzida	353,581 kg	0,9687 kg
Melancia - quantidade produzida	9,444 kg	0,0258 kg
Milho (em grão) - quantidade produzida	9,097 kg	0,0249 kg
Soja (em grão) - quantidade produzida	0,186 kg	0,0005 kg
Tomate - quantidade produzida	0,523 kg	0,0014 kg

Fonte: IBGE - Indicadores (2010).

Tabela 36 - Estado do Pará – População – alimentos produzidos per capita ano e per capita dia - 2007**PARÁ****População (2007): 7.065.573**

ITEM	per capita/ano	per capita/dia
Mandioca - quantidade produzida	679,222 kg	1,860 kg
Dendê (cacho de côco) - quantidade produzida	126,853 kg	0,347 kg
Milho (em grão) - quantidade produzida	88,091 kg	0,241 kg
Cana-de-açúcar - quantidade produzida	81,332 kg	0,222 kg
Milho (em grão) - Quantidade produzida	79,545 kg	0,217 kg
Banana (cacho) - quantidade produzida	78,665 kg	0,215 kg
Arroz (em casca) - Quantidade produzida	52,141 kg	0,142 kg
Arroz (em casca) - quantidade produzida	41,377 kg	0,113 kg
Laranja - quantidade produzida	28,928 kg	0,079 kg
Soja (em grão) - quantidade produzida	28,463 kg	0,077 kg
Soja (em grão) - Quantidade produzida	21,797 kg	0,059 kg
Açaí (fruto) - quantidade produzida	15,147 kg	0,041 kg
Melancia - quantidade produzida	12,292 kg	0,033 kg
Feijão (em grão) - Quantidade produzida	8,397 kg	0,023 kg
Pimenta-do-reino - quantidade produzida	7,925 kg	0,021 kg
Feijão (em grão) - quantidade produzida	7,063 kg	0,019 kg
Cacau (em amêndoa) - quantidade produzida	6,667 kg	0,018 kg

Maracujá - quantidade produzida	4,690 kg	0,012 kg
Goiaba - quantidade produzida	2,642 kg	0,007 kg
Tomate - quantidade produzida	2,272 kg	0,006 kg
Mamão - quantidade produzida	2,271 kg	0,006 kg
Café (em grão) - quantidade produzida	1,969 kg	0,005 kg
Limão - quantidade produzida	1,243 kg	0,003 kg
Castanha-do-Pará - quantidade produzida	0,877 kg	0,002 kg
Palmito - quantidade produzida	0,793 kg	0,002 kg
Castanha de caju - quantidade produzida	0,294 kg	0,000 kg
Tangerina - quantidade produzida	0,190 kg	0,000 kg
Abacate - quantidade produzida	0,116 kg	0,000 kg
Produção de leite	0,084 litros	0,000 lt
Abacaxi - quantidade produzida	0,036	0,000
Côco-da-baía - quantidade produzida	0,0358 kg	0,000 kg
Batata-doce - quantidade produzida	0,0219 kg	0,000 kg
Melão - quantidade produzida	0,011 kg	0,000 kg
Amendoim (em casca) - quantidade produzida	0,0077 kg	0,000 kg
Guaraná (semente) - quantidade produzida	0,002 kg	0,000 kg
Ovos de codorna	0,042	0
Ovos de galinha	0,003	0
Bovinos	2,298 cab.	1,061 kg
Bubalinos	0,062 cab.	0,039 kg
Caprinos	0,013 cab.	0,001 kg
Galinhas	0,423 cab	0,002 kg
Galos, frangas, frangos e pintos	1,425 cab	0,007 kg

Fonte: IBGE - Indicadores (2010).

Tabela 37 - Estado de Rondônia – População – alimentos produzidos per capita ano e per capita dia - 2007

RONDONIA		
População (2007): 1.453.756		
ITEM	per capita/ano	per capita/dia
Abacate - quantidade produzida	0,484 kg	0,0013 kg
Amendoim (em casca) - Quantidade produzida	0,054 kg	0,0001 kg
Arroz (em casca) - Quantidade produzida	100,086 kg	0,274 kg
Banana (cacho) - quantidade produzida	33,057 kg	0,0905 kg
Cacau (em amêndoa) - quantidade produzida	10,213 kg	0,0279 kg
Café (em grão) - quantidade produzida	77,423 kg	0,2121 kg
Côco-da-baía - quantidade produzida	4,590 kg	0,0125 kg
Feijão (em grão) - Quantidade produzida	29,086 kg	0,0796 kg
Goiaba - quantidade produzida	0,363 kg	0,0009 kg
Guaraná (semente) - quantidade produzida	0,024 kg	0,00006 kg
Laranja - quantidade produzida	5,794 kg	0,0158 kg
Limão - quantidade produzida	1,229 kg	0,0033 kg
Mamão - quantidade produzida	3,725 kg	0,0102 kg
Manga - quantidade produzida	1,026 kg	0,0028 kg
Maracujá - quantidade produzida	2,175 kg	0,0059 kg
Milho (em grão) - Quantidade produzida	171,91 kg	0,471 kg
Palmito - quantidade produzida	0,046 kg	0,0001 kg
Palmito - quantidade produzida	0,967 kg	0,0026 kg
Pimenta-do-reino - quantidade produzida	0,133 kg	0,0003 kg
Soja (em grão) - Quantidade produzida	178,206 kg	0,4882 kg
Tangerina - quantidade produzida	0,808 kg	0,0022 kg
Uva - quantidade produzida	0,178 kg	0,0004 kg
Bovinos	7,687 cab.	3,929 kg
Bubalinos	0,004 cab.	0
Caprinos	0,010 cab.	0
Galinhas	1,142 cab.	0,006 kg

Galos, frangas, frangos e pintos	2,054 cab.	0,011 kg
Ovos de galinha	0,007	0,00002
Produção de leite	0,497 litros	0,0013 litros
Abacaxi - quantidade produzida	0,011	0,00003
Amendoim (em casca) - quantidade produzida	0,044 kg	0,0001 kg
Arroz (em casca) - quantidade produzida	99,267 kg	0,271 kg
Cana-de-açúcar - quantidade produzida	142,691 kg	0,390 kg
Feijão (em grão) - quantidade produzida	31,718 kg	0,086 kg
Mandioca - quantidade produzida	336,514 kg	0,921 kg
Melancia - quantidade produzida	8,524 kg	0,0233 kg
Milho (em grão) - quantidade produzida	210,214 kg	0,575 kg
Soja (em grão) - quantidade produzida	214,313 kg	0,587 kg
Tomate - quantidade produzida	3,215 kg	0,0088 kg

Fonte: IBGE - Indicadores (2010).

Tabela 38 - Estado de Roraima – População – alimentos produzidos per capita ano e per capita dia – 2007

RORAIMA		
População (2007): 395.725		
ITEM	per capita/ano	per capita/dia
Banana (cacho) - quantidade produzida	92,119 kg	0,2523 kg
Arroz (em casca) - Quantidade produzida	267,862 kg	0,7338 kg
Feijão (em grão) - Quantidade produzida	1,662 kg	0,0045 kg
Laranja - quantidade produzida	5,440 kg	0,0149 kg
Limão - quantidade produzida	0,937 kg	0,0025 kg
Mamão - quantidade produzida	6,037 kg	0,0165 kg
Milho (em grão) - Quantidade produzida	32,345 kg	0,0886 kg
Soja (em grão) - Quantidade produzida	51,298 kg	0,1405 kg
Bovinos	1,203 cab.	0,555 kg
Caprinos	0,023 cab.	0
Equinos	1,091 cab.	0,005 kg
Galinhas	1,091 cab.	0,005 kg
Galos, frangas, frangos e pintos	1,464 cab.	0,008 kg
Ovos de galinha	0,011	0,00003
Produção de leite	0,012 litros	0,00003
Produção de mel de abelha	0,334 kg	0,0009 kg
Abacaxi - quantidade produzida	2,302	0,0063
Arroz (em casca) - quantidade produzida	317,897 kg	0,8709 kg
Cana-de-açúcar - quantidade produzida	3,477 kg	0,0095 kg
Feijão (em grão) - quantidade produzida	1,662 kg	0,0045 kg
Mandioca - quantidade produzida	195,059 kg	0,5344 kg
Melancia - quantidade produzida	19,142 kg	0,0524 kg
Melão - quantidade produzida	0,581 kg	0,0015 kg
Milho (em grão) - quantidade produzida	32,345 kg	0,0886 kg
Soja (em grão) - quantidade produzida	56,604 kg	0,1550 kg
Tomate - quantidade produzida	13,312 kg	0,0364 kg

Fonte: IBGE - Indicadores (2010).

Tabela 39 - Estado de Tocantins – População – alimentos produzidos per capita ano e per capita dia - 2007

TOCANTINS		
População (2007): 1.243.627		
ITEM	per capita/ano	per capita/dia
Açaí (fruto) - quantidade produzida	0,001 kg	0
Amendoim (em casca) - Quantidade produzida	0,140 kg	0,0003 kg
Arroz (em casca) - Quantidade produzida	293,472 kg	0,804 kg
Banana (cacho) - quantidade produzida	25,667 kg	0,0703 kg
Cacau (em amêndoa) - quantidade produzida	0,003 kg	0,0000
Castanha de caju - quantidade produzida	0,464 kg	0,0012 kg
Côco-da-baía - quantidade produzida	8,818 kg	0,0241 kg
Feijão (em grão) - Quantidade produzida	9,136 kg	0,025 kg
Laranja - quantidade produzida	1,287 kg	0,003 kg
Limão - quantidade produzida	0,060 kgg	0,0001 kg
Mamão - quantidade produzida	0,369 kg	0,0010 kg
Manga - quantidade produzida	1,795 kg	0,0049 kg
Maracujá - quantidade produzida	0,664 kg	0,0018 kg
Milho (em grão) - Quantidade produzida	126,718 kg	0,0001 kg
Soja (em grão) - Quantidade produzida	588,337 kg	1,611 kg
Tangerina - quantidade produzida	0,112 kg	0,0003 kg
Uva - quantidade produzida	0,0578 kg	0,0001 kg
Bovinos	5,944 cab.	2,745 kg
Caprinos	0,019 cab.	0,001 kg
Galinhas	0,974 cab.	0,005 kg
Galos, frangas, frangos e pintos	2,477 cab.	0,013 kg
Ovos de galinha	5,826 dz	0,015 dz.
Produção de leite	12,930 lt	0,035 lt
Abacaxi - quantidade produzida	0,038	0,0001
Amendoim (em casca) - quantidade produzida	5,056 kg	0,0138 kg
Arroz (em casca) - quantidade produzida	338,193 kg	0,926 kg
Cana-de-açúcar - quantidade produzida	315,264 kg	0,863 kg

Feijão (em grão) - quantidade produzida	11,307 kg	0,0309 kg
Mandioca - quantidade produzida	265,898 kg	0,728 kg
Melancia - quantidade produzida	52,584 kg	0,144 kg
Milho (em grão) - quantidade produzida	185,160 kg	0,507 kg
Soja (em grão) - quantidade produzida	719, 113 kg	1,970 kg
Sorgo (em grão) - quantidade produzida	30,385 kg	0,0832 kg
Tomate - quantidade produzida	0,419 kg	0,001 kg

Fonte: IBGE - Indicadores (2010).

Nas tabelas 39 e 40, daremos evidência a uma das fontes mais destacadas de proteínas e outros nutrientes na região Amazônica: o pescado. Apresentaremos os dados de forma a diferenciar a obtenção de peixes pela pesca extrativa e pela aquicultura. Elas se dividem em função da origem do habitat das espécies em marinha (oceânica) e continental (águas internas).

Na análise dessa fonte alimentar percebemos que no ano de 2007 que, o Estado do Pará se sobressai na Região Norte com quase 150 mil toneladas de pescado. Seguem em produção, o Estado do Amazonas com pouco mais de 60 toneladas e o Amapá com menos de 20 mil toneladas de peixes. Nos peixes oriundos de criadouros continentais se destaca o Estado do Amazonas, seguido por Rondônia, entretanto os dois estados em conjunto não alcançaram 10 mil toneladas de pescado.

Tabela 40- Produção de pescado na região Norte e por estado em toneladas – Pesca extrativa e aquicultura - 2007

ESTADO	TOTAL (t)	Pesca Extrativa		Aquicultura	
		Marinha	Continental	Marinha	Continental
Rondônia	6.480,0	0,0	2.329,0	0,0	4.151,0
Acre	3.510,5	0,0	1.487,5	0,0	2.023,0
Amazonas	60.927,5	0,0	55.412,5	0,0	5.515,0
Roraima	2.750,0	0,0	783,0	0,0	1.967,0
Pará	146.895,5	83.692,0	60.853,0	278,0	2.072,5
Amapá	19.378,0	5.991,0	13.009,0	0,0	378,0
Tocantins	5.322,0	0,0	1.722,0	0,0	3.600,0
Região Norte	245.263,5	89.683,5	135.596,0	278,0	19.706,5

Fonte: IBAMA/MMA, (2007)

Na análise dos dados per capita ano e dia da Região Norte (tab. 40), com maior parcela de contribuição dos Estados do Pará, Amazonas e Amapá, percebemos a importância dessa fonte alimentar, caso fosse acessível aos que moram na região.

Tabela 41 – Cálculos per capita ano e dia de pescado de origem industrial, artesanal e da aquicultura – (2007).

ESTADO	Pesca Extrativa				Aquicultura	
	Industrial per capita ano	Industrial per capita dia	Artesanal per capita ano	Artesanal per capita dia	per capita ano	per capita dia
Rondônia	0,0	0,0	1,602 kg	0,004 kg	2,855 kg	0,007 kg
Acre	0,0	0,0	22,696 kg	0,062 kg	3,086 kg	0,008 kg
Amazonas	0,0	0,0	171,984 kg	0,471 kg	1,711 kg	0,004 kg
Roraima	0,0	0,0	1,978 kg	0,005 kg	4,970 kg	0,013 kg
Pará	2,267 kg	0,0062 kg	18,190 kg	0,049 kg	3,326 kg	0,009 kg
Amapá	0,158 kg	0,0004 kg	32,192 kg	0,088 kg	0,643 kg	0,001 kg
Tocantins	0,0	0,0	1,384 kg	0,003 kg	2,894 kg	0,007 kg

Fonte: IBAMA/MMA (2007).

Na análise dos dados per capita ano e dia da Região Norte (Tabela 41) com maior parcela de contribuição dos Estados do Pará, Amazonas e Amapá, percebemos a importância dessa fonte alimentar, caso fosse acessível aos que moram na região.

No esquema de alimentos para análise energético-proteica, escolhemos duas fontes de proteínas animais: a carne de vaca e de galinha. A banana e o mamão foram escolhidos como representantes das frutas. Dos laticínios, destacamos o leite. Ainda estão presentes, o milho e o arroz. Como leguminosa em grãos, está o feijão e dos tubérculos, a mandioca.

A escolha dos alimentos se deu por serem alimentos mais comuns na dieta da região. Eles servem tão-somente para demonstrar parcialmente a participação proteica-energética na alimentação da população da Região Norte, caso a produção dos gêneros alimentícios fossem destinados exclusivamente ao consumo dos que moram na região.

No caso dos dados das composições centesimais, usamos a Tabela Brasileira de Composição de Alimentos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (TACO,2004). Como critério, ponderamos os dados. Isso quer dizer, que não se teria como apontar números de proteínas ou de calorias exatos, posto que por exemplo, essas quantidades são variadas para uma mesma fonte alimentar. Vejamos o caso de carne bovina. Ela é composta de várias 'carnes' com diferentes quantidades de proteínas e de calorias. Para resolver esse impasse, adotamos os números médios, que se situavam entre o extremo a maior e a menor.

Tendo-se como base que a necessidade média energética e proteica diária é de 2.400 calorias/dia e de 52,6 gramas de proteína, constatamos que somente os nove itens superam em muito essas quantidades(CAMPINO, 1986). No caso protéico, representa mais que oito vezes e da energia mais que quatro das necessidades diárias.

Após todos esses dados, os cálculos per capita e as análises empreendidas, fica patente que se de um lado a fome está bastante presente na região amazônica, de outro aquela suspeita que isso se devia a uma escassez física de alimentos não procede. Ao contrário dessa suspeita, alimentos há em quantidades significativas e mais que suficientes para alimentar adequadamente a todos que habitam.

Tabela 42 – Produção de alimentos variados (09 itens) e quantidades per capita di a de proteínas e energia considerado a população dos estados da Região Norte (AC,AP,AM,PA,RO,RR, TO).

Produto	Produção	Per capita dia (kg) (Produção / pop(14.623.316) /365 dias)	Proteína (g)		Energia (Kcal)	
			Em 100 g	X prot(g)/0,1	Em 100 g	X energ(Kcal)/0,1
Bovino	6335498,4 t	1,186	27	320,22	212	2.514,32
Galinha	18965, 5 t	0,003	16	0,48	226	6,78
Feijão	812930 t	0,015	20	3,00	336	50,40
Arroz	1106962 t	0,207	7	14,49	359	743,13
Mandioca	7662286 t	1,435	2	28,7	361	5.180,35
Milho	1263892 t	0,236	7	16,52	364	859,04
Mamão	37560 t	0,007	1	0,07	45	0,02
Banana	861822 t	0,161	1	1,61	98	157,78
Leite	1665097 mil lt	0,311	25	77,75	497	1.545,67
			TOTAL	462,84	TOTAL	11.057,49

Fonte: Dados adaptados do IBGE (2007) e cálculos baseados na TACO (2004).

Fome diante do alimento. Isso lembra a passagem na qual Homero narra n'As *Ilíadas* a visão de Ulisses diante do infundável suplício de Tântalo:

Vi igualmente Tântalo, que sofria horríveis penas, postado de pé num lago, com água até ao queixo. O ancião, apertado pela sede, esforçava-se por bebê-la, mas não podia consegui-lo, porque, sempre que se abaixava, na ânsia de dessedentar-se, ela desaparecia, absorvida pelo solo; e, em volta dos seus pés, aparecia a terra negra, que uma divindade fazia secar. Por cima de sua cabeça, árvores de ramos altos vergavam de fruto: pereiras, romanzeiras, macieiras com lindas maçãs, figueiras e oliveiras verdejantes; mas, quando o velho levantava os braços para lhes colher a fruta, o vento arrebatava-as para as nuvens sombrias (HOMERO, 1994, não paginado)

5 OS FAMÉLICOS DA AMAZÔNIA. ECONOMIA, POLÍTICA E ECOLOGIA

Nesse capítulo, faremos uma abordagem política, econômica e ecológica sobre produção e distribuição de alimentos na região, analisando quais tem sido as intervenções dos agentes políticos e econômicos (Estado, mercado e outros organismos) em relação à produção e distribuição de alimentos e a fome dentro de uma perspectiva ecológica na Amazônia.

E começamos com a pergunta: será que a Amazônia está fadada à pobreza? Ao analisar essa questão, de pronto questionaríamos a pergunta, ou melhor, o conceito do que seja “se estar fadado”. Isso quer dizer, que nada pode ou poderá ser feito para mudar o rumo do destino. Inexorável e triste seria a sina da maioria dos seres humanos na Região Amazônica.

Continuando no mundo interminável e sempre fértil das perguntas, mais uma surge: e por que discutir nesse capítulo a questão de para onde vai a Amazônia em seu destino? A resposta aparece na discussão travada acerca de uma expectativa não confirmada de que lugares onde a natureza se mostra bem aquinhoadada a prosperidade dos que lá vivem seria um fato. Nesse aspecto, Drummond (2002, p. 1) lembra que,

Leigos e estudiosos do desenvolvimento e do bem-estar social muitas vezes manifestam surpresa perante a pobreza material de povos que vivem em territórios ricos em recursos naturais. Existe, principalmente entre algumas correntes ambientalistas contemporâneas, uma percepção enraizada de que regiões ou países ricos em recursos naturais deveriam ter populações prósperas, saudáveis e felizes. Essa percepção é característica de pesquisadores, tomadores de decisão e ambientalistas que esposam as concepções de desenvolvimento sustentável, ou que de outras formas valorizam positivamente a preservação ou o uso racional de recursos naturais.

A pobreza resulta e é resultado de alguns problemas sérios da humanidade. A degradação do ambiente é uma delas; outra é a fome de seres humanos.

Em um artigo sobre pobreza e degradação na América Latina, Sere (2010) afirma que as análises recentes feitas por pesquisadores do desenvolvimento na região latino-americana apontam que como decorrência do Consenso de Washington, o modelo econômico preponderante gerou crescimento econômico com efeitos negativos tanto sobre o nível de pobreza quanto sobre a degradação ambiental e conservação de recursos naturais. E na busca dos nexos entre pobreza e degradação da natureza, o que mais se destaca é a que estabelece a pobreza

rural como causadora de processos degradantes devido à falta de oportunidades de desenvolvimento determinando uma super-exploração de recursos como os solos e as florestas. Também são apontadas outras etiologias para o problema. É o caso da agricultura comercial na Amazônia brasileira³⁵.

Em se tratando da fome, Monteiro (1995, p.195) ao estabelecer os conceitos de desnutrição, fome e pobreza diz que,

São pobres as pessoas que não suprem permanentemente necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, cuidados de saúde etc. Têm fome aqueles cuja alimentação diária não aporta a energia requerida para a manutenção do organismo e para o exercício das atividades ordinárias do ser humano. Sofrem de desnutrição os indivíduos cujos organismos manifestam sinais clínicos provenientes da inadequação quantitativa (energia) ou qualitativa (nutrientes) da dieta ou decorrentes de doenças que determinem o mau aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos.

Drummond (2002, p.1-2) enfatiza a opinião de Marianne Schmink e Charles Wood expressa em *Contested Frontiers in Amazonia*. Ressalta que

Apesar de mostrarem a decadência do extrativismo e a baixíssima produtividade da agricultura tradicional em São Félix do Xingu (PA) na década de 1970, os autores sustentam que extratores e agricultores pobres teriam um futuro melhor se continuassem a produzir a sua própria comida ao invés de produzirem para o mercado ou mesmo comprarem alimentos no mercado. Eles acreditam que a condição dessas pessoas melhorará se elas se dedicarem às lides intensivas de recursos naturais. (agricultura, extração, caça e pesca), embora usem dados que mostram as duríssimas condições de vida dos povos tradicionais, que seguem as suas prescrições.

Muito embora as proposições dos dois antropólogos pareçam algo pueril, elas suscitam situações importantes, como a que demonstra que uma comunidade possa produzir alimentos e padecer com a deficiência deles nas suas vidas.

Em seu artigo *Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir*, Loureiro(2002, p.107) faz um panorama sintético da região desde a chegada dos primeiros europeus até os nossos dias. Considera que essa história tem sido “uma trajetória de perdas e danos. E nela, a Amazônia tem sido, e isso paradoxalmente, vítima daquilo que ela tem de mais especial — sua magia, sua exuberância e sua riqueza”.

³⁵ Para maior aprofundamento do papel da agricultura na Amazônia, a obra *História da Agricultura na Amazônia – da era pré-colombiana ao milênio* do pesquisador Alfredo K. O. Homma é bastante rica em dados e possui visão panorâmica sobre essa longa história (HOMMA, 2003)

Loureiro (2202, p.109) formula sua opinião sobre o princípio da exploração das riquezas amazônicas. Diz ela que,

Dos primeiros séculos da colonização aos governantes, políticos e planejadores dos dias atuais, a história da Amazônia tem sido o penoso registro de um enorme esforço para modificar aquela realidade original. Trata-se de uma tentativa de domesticar o homem e a natureza da região, moldando-os à visão, à expectativa de exploração do homem de fora (estrangeiros no passado, brasileiros e estrangeiros no presente).

Nesse sentido, escolhemos o período pombalino como início de análise do papel do Estado sobre a Amazônia. A escolha desse período se deve ao fato de se verificar mais efetivamente a mão do poder central com intervenções mais planejadas e regulares para a região.

Mesmo antes de ser nomeado Governador e Capitão-General do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (Nomeado pela C. P. em 5 de junho de 1751 Governou até 3 de março de 1759), recebera instruções datadas de 31 de maio de 1751, sobre ações que deveriam ser implementadas nas terras sob a sua futura jurisdição e governo. Na abertura da Carta de Mercê, encontramos os propósitos gerais das instruções:

CARTA DE MERCÊ DO TÍTULO DO CONSELHO DE S. MAJESTADE A FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO.

D. José por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém mar em África, Senhor de Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, etc., Faço saber aos que esta minha carta virem, que tendo respeitado às qualidades, merecimentos e mais partes que concorrem na pessoa de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, e por confiar dele e de tudo de que o encarregar me servirá muito a meu contentamento e satisfação, me praz e hei por bem fazer-lhe mercê do título do meu Conselho, com o qual haverá e gozará de todas as honras, prerrogativas, autoridades, mercês e franquezas que hão e têm os do meu Conselho, e como tal lhe competem; e jurará em minha Chancelaria que me dará conselho fiel e tal como deve, quando eu lho mandar[...] (MENDONÇA, 2005, p. 66-67).

A seguir destacaremos nas Instruções, aspectos pertinentes às nossas preocupações de análise. Segue o documento com sua abertura:

INSTRUÇÕES RÉGIAS, PÚBLICAS E SECRETAS PARA FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO, 23 CAPITÃO-GENERAL DO ESTADO DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO.

Lisboa, 31 de maio de 1751 – Francisco Xavier de Mendonça Furtado, amigo, Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão: Eu El-Rei vos envio muito saudar. Atendendo ao que se me apresentou da grande necessidade que havia de dividir esse Estado em dois governos, por ser precisa assistência do Governador e Capitão-

General na cidade do Pará, onde a ocorrência dos negócios e o tráfico de comércio o ocupavam a maior parte do ano na referida residência ordeno que o façais na dita cidade do Pará e para a cidade de São Luís do Maranhão fui servido nomear a Luís de Vasconcelos Lobo por governador, com a patente de tenente-coronel, o qual será vosso subalerno; a quem ordeno execute as vossas ordens. (MENDONÇA, 2005, p. 67-68).

Como primeira instrução, a praxe de justificar as ações sob o interesse do cristianismo e do povoamento da região:

1º – Confiando de vós, que me servireis com a atividade e zelo e prudência que requerem os negócios do mesmo Estado vos encarrego, em primeiro lugar, que atendaís muito à glória de Deus, como abaixo vos instruireis, para que em execução das minhas reais ordens e resoluções tenhais todo o cuidado nesta obra tão importante para a extensão e aumento do cristianismo, como também das povoações desse Estado. (MENDONÇA, 2005, p. 68).

Na sequência, as ordens destinadas à questão dos índios na região. Trata do conceito de liberdade dos indígenas vinculada aos interesses do Estado, das leis com pouco efeito que se fizeram para coibir os excessos sobre o cativo dos nativos, de como fora determinado o fim do cativo em 1680, mas por conta das reclamações dos prejuízos causados pelo impedimento, fora revisto apenas oito anos após, abrindo concessões e que novamente se verificaram excessos, obrigando a reverem-se todas as licenças em 1747, isso 67 anos passados das permissões concedidas. Apresentamos os itens referidos:

2º – O interesse público e as conveniências do Estado que ides governar, estão indispensavelmente unidos aos negócios pertencentes à conquista e liberdade dos índios, e juntamente às missões, de tal sorte que a decadência e ruína do mesmo Estado, e as infelicidades que se têm sentido nele, são efeitos de se não acertarem ou de se não executarem, por má inteligência, as minhas reais ordens que sobre estes tão importantes negócios se têm passado.

3º – Tendo-se permitido o cativarem-se índios, foi preciso reprimir-se o excesso com que se usava daquela permissão, mandando-se publicar várias leis, pelos senhores reis meus predecessores.

4º – Mostrou a experiência que não bastavam as providências dadas nestas leis, e se proibiu geralmente o cativo dos índios, por outra do primeiro de abril de 1680; e, passando o espaço de oito anos, fui servido atender às representações em que se ponderavam os inconvenientes que havia na dita liberdade e fui servido permitir, em alguns casos, o cativo, pelo alvará em forma de lei de 28 de abril de 1688.

5º – Desta lei se abusou, e até a Junta das Missões achou nela um pretexto para estender as suas faculdades, a mais do que lhe era permitido e do que se lhe podia conceder; por cujo motivo fui servido declarar, por ordem do meu Conselho Ultramarino, de 21 de março de 1747, por nulas, as licenças que a mesma Junta das Missões tinha dado para os cativos que, em virtude dela se fizeram, ordenando que os índios se pusessem em liberdade e que se recolhesse a tropa de resgate que, contra a forma da dita lei,

andava fora havia anos, cuja ordem fui servido confirmar por resolução de 13 de julho de 1748.

6º – Para conter estes desordenados procedimentos e evitar tão considerável dano, sou servido declarar que nenhum destes índios possa ser escravo, por nenhum princípio ou pretexto, para o que hei por revogadas todas as leis, resoluções e provisões que até agora subsistiam, e quero que só valha esta minha resolução que fui servido tomar no decreto de 28 do corrente, que baixou ao Conselho Ultramarino para que todos os moradores do Estado cuidem em fabricar as suas terras como se usa no Brasil, ou pelo serviço dos mesmos índios, pagando a estes os seus jornais e tratando-os com humanidade, sem ser, como até agora se praticou, com injusto, violento e bárbaro rigor. (MENDONÇA, 2005, p. 68-69).

Como nova estratégia de força de trabalho, a escravidão indígena deveria ser substituída pela dos negros:

7º – Para que os moradores daquele Estado observem inteira e religiosamente esta minha resolução, os persuadireis a que se sirvam de escravos negros, e que, servindo-se de índios, os tratem com caridade e de forma que não experimentem os efeitos da escravidão, mas, sim, que convenham com eles nos preços de seus jornais; e podereis facilitá-los a este modo de cultivar as terras na ocasião presente, em que a epidemia, que matou tantos índios os anos passados, dá ocasião a mudarem de método e facilitar-se a prática que acima vos aponto, com a qual os índios possam gozar da sua liberdade nos poucos que restam daquele contágio; e usareis de todo o modo e prudência por vos opordes às dificuldades que muito pode haver e à forma em que se devem vencer as muitas contradições; que olharei em um estabelecimento tantas vezes contestado em aquele país, e que se encaminha a tirar um vício de muitos anos dominante no mesmo Estado.

...

11º – Para a introdução dos escravos negros, em execução da Resolução de 27 de maio de 1750,29 é preciso que informeis, declarando o número dos negros que podem ser necessários; quantos se podem mandar cada ano; que possibilidade têm os moradores para os satisfazerem e sobre esta matéria ouvireis os principais moradores e pessoas mais inteligentes e interessadas nesta negociação; sobre os meios por que com menos vexação e descômodo se pode fazer a introdução de escravos negros, e a forma do pagamento destes escravos; e com toda a distinção me informareis sobre esta matéria. (MENDONÇA, 2005, p.67 - 70).

Como no início desse capítulo focamos a questão da pobreza, evidenciamos a caracterização feita pela coroa portuguesa sobre os infortúnios das gentes que moravam nesses territórios das capitânicas e de qual intervenção do Estado era proposta como paliativo para o problema:

10º – Para melhor estabelecimento dos salários que devem vencer estes índios, e dos efeitos da sua liberdade, ouvireis as Câmaras respectivas e a Junta das Missões, para que, com os árbitrios – de uns e outros, façais uma taxa dos salários que se hão de pagar aos mesmos índios, a qual regularéis, não pela que agora existe, nem pela que ao futuro se poderá fazer, quando os povos estiverem em maior abundância, mas, somente, atendendo à pobreza e miséria dos moradores, para que os índios tenham uma justa compensação do seu trabalho; e se for diferente o prêmio,

segundo o seu merecimento, pode ser este o estímulo para se vencer a natural frouxidão dos mesmos índios(MENDONÇA, 2005, p.70).

A política de ocupação e de desenvolvimento de atividades econômicas promovidas pela corte procurava na migração para a Amazônia o fortalecimento da produção agrícola. Assim recomendava o incentivo aos migrantes à cultura das terras a eles concedidas. Vejamos:

12º – Com os novos povoadores que mando desta Cidade e das Ilhas para o Pará, será muito conveniente e útil que, quando os estabelecerdes, cuideis muito que eles sigam a sua condição, acostumando-os ao trabalho e cultura das terras, na forma que praticavam nas Ilhas; porque, não sendo diferente o gênero de trabalho e indo acostumados a ele, não há motivo para que não cultivem pelas suas mãos as terras que se lhes repartirem, evitando-se assim uma ociosidade muito prejudicial; e da minha parte declarareis aos ditos povoadores que cultivarem as suas terras por suas mãos, que este exercício nas suas próprias lavouras os não inabilitará para aquelas honras a que, pelo costume do país, pudessem aspirar, antes para este mesmo efeito poderão ter a preferência que merecem, pelo serviço que me tiverem feito e ao público, na referida cultura das suas terras. (MENDONÇA, 2005, p.71).

Sobre o controle alfandegário, e a determinação de controle do contrabando de produtos oriundos da Europa, bem como a regularização de atividades comerciais das capitanias, orientavam as instruções o que segue:

30º – Recomendo-vos muito que por ora proibais absolutamente a comunicação desse Estado para as minas, por convir assim ao meu Real Serviço, no que tereis toda a vigilância; e não menos em que os vizinhos desse governo não ofendam os dos outros domínios da América Portuguesa; nem prejudiquem a Fazenda Real com o contrabando e introdução dos gêneros da Europa, o que executareis, até sobre esta matéria se vos ordenar o contrário.

31º – Para se poder adiantar o comércio desse Estado, examinareis os gêneros que produzem todas essas Capitanias, capazes para servirem ao mesmo comércio, e de quais a mais fácil, mais barata e mais fértil a sua produção; e na informação que dareis sobre esta matéria, imporeis o vosso parecer, ouvindo as pessoas mais peritas no comércio e cultura dos ditos gêneros, para se facilitar e favorecer o aumento e a cultura deles. (MENDONÇA, 2005, p.78).

Destacamos agora, a estratégia política com promessas de benesses e proteção do rei para se estimular a produção econômica vinda da agricultura, procurando incentivar essa economia e desestimular a da extração mineral, o que para efetiva consecução se fazia com a proibição da abertura de minas nas capitanias, como podemos ver nas instruções:

32º – Tereis grande cuidado de animar os senhores das fazendas, instando com eles a que cuidem na cultura e perfeição delas, para que se experimente bondade e abundância dos gêneros que melhor se produzem, prometendo-lhes, aos que se distinguirem nesta parte, a minha Real proteção. Ouvireis com benevolência e agrado todos os requerimentos e propostas que vos fizerem para o aumento e estabelecimento das suas fábricas e lavouras, prometendo-lhes por tudo na minha real presença, como com efeito o executareis pela Secretaria de Estado e pelo Conselho Ultramarino.

33º – Por não convir ao meu real serviço, nem ao aumento do comércio desse Estado, que nele se abram minas de qualquer qualidade ou metais, vos ordeno que por nenhum princípio permitais que se abram minas em todo o distrito desse Governo, e que tenhais todo o cuidado e vigilância na execução dessa ordem, a qual vos hei por muito recomendada, para evitar que os povoadores se distraiam com este pretexto da cultura das terras, e os persuadireis que este é o meio mais seguro da sua subsistência, pois que com o comércio dos seus gêneros se faz infalível a mesma subsistência. (MENDONÇA, 2005, p.78-79).

Aparecem nas instruções dadas pelo rei de Portugal ao novo gestor das capitanias do Grão-Pará e Maranhão, quais os interesses econômicos da Coroa e qual modelo de desenvolvimento econômico deveria ser colocado em curso na região para cumprir tais interesses. Estava inaugurada uma nova era do desenvolvimento amazônico.

5.1 DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO SÉCULO XX

A próxima sequência de análise se valerá de pronunciamentos e relatórios oficiais da província do Amazonas, do Grão-Pará e do Maranhão. Os referidos documentos datam entre os anos 1840 ao início do XX, nos anos 1920. A preocupação aqui é de localizar aspectos vinculados à economia da alimentação, intervenção do Estado nessa economia e situações de penúria e carestia de preços praticados nos gêneros alimentícios no referido período.

Começamos pela Província do Amazonas. Faremos uma análise tendo a cronologia dos anos em ordem crescente para essa como para as outras Províncias.

“O pouco adiantamento da agricultura, indústria, navegação e comércio, traz a escassez e carestia dos gêneros alimentícios indispensáveis à vida comum”. (FALA, 1857, p.35). Assim encontra-se trecho pronunciado pelo presidente da província do Amazonas no ano de 1857. E continua:

Com o fim de prover a falta quase absoluta que de carnes verdes se sofre na capital autorizastes a presidência, pela lei nº 47 de 18 de junho de 1855, a contratar com alguma companhia ou particular o fornecimento deste gênero, debaixo das seguintes bases: 1º o governo garantirá a empresa

isenção de quaisquer direitos provinciais, e lhe emprestará, sob fiança, até quatro contos de réis, em duas prestações iguais entregues, uma no ato do contrato, e outra logo que se verifique o fornecimento, os quais começaram a ser reembolsados seis meses depois, em prestações trimestrais de quinhentos mil réis [...] 2º A empresa obrigar-se-á a talhar pelo menos duas vezes por dia, a não vender a carne a mais de cem réis a libra, a começar o fornecimento dentro de quatro meses contados da data do contrato, sob pena de incorrer na multa de duzentos e quatrocentos mil réis, e a pagar o juro de dois por cento ao mês, na falta de indenização regular do capital emprestado. (FALA, 1857, p. 35).

Denota no texto a intervenção do Estado sobre o abastecimento de gêneros alimentícios. E na esteira dessas intervenções, a mão forte do poder que promete para o futuro melhores benefícios. Assim, continua afirmando que,

Estando os açougues livres de impostos de patente, a isenção de direitos provinciais a pouco se reduzirá, e será mais garantia futura do que vantagem atual, a proteção pois, que se oferece a quem fizer o serviço relevante de abastecer de carnes verdes o mercado da capital, e pelo preço tão módico de cem réis, pagável dentro de dois anos e dez meses, ou em mais tempo, mas neste caso, mediante um excessivo juros, que absorverá anualmente quase a quarta parte do fundo emprestado, e capaz por si só de matar qualquer indústria de lucros regulares. (FALA, 1857, p.35).

Em 1864, de acordo com o Relatório oficial da Província do Amazonas, os cereais destinados à alimentação humana são limitados. Vem do Pará a quantidade que falta ao abastecimento do Amazonas. O café sofre com o progressivo decréscimo na colheita, culpa “de que todas as forças vivas da população dirigem-se quase exclusivamente à extração³⁶ dos produtos silvestres”. Entre esses produtos estão “a seringa, o cacau, os diferentes óleos, o guaraná, a castanha, o cravo, a salsa e outras muitas drogas, cuja exportação avulta à proporção que decresce a dos produtos da lavoura” (RELATÓRIO, 1864, p. 73).

A tabela 43 apresenta o movimento de exportação de produtos do extrativismo.

³⁶ Nas palavras do historiador Arthur Cezar Reis, “a economia da Amazônia é uma economia realizada sob práticas primárias, marcada, fundamentalmente, pela extração de produtos florestais. A caça e a pesca constituem outra face dessa economia. A economia de base agrícola ou criatória não tem significado como volume ou mesmo gênero de vida de suas populações”. (REIS, 1982, p.17).

Tabela 43 – Produtos do extrativismo e seu volume de exportação em arrobas.³⁷

Ano	Salsa	Cacau	Guaraná	Seringa	Peixe	Castanha
1830		2.300	30		13,460	
1860		11,975	200		53,200	
1861	1,793	9,936	121	16,777	56,740	23,333
1862	2,631	4,726	410	19,628	80,963	6,251
1º semestre de 1863	1.205	3.559	117	20.957	32.963	6.251
Exercício de 1863 – 1864	3.092	14.100	220	36.625	49.500	18.882

Fonte: Relatório província do Amazonas, (1864).

A crítica às práticas extrativistas eram taxativas. E o ar de repreensão pousa forte sobre quem dela sobrevive. Vejamos esse trecho:

A irresistível tendência da população a empregar-se de preferência na colheita dos produtos que a natureza espontaneamente oferecer, é um mal, cujas funestas consequências muitos começam felizmente a reconhecer: como sejam a falta e carestia dos gêneros alimentícios, o abandono dos povoados, a disseminação dos habitantes, o estrago das florestas, as moléstias, e a miséria geral, sem falar na perda de ensino, e perversão dos costumes, e em tudo o mais que resulta dos hábitos da vida nômade[...]. Enquanto a terra permanecer inculta, a província ficará no mesmo estado de profundo atraso, em que infelizmente se acha a muitos, ou quase todos os respeitos, porque, como se exprime um economista distinto, foi a pratica da agricultura que pôs termo a barbárie primitiva, e quem presta a civilização às bases únicas sobre que esta descansa, e se consolida (RELATÓRIO, 1864, p. 73).

Um perfil da balança comercial da Província no período de 1863 a 1867 está caracterizado nas tabelas 44 a 47.

Na análise dos dados descritos pode-se perceber um ligeiro incremento nos valores arrecadados nas exportações de produtos pela província no referido período.

Tabela 44 – Valores monetários da exportação em 5 anos

Ano	Valor em Réis
1863	993.256\$649
1864	1,178.560\$666
1865	1,028.919\$099
1866	1,432.661\$825
1867	1,424.593\$973

Fonte: Relatório da Província do Amazonas (1868).

Quanto ao comparativo entre os produtos exportados, o que chama bastante atenção é a predominância gêneros vindos da atividade extrativista. Dos 37 itens, 9

³⁷ Arroba é uma antiga medida de massa. Para conversão em quilograma, multiplicar por 15.

são destinados à alimentação, quase um quarto do total.. Aparecem destacados em negrito, os produtos para fins alimentícios (Tab. 45)

Tabela 45 - Produtos exportados pela Província do Amazonas – 1966-1867

Quadro das quantidades e valores dos gêneros exportados no ultimo exercício.				1866 e 1867	
Gêneros	Unidade	Quantidade	Taxa	Valores	Impostos
Azeite de peixe	Canadá	2.320	10%	19.974\$000	1.397\$400
Algodão em rama	Arroba	59	5%	708\$000	35\$400
Breu	Arroba	40	10 %	80\$000	8\$000
Cacau	Arroba	25.917		113.664\$000	11.366\$400
Café em grão	Arroba	30	5%	180\$000	9\$000
Carajuru	Libra	12	10%	14\$400	1\$440
Castanha silvestre	Alqueire	23.604		94.416\$000	9.441\$600
Cravo	Arroba	58		348\$000	34\$800
Couros de boi	Libra	24.442		2.469\$780	246\$978
Ditos de veado	Couro	3.108		2.486\$400	248\$640
Ditos de onça	Couro	8		16\$000	1\$600
Cumarú	Libra	1.342		322\$080	32\$208
Espias de piaçava	Polegada	2.474		1.237\$000	123\$700
Estopa	Arroba	1.328		2.390\$400	239\$040
Guaraná	Libra	19.466		28.199\$000	2.819\$900
Goma elástica fina	Arroba	41.639	12%	666.224\$000	93.687\$750
Dita entre fina	Arroba	870	12%	14.872\$000	1.216\$800
Dita grossa	Arroba	209	12%	2.299\$000	313\$500
Dita sernamby	Arroba	8.954	12%	98.494\$000	13.431\$000
Mixira³⁸	Pote	1.463	10%	10.241\$000	1.024\$100
Óleo de copaiba	Canada ³⁹	3.538	10%	21.228\$000	2.122\$800
Pássaros espalhados	Pássaro	3	10%	3\$000	3\$000
Peixe boi seco	Arroba	108	10 %	162\$000	16\$200
Dito	Arroba	59.564	10%	297.820\$000	29.782\$000

³⁸ É conserva feita de peixe-boi, de tambaqui ou de tartaruga, preparada em gordura do próprio animal

³⁹ Antiga unidade de medida de volume. Para cálculo aproximado em litros, multiplicar por 1,4.

pirarucu					
Piaçava em rama	Arroba	1.201	10%	1.080\$000	108\$090
Puxury	Arroba	83		1.328\$000	132\$800
Redes de tucum finas	Rede	67	5%	2.010\$000	100\$500
Ditas emplumadas	Rede	4	5%	200\$000	10\$000
Ditas pussá	Rede	69	5%	69\$000	6\$900
Ditas travessas	Rede	37	10%	29\$600	2\$960
Sola	Libras	2.912		262\$080	26\$208
Salsa	Arroba	2.699	10%	45.883\$000	4.588\$300
Sebo	Libra	31	10%	186\$000	18\$600
Sumaúma	Libra	8	10%	\$500	\$050
Tabaco	Arroba	71	10%	1.491\$000	149\$100
Tucum em fio	Libra	295	10%	147\$500	14\$750
Vassoura de piaçava	Vassoura	13	10%	4\$333	\$433
Total				1.424.593\$973	172.759\$247

Fonte: Relatório da Província do Amazonas (1868).

Mais interessante ainda é o quadro das importações. Figuram entre os gêneros, os produtos exclusivamente alimentícios de primeira necessidade (Tab.46 e 47).

Tabela 46 - Produtos oriundos de importação – 1866-1867 – 1º semestre do exercício

Produtos nacionais importados por cabotagem para esta capital com isenção de direitos no 1º semestre do exercício de 1866-1867.					Valores oficiais	
Números	Gêneros	Procedência	Unidade	Quantidade	Para cada procedência	Para cada espécie de mercadoria
18	Arroz	Pará	Alqueire	982	2.766\$000	2.766\$000
51	Carne seca	Pará	Arroba	294	1.369\$600	1.369\$600
97	Farinha	Pará	Alqueire	612	1.412\$000	1.412\$000
99	Feijão	Pará	Alqueire	56	224\$000	224\$000
140	Milho	Pará	Alqueire	326	1,480\$000	1,480\$000
165	Peixe seco	Pará	Pacote	149	550\$000	550\$000
Soma					7.801\$600	7.801\$600

Fonte: Relatório da Província do Amazonas (1868).

Tabela 47 – Produtos oriundos de importação – 1866-1867 - 2º semestre do exercício

Produtos nacionais importados por cabotagem para esta capital com isenção de direitos no 2º semestre do exercício de 1866-1867.					Valores oficiais	
Números	Gêneros	Procedência	Unidade	Quantidade	Para cada procedência	Para cada espécie de mercadoria
18	Arroz	Pará	Alqueire	1.178	3.492\$420	3.492\$420
51	Carne seca	Pará	Arroba	737	3.437\$050	3.437\$32050
97	Farinha	Pará	Alqueire	2.125	4.569\$000	4.569\$000
99	Feijão	Pará	Alqueire	497	1.988\$000	1.988\$000
140	Milho	Pará	Alqueire	505	2.212\$4000	1.212\$000
165	Peixe seco	Pará	Pacote	488	1.556\$800	1.556\$800
Soma					17.255\$270	17.255\$800

Fonte: Relatório da Província do Amazonas (1868).

Em relatório datado de 1871, de abertura das sessões da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, a carência de carne vermelha para consumo da população da capital é referida. Agrava a situação a inexistência e outros gêneros alimentícios que pudessem suprir a falta de gado. Mesmo a organização de uma

companhia de pescadores, indústria que não é obrigatória, não consegue minorar o sofrimento da população. (RELATÓRIO..., 1871, p.17).

Em pronunciamento oficial de 1880, encontramos em destaque as queixas sobre a carestia no preço dos alimentos, somada à crítica da qualidade dos gêneros consumidos por uma população com dificuldades de obter outros meios de subsistência. Há no registro da opinião pública como pressão sobre essas dificuldades vividas, ao mesmo tempo em que os gestores se escudam em anunciar que muitas medidas já foram tomadas, entretanto sem lograr êxito. Às causas, o relato atribui a circunstâncias complexas, mas aponta a inexistência da lavoura na província, e, em tom apelativo, sugere que meios provisórios auxiliem a população mais necessitada, até que soluções melhores sejam encontradas. Assim, o pronunciamento afirma de forma drástica que,

Aos que visitam esta província nada impressiona mais depressa do que a deficiência e carestia dos gêneros alimentícios [...] Começando pela carne verde, ordinariamente de má qualidade e talhada sempre a preço avultado, luta a população com iguais dificuldades para obter os outros meios de que carece para sua subsistência [...] São por demais fundados e razoáveis os constantes reclamos da opinião pública a este respeito, e mais de uma tentativa tem sido feita pelo Governo no intuito de remediar semelhante mal [...] Entretanto, cumpre confessar que nada se tem conseguido até hoje, e continua o sofrimento público, pois que não são malogrados os esforços empregados para fazê-lo desaparecer [...] É, porém, complexo o problema, e mais de uma face oferece à reflexão e ao estado, por isso que de diversa natureza e espécie são as causas que o produziram e mantêm [...] Conhecedores da província, como sois, não ignorais que ao lado da questão da carne verde outras existem com relação aos gêneros de primeira necessidade, como sejam, a farinha, o milho, o feijão, o açúcar, o café, etc. os quais todos se vendem aqui por alto preço, com grave prejuízo dos pobres, e com pouca satisfação até para os favorecidos da fortuna [...] Entretanto pode-se dizer que não existe na província a lavoura, o que é muito para sentir, porque além de seus benefícios práticos e materiais, prendendo ela o homem a terra em que vive, torna mais vivazes nele os sentimentos e interesses de campanário, que são a base do grande amor da pátria [...] O que está fora de dúvida é que é forçoso lá ir, pois que assim o exigem as necessidades do povo relativas à magna questão da alimentação pública, a qual, entretanto, urge ser beneficiada por outro qualquer meio provisório, em quanto não o for eficaz e definitivamente. (FALA, 1880, p. 7- 9).

Em 1880, a situação do abastecimento continua grave na Província. Em mensagem enviada à abertura da 15ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, aparece reforçada a queixa dos altos preços praticados por marchantes da capital na venda de carne verde. Dizia o presidente da província que, “uma das grandes necessidades desta capital, que deve merecer seria atenção do poder

legislativo provincial, é incontestavelmente o abastecimento de gado para o consumo público”. (RELATÓRIO..., 1880, p. 24).

Lembra na oportunidade o insucesso da intervenção do governo com a tentativa da empresa de carnes verdes, que além de ser mal sucedida, prejudicou a fazenda provincial, o que levou a um “grave inconveniente de gerar desânimo e prevenção a respeito de medidas sobre este assunto” (RELATÓRIO..., 1880, p. 24).

Assevera, como uma das saídas à crise, a necessidade urgente de se

emancipar esta indústria do monopólio que exercem os marchantes em prejuízo da população, fazendo com que a carne baixe o mais possível, do elevado preço em que o espírito da ganância conserva este artigo de primeira necessidade, sem que uma razão econômica o justifique[pois] Como sabe, o preço da carne nesta capital depende exclusivamente da vontade dos marchantes e não da oscilação do mercado donde nos vem o gado para o consumo (RELATÓRIO..., 1880, p. 24).

O gado no Amazonas, diferente do que ocorria nas províncias do sul do Brasil, não era comercializado nas feiras, “nas quais a abundância ou escassez, nos dias determinados, influem na baixa ou elevação do preço” (RELATÓRIO..., 1880, p.24). [...] O gado que se consumia nesta capital “é todo comprado nas fazendas da província vizinha, quase por um preço fixo e conhecido conforme a idade das rezes, e conduzidos nos vapores da companhia do Amazonas, também por um frete determinado” (RELATÓRIO..., 1880, p. 24). [...] diz o relatório que, **“Não se pode, pois, explicar a elevação repentina, que muitas vezes observamos no preço da carne, se não pelo monopólio a que se acha entregue essa indústria entre nós”**(RELATÓRIO..., 1880, p. 24, grifo nosso).

No ano seguinte, 1881, o presidente da província continua reiterando as lamúrias sobre as dificuldades enfrentadas pela população na aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Ressalta o papel do Ministério da Agricultura em socorrer a crise da província contratando o fornecimento da carne verde à população a partir de subsídios. Há um tabelamento dos preços aquém do praticado normalmente sob garantias de benefícios monetários ao longo do ano, praticado pelo governo geral. Há no relato a discórdia gerada pelo contrato firmado no abastecimento de carne. Assim como um descontentamento com a quantidade de produto autorizado para o talho. Essas insatisfações eram infladas por setores da imprensa local, ressalta o presidente. Nas palavras dele:

Penso ainda hoje absolutamente do mesmo modo, e com mais fundada razão e esperança, porque acabo de receber do ministério da agricultura, em aviso de 18 de dezembro do ano lindo, positivas recomendações a respeito de tão importante melhoramento e a segurança de que o governo geral auxiliará a província no próximo futuro exercício. Com efeito, autorizando por essa lei a presidência da província a contratar o fornecimento de carnes verdes ao mercado desta capital, dispusestes no § 6º do art. 1º que esse contrato seria rescindido no fim de dois anos, sem ônus para a província, se a esse tempo estivessem abertas comunicações fáceis para as fazendas do Rio Branco. Com essa lei teve em mira aliviar a crise porque estava pensando a população desta cidade, onde então se talhava carne de péssima qualidade, em quantidade insuficiente e pelo elevado preço de 800 réis o quilograma [...] Em virtude dela celebrei com os negociantes desta Praça Antonio Rodrigues Soares & Companhia o contrato de 31 de dezembro, pelo qual se obrigam a expor a venda de 600 a 800 quilogramas de carne verde ao preço de 520 réis, percebendo por esse serviço a subvenção de 12 contos de réis anuais, pagos por bimestres vencidos. Contra este contrato desde seu começo levantou-se nesta cidade tão rendida quanto injusta oposição por causas que são felizmente notórias, entretanto exprime-o um incontestável labor e benefício público [...] O que convém é dar-lhe maior largueza para completa satisfação do povo, pois o seu único defeito é autorizar o talho de um numero de quilos de carne insuficiente. O fiscal do governo nesse serviço é de parecer que aquele número seja elevado a 800 quilos nos meses da vazante do rio e a 1200 nos meses da cheia [...] Com esta simples modificação estou convencido que esse alimento chegará para todos, e desaparecerá a ansiedade dos que não o tem podido obter em consequência da grande procura resultante da barateza dele, ansiedade que é natural, mas não autoriza certamente os maus conceitos e as instigações à prática de ações reprovadas, aconselhadas infelizmente por uma parte da imprensa desta cidade, que é pena afasta-se da região serena em que é guia e luz dos povos e governos para adiantar-se no plano inclinado do desvairamento da opinião pública. (FALA...,1881, p. 7- 9).

Em 1885, era anunciado que as medidas de intervenção do governo central na economia dos gêneros alimentícios não obtiveram êxito. Dizia o presidente da província que mesmo sendo “avultada a quantia despendida para esse fim pelos cofres públicos” no se conseguira “facilitar à população alimentação constante e sadia, por preços razoáveis” (FALA..., 1885, p. 14).

Dentre s novas medidas de intervenção, o governo da província decidira não mais continuar com o “fornecimento de carne para o consumo público [...] apresentando-se no mercado como um concorrente digno de ser temido”. As novas medidas caminhariam no sentido de se determinar

ao encarregado da venda de carnes verdes por conta da província que abatesse por dia somente o numero de rezes que fosse necessário, para suprir a falta de carne de que se ressentisse o mercado e quando o abastecimento desse gênero não pudesse ser feito convenientemente por particulares sem elevação do preço estabelecido e, logo que se consumiu o gado existente, mandei suspender a gratificação que percebiam aquele encarregado e o respectivo fiscal, não tendo, durante a minha administração, comprado gado algum. (FALA...,1885, p.14).

Como forma de minorar o impacto de tal medida o governo da província decidiu contratar uma firma com tarefa de abastecer a capital diariamente com “carne de gado vaccum, lanígero e suíno, peixe d’água salgada, frutas, leite e legumes, tudo em quantidade suficiente e da melhor qualidade e conservado, perfeitamente, por meio de aparelhos frigoríficos dos mais aperfeiçoados”. (FALA...,1885, p.14).

Em mensagem de 1894, o governo do Amazonas continua afirmando que “a alimentação pública desta capital é má e caríssima”. E como consequência deveria “merecer toda a consideração do Governo, porque entende de perto com a saúde pública e inflige diretamente sobre as condições de bem estar da população”, em especial, aos desafortunados (MENSAGEM...,1894, p. 26-27).

Embora as condições de desenvolvimento da produção de alimentos tivessem na região condições propícias na análise do governo, a velha queixa perdurava sobre o extrativismo como culpado pelo insucesso, pois “apesar de encontrarem no Estado os melhores elementos de prosperidade”, ainda não se conseguira “a atração de braços, porque todos afluem para a indústria extrativa, donde tiram resultados que torna impossível qualquer competência”. (MENSAGEM...,1894, p. 27).

As medidas de intervenção “para minorar os efeitos da crise determinada pelo aumento excessivo do preço do gado vendido para o consumo público”. continuavam inúteis diante da crise de abastecimento. Os resultados obtidos, segundo a mensagem, “não compensa[vam] os sacrifícios feitos pelo Estado”. Então nova proposta era apresentada. O governo deveria conceder “favores excepcionais aos que se propusessem entrar no mercado em condições de servir melhor e mais barato”. Entre as benesses estariam a “dispensa de impostos, concessão gratuita de talhos no mercado público” (MENSAGEM...,1894, p. 27).

5.2 PROVÍNCIA DO MARANHÃO

Na abertura da sessão da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, no dia 3 de julho de 1841, o presidente da província discursava sobre a situação do comércio e da balança comercial sob sua jurisdição. Referia-se que entre os principais gêneros importados pelo Maranhão estavam “fazendas de algodão, linho, lã, seda, aguardente, manteiga, farinha de trigo, ferragens, calçados, drogas, louça e

vidros” alcançando de 1835 à 1836, as quantias de 3:170:028\$888; de 1836 a 1837 à de 3:771:960\$435 (DISCURSO...,1841, p. 92).

Entre os itens de exportação figuravam “o algodão, arroz couros, borrachas, urucu, goma, salsa e óleo de copaiba”. Entretanto, a economia de exportação decrescera no período de 1839 a 1840 por conta de desordens que vinham ocorrendo naquela Província. Em decorrência de haverem sido Interrompidas as vias de comunicação “em Itapecurú, Caxias, e outros pontos do centro”, ocorrera a privação de diversos produtos da lavoura, “que por outro lado também definhava porque os braços que a deveriam afagar ou se ocupavam em sufocá-las e derramar o sangue dos cidadãos, ou em procurar segurança às vidas, depois de arrasadas as fortunas”⁴⁰, assim completava o presidente do Maranhão (DISCURSO...,1841, p. 93-94).

Após a sequência de eventos revoltosos da Balaiada, o presidente da Província do Maranhão, apresenta à sessão da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, em 1856, uma sintética história do desenvolvimento daquele território desde a criação da capitania do Maranhão e Grão-Pará. Refere-se com enfaticamente dos episódios violentos que sucederam os 1830. Dessa feita, dizia que,

A sanguinolenta e vandálica revolta de 1830 seguiram-se as encarniçadas lutas dos grupos, que se disputaram o domínio exclusivo desta desolada província e que simbolizados nos nomes de uma ou de outra família, que, dispondo deles, procuravam para seus fins fomentar e de outros recursos, se arrogava a suprema direção deles, procuravam para seus fins fomentar o exaltamento das classes ínfimas da população, reunindo-a em cômicos, implementando-lhe ânimos a turbulência e favorecendo-lhe a ociosidade; e destarte a desviavam das ocupações úteis e faziam-na perder o habito do trabalho. Desenvolveu-se então espontaneamente o prurido das pretensões aos cargos públicos, com grave detrimento dos ofícios maquinas e da lavoura: os cargos eram considerados como uma recompensa da vida à serviços eleitorais, e pouco importava que nos pretendentes se desse mingua, ou mesmo absoluta falta das habilitações mais indispensáveis para exercê-los. (RELATÓRIO...,1856, p.76-77).

⁴⁰ Faz-se referência à Balaiada, um movimento de revolta social ocorrido no Piauí, Maranhão e Ceará, no período de 1838 a 1841. Tratava-se de conflitos entre dois grandes grupos. De um lado estavam os grandes proprietários de terras e de escravos, as autoridades da Província e comerciantes; do outro, participavam pequenos proprietários de fazenda, vaqueiros, artesãos, e escravos. O segundo, era formado por negros, mestiços, índios, mulatos e sertanejos, que despossuídos de terras e de cidadania sem direito à cidadania e acesso não suportavam os desmandos de sucessivos governos autoritários e clientelistas das oligarquias da região que chegaram ao poder após a “proclamação da independência” do Brasil (DIAS, 1995).

Lamenta o referido relatório o fato do “comércio de importação e exportação da Praça de Belém [que] era feito quase todo por intermédio do porto de São Luiz”, devido as “fatais consequências do deplorável estado, a que ficou reduzida esta província”, ter sido feito a partir de então diretamente de Belém “com os países da Europa e da America” (RELATÓRIO...,1856, p.77).

Como perspectiva de florescer novamente as atividades comerciais aquela província, o governo apresentava como propostas:

1º. Traçar um vasto sistema de vias de comunicação fluviais e terrestres entre os centros mais importantes de produção e o litoral, e não poupar sacrifícios que serão abençoados pela população quando começar a entrar no gosto das vantagens, que deles hão de necessariamente provir e que serão prodigamente recompensados por estas.

2º. Abandonar o atual método de cultura, que fica descrito em ligeiros traços, filho da ignorância dos primeiros colonos que há de três séculos povoaram esta terra, e da cega rotina dos que seguiram que exaure as forças do homem para obter uma soma de produtos evidentemente inferior a que conseguiria se as empregasse segundo a prática dos países mais adiantados nos conhecimentos agrícolas, embora de uma maneira menos perfeita.

3º Derramar a instrução profissional, que no meu entender deve por ora limitar-se a ser toda prática exemplar, adiando-se para tempos que hão de vir a explicação e o conhecimento perfeito das teorias. (RELATÓRIO..., 1856, p.78).

O relatório apresenta ao final das suas considerações um detalhamento do desempenho do comércio praticado no período. Damos ênfase aos produtos destinados à alimentação humana. Começamos pelo desempenho da agricultura do arroz:

[...] A introdução do arroz branco de Carolina deve-se a extinta companhia do comercio, que, no ano de 1766, estabeleceu a primeira fábrica de soque no sitio denominado – Anil -, onde anteriormente, como o mesmo nome parece indicar, tinha havido uma fábrica de anil, e que supondo ter sido fundada em virtude de um privilegio de dez anos concedido, como consta do alvará de 1º de abril de 1729, a favor de José Miguel Ayres[...] A exportação do arroz de 1780 até 1819 foi sempre crescente, chegando, às vezes, a exceder ao computo de 360,000 arrobas. Hoje, porém, decadente como está, é calculada em 130.000 arrobas[...] Existem nesta cidade cinco fábricas de descascar arroz, sendo uma movida por vapor, duas por vento, uma por água e outra por animais; calcula-se o produto delas em 170.000 arrobas, das quais 130.000 são exportadas, e 40.000 consumidas na capital. O interesse líquido dos proprietários destas fábricas monta, segundo seu informado, em 50.000\$000 reis anualmente[...] No triênio de 1852 a 1855 foram importados na capital 380,670 arrobas de arroz, no valor de 582,852\$200 réis[...].

Sobre a produção de açúcar nos engenhos e do cultivo dos canaviais,

[...] foi este gênero um dos produtos da lavoura da capitania de São Luiz nas primitivas épocas, porquanto, em 1622, como fica referido, Antonio Muniz Barreiro estabelecem dois engenhos nas margens do Itapucurú, e no meado desse século havia cinco ao tempo da invasão holandesa, que depois desapareceram, e em 1722, de seis de grosso rendimento, fundados nas fertilíssimas terras de Mearim, segundo refere o autor dos anuários históricos do Maranhão, sendo abandonados pelo sobrado receio do gentio, restavam ainda três de pouca utilidade[...] Os dados relativos às fazendas, que os jesuítas possuíam, tanto na ilha, como em diversos pontos da capitania, fazem-me aventurar que eles cultivaram em grande escala a cana de açúcar, e que, coincidindo a época de sua expulsão com a do estabelecimento da companhia do comércio, a cujos esforços se devem o desenvolvimento da cultura do arroz e do algodão, e tendo sido postas as fazendas daqueles em administração por conta do real cenário, e depois vendidas aos particulares em hasta pública, não só o interesse que davam os dois preditos gêneros, como o desmantelamento das fazendas já pela arrematação dos escravos a uns, de estabelecimentos a outros, e já, finalmente, pela liberdade dos índios, que faziam a maior parte do costeiro delas, deram lugar ao abandono da plantação de cana. O ano de 1846 marca o começo da época do reaparecimento do seu cultivo [...] No triênio de 1852 a 1855 foram importadas nesta capital 28.876 barricas de açúcar no valor de 56.528\$000 réis (RELATÓRIO..., 1856, p. 80-81).

Segue no relato, a importância do milho para alimentação animal e de escravos. Há a queixa da inexistência de sementes de melhor qualidade e apreciação e do impacto da importação do referido gênero:

[...] o que se cultiva nesta província tem o grão pequeno e a cor amarela e serve para alimento de animais e aves domésticas, e, também, para auxiliar o sustento da escravatura. Não me consta que haja o milho branco e grande, que, na província de Minas Gerais, constitui a principal base de alimentação de seus habitantes e dos animais domésticos, bem que para estes também ali se plante o milho de uma cor amarela bem pronunciada, e que melhor resiste à irregularidade das estações [...] A fécula do milho é um alimento saudável, e sendo o território desta província tão apropriado a sua cultura pela abundância que se observa nas colheitas, não acho razão plausível para que não se generalize o seu uso, e seria para desejar que os lavradores assim fizessem mandado vir sementes de melhor qualidade. Conquanto este gênero seja fácil de danificar-se pelo gorgulho, podia tornar-se um ramo de exportação. No triênio de 1852 a 1855 foram importados na capital 55.103 alqueires de milho no valor de 62459\$300 réis (RELATÓRIO..., 1856, p. 82-83).

O Feijão tem uma cultura muito limitada. “No triênio de 1852 a 1855 apenas foram importados na capital 2.327 alqueires no valor de 20469\$ réis”. O cultivo dessa leguminosa era feita por alguns” lavradores bem como o cará, o inhame, o mangrito e outras raízes tuberosas, mas para entreter a abundância do que como gênero de comércio, pois não é levado ao mercado, fato que não tem explicação”. (RELATÓRIO..., 1856, p.83).

O arroz e a farinha de mandioca figuram como principais alimentos dessa província. Sobre o produto da mandioca, o relatório enfatiza que

A exportação da farinha que data de época bem próxima, quando acontece haver abundancia nesta, e falta em outras províncias do império, tem chegado a cem mil alqueires, nos três últimos anos, porém, em que a irregularidade das estações diminuiu todas as produções agrícolas, foram importados nesta capital ano de 1852-1853 72.454 alqueires, no valor de 144.000\$ reis, no ano de 1853-1854 88.786, na importância de 150.905.\$000 reis, e no ano de 1854-1855 003,100 alqueires, no valor de 169.650\$000 réis [...] A importação da tapioca nos três preditos anos foi, no primeiro de 6.567 alqueires no valor de 19.701\$000 reis, no segundo apenas de 2.107 =, na importância de 6321\$00 reis, e no ultimo de 8,113 alqueires, no valor de 24,239\$000 reis. (RELATÓRIO..., 1856, p. 83).

No tocante aos alimentos de origem animal, o relatório destaca a “criação de gado *vaccum*, *cavallar*, muar, suíno e lanígero” . por se constituírem “como um dos mais importantes ramos da indústria rural”. O cálculo apontava para uma “produção anual de gado *vaccum* em toda a província em 30.000 cabeças, as quais reuniram mais de 15.000 importadas do Piauí para o consumo”. Ressalta a aptidão regional para a criação de gado, visto que “um terço da superfície do território da província é de campos de criar, não há comarca que não possua maior ou menor extensão deles, e, certamente, o gado cria-se quase entregue a lei da natureza”, posto que, “por falta de trato se perde boa parte da produção” (RELATÓRIO..., 1856, p. 84).

A contabilidade de gêneros importados derivados de gado foram as seguintes, de acordo com o relatório:

A importação de carne seca da província nesta capital foi no ano de 1852-1853 de 12.795 arrobas, no valor de 40, 944\$000 reis, no de 1853-1854 de 15.168, no valor de 60.672\$000 reis, e, finalmente, no de 1854-1855 foi dos 13.908 arrobas, no valor de 69.540\$000 reis. A importação de vaquetas foi no primeiro dos referidos anos de 5.272 no valor de 2.102\$800 reis, no segundo de 7.040 no valor de 15.488\$000 reis, e no terceiro de 6.960 no valor de 12.528\$000 reis (RELATÓRIO..., 1856, p. 84-85).

Passados dois anos, em 1858, outro relatório evidenciava o quadro da balança comercial do período (Tab. 48).

Tabela 48 - Gêneros de produção da província importados e exportados de abril a setembro de 1858.

GÊNEROS	IMPORT.	EXPORT.
Algodão – sacas	15, 253	20, 711
Dito em caroço – arrobas	69	--
Arroz em casca – alqueires	29,023	201
Dito pilado – sacas	192	3, 150
Açúcar – barricas	4, 205	4,281
Aguardente – pipas	733	712
Dita tiquira – frascos	3,800	2, 437
Azeite de andiroba – frascos	301	--
Dito gergelim – frascos	096	--

Dito de campalo – barris	676	--
Café – arrobas	841	006
Camarão – arrobas	1,365	014
Carne seca – arrobas	7,437	104
Carrapato – alqueires	043	--
Couros -	13,871	17,938
Farinha – alqueires	63,299	30,862
Feijão – arrobas	331	076
Fumo – arrobas	1,311	098
Grude de peixe – arrobas	085	020
Mel – barris	069	049
Milho – alqueires	7,419	1,175
Óleo de copaíba – frascos	10,435	10,273
Peixe seco – arrobas	3,804	016
Porcos	906	067
Rezes	5,603	202
Sabão de andiroba – arrobas	1,418	--
Sal – alqueires	14,534	100
Sebo – arrobas	1,059	--
Taboado – dúzias	2,158	--
Tapioca – alqueires	3,709	2,074
Vaquetas	474	--

Fonte: Relatório da Província do Maranhão, (1856).

Um ano depois, o relatório provincial de 1859 anunciava ainda o declínio da agricultura no Maranhão. Os principais gêneros cultivados, que outrora deram vulto à sua riqueza e animação as transações comerciais” se encontram em decadência. É o caso do arroz, “cuja a produção foi no decênio de 1812 a 1821, tendo em média, 68.889 sacas com 317.262 arrobas, no decênio de 1818 a 1837 tem uma redução, tendo em média, 28.178 sacas 123.350 arrobas e no ultimo triênio a 18.300 sacas com 93.372 arrobas”. (RELATÓRIO..., 1859, p.26-27).

Apontava como causa do insucesso a mão de obra e questões estruturais, como são descritas no relatório:

1ª Terem os lavradores transferidos as suas fazendas das margens do rio Itapecuru para os centros, de onde, em razão de grande distancia e do exercício despendia com os carretos, não é conveniente transportá-los.

2º A falta de transportes fluviais, ocasionada por deficiência de braços escravos, com que são tripuladas as embarcações que navegam pelos nossos rios, o que trouxe em resultado a alta dos fretes dos gêneros. (RELATÓRIO..., 1859, p.27).

Em 1866, ocorria na província a diminuição da “produção de gado vacum na província”. Estavam desaparecendo “das feiras da província o gado que outrora

vinha de diversos municípios do Piauí. O relatório provincial desse ano aponta entre as causas para o desabastecimento de carne, a falta da concorrência de controle sobre os preços praticados pelo monopólio dos poucos marchantes. Diz o relatório que,

O comércio de carnes verdes pressupõe, como sabeis, três classes de entidades: consumidores, intermediários, geralmente denominados de marchantes e criadores. É nas relações dos intermediários com os criadores que comumente se originam as complicações e dificuldades que muitas vezes perturbam o regular andamento daquele gênero de negócio [...] Por estar situada em uma ilha, em consequência de embarços resultantes das disposições físicas do terreno, esta capital não possui em suas vizinhanças, com as precisas acomodações, pastagens e cercados nos quais se reúnam os gados vindos do interior e sirvam, por assim dizer, de feira central, onde facilmente e sem despesas de transporte possam ir ter todos os interessados no comércio de carnes verdes, abrindo-se dest'arte largo espaço à concorrência. Desafogados da concorrência e reduzidos a pequeno número, os marchantes deram a lei aos criadores e a todos quantos traziam as feiras de gado comprados pelos municípios desta província e da do Piauí, e, senhores do campo, impuseram o preço que lhes aprobe[...] Os pobres criadores, não podendo conservar o gado em seu poder muito tempo, por lhes faltarem as acomodações necessárias, e d'outro lado não lhes sendo fácil reconduzi-los, submeteram-se às condições impostas e não tiveram remédio senão ceder as ruas rezes por preços mínimos. É o que explica a singularidade de ser ordinariamente barata na capital a carne havendo grandíssima falta de gado na província (RELATÓRIO..., 1859, p.36-37).

Em documento do início do século XX, na fase republicana, o Maranhão apresenta um rol de produtos exportados e os seus compradores. Damos evidência aos itens de gêneros alimentícios:

Quadro 9 – Estados compradores e produtos exportados pelo Maranhão

Estado comprador	Gêneros
Rio de Janeiro	Arroz pilado, tapioca do Maranhão
Ceará, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Sul e Espírito Santo	Arroz
Pará	Arroz, carnes, banhas e açúcar
São Paulo	Tapioca
Amazonas	Arroz e carnes
Pernambuco	Arroz e tapioca

Fonte: Mensagem - Estado do Maranhão (1919).

5.3 PROVÍNCIA DO PARÁ

Na província do Pará, em relatório oficial do ano de 1868, é apontada a decadência da agricultura. Entre as justificativas referidas estão:

A falta de braços, a facilidade, ou antes, comodidade da indústria extrativa dos inúmeros e abundantes produtos naturais, o alto preço dos capitais de empréstimo, causas acumuladas e de origem diversa, tem concorrido para o lamentável estado em que se acha o depreciamento da prosperidade e estabelecimentos agrícolas [...] É para lamentar que, para mais facilmente chegarem a obter os auxílios e medidas de que carecem, não tenha os lavradores procurados desenvolver em seu proveito, o fecundo princípio do espírito de associação, como meio de tornarem-se deste modo solidários em seus interesses, e fortalecerem-se mutuamente (RELATÓRIO..., 1868, p. 22).

Quanto à economia industrial, a província se ressentia de sua inexistência. Diz no relato que a “indústria está ainda em sua infância, que parece prolongada”. Como causa estaria a “facilidade com que a classe proletária encontra na pesca e indústria propriamente extrativa dos inúmeros produtos com que a natureza dotou esta zona, um recurso vantajoso e um meio de subsistência por de mais cômodo”. Por isso, “raros são os que se dedicam à agricultura, e essa mesma acanhada, geral e essencialmente rotineira é rebelde aos melhoramentos que a ciência descobre todos os dias”, bem como a necessidade de se “substituir pelas máquinas e aparelhos a falta de braços, e a aumentar as forças artificiais”, diz o documento (RELATÓRIO..., 1868, p. 25-26).

No Relatório, que o presidente da província abria a 2ª sessão da 18ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, em 1873, a reclamação presente nas províncias anteriormente citadas. “A carne verde, gênero de primeira necessidade, era vendida na capital pelo elevadíssimo preço de 600 reis o kg, além de ser de péssima qualidade” (RELATÓRIO..., 1873, p. 48-49).

. Da mesma forma, “a farinha, gênero também de grande consumo, era vendida pelo preço de 12\$000 reis o alqueire!” (RELATÓRIO..., 1873, p. 48-49)

. Dessa feita, os gêneros de primeira necessidade “eram vendidos por um preço impossível à população pobre, que, em toda a parte, faz sempre o maior número” (RELATÓRIO..., 1873, p. 48-49). O combate à carestia investe-se de prioridade política, visto que “a excessiva carestia dos gêneros de primeira necessidade, vem a fome com o triste cortejo da miséria”. (RELATÓRIO..., 1873, p. 48-49).

Em 1874, o Relatório da Província reforça o entendimento dos motivos da decadência da agricultura do Pará. Diz o relatório:

Não posso falar da agricultura do Pará, sem lamentar que ela tenha caído em quase completo abandono. Conheceis muito melhor do que eu as

causas dessa ruína da agricultura, já mil vezes denunciados nos relatórios dos meus antecessores, nos livros de escritores conscienciosos e na imprensa em geral. As cobiças do seringueiro ignaro feriam-a profundamente, mas a mo calosa do imigrante inteligente fará ergue-se da prostração em que se está e em mais ou menos anos a colocará na posição que lhe está destinada a da primeira, mais nobre e mais fecunda das indústrias do nosso país [...] Já vos disse a pouco que o Pará compra hoje ao Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e Maranhão os gêneros que outrora produzia em abundancia: o café, o algodão, o açúcar e a farinha de mandioca ou farinha de água. (RELATÓRIO..., 1874, p. 64).

No caso da cultura da mandioca destinada à produção da farinha que “ocupava há alguns anos grandes quantidades de braços, e nem um cultivador e fabricante deste gênero teve jamais de arrepender-se de dedicar-se a essa cultura”, embora em período recente ao relatado, a farinha tenha sido vendida pela quinta parte do seu preço”. Meso que interessante economicamente, “a maior parte dos cultivadores foi distraída pela fascinadora indústria do fabrico da borracha”(RELATÓRIO..., 1874, p. 64).

Ainda em 1874, mas agora no Relatório oficial da Província do Pará, é anunciado o desaparecimento de alguns ramos da agricultura. Dentre as causas do mal, figura como de antes, “a carência de braços úteis e a procura de numerário”. Destaca-se no relato o fato de que o Brasil precisava “de braços e o norte mais do que sul, porque a pequena corrente de imigração que temos podido dirigir para o império corre, em sua quase totalidade, para as províncias do sul” .(RELATÓRIO..., 1874, p.14). Precisava-se de colonos, mas de colonos para o trabalho e não de simples consumidores, sempre exigentes. (RELATÓRIO..., 1874, p.14).

Na linha do pensamento malthusiano, o relato aponta a “alimentação como limite do aumento de população” (RELATÓRIO..., 1874, p.15). Por isso, deveriam os colonos produzirem “mais do que o consumo”, e conclui que “no entanto tudo quanto se fizer para baratear o alimento é pouco”. (RELATÓRIO..., 1874, p.15).

A agricultura lutava “contra grandes dificuldades criadas pelos prazos fatais e juros de 12, 13 e 18 % dos empréstimos de que todos dias precisa, e sem os quais não pode alegar os seus trabalhos”, completava o relatório o rol de dificuldades para o incremento de produção agrícola(RELATÓRIO..., 1874, p.15).

Em um trecho do relatório datado do ano de 1875, aparece a queixa que “em geral se pode asseverar que a agricultura nesta província sucumbiu sob influência fascinadora do fabrico da borracha ou goma elástica” (RELATÓRIO...,1875, p.60-61). Continua lembrando que “ainda há vinte anos passados se cultivava, em escala

relativamente grande, o cacau, cana de açúcar, arroz, algodão, mandioca, café e exportava-se o seu produto em bruto ou manufaturado” (RELATÓRIO...,1875, p. 60-61), em quantidade considerável. Conta ainda de como a “população tinha em abundância os gêneros alimentícios” (RELATÓRIO...,1875, p. 60-61). A farinha de mandioca e de tapioca, o chocolate e o açúcar eram fabricados e “exportava-se grande quantidade de tudo isso”. (RELATÓRIO...,1875, p.60-61).

Considera a mudança de comportamento no Pará. Essa província passou a suprir-se “das outras provinciais do que lhe é mais necessário (RELATÓRIO..., 1875, p. 61). Desde então, começou a depender da “carne seca do sul, café do Rio de Janeiro e Ceará, charutos da Bahia, algodão e açúcar de Pernambuco, arroz e farinha do Maranhão” (RELATÓRIO..., 1875, p. 61). Chegara ao ponto de ter “chegado à incúria que uma lei provincial autoriza a Presidência a comprar gado vaccum de outras províncias para abastecimentos de carnes verdes no mercado da capital” (RELATÓRIO..., 1875, p. 61).

Mas essa realidade não tomava conta de todos os lugares da província:

Os únicos municípios em que a agricultura ainda subsiste como profissão, ou melhor, recursos dos habitantes, são precisamente aqueles em que as seringueiras faltam absolutamente, ou só existem em quantidade tão diminuta que não podem oferecer vantagens; tais são o de Bragança, Guamá, e em grande parte os de Óbidos, Alemquer, Vigia e Cametá, ela subsiste, mas já muito enfraquecida e arruinada pela concorrência da borracha, nos municípios de Portel, Igarapé Mirim, Capital, Muaná, Santarém, Macapá, Oeiras e Mazagão (RELATÓRIO..., 1875, p. 61).

Por outro lado, “nos municípios de Gurupá, Porto de Moz, Melgaço, Curralinho, Boa-vista e Breves, não existe cultura alguma e não há outra indústria e ocupação além do fabrico de borracha” (RELATÓRIO..., 1875, p. 61).

Entre os que não produzem agricultura, mas possuem outra atividade produtora de alimentos de origem animal estão “os municípios de chaves, Soure, Cachoeira, parte do de Muaná, na Ilha do Marajó e a maior parte do de Monte Alegre” (RELATÓRIO..., 1875, p. 61) que são “exclusivamente criadores de gado vaccum, sendo esta indústria também exercida em pequena escala no município de Bragança, e em todos os municípios banhados pelo Amazonas, desde Faro até Macapá” (RELATÓRIO..., 1875, p. 61).

Sobre a produção da mandioca, diz o relatório que se trata de uma

cultura efetiva no município de Bragança, de onde transformada em farinha é exportada em grande porção para a Capital conjuntamente com a que em milhares de alqueires vem importada de Maranhão para abastecimento do Pará. Os outros municípios em que é ainda cultivada a mandioca, mas em pequena escala e insuficiente para o consumo dos respectivos habitantes, são o da Vigia, Capital, Mojú, Igarapé Mirim, Cametá, Cachoeira, Muaná, Oeiras, Portel, Chaves, Macapá, Mazagão, Santarém e Óbidos, sendo todos estes municípios e os outros não especificados supridos pela capital com a farinha que vem do Maranhão e Bragança (RELATÓRIO..., 1875, p. 62).

“O arroz é um gênero de fácil cultura na província, onde mais ou menos aparece cultivado em escala diminuta”. Ele aparece em maior produção “nos municípios da capital, Bragança, Macapá, Vizeu, Igarapé Mirim, Cametá, Oeiras, Portel e Muaná é cultivado em maior escala, mas não suficiente para o consumo interno” (RELATÓRIO..., 1875, p. 62).

Na Mensagem de 1893, encontramos a contínua queixa de carestia e ausência de gêneros alimentícios no Pará. O trecho que segue é enfático nesses reclames e aponta soluções que só poderiam ser tomados e adotados pelas altas esferas do poder. Assim está no documento:

A vida, já tão precária pela elevação dos preços dos gêneros de primeira necessidade, de novos embaraços foi cercada com a escassez de carnes verdes e natural subida do custo dessa mercadoria. Assunto é esse da competência dos poderes municipais, a que não deveis contudo ficar alheios porque a solução do problema da alimentação pública depende de medidas, cuja adoção, em boa parte, cabe aos altos poderes do Estado. A manifestação desse mal que tanta vez e de longa data tem já afligido esta Capital, e que na atualidade em tantos outros pontos do país está causando danos, deu ensejo a que se levantassem vozes, pondo em circulação os mais grosseiros erros (MENSAGEM..., 1893, p. 28).

Por conta dessas intervenções constantes, diz a mensagem que se registravam reclamações sobre essa “intervenção direta do Governo, e até contra as garantias da Constituição e pelas leis é liberdade do comércio e da indústria”. Apregoavam, nessa direção, “como remédio ao grande mal a adoção de determinações legais impondo preço máximo a gêneros de consumo” (MENSAGEM..., 1893, p. 28).

A castanha-do-pará aparece com destaque na economia do Pará no início do século XX. Na mensagem de 1925, trata a amêndoa como sendo o “produto que está alimentando a vida econômica do Estado é a castanha, que tem sido favorecido com preços convidativos, desde 5\$000 o hectolitro – sua unidade de venda -, até 150\$000”, cotadas assim as “do Tocantins, Mazagão, Jarí e

Trombetas”(MENSAGEM...,1925, p.15). Vale ressaltar aqui que esse entusiasmo com a castanha e decorrente da queda da exportação da borracha, que representava o principal produto da Amazônia. Costa⁴¹ (1993, p. 22) nos lembra que “em 1921, a quantidade de borracha exportada pela Amazônia representava 50% da quantidade exportada em 1915 e 45% do volume vendido ao exterior em 1910”

A castanheira é uma árvore existente “nos terreiros altos (terras firmes) do estado, por entre ilhas, verdadeiros conglomerados de famílias vegetais da mesma espécie e se impõe, nas florestas da Amazônia, pelo seu alto e dominante porte” (MENSAGEM...,1925, p.15). Da mesma feita que a seringueira, “esconde-se também mata adentro, por traz dos terrenos encachoeirados dos rios, dificultando, assim, a sua aquisição”. Esses castanhais se localizam “principalmente em terras devolutas (terras do Estado)”, onde o nomadismo “MENSAGEM...,1925, p.15) ainda constitui a regra” (MENSAGEM...,1925, p.15).

A economia da castanha envolve o deslocamento de “populações das cidades, vilas e povoados do Estado, em demanda desses centros longínquos, para onde também se dirigem comerciantes ambulantes, estabelecidos em casas provisórias durante a safra”. Os negociantes da castanha as adquirem dos coletores “a troco de mercadorias, adquirindo-o de conta própria ou a conta de terceiros, mas fazendo-o sempre com grandes vantagens sobre o extrator”. Os cálculos estimavam uma receita sobre este produto, que oscilava, “em volume, de 13.467 hectolitros, em 1890, a 319.318, em 1922, ano de sua máxima produção”. Por conta do declínio da economia da borracha, o Pará “tem vivido de suas preciosas nozes, sendo delas que o comércio e as finanças têm auferido os melhores lucros” . Por consequência da crise da Europa que sofre com a falta de alimentos, “após guerra, sobretudo para as populações pobres, fez conhecida a nossa castanha, que teve cada vez mais larga a aceitação e passou do emprego, em confeitos, a constituir a nutrição do proletário” (MENSAGEM...,1925, p.15-16).

Na compreensão que se pode ter do referido período, concordamos com Reis quando este caracteriza a agricultura praticada na Amazônia. Nesses termos, ele se expressa:

⁴¹ Em *Grande Capital e Agricultura na Amazônia*, Costa (1993) apresenta um panorama histórico e econômico da agricultura na região sob impactos da entrada do grande capital. Ver também, *Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*, do mesmo autor (2000)

A Amazônia ficou naquilo que fora desde o início. A agricultura, que exige certo domínio sobre a natureza, apenas se ensaiou: modesta, como vimos, isto é, no ponto mais acessível do vale e onde as condições são melhores; um pouco também do Rio Negro, também mais favorável. Nesses lugares, sem contar os gêneros clássicos da colônia, cultivaram-se as espécies nativas, como o cacau, a salsa, o cravo, a baunilha, o ipadu (coca); introduziram-se outras, como café e anil. Mas tudo em proporções insignificantes (REIS, 1982, p.18).

Ao se aproximar da metade do século XX, vários planos do governo central serão destinados à região Amazônica par seu desenvolvimento. Na década de 1950, a Amazônia entrou numa fase de planejamento do seu destino e de sua função no cenário nacional.

É nesse período que se criava a SPVEA. Na esteira dessa superintendência, vieram os planos destinados a definir o papel da Amazônia diante dos desafios colocados ao país (ALVES FILHO, 2000). A região “tornou-se então objeto de tratamento, à luz das modernas técnicas de planejamento”. E nessa direção, dois movimentos: “a transformação do Banco de Crédito da Borracha em Banco de Crédito da Amazônia (1951) e a criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (1952)”. (D’ARAUJO, 2010).

Tabela 49 – Equivalência da borracha natural da Amazônia brasileira com vários produtos alimentícios

		1900	1953
1 quilo de borracha =	Arroz	30 k	2 k
	Café	10 k	1 k
	Banha	10 k	1 k
	Açúcar	45 k	4 k

Fonte: D’ARAUJO 2010.

Entre 1901 e 1949, “enquanto o preço da borracha aumentava em 263%, o do arroz era acrescido de 961%, e o da farinha, 254%”. O governo atribuía esse fenômeno à queda internacional dos preços da borracha brasileira e do concomitante aumento dos preços dos produtos agrícolas no país”. Isso explica o incentivo ao setor agrícola pois era tida como alternativa para a região. Assim, seriam amenizadas questões sociais locais e do restante do país, oportunizando baixos custos na produção de alimentos. Mais uma vez, retoma a cena o culpado pela até então má sorte da Amazônia: o extrativismo. Ele não se enquadrava nas exigências de desenvolvimento nacional e internacional.(D’ARAUJO, 2010)

Um Programa de Emergência foi aprovado no Congresso em 1954. A Amazônia que era tida como possuidora da maior reserva de minérios do Brasil, seria também um território favorável à grande agricultura. Pensava-se como levar o progresso para essa região, ao mesmo tempo em que ela seria ocupada, assim protegendo as suas fronteiras. Era preciso rever o modelo de sua economia extrativista. Esta “não produzia formas comunitárias de vida, não fixava o homem ao solo e não desenvolvia a agricultura”. Nesse sentido, o Programa estabeleceu sete linhas de prioridades. Dentre elas, quatro se relacionam mais diretamente com a produção de gêneros alimentícios. São a

[..] produção local de alimentos, em uma proporção pelo menos equivalente às suas necessidades, de consumo; produção de matérias-primas e produtos alimentares necessários à economia nacional e que o país precisava importar; exportação de matérias-primas regionais, e conversão gradual da economia extrativista e comercial em economia agrícola, industrial e pecuária [...] (D'ARAUJO, 2010).

Foram 330 milhões de cruzeiros destinados a esses fins, em 1954 (Tabela.50)

Tabela 50 – Distribuição dos recursos do Programa de Emergência da SPVEA – Milhares de cruzeiros - 1954

Setor	Valor	%
Burocracia	40.000	12
Agropecuária, agricultura e colonização	65.820	20
Transportes, comunicações e energia	85.760	26
Educação e cultura	20.000	06
Pesquisa e extração de recursos naturais	33.460	10
Saúde	84.960	26
Total	330.000	100

Fonte: Valorização econômica da Amazônia, (1954) ; FGV, 1955; D'ARAUJO (2010)

Outro plano sucederia o de Emergência. Tratava-se do Primeiro Plano Quinquenal (1955-1959). Buscava nos seus propósitos constituir a Amazônia numa economia estável rentável. E mais uma vez trocar o extrativismo pro uma base agrícola mais estruturada. Mais uma vez, figurava como linha central a produção de alimentos. Entre os produtos escolhidos estavam o arroz, o feijão, o milho, a mandioca e o cacau. A pecuária seria também valorizada “por meio da criação de frigoríficos e matadouros e da instalação de invernadas e de sistemas de inseminação artificial”(D'ARAUJO, 2010).

Com o Golpe militar de 1964, a ocupação da Amazônia, ao longo dos governos militares, teve incentivos desses governos no sentido de:

1º) processar a acumulação de capital no país (aplicação do excedente em atividades produtivas), e, fora dele, nas grandes “metrópoles” do mundo; nesse sentido, a política de valorização da Amazônia deve ser entendida como a política de valorização do capital; 2º) transformar a Amazônia em uma grande área fornecedora de produtos primários para os mercados interno e externo (**Amazônia: celeiro do mundo**); 3º) incentivar a **produção de carne bovina para a exportação (aumento do preço no mercado mundial)**; [e] 4º) tornar a região um promissor mercado de consumo de produtos manufaturados do Centro-Sul (ALVES FILHO, 2000:50, grifo nosso).

O I PND foi executado entre os anos de 1972 a 1974. “O Plano previu a revolução na agricultura, o fortalecimento da indústria nacional, o desenvolvimento científico e tecnológico e a interação do Brasil no mundo das grandes potências. Foi o pretendido ‘Milagre Brasileiro’” (ALVES FILHO, 200, p.52-54).

O II PND foi lançado no governo Geisel. Em seu pronunciamento ao Congresso Nacional, o presidente militar assim se expressa:

A verdade é que amadurecemos muito nesses prodigiosos 10 anos de revolução renovadora. E, assim, podemos encarar tranquilamente o futuro que já está próximo de nós, escudados na confiança em que ultrapassaremos, sem grandes delongas, a fronteira do desenvolvimento pleno, graças ao elevado coeficiente de racionalidade, aceitação das verdades mesmo duras e de um sereno pragmatismo responsável que vão permeando, de alto a baixo da estrutura social, as camadas da população deste Brasil renovado. Ajustaremos a economia nacional, no mais curto prazo possível — e já o estamos fazendo sem choques traumáticos nem abalos esgotantes — às novas condições do ambiente internacional, ora tão conturbado[...] Não desperdiçaremos [...] oportunidade alguma de criar novas frentes de exportação, mesmo com algum sacrifício interno, e disciplinaremos melhor nossa pauta de importações, de modo a reajustar o balanço de pagamentos a níveis mais confortáveis ante a conjuntura mundial dos próximos anos. (BRASIL, 1974, não paginado).

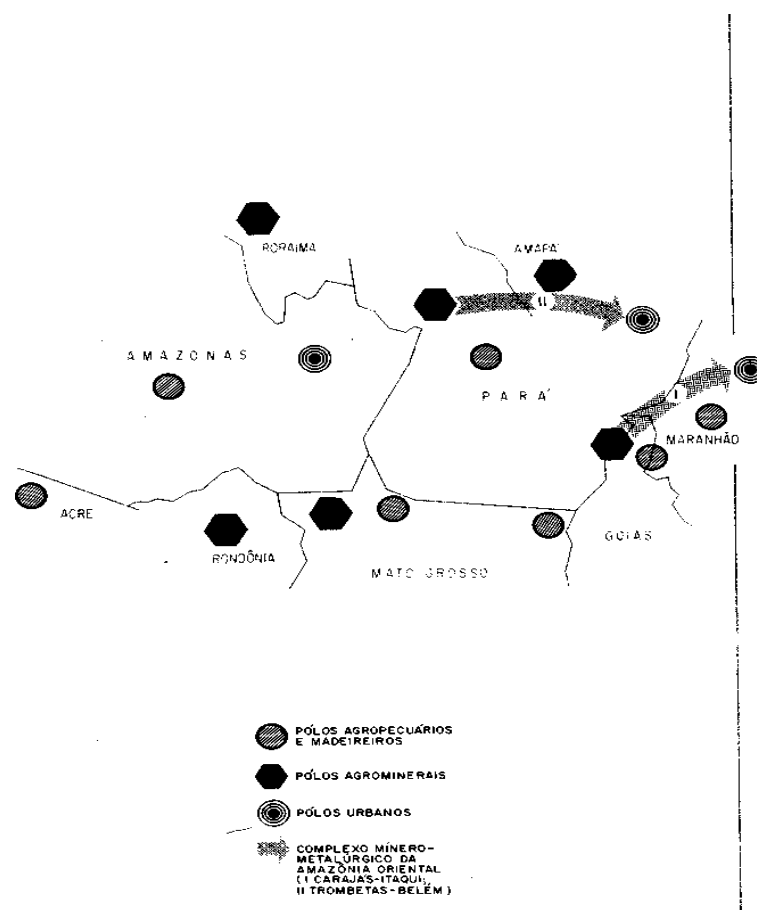
Dentre as metas figuravam a ocupação produtiva da Amazônia e do Centro-Oeste. Estes receberiam impulso “com o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA)” (BRASIL, 1974, p.18).

No discurso do Plano ainda se apresentava a perspectiva de um “planejamento nacional e regional e dos bancos oficiais, de identificação de oportunidades de programas e projetos industriais no Nordeste e na Amazônia”, procurando uma “melhor integração entre Indústria e Agricultura, e entre Indústria e Mineração” (BRASIL, 1974, p.41).

No Plano, a Amazônia teria um papel estratégico internacional. Diante da escassez de alimentos no mundo, ela se apresentava como alternativa. Então o POLAMAZÔNIA, “com investimentos estimados em Cr\$ 4 bilhões (com recursos do PIN, PROTERRA, Forum des Plaques d'Immatriculation (FDPI), etc), integrado, inicialmente, por cerca de 15 pólos de desenvolvimento, fora dos núcleos urbanos da região”(BRASIL,1974, p. 66).

Vejamos na figura estratégica abaixo, proposto para o desenvolvimento da Amazônia, a partir dos pólos:

Figura 4 – II POLAMAZÔNIA)



Fonte: Brasil, (1974) II PND.

Costa (2000, p. 32) apresenta como conclusão de suas análises acerca de todo investimento em transformar a Amazônia numa frente agrícola foi frustrado. Diz o economista que:

[...] a proposta de estruturação agrária da fronteira amazônica com base em grandes empresas capitalistas fracassou, enquanto fundamento de um projeto de desenvolvimento, pela incapacidade desses empreendimentos – e do Estado que os gestou – de resolver dois conjuntos de problemas: os

determinados pelo caráter singular da natureza amazônica em relação a exploração agrícola e pecuária homogênea e em grandes extensões e os decorrentes da autonomia que a fronteira confere aos seus potenciais trabalhadores diretos.

5.4 O PESO DA BALANÇA – A BALANÇA COMERCIAL DA REGIÃO NORTE NO SÉCULO XXI

A partir de agora, analisaremos a balança comercial de cada Estado pertencente à Região Norte. Os anos de avaliação serão os de 2008, como desempenho e de 2007, como referência de variação. O biênio foi escolhido por conta de termos trabalhado no capítulo anterior com a produção de alimentos nesses estados e suas populações, o ano referência de 2007. Dessa feita, as análises ocorreram dentro de parâmetros mais homogêneos.

Serão apresentadas as Tabelas relativas às exportações e importações. Os dados são adaptados das planilhas do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (DEPLA;SECEX, 2008). Essas informações estão acessíveis no sítio do Ministério.

Adotamos os seguintes critérios de confecção de tabelas: para cada estado, uma de exportação e outra de importação. Até a posição trigésima de cada uma delas, são descritos todos os itens que participaram do balanço comercial em ordem decrescente de participação no volume de US\$ FOB⁴². Nesse caso, destacamos, em negrito, aqueles que participam na condição de gêneros alimentícios humanos, ou que indiretamente também compõem essa condição, como no caso da soja ou milho que podem ser destinados à alimentação animal, de criadouros de espécies para abate ou outros derivados alimentares. Algumas bebidas entram também nesses destaques, como o café, os sucos, etc.

Os trinta primeiros itens servem pra dar dimensão da participação de produtos alimentares no balanço comercial de cada estado da Região Norte. E a partir do trigésimo, intercalados por espaços em branco, cada gênero da alimentação aparece em sua posição correspondente quanto ao volume de US\$ FOB no período.

A última coluna de cada tabela (var %) dá a dimensão de comportamento comercial de 2008 em relação ao exercício anterior.

⁴² FOB é uma abreviação que se refere a contratos de comércio marítimo internacional. São estipuladas no preço da mercadoria todas as despesas de transporte e demais taxas.

Tabela 51 - Exportação Brasileira – ACRE - Principais Produtos Exportados

Ord	Des	2008 (Jan/Dez)			2007 (Jan/Dez)			Var % 08/07
		US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido	US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido	
TOTAL DA ÁREA		22.066.39	100,0	26.420.19	19.371.79	100,0	26.632.98	13,91
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS		22.066.322	100,00	26.420.173	18.446.690	95,22	25.973.700	13,91
1	MAD.COMP.FACE D/MAD.Ñ CONIF,ESPESSURA<6MM.....	7.633.151	34,59	8.546.843	7.652.273	39,50	8.975.419	-0,25
2	CASTANHA-DO-PAR A,FRESC A OU SEC A,COM CASCA.....	4.569.154	20,71	7.209.680	3.718.077	19,19	6.701.220	22,89
3	OUTRAS MADEIRAS SERRADAS/CORTADAS EM FOLHAS,E.....	4.110.925	18,63	5.117.448	3.583.019	18,50	4.426.461	14,73
4	OUTRAS MADEIRAS PERF. ETC., NÃO CONIFERAS.....	2.216.954	10,05	1.661.622	937.596	4,84	1.029.685	136,45
5	MADEIRA DE CEDRO,SERRADA/CORTADA EM FOLHAS,ET.....	1.353.301	6,13	805.875	250.534	1,29	184.450	440,17
6	OUTS.MAD.COMP.FOLHEADA,E SPESS.Ñ SUP.A 6MM.....	1.010.310	4,58	1.083.095	---	---	---	---
7	MADEIRA D/CEREJEIRA SERRADA LONG. FLS.>6MM.....	208.918	0,95	236.386	---	---	---	---
8	TRIPAS DE BOVINOS,FRESCAS,REFRIG.CONGEL.SALG.....	179.648	0,81	64.559	---	---	---	---
9	MADEIRA DE IPE,SERRADA/CORTADA EM FOLHAS,ETC.....	170.310	0,77	191.286	270.413	1,40	344.744	-37,02
10	OUTRAS MADEIRAS TROPICAIS,SERRADAS/CORT.FLS.E.....	126.433	0,57	303.349	447.371	2,31	1.274.371	-71,74
11	CONSUMO DE BORDO - COMBUSTIVEIS E LUBRIF.P/AE.....	80.962	0,37	33.747	140.986	0,73	108.756	-42,57
12	OUTROS LADRILHOS,ETC.DE CERAMICA,VIDRADOS,ESM.....	74.693	0,34	186.669	401.759	2,07	1.204.441	-81,41
13	OUTROS GRAOS DE SOJA,MESMO TRITURADOS.....	60.390	0,27	197.873	---	---	---	---
14	ARGAMASSAS E CONCRETOS,NAO REFRATARIOS.....	27.803	0,13	142.000	61.405	0,32	347.740	-54,72
15	MONOFILAMENTOS (MONOFIOS),ETC.DE POLIM.CLORET.....	26.038	0,12	5.687	212.366	1,10	60.056	-87,74
16	ELEMENTOS PRE-FABR.P/CONSTRUCAO,DE CIMENTO,CO.....	22.039	0,10	84.700	3.931	0,02	67.455	460,65
17	ARROZ SEMIBR ANQUEADO,ETC.P ARBOILIZADO,POLIDO.....	20.787	0,09	39.000	---	---	---	---
18	OUTROS CONDUTORES ELETR.P/TENSAO<=80V.....	17.534	0,08	1.550	60.647	0,31	6.027	-71,09
19	CONSUMO DE BORDO - COMBUSTIVEIS E LUBRIF.P/EM.....	17.137	0,08	7.528	---	---	---	---
20	OUTRAS OBRAS DE CIMENTO,CONCRETO OU DE PEDRA.....	13.682	0,06	46.150	7.792	0,04	3.207	75,59
21	TUBO RIGIDO,DE POLIMEROS DE CLORETO DE VINILA.....	11.792	0,05	3.847	76.788	0,40	24.276	-84,64
22	TIJOLOS DE CERAMICA.....	9.172	0,04	170.479	18.848	0,10	461.300	-51,34
23	TUBOS,CONDUTOS,ACCESS.FIBROCIM.CIM-CEL,SEM.....	7.571	0,03	13.490	1.470	0,01	6.174	415,03
24	TINTAS DE POLIESTERE S,DISPERSO S/DISSOLV.MEIO.....	7.430	0,03	4.780	155.841	0,80	113.217	-95,23
25	RESERVATORIOS,CISTERNAS,CUBAS,ETC.DE PLASTICO.....	7.423	0,03	2.058	118.356	0,61	32.598	-93,73
26	PERFIS DE FERRO/ACO,OBT/ACAB.DE PRODS.LAMIN.F.....	7.315	0,03	1.630	---	---	---	---
27	TELHAS DE CERAMICA.....	6.386	0,03	49.669	7.812	0,04	65.429	-18,25
28	CHAPAS ONDULAD S,FIBROCIM.,CIM-CELUL.SEM.....	5.860	0,03	16.498	---	---	---	---
29	CALHAUS,CASCALHOS E PEDRAS BRITADAS,PARA CONC.....	5.087	0,02	156.000	6.933	0,04	253.880	-26,63
30	ARTEFATOS DE MADEIRA,PARA MESA OU COZINHA.....	4.367	0,02	155	3.125	0,02	186	39,74
101	DEMAIS PRODUTOS.....	73	---	18	925.105	4,78	659.285	-99,99

Fonte: DEPLA ; SECEX (2008).

Tabela 52- Importação brasileira Acre principais produtos importados

Ord	Descrição	2008 (Jan/Dez)			2007 (Jan/Dez)			Var % 08/07
		US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido	US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido	
TOTAL DA ÁREA		1.140.621	100,00	26.011	1.650.555	100,00	45.998	-30,89
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS		1.140.621	100,00	26.011	1.650.555	100,00	45.998	-30,89
1	AVIOES A TURBOELICE,ETC.MULTIMOTORES,2T<PESO<.....	401.150	35,17	2.950	---	---	---	---
2	MANIVELAS.....	164.197	14,40	3.210	48.978	2,97	895	235,25
3	BOMBAS INJETORAS DE COMBUSTIVEL P/MOTOR DIESEL.....	56.952	4,99	452	88.364	5,35	563	-35,55
4	OUTS.PAPEIS,CARTOES DE CELOS E OUTS.OBRAS.....	48.252	4,23	430	22.694	1,37	252	112,62
5	BRONZES.....	48.228	4,23	448	17.089	1,04	117	182,22
6	OUTRAS PARTES P/MOTORES DIESEL OU SEMIDIESEL.....	34.381	3,01	315	34.316	2,08	318	0,19
7	PISTOES OU EMBOLOS,P/MOTORES DIESEL OU SEMIDI.....	31.616	2,77	328	9.313	0,56	98	239,48
8	VALVULAS DE ADMISSAO OU DE ESCAPE,P/MOTORES D.....	28.535	2,50	321	106.491	6,45	900	-73,20
9	OUTRAS MAQUINAS E APARELHOS MECANICOS C/FUNCA.....	25.917	2,27	1.911	---	---	---	---

10	OUTS.PARTES DE BOMBAS P/LIQUIDOS	24.861	2,18	251	26.888	1,63	280	-7,54
11	CAMISAS DE CILINDRO,P/MOTORES DIESEL OU SEMID	24.504	2,15	327	7.542	0,46	108	224,90
12	BIELAS PARA MOTORES DIESEL OU SEMIDIESEL.....	20.565	1,80	201	108.993	6,60	1.457	-81,13
13	ANEIS DE SEGMENTO,PARA MOTORES A DIESEL OU SE	19.716	1,73	232	5.346	0,32	56	268,80
14	BLOCOS DE CILINDROS,CABECOTES,ETC.P/MOTORES D	17.860	1,57	350	11.634	0,70	109	53,52
15	JUNTAS,GAXETAS,SEMLHS.DE BORRACHA VULCAN.N/E	17.720	1,55	180	5.325	0,32	51	232,77
16	OUTS.BOMBAS P/COMBUSTIVEIS,ETC.P/MOTOR EXPLOS	17.612	1,54	158	4.984	0,30	54	253,37
17	PARTES DE ARVORES DE TRANSMISSAO,MANIVELAS,MA	16.218	1,42	134	---	---	---	---
18	JOGOS/SORTIDOS DE JUNTAS,EM BOLSAS,ENVELOPES,	15.986	1,40	134	80.676	4,89	635	-80,18
19	INJETORES PARA MOTORES DIESEL OU SEMIDIESEL	15.701	1,38	185	16.898	1,02	185	-7,08
20	OUTS.INSTRUM.E APARS.AUTOMAT.P/CONTROLE GRAND	11.878	1,04	65	14.532	0,88	29	-18,26
21	OUTRAS OBRAS DE FERRO OU ACO	11.575	1,01	85	11.021	0,67	103	5,03
22	OUTROS REGULADORES DE VOLTAGEM,AUTOMATICOS	9.761	0,86	4	5.911	0,36	2	65,13
23	GUIAS DE VALVULAS,P/MOTORES DIESEL OU SEMIDIE	7.917	0,69	78	12.505	0,76	103	-36,69
24	PARTES DE OUTROS MOTORES/GERADORES/GRUPOS ELE	7.567	0,66	91	---	---	---	---
25	OUTRAS BIJUTERIAS DE METAIS COMUNS	6.345	0,56	1.807	---	---	---	---
26	OUTRAS ARRUELAS DE FERRO FUNDIDO,FERRO OU ACO	5.746	0,50	85	16.628	1,01	131	-65,44
27	OUTROS ALHOS FRESCOS OU REFRIGERADOS	5.369	0,47	7.670	---	---	---	---
28	TUBO BORRACHA VULC.N/END.REF.MAT.TEXT.S/ACCESS	5.010	0,44	48	1.674	0,10	19	199,28
29	BOMBAS P/OLEO LUBRIFICANTE,P/MOTOR EXPLOSAO/D	4.747	0,42	44	6.264	0,38	81	-24,22
30	OUTRAS BIJUTERIAS	3.911	0,34	1.748	---	---	---	---

Fonte: Adaptado de DEPLA; SECEX (2008).

No desempenho das exportações dos anos analisados o Estado do Acre apresentou como segunda colocada a castanha-do-pará com quase 21 % do volume arrecadado em dólares nas transações comerciais. O Acre é conhecido pelo seu potencial extrativista. Explica isso, o fato da participação de produtos madeireiros ocuparem posições de destaque na tabela 51. Já entre os gêneros importados, só encontramos o alho ocupando a 27ª posição (Tab. 52).

Tabela 53 - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA AMAZONAS Principais Produtos Exportados

Ord	Descrição	2008 (Jan/Dez)			2007 (Jan/Dez)			Var % 08/07
		US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido	US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido	
TOTAL DA ÁREA		1.268.029,7	100,0	150.872,4	1.107.106,5	100,0	135.773,8	14,54
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS		1.258.397.239	99,24	146.127.307	1.070.072.455	96,65	128.313.442	14,54
1	TERMINAIS PORTÁTEIS DE TELEFONIA CELULAR	438.444.009	34,58	1.569.618	295.502.219	26,69	1.433.073	48,37
2	OUTRAS PREPARACOES PARA ELABORACAO DE BEBIDAS	153.108.548	12,07	10.599.135	128.584.637	11,61	9.710.751	19,07
3	MOTOCICLETAS C/MOTOR PISTAO ALTERNAT.125CM3<C	121.728.572	9,60	6.097.387	136.031.491	12,29	7.094.060	-10,51
4	MOTOCICLETAS C/MOTOR PISTAO ALTERNAT.50CM3<CI.....	103.226.373	8,14	7.607.416	104.497.025	9,44	7.579.317	-1,22
5	APARELHOS DE BARBEAR,NAO ELETRICOS	51.278.000	4,04	4.120.994	43.359.079	3,92	3.866.898	18,26
6	OUTROS APAR.REC.D/TELEV. EM CORES	51.066.348	4,03	6.189.300	49.003.748	4,43	7.740.081	4,21
7	OUTS.REC.DEC.INTEG.SIN.DIG.D/VÍDEO COD.,CORES.....	37.582.549	2,96	1.351.867	29.818.598	2,69	890.564	26,04
8	OUTROS PAPEIS P/FOTO A CORES,SENSIBILN/IMPRES.....	25.215.555	1,99	4.034.750	32.482.787	2,93	5.061.338	-22,37
9	OUTRAS GASOLINAS	20.983.852	1,65	24.584.638	274	---	46	---
10	LAMINAS DE BARBEAR,DE SEGURANCA,DE METAIS COM.....	20.278.356	1,60	836.033	30.539.225	2,76	1.290.589	-33,60
11	CONSUMO DE BORDO - COMBUSTIVEIS E LUBRIF.P/AE	15.317.446	1,21	12.322.010	17.018.456	1,54	20.672.408	-10,00
12	OUTS.APAR.S.RECEP.RADIODIF.C/APARS.SOM,P/VEIC.	11.265.200	0,89	161.785	18.224.074	1,65	281.145	-38,19
13	OUTRAS OBRAS DE TANTALO	11.151.080	0,88	1.340.000	9.185.054	0,83	1.545.000	21,40
14	OUTROS RELES,60VOLTS<TENSAO<=1000VOLTS.....	10.023.618	0,79	302.473	20.016.694	1,81	302.617	-49,92
15	DISJUNTORES P/TENSAO<=1KV	9.130.827	0,72	355.945	8.182.466	0,74	349.881	11,59
16	CONSUMO DE BORDO - COMBUSTIVEIS E LUBRIF.P/EM	8.856.936	0,70	11.812.346	2.354.777	0,21	4.792.426	276,1

17	ISQUEIROS DE BOLSO,A GAS,N/RECARREGAVEIS	8.619.079	0,68	800.329	9.715.167	0,88	923.784	-11,28
18	MOTOCICLETAS,ETC.C/MOTOR PISTAO ALTERNAT.250<	8.524.225	0,67	385.902	4.915.986	0,44	235.476	73,40
19	OUTS.COMPOSTOS DE OURO,EXCLUSIVAMENTE AURANOF	8.485.072	0,67	473	---	---	---	---
20	OUTRAS MADEIRAS SERRADAS/CORTADAS EM FOLHAS,E	8.200.653	0,65	13.576.860	3.681.829	0,33	6.771.994	122,7
21	OUTS.PARTES.ACES.P/APAR.FOTOC.LETOSTÁTICO	7.904.884	0,62	207.102	4.953.574	0,45	173.250	59,58
22	CASTANHA-DO-PARA,FRESCA OU SECA,COM CASCA	6.866.026	0,54	3.230.663	6.421.466	0,58	3.744.063	6,92
23	CANETAS ESFEROGRAFICAS	6.260.641	0,49	430.587	5.771.426	0,52	486.866	8,48
24	"GASOLEO" (OLEO DIESEL).....	5.790.169	0,46	5.723.687	3.210.370	0,29	5.050.856	80,36
25	RECIPIENTES DE FERRO/ACO,P/GASES COMPRIMIDOS/	5.439.150	0,43	1.252.744	---	---	---	---
26	CAFEINA	5.414.402	0,43	431.000	42	---	1	---
27	OUTRAS PARTES PARA MOTORES DE EXPLOSAO	5.278.777	0,42	180.886	3.128.816	0,28	119.596	68,71
28	APARS.DE SINALIZACAO ACUSTICA UTILEM CICLOS/	5.019.598	0,40	88.261	4.062.350	0,37	91.711	23,56
29	OUTROS APAR ELHOS VIDE OFONICOS DE GRAVACAO/REP	4.511.524	0,36	201.576	3.541.552	0,32	133.946	27,39
30	LENTE DE OUTRAS MATERIAS,P/OCULOS	4.480.943	0,35	90.788	4.519.692	0,41	90.448	-0,86
66	OUTROS PEIXES CONGELADOS,EXC.FILES,OUTROS CAR	871.730	0,07	468.590	877.195	0,08	808.084	-0,62
79	CASTANHA-DO-PARA,FRESCA OU SECA,SEM CASCA	388.326	0,03	78.400	1.300.922	0,12	277.600	-70,15
87	OUTRAS PREPARACOES ALIMENTICIAS	323.127	0,03	11.118	1.668	---	138	---
101	DEMAIS PRODUTOS	9.632.461	0,76	4.745.107	37.034.107	3,35	7.460.416	-73,99

Fonte: Adaptado de DEPLA; SECEX(2008).

Tabela 54 - Importação Brasileira Amazonas Principais Produtos Importados

Ord	2008 (Jan/Dez)			2007 (Jan/Dez)			Var % 08/07	
	US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido	US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido		
TOTAL DA ÁREA	10.023.403,7	100,0	1.430.186,8	6.840.059,2	100,0	1.099.907,9	46,5	
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS	7.925.030.703	79,07	915.232.184	5.287.159.188	77,30	650.151.445	46,54	
1	OUTS.PARTES P/APARELHOS RECEPT.RADIODIF.TELEV	1.359.287.393	13,56	63.188.167	624.704.082	9,13	35.485.170	117,5
2	DISPOSITIVOS DE CRISTAIS LIQUIDOS (LCD)	709.018.376	7,07	11.851.463	658.906.906	9,63	8.835.924	7,61
3	OUTRAS PARTES E ACESS.P/MOTOCICLETAS INCLCIC	420.565.916	4,20	42.072.939	201.785.367	2,95	22.437.150	108,4
4	TERMINAIS PORTÁTEIS DE TELEFONIA CELULAR.....	358.068.587	3,57	1.320.369	117.772.067	1,72	474.216	204,0
5	"GASOLEO" (OLEO DIESEL)	289.948.676	2,89	288.618.059	60.651.787	0,89	98.857.778	378,0
6	OUTS.PARTS.P/APARS.D/TELEFONIA/TELEGRAFIA	278.216.528	2,78	819.084	150.027.512	2,19	687.130	85,44
7	OUTROS CIRCUITOS INTEGRADOS MONOLÍTICOS	271.865.752	2,71	367.681	243.375.787	3,56	416.203	11,71
8	TUBOS CATODICOS P/RECEPT.DE TELEVISAO EM CORE	260.917.763	2,60	126.318.061	239.551.808	3,50	133.854.012	8,92
9	MICROPROCESSADORES MONT.P/SUPERF.(SMD)	211.725.887	2,11	282.132	162.259.168	2,37	285.074	30,49
10	PLATINA EM FORMAS BRUTAS OU EM PO	157.981.529	1,58	2.754	93.235.689	1,36	1.977	69,44
11	CIRCUITO IMPRESSO	142.990.963	1,43	5.159.612	127.366.553	1,86	5.259.050	12,27
12	CONJUNTOS CABECA-DISCO DE UNID.DE DISCO RIGID	142.287.824	1,42	1.456.171	104.809.951	1,53	1.382.407	35,76
13	ESTIRENO	128.895.875	1,29	89.397.594	110.257.701	1,61	90.601.856	16,90
14	OUTS.PARTES P/APARS.RADIOTELECOMANDO/CAMERAS	120.339.584	1,20	314.409	92.360.325	1,35	227.755	30,29
15	PRATA EM FORMAS BRUTAS	116.653.126	1,16	232.771	127.042.052	1,86	295.917	-8,18
16	OUTRAS PARTES PARA MOTORES DE EXPLOSAO	93.443.437	0,93	4.037.220	60.723.061	0,89	2.649.124	53,88
17	OUTS.COND.ELÉT.TEN.<=100V,C/PEÇAS DE CONEXÃO	91.378.376	0,91	5.713.422	65.704.359	0,96	5.380.738	39,08
18	M.RAM <=2NS,EPROM,EEPROM,PROM,ROM,FLASH	91.044.813	0,91	82.453	54.175.670	0,79	44.859	68,05
19	TEREFTALATO DE POLIETILENO EM FORMA PRIMARIA	87.604.543	0,87	56.614.140	65.681.897	0,96	47.929.885	33,38
20	OUTRAS MAQUINAS E APARELHOS MECANICOS C/FUNCA	85.075.396	0,85	1.526.304	53.296.968	0,78	955.380	59,63
21	OUTROS ACUMULADORES ELETRICOS	78.713.282	0,79	706.904	56.974.919	0,83	563.277	38,15
22	BLOCOS DE CILINDROS,CABECOTES,ETC.P/MOTORES D	77.781.837	0,78	5.870.023	39.807.446	0,58	3.083.413	95,40
23	CIRCUITOS IMPR.C/COMP.ELÉTR./ELETR.MONTADOS	69.881.120	0,70	58.505	11.718.425	0,17	9.697	496,3
24	CIRCUITO INTEG.MONOLÍTICO "CHIPSET",MONT.SMD	68.515.655	0,68	75.075	84.967.137	1,24	156.920	-19,36
25	CONECTORES P/CIRCUITO IMPRESSO,P/TENSAO<=1KV	63.914.298	0,64	1.472.210	45.964.164	0,67	1.634.949	39,05
26	TELA P/MICROCOMPUTADORES	61.180.892	0,61	344.948	22.122.856	0,32	106.833	176,5
27	RODIO EM FORMAS BRUTAS OU EM PO	56.959.694	0,57	237	32.348.001	0,47	167	76,08
28	OUTRAS MEMÓRIAS DIGITAIS MONTADAS	54.945.453	0,55	47.591	41.778.026	0,61	52.668	31,52

29	OUTROS ROTEADORES DIGITAIS	50.731.651	0,51	96.450	10.820.771	0,16	23.090	368,8
30	OUTS.PARAFUSOS/PINOS/PERNOS,DE FERRO FUNDIDO/....	49.906.442	0,50	4.397.982	30.816.800	0,45	2.764.497	61,95
101	DEMAIS PRODUTOS	2.098.373.090	20,93	514.954.677	1.552.900.021	22,70	449.756.463	35,13

Fonte: Adaptado DEPLA; SECEX (2008).

O Estado do Amazonas possui um perfil diferenciado na região. Isso decorrente da criação em Manaus de uma Zona Franca. Justificasse assim, a aparição da caféina, peixes congelados e a castanha-do-pará nas posições 26, 66 e 79, respectivamente. Destacam-se eletro-eletrônicos e motocicletas (Tab. 53).

Em se tratando dos produtos importados, o perfil se assemelha ao das exportações pelo privilégio de participação do setor de eletro-eletrônicos. Chama a atenção, a ausência de gêneros destinados a alimentação (Tab. 54).

Tabela 55 – EXPORTAÇÃO BRASILEIRA AMAPÁ Principais Produtos Exportados

Ord	De	2008 (Jan/Dez)			2007 (Jan/Dez)			Var%
		US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido	US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido	
		192.572.6	100,0	1.130.255.	127.980.5	100,0	658.465.66	50,47
		192.572.62	100,00	1.130.255.38	127.980.515	100,00	658.465.663	50,47
1	OURO EM BARRAS,FIOS,PERFIS DE SEC.MACICA,BULH.....	73.872.443	38,36	2.673	60.856.204	47,55	2.737	21,39
2	MINERIOS DE FERRO NAO AGLOMERADOS E SEUS CONC	44.944.580	23,34	603.400.711	2.246.845	1,76	72.822.910	---
3	MADEIRA DE CONIFERAS,EM ESTILHAS OU EM PARTIC	29.937.347	15,55	266.801.220	24.102.277	18,83	274.652.220	24,21
4	MADEIRA DE NAO CONIFERAS,EM ESTILHAS OU EM PA	21.336.592	11,08	163.705.110	14.561.625	11,38	156.062.090	46,53
5	CROMITA (MINERIOS DE CROMO).....	11.691.606	6,07	53.465.590	16.440.840	12,85	110.653.810	-28,89
6	OUTS.FRUTAS,PARTES DE PLANTAS,PREPARS/CON SERV	7.780.674	4,04	2.653.409	5.913.717	4,62	2.093.484	31,57
7	PALMITOS PREPARADOS OU CONSERVADOS	1.277.500	0,66	304.320	833.070	0,65	178.523	53,35
8	SUCOS DE OUTRAS FRUTAS,PRODS.HORTICOLAS,NAO F	546.609	0,28	128.950	---	---	---	---
9	OUTRAS MADEIRAS SERRADAS/CORTADAS EM FOLHAS,E	362.735	0,19	562.125	231.176	0,18	497.499	56,91
10	DORMENTES DE MADEIRA,P/VIAS FERREAS,ETC.NAO I	212.900	0,11	421.000	169.874	0,13	420.337	25,33
11	OUTRAS MADEIRAS PERF. ETC., NÃO CONIFERAS	201.015	0,10	248.356	20.638	0,02	52.615	874,00
12	CASTANHA-DO-PAR A,FRESCA OU SECA,COM CASCA.....	98.477	0,05	48.550	109.445	0,09	23.625	-10,02
13	OUTROS MINERIOS DE MANGANES	76.820	0,04	38.409.900	1.183.388	0,92	39.446.250	-93,51
14	OUTS.BARCOS/EMBARCACOES DE RECREIO/ESPORTE, IN	62.935	0,03	1.550	---	---	---	---
15	OUTRAS BIJUTERIAS	62.096	0,03	972	21.504	0,02	500	188,76
16	OUTRAS MADEIRAS TROPICAIS,SERRADAS/CORT.FL.S.E	19.939	0,01	30.594	---	---	---	---
17	TOMATES,FRESCOS OU REFRIGERADOS	18.462	0,01	15.325	18.040	0,01	12.400	2,34
18	MACAS FRESCAS	11.857	0,01	12.550	7.082	0,01	6.030	67,42
19	PIMENTOS E PIMENTAS,FRESCOS OU REFRIGERADOS	11.180	0,01	6.470	11.610	0,01	5.800	-3,70
20	CENOURAS E NABOS,FRESCOS OU REFRIGERADOS	10.818	0,01	13.610	5.649	---	7.200	91,50
21	APARELHOS DE DIAGNOST.POR VISUALIZ.RESONANCI	10.363	0,01	46	---	---	---	---
22	OUTRAS CEBOLAS FRESCAS OU REFRIGERADAS	6.162	---	7.650	4.846	---	5.500	27,16
23	OUTS.SUCOS DE OUTS.CITRICOS	4.764	---	96	---	---	---	---
24	OUTROS PRODS.HORTICOLAS,FRESCOS OU REFRIGER	3.245	---	3.880	3.229	---	3.560	0,50
25	BETERRABAS,RABANETES E OUTRAS RAIZES,FRESCAS,	3.069	---	3.880	2.592	---	3.180	18,40
26	OUTRAS OBRAS DE ALUMINIO	3.022	---	29	---	---	---	---
27	MELOES FRESCOS	2.300	---	1.747	2.159	---	1.379	6,53
28	CERVEJAS DE MALTE	921	---	1.167	---	---	---	---
29	COUVES,REPOLHO,ETC.DO GENERO "BRASSICA",FRESC	886	---	1.420	4.094	---	4.900	-78,36
30	DOCES,PURES E PASTAS,DE OUTRAS FRUTAS	722	---	826	---	---	---	---

31	MELANCIAS FRESCAS	469	---	1.620	2.333	---	4.200	-79,90
32	OUTRAS PREPARACOES PARA ALIMENTACAO DE CRIANC	54	---	10	---	---	---	---
33	OUTRAS FRUTAS FRESCAS	48	---	15	---	---	---	---
34								
35	OUTROS BOVINOS VIVOS	---	---	---	992.974	0,78	1.346.660	---
36								
42	MANGAS FRESCAS OU SECAS	---	---	---	1.961	---	1.220	---
37								
44	PERAS FRESCAS	---	---	---	157	---	36	---

Fonte: Adaptado de DEPLA; SECEX (2008).

Tabela 56 - Importação Brasileira Amapá Principais Produtos Importados

Ord	De	2008 (Jan/Dez)			2007 (Jan/Dez)			Var% 08/07
		US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido	US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido	
TOTAL DA ÁREA		44.456.9	100,0	7.059.86	52.862.8	100,0	7.174.47	-15,90
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS		38.186.231	85,89	6.214.509	31.480.22	59,55	3.955.213	-15,90
1	DUMPERS P/TRANSP.MERCADORIA>=85T,UTIL.FORA DE	4.983.600	11,21	306.480	9.450.000	17,88	677.690	-47,26
2	ESCAVADORAS CAPACID.CARGA>=19M3,POT.NO VOLANT	2.326.252	5,23	130.000	1.812.473	3,43	174.720	28,35
3	OUTRAS MAQUINAS D E SONDAGEM/PERFURACAO,AUTOPR	2.117.646	4,76	73.101	577.646	1,09	27.749	266,60
4	CIANETO E OXICIANETO DE SODIO	2.114.536	4,76	1.160.000	1.217.210	2,30	820.000	73,72
5	AGUA-DE-COLONIA	1.773.549	3,99	116.965	1.709.561	3,23	93.772	3,74
6	CARREGADORAS/PAS-CARREGADORAS,DE POT.NO VOLAN	1.446.000	3,25	85.434	2.863.660	5,42	198.873	-49,51
7	QUADROS C/APARELHOS CONTROL PROGRAMAVEIS,T<=1	1.247.984	2,81	3.220	1.785	---	1	---
8	OUTS.MAQS.DIGIT.P/PROC.DADOS,BATER/ELETR. PORT	1.232.567	2,77	6.956	870.572	1,65	5.576	41,58
9	OUTS.GRUPOS ELETROG.P/MOTOR DIESEL P> 375KVA,C	1.216.234	2,74	80.759	3.352.374	6,34	297.551	-63,72
10	ESFERAS,ETC.MOLDADAS,DE FERRO FUND/FERRO/ACO,	899.695	2,02	866.700	---	---	---	---
11	OUTROS APARELHOS VIDEOFONICOS DE GRAVACAO/REP	891.206	2,00	45.729	399.021	0,75	22.698	123,35
12	APARELHOS DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA	861.647	1,94	5.409	---	---	---	---
13	OUTS.CÂMERAS DE VÍDEO DE IMAGENS FIXAS	766.419	1,72	5.271	217.708	0,41	1.151	252,04
14	OUTRAS PARTES P/MOTOR ES DIESEL OU SEMIDIESEL	711.982	1,60	40.743	536	---	1	---
15	OUTROS "BULLDOZERS" E "ANGLEDOZERS",DE LAGART	660.000	1,48	82.449	1.980.000	3,75	147.426	-66,67
16	BOLSAS DE OUTRAS MATERIAS	651.818	1,47	98.194	323.568	0,61	66.590	101,45
17	DISCOS P/LEIT.P/LASER POD.SER GRAV.1ÚNICA VEZ	534.826	1,20	64.921	340.114	0,64	38.705	57,25
18	MALAS,MALETAS E PASTAS,DE OUTRAS MATERIAS	469.074	1,06	136.240	270.268	0,51	83.799	73,56
19	OUTROS VENTILADORES C/MOTOR ELETRICO,DE POTEN	457.693	1,03	158.076	399.769	0,76	166.110	14,49
20	ARTIGOS PARA FESTAS DE NATAL	440.767	0,99	65.915	219.190	0,41	43.587	101,09
21	OUTROS "BULLDOZERS" DE POTENCIA NO VOLANTE>=3	419.500	0,94	41.277	740.000	1,40	47.719	-43,31
22	CALCAS,JARDINEIRAS,ETC.DE ALGODAO,USO MASCULI	406.657	0,91	24.379	139.924	0,26	8.375	190,63
23	OUTROS APAR.REC.D/TELEV. EM CORES	401.928	0,90	61.945	67.204	0,13	9.922	498,07
24	OUTRAS PARTES PARA MOTORES DE EXPLOSAO	374.616	0,84	4.600	401.817	0,76	4.703	-6,77
25	CAMISAS DE ALGODAO,DE USO MASCULINO	369.798	0,83	24.692	49.257	0,09	3.248	650,75
26	OUTRAS LAMPADAS/TUBOS INCANDESC.T<=15V	365.254	0,82	60.553	121.960	0,23	20.053	199,49
27	SERVICOS DE MESA/OUTS.ARTIGOS MESA/COZINHA,DE	359.051	0,81	106.920	150.628	0,28	51.135	138,37
28	RELOGIO DE PULSO,CX.MET.COMUM,FUNC.ELETR.MOST	318.048	0,72	2.241	130.262	0,25	1.013	144,16
29	OUTS.BARCOS/EMBARCACOES DE RECREIO/ESPORTE,IN	296.952	0,67	13.663	---	---	---	---
30	ESFERAS,ETC.FORJADAS/ESTAMPADAS,DE FERRO/ACO,	271.188	0,61	167.400	---	---	---	---
10	DEMAIS PRODUTOS	6.270.699	14,11	845.354	21.382.58	40,45	3.219.265	-70,67

Fonte: Adaptado de DEPLA; SECEX (2008).

O ouro ocupou a primeira posição na movimentação de dólares na exportação do Amapá nesse ano, com participação de 38,36% do volume total negociado. Os gêneros alimentícios que melhor apareceram, estão nas posições 7, 8 e 12,

palmitos, frutas e castanha-do-pará, respectivamente. Juntos não alcançaram 1% das negociações em dólares (Tab.55).

Entre os itens importados, destacam-se alguns produtos destinados ao setor de exploração mineral, como máquinas e insumos, seguidos de alguns outros, com perfil de destino à Zona de Livre Comércio de Macapá e Santana. Alimentos não apareceram na planilha (Tab. 56).

Tabela 57 - Exportação Brasileira Pará Principais Produtos Exportados

Ord	D	2008 (Jan/Dez)			2007 (Jan/Dez)			Var%
		US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido	US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido	
TOTAL DA ÁREA		10.680.513.	100,0	98.042.160.4	7.925.093.1	100,0	90.380.802.5	34,77
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS		10.674.763.98	99,95	98.038.532.88	7.524.793.62	94,95	89.865.822.948	34,77
1	MINERIOS DE FERRO NAO A GLOMERADOS E SEUS CONC	3.840.796.147	35,96	79.300.568.12	2.309.013.10	29,14	73.389.460.350	66,34
2	ALUMINA CALCINADA	1.348.161.158	12,62	4.004.633.040	1.129.598.26	14,25	3.357.199.143	19,35
3	ALUMINIO NAO LIGADO EM FORMA BRUTA	1.064.142.880	9,96	402.715.755	1.130.776.29	14,27	433.690.299	-5,89
4	FERRO FUNDIDO BRUTO NAO LIGADO,C/PESO<=0.5% D	898.023.504	8,41	1.865.834.000	550.294.014	6,94	1.759.966.000	63,19
5	OUTROS MINERIOS DE COBRE E SEUS CONCENTRADOS	688.560.069	6,45	406.247.500	241.949.555	3,05	127.910.000	184,59
6	OUTROS MINERIOS DE MANGANES	579.254.804	5,42	1.743.217.842	97.747.374	1,23	1.051.597.800	492,60
7	OUTROS BOVINOS VIVOS	358.787.870	3,36	188.029.241	255.853.142	3,23	195.821.235	40,23
8	CAULIM	351.168.651	3,29	2.743.110.380	301.088.530	3,80	2.352.016.190	16,63
9	OUTRAS MADEIRAS PERF. ETC., NÃO CONIFERAS	310.946.310	2,91	238.776.715	323.665.257	4,08	298.165.541	-3,93
10	PASTA QUIM.MADEIRA DE N/CONIF.A SODA/SULFATO,	240.044.852	2,25	385.930.185	192.429.432	2,43	327.963.041	24,74
11	BAUXITA NAO CALCINADA (MINERIO DE ALUMINIO)	213.341.277	2,00	6.013.098.000	187.235.265	2,36	5.629.590.000	13,94
12	OUTRAS MADEIRAS SERRADAS/CORTADAS EM FOLHAS,E	118.363.028	1,11	192.152.975	183.501.762	2,32	349.530.012	-35,50
13	PIMENTA "PIPER",SECA	87.753.720	0,82	29.537.700	78.418.259	0,99	26.560.200	11,90
14	OUTROS SILICIOS	85.289.064	0,80	32.600.750	62.436.542	0,79	36.839.000	36,60
15	OUTRAS MADEIRAS TROPICAIS,SERRADAS/CORT.FL.S.E	74.892.050	0,70	94.881.017	107.213.708	1,35	161.261.695	-30,15
16	OUTROS GRAOS DE SOJA,MESMO TRITURADOS	55.147.221	0,52	129.640.132	18.406.861	0,23	67.484.260	199,60
17	MAD.COMP.FACE D/MAD.Ñ CONIF,ESPESSURA<6MM	40.328.912	0,38	45.373.434	55.643.807	0,70	71.642.292	-27,52
18	MADEIRA DE IPE,SERRADA/CORTADA EM FOLHAS,ETC.	35.283.282	0,33	40.448.211	37.893.652	0,48	54.406.232	-6,89
19	CARNES DESOSSADAS DE BOVINO,CONGELADAS	25.554.278	0,24	6.888.014	22.507.290	0,28	10.864.387	13,54
20	SUCOS DE OUTRAS FRUTAS,PRODS.HORTICOLAS,NAO F	19.019.501	0,18	6.892.302	10.815.753	0,14	4.277.760	75,85
21	FIOS DE ALUMINIO N/LIG. SEC.TRANSV> 7MM,RE<=0.0	18.739.955	0,18	6.420.953	12.874.073	0,16	4.455.211	45,56
22	OUTROS PAINÉIS MONTADOS P/SOALHOS	15.502.335	0,15	8.441.488	20.694.876	0,26	12.854.486	-25,09
23	OURO EM BARRAS,FIOS,PERFIS DE SEC.MACICA,BU LH	13.514.668	0,13	499	---	---	---	---
24	OUTROS CAMAROS CONGELADOS,EXCETO "KRILL"	10.927.607	0,10	1.038.910	12.734.035	0,16	1.411.210	-14,19
25	DESPERDICIOS E RESIDUOS DE FERRO FUNDIDO	9.091.830	0,09	29.595.000	3.693.162	0,05	19.476.000	146,18
26	PALMITOS PREPARADOS OU CONSERVADOS	8.750.864	0,08	2.045.164	12.052.967	0,15	2.482.910	-27,40
27	OUTROS PRODS.DE PEIXES,ETC.IMPROPRIOS P/ALIME	8.455.988	0,08	517.394	5.956.207	0,08	618.604	41,97
28	BEXIGAS E ESTOMAGOS,DE ANIMAIS,EXC.PEIXES,FRE	8.436.456	0,08	3.116.622	2.943.081	0,04	1.545.531	186,65
29	OUTS.COUIROS BOVINOS,INCL.BUFALOS,N/DIV.UMID.P	7.064.517	0,07	2.731.526	27.465.849	0,35	10.029.519	-74,28
30	FERROMANGANES CONTENDO,EM PESO>2% DE CARBONO	6.561.954	0,06	2.723.685	239.580	---	159.720	---
33	OUTRAS MIUDEZAS COMESTIVEIS DE BOVINO,CONGELA	5.011.965	0,05	2.084.707	2.195.712	0,03	1.328.983	128,26
33	OUTRAS MIUDEZAS COMESTIVEIS DE BOVINO,CONGELA	5.011.965	0,05	2.084.707	2.195.712	0,03	1.328.983	128,26
35	OUTROS PEIXES CONGELADOS,EXC.FILES,OUTROS CAR	4.695.852	0,04	1.432.239	4.515.929	0,06	1.543.026	3,98
36	BOVINOS REPRODUTORES DE RACA PURA,PRENHE OU C	4.429.624	0,04	459.160	---	---	---	---
38	PARGOS CONGELADOS	4.383.718	0,04	918.200	13.308.648	0,17	2.809.634	-67,06

40	CASTANHA-DO-PARA,FRESCA OU SECA,SEM CASCA	4.196.821	0,04	934.660	8.341.017	0,11	1.910.000	-49,68
41	CASTANHA-DO-PARA,FRESCA OU SECA,COM CASCA.....	4.116.463	0,04	2.086.660	4.983.826	0,06	2.961.470	-17,40
43	OUTS.FRUTAS,PARTES DE PLANTAS,PREPARS/CONSERV	4.023.686	0,04	1.531.696	2.456.873	0,03	938.144	63,77
44	OUTROS OLEOS DE DENDE.....	3.977.837	0,04	2.845.011	2.207.493	0,03	2.380.003	80,20
50	OLEOS DE DENDE,EM BRUTO	3.189.459	0,03	6.088.410	8.536	---	10.080	---
51	OUTROS SUCOS DE ABACAXI	2.667.654	0,02	2.276.096	2.409.508	0,03	2.627.935	10,71
47								
57	BARBATANAS DE TUBARAO,SECAS,MESMO SALG.N/DEF.	1.818.329	0,02	60.053	1.166.977	0,01	49.686	55,82
59	CAVALAS,CAVALINHAS E SARDAS,CONGELADAS,EXC.FI	1.478.692	0,01	860.140	1.197.979	0,02	1.215.977	23,43
60	MISTURAS DE SUCOS,NAO FERMENTADOS	1.467.371	0,01	445.344	1.623.610	0,02	557.081	-9,62
61	OUTROS PRODS.HORTS/MISTURAS,CONSERV.EM AGUA S	1.380.406	0,01	648.000	2.225.832	0,03	1.385.040	-37,98
65	FILÉ/PARGO (LUTJANUS PURPUREUS) CONGELADOS	1.186.132	0,01	118.345	2.005.450	0,03	207.452	-40,85
		3.189.459	0,03	6.088.410	8.536	---	10.080	---
70	PIRAMUTABAS,PEIXES CONGELADOS,EXC.FILES,OUTRO	917.701	0,01	1.163.910	200.068	---	507.310	358,69
		2.667.654	0,02	2.276.096	2.409.508	0,03	2.627.935	10,71
72	PARGOS FRESCOS OU REFRIGERADOS	810.752	0,01	151.785	1.108.736	0,01	231.165	-26,88
73	CARNES DESOSSADAS DE BOVINO,FRESCAS OU REFRIG	749.734	0,01	116.335	787.697	0,01	286.542	-4,82
74	OUTRAS LAGOSTAS,CONGELADAS,EXCETO AS INTEIRAS	748.636	0,01	21.101	2.449.878	0,03	53.196	-69,44
78	PESCADAS CONGELADAS,EXC.FILES,OUTRAS CARNES,F	690.828	0,01	145.677	715.830	0,01	245.545	-3,49
79	FECULA DE MANDIOCA.....	684.177	0,01	748.033	812.956	0,01	1.185.089	-15,84
80	OUTROS FILÉS CONGELADOS DE PEIXES	653.255	0,01	74.797	1.472.411	0,02	160.949	-55,63
82	FILÉ/GAROUA (ACANTHISTIUS SPP.) CONGELADOS	636.376	0,01	53.976	1.509.270	0,02	142.897	-57,84
83	OUTROS PEIXES SECOS,MESMO SALGADOS MAS NAO DE	597.129	0,01	20.100	429.770	0,01	28.224	38,94
89	SUCOS DE LARANJAS,CONGELADOS,NAO FERMENTADOS	395.638	---	216.240	---	---	---	---
92	FARINHAS,SEMOLAS E POS,DE SAGU,DE RAIZES E TU	363.043	---	468.655	376.031	---	626.886	-3,45
93	TRIPAS DE BOVINOS,FRESCAS,REFRIG.CONGEL.SALG.	361.430	---	116.699	54.445	---	33.367	563,84
94	QUARTOS DIANTEIROS NAO DESOSSADOS DE BOVINO,C	323.459	---	112.531	---	---	---	---
97	CACAU INTEIRO OU PARTIDO,EM BRUTO OU TORRADO	222.318	---	47.400	42.876	---	15.000	418,51
10	DEMAIS PRODUTOS	5.749.965	0,05	3.627.566	400.299.517	5,05	514.979.552	-98,56

Fonte: Adaptado de DEPLA; SECEX (2008).

Tabela 58 - Importação Brasileira Pará - Principais Produtos Importados

Ord	2008 (Jan/Dez)			2007 (Jan/Dez)			Var %	
	US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido	US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido		
TOTAL DA ÁREA	1.011.514,1	100,0	2.703.141,9	639.292,0	100,0	2.133.178,8	58,22	
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS	906.284.651	89,60	2.679.861.902	468.787.796	73,33	1.681.205.511	58,22	
1	HIDROXIDO DE SODIO EM SOL.AQUOSA (LIXIV.SODA	172.082.845	17,01	1.101.528.617	98.760.306	15,45	943.775.337	74,24
2	DUMPERS P/TRANS.MERCADORIA>=85T,UTIL.FORA DE	67.667.872	6,69	4.560.695	15.823.171	2,48	1.182.536	327,6
3	COQUE DE PETROLEO CALCINADO	56.063.786	5,54	170.893.603	38.659.216	6,05	180.732.270	45,02
4	COQUES DE HULHA,DE LINHITA OU DE TURFA	47.140.154	4,66	111.268.677	12.246.679	1,92	71.767.930	284,9
5	HULHA BETUMINOSA,NAO AGLOMERADA	47.121.166	4,66	700.915.000	1.522.301	0,24	27.538.000	---
6	TRIGO (EXC.TRIGO DURO OU P/SEMEADURA),E TRIGO	43.807.844	4,33	143.715.112	35.021.305	5,48	164.674.495	25,09
7	OUTS.PNEUS RADIAIS,NOVOS,"DUMPERS",ARO>=1448	24.531.144	2,43	3.622.893	14.510.494	2,27	2.279.912	69,06
8	OUTS.PNEUS NOVOS,P/VEICS.CONSTR.ARO>=1143MM	20.535.389	2,03	1.795.963	5.076.240	0,79	485.189	304,5
9	ELETRODOS DE CARVAO P/USO EM FORNOS ELETR.	16.245.258	1,61	6.163.903	8.942.724	1,40	4.762.005	81,66
10	BREU OBTIDO DE ALCATROES MINERAIS	16.121.218	1,59	42.681.402	14.828.389	2,32	36.938.255	8,72

11	ESCAVADOR AS CAPACID.CARGA>=19M3,POT.NO VOLANT ...	13.434.373	1,33	1.522.532	7.233.234	1,13	722.664	85,73
12	FLUORETOS DE ALUMINIO	12.620.718	1,25	8.533.001	10.778.283	1,69	10.030.800	17,09
13	TRILHOS DE ACO,DE PESO LINEAR SUPER.OU IGUAL	11.185.999	1,11	9.722.226	8.977.420	1,40	13.373.237	24,60
14	OUTROS CLORETOS DE POTASSIO	10.531.951	1,04	22.223.000	4.971.566	0,78	25.098.000	111,8
15	MALTE NAO TORRADO,INTEIRO OU PARTIDO.....	10.350.916	1,02	21.600.000	8.302.984	1,30	19.747.000	24,67
16	"BULLDOZERS" E "ANGLEDOZERS",DE LAGARTAS,DE P	10.297.671	1,02	896.266	10.808.237	1,69	1.020.761	-4,72
17	FOSFATOS DE CALCIO,NATURAIS,NAO MOIDOS	9.612.776	0,95	42.594.000	2.138.415	0,33	32.335.000	349,5
18	TRANSFORMADOR DE DIELETRICO LIQUIDO,POT>10000	8.796.466	0,87	532.584	---	---	---	---
19	OUTS.PNEUS NOVOS,P/VEICS.CONSTR.ARO>=61CM	8.454.669	0,84	1.178.731	27.133.454	4,24	2.378.739	-68,84
20	MOTONIVELADORES ARTICULADOS,POTENCIA NO VOLAN ...	8.299.795	0,82	465.036	966.493	0,15	55.792	758,7
21	PONTES E VIGAS,ROLANTES,DE SU PORTES FIXOS	8.063.080	0,80	278.042	222.258	0,03	2.651	---
22	AVIOES A TURBOJATO,ETC.2000KG<PESO<=7000KG,VA	7.314.800	0,72	3.765	---	---	---	---
23	OUTRAS HULHAS,MESMO EM PO,MAS NAO	7.271.116	0,72	55.210.370	---	---	---	---
24	COQUE DE PETROLEO NAO CALCINADO	7.154.812	0,71	61.428.785	4.353.023	0,68	61.763.035	64,36
25	OUTROS "BULLDOZERS" E "ANGLEDOZERS",DE LAGART	7.059.293	0,70	581.594	2.171.428	0,34	195.408	225,1
26	ENGRENAGENS E RODAS DE FRICCAO,EIXOS DE ESFER	6.990.905	0,69	293.174	537.995	0,08	6.646	---
27	OUTS.FORNOS N/ELETR.P/USTULACAO,ETC.DE MINERI	6.954.454	0,69	1.054.245	---	---	---	---
28	ESFERAS,ETC.FORJADAS/ESTAMPADAS,DE FERRO/ACO,	6.836.914	0,68	4.965.301	2.452.285	0,38	3.209.000	178,8
29	OUTROS TIRISTORES,"DIACS","TRIACS",MONTADOS	6.670.266	0,66	32.370	16.970	---	37	---
30	JUTA MACERADA	6.669.781	0,66	10.473.005	---	---	---	---
82	OUTRAS SEM.E FRUTOS OLEAG.,MMO TRIT. P/SEM.	2.018.358	0,20	8.928	1.016.489	0,16	5.018	98,56
101	DEMAIS PRODUTOS	105.229.469	10,40	23.280.062	170.504.282	26,67	451.973.345	-38,28

Fonte: Adaptado de DEPLA; SECEX(2008).

O potencial mineral do Estado do Pará conferiu à planilha de exportações a condição de ter os seis primeiros itens vinculados a essa economia. O primeiro do setor alimentício só aparece na sétima posição, e provém da pecuária. Contra 78,82% do volume de negócios dos seis primeiros citados da indústria mineral, os alimentos não alcançam nem a marca dos 10 % (Tab. 57).

Entre os produtos importados, aparece bem colocado o trigo, na sexta posição e com um volume de negócio em dólares do exercício 2008, de 4,33% (Tab. 58).

Tabela 59 - Exportação Brasileira Rondônia Principais Produtos Exportados

Ord	De	2008 (Jan/Dez)			2007 (Jan/Dez)			Var % 08/07
		US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido	US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido	
TOTAL DA ÁREA		582.669.44	100,0	546.740.79	457.551.80	100,0	534.794.80	27,35
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS		582.669.430	100,00	546.740.788	452.598.155	98,92	529.890.387	27,35
1	CARNES DESOSSADAS DE BOVINO, CONGELADAS	327.440.049	56,20	91.176.760	215.278.605	47,05	97.599.940	52,10
2	OUTROS GRAOS DE SOJA, MESMO TRITURADOS	112.833.110	19,36	312.363.887	61.706.079	13,49	229.106.639	82,86
3	OUTRAS MADEIRAS SERRADAS/CORTADAS EM FOLHAS, E	21.552.948	3,70	30.478.936	42.824.778	9,36	65.338.340	-49,67
4	OUTRAS MADEIRAS TROPICAIS, SERRADAS/CORT. FLS. E	18.084.728	3,10	22.638.291	18.868.908	4,12	27.086.767	-4,16
5	TRIPAS DE BOVINOS, FRESCAS, REFRIG. CONGEL. SALG.	13.688.827	2,35	4.766.513	3.237.100	0,71	1.268.485	322,8
6	MADEIRA DE IPE, SERRADA/CORTADA EM FOLHAS, ETC.	12.404.263	2,13	11.228.682	15.009.340	3,28	17.396.157	-17,36
7	OUTRAS MADEIRAS PERF. ETC., NÃO CONIFERAS	11.050.344	1,90	10.290.728	15.079.334	3,30	18.156.467	-26,72
8	OUTS. COUROS BOVINOS, INCL. BUFALOS, N/DIV. UMID. P	8.355.473	1,43	3.448.287	23.771.755	5,20	9.592.530	-64,85
9	OUTS. COUROS/PELES, INT. BOVINOS, PREPARS. ETC.	7.456.670	1,28	443.218	4.720.758	1,03	324.144	57,95
10	OUTRAS MIUDEZAS COMESTIVEIS DE BOVINO, CONGELA	4.977.921	0,85	2.518.766	3.966.121	0,87	2.822.106	25,51

11	OUTS.MAD.COMP.FOLHEADA,ESPES.S.Ñ SUP.A 6MM	4.496.016	0,77	5.642.717	7.300.996	1,60	8.977.424	-38,42
12	OUTS.COUIROS/PELES,BOVINOS,INCL.BUFALOS,UMIDOS	4.192.168	0,72	2.360.765	4.837.824	1,06	2.421.467	-13,35
13	MINERIOS DE TUNGSTENIO E SEUS CONCENTRADOS	3.638.707	0,62	321.036	4.887.449	1,07	438.441	-25,55
14	OUTS.COUIROS/PELES BOVINOS,SECOS,PEN A FLOR	3.456.564	0,59	212.080	1.582.216	0,35	97.133	118,4
15	OUTRAS MADEIRAS COMPENSADAS,FOLHEADAS OU ESTR	3.342.748	0,57	2.103.922	2.710.364	0,59	2.280.845	23,33
16	ARROZ SEMIBRANQUEADO,ETC.N/PARBOILIZADO,POLID	2.578.668	0,44	4.168.240	1.062.416	0,23	1.976.980	142,7
17	OUTRAS CONSTRUÇOES PR E-FABRICADAS,DE MADEIRA	2.345.760	0,40	1.381.650	578.566	0,13	804.394	305,4
18	FOLHAS P/FOLHEAD.ETC.DE OUTS.MADEIRAS	2.060.480	0,35	850.160	1.901.659	0,42	1.253.070	8,35
19	BARRAS,PERFIS E FIOS,DE ESTANHO	1.646.223	0,28	75.239	---	---	---	---
20	MADEIRA DE CEDRO,SERRADA/CORTADA EM FOLHAS,ET	1.565.494	0,27	1.570.082	2.520.242	0,55	2.375.244	-37,88
21	MILHO EM GRAO,EXCETO PARA SEMEADURA	1.543.685	0,26	11.021.118	294	---	144	---
22	FOLHAS P/FOLHEAD.ETC.DE OUTS.MADEIRAS TROPIC.	1.498.684	0,26	577.245	548.353	0,12	289.046	173,3
23	ESTANHO NAO LIGADO,EM FORMA BRUTA.....	1.473.468	0,25	125.349	---	---	---	---
24	OUTROS GRANITOS TRABALHADOS DE OUTRO MODO E S.....	1.223.224	0,21	1.062.444	1.605.498	0,35	1.432.435	-23,81
25	CARNES DESOSSADAS DE BOVINO,FRESCAS OU REFRIG	779.171	0,13	166.571	2.069.254	0,45	550.519	-62,35
26	ARROZ QUEBRADO (TRINCA DE ARROZ).....	670.647	0,12	1.358.760	71.835	0,02	317.327	833,5
27	COUIROS/PELES,BOVINOS,PREPARS.DIVID.C/A FLOR	652.754	0,11	37.388	---	---	---	---
28	CAFE NAO TORRADO,NAO DESC AFEINADO,EM GRAO	590.928	0,10	264.120	398.946	0,09	237.360	48,12
29	LINGUAS DE BOVINO,CONGELADAS	559.503	0,10	281.469	823.555	0,18	535.746	-32,06
30	GRANITO TALHADO OU SERRADO,DE SUPERFICIE PLAN	535.382	0,09	454.450	1.350.460	0,30	1.217.627	-60,36
41	FIGADOS DE BOVINO,CONGELADOS	218.908	0,04	171.713	386.034	0,08	402.422	-43,29
45	BEXIGAS E ESTOMAGOS,DE ANIMAIS,EXC.PEIXES,FRE	160.619	0,03	94.317	7.380.510	1,61	3.911.730	-97,82
53	OUTROS BOVINOS PARA REPRODUCAO	77.766	0,01	66.000	---	---	---	---
55	CACAU INTEIRO OU PARTIDO,EM BRUTO OU TORRADO	62.321	0,01	10.297	---	---	---	---
60	CASTANHA-DO-PARA,FRESCA OU SECA,COM CASCA	38.292	0,01	58.800	245.887	0,05	391.980	-84,43
75	CHOCOLATE RECHEADO,EM TABLETES,BARRAS E PAUS	6.384	---	217	3.186	---	90	100,3
81	OUTROS CHOCOLATES E PREPARACOES ALIMENTICIAS	4.346	---	240	2.057	---	233	111,2
82	ACUCAR DE CANA,EM BRUTO	4.173	---	9.810	---	---	---	---
84	GELEIAS E "MARMELADES",DE OUTRAS FRUTAS	3.912	---	471	---	---	---	---
94	OUTRAS GORDURAS E OLEOS VEGETAIS,MESMO REFIN.	1.403	---	41	2.142	---	78	-34,50
101	DEMAIS PRODUTOS	13	---	10	4.953.645	1,08	4.904.417	---

Fonte: Adaptado de DEPLA; SECEX (2008).

Tabela 60 - Importação Brasileira Rondônia Principais Produtos Importados

Ord	Des	2008 (Jan/Dez)			2007 (Jan/Dez)			Var%
		US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido	US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido	
	TOTAL DA ÁREA	152.742.08	100,0	75.911.33	67.805.44	100,0	45.389.43	125,2
	TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS	112.730.193	73,80	60.362.399	36.002.966	53,10	32.406.054	125,27
1	DISCOS P/LEIT.P/LASER POD.SER GRAV.1ÚNICA VEZ	6.014.882	3,94	883.099	388.272	0,57	55.446	---
2	BACALHAUS POLARES,LINGS,ZARBOS,ETC.SECOS,NAO	5.039.803	3,30	1.125.000	---	---	---	---
3	OUTS.INSTRUMENTOS E APARS.DE GEODESIA,TOPOGRA	4.583.965	3,00	42.520	8.440	0,01	7	---
4	FIO DE FIBRAS ARTIFICIAIS>=85%,SIMPLES	4.133.664	2,71	1.300.230	5.899.186	8,70	2.109.650	-29,93
5	FARINHA DE TRIGO	3.618.688	2,37	8.188.154	3.470.395	5,12	12.586.690	4,27
6	TECIDO DE FILAM.POLIESTER TEXTUR>=85%,TINTOS,	3.583.835	2,35	1.118.671	469.979	0,69	137.472	662,55
7	LAMIN.ACOS INOX.QUENTE,L>=600MM,ROLOS,E<3MM	3.409.175	2,23	1.568.899	1.105.738	1,63	716.789	208,32
8	OUTS.MÁQS.APAR.ELÉTR.C/FUNÇÃO PRÓPRIA,Ñ CIT.	3.403.324	2,23	77.934	13.046	0,02	12.669	---
9	FIO TEXTURIZADO DE POLIESTERES	2.529.552	1,66	1.534.916	488.319	0,72	320.565	418,01

10	OUTROS PNEUS NOVOS PARA ONIBUS OU CAMINHOS	2.497.508	1,64	814.768	1.649.679	2,43	552.300	51,39
11	POLICLORETO DE VINILA,N/PLASTIFICADO,EM FORMA	2.270.105	1,49	1.481.981	2.016.091	2,97	1.585.984	12,60
12	BOLSAS DE FOLHAS DE PLASTICO	2.057.910	1,35	2.047.451	128.883	0,19	142.242	---
13	FIO DE FIBRAS DE POLIESTERES COM FIBRAS ARTIF	1.938.098	1,27	799.998	2.346.083	3,46	979.186	-17,39
14	OUTRAS FITAS MAGNÉTICAS NÃO GRAVADAS	1.865.415	1,22	13.948	---	---	---	---
15	OUTRAS PARTES P/MOTOR ES DIESEL OU SEMIDIESEL	1.851.281	1,21	17.539	607.336	0,90	5.055	204,82
16	OUTROS LADRILHOS,ETC.DE CERAMICA,VIDRADOS,ESM	1.835.256	1,20	6.417.388	85.625	0,13	328.334	---
17	OUTROS GUARDA-CHUVAS,SOMBRINHAS E GUARDA-SOIS	1.755.853	1,15	3.530.589	472.708	0,70	773.150	271,45
18	APARELHOS DE RADIONAVEGACAO	1.680.834	1,10	6.858	---	---	---	---
19	CALCAS,JARDINEIRAS,ETC.DE FIBRA SINTETICA,USO	1.669.070	1,09	144.115	12.269	0,02	1.023	---
20	TECIDO DE FILAM.POLIESTER TEXTUR>=85%,FIOS DI	1.615.438	1,06	361.125	---	---	---	---
21	AUTOMOVEIS C/MOTOR EXPLOSAO,CM3>3000,ATE 6 PA	1.478.675	0,97	48.568	922.875	1,36	44.770	60,22
22	OLEOS MINERAIS BRANCOS (DE VASELINA/PARAFINA)	1.453.410	0,95	1.091.885	375.486	0,55	357.610	287,07
23	OUTRAS MAQUINAS P/COSTURAR TECIDOS,NAO AUTOMA	1.448.518	0,95	291.862	---	---	---	---
24	OUTRAS PARTES E ACESS.P/BICICLETAS E OUTRAS C	1.381.614	0,90	681.737	749.616	1,11	508.890	84,31
25	LAMIN.ACOS INOX.QUENTE,L>=600MM,ROLOS,3MM<=E<	1.357.623	0,89	569.324	271.577	0,40	143.011	399,90
26	FIO ALGODAO>=85%,CRU,SIMPL.FIBRA PENT.192.3D<	1.340.867	0,88	529.715	---	---	---	---
27	CAMINHOS-GUINDASTES C AP.MAX.DE ELEV.>=60T,HA	1.333.839	0,87	170.960	966.012	1,42	129.600	38,08
28	BACALHAUS (GADUS) SECOS,MESMO SALGADOS MAS N/	1.315.470	0,86	133.652	---	---	---	---
29	AROS E RAIOS PARA BICICLETAS E OUTROS CICLOS	1.287.431	0,84	745.189	717.962	1,06	508.787	79,32
30	OUTROS PNEUS NOVOS DE BORRACHA	1.235.816	0,81	541.493	6.300	0,01	9.070	---
35	PERAS FRESCAS	940.008	0,62	721.083	---	---	---	---
43	ARROZ ("CARGO" OU CASTANHO),DESCASCADO,NAO PA	800.050	0,52	1.625.000	---	---	---	---
47	NOZES FRESCAS OU SECAS,SEM CASCA	745.872	0,49	67.460	---	---	---	---
78	AZEITONAS PREPARADAS/CONSERV.N/CONG.EXC.EM VI	471.795	0,31	239.720	---	---	---	---
86	OUTRAS LENTILHAS SECAS,EM GR AOS	408.943	0,27	417.813	---	---	---	---
91	OUTROS ALHOS FRESCOS OU REFRIGERADOS	400.612	0,26	1.178.900	---	---	---	---
101	DEMAIS PRODUTOS	40.011.888	26,20	15.548.934	31.802.481	46,90	12.983.379	25,81

Fonte: Adaptado de DEPLA ;SECEX (2008).

A pecuária se destacou no ranking de exportações do Estado de Rondônia com quase 60 % de negociações. O de maior volume de dólares é produto de origem animal. Aparece na segunda posição a economia dos grãos. A soja levou quase 20 % do volume negociado. Ao lado desses produtos, posicionam-se os da economia madeireira (Tab. 59).

Nas importações do período, aparecem mais destacados o bacalhau e o trigo, com tímidos percentuais de 3,3 e 2,37, respectivamente (Tab. 60).

Tabela 61 - Exportação Brasileira Roraima Principais Produtos Exportados

Ord	2008 (Jan/Dez)			2007 (Jan/Dez)			Var% 08/07
	US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido	US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido	
TOTAL DA ÁREA	16.336.3	100,0	30.796.2	16.761.0	100,0	48.062.2	-2.53
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS	16.336.320	100,00	30.796.20	16.761.06	100,00	48.062.25	-2.53

1	OUTROS GRAOS DE SOJA,MESMO TRITURADOS	5.767.155	35,30	12.691.06	9.458.945	56,43	30.323.29	-39,03
2	OUTRAS MADEIRAS SERRADAS/CORTADAS EM FOLHAS,E	4.338.416	26,56	10.106.02	3.680.313	21,96	11.042.39	17,88
3	OUTRAS MADEIRAS TROPICAIS,SERRADAS/CORT.FL.S.E	1.569.581	9,61	3.310.850	459.889	2,74	1.162.958	241,30
4	OUTRAS MADEIRAS PERF. ETC., NÃO CONIFERAS	1.301.344	7,97	1.632.592	1.288.177	7,69	2.182.004	1,02
5	MADEIRA DE CONIFERAS,PERFILADA	597.704	3,66	967.900	562.553	3,36	1.247.500	6,25
6	CONSUMO DE BORDO - COMBUSTIVEIS E LUBRIF.P/AE	596.338	3,65	438.761	---	---	---	---
7	FOLHAS P/FOLHEAD.ETC.DE OUTS.MADEIRAS	483.979	2,96	532.000	253.846	1,51	560.000	90,66
8	OUTRAS SEMENTES FORRAGEIRAS,PARA SEMEADURA	354.000	2,17	30.000	---	---	---	---
9	ARMACOES E CABOS,DE MADEIRA,DE FERRAMENTAS,ES	322.625	1,97	475.763	463	---	138	---
10	FOLHAS P/FOLHEAD.ETC.DE OUTS.MAD.E STRATIF.	318.280	1,95	113.000	168.000	1,00	85.500	89,45
11	MADEIRA DE IPE,SERRADA/CORTADA EM FOLHAS,ETC.	218.660	1,34	203.803	108.920	0,65	135.757	100,75
12	CONSUMO DE BORDO - COMBUSTIVEIS E LUBRIF.P/EM.....	151.230	0,93	92.394	---	---	---	---
13	CADERNOS.....	51.919	0,32	18.743	---	---	---	---
14	OUTROS OLEOS ESSENCIAIS.....	47.224	0,29	1.020	---	---	---	---
15	OUTS.PARTES DE REBOQUES/SEMI-REBOQUES/VEIC.N/.....	45.928	0,28	64.800	---	---	---	---
16	MAD.COMP.FACE D/MAD.Ñ CONIF,ESPESSURA<6MM	43.461	0,27	29.500	237.835	1,42	265.500	-81,73
17	PARTES DE ELEVADORES DE LIQUIDOS	36.375	0,22	14.067	43.026	0,26	47.322	-15,46
18	OUTRAS CHAPAS,ETC.DE POLIMEROS DE ESTIRENO,AL	25.298	0,15	4.981	---	---	---	---
19	OUTRAS OBRAS DE MARCENARIA OU CARPINTARIA,P/C.....	16.472	0,10	21.200	8.649	0,05	19.000	90,45
20	BOMBONS,CARAMELOS,CONFETOS E PASTILHAS,SEM C	15.875	0,10	12.294	---	---	---	---
21	ARTIGOS DE ESCRITORIO E ARTIGOS ESCOLARES,DE	12.258	0,08	5.500	---	---	---	---
22	TELHAS DE CERAMICA	5.166	0,03	29.520	15.086	0,09	150.000	-65,76
23	OUTRAS PARTES PMOTORES DIESEL OU SEMIDIESEL	1.924	0,01	22	10.188	0,06	237	-81,12
24	OUTROS MANCAIS SEM ROLAMENTOS	1.770	0,01	14	---	---	---	---
25	PISTOES OU EMBOLOS,PARA MOTORES DE EXPLOSAO	1.649	0,01	98	---	---	---	---
26	PISTOES OU EMBOLOS,P/MOTORES DIESEL OU SEMIDI.....	1.505	0,01	25	---	---	---	---
27	OUTRAS ARVORES (VEIOS) DE TRANSMISSAO	1.392	0,01	52	---	---	---	---
28	ANEIS DE SEGMENTO,PARA MOTORES A DIESEL OU SE	1.276	0,01	7	---	---	---	---
29	CORREIA TRANSPORTAD.DE BORRACHA VULCAN.REFORC	1.087	0,01	104	---	---	---	---
30	OUTS.PARTES DE BOMBAS P/LIQUIDOS.....	1.037	0,01	2	---	---	---	---
84	DOCES,PURES E PASTAS,DE OUTRAS FRUTAS	---	---	---	18	---	9	---

Fonte: Adaptado de DEPLA SECEX (2008).

Tabela 62 - Importação Brasileira Roraima Principais Produtos Importados

Ord	De	2008 (Jan/Dez)			2007 (Jan/Dez)			Var% 08/07
		US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido	US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido	
TOTAL DA ÁREA		2.453.86	100,0	3.447.93	1.076.730	100,0	1.746.269	127,9
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS		2.453.868	100,00	3.447.939	1.076.730	100,00	1.746.269	127,90
1	MATERIAL P/ANDAIME,S,ARMACOES,ETC.FERRO FUND/F	757.651	30,88	708.870	455.722	42,32	538.623	66,25
2	ENERGIA ELETRICA	402.380	16,40	18	42.474	3,94	2	847,36
3	OUTS.CHAPAS/FLS.DE VIDRO FLOTADO,DESBASTADO, E	239.134	9,75	612.378	87.778	8,15	231.098	172,43
4	CIMENTOS "PORTLAND",COMUNS	174.710	7,12	1.211.420	---	---	---	---
5	CROMATOGRAFOS DE FASE GASOSA	84.300	3,44	142	---	---	---	---
6	CHAPAS/FLS.DE VIDRO FLOTADO,ETC.N/ARMADAS,COR	76.787	3,13	148.605	91.535	8,50	247.524	-16,11
7	MOTOCICLETAS,ETC.C/MOTOR PISTAO ALTERNAT.CIL>	76.044	3,10	1.592	---	---	---	---
8	OUTS.CHAPAS E FOLHAS,NAO ARMADAS,DE VIDRO VAZ	74.999	3,06	256.505	28.133	2,61	117.729	166,59
9	APAR.DIGIT AIS OPERANDO BANDA C, KU, LOU S	68.467	2,79	63	---	---	---	---
10	OUTS.BARCOS/EMBARCACOES DE RECREIO/ESPORTE, IN	63.000	2,57	3.296	---	---	---	---
11	OUTRAS OBRAS DE ASFALTO OU DE PRODUTOS SEMELH	58.995	2,40	37.605	---	---	---	---
12	OUTRAS SEM.E FRUTOS OLEAG.,MMO TRIT. P/SEM.	48.629	1,98	280	---	---	---	---
13	OUTS.EQUIPAMENTOS TERMINAIS OU REPETIDORES	30.700	1,25	30	---	---	---	---
14	MOTOCICLETAS,ETC.C/MOTOR PISTAO ALTERNAT.500<	30.000	1,22	788	---	---	---	---
15	ESPELHOS DE VIDRO,NAO EMOLDURADOS	28.537	1,16	40.495	14.670	1,36	24.800	94,53
16	PAPEL AUTOCOPIATIVO,EM ROLOS OU EM FOLHAS	26.853	1,09	14.132	---	---	---	---
17	OUTRAS TELAS METALS.ETC.DE FIOS FERRO/ACO	22.386	0,91	16.393	---	---	---	---
18	SULFATOS DE CROMO.....	18.124	0,74	21.000	54.232	5,04	63.000	-66,58

19	MARMORE, TRAVERTINO, ETC. TALHADA/SERRAD. SUPERF.	15.538	0,63	13.393	---	---	---	---
20	CHAPAS, BARRAS, ETC. P/CONSTRUÇÕES, DE FERRO FUND.	15.493	0,63	12.216	---	---	---	---
21	OUTS. MÁQUINAS FERRAM. DE SERRAR MADEIRA, CORTIC.	15.000	0,61	22.000	---	---	---	---
22	DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E APARAS, DE POLÍMEROS D.	12.661	0,52	208.201	6.000	0,56	60.000	111,02
23	MODULAD./DEMUL.(MODENS)P/TELEC.(PORT.DIG)	11.241	0,46	7	---	---	---	---
24	OUTRAS PARTES P/AVIOES OU HELICÓPTEROS.	11.153	0,45	130	79.550	7,39	214	-85,98
25	CHAPAS/FLS.N/ARMADAS, DE VIDRO VAZADO/LAMIN.CO.	7.750	0,32	19.800	---	---	---	---
26	OUTROS CIRCUITOS INTEGRADOS.	7.097	0,29	172	---	---	---	---
27	OUTROS ACESSÓRIOS P/SOLDAR TOPO/TOPO, TUBOS DE.	6.799	0,28	4.546	---	---	---	---
28	PERFIS DE FERRO/ACO, EM U,I,H,LAMIN.ETC. QUENTE.	5.970	0,24	5.568	---	---	---	---
29	OUTROS POLÍMEROS DE ETILENO, EM FORMAS PRIMARI.	5.549	0,23	41.100	---	---	---	---
30	OUTROS TUBOS DE OUTROS LIGAS AÇOS, SOLD.ETC.SE.	4.993	0,20	3.283	---	---	---	---

Fonte: Adaptado de DEPLA SECEX (2008).

Nas exportações de Roraima em 2008, dos cinco primeiros itens, um não provém da economia madeireira. É a soja, que ocupa o primeiro lugar nas negociações, arrebatando mais de 35 por cento do total negociado. A participação de produtos alimentícios foi insignificante na quantidade de na importância dos mesmos (Tab. 61).

Nas importações não aparecem alimentos, chamando a atenção o segundo colocado no volume de negócios no ano estudado: a energia elétrica, que alcançou 16,4% do total (Tab. 62).

Tabela 63 - Exportação Brasileira Tocantins Principais Produtos Exportados

Ord	De	2008 (Jan/Dez)			2007 (Jan/Dez)			Var % 08/07
		US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido	US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido	
TOTAL DA ÁREA		297.705.53	100,0	569.259.80	154.981.62	100,0	454.802.18	92,09
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS		297.705.534	100,00	569.259.809	154.981.621	100,00	454.802.185	92,09
1	OUTROS GRAOS DE SOJA, MESMO TRITURADOS.	244.031.744	81,97	551.882.794	115.935.625	74,81	434.541.273	110,4
2	CARNES DESOSSADAS DE BOVINO, CONGELADAS.	40.922.225	13,75	11.122.787	25.828.431	16,67	11.467.264	58,44
3	OUTRAS MIUZZAS COMESTÍVEIS DE BOVINO, CONGELADA.	8.258.462	2,77	3.494.571	4.297.309	2,77	3.249.162	92,18
4	BEXIGAS E ESTOMAGOS, DE ANIMAIS, EXC. PEIXES, FRE.	2.467.229	0,83	953.382	3.577.693	2,31	2.014.071	-31,04
5	OUTROS SUCOS DE ABACAXI.	895.202	0,30	766.314	1.521.590	0,98	1.757.000	-41,17
6	APARAS E OUTS. DESPERDÍCIOS DE COURO, ETC.	342.480	0,12	600.000	248.618	0,16	481.000	37,75
7	OUTS. COUROS BOVINOS, INCL. BUFALOS, DIVID. UMID. P.	166.269	0,06	46.650	1.666.596	1,08	493.480	-90,02
8	LINGUAS DE BOVINO, CONGELADAS.	151.830	0,05	83.787	102.636	0,07	79.487	47,93
9	TRIPAS DE BOVINO, FRESCAS, REFRIG. CONGEL. SALG.	109.863	0,04	37.921	---	---	---	---
10	ESMERIL, CORINDO/GRANADA NATURAIS, OUTS. ABRASIV.	100.000	0,03	20.000	372.400	0,24	40.775	-73,15
11	CARNES DESOSSADAS DE BOVINO, FRESCAS OU REFRIG.	78.263	0,03	6.415	587.953	0,38	187.313	-86,69
12	OUTRAS SUBSTÂNCIAS DE ANIMAIS, P/PREPAR. PRODS.	48.417	0,02	35.417	---	---	---	---
13	ABACAXIS FRESCOS OU SECOS.	37.570	0,01	36.690	44.609	0,03	53.851	-15,78
14	CONSUMO DE BORDO - QQ. OUTRA MERCADORIA P/EMBA.	28.837	0,01	136.670	---	---	---	---
15	OUTRAS BIJUTERIAS.	21.226	0,01	413	5.243	---	104	304,8
16	PEDRAS PRECIOSAS/SEMI, EM BRUTO, SERRADAS OU DE.	18.054	0,01	34.720	123.000	0,08	12.300	-85,32
17	MEDICAMENTO C/HIDROXOCOVALAMINA/SEUS SAIS, ETC.	17.497	0,01	273	---	---	---	---
18	OUTROS MEDICAM. CONT. PRODS. P/FINS TERAPÊUTICOS.	5.476	---	433	---	---	---	---
19	MEDICAMENTO CONT. OXIFENAZOL/ALBENDAZOL, ETC. E.	2.130	---	2	---	---	---	---
20	TUBO BORRACHA VULC.N/END. REF. MAT. TEXT. S/ACESS.	1.782	---	536	---	---	---	---
21	PARTES DE APARAS. DISPOSIT. ELETR. IGNICAO, ETC. P/	384	---	10	---	---	---	---

22	OUTRAS BIJUTERIAS DE METAIS COMUNS	259	---	1	4.947	---	10	-94,76
23	OUTS.FREIOS E PARTES,P/TRATORES/VEÍCS.AUTS.	177	---	5	---	---	---	---
24	CILINDROS HIDRAULICOS	51	---	1	---	---	---	---
25	BRONZES	38	---	4	---	---	---	---
26	OUTRAS PARTES E ACESS.DE CARROCARIAS P/VEIC. A	36	---	1	---	---	---	---
27	APARS.P/FILTRAR OLEOS MINERAIS NOS MOTORES EX.....	22	---	9	---	---	---	---
28	OUTRAS PARTES P/MOTORES DIESEL OU SEMIDIESEL	11	---	3	---	---	---	---
29	OUTRAS CARNES DE SUINO,CONGELADAS	---	---	---	164.744	0,11	43.200	---
30	OUTRAS PARTES PARA MOTORES DE EXPLOSAO	---	---	---	96.435	0,06	2.249	---
34	OLEO DE SOJA,EM BRUTO,MESMO DEGOMADO	---	---	---	50.000	0,03	63.087	---
35	PERNAS,PAS E PEDACOS NAO DESOSSADOS DE SUINO,	---	---	---	49.790	0,03	19.896	---
39	RABOS DE BOVINO,CONGELADOS.....	---	---	---	10.830	0,01	5.951	---

Fonte: Adaptado de DEPLA; SECEX(2008).

Tabela 64 – Importação Brasileira Tocantins Principais Produtos Importados

Ord	D	2008 (Jan/Dez)			2007 (Jan/Dez)			Var% 08/07
		US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido	US\$ F.O.B.	Part %	Kg Líquido	
TOTAL DA ÁREA		143.751.82	100,0	97.766.275	72.967.846	100,0	63.747.199	97,01
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS		130.143.694	90,53	91.736.988	49.216.742	67,45	50.562.062	97,01
1	POLICLORETO DE VINILA,OB.T.PROC.SU SPENSAO,FORM	26.848.304	18,68	22.520.446	18.896.885	25,90	19.219.250	42,08
2	TRILHOS DE ACO,DE PESO LINEAR SUPER.OU IGUAL	14.531.557	10,11	17.231.843	---	---	---	---
3	OUTROS CLORETOS DE POTASSIO	6.180.160	4,30	8.937.785	1.391.694	1,91	5.235.794	344,07
4	AZEITE DE OLIVA,VIRGEM.....	5.464.054	3,80	1.113.659	2.288.442	3,14	507.348	138,77
5	DIIDROGENO-ORTOFOSFATO DE AMONIO,INCL.MIST.HI	3.676.165	2,56	3.006.313	1.646.955	2,26	3.523.853	123,21
6	OUTROS APARELHOS VIDE OFONICOS DE GRAVACAO/REP	3.656.259	2,54	317.838	1.463.497	2,01	136.877	149,83
7	ALPISTE,EXCETO PARA SEMEADURA	3.267.588	2,27	4.008.138	113.970	0,16	205.526	---
8	FIO DE FIBRAS DE POLIESTERES>=85%,SIMPLES	3.024.803	2,10	1.247.065	826.281	1,13	381.184	266,07
9	SUPERFOSFATO,TEOR DE PENTOXIDO DE FOSFORO (P2.....	2.793.187	1,94	2.742.000	669.104	0,92	1.700.000	317,45
10	AZEITONAS PREPARADAS/CONSERV.N/CONG.EXC.EM VI	2.546.351	1,77	1.763.166	595.420	0,82	336.060	327,66
11	FIO DE FIBRAS ACRILICAS/MODACRILICAS>=85%,RET	2.329.189	1,62	407.655	490.476	0,67	100.934	374,88
12	FIO DE FIBRAS ARTIFICIAIS>=85%,SIMPLES	2.304.115	1,60	652.735	1.503.115	2,06	446.846	53,29
13	FIO DE FIBRAS DE POLIESTERES COM FIBRAS ARTIF.....	2.289.022	1,59	911.985	2.622.696	3,59	1.022.920	-12,72
14	VEICS.AUTOPROPULS.BATEDOR BALASTRO,ALINHAD.VI	2.259.433	1,57	44.806	---	---	---	---
15	OUTS.LAMIN.FERRO/ACO,REVEST.ALUMINIO SILICIO,	1.942.095	1,35	1.706.815	---	---	---	---
16	OUTS.VINHOS,MOSTOS DE UVAS,FERM.IMPED.ALCOOL,	1.938.294	1,35	1.109.850	392.994	0,54	242.683	393,21
17	FIO ALGODAO>=85%,CRU,SIMPL.FIBRA PENT.192.3D<.....	1.755.760	1,22	573.842	738.996	1,01	249.006	137,59
18	TECIDO DE OUTRAS FIBRAS DE POLIESTER>=85%	1.680.161	1,17	553.850	---	---	---	---
19	OUTROS OLEOS DE AZEITONAS E MISTURAS C/AZEITE	1.646.288	1,15	658.850	720.401	0,99	347.680	128,52
20	FIO TEXTURIZADO DE POLIESTERES	1.539.434	1,07	849.585	947.232	1,30	586.294	62,52
21	SUPERFOSFATO,TEOR DE PENTOXIDO DE FOSFORO (P2.....	1.433.950	1,00	4.000.000	700.817	0,96	3.168.000	104,61
22	MISTURA DE ISOMEROS DE DIISOCIANATOS DE TOLUE	1.427.403	0,99	297.500	---	---	---	---
23	ARROZ SEMIBRANQUEADO,ETC.N/PARBOILIZADO,POLID	1.406.250	0,98	3.541.500	3.023.987	4,14	8.686.000	-53,50
24	APARELHOS DE DIAGNOST.POR VISUALIZ.RESSONANCI	1.334.906	0,93	7.330	500.299	0,69	7.130	166,82
25	GARRAFOES,GARRAFAS,FRASCOS,ARTIGOS SEMELHS.DE	1.250.357	0,87	633.596	2.460	---	324	---
26	AZEITE DE OLIVA,REFINADO	1.190.248	0,83	507.230	1.603.071	2,20	773.066	-25,75
27	NOZES FRESCAS OU SECAS,SEM CASCA.....	1.131.289	0,79	101.862	76.256	0,10	9.910	---
28	OUTS.TECIDOS DE MALHA,FIBRAS SINTET.TINGIDOS	1.042.269	0,73	274.130	78.280	0,11	20.655	---
29	TECIDO DE FILAM.POLIESTER TEXTUR>=85%,TINTOS,	990.225	0,69	308.279	242.386	0,33	75.422	308,53
30	FIO ALGODAO>=85%,CRU,SIMPL.FIBRA N/PENT.192.3	979.863	0,68	334.821	209.320	0,29	80.000	368,12
31	OUTRAS LENTILHAS SECAS,EM GRAOS	787.162	0,55	768.306	23.892	0,03	45.315	---
35	DAMASCOS SECOS	739.124	0,51	198.000	291.197	0,40	100.000	153,82
36	COGUMELOS "AGARICUS" CONSERV.AGU A SALG.ETC.	704.404	0,49	514.064	---	---	---	---
39	ASPARGOS PREPARADOS OU CONSERVADOS,NAO CONGEL ...	653.686	0,45	258.012	14.276	0,02	4.752	---

40	OUTRAS PREPARACOES E CONSERVAS, DE ATUNS	630.714	0,44	309.590	68.529	0,09	32.640	820,36
43	OUTS.PRODS.HORTS/MISTURAS, SECOS, INCL. PEDACOS,	579.140	0,40	195.992	158.306	0,22	46.000	265,84
47	PREPARACOES E CONSERVAS, DE ATUNS, INTEIROS OU	468.496	0,33	120.918	---	---	---	---
49	UVAS SECAS	435.652	0,30	235.222	147.543	0,20	95.230	195,27
53	OUTROS FEIJOS COMUNS, PRETOS, SECOS, EM GRAOS	418.799	0,29	495.835	---	---	---	---
71	FARINHA DE TRIGO	279.000	0,19	702.000	139.991	0,19	554.000	99,30
73	OUTROS GRAOS-DE-BICO, SECOS	267.790	0,19	221.849	---	---	---	---
78	NOZES FRESCAS OU SECAS, COM CASCA	246.970	0,17	80.000	37.503	0,05	19.000	558,53
86	OREGANO FRESCO OU SECO, P/PERFUMARIA, MEDICINA,	222.359	0,15	85.000	51.357	0,07	26.825	332,97
89	OUTRAS PREPARACOES E CONSERVAS, DE OUTRAS PEIX	217.699	0,15	146.251	231.967	0,32	162.272	-6,15
98	OUTROS PRODS.HORTS/MISTURAS, CONSERV. EM AGUAS	191.263	0,13	98.990	6.188	0,01	4.080	---
10	DEMAIS PRODUTOS	13.608.134	9,47	6.029.287	23.751.104	32,55	13.185.137	-42,71

Fonte: Adaptado de DEPLA; SECEX (2008).

No período analisado, a performance mais destacada na exportação de alimentos dentre os Estados da Região Norte foi o de Tocantins. Dos 15 primeiros itens de negócios, 10 são para fins alimentares. Em vantajosa distância do segundo colocado está a soja com 81,97% do volume negociado, ficando os derivados da carne bovina com 13,75%.

Entre os itens importados, aparecem o azeite de oliva e as azeitonas entre os 15 primeiros colocados, com pouco mais que 5% dos negócios no período.

Como perfil da região, destacaram-se entre os produtos exportados em função dos negócios em dólares no período analisado, a carne bovina, a soja e a castanha-do-pará. A primeira, da economia pecuária, movimentou um volume superior a 700 milhões de dólares no ano. A segunda, da agricultura, ultrapassou os 400 milhões e a terceira, oriunda do extrativismo, ficou com a marca de pouco mais que 20 milhões de dólares.

No referente às importações, o que mais se evidenciou foi o trigo, com quase 50 milhões de dólares.

5.5 AMAZÔNIA EM NÚMEROS: IDH E PIB

Apresentamos, a seguir, uma série histórica do IDH dos estados da Região Norte, sua média de Região e do Brasil, no período compreendido entre 1991 a 2005 (Tab. 65) e do biênio 2006-07 (Tab. 66).

Tabela 65 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Brasil, Região Norte e estados, 1991-2005

REGIÃO / UF	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
BRASIL	0,706	0,714	0,724	0,735	0,746	0,752	0,758	0,765	0,767	0,773	0,778	0,782	0,782	0,787	0,794
Norte	0,674	0,682	0,696	0,708	0,718	0,721	0,725	0,730	0,733	0,736	0,744	0,751	0,749	0,755	0,764
Acre	0,650	0,670	0,677	0,693	0,707	0,719	0,716	0,732	0,733	0,729	0,741	0,751	0,752	0,748	0,751
Amapá	0,704	0,710	0,742	0,746	0,751	0,753	0,746	0,746	0,747	0,755	0,766	0,759	0,765	0,762	0,780
Amazonas	0,673	0,682	0,688	0,706	0,721	0,726	0,730	0,725	0,725	0,731	0,748	0,757	0,759	0,766	0,780
Pará	0,678	0,683	0,699	0,705	0,712	0,714	0,718	0,724	0,731	0,734	0,739	0,748	0,740	0,749	0,755
Rondônia	0,688	0,704	0,711	0,730	0,746	0,741	0,750	0,764	0,761	0,753	0,753	0,766	0,765	0,768	0,776
Roraima	0,707	0,720	0,743	0,748	0,753	0,766	0,750	0,755	0,761	0,754	0,750	0,744	0,752	0,741	0,750
Tocantins	0,638	0,646	0,666	0,678	0,689	0,695	0,701	0,714	0,713	0,730	0,741	0,738	0,742	0,751	0,756

Fonte: EMPREGO, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: A Experiência Brasileira Recente. Brasília: CEPAL; PNUD; OIT(2008).

De 1991 a 2005, o IDH nacional apresentou crescimento regular, tendo apenas no biênio 2002-03, uma reprise de índice. Quanto a Região Norte na média, nesse mesmo biênio, houve uma interrupção do crescimento, com um pequeno descenso, logo resolvido no ano seguinte de 2004. Os números dos índices da Região em relação à média Nacional mostram que se mantiveram sempre abaixo durante todo esse período.

Ao se comparar os índices dos estados com a média regional, o Acre a supera nos anos de 1998 e 2003. Iguale-se nos anos de 1999 e 2002. Nos demais fica abaixo dela. O Amapá supera as médias nos anos de 1991 a 2005. O Amazonas apresentou-se acima ou equivalente nas médias dos anos de 1992, 1995-97, 2001-05. No caso do Pará, sua performance acima das médias regionais foram nos anos de 1991-03. Rondônia apresentou resultados acima da média em toda a série de 1991 a 2005. Roraima teve nos anos de 2002, 2004 e 2005 índices inferiores a média da região. Já o Tocantins se manteve abaixo dessa média toda a série analisada.

Tabela 66 - IDH Brasil, Região Norte e estados:
biênio 2006-2007

Discriminação	Ano	
	2006	2007
Brasil	0,803	0,816
Região Norte	0,772	0,786
Acre	0,763	0,780
Amapá	0,789	0,800
Amazonas	0,784	0,796
Pará	0,764	0,782
Roraima	0,784	0,782
Rondônia	0,779	0,784
Tocantins	0,769	0,784

Fonte: EVOLUÇÃO do IDH das Grandes Regiões e Unidades da Federação. Boletim Regional do Banco Central do Brasil, (2009).

No caso do biênio 2006-07, a Região Norte continua abaixo da média nacional. E dos estados em relação à média regional, encontramos o Acre, o Pará e Tocantins com desempenho inferior. Roraima e Rondônia com performance inferior à média no ano de 2007, e o Amapá e o Amazonas mantendo a tendência de estarem acima da média regional.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tem por propósito mensurar o nível de qualidade de vida em um determinado território (país, região). Foi adotado como indicador pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), desde 1990. Seu cálculo envolve três componentes: renda, longevidade e educação. Por isso, torna-se mais abrangente que o indicador mais tradicional, o PIB *per capita*, que se restringe a medir a dimensão do desenvolvimento a partir do parâmetro econômico. (EVOLUÇÃO DO IDH, 2010).

Os três componentes possuem o mesmo peso no cálculo. O “componente renda mensura a dimensão econômica do desenvolvimento humano, sendo aferida pelo PIB *per capita* corrigido pelo poder de compra da moeda de cada região” (EVOLUÇÃO DO IDH, 2010). No caso da mensuração de longevidade, “utiliza-se como parâmetro a expectativa de vida dos indivíduos ao nascer, enquanto, para o componente educação, são utilizados os índices de analfabetismo e da taxa de matrícula em todos os níveis de ensino”(EVOLUÇÃO DO IDH, 2010) Em um cálculo de média aritmética simples, os resultados são “compreendidos no intervalo de zero

a um. Quanto mais próximo o índice se situar do limite superior, maior o desenvolvimento humano na região” (EVOLUÇÃO DO IDH, 2010, p.91)

Como já dissemos, o IDH se diferencia do PIB em estabelecer um parâmetro qualitativo de nível de vida, enquanto o segundo trata do desenvolvimento econômico. Logo esse desenvolvimento não se traduz linearmente nessa qualidade de vida. Podemos reforçar essa afirmação ao compararmos, a título de exemplo, o caso do Estado do Tocantins, cujo desempenho de IDH foi o pior dos estados da região. Entretanto, quando analisado no seu desempenho de PIB, a realidade muda de figura. Vejamos a análise abaixo:

Em 2006 – O Produto Interno Bruto do Estado do Tocantins teve crescimento de 2,9% em relação a 2005, De acordo com dados do IBGE, essa taxa é resultado da elevação de 2,7% do valor adicionado a preços básicos e do aumento de 4,4% nos impostos sobre produtos. Na formação do PIB, foi determinante o desempenho da agropecuária (3,2%), indústria (3,0%) e serviço (2,4%). O PIB per capita mostrou crescimento real de 1,4% no ano passado.

Em 2007 – O PIB do Tocantins aumentou 7,3%, superando em mais de duas vezes a média nacional, de 3,2%. Sobressaíram-se os setores da construção e agropecuária, com crescimento de 16%, o maior do Brasil.. A elevação se reflete na arrecadação de impostos, que fechou 2007 com R\$ 3,3 bilhões, um aumento de 7% em relação a 2006 (SIC-TO, 2010)

5.6 POLÍTICAS PÚBLICAS: FOME ZERO E MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

No Brasil de hoje, o grupo que hegemoniza o bloco de poder é o do grande capital financeiro. A hegemonia política vem se mantendo ao longo da onda neoliberal⁴³ sobre o país. Esse período compreende os governos Collor, Fernando Henrique Cardoso e Lula. Nas décadas de 1990 e 2000, as políticas sociais e econômicas vêm atendendo aos interesses do capital investidor internacional e dos banqueiros e fundos de investimentos nacionais. Nessa esteira, uma nova fase do neoliberalismo entrou em curso no Brasil por conta das pressões políticas “da burguesia interna ao longo de toda a década de 1990 e também do estrangulamento externo, [...] que ressurgiu nos anos noventa sob a forma da crise cambial de 1998-

⁴³ Perry Anderson para definir o neoliberalismo diz: “Começamos com as origens do que se pode definir do neoliberalismo como fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944 (ANDERSON, 1995, p. 9).

1999”. Um novo arranjo “do bloco no poder possibilitou uma integração mais ativa da grande burguesia interna à política hegemônica do capital financeiro” (BOITO JUNIOR, 2010, p. 272), que procura o “crescimento das exportações, obter os dólares e a receita necessários para remunerar o capital financeiro nacional e internacional” (BOITO JUNIOR, 2010, p.272).

Três elementos compõem a estratégia da política neoliberal. O primeiro é política de “desregulamentação do mercado de trabalho, de redução de salários e de redução ou supressão de gastos e direitos sociais” (BOITO JUNIOR, 2010, p.273-274). O segundo é a política de privatização. “Esse elemento tem marginalizado o pequeno e o médio capital e favorecido apenas as grandes empresas monopolistas e o imperialismo” (BOITO JUNIOR, 2010, p.273-274). Por fim, o terceiro é a “política de abertura comercial e de desregulamentação ou abertura financeira”. Ela contempla mais restritamente “apenas o setor bancário do capital monopolista e o capital imperialista”. (BOITO JUNIOR, 2010, p.273-274).

O neoliberalismo vem se convertendo em um discurso hegemônico predominante nas maneiras de pensar, nas práticas político-econômicas e até no senso comum com o qual interpretamos e vivenciamos o mundo. Esse modelo é, acima de tudo, um projeto que visa resgatar a dominação de classe formada pelos setores que diante da ascensão das forças socialdemocratas, viram suas fortunas correrem perigo no pós Segunda Grande Guerra. A partir de então, o neoliberalismo vem tendo uma efetividade limitada para obter o crescimento econômico, e com isso “tem logrado canalizar riqueza das classes subordinadas às dominantes e dos países mais pobres aos mais ricos” (HARVEY, 2010).

Não se podemos incorrer no erro de afirmar que a pobreza, assim também a marginalidade, tenha como causa o neoliberalismo. Mais que isso, ela é decorrente do tipo de capitalismo implementado desenvolvido. A partir dos anos 1990, a categoria “pobreza” tornou-se palavra-chave da ordem social contida nos relatórios do Banco Mundial. Passou a ser hegemônica nas políticas de vários países. Assim, as políticas de “combate à pobreza” aparecem ligadas a essa percepção de mundo. Fundamentada numa ordem social neoliberal que trata o mercado como orientador da sociedade. Essa sociedade é formada por indivíduos que para sobreviver por conta própria nessa lógica de mercado, são obrigados a competir cada vez mais entre si, e dessa maneira, tornarem-se mais competitivos. Já aqueles que são incapazes de acompanhar esses processos, são os enquadrados como pobres. O

Estado, para esses, deve dar atenção, por meio de caridades variadas para que sejam dadas as condições mínimas de subsistência a esses indivíduos (UGÁ, 2004).

As políticas de combate à pobreza estão inseridas na lógica do neoliberalismo, que de modo focal e compensatório, vêm enfraquecendo, ou mesmo substituindo, o conceito de cidadania social. Este conceito está mais comprometido com a ideia mais geral de direitos, o que na ordem social do neoliberalismo parece não pertencer (UGÁ, 2004).

Nessa direção, surgem as políticas sociais compensatórias, ou medidas compensatórias, que visam através de processos de transferência de renda e outras modalidades, minimizarem os impactos dramáticos neoliberais, que tem conduzido a pobreza amplas levas da população mundial.

Apresentamos, na sequência das tabelas de 67 a 73, os dados financeiros e de famílias que acessam algumas dessas formas de transferência de renda, a partir do orçamento federal⁴⁴. Os dados são compostos de valores mensais e do acumulado-ano até julho de 2010, bem como do número de famílias que participam dessas políticas em cada estado da Região Norte. As informações são acessíveis no sítio do Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome.

Tabela 67 - ACRE – Transferência de Renda Através do Programa Bolsa Família e Cartão Alimentação.

Programa	Mês ref.	Famílias	Repasse Mensal	Repasse até jul/10
Bolsa Família	jul/10	59.507	6.453.304,00	44.772.998,00
Cartão Alimentação	jul/10	21	1.050,00	7.650,00
	Total	59.528	6.454.354,00	44.780.648,00

Estimativa de famílias pobres no perfil Bolsa Família.: **58.310** / Cobertura: **102,05%**

Estimativa de famílias pobres no perfil Cadastro Único: **92.349** / Cobertura: **64,44%**

Fonte: adaptado de MDS em Números — Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2010).

⁴⁴ Outras formas de transferência de renda são realizadas a partir do "Bolsa Escola", do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, do "Bolsa Alimentação", do "Renda Mínima", entre outras.

Tabela 68 - AMAPÁ – Transferência de Renda através do Programa Bolsa Família e Cartão Alimentação.

Programa	Mês ref.	Famílias	Repassé Mensal	Repassé até jul/10
Bolsa Família	jul/10	45.169	5.023.023,00	34.885.717,00
Cartão Alimentação	jun/10	0	0,00	50,00
Total		45.169	5.023.023,00	34.885.767,00

Estimativa de famílias pobres no perfil Bolsa Família.: **41.339** / Cobertura: **109,26%**

Estimativa de famílias pobres no perfil Cadastro Único: **68.649** / Cobertura: **65,80%**

Fonte: adaptado de MDS em Números — Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2010).

Tabela 69 - AMAZONAS – Transferência de Renda através do Programa Bolsa Família e Cartão Alimentação.

Programa	Mês ref.	Famílias	Repassé Mensal	Repassé até jul/10
Bolsa Família	jul/10	279.494	30.424.852,00	207.530.910,00
Cartão Alimentação	jun/10	0	0,00	0,00
Total		279.494	30.424.852,00	207.530.910,00

Estimativa de famílias pobres no perfil Bolsa Família.: **260.127** / Cobertura: **107,45%**

Estimativa de famílias pobres no perfil Cadastro Único: **417.803** / Cobertura: **66,90%**

Fonte: adaptado de MDS em Números — Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2010).

Tabela 70 - PARÁ – Transferência de Renda através do Programa Bolsa Família e Cartão Alimentação.

Programa	Mês ref.	Famílias	Repassé Mensal	Repassé até jul/10
Bolsa Família	jul/10	671.713	71.874.085,00	492.045.103,00
Cartão Alimentação	jun/10	0	0,00	0,00
Total		671.713	71.874.085,00	492.045.103,00

Estimativa de famílias pobres no perfil Bolsa Família.: **640.605** / Cobertura: **104,86%**

Estimativa de famílias pobres no perfil Cadastro Único: **1.010.425** / Cobertura: **66,48%**

Fonte: adaptado de MDS em Números — Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2010).

Tabela 71 - RONDÔNIA – Transferência de Renda através do Programa Bolsa Família e Cartão Alimentação.

Programa	Mês ref.	Famílias	Repasse Mensal	Repasse até jul/10
Bolsa Família	jul/10	115.499	11.174.544,00	77.549.102,00
Cartão Alimentação	jun/10	0	0,00	50,00
Total		115.499	11.174.544,00	77.549.152,00

Estimativa de famílias pobres no perfil Bolsa Família.: **119.367** / Cobertura: **96,76%**

Estimativa de famílias pobres no perfil Cadastro Único: **199.193** / Cobertura: **57,98%**

Fonte: adaptado de MDS em Números — Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010

Tabela 72 - RORAIMA – Transferência de Renda através do Programa Bolsa Família e Cartão Alimentação.

Programa	Mês ref.	Famílias	Repasse Mensal	Repasse até jul/10
Bolsa Família	jul/10	41.846	4.568.291,00	31.698.863,00
Cartão Alimentação	jun/10	0	0,00	0,00
Total		41.846	4.568.291,00	31.698.863,00

Estimativa de famílias pobres no perfil Bolsa Família.: **40.137** / Cobertura: **104,26%**

Estimativa de famílias pobres no perfil Cadastro Único: **58.708** / Cobertura: **71,28%**

Fonte: adaptado de MDS em Números — Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010

Tabela 73 - TOCANTINS – Transferência de Renda através do Programa Bolsa Família e Cartão Alimentação.

Programa	Mês ref.	Famílias	Repasse Mensal	Repasse até jul/10
Bolsa Família	jul/10	127.906	12.036.147,00	82.604.944,00
Cartão Alimentação	jun/10	0	0,00	0,00
Total		127.906	12.036.147,00	82.604.944,00

Estimativa de famílias pobres no perfil Bolsa Família.: **123.234** / Cobertura: **103,79%**

Estimativa de famílias pobres no perfil Cadastro Único: **192.224** / Cobertura: **66,54%**

Fonte: adaptado de MDS em Números — Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010

No total da região, 1.341.155 famílias estão sendo atendidas no ano de 2010. O repasse mensal totaliza R\$ 135.100.942,00 e a estimativa é de que feche este ano com um total repassado acima de três bilhões de reais. A média de cobertura pelo referencial do Cadastro Único é de 66,3% de famílias pobres da região.

5.7 AS CESTAS INDÍGENAS⁴⁵ : A ATENÇÃO À FOME DE ÍNDIO

Chama a atenção a realidade da segurança alimentar entre os indígenas no Brasil. O governo brasileiro vem ao longo dos últimos anos implementando uma política de distribuição de cestas básicas de alimentos á varias etnias. Esses grupos vivem uma situação de extrema vulnerabilidade alimentar. Vejamos a fala oficial do Governo Federal, a partir da Fundação Nacional da Saúde - FUNASA, órgão que passou a assumir a política nacional de saúde indígena:

Em 2005, a **Funasa**, através da área de nutrição do Departamento de Saúde Indígena, fez parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para ação emergencial a povos indígenas em situação de extrema vulnerabilidade alimentar. O programa é uma iniciativa do Governo Federal, que desde 2003 realiza a distribuição de gêneros alimentícios. A **Funasa** participa deste programa desde 2005. Já foram beneficiadas mais de 34 mil famílias indígenas em todo o Brasil[...]Para o ano de 2006, **20.313** cestas de alimentos foram distribuídas para beneficiar famílias de 20 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs)[...](FUNASA-MS, 2010)(grifos do autor)

Abaixo, na figura 5, uma demonstração espacial do atendimento com as cestas básicas de alimentos por Distritos Sanitários Indígenas. Nela, percebemos a concentração da política emergencial na região amazônica.

Figura 5 - Distribuição dos 20 DSEIs com famílias que recebem cestas de alimentos, Brasil 2006 a 2007.



Fonte: FUNASA-MS. Vigilância Alimentar Nutricional (2010).

⁴⁵ Quinze crianças Apinajé, vítimas de diarreia, vômito, gripe e febre, morreram em cinco meses no Estado do Tocantins. A informação é do Relatório do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), da Funai, de organizações não-governamentais de apoio ao índio, checados com a Funasa. Os índios também morrem em outros locais da Amazônia”. Essa, entre outras denúncias, atesta o grau de vulnerabilidade das populações indígenas. Da mesma forma, outras comunidades tradicionais não-indígenas também padecem. (ÍNDIOS DA AMAZÔNIA, 2010).

5.8 SAQUE E REGULAÇÃO NA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA

A partir daqui, serão construídos argumentos e verificados fatos que envolvem a biodiversidade, seu uso, conceitos de propriedade sobre o conhecimento afeto à biodiversidade e mecanismos regulados e não-regulados de apropriação desses recursos. Nesse sentido, a questão colocada é a compreensão dos mecanismos regulatórios sobre essas questões, os interesses do atual estágio capitalista da economia, a biopirataria intensamente praticada e questões que envolvem as definições de propriedades sobre os saberes tradicionais quanto aos recursos genéticos.

Com os conhecimentos das espécies vegetais encontradas nas terras brasileiras, um fato chama a atenção para a repercussão que esses novos achados europeus significaram. O açafrão, colorífico que vinha do oriente muito apreciado pela culinária européia, depois das dificuldades encontradas com as rotas orientais mercantilistas, foi substituído por outro colorífico encontrado nas Américas: o urucum, espécie muito usada pelos índios do Brasil. Esse é um exemplo entre muitos outros (OLIVEIRA, 2003).

Carneiro (1994, p.43) apresenta a visão comercial que envolvia as espécies de interesse econômico à época das grandes navegações e de como que valores seculares foram se quedando. A nova expansão econômica ocorria, então, com o comércio das especiarias. As velhas plantas do luxo sensorial do Oriente, suas resinas aromáticas balsâmicas e seus condimentos exóticos ampliam a esfera de consumo, atingindo inclusive camadas sociais mais baixas na Europa. Ao mesmo tempo, novas e estimulantes plantas faziam sua entrada triunfal no comércio e nos hábitos cotidianos do mundo. A Igreja, após uma resistência inicial, logo absorve o tabaco, o café, o chá e o chocolate. “A pimenta, o cravo, a canela, o tabaco ou o açúcar”, com o sistema capitalista em suas origens mercantis integram o mundo desde o século XVI, numa relação de troca desses e outros tantos produtos.

Essa apropriação de espécies com interesses econômicos e dos saberes a elas agregados, subtraídos dos nativos brasileiros pelos europeus, foi substancialmente possível pela ação do conhecimento científico ocidental. Os operadores dessas façanhas foram, em grande medida, os naturalistas que para aqui vieram durante os séculos que sucederam o XVI. Não só a eles, mas

principalmente, são considerados os feitos desse levantamento dos recursos naturais no Brasil (OLIVEIRA, 2003).

A tarefa de descrever a exuberância desta natureza tropical era, por demais, grandiosa e laboriosa. Segundo Prestes (2000, p.24),

Era preciso começar procurando pelos nomes com os quais os indígenas tratavam os animais e vegetais e conhecer a sua origem etimológica. Era preciso averiguar a utilidade dos seres, distinguir os comestíveis dos venenosos. Era preciso proceder a uma descrição que garantisse aos que não atravessaram o Atlântico algum conhecimento desta natureza americana.

Um mecanismo de conhecer os recursos da flora brasileira consistiu na instituição de Jardins nas principais províncias do Brasil, de 1810. Esses jardins, instalados nas Capitânicas do Brasil, cumpriam o papel de local destinado ao transplante “dos vegetais úteis de diversas partes do Mundo”(PRESTES,2000:108). Dessa feita, foram introduzidas, no território brasileiro, espécies exóticas, com vistas à expansão do cultivo delas no país. De fato,

Os jardins permitiriam o cultivo dos diversos tipos de plantas úteis à alimentação ou preparo de medicamentos, de modo a garantir-se uma independência da compra de plantas estrangeiras aos altos preços alcançados por esses produtos devido às práticas mercantilistas” (PRESTES, 2000, p.109).

O historiador Reis (1982, p.84), em sua obra *A Amazônia e a cobiça Internacional*, apresenta a ordem das expedições científicas realizadas na Amazônia, e diz que estas não haviam “começado com a viagem de Herdon e Gibbson. Johann von Natterer, Johann Baptist von Spix e Karl Friederich Philipp von Martius, em 1820 estes últimos e entre 1829 e 1835 o primeiro, tinham aberto o caminho, numa obra de envergadura”.

Martius, em sua viagem pelo Brasil, de 1817 a 1820, escreveu uma obra que, sem dúvida, muito tem contribuído para interpretações sobre vários aspectos do Brasil do século XIX, em especial sobre a natureza: *Das Naturell, die Krankheiten, das Artthum und die Heilmittel der Urbewohner Brasiliens*, impresso em 1844. Nela Martius(1979) declara que, à primeira vista, com a visão de quem chega pela primeira vez, com olhar pouco treinado, inábil, não percebeu nuances importantes sobre as coisas do Brasil, em especial as etnias indígenas, as inúmeras que aqui viviam.

Do século XVIII em diante, passou a se caracterizar de maneira mais efetiva o caráter científico. O racionalismo e o cientificismo buscavam o conhecimento como decorrência da observação empírica da natureza. Dessa forma, as contribuições para a botânica de Richard Spruce foram significativas (SEAWARD, 2000).

De Yorkshire, o professor Spruce, sempre demonstrou interesse pela história natural. Profundo conhecedor sobre plantas floríferas e briófitas, foi responsável pela construção de um herbário com uma coleção considerável. Tanto que, em 1849, mesmo com problemas sérios de saúde, viajou ao Amazonas para coletar plantas em uma floresta tropical. O grande objetivo dessa viagem era investigar a flora do vale do Amazonas. Teve êxito e coletou milhares de espécimes. Muito hábil na compreensão dos sistemas políticos e comportamentos das etnias amazônicas e andinas por onde passou, Spruce aprendera que para a compreensão das distintas utilizações das plantas pelos índios era possível, desde que, fossem estudadas no contexto de seus ambientes naturais. (SEAWARD, 2000).

Decorrido tanto tempo, a ideologia subjacente ao desenvolvimento científico, que anunciava a felicidade humana, foi posta a prova. E a solução científica para os problemas cruciais da humanidade, entre elas a fome humana, tardou e não veio. Está inaugurada a crise paradigmática da ciência hegemônica ocidental.

Dessa maneira, expressa-se o húngaro Mészáros(2002, p.989), em sua famosa obra *Para Além do Capital* que

[...] Ciência e tecnologia podem solucionar todos os nossos problemas a longo prazo é muito pior do que acreditar em bruxas, já que tendenciosamente omite o devastador enraizamento social da ciência e da tecnologia atuais. Também nesse sentido, a questão central não se restringe a saber se empregamos ou não a ciência e a tecnologia com a finalidade de resolver nossos problemas – posto que é óbvio que devemos fazê-lo, mas se seremos capazes ou não de redirecioná-las radicalmente, uma vez que hoje ambas estão estreitamente determinadas e circunscritas pela necessidade da perpetuação do processo de maximização dos lucros.

Enquanto prevalecera a validade científica da ciência moderna hegemônica todo outro conhecimento se subjugava ao cientificismo. No melhor dos mundos, os outros conhecimentos que não passavam pelo crivo metodológico cognitivo do naturalismo e do positivismo, serviam como elementos a partir dos quais esta verdade científica se valia. Entretanto, recomendações nunca faltaram com os cuidados necessários para não se envolver, sobremaneira, com as pretensas

irracionalidades inerentes aos outros saberes. A arrogância era um princípio (OLIVEIRA, 2003).

Mais recentemente, novas perspectivas de relações entre saberes diferentes vêm sendo desenvolvidas e ganhando notoriedade, mas nem sempre cumplicidade. Trata-se das etnociências. Muitos são os trabalhos que se valem dessa construção metodológico-cognitiva: a etno-história, a etnobiologia, a etnomatemática, a etnofarmacologia (essa, em grande produção), entre tantas outras (OLIVEIRA, 2003)

Diegues (2000, p.28) destaca a importância dessa nova abordagem. Segundo ele, esses estudos estão sendo possíveis graças a uma geração de cientistas, alguns vinculados à “instituições ambientais governamentais, que começam a entender a importância da participação social no estabelecimento de políticas públicas conservacionistas”.

Entre esses estudos, estão alguns vinculados ao espaço da produção de alimentos entre os povos indígenas. Destacamos algumas informações sobre os Kayapó. Estes ao escolherem um local para a ocupação de suas aldeias levam em consideração a proximidade destas à algumas zonas ecológicas. “Isso traz a vantagem de situarem-se as aldeias em meio a uma diversidade máxima de espécies, uma vez que cada uma dessas ecozonas⁴⁶ provê produtos naturais diversos e distintas espécies de caça, segundo as estações do ano” (POSEY, 1997, p. 4).

Quanto à prática da coleta⁴⁷ destinada à alimentação dos grupos, alguns produtos e técnicas merecem a exposição. Lévi-Strauss lembra que “na bacia amazônica, a sapucaia (*Lecythis ollaria* ou *L.pisonis*), a castanha-do-pará ou tocarí (*Bertholletia excelsa*) representam o mesmo peso na dieta indígena”. (LÉVI-STRAUSS, 1997, p.36).

Kerr, em seus estudos, demonstra que a “castanha-do-pará é a terceira fruteira em importância para os Kayapó, não só porque suas nozes se conservam por muito tempo, como também porque são uma fonte de proteína e de gordura”.

⁴⁶ A ecozona se associa a plantas e animais específicos. “Os kaiapó têm um conhecimento acurado do comportamento animal. Por outro lado, certos tipos de plantas se associam a determinados tipos de solo. Nestas condições, cada zona ecológica vem a ser um sistema integrado de interações entre plantas, animais, o solo e, naturalmente, os Kayapó” (POSEY, 1997, p. 4)

⁴⁷ Nas palavras de Lévi-Strauss, “por coleta entende-se a obtenção de plantas silvestres, animais e produtos animais, bem como diversos elementos inertes adequados à alimentação, ao uso como matérias-primas manufatureiras ou remédios”(POSEY, 1997, p. 6)

Seu plantio, entre esse povo possui também valores simbólicos, posto que ela “é plantada especialmente nas clareiras da floresta para assinalar comemorações familiares ou públicas”(KERR, 1997, p.187-188).

Agora distinta da afirmação de Lévi-Strauss, Kerr afirma que entre os Kayapó, “a castanha-sapucaia, apesar do seu delicioso sabor, é menos plantada devido à crença de que provoca a queda de cabelo de quem abusa do seu consumo”(KERR, 1997, p.188).

Outro produto até hoje bem apreciado e consumido na região amazônica e fora dela, é o palmito. Ele é o “broto terminal de diversas espécies de palmeira” e se constitui em “um dos poucos legumes frescos da alimentação índia. É comido cru, assado ou fervido”. Provenientes de variadas espécies de palmeira possuem sabores um tanto distintos, e, portanto, uns mais apreciados que outros. “Os índios brasileiros preferem o palmito da *Euterpe*, do *Cocos* e de diversas espécies de *Iriartea*. No chaco, usam os palmitos do carandaí (*Copernica Alba*)” (LÉVI-STRAUSS,1997, p.24).

Esses produtos de coleta para alimentação têm origem bem ampla. É o caso do consumo de cogumelos. Embora a maioria dos grupos indígenas amazônicos não o consumirem, ou o fazerem de forma bem limitada e esporádica, “os Yanomâmi, comem diferentes espécies de fungos”. Estudos distintos levantaram o uso por essa etnia dos fungos alimentícios. Mais de 20 espécies foram identificadas. Eles os colhem esses fungos “na medida em que são necessários à alimentação, mas não parecem fazer qualquer esforço consciente para cultivá-los mais intensamente para aumentar seu suprimento de alimentos” (PRAMCE, 1997, p.136 - 39).

A prática tradicional de obtenção de proteínas providas de espécies de peixes ainda hoje persiste entre grupos indígenas e não-indígenas na região amazônica. O uso de substâncias ictiotóxicas ainda persiste, mesmo que contrariando normas ambientais, como no caso da pesca com o timbó. Em nossas atividades de campo, não raro, encontramos o plantio no entorno das roças dessa espécie que entorpece os peixes quando jogadas ao rio.

Pramce (1997, p.146) descreve que esses venenos são jogados “em pequenos riachos e os peixes são envenenados ou asfixiados”. Lembra também, oportunamente, que esta é “uma maneira drástica de pescar, uma vez que até os

peixes de menor tamanho são envenenados”, mas ressalta que “as tribos tendem a empregar este método de pesca somente em ocasiões especiais”.

Essa técnica é bastante antiga e muito praticada em toda a América do Sul, assim nos diz Heizer. Afirma o pesquisador que “esta hipótese histórico-geográfica é confirmada por estudos botânicos [...] Eles indicam que certas plantas foram assinaladas próximo a sítios habitados, sendo apenas conhecidas através de espécimes cultivados”. Destacam-se, entre outras, “as seguintes plantas [que] são conhecidas exclusivamente nas habitações nativas: *Clibadium sylvestre*, *Tephrosia toxicaria* e *Euphorbia cotinoides*”. (HEIZER, 1997, p.105).

Uma das maneiras de se fazer a pesca com essas substâncias é quando ao se “baixarem as águas a seu menor nível, os pescadores vedam riachos secos com galhos folhudos e aplicam venenos de pesca em áreas restritas. O veneno provém de toxinas existentes em hastes, raízes, folhas ou frutos” (CHERNELA, 1997, 291).

Muitas etnias desenvolveram interessantes sistemas de manejo dos recursos pesqueiros. “Como se sabe, as populações indígenas da Amazônia utilizam em sua alimentação inúmeras espécies de peixes, répteis e mamíferos aquáticos, e também algumas formas de vegetação ribeirinha e lacustre”. Tanto peixes quanto quelônios “proporcionam uma elevada quantidade de carne/proteína à alimentação humana”(POSEY, 1997, p. 7- 8).

Os Wanâna⁴⁸ dominam “a relação existente entre as características biofísicas de seu meio ambiente e os ciclos de vida dos peixes”. Dessa forma demonstram uma consciência “do papel crucial desempenhado pela floresta ciliar na provisão de fontes alimentares que sustentam a população pesqueira”. (CHERNELA, 1997, p.286).

Estes grupos se valem de “diversos métodos de pesca, compreendendo a busca e a captura”. Assim recorrem a “pesca com arco e flecha (*buendu*), com arpão (*nyosansi'ne*), com rede de pesacra (*Yacah'na*), com vara-de-mola e anzol (*snare* em inglês) (*yoga po'a*), bom como várias formas de pescar com linha e anzol”. Sabem técnicas de localizar e capturar os peixes. Utilizam para isso de “armadilhas fixas de pesca, especializadas para cada tipo de hábitat”. Entre elas, o Matapi (*buhcuyaca*), o Cacuri (*wa'iró*) e a Caiá (em língua geral). (CHERNELA, 1997, p. 289).

⁴⁸ Wanana – uma das etnias do Estado do Amazonas.

No caso de grupos indígenas que vivem ao longo da bacia do Uaupés⁴⁹ “associam abundância com senhorialidade do status do grupo. Em função disso, denominam os grupos *seniores* de *suculentos*”. Acreditam que dependente de como “sejam generosos e realizem muitos cerimoniais de oferendas (*po’ao*)” estes “deveriam ocupar os locais onde a disponibilidade de alimentos – principalmente peixe, fonte primária de proteína” (CHERNELA, 1997, p. 292).

Tereza Ximenes, ao analisar aspectos vinculados ao capital social associado à prática da pesca entre ribeirinhos, refere-se aos habitantes da várzea que “desenvolvem sistemas de manejo adaptados às condições ambientais locais”. Diz a socióloga que,

Os municípios de Tefé e Silves, no estado do Amazonas, e Santarém, no estado do Pará, são considerados os pioneiros em desenvolver o manejo comunitário de pesca em região de várzea, a partir da década de 1970. A iniciativa para o desenvolvimento desse tipo de manejo resultou da constatação do aumento da pressão sobre os estoques pesqueiros e a escassez das espécies de peixes com maiores valores comerciais, que passaram a ser capturadas pela pesca com finalidade comercial que usa novas tecnologias de captura do pescado, como o motor a diesel, as redes de fibra sintética e os frigoríficos (XIMENES, 2008, p. 400).

A diferença de técnicas entre a tradição e o tido como moderno gerou conflitos sobre direitos à exploração do recurso pesqueiro nessas áreas. Assim Ximenes descreve o conflito:

[...] de um lado, os ribeirinhos, pescadores das comunidades locais que reivindicam o direito à exploração dos recursos naturais, que tradicionalmente atende às suas necessidades de garantir comida para as suas famílias, sendo o peixe o principal componente alimentar. De outro lado, estão os pescadores “de fora”, provenientes de outros locais, ou grandes barcos de empresas voltadas para a pesca comercial (XIMENES, 2008, p. 400).

Ao se tratar da obtenção de alimentos pela captura de animais, “os índios caçam mamíferos e aves de diversas espécies”. Para tanto, apreenderam a reconhecer detalhes fundamentais para o sucesso de obtenção dessas proteínas animais: o “comportamento dos animais, dentre os quais, seus urros, os alimentos de que preferencialmente se nutrem, características de excrementos, marcas de dentes nas frutas, etc.”. Chegam, como os Yekuana e Yanomâmi, a alterar “os locais onde exercem suas atividades de caça para tirarem proveito do aumento da

⁴⁹ Entre os povos, encontramos os Tukano, os Desana, os Wanano, os Tuyuka, além de outros.

fauna produzido por um *edge effect* (efeito-limite) devido à superposição de habitats (ou biotipos) nas áreas de caça” (POSEY, 1997, p. 7).

Por seu turno, “os Kayapó plantam muitas fruteiras para atrair a caça a lugares próximos à aldeia: entre 3 a 8km”. Entre as cultivadas estão “o pequi, o ingá, a goiaba-de-anta (*Bellucia* sp.) e espécies somente identificadas em sua língua: *ráb-tire*, *moneid-já*, *anoti-kyrê*, *kudjarrádjô*, *pidjorêrekre*” (KERR, 1997, p.188-189).

No tocante ao desenvolvimento da agricultura, temos formas diferenciadas e experiências culturais importantes. Os Kuikúro, por exemplo, “utilizam a floresta de várias maneiras”. Para fins de desenvolverem seus roçados, eles a derrubam. “Este uso pode parecer negativo, mas na realidade não é. Isto porque a própria vegetação cria condições favoráveis no solo para permitir o plantio”, na interpretação de Carneiro. Segundo ele, “a par da qualidade da terra, a queima⁵⁰ dos ramos e troncos de árvores derrubadas liberta grandes quantidades de nutrientes minerais que contribuem substancialmente para o rendimento das safras (CARNEIRO, 1997, p. 43).

Posey, sobre o processo agrícola, lembra que o “desenvolvimento agrícola do ocidente pautou-se pela eliminação da complexidade, mediante a imposição de um número limitado e controlado de monoculturas específicas, altamente rentáveis”. Isso levou, entre outros problemas, à “destruição sumária do meio ambiente natural local”. Reforça que “no caso da Amazônia, se levarmos em conta os efeitos do atual ritmo de deflorestamento, sua recuperação será irreversível”. Vem ocorrendo erosões genéticas importantes. Isso porque historicamente houve “a imposição de métodos agrícolas de outras latitudes foi justificada, correntemente, pela falácia de que o sistema de cultivo itinerante aborígene era primitivo e ineficaz”. Entretanto, “biólogos e agrônomos reconhecem que o sistema de lavoura indígena é mais complexo e, de um modo geral, mais bem adaptado às condições tropicais do que se impunha” (POSEY, 1997, p.9).

Complementa como argumento, a capacidade de produção de alimentos. Destaca que,

⁵⁰ Lembra Carneiro, que outra prática de queima consiste em fazê-la com a vegetação rasteira. Mas da mesma forma sustenta que quando feita “sob este tipo intermediário de floresta – retarde o retorno *itsuni* à área, o fogo aparece enriquecer o solo [...] As análises de amostras de solo que fiz de roçados de *itsuni* e *kejitepe* recém-limpos e queimados demonstraram que o solo sob o *kejitepe* tinha um teor mineral ligeiramente mais alto (CARNEIRO, 1997, p 44-45).

[...] A mandioca e a pacova são particularmente rendosas quanto à produção de calorias por hectare. Os Barafiri, grupo Yanomâmi, chegam a colher 23,16 toneladas de banana (pacova) por hectare, o que lhes proporciona uma ração comestível de 15,6 milhões de calorias por hectare. Os Yekuana colhem até 30 toneladas de mandioca por hectare, obtendo 23,8 milhões de calorias dos tubérculos em estado natural e, aproximadamente, 6 milhões de calorias por hectare de produtos processados da mandioca (POSEY, 1997, p.10).

Entre as espécies cultivadas desde os tempos imemoriais, como já demonstramos em momentos anteriores, a mandioca ocupa lugar de destaque. Primeiro pelo fato de se ter conseguido transformar uma planta tão venenosa como esse tubérculo em alimento. “Assim, a maniçoba (*Manihot dichotoma*, *M. glaziovii*, *M. heptaphylla*, *M. piuiyensis*, *M. violácea*) é ao mesmo tempo uma fonte de veneno, de borracha (borracha do Ceará, de Jequié, de Maniçoba) e de alimento” (LÉVI-STRAUSS, 1997, p.19).

Quanto ao cultivo de outras tuberosas e de verduras, assim se referiu Lévi-Strauss:

As plantas alimentícias silvestres incluem raízes, frutos, nozes e cocos. Poucas tuberosas foram identificadas, porque os índios só se servem delas em época de escassez, quando substituem a mandioca, *Dioscorea*, *Xanthosoma* e outras tuberosas cultivadas. Entre os tubérculos silvestres comestíveis está a mandioquinha-do-campo (*Zeyheria* sp.)[...] As verduras são escassas na dieta indígena. Limitando-se a folhas de mandioca, rebentos de palmeira, uma espécie de *Cissus* – que Nimuendaju encontrou plantada nas roças dos Jê orientais – e poucas outras (LÉVI-STRAUSS, 1997, p. 36).

A mandioca (*Manihot utilíssima*) “no curso de seu longo cultivo, perdeu praticamente a capacidade de reproduzir-se por semente e tem sido transmitida, de geração em geração, por mudas”. Daí, “um número infinitamente grande de variedades evoluiu”. Outra vantagem da espécie é o fato de requerer menor ocorrência de chuvas que o milho. “A predominância da mandioca sobre o milho das Antilhas para o sul, Brasil inclusive (terras, na maior parte, de abundante precipitação), não se deve, ou é quase certo que não se deva ao clima” (SAUER, 1997, p. 70-71).

Esse fenômeno de variedades tão expressivas da mandioca tem levado Botânicos e agrônomos a se interessarem por “recuperar a diversidade intra-específica perdida, em virtude do uso de técnicas modernas de seleção e cruzamento”. Sabe-se que sua “rica diversidade genética foi preservada e controlada

pelos horticultores indígenas, ao longo de milhares de anos de experiência” (CHERNELA, 1997, p.173).

Descreve a pesquisadora que,

[...] os sistemas aborígenes de cultivo resultam da observação e do remanejamento cuidadoso da diversidade genética. Com efeito, na agricultura moderna, selecionam-se umas poucas variedades úteis, eliminando-se as demais. Disso resulta a redução da diversidade intra-específica e o decréscimo da resposta adaptativa a uma vasta gama de condições ambientais em potencial. Para obviar esse percalço, procura-se hoje reintroduzir, mediante a recuperação da variação intra-específica, características perdidas (CHERNELA, 1997, p.173).

Nesse sentido, “um dos aspectos mais assinaláveis da agronomia e da botânica indígenas é sua preocupação em manter a heterogeneidade genética das plantas, tal como ocorre na natureza” (KERR, 1997, p.181).

Uma abordagem necessária por sua pertinência com o tema está relacionada à apreensão desses grupos tradicionais em relação ao meio ambiente, mais precisamente aos ecossistemas. Carneiro, afirma que, em seus “estudos, englobando 14 tribos diferentes da Amazônia brasileira e peruana, demonstraram que o nível de dependência, por parte de cada grupo, das plantas da floresta que os rodeia varia dos menores fungos até a gigantesca castanheira-do-pará”. (CARNEIRO, 1997, p.135).

A floresta amazônica, lembrada por Carneiro, como “a mais completa comunidade biótica, talvez, do mundo – vem sendo, há milênios, o habitat de centenas de tribos indígenas”. Dela se obtém uma “gama de recursos que, quando uma população humana a ela se adapta, encontra em abundância tudo o que necessita: alimentação, vestimenta, abrigo, implementos, armas, utensílios, ornamentos, medicamentos, etc.” (CARNEIRO, 1997, p. 43).

Quando discutimos sobre aspectos ambientais e as múltiplas ligações do ser humano com eles, estamos diante da ecologia humana. Nesse caso, “as fronteiras de um ecossistema devem ser determinadas por fatores sociais”. Para Chernela,

O rigor exigido pelos estudos ecológicos recomenda que a pesquisa sobre ecologia humana focalize as atividades de subsistência de povoações aborígenes individualizadas. Com isso, impacto de alguns fatores, tais como os níveis supralocais de organização socioeconômica, é virtualmente ignorado. No caso do alto Uaupés, contudo, cumpre levar em conta as interdependências que unem os povoados a entidades socioeconômicas indivisíveis a fim de desenvolver modelos adequados a seu estudo. Recentemente, GROSS (1982) enfatiza a importância de uma abordagem regional dos estudos ecológicos (CHERNELA, 1997, p. 279).

É o caso de um dos estudos da pesquisadora. Nele, ela descreve o comportamento sociocultural de grupos humanos⁵¹ sobre a troca de alimentos:

A utilização e distribuição dos recursos são reguladas segundo direitos e obrigações decorrentes do relacionamento entre os grupos [...] descritos. Esses grupos (ou sibs localizados) se vinculam por meio de uma rede de trocas de alimentos e bens conhecida como *apo'ao*. A *apo'ao* regula a distribuição de duas espécies de alimentos – peixes e frutas – e possibilita a permuta de bens manufaturados, especializados, necessários à aquisição ou processamento desses recursos básicos[...]. Através dessa instituição, opera-se a circulação de bens entre grupos locais relacionados por laços de casamento ou de parentesco. Ela vem a ser uma expressão formal da troca de esposas que, por sua vez, exprime a reciprocidade e a continuidade da manutenção de vínculos oferendas cerimoniais (CHERNELA, 1997, p. 281).

É oportuno, aqui, abriremos espaço para considerações acerca da crença entusiasmada de que populações tradicionais são por essência ou excelência, detentoras de práticas e inteligências do saber-fazer, que respeitam e sabem usar da natureza com critérios de sustentabilidade. Recorremos, para tanto, ao artigo *Um Olhar Antropológico sobre a Questão Ambiental*, de Foladori e Taks. Quanto à afirmação que “as sociedades primitivas estabeleciam uma relação harmônica com a natureza”, os antropólogos consideram que,

É frequente encontrar afirmações como essa, seja em textos de divulgação, seja em propostas políticas. **A imagem de sociedades pré-industriais ou pré-capitalistas vivendo em harmonia com a natureza tem o apelo de, presumidamente, oferecer exemplos reais de convivência equilibrada com e sta.** Trata-se, todavia, de uma afirmação duvidosa, não apenas por sua generalidade, ao considerar como iguais todas as sociedades pré-industriais, como também por seu romantismo, que sugere possuírem as ditas sociedades um grau de consciência e atividade planificadas difícil de imaginar mesmo no caso de grupos pequenos. (FOLADORI;TASK,2004, p. 234, grifo nosso).

Para explicitar a linha de raciocínio, Foladori e Taks consideram como impróprias as especificações comumente feitas que diferenciariam as sociedade não-capitalistas das capitalistas:

Em todo caso, se alguma conclusão geral pode ser tirada, é a de que a natureza não pode ser considerada como algo externo, a que a sociedade humana se adapta, mas sim em um entorno de coevolução, no qual cada atividade humana implica a emergência de dinâmicas próprias e independentes na natureza externa, ao mesmo tempo que, em um efeito bumerangue, produz impactos na natureza social e na biologia das populações humanas. No interior desse complexo de forças, não é possível esperar que as atividades das sociedades não-industriais sejam

⁵¹ A referida pesquisa envolveu, predominantemente, os índios de língua Wanâna do médio Uaupés

“adaptativas” (no sentido de tender ao equilíbrio), enquanto que a sociedade industrial moderna seria “não-adaptativa (FOLADORI;TASK,2004, p. 326).

Os autores fazem questão de não serem confundidos como defensores daquela conhecida arrogância da ciência hegemônica ocidental, que atribui pouca eficiência aos saberes tradicionais. Entretanto, a “articulação de saberes não deve ser entendida em termos de anexação de uma ciência nativa para complementar a ciência ocidental, mas como estabelecimento de um ecletismo inovador” (FOLADORI;TASK,2004, p.238).

A biodiversidade pode ser definida como a variabilidade entre seres vivos de todas as origens, *inter alia*, a terrestre, a marinha e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte: isso inclui a diversidade no interior das espécies, entre as espécies e entre espécies e ecossistemas, de acordo com o segundo artigo da Convenção sobre a Diversidade Biológica. Quanto às populações tradicionais, elas “não só convivem com a biodiversidade, como nomeiam e classificam as espécies vivas segundo suas próprias categorias e nomes”. Entretanto, essas comunidades não vêem a natureza diversa como totalmente selvagem, posto que a manipulam. Outra diferença é que essa diversidade de seres formam “um conjunto de seres vivos que tem um valor de uso e um valor simbólico, integrado numa complexa cosmologia”. Não é reduzida ao conceito apenas de “recurso natural”. (DIEGUES, 2000, p. 31).

Se de um lado o termo “população indígena” é consensuado como relativo a povos “que guardam continuidade histórica e cultural desde antes da conquista européia da América”, por outro, as comunidades tradicionais não-indígenas causam significativo debate “a respeito do significado dos termos ‘populações nativas’, ‘tribais’, ‘indígenas’ e ‘tradicionais’, aplicáveis mundialmente”. (BRASIL, 2001, p.23).

Já o conhecimento tradicional, segundo documento do Ministério do Meio Ambiente (2001, p. 24),

É definido como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração. Para muitas dessas sociedades, sobre tudo para as indígenas, há uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social.

A biodiversidade é produto tanto da natureza como “da ação das sociedades e culturas humanas, em particular das sociedades tradicionais não-industriais”. Muitas espécies de plantas e de animais são conhecidas, usadas e domesticadas por essas sociedades tradicionais e não só como fator de sobrevivência, mas também como “fonte de inspiração para mitos e rituais”. Em se tratando de sociedades modernas, elas são assimiladas como mercadorias. (BRASIL, 2001, p.15).

A respeito dessa constatação, Diegues (2000, p.32) diz que é correto “falar numa etnobiodiversidade, isto é, a riqueza da natureza da qual participam os humanos, nomeando-a, classificando-a, domesticando-a, mas de nenhuma maneira nomeando-a selvagem e intocada”. A grande questão (e preocupação) está vinculada aos destinos a que essas comunidades tradicionais estão sendo conduzidas. De acordo com Diegues (2000, p. 59),

[...] o problema mais premente é que o modo de vida tradicional está sendo cada dia mais desorganizado pela expropriação dos recursos locais, o uso de tecnologias novas e destrutivas, a perda de controle tradicional dos habitats etc. Os responsáveis são os colonizadores, desenvolvimentistas e, finalmente, os conservacionistas que transformam habitats vivos em reservas e áreas selvagens (como parques nacionais), todos frequentemente agindo com a autoridade de um estado distante. Consequentemente, a luta política pelos direitos dos povos tradicionais é, *ipso facto*, um programa para a conservação da diversidade biológica.

Os índios Wapixana deverão pagar *royalties* para continuarem pescando com o cunani, ou se tratarem seus doentes com o tipir. É absurdo, mas não improvável. Multinacionais farmacêuticas estão requerendo a patente sobre essas espécies. Isso também pode ocorrer com índios amazônicos em relação ao uso da famosa planta usada em rituais xamanísticos. Segundo Bensusan (2002, p. 89),

O mesmo risco correm os diversos povos indígenas amazônicos (Kaxinawá, Ashaninka, Jaminawa, e outros) que utilizavam a “ayahuasca”, planta medicinal e de alto valor espiritual, em rituais xamânicos. O patenteamento do “ayahuasca” foi requerido pelo norte-americano Loren Miller ao Patent and Trademark Office, agência responsável pelo registro de patentes e marcas comerciais, e amplamente contestado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica). Quando concedida, a patente confere a seu titular um monopólio sobre a utilização, produção e comercialização dos produtos e processos patenteados. É o principal instrumento legal do direito de propriedade intelectual ocidental.

Realizado no Chile, em 1998, o Fórum Ambiental denunciou que “as novas formas de atividades econômicas e comerciais continuam destruindo o capital genético dos países em desenvolvimento”. Enriquez (2001, p. 32) localiza o problema relacionando biodiversidade e propriedade, afirmando que:

A criação e conservação da biodiversidade tem recaído sobre milhares de comunidades que cultivam ou utilizam seus recursos por razões muito mais vitais do que o interesse pelo lucro. Mas, ao mesmo tempo em que o intercâmbio internacional dos recursos da biodiversidade tem beneficiado historicamente a muitos povos, observa-se a distribuição cada vez mais desigual dos lucros nas últimas décadas. Isto se dá porque a conservação dos recursos genéticos em centros científicos distantes de seus lugares de origem tem se aliado aos sistemas de propriedade intelectual (Patentes e a UPOV), para institucionalizar a expropriação e a monopolização dos recursos genéticos.

Continua suas considerações sobre as pressões realizadas pelas indústrias biotecnológicas na defesa de seus interesses:

A partir da finalização da Rodada do Uruguai, do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), agora Organização Mundial do Comércio (OMC), todos os países signatários serão obrigados pelas cláusulas dos acordos sobre Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (PIRC) a implementar sistemas de propriedade intelectual sobre seres vivos e conhecimentos associados ao uso destes. Esses acordos surgiram com as pressões da indústria biotecnológica, fundamentalmente para proteger seus interesses e investimentos em todo o planeta. (ENRIQUEZ, 2001, p. 32).

Shiva (2001, p. 29), sobre as questões de patentes, afirma de forma contundente que:

No coração da ‘descoberta de Colombo estava o tratamento da pirataria como um direito natural do colonizador, necessário para a salvação do colonizado. No coração do tratado do GATT e suas leis de patentes está o tratamento da biopirataria como um direito natural das grandes empresas ocidentais, necessário para o ‘desenvolvimento’ das comunidades do Terceiro Mundo.

5.9 A REGULAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

A Convenção Sobre Diversidade Biológica (CDB) é sem dúvida o mais importante documento internacional sobre a biodiversidade. Foi assinada por 181 países. Voltada para atender às preocupações com as elevadas taxas de erosão e extinção da biodiversidade, tem nos países tropicais o maior foco de atenção por estes possuírem a maior fatia da biodiversidade do planeta. Estes países são

pobres, assim a Convenção propõe, entre outros mecanismos, o rateio dos benefícios obtidos na comercialização de produtos entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. (BENSUSAN, 2002, p. 38) lembra que,

A Convenção da Diversidade Biológica reconhece, já em seu preâmbulo, a estreita e tradicional dependência de recursos biológicos de muitas comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais. O art. 8 (j) estabelece que os países signatários devem “respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas de comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais relevantes à conservação e utilização sustentável de diversidade biológica”, bem como “incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas”, e “encorajar a repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas.

Sobre o que é a biopirataria, pode-se dizer que ela ocorre quando há a remoção “de uma planta, animal ou conhecimento de uma comunidade com a intenção de lucro econômico em outro local, sem negociação com a comunidade sobre a repartição de benefícios, conforme rege a Convenção sobre Diversidade Biológica”. No Brasil, a floresta Amazônica e Atlântica e o Pantanal são os ecossistemas mais atacados pela biopirataria por conta da grande diversidade de recursos genéticos (BENSUSAN, 2002, p. 85).

Shiva (2001, p. 24) é física, atua na filosofia da ciência e também militante das causas do meio ambiente e do feminismo. Sobre as questões relacionadas com a propriedade intelectual ligada à biodiversidade, de forma enfática, ela diz que:

Quinhentos anos depois de Colombo, uma versão secular do mesmo projeto de colonização está em andamento por meio das patentes e dos ditérios de propriedade intelectual (DPI). A Bula Papal foi substituída pelo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (General Agreement on Tariffs and Trade, GATT). O princípio da ocupação efetiva pelos príncipes cristãos foi substituído pela ocupação efetiva de empresas transnacionais, apoiadas pelos governantes contemporâneos. A vacância das terras foi substituída pela vacância de formas de vida e espécies, modificadas pelas novas biotecnologias. O dever de incorporar economias locais e nacionais ao mercado global, e incorporar os sistemas não-ocidentais de conhecimento ao reducionismo da ciência e da tecnologia mercantilizadas do mundo ocidental

E continua incisiva, afirmando que:

Essas noções eurocêntricas de propriedade e pirataria são as bases sobre as quais as leis de DPI do GATT e da Organização Mundial do Comércio (OMC) foram formuladas. Quando os europeus colonizaram o resto do

mundo pela primeira vez, sentiram que era seu dever ‘descobrir e conquistar’, ‘subjugar, ocupar e possuir’. Parece que os poderes ocidentais ainda são acionados pelo impulso colonizador de descobrir, conquistar, deter e possuir tudo, todas as sociedades, todas as culturas. As colônias foram agora estendidas aos espaços interiores, os ‘códigos genéticos’ dos seres vivos, desde micróbios e plantas até animais, incluindo seres humanos (SHIVA, 2001, p. 25-26).

Uma das maneiras de se efetivar essa apropriação é a partir da aceitação de que as “sementes, plantas medicinais e conhecimento médico” fazem “parte da natureza, como não-ciência, e tratando as ferramentas da engenharia genética como o padrão de ‘melhoramento’”. Shiva (2001, p. 27) compara a religião com a ciência em suas tentativas de pansofias. Diz ela que enquanto o cristianismo se propugnava como sendo “a única religião, e de todas as outras crenças e cosmologias como primitivas, encontra seu paralelo na definição ciência ocidental mercantilizada como única ciência, e todos os outros sistemas de conhecimento como primitivos”.

Diegues (2000, p.166) relaciona a questão da propriedade privada e a natureza. Dessa feita diz que “a capacidade do homem de transformar suas relações com a natureza, ao mesmo tempo que transforma a própria natureza, esteve orientada por uma tendência de privatização de um bem, em princípio, patrimônio de todos”. Redunda esse aspecto num “caminho de legitimação da propriedade privada do território assim como de aproveitamento de seus recursos”.

Quanto ao atual estágio do desenvolvimento capitalista, Mészáros (2002, p. 991) localiza uma de suas vertentes da crise instalada, mas precisamente entre o global contra o local (em relação especial ao poder) e a incapacidade de controle desse global. Diz o autor:

O efetivo estabelecimento do capitalismo como um sistema mundial economicamente articulado contribui para a erosão e a desintegração das estruturas tradicionais parciais de estratificação e controle social e político historicamente formadas e variáveis de local, sem ser capaz de reproduzir um sistema unificado de controle em escala mundial. (Enquanto prevalecer o poder do capital, o “governo mundial” está fadado a permanecer um devaneio futuroológico). A “crise de hegemonia ou do Estado em todas as esferas” (Gramsci) tornou-se um fenômeno verdadeiramente internacional.

Essa característica esteve e continua presente no capitalismo: racionalizar o irracional. Mesmo em seus princípios regulatórios, vê-se claramente essa operacionalização de dar razão a que substancialmente se configura irracional.

É o caso do direito internacional do meio ambiente, mas especificamente sobre a Convenção sobre a Diversidade Biológica. Para evitar danos à natureza

quando do exercício dos direitos fundamentais dos seres humanos “a comunidade internacional mobilizou-se para que a Assembleia Geral das Nações Unidas adotasse a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), estabelecendo o elo entre a fruição pelo homem de seus direitos fundamentais e as alterações infligidas à natureza”(WOLFF, 2000, p.10).

Wolf (2000) ao analisar a Convenção e todo o aparato da doutrina internacional sobre a questão da propriedade verificou um grande conflito instrumental, qual seja, entre o que é patrimônio comum da humanidade e o que venha ser gestão comum e não apropriação.

A pergunta é: como se constitui esse irracionalismo inerente ao modo de produção capitalista? Para isso, recorreremos às explicações de Löwy (1999, p. 90), que enuncia o tema sobre três aspectos sistemáticos: o primeiro se ocupa de analisar a racionalidade instrumental, aquela que alicerçou a constituição dos paradigmas weberianos, tratando em especial da burocracia:

A Zweckrationalitat, ou “racionalidade-como-finalidade”, isto é, a utilização de meios racionais para alcançar objetivos que nada têm de racional – cuja expressão institucional ideal-típica é a burocracia. É o que a Escola de Frankfurt designava pelo conceito de racionalidade instrumental, um tipo de ratio compatível com as mais monstruosas irracionalidades substanciais – por exemplo, para citar um caso-limite, a administração racional e burocrática do genocídio. Mas, para além de tais extremos, é a lógica do funcionamento “normal” da economia capitalista e das instituições burocráticas que consegue combinar, como foi sublinhado por Ernest Mandel, a racionalidade parcial com a irracionalidade global.

No segundo aspecto, o autor trata do processo de compartimentalização ou fragmentação das realidades, e de como a elas são atribuídas hierarquias de umas sobre as outras e da suposta autonomia e auto-regulação da supremacia do mercado sobre os outros âmbitos das esferas societárias:

A diferenciação e autonomização das esferas como resultado da separação entre o econômico, o social, o político e o cultural. A economia de mercado torna-se um sistema auto-regulado que já se encontra “encaixado” na sociedade (para retomar a célebre expressão de Karl Polanyi) e escapa a qualquer controle social, moral ou político (LOWI, 1999, p. 91).

E, por fim, aborda a prevalência do quantitativo sobre o qualitativo, obra e graça da lógica do mercado e a redução de tudo mais a sua feição de mercadoria:

A Rechenhaftigkeit, ou espírito de cálculo racional, isto é, a tendência geral à quantificação. Os valores qualitativos, éticos, sociais ou naturais estão condenados a ser destruídos, degradados ou neutralizados por tal

quantificação que encontra sua expressão mais direta na dominação total do valor de troca das mercadorias e na monetarização das relações sociais [...] Como é muito bem demonstrado por A.Mitzman, seguindo a lógica dessa racionalização mutilada, rejeita-se necessariamente – qualificando-o de “sentimental” ou “freio ao progresso” – “qualquer critério incompatível com a perseguição do lucro máximo, tal como o bem-estar dos operários, o meio ambiente planetário ou o futuro humano (LOWI, 1999, p. 91).

Depreende-se disso, que há um esforço considerável de se aplicar cálculos monetários para se valorar o preço de um litro de água de um rio ou de quanto custa o desenho molecular de uma substância de determinada planta, ou um alimento exótico da floresta. Difícil, entretanto, é de se imaginar a incorporação nesses cálculos do caráter sagrado daquele rio para uma etnia indígena, ou do ritualismo que ancestralmente reveste aquela planta, um conteúdo mágico de cura de determinada comunidade tradicional, ou do alimento como herança de antepassados. A quantificação prevalece e o cálculo é, nessa lógica, feito (OLIVEIRA, 2003).

Mesmo que de maneira bem peculiar, a Amazônia sempre esteve integrada aos interesses mais gerais do capitalismo desde os primeiros empreendimentos europeus na região. Se a velocidade não foi a mesma dos grandes centros econômicos do próprio Brasil, as consequências não foram menos danosas, tanto ambiental quanto socialmente falando. (OLIVEIRA, 2003).

É, nesse cenário, que atualmente se desenvolvem acirrados conflitos decorrentes da atual fase de exploração capitalista. A biodiversidade gira essa roda de disputas internacionais. A questão indígena, por exemplo, ainda é significativamente conflitiva, por mais que muitas situações pontuais tenham avançado, tanto pela pressão organizada desses povos como pela força das redes mundiais que se organizam em torno da causa, mesmo que orientadas por visões e interesses distintos.

E sobre o interesse capitalista sobre a Amazônia, Gomes afirma que,

Não são os índios que vão parar o capitalismo, pois é justamente na Amazônia que está ocorrendo o maior desafio ao modo de produção capitalista, atingindo-o na sua mola propulsora: o seu lucro. Ainda não há estudos aprofundados a respeito, mas existem fortes indícios nas análises sociológicas e econômicas, parciais que sejam, de que aquilo que vêm sendo aplicado na Amazônia em matéria de produção agrícola não obtém dividendos que reproduzam o capital aplicado, a médio e longo prazos, pois a primeira vista tudo parece dar um retorno fantástico. (GOMES, 1991, p. 216).

No entanto, Diegues (2000, p.170) considera o fato, dizendo que:

A razão dominante em nossa sociedade de classe tem negado historicamente esse saber prático acumulado sobre a complexidade dos ecossistemas e as formas de realizar o trabalho sobre eles. Trata-se de dois sistemas onde o técnico-econômico funciona sob normas diferentes e que dá resultados e efeitos também diferentes sobre o meio ambiente. Respaldando-se em representações que reforçaram, no passado, os preconceitos, nossa sociedade moderna vê aquelas práticas tradicionais de trabalho como improdutivas. Nessa mesma perspectiva, a articulação da vida ao tempo natural é esvaziada de sentido, sendo mesmo usado inclusive o termo não-trabalho, como imagem negadora. O interesse em interrogar essa visão começa a ser tema de inúmeras pesquisas que passam, muitas delas também, pelo financiamento de agências internacionais de desenvolvimento.

No campo da jurisprudência, também há inúmeros impasses para o tratamento de querelas oriundas do confronto das leis dos brancos com as dos indígenas:

A questão de direitos passa pelo confronto entre sistemas jurídicos diferentes. No caso das sociedades indígenas, há grande variedade de “leis consuetudinárias” que não estão necessariamente em concordância ou mesmo contempladas no sistema legal do Estado Brasileiro. Em geral, a lei consuetudinária é desvalorizada perante a lei federal. O diálogo entre sistemas jurídicos levanta questões éticas que foram parte de um debate maior sobre os “direitos dos povos”, uma categoria especial dos direitos humanos que se aplica às diferentes sociedades de uma nação e funciona como pano de fundo para quase todas as demais atividades de ação indigenista. A Cláusula 169 da Organização Internacional do Trabalho, que garante esses direitos, representa uma das frentes desse diálogo no Brasil, e apesar de ter sido longamente debatida no Congresso Nacional, ainda não foi aprovada e incorporada como parte da política intercultural do país. (LITTLE, 2002, p. 45).

Não há efetivo consenso sobre esta questão. Enquanto muitos defendem esta expectativa de um estatuto jurídico da propriedade intelectual coletiva, há de outra parte a afirmação de que “não faz sentido ampliar o conceito de Direitos de Propriedade Intelectual para Direitos Coletivos de Propriedade Intelectual, argumentando que ele está fundamentado em princípios de direitos individuais e não em direitos coletivos”. São diferentes estatutos, “pois a noção de propriedade intelectual foi concebida para proteger a invenção individual que é datada e localizada”. No caso dos conhecimentos tradicionais, predominam a informalidade e a sociabilidade na invenção. “Nessa perspectiva é um patrimônio comum da comunidade, no sentido ético que utiliza”(CASTRO, 2000, p.174).

Enriquez (2001, p.37), sobre a questão, opina dizendo que:

Controvérsias à parte, há pelo menos um consenso sobre quem aproveitaria melhor as riquezas da biodiversidade. Por esta via, a partir das limitações geradas pela propriedade intelectual, patentes e outros mecanismos de regulamentação, aqueles que têm maior acesso ao sistema formal de inovação aproveitam melhor as riquezas, em detrimento das comunidades locais, que se transformam em meras espectadoras dos processos do sistema formal de inovação.

Isso denota o grau de complexidade que permeia o assunto, entretanto ainda parece longe a formação de consensos razoáveis sobre a questão.

Se a distância se anuncia longa na construção desses consensos ou pactos, pode-se concordar que é uma necessidade premente construí-los. Os principais interessados precisam estar fortalecidos em relação a essas discussões e encaminhamentos tomados aos níveis da regulação e de regulamentação. As comunidades tradicionais, detentoras culturais de tais saberes precisam de forma efetiva alçar a condição de interlocutoras mais legítimas sobre o assunto e mais responsáveis pelas suas soluções. Essa tarefa não é fácil considerando o nível de complexidade sistemática que o aparato jurídico e institucional se constituiu ao longo da sua evolução. Tantos tecnicismos e informações codificadas obstaculizam o acesso mais geral da sociedade.

Entretanto, o esforço deve ser aceito como única possibilidade de entrada destes atores sociais nessas pendengas discursivas e batalhas nas definições legais. E dentro desse esforço está a necessidade de se apreender o suficiente dos códigos e símbolos da tecnocracia do estado capitalista contemporâneo e dos valores e crenças por ele defendidos, para que o contra-ponto seja possível.

A consciência coletiva que poderá aflorar dessas iniciativas, também poderia cuidar de inúmeras situações, inclusive serviria como mecanismo mais efetivo contra o que se convencionou chamar biopirataria.

Destacamos o artigo da CDB (BRASIL, 2000, p.10), que se ocupa com a questão dos conhecimentos tradicionais:

Artigo 8º - Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso:

J) Em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas [...]

Little (2002, p. 43), ao propor uma nova possibilidade sobre a ação indigenista no Brasil, aborda o assunto a partir do que classifica como possível superação da polaridade com que a questão tem se confrontado: Romantismo e Dominação. Diz o autor:

Tanto a ciência ocidental quanto as ciências indígenas precisam, portanto, ser renovadas para poderem confrontar os desafios ambientais feitos a todos. É nesse contexto que proponho um verdadeiro diálogo intercientífico, em vez da simples apropriação unilateral, seja por parte da sociedade dominante brasileira. A procura de diálogo em um âmbito caracterizado pela polaridade de romanticismo e dominação é no mínimo difícil, contudo é justamente essa a possibilidade de estabelecer um verdadeiro diálogo entre ciências que pode se tornar o pilar de uma nova ação indigenista no Brasil.

5.10 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AMAZÔNIA

Em *Os novos discursos de sustentabilidade*. Redclift (2006, p. 52)) demonstra que meio ambiente, justiça social e governabilidade “têm se tornado crescentemente vagas em alguns discursos de sustentabilidade, e que as relações estruturais entre o poder, a consciência e o meio ambiente têm sido gradualmente obscurecidas”.

Essa sustentabilidade existe no terreno discursivo, assumindo uma postura de ideologia subjacente ao discurso político do presente século, recorrente entre os governos nacionais e por organizações internacionais. Dessa feita, “essas *narrativas discursivas* são, de um lado, a matéria-prima da atual política ambiental internacional, e, por outro lado, são negociadas e trocadas em distintos níveis espaciais”. (REDCLIFT, 2006, p. 56).

O que se chama de “segurança humana” vem ampliando o alcance do discurso do desenvolvimento sustentável, dessa feita consolidando um discurso sobre uma ética necessária a consecução de ações e políticas ambientais mais globais. Nas palavras de Gore, parece ficar mais claro do que se está falando. Ao defender o “Plano Marshall Global” disse: “[...] a tarefa de restaurar o equilíbrio natural do sistema ecológico da Terra [...] pode ser vista como uma nova missão do interesse na ‘justiça social’, na democracia e na liberdade de mercado na América... (GORE apud REDCLIFT, 2006, p. 59). Assim se coloca a questão ambiental como uma forma de se alcançar outras metas de “natureza social e política (democracia

liberal) e sua proteção alude a propriedades universais (que ele chama de “equilíbrio natural”), ao invés de mencionar valores políticos que lhe subjazem.”

Nesse Plano de Gore, são identificados seis pontos de destaque. São eles: “**a estabilização da população mundial**; o desenvolvimento de tecnologias apropriadas; as técnicas de avaliação ecológica; o melhoramento de esquemas regulatórios; **a reeducação da população global sobre as necessidades ambientais** e o estabelecimento de modelos de desenvolvimento sustentável. (REDCLIFT, 2006, p. 59, grifo nosso).

Esses pontos centrais do Plano, em destaque os que grifamos, parecem compor uma nova onda do imperialismo (econômico, político e militar) sobre o planeta. E remontam ao debate que estamos travando sobre crescimento populacional na perspectiva do desenvolvimento sustentável. De um lado, aponta para a regulação das taxas de crescimento das populações enquanto controle (capacidade suporte e outros conceitos) e outro no nível ideológico sob o conceito de reeducação sobre necessidades ambientais. Ambos parecem perfeitamente coadunar com os princípios e metas da hegemonia norte-americana.

Outro elemento presente nos discursos dá suporte para uma nova onda do capitalismo, baseada na biotecnologia. “A sustentabilidade não é mais primariamente uma questão de manter e aperfeiçoar os atuais recursos ambientais; trata-se agora de criar outros recursos”. Exemplos como o Projeto GENOMA HUMANO clarificam essas conclusões:

A nova genética está alterando o que se conhece como vínculo social e como participação na sociedade civil. A questão que se impõe se refere a como fazer para “governar” um sistema global que não respeita território, um sistema global que é, na verdade, crescentemente *extraterritorial*! (REDCLIFT, 2006, p. 66).

Outros aspectos importantes são abordados por Banerjee (2006). Diz o autor que mesmo com tal avanço científico e tecnológico comemorados, com uma medicina e a produção agrícola componentes de uma avalanche de desenvolvimento que apagaria do mapa a pobreza, a promessa não foi realizada. Isso nos faz lembrar o efeito de dois dos quatro cavaleiros do apocalipse citados anteriormente por Johnson e Earl. A doença e a fome ainda compõem um cenário mórbido, em especial no Terceiro Mundo.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável, que procura conciliar proteção ambiental e crescimento econômico,

[...] constitui-se num ponto atualmente muito debatido, embora muitos pesquisadores afirmem que a aparente reconciliação entre o crescimento econômico e o meio ambiente é simplesmente um lance de mágica que falha no que se refere ao equacionamento dos genuínos problemas ambientais (BANERJEE, 2006, p. 78).

No Terceiro Mundo, os resultados têm-se mostrados desastrosos. O resultado dessa onda de desenvolvimento produziu de fato o subdesenvolvimento, o endividamento e a exploração. Fazendeiros, camponeses e populações nativas (indígenas) no Terceiro Mundo vivenciam substancialmente o impacto do desenvolvimento. Classificadas como economias de “subsistência”, impôs-se a essas comunidades se “desenvolverem para atingir padrões de vida aceitáveis”. Impactos econômicos e socioculturais foram sentidos esses grupos por todo o mundo: “por exemplo, todos os recursos foram direcionados para produzir produtos para o mercado e não mais os tradicionais. Afirma Banerjee. (2006, p.79-80) que “os efeitos não desejados dessa forma de desenvolvimento realmente enfraqueceram as condições de sobrevivência e levaram ao subdesenvolvimento E completa com a interpretação de Escobar que o real sucesso do desenvolvimento foi o de sintetizar e organizar “populações inteiras e países num sistema unitário, resultando na “colonização e dominação das ecologias humana e natural”.(BANERJEE, 2006, p. 82).

Um novo processo colonizador está em curso. Como Banerjee (2006, p. 92) lembra “que os processos de ‘esverdeamento’ também podem contribuir para colonizar áreas da vida social do Terceiro Mundo” mas dessa feita, essas áreas são as “que ainda não foram dominadas pela lógica de mercado ou consumo, tais como as florestas, os direitos das águas e lugares sagrados”.

Para Foladori (1999), o conceito de sustentabilidade relacionado ao de desenvolvimento Sustentável deve cuidar ao mesmo tempo de deixar um mundo biótico e abiótico igual ou em melhor estado para a s futuras gerações e também promover uma equidade de relações entre essas gerações. Entretanto, as medidas tomadas no plano da sustentabilidade têm se restringido a valoração por preços ou por medição de estoques e fluxos de materiais e recursos genéticos. Encontram-se essas incoerências nas medições proporcionadas pela econometria neoclássica,

que recusa ver as contradições sociais internas e as relações diferenciadas que os agentes humanos se relacionam com o meio ambiente.

Essa tem se mostrado como tendência mais hegemônica de se intervir nos problemas que envolvem de um lado o processo de evolução social e populacional (e de toda uma gama de novas necessidades humanas) e de outro as condições ambientais. A menos que consigamos romper com essa lógica dominante, não nos parece que o discurso ambiental, nos moldes que vem se configurando, seja capaz de reverter essa trajetória preocupante para o planeta.

5.11 A AMAZÔNIA NOS PLANOS: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Amazônia, na virada do século XX ao XXI, foi concebida em planos plurianuais⁵² durante os governos FHC e LULA, que tinham em seus discursos o desenvolvimento sustentável. Analisaremos essas propostas para a região. Veremos como foram tratadas as questões que buscavam ao mesmo tempo o desenvolvimento regional com processos de inclusão social e de como o ambiente foi trabalhado em cada uma desses planos.

Percebemos em análises já feitas aqui, como a visão geopolítica tradicional da Amazônia a via “como um vasto espaço vazio e uma reserva inesgotável de recursos naturais”. Essas percepções perpassavam pelos planejamentos regionais das décadas anteriores e que se mostraram um equívoco. “A exploração de recursos naturais na Amazônia foi fortemente impregnada de abusos e realizada, frequentemente, de forma ilegal. Crescentes tensões sociais contribuíram para a irradiação de violentos conflitos”. (KOHLHEPP, 2010, p.1-2).

Outra dificuldade enfrentada foi em se considerar que se trata de uma região que extrapola vários territórios nacionais, e de como se viabilizar propostas que pudessem levar “à integração e ao desenvolvimento da região como um todo. Iniciativas nacionais existem muitas, mas poucas propostas existem abrangendo a região como um todo”(ARAGON, 2010).

Uma experiência que teve aporte financeiro externo e outras formas de interveniências sobre a Amazônia foi o Programa Piloto Internacional para

⁵² Planos Plurianual (PPA) é uma peça de planejamento instituída como obrigatória para a gestão dos governos federais, com duração de um quadriênio.

Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG-7)⁵³. Entre seus propósitos, constava uma “nova abordagem do desenvolvimento regional sustentável como consequência da preocupação nacional e internacional com a destruição das florestas tropicais”. E, às vésperas da ECO 92, “a proposta do G-7 de apoiar financeiramente a reorganização dos modelos de desenvolvimento regional para a Amazônia foi aceita pelas autoridades brasileiras”. Com isso os países do G-7 assumiam compromisso de repassar US\$ 290 milhões e assistência técnica, sob coordenação do Banco Mundial (KOHLHEPP, 2010, p.2).

Entretanto, de acordo com Kohlhepp (2010. p.5), “a primeira fase do PPG-7 pouco contribuiu para a inserção de princípios de desenvolvimento sustentável entre políticas e programas de desenvolvimento com fortes impactos sobre a ocupação territorial”. O que se observou foi que “a área ambiental do governo ficou isolada e o objetivo de reduzir a taxa bruta de desmatamento na Amazônia não foi alcançado”.

5.12 O AVANÇA BRASIL DO GOVERNO FHC

Sob o comando do governo de Fernando Henrique Cardoso, os programas *Brasil em Ação* (PPA 1996-1999) e *Avança Brasil* (PPA 2000-2003) foram implementados nos dois períodos de mandato. Eles “faziam parte de uma estratégia de integração da Amazônia ao espaço produtivo brasileiro e de consolidação da política de integração regional da América do Sul. Para reduzir os gargalos detectados, recursos consideráveis foram aplicados”. Entre os principais projetos, figuravam a infra-estrutura de estradas com a “recuperação das estradas BR 364 (Brasília-Acre) e BR 163 (Cuiabá-Santarém); o asfaltamento da BR 174 (Manaus – Boa Vista)”. Nas vias dos rios objetivavam “a implementação das hidrovias do Araguaia-Tocantins e do Madeira”, e também a efetivação do “gasoduto de Urucu e a linha de alta tensão conectando Tucuruí a Altamira e Itaituba”. o *Avança Brasil* “concentrou os investimentos previstos para a Amazônia legal em quatro corredores multimodais de transportes, totalizando 3,5 bilhões de dólares” (THÉRY, 2005, p. 41).

Esse período vive um conflito de propósitos, porque,

⁵³ O PPG-7 foi criado na reunião de cúpula do G-7 de Houston, em julho de 1990.

Desde a implementação do Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), no início dos anos 90, as atividades estatais na região amazônica desenvolveram-se de modo desigual. De um lado, os objetivos do governo para os anos seguintes se concentraram na **melhoria da infra-estrutura, no fomento ao crescimento regional e no fortalecimento da integração ao mercado**. Por outro lado, devido ao PPG-7, há o compromisso de realizar o **desenvolvimento sustentável e a proteção do espaço vital da população local e regional, bem como do ambiente, como um objetivo da política regional**. A nova política nacional integrada para a Amazônia Legal (MMA/SCA, 1995; BNDES, 1998) visou a consolidação da Amazônia e planejou dar passos decisivos no sentido da sustentabilidade do uso de recursos, ajustada aos interesses e ao bem-estar da população amazônica, mediante medidas descentralizadoras e a participação da sociedade civil (KOHLHEPP, 2010, p. 7, grifo nosso).

Como consequência, fortes reações ocorreram frente aos grandes projetos, posto que “esses eixos novos deviam atravessar regiões até então intactas e, para algumas, afetadas por uma estação seca bastante longa, os riscos de fogo eram muito sérios”. Essas obras provocariam “impactos graves em quase 187.500 km², caso se adotasse como limite do seu efeito provável em 50 km de cada lado das estradas previstas” (THÉRY, 2005, p. 41).

Dessa feita, comparações surgiram. Entre elas, uma dizia que,

A terminologia usada para falar do Avança Brasil pelo ex-Ministério do Planejamento, com “eixos nacionais de integração e desenvolvimento”, “corredores econômicos” e um progresso regional concebido apenas em termo de crescimento econômico, lembrou a visão do governo militar de exploração e valorização da periferia amazônica nos anos 1970, com o Programa de Integração Nacional (PIN) (KOHLHEPP, 2010, p.10).

5.13 O BRASIL PARA TODOS DO GOVERNO LULA

Em 2003, os governos federal e estaduais da região criaram o Plano Amazônia Sustentável- PAS, coordenado pelo Ministério de Integração Nacional em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (KOHLHEPP, 2010)

Assim se apresenta o discurso político do novo plano plurianual:

O documento "Plano Plurianual 2004-2007 - Orientação Estratégica de Governo - Um Brasil para Todos", ao abordar a questão do crescimento sustentável, enfatiza a determinação do Governo Lula de inaugurar uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo que assegure inclusão social e desconcentração da renda, com crescimento do produto e do emprego. Trata-se de um crescimento ambientalmente sustentável e redutor das

desigualdades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos e pela elevação da produtividade. Propõe-se também a redução da vulnerabilidade externa por meio da expansão de atividades competitivas que viabilizem o crescimento sustentado. (BRASIL, 2004, p. 3).

O PPA 2004-07 aborda “a necessidade tanto da produtividade e competitividade, como da inclusão social, emprego e renda”. É proposto para a Amazônia um princípio de transversalidade, no qual o meio ambiente deixaria “de ser tratado como uma variável independente” e passando a participar “das políticas de todos os ministérios”. Os eixos estratégicos são definidos como: “gestão ambiental e ordenamento do território, novo padrão de financiamento, inclusão social, infra-estrutura para o desenvolvimento e produção sustentável com inovação tecnológica e competitividade”. Entretanto, conflitos foram observados. “O ponto central, que gera conflitos, é a questão da pavimentação da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163)”, que sofria por parte das corporações da soja, pressões sobre o “governo para a pavimentação rápida, visto que é considerada um elemento central para o escoamento da produção”, e por parte dos ambientalistas e produtores familiares, pressões contrárias a sua pavimentação (BECKER, 2005, p. 83).

A base do desenvolvimento sustentável é pensada pelo PAS em “três conjuntos estratégicos, os patrimônios biológico, hidrológico e geológico”. São eles: o Patrimônio biológico que “representa grande potencial ecológico, econômico e político, de importância estratégica regional, nacional e internacional”; o Patrimônio hidrológico, no qual “a bacia dispõe, ainda, de vastos recursos pesqueiros e potencial excepcional para a aquicultura”, e o Patrimônio pedológico/geológico, visto que a “Amazônia possui meio bilhão de hectares de solos de aptidão agrícola variada, cerca de um quinto dos quais aberto”, e também com “um subsolo com gigantescas reservas de minérios tradicionais em exploração (ferro, bauxita, ouro, cassiterita) e ocorrências de minérios com potencial para novas aplicações tecnológicas (nióbio, manganês, titânio)”(BRASIL, 2004, p.19-20).

Como observa Fearnside (2002, p. 62), tem sido “altos os custos ambientais e sociais da destruição e degradação da floresta amazônica”. O uso sustentável da floresta deveria cuidar da “captação de valores em serviços ambientais, como manutenção de biodiversidade, ciclagem de água e armazenamento de carbono”. Lembra oportunamente que “os benefícios da infra-estrutura de exportação são escassos, especialmente quanto à geração de emprego e a outros efeitos

socialmente desejáveis”. A experiência tem demonstrado que a “maior parte da infraestrutura planejada de transporte destina-se ao escoamento da soja, e as usinas hidrelétricas apóiam basicamente a indústria do alumínio”. E conclui que tais ações “geram poucos empregos e monopolizam recursos (financeiros e outros) que, usados de outra forma, trariam maiores benefícios à região”.

Nesse sentido, é pertinente concordar com a assertiva de Chesnais e Serfati (2003, p. 58), quando eles dizem que,

Uma das dimensões essenciais da ameaça que a dominação prolongada do capitalismo faz pesar contra o futuro da ou das sociedade(s) humana(s) está ligada ao fato de que a acumulação encarnou-se, de forma cada vez mais imobilizada, *em indústrias, em ramos e em trajetórias determinadas*. A maior parte dessas, senão todas, têm fortes efeitos poluidores. Uma das maiores expressões da fraqueza do pensamento antiliberal crítico (ou pretensamente tal), em particular do que se interessa pelo “desenvolvimento sustentável”, é aceitar essas indústrias e essas tecnologias como “irreversíveis”, como as únicas possíveis.

5.14 ENTRE RIOS, CABOCLOS E PIRARUCUS: A ECOLOGIA AMAZÔNICA

A relação dos seres humanos entre si e com o meio circundante constitui uma preocupação não muito recente, mas cada vez mais premente, diante das necessidades de sobrevivência da espécie humana sobre a terra. Para tanto, uma discussão sobre aspectos ecológicos se faz importante para nossas análises.

E como compreender a racionalidade que levou o ser humano a se entender como não pertencente a essa dependência natural, ou como um ser essencialmente cultural e apartado das leis da natureza? Podemos encontrar uma explicação em Marx. Vejamos alguns trechos encontrados nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844. Começamos pela definição do ser humano enquanto espécie:

O homem é um ser genérico (*Gattungswesen*), não somente quando prática e teoricamente faz do gênero, tanto do seu próprio quanto do restante das coisas, o seu objeto, mas também – e isto é somente uma outra expressão da mesma coisa - quando se relaciona consigo mesmo como [com] o gênero vivo, presente, quando se relaciona consigo mesmo como [com] um ser universal, [e] por isso livre. (MARX, 2008, p.83).

Em outra passagem dos *Manuscritos*, encontramos a relação entre a vida orgânica e o mundo inorgânico. E nela é tratado o caráter da universalidade humana. Diz Marx que,

A vida genérica, tanto do homem quanto do animal, consiste fisicamente, em primeiro lugar, nisto: que o homem (tal qual o animal) vive da natureza inorgânica, e quanto mais universal o homem [é] do que o animal, tanto mais universal é o domínio da natureza inorgânica da qual ele vive. Assim como plantas, animais, pedras, ar, luz etc., formam teoricamente uma parte da consciência humana, em parte como objetos da ciência natural, em parte como objetos da arte – sua natureza inorgânica, meios de vida espirituais, que ele tem de preparar prioritariamente para a fruição e para a digestão -, formam também praticamente uma parte da vida humana e da atividade humana. **Fisicamente o homem vive somente destes produtos da natureza, possam eles parecer na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação, etc.** (MARX, 2008, p. 84 grifo nosso).

E na sequência, denuncia a inexactidão dos que afirmam que o ser humano está descolado do mundo natural. A natureza é questão central da vida humana enquanto espécie. Assim ressalta que,

[...] a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo inorgânico, tanto na medida em que ela é 1) um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o **corpo inorgânico** do homem, a saber, natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é seu *corpo*, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. **Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza**(MARX, 2008, p. 84, grifo nosso).

Lembramos interpretação de Foster acerca das afirmações de Marx, na qual “a relação humana com a natureza [...] era mediada não só através da produção mas também, mais diretamente, por meio dos instrumentos”, sendo que estes mesmos instrumentos são produtos da “transformação humana da natureza através da produção – que permitiam à humanidade transformar a natureza de modos universais”. Segundo Marx, diz Foster que a “relação era claramente uma relação orgânica, mas que transcendia fisicamente, ao mesmo tempo em que estendia na prática, os próprios órgãos do corpo dos seres humanos – daí a referência à natureza como o “corpo inorgânico do homem”. Dessa feita, nessas relações históricas entre seres humanos e a natureza ao produzirem seus meios de subsistência. A natureza assim assume significado prático para a humanidade como

o resultado da atividade de vida, a produção do meio de vida. (FOSTER, 2005, p.107-108).

Aqui cabe ressaltar um dos conceitos centrais do marxismo, o metabolismo social. Foladori assim o especifica:

O termo “metabolismo” não é gratuito, mas tem sua origem nas ciências naturais e busca ilustrar o comportamento humano como parte desse mundo natural. Estabelecido o critério metodológico para compreender a relação entre a sociedade humana e a natureza externa, Marx analisa, em *As formas que precedem à produção capitalista*, como a membrana da célula que é a sociedade vai se fazendo, historicamente, mais espessa – as relações com o mundo externo cada vez mais são mediadas por instrumentos e coisas previamente produzidos –, ao mesmo tempo que em seu interior os elementos que a compõem se separam em uma progressiva divisão social do trabalho [...] **O que Marx irá explicar por meio de seu método – o materialismo histórico – são as formas como se vai modificando e se rompendo esse metabolismo com a natureza.** (FOLADORI,2001, p.106-107).

Nesse aspecto, podemos descrever as formas de se relacionar dos índios com seu meio natural. Clastres (2003, p. 211) nos lembra que “os índios, efetivamente, só dedicavam pouco tempo àquilo a que damos o nome de trabalho. E apesar disso não morriam de fome”. O antropólogo diz que “as crônicas da época são unânimes em descrever a bela aparência dos adultos, a boa saúde das numerosas crianças, a abundância e variedade dos recursos alimentares”. E conclui, pelos relatos que “a economia de subsistência das tribos indígenas não implicava de forma alguma a angustiada busca, em tempo integral, de alimento”. Tratava-se de “uma economia de subsistência [que] é, pois, compatível com uma considerável limitação do tempo dedicado às atividades produtivas”. Era com essa característica que “as tribos sul americanas de agricultores, como os Tupi-Guarani”, irritavam com pretensa ociosidade “igualmente os franceses e os portugueses”.

Nesse sentido, com o desenvolvimento histórico das sociedades humanas passamos a conviver com variadas formas de apropriação do meio ambiente pelo ser humano e das compreensões sobre o papel do mundo natural por essas sociedades. A trajetória das formas de se ver o mundo natural tem elementos muito interessantes para se compreender o atual estágio dessa apreensão. Com o reconhecimento do heliocentrismo, o conceito de mundo vira de cabeça pra baixo. Afinal, a igreja tinha na Terra como centro do universo a força explicativa da onisciência, onipresença e onipotência de Deus. Da mesma forma, outras passagens causam especial espanto, como da uniformidade mecânica do Universo

cartesiana à dessacralização do mundo natural; da maquinização da natureza newtoniana ao ser-humano-força-de-trabalho; Da natureza estoque-de-recursos da economia neoclássica à natureza-geopolítica do espaço vital. Assim a natureza foi se moldando aos valores e interesses societários ao longo dessa história⁵⁴.

Chesnais e Serfati dizem, ao se analisar o uso cada vez mais frequente de preocupações ambientais e ecológicas no mundo contemporâneo, que por detrás desses discursos são encontrados “nada menos do que a perenidade das condições de reprodução social de certas classes, de certos povos e, até mesmo, de certos países”. Completam a afirmação dizendo que “como esses estão, mais frequentemente, situados seja no que se denomina, hoje, de “Sul” ou no antigo “Leste”, a ameaça parece longínqua e, portanto, *abstrata* nos países do centro do capitalismo mundial” (CHESNAIS;SERFATI, 2003, p. 39, destaques dos autores).

E é nesse cenário natural, conhecido por hiléia amazônica ou bioma Amazônia que atuam homens e mulheres na construção de suas vidas. E como esse cenário se caracteriza ambientalmente? O professor Aziz Ab’Sáber nos ensina “que em primeiro lugar, é preciso relembrar que a Amazônia brasileira é um conjunto de paisagens e ecologias da América do Sul setentrional”. Sendo que a maior parcela dela esta em território brasileiro. Composta de “florestas tropicais biodiversas de grande extensão, com alguns redutos de vegetação do passado – sobretudo redutos do cerrado, em Monte Alegre (PA), Amapá, miniredutos de cerrado no meio das campestres de Roraima”. Quanto à “extensão da bacia hidrográfica” esta favoreceu a “colonização portuguesa que rompeu a linha de Tordesilhas norte-sul pôde penetrar pelo rio principal, o baixo Amazonas, o médio Amazonas, chegando ao Solimões, subindo até o rio Branco, impedindo a penetração dos colonizadores espanhóis”. Essa drenagem “foi fundamental como alongado eixo de penetração dos portugueses e isto resultou em grandes conflitos com os habitantes indígenas regionais, o que representou uma história bastante trágica”(AB’SÁBER, 2005, p.8).

Entre outras descobertas importantes do ponto de vista ecológico da Amazônia, “há uma área específica que pode ter sido um importante centro de domesticação: a bacia do alto Madeira e seus afluentes, onde hoje está o estado de Rondônia”. A partir de “evidências botânicas e genéticas, esse foi o centro de

⁵⁴ Uma abordagem muito interessante e bem construída pode ser lida no capítulo Insensível Natureza Sensível do livro Para Onde Vai o Pensamento Geográfico? por uma epistemologia crítica, de Ruy Moreira (2008).

domesticação de duas das mais importantes plantas cultivadas atualmente na Amazônia: a mandioca e a pupunha”. E é nessa área geográfica que “curiosamente, e talvez não por acaso, essa é uma das poucas áreas onde há claras evidências de ocupação humana contínua durante todo o Holoceno” (NEVES, 2006, p.35).

Quanto aos aspectos relativos ao relevo amazônico “é necessário dizer que 95% das terras amazônicas são terras baixas, ora semiplanas, ora semi-onduladas, formando um vastíssimo conjunto de colinas”. O Rio Amazonas “começa no encontro das águas e vai até o golfão Marajoara; o Solimões à montante, até a fronteira com outros países”. E nesse cenário de planícies, as “regionais do Solimões e do Amazonas possuem um dédalo de lagos, diques marginais, velhas restingas, velhos meandros com um pouco de areia em forma de restingas alongadas”. E há bastante tempo foi descoberto pelos povos amazônicos “a fertilidade dos solos dessas planícies, assim como a constante possibilidade de pesca no rio Amazonas, nos riozinhos, igarapés e lagos” (AB’SÁBER, 2005, p.10-11)

A variação anual no regime de chuvas na Amazônia é bastante significativa. Consta de “pelo menos duas estações bem marcadas – uma época de cheia e outra de seca – que mudam de região a região”. No caso da “Amazônia central, por exemplo, o tempo de seca vai de julho a setembro, quando a quantidade de chuva é significativamente menor. Nessa época, o nível das águas diminui, até atingir seu mínimo no mês de novembro”. Em outra região, como no caso do “alto Amazonas, o pico da seca ocorre antes, no mês de maio”. As variações observadas “nos níveis de água dos rios têm consequências importantes para as sociedades da Amazônia. É na vazante, quando o nível é mais baixo, que a pesca é mais produtiva, uma vez que o menor volume de água reduz o espaço de circulação dos peixes”. Já no período das secas, “as roças são derrubadas, queimadas e preparadas para o cultivo”. Na época das cheias, “a pesca é prejudicada: além de ser o período de desova e de engorda, o alagamento das várzeas e da floresta, formando igapós, cria amplas áreas inundadas por onde se espalham os peixes, o que torna sua captura mais difícil”(NEVES, 2006, p.14).

Chamando a nossa atenção, Ab’saber caracteriza a condição de fertilidade do solo de terra firme e suas aptidões para a agricultura. Diz o geógrafo que, nas

[...] terras firmes, a qualidade do solo para fins de atividades agrárias e agropecuárias é muito diferente. O solo foi formado por uma evolução integrada da floresta e de todos os seus componentes: os herbáceos, os

subarbustivos e as grandes árvores etc. De tal maneira que o solo que a floresta engendrou não tem nada a ver com o solo que os agricultores pensam que vão encontrar quando devastam as florestas e queimam as toras para tentar fazer alguma agricultura. **Nunca deu certo a agricultura extensiva**, então os proprietários de terra entraram no domínio da agropecuária e, sobretudo, da pecuária mesmo. E isso é um problema muito sério porque os proprietários que compraram terras por preços aviltadíssimos na Amazônia dizem sempre: “agora a terra é minha e eu faço com ela o que quiser e quando quiser”. **Esse é o grande dilema da Amazônia em relação à destruição da cobertura vegetal para atividades ditas agropecuárias.** (AB’SÁBER, 2005, p.15, grifo nosso).

Vivemos uma época em que se fala muito de crise ambiental. Essa “crise ecológica planetária tem sua origem nos fundamentos e nos princípios de funcionamento do capitalismo”, e “desdobrados das consequências da organização política e econômica dos Estados burocráticos, inclusive a China”. Como “esses mecanismos estavam associados a uma importante elevação do nível de vida, embora preponderantemente nos países desenvolvidos, reflexos de cegueira coletiva prevaleceram”. Nesse sentido, o que vem ocorrendo é que “governos, empresas, partidos e sindicatos operários entenderam-se de forma tácita para silenciar as questões ecológicas. Hoje, a gravidade das agressões à biosfera é conhecida”. (CHESNAIS;SERFATI, 2003, p. 41).

Numa breve passagem pelos números de segurança e insegurança alimentar da Região Norte, observamos o comportamento nos anos de 2004 e 2006. O primeiro, resultado da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios- PNAD; o segundo, da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS.

Vemos que em 2004, a Região Norte ganha percentualmente da Região Nordeste, evitando que ocupasse a última posição (Tabela. 74)

Tabela 74 – Segurança Alimentar entre as Grandes Regiões – PNAD-2004.

Norte	47,9%
Nordeste	40,9%
Sudeste	69,4%
Sul	73,9%
Centro-Oeste	65,5%

Fonte: adaptado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. IBGE (2004).

Tabela 75 – Prevalência domiciliar de segurança alimentar e insegurança alimentar, segundo situação de residência e grandes regiões. PNDS 2006⁵⁵.

Situação	Regiões	No de domicílios na amostra	Segurança alimentar %	Insegurança Alimentar		
				Leve %	Moderada %	Grave %
Brasil*		12.718	62,5	23,1	9,7	4,7
	Urbano	8.906	63,8	22,9	8,8	4,5
	Rural	3.812	56,3	23,9	13,7	6,1
Grandes Regiões	Norte	2.079	47,1	23,5	16,1	13,3**
	Nordeste	2.475	45,4	28,4	18,7	7,5
	Sudeste	2.756	70,6	21,5	5,2	2,7
	Sul	2.780	74,9	17,8	4,6	2,7
	Centro-Oeste	2.628	65,9	23,8	7,2	3,1

Fonte: Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher. (PNDS) 2006 -

*Para 338 domicílios, a informação de SA/IA foi incompleta, impossibilitando a classificação.

** - Grifo nosso

Vale destacar que por menos de dois pontos percentuais⁵⁶ a Região Norte, ultrapassa a Nordeste em segurança alimentar, dando a ela a posição de penúltima entre as grandes regiões, ficando muito abaixo da média percentual nacional. Destacamos também, que a Região Norte possui o mais elevado percentual de Insegurança Alimentar Grave do Brasil(13,3%), com quase o dobro da segunda, o Nordeste. Dessa feita, encontramos como análise desses dados que, a “IA grave refere-se à restrição quantitativa da alimentação em tal magnitude que é possível afirmar que adultos e crianças residentes no domicílio passaram por alguma situação de fome nos três meses que antecederam a entrevista”(PNDS, 2006, p.207-208).

Evidenciamos na Tabela 76, informações do Pesquisa do Orçamento Familiares (POF) 2008-2009⁵⁷, recentemente publicadas pelo IBGE. Os dados indicam que a Região Norte é a que possui maior percentual de despesa de consumo comprometida com a alimentação. São 25,8% contra a média nacional de 19,8%, ficando a 1,6% acima da Região Nordeste, a segunda colocada em ordem

⁵⁵ A PNDS-2006 “tem como objetivo prover dados e análises para um amplo conjunto de indicadores de planejamento, monitoramento e avaliação de impacto nas áreas de população, saúde e nutrição de mulheres e crianças nos países em desenvolvimento” (PNDS, 2006, p.4).

⁵⁶ A diferença entre as duas regiões, em 2004, era de sete pontos percentuais. A diferença caiu para menos de dois pontos em 2006.

⁵⁷ POF 2008-2009 – “Os propósitos principais das Pesquisas de Orçamentos Familiares - POFs realizadas pelo IBGE são disponibilizar informações sobre a composição orçamentária doméstica e sobre as condições de vida da população, incluindo a percepção subjetiva da qualidade de vida, bem como gerar bases de dados e estudos sobre o perfil nutricional da população”(IBGE, 2010, p.10).

decrecente. E dentro da Região Norte, a maior despesa ficou com gastos relativos à habitação e a alimentação, em segundo.

Como compreender a realidade amazônica? Sem dúvida uma região de rara riqueza de alimentos naturais, mas que convive com dados que comprometem a alimentação de grande parte dos seus habitantes. Alimento e fome convivendo como um paradoxo. Recorremos novamente a Marx. Em passagens da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, temos que

Na medida em que a troca não é mais do que um momento mediador entre, por um lado, a produção e a distribuição que aquela determina e, por outro lado, o consumo - e dado que o próprio consumo aparece também como um momento da produção - é evidente que a troca se inclui na produção, e é também um seu momento. Em primeiro lugar, é evidente que a permuta de atividades e capacidades que ocorre no interior da produção faz diretamente parte desta última - é até um dos seus elementos essenciais. Em segundo lugar, o mesmo se aplica à troca de produtos, pois esta é um meio que permite fornecer o produto acabado, destinado ao consumo imediato (MARX, 1975, p.243).

Tabela 76 - Distribuição das despesas de consumo monetária e não monetária média por tipos de despesa, segundo a situação do domicílio e as Grandes Regiões - período 2008-2009

Distribuição das despesas de consumo monetária e não monetária média mensal familiar (%)											
Tipos de Despesa											
Situação do domicílio e Grandes Regiões	Alimentação	Habitacão	Vestuário	Transporte	Higiene e cuidados pessoais	Assistência a saúde	Educação	Recreação e cultura	Fumo	Serviços pessoais	Despesas Diversas
Brasil	19,8	35,9	5,5	19,6	2,4	7,2	3,0	2,0	0,5	1,1	2,9
Norte	25,8	33,6	7,4	16,5	3,6	4,9	2,4	1,9	0,4	1,1	2,5
Nordeste	24,2	32,8	6,5	18,2	3,1	6,5	2,8	1,8	0,4	1,1	2,4
Sudeste	18,3	37,2	4,9	19,5	2,1	7,9	3,4	2,1	0,6	1,2	2,9
Sul	18,5	35,0	5,9	21,9	2,2	7,0	2,5	2,0	0,6	0,9	3,4
Centro-Oeste	17,7	37,9	5,2	21,2	2,5	6,4	2,8	1,7	0,5	1,2	3,0

Fonte: adaptado de IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Orçamentos Familiares (2008-2009).

Temos então a troca como mediação entre produção e consumo. E é nesse momento que entendemos ou podemos explicitar o paradoxo existente. “Somente na sua última fase - o momento em que o produto é trocado para ser consumido imediatamente”, encontramos a independência da troca como algo “independente e exterior à produção e, por assim dizer, indiferente a esta”. Algumas observações são então possíveis: “não existe troca sem divisão do trabalho, quer esta seja natural, quer seja um resultado histórico; [...] a troca privada pressupõe a produção privada” por último que “a intensidade da troca, assim como a sua extensão e a sua estrutura, são determinadas pelo desenvolvimento e pela estrutura da produção”. Isso ocorre na “troca entre a cidade e o campo, a troca no campo, na cidade, etc.”. Sendo assim, “a produção compreende e determina diretamente a troca em todas as suas formas” (MARX, 1975, p. 243-244).

A produção de alimentos na região amazônica, como ficou evidente, seria mais que suficiente para alimentar adequadamente aos que nela vivem. Entretanto, isso não basta. “A conclusão a que chegamos”, diz Marx, “não é de que a produção, a distribuição, a troca e o consumo são idênticos; concluímos, sim, que cada um deles é um elemento de um todo, e representa diversidade no seio da unidade”. E completa:

Visto que se determina contraditoriamente a si própria, a produção predomina não apenas sobre o setor produtivo, mas também sobre os demais elementos; é a partir dela que o processo sempre se reinicia. E evidente que nem a troca nem o consumo podiam ser os elementos predominantes [...] Sem dúvida que a produção em sentido estrito é também determinada pelos outros elementos. Assim, quando o mercado - esfera da troca - se expande, a produção aumenta de volume e divide-se ainda mais. Quando o capital se concentra, ou quando se modifica a distribuição dos habitantes entre a cidade e o campo, etc., a produção modifica-se devido a essas modificações de distribuição. Por último, as necessidades de consumo influem na produção (MARX, 1975, p. 244).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começamos a tese referindo-nos a crise mundial de alimentos que estava em pleno curso à época que elaborávamos o projeto de pesquisa, em 2008. As manchetes dos meios de comunicação, naqueles dias, alertavam para os problemas de variada ordem que afligiam governos, a ONU, e ainda mais os menos capazes de acessar os alimentos por suas condições sociais e econômicas.

Pois bem, como coincidência, mas não por o acaso, ao fecharmos a redação da nossa tese, agora em 2010, reascenderam no mundo as luzes de alerta. Voltam à cena, os anúncios na grande imprensa de que a crise de alimentos está pairando sobre o planeta. Os sinais vêm das manifestações com protestos violentos na África, greves na Índia e do discurso da ONU sobre a alta dos preços dos alimentos fazendo ressurgir a crise de poucos anos atrás.

Na Amazônia, a fome é uma realidade histórica e social. Não é, portanto, um produto exclusivo de aspectos culturais dos que vivem na região, como querem alguns. Nem limitações naturais, climas desfavoráveis ou de pobreza dos solos, como afirmam outros.

É no tempo e na ordem da região e de suas mais variadas relações com o entorno local, nacional e internacional, que podemos encontrar as explicações do fenômeno.

Como vimos ao longo dos capítulos, a fome de muitos conviveu e convive com a fartura de alimentos na região. Historicamente, esse fato pode ser observado ainda quando da chegada dos conquistadores europeus. Estes, invariavelmente sofreram com penúrias de alimentos, como contavam seus relatos. Era sem dúvida uma privação diante de um banquete servido pela natureza. Mas tal situação mais lembra um plebeu diante da mesa de um nobre, que se priva da alimentação por não saber operar o talher. Assim eram esses forasteiros, que não sabiam manejar, não garfos ou facas, mas as maneiras possíveis de se capturar, pescar ou coletar as comidas certas.

As expedições padeciam. Eles não sabiam das habilidades, dos traquejos, necessários ao bom êxito de caças, pescas ou coletas, e nem mesmo qual peixe, mamífero ou fruta se podia levar á boca. Muito se parecia com a ideia de frutos proibidos. Fora isso, contavam com a sorte (ou com a falta dela) ao entrarem em um

rio ou em uma floresta. Feras, peçonhas, peixes carnívoros ou com descargas elétricas, frutos venenosos, correntezas traiçoeiras e terrenos ardilosos.

Mas aos poucos os de fora passaram por endoculturações. Com os nativos, nem sempre, ou melhor, raramente de forma pacífica, foram se assenhorando do lugar e de suas potencialidades, bem como de como conviver com o que no início se desenhava como barreiras ou impossibilidades.

Passaram a usufruir dos benefícios da natureza do lugar, mas acima de tudo se apropriaram dos saberes das gentes da região. Apreenderam os segredos das espécies e de como se livrar de armadilhas dos caminhos. Isso, grosso modo, constitui-se uma apropriação. Não que ninguém mais possa aprender e usar esses ensinamentos. Mas de como se usou e se usa esse aprendizado, dos fins que se destinam e da direção dos interesses na qual se movem as intenções e gestos humanos. É biopirataria! É saque aos saberes locais agregados de valores, estratégias, e percepções de como se pode viver pelas florestas, nas beiras de rios e de como transformar conhecimento em outras formas de riquezas.

Com o desenvolvimento da região, em suas variadas formas nas quais foi sendo apropriada pela conjugação dos interesses externos, com de alguns poucos internos, nas atividades de exploração da Amazônia, de seu potencial, detectamos os primeiros indícios da escassez de alimentos. estes aparecem na recorrência do termo de privação alimentar ou de penúria dos mais pobres, a partir do século XIX. Como citamos no primeiro capítulo, esse fato mereceu uma ironia britânica de Wallace (1979:25) e repetimos o trecho aqui: “Consegue-se peixe, às vezes, mas é muito caro [...]. O pão, feito de farinha de trigo dos Estados Unidos; a manteiga irlandesa ou americana, e outros produtos importados são comumente usados pela população branca”.

A obra de Josué de Castro foi um marco na questão da fome. Mas devemos convir que apesar de ter inovado a discussão, em primeiro lugar por ter exposto as feridas e em seguida pela renovação das perspectivas de se abordar o tema, sua limitação de interpretação é algo dado. É justo apresentarmos atenuantes a esses limites. Afinal, se ainda hoje os dados sobre a região se mostram não tão acessíveis, às vezes com pitadas de descrédito de exatidão, devemos imaginar essas informações à época das elaborações de Castro.

As causas apontadas por Josué de Castro para situação de catástrofe alimentar na Amazônia eram de um caráter determinístico, beirando ao preconceito.

Atribuía a um determinismo cultural a culpa pela desnutrição dos que vivem na Amazônia. Não saber comer, grosso modo, explicava a fome, uma lógica ao modelo do dito popular no qual o uso do cachimbo faz a boca torta.

Não podemos negar que há uma lógica nessa crença. Ao longo de várias conversas que travamos com diversas pessoas sobre o tema da tese, não raramente ouvíamos que os hábitos alimentares amazônicos explicavam que o costume era de se comer muito, mas de se alimentar pouco. É certo que essa lógica serve para explicar a fome na Amazônia, tanto quanto aquela que explicava que a Segunda Guerra Mundial teve como causa o fato de Hitler querer a guerra. Da mesma forma que Carr (2006), podemos dizer que ambas são verdades, mas que nada explicam.

O fenômeno é concreto, objetivo. É na materialidade da vida que encontramos as causas do fenômeno. Como já dissemos, é na estrutura social e histórica que encontramos os nexos mais plausíveis, conforme nos ensinam as preocupações metodológicas do antropólogo Wolf (2003). A fome não é consequência dos hábitos culturais. Se bem pudemos ver, em épocas variadas, a regra era a fartura proteica e energética em muitas mesas da região. A escassez nos pratos surge de diferenciações estruturais societárias preponderantes.

Isso ficou patente com as contabilidades que realizamos no terceiro capítulo sobre a produção de alimentos na Amazônia, e dos cálculos per capita protéico e energético. Detemo-nos, a certa altura, em analisar nove produtos alimentícios produzidos na região como prova que atenderiam e extrapolariam a carga diária média recomendada de 2.400 calorias/dia e de 52,6 gramas de proteína.

As análises empreendidas deixam patentes que se de um lado a fome está bastante presente na região amazônica, de outro aquela suspeita que isso se devia a uma escassez física de alimentos não procede. Ao contrário dessa suspeita, os alimentos existem em abundância, mais que suficientes para alimentar adequadamente a todos que habitam a região.

E como entender esse fato? A forma apresentada veio de um conceito seminal do marxismo, o metabolismo social. Recorremos a Foladori, que lembra-nos que o termo “metabolismo” não aparece gratuitamente. Ele tem por origem as ciências naturais. Procura enquadrar o comportamento humano como parte do mundo natural, ou seja, compreende a relação entre a sociedade humana e a natureza externa. Nos modos de produção anteriores ao capitalista seria como a

membrana celular, a sociedade, que vai se fazendo, historicamente, mais espessa. Nesse processo as relações com o mundo exterior são mediadas cada vez mais por coisas produzidas previamente –, “ao mesmo tempo que em seu interior os elementos que a compõem se separam em uma progressiva divisão social do trabalho” (FOLADORI, 2001).

Então, para se compreender a realidade amazônica é necessário levar em conta que de um lado ela é uma região rica em alimentos naturais, mas que convive com uma realidade social de comprometimento de grande parcela de seus habitantes. O alimento e a fome convivem numa realidade paradoxal. E como explicação temos em Marx (1975) a interpretação de que não devemos olhar somente o momento produção desses alimentos, bem como não devemos fazer somente com a troca destes. A produção não representa riqueza disseminada. Nem o consumo pode dar conta de qual realidade estamos tratando. A troca é mediação entre a produção e o consumo. Mas ela se apresenta no final como independente, mas que de fato ocorre nesse momento é a percepção de que essa troca se dá em realidades que objetivamente existe a divisão do trabalho, quer nas sociedades capitalistas e não-capitalistas. E quando essa troca assumiu na Amazônia um caráter privado (de mercado) sofreu mudanças de intensidade e na sua extensão estrutural. O modo de produção determina em última instância a distribuição da riqueza produzida.

Sabemos que muitos aspectos podem e precisam compor essa discussão. Lembremos abordagens importantes que podem acrescentar mais elementos para a interpretação da realidade amazônica, quanto à fome e o alimento na região. É o caso de se confrontar a economia extrativista e os *plantations* para verificar sob que aspectos um e outro contribuem com a produção de alimentos e na distribuição e consumos locais. Da mesma forma, caberia uma outra discussão, tratada amiúde ao longo da tese, mas de relevância considerável em épocas de alternativas energéticas. É o caso dos biocombustíveis e seus impactos sobre a produção de gêneros alimentícios devido à substituição de culturas pela força de mercado. E sem esquecer o papel da soja (e outros *commodities* da agricultura) sobre a alimentação humana, sua cadeia produtiva relacionada à questões ambientais e mesmo de uma economia pouco inclusiva, mas em pleno desenvolvimento na região amazônica. Isso sem esquecer dos arranjos genéticos (engenharia genética) sobre as sementes pelas poderosas corporações que as privatizam, assim como começam a fazer com

a biodiversidade a partir da biotecnologia. Essas são algumas, das várias discussões que ao tema se mostram pertinentes, e que poderão no futuro acrescentar mais substância a essa tese.

REFERÊNCIAS

A ONU reconhece emergência alimentar. **Le Monde**. 24 mar 2008. Disponível em: <<http://diplo.wordpress.com/2008/03/24/a-onu-reconhece-emergencia-alimentar>>. Acesso em: 27 abr. 2008.

ABRAMOVAY, Ricardo. A atualidade do método de Josué de Castro e a situação alimentar mundial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 3. n. 4, p.81-102 Jul./ dez. 1996.

ABb'SÁBER, Aziz: Problemas da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, 2005.

ACEVAP. **Evolução do peso do frango abatido em 25 anos**. Disponível em: <http://www.acev.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=695:evolucao-do-peso-do-frango-abatido-em-25-anos&catid=45:avicultura-frango&Itemid=37>. Acesso em: 29 jul. 2010.

AGASSIZ, Louis. 1807-1873. **Viagem ao Brasil: 1865-1866**. Tradução João Etienne Filho. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

AGROBIODIVERSIDADE e diversidade cultural. Brasília, DF: MMA; SBF, 2006.

ALVES FILHO, Armando. A Guerrilha do Araguaia. In:_____. et al. **Pontos de História da Amazônia**. 2. ed. rev. ampl. Belém: Paka-Tatu, 2000. v. 2.

_____. A Política dos Governos Militares na Amazônia. In:_____. et al. **Pontos de História da Amazônia**. 2. ed. rev. ampl. Belém: Paka-Tatu, 2000. v. 2.

_____. O Trabalho forçado na Amazônia colonial. In: _____. et al. **Pontos de história da Amazônia** .3. ed. rev. ampl. Belém: Paka-Tatu, 2001.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir ; GENTILI, Pablo (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.11.n. 29. p. 169, jan./abr.1997.

ANDRADE, Mário. **Macunaíma: o herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Martins, 1970.

ARAGON, Luis E. **Há futuro para o desenvolvimento sustentável na Amazônia?** Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/sti/indbrasopodesafios/coletanea/ofutamazonia/02LuisAragon.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

BAGÚ, Sergio. **Tiempo, realidad social y conocimiento**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.

BANERJEE, Subhabrata Bobby. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel (Org.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: UNAMAZ; UFPA; NAEA, 2006.

BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?. **Parcerias Estratégicas**. n. 12, set. 2001.

_____. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v.19, n. 53, 2005.

BENSUSAN, Nurit. **Seria melhor mandar ladrilhar?** Biodiversidade como, para que, por quê. Brasília, DF: UNB, 2002.

BEZERRA NETO, José Maia. A economia da Borracha e o Esforço de Guerra: Os soldados da Borracha na Amazônia. In:_____. et al. **Pontos de História da Amazônia**.2. ed. rev. ampl. Belém: Paka-Tatu, 2000. v. 2

_____. A Revolução no Pará. In: _____. et al. **Pontos de história da Amazônia** .3. ed. rev. ampl. Belém: Paka-Tatu, 2001.

_____. A conquista Portuguesa da Amazônia. In: _____. et al. **Pontos de história da Amazônia** .3. ed. rev. ampl. Belém: Paka-Tatu, 2001.

_____. Escravidão negra no Grão-Pará (Sécs.XVII-XIX). In: _____. et al. **Pontos de História da Amazônia** .3. ed. rev. ampl. Belém: Paka-Tatu, 2001.

BIOCOMBUSTÍVEL de alimento cria problema moral-diretor do FMI. **Agência Reuters**. 18 abr. 2008. Disponível em:

<<http://br.reuters.com/article/topNews/idBRB92130320080418>>. Acessado em: 27 abr. 2008.

BLOCH, Marc. A Alimentação Humana e o Intercambio Mundial segundo os Debates de Hot Springs. Entre Passado e Futuro. **Revista de História Contemporânea**. São Paulo, n. 3, abr. 2003.

BRASIL. Lei n.º 6.151, de 4 de dezembro de 1974. II PND: II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979).Belém, DF, 6 dez. 1974

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Convenção sobre diversidade Biológica:** Conferência para Adoção do Texto Acordado da CDB- Ato Final de Nairobi. Brasília, DF: MMA; SBF, 2000. (Biodiversidade, 2)

_____. _____. **Política nacional de biodiversidade:** roteiro de consulta para elaboração de uma proposta. Brasília: MMA; SBF, 2000.

_____. _____. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Antônio Carlos Diegues e Rinaldo S.V. Arruda (Org.). Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

_____. _____. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de alimentação e nutrição.** 2. ed. rev. Brasília, DF, 2003.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **PNDS 2006.** Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher Relatório Versão preliminar. Brasília, DF: 2008

_____. _____. _____. **Glossário temático: alimentação e nutrição** 2. ed. Brasília, DF, 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ascom/index.php?cut=aHR0cDovL2FwbGljYWVvZXMubWRzLmdvdi5ici9zYWdpL2FzY29tL2dlcmFyL2luZGV4LnBocA==&def=v>>. Acessado em: 15 jul. 2010.

_____. Ministério de Integração Nacional. Ministério do Meio Ambiente Plano Amazônia Sustentável- PAS. Brasília, DF, 2004

BOITO JUNIOR, Armando. **As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil:** sujetos sociales y nuevas formas de protesta. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/caeta/PIICdos.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

BOSERUP, Ester. **Evolução agrária e pressão demográfica.** São Paulo: Hucitec, 1987.

BOXER, Charles R. **O Império marítimo português.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BUENO, Eduardo. Introdução. In: STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil:** primeiros registros sobre o Brasil. Tradução Angel Bojadsen. Porto Alegre: L & PM, 2008.

CAMPOS, Flávio de. **História ibérica:** apogeu e declínio. São Paulo: Contexto, 1991.

CAMPINO, A. C. C. Aspectos socioeconômicos da desnutrição no Brasil. **Rev. Saúde pública.** S. Paulo, v. 20, p.83-101, 1986.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Epistemologia pós-moderna: a visão de um historiador. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.), **Teoria e educação no labirinto do capital.** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____. **Um historiador fala de teoria e metodologia:** ensaios. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____. Tempo e História. In: _____. **Um historiador fala de teoria e metodologia**: ensaios Bauru: EDUSC, 2003.

CARNEIRO, Henrique. **Filtros, mezinhas e triacas**: as drogas do mundo moderno. São Paulo: Xamã, 1994.

CARNEIRO, Robert L. A Theory of the Origin of the State. **Science**, v. 169, n. 3947, p.733-738. 1970.

_____. O Uso do solo e classificação da floresta. In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). **Suma etnológica brasileira**. 3. ed. Belém: UFPA, 1997.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e sociedade**: uma história da alimentação, Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CARR, Edward Hallet. **O que é História?** São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: Global, 2004.

CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro:2006.

CASTRO, Mauro. et al. Cultura alimentar e mercúrio no Tapajós: um estudo de caso sobre a Reima. In: ENCONTRO DA ANPPAS. 3., 2006. Brasília, DF. **Anais...12** maio. 2006 Disponível em:
<http://www.unites.uqam.ca/gmf/caruso/doc/caruso/castro/castro_et_al_2006.pdf .
Acesso em: 12 maio. 2010.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CHERNELA, Janet M. Os Cultivares de Mandioca na Área do Uaupés (Tukâno). In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). **Suma etnológica brasileira**. 3. ed. Belém: UFPA, 1997.

_____. Pesca e Hierarquização Tribal no Alto Uaupés. In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). **Suma etnológica brasileira**. 3. ed. Belém: UFPA, 1997.

CHESNAIS, F; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n.16, mar. 2003.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

ACUNÃ, Cristóbal de, sacerdote, 1597-1675. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. Tradução de Helena Ferreira; revisão técnica de Moacyr Werneck de Castro; revisão de José Tedin Pinto.- Rio de Janeiro: Agir, 1994.

CUNHA, Euclides da.. **Um paraíso perdido**: reunião de ensaios amazônicos. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2000.

COOPER, John M. Estimulantes e Narcóticos In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). **Suma etnológica brasileira**. 3. ed. Belém: UFPA, 1997.

COSTA, Francisco de Assis. **A Formação agropecuária da Amazônia**: desafios do Desenvolvimento Sustentável. Belém: UFPA; NAEA, 2000.

_____. **Grande capital e agricultura na Amazônia**: a experiência Ford no Tapajós. Belém: UFPA, 1993

D'ARAUJO, Maria Celina. **Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais**: a experiência dos anos 50. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_19/rbcs19_05.htm> Acesso em: 29 jul. 2010.

DANIEL, JOÃO, Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. v.1.

DAY, John. **Publication of Guiana's Plantation (1632)**. In: PAPAVERO, Nelson. et.al.. O novo Éden: a fauna da Amazônia Brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzon [1.500] até o Tratado de Santo Idelfonso [1.777]. 2. Ed. Belém: MPEG. 2002. (Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. p. 135, 137- 139).

DE novo o espectro da fome. **Diário de Notícias**. 30 abr. 2008. Disponível em: <http://dn.sapo.pt/2008/04/30/editorial/de_novo_o_espectro_fome.html> Acesso em: 27 abr. 2008.

DIAS, Claudete Maria Miranda. Balaiada: a guerrilha sertaneja. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 5, p. 73-88. nov. 1995

DIEGUES, Antonio Carlos. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

DJAVAN. **Esquinas**. [S. l.]: Luanda Edições Musicais, Disponível em: <www.djavan.com.br>. Acesso em: 5 abr. 2007.

DRUMMOND, José Augusto. Natureza rica, povos pobres? questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea. **Ambiente & Sociedade**, v. 5, n. 10, 1, semestre, 2002.

EL ESTADO de la inseguridad alimentaria en el mundo, 2008: los precios elevados de los alimentos y la seguridad alimentaria: amenazas y oportunidades. Roma: FAO, 2008.

EMPREGO, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: **A experiência brasileira recente**. Brasília, DF: CEPAL; PNUD; OIT, 2008.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Duhring**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ENRIQUEZ, Gonzalo V. **A trajetória tecnológica dos produtos naturais e biotecnológicos derivados na Amazônia**. Belém: UFPA; NUMA, 2001.

EVOLUÇÃO do IDH das Grandes Regiões e Unidades da Federação. **Boletim Regional do Banco Central do Brasil**, 2009. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2009/01/br200901b1p.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

FALLA dirigida a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas em 1 de outubro de 1857 pelo presidente da província, Angelo Thomaz do Amaral. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1858. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/65/> . Acesso em: 7 abr. 2010.

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. tenente coronel José Clarindo de Queiroz, presidente da província do Amazonas, abriu a 1ª sessão da 15ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, 31 de março de 1880. Manaus, Typ. do Amazonas, 1880. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/91/>>. Acesso em: 6 abr. 2010.

FAO: escassez de alimentos pode gerar guerras civis. **A tarde on line**. 25 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/economia/noticia.jsf?id=873323>> Acesso em: 27 abr. 2008.

FEARNSIDE, Philip M.; LAURANCE, William F. O futuro da Amazônia: os impactos do Programa Avança Brasil. **Ciência Hoje**. v. 31, n. 182. 2002.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica**: pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Brasília, DF: Conselho Federal de Cultura, 1974.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio**: século XXI : eletrônico. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lexikon Informática. 1999.

FERRI, Mario Guimarães. Apresentação. In: NERY, Frederico José de Santa-anna. **O país das amazonas** Tradução Ana Mazur Spira; apresentação Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

_____. _____. In: AGASSIZ, Louis Mendonça. **Viagem ao Brasil**: 1865-1866. tradução de João Etienne Filho, apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: EDUSP, 1975.

FOLADORI, Guillermo. Sustentabilidad ambiental y contradicciones Sociales. **Ambiente & sociedade**. Ano 2, n. 5, 2 semestre, p 19-34, 1999.

_____. O Metabolismo com a Natureza. **Crítica Marxista**. n. 12. p. 105-117, Maio 2001.

_____; TAKS, Javier. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **Mana**. v.10, n. 2, p. 323-348,2004.

FOLLARI, Roberto A. Interdisciplina e Dialética: Sobre um Mal-entendido. In: JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio. **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis: Vozes, 1995.

FOSTER, J. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Tradução de Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRANCE's answer to global food crisis is EU protectionism. Times on line. 15 abr 2008. Disponível em: <<http://www.timesonline.co.uk/tol/news/world/europe/article3746899.ece>>. Acesso em: 27 abr. 2008.

FRANZOLIN, Raul; SILVA, Juliano Roberto da. Níveis de Energia na Dieta para Bubalinos em Crescimento Alimentados em Confinamento. Características da Carcaça. **Rev. Bras. Zootec.**, v. 30, n. 6, p.1880-1885, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio. **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis: Vozes, 1995.

FUNASA. **Vigilância alimentar nutricional**. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/Web%20Funasa/vigisus/startVigisus/van_intervencoesparcerias.html>. Acesso: 12 ago.2010.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Nacional, 1976.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

GODELIER, Maurice. Os fundamentos do pensamento selvagem. In: CARVALHO, Edgar de Assis. **Godelier: antropologia**. [S. l.]: Ática, 1981.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

HARVEY, David. **El neoliberalismo como destrucción creativa**. Rebelión. Disponível em: <http://www.correntoig.org/IMG/pdf/El_neoliberalismo_como_destruccion_creativa.pdf>. Acesso: 10 ago.2010.

HEIZER, Robert F. Venenos de Pesca. In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). **Suma etnológica brasileira**. 3. ed. Belém: UFPA, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 13. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. 3. ed. In: SOUZA, H. Inglez. **O Missionário**. [S. l.]:Ediouro, [1987].

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **História da agricultura na Amazônia**: da era pré-colombiana ao terceiro milênio. Brasília, DF: EMBRAPA, 2003.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Tradução Waltensir Dutra. 21. ed. rev. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

HUE, Sheila Moura. Introdução. In: KNIVET, Anthony. **As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet**. Tradução Vivien Kogut Lessa de Sá. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

IBGE. **Indicadores**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#indicadores>. Acesso: 20 jul. 2010.

ÍNDIOS da Amazônia morrem de fome e diarreia. Disponível em: <<http://www.paragonbrasil.com.br/news.php?id=2157>>. Acesso em: 12 ago.2010.

KERR, Warwick E. Agricultura e seleções genéticas de plantas. In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). **Suma etnológica brasileira**. 3. ed. Belém: UFPA, 1997.

JOHNSON, Alien W.; EARLE, Timothy. **The evolution of human societies**. From Foraging Group to Agrarian State. California:Stanford University Press, 1987.

KARASCH,Mary. Manioc. In: KIPLE, Kenneth F; ORNELAS Kriemhild Coneè. **The cambridge world history of food**. New York: Cambridge University Press, 2000.

KLEIN, Julie Thompson. **Interdisciplinarity**: history, theory and practice. Detroit: Wayne State University Press, 1990.

KNIVET, Anthony. **As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet**. (Org.) Sheila Moura Hue; tradução Vivien Kogut Lessa de Sá. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

KOHLHEPP, Gerd. **Desafios do desenvolvimento regional entre sustentabilidade e mega-programas econômicos**: o caso da Amazônia brasileira. Disponível em: <http://www.rimisp.org/FCKeditor/UserFiles/File/documentos/docs/pdf/nexos_pobreza_degradacion.pdf>. Acesso: 12 jul. 2010.

LABURTHE-TOLRA,Philippe; WARNIER, Jean-Pierre. **Etnologia-antropologia**, tradução de Anna Hartmann Cavalcante. Petrópolis: Vozes,1997.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de.**Viagem na américa meridional descendo o rio das Amazonas**.Brasília, DF: Senado Federal, 2000.

LEGISLAÇÃO sobre a criação da Amazônia Legal - ADA. Disponível em: <http://www.ada.gov.br/index.php?Itemid=83&id=114&option=com_content&task=view>. Acesso em: 12 ago. 2010.

LA INSEGURIDAD Alimentaria en el mundo 2008. Roma: organización de las Naciones Unidas para la agricultura y la alimentación, 2008 In: LAPLATINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LAPLATINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LARA, Tiago Adão. **Caminhos da razão no ocidente**: a filosofia ocidental, do renascimento aos nossos dias. Petrópolis: Vozes, 1988.

LEITÃO FILHO, Hermógenes de Freitas. Considerações sobre a florística de florestas tropicais e sub-tropicais do Brasil . **IPEF**, n. 35, p. 41-46, abr.1987. Disponível em: <<http://www.ipef.br/PUBLICACOES/SCIENTIA/nr35/cap02.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1988.

_____. O uso das plantas silvestres da América do Sul Tropical. In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). **Suma etnológica brasileira**. 3. ed. Belém: UFPA, 1997.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental - sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, 2005.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Prefácio. In: ACUNÃ, Cristóbal de, sacerdote, 1597-1675. **Novo descobrimento do grande rio das Amazonas**. Tradução de Helena Ferreira; revisão técnica de Moacyr Werneck de Castro; revisão de José Tedin Pinto. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

LITTLE, Paul. Etnoecologia e Direitos dos Povos: elementos de uma nova ação indigenista. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARROSO-HOFFMANN, Maria. **Etnodesenvolvimento e políticas públicas**: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**. v. 16, n.45, 2002.

_____. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**. 5. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. De Marx ao Ecosocialismo. In: SADER,E; GENTILI,P. **Pós-Neoliberalismo: Que Estado para que democracia?**. Petrópolis: Vozes, 1999.

LULA pede estudo sobre crise de alimentos. **O Estado de S. Paulo**. 21 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/busca/Lula%20pede%20estudo%20sobre%20crise%20de%20alimentos>>. Acesso em: 24 abr. 2008.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 53-92, set./dez. 2005.

MAGGI diz que remédio para a crise da comida é promover o desmatamento. **24horas news**. 25 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.24horasnews.com.br/index.php?tipo=ler&mat=252656>>. Acesso em: 27 abr. 2008.

MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. **Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros**: 1844. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

MARTINS, Ignez Salas. Índice de Qualidade do Alimento: uma medida da qualidade e da adequação de dietas. **Rev. Saúde Públ.** São Paulo, v.16, p. 329, 1982.

_____. Requerimentos de Energia e Nutrientes da População Brasileira. **Rev. Saude Públ.**, S. Paulo. v.13 p. 1-20, 1979. supl.1

MANN Charles C. Native American History Colonial Period. **Smithsonian Magazine**. 2005. Disponível em: <<http://www.smithsonianmag.com/history-archaeology/squanto.html>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

MANUAL de Nutrição Profissional. Disponível em: <http://www.diabetes.org.br/attachments/550_Manual_Nutricao_profissional1.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2010.

MARX, Carlos. **Contribución a la crítica de la economia política**. Habana: Ciências Sociais, 1975.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. 2. reimp. São Paulo: Boitempo, 2008.

MELO, F. **O problema alimentar no Brasil**: a importância dos desequilíbrios tecnológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina**: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. Brasília, DF: Senado Federal; Conselho Editorial, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo César Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MILLER, D. S. e PAYNE, P. R. Weight Maintenance and Food Intake. **The Journal of Nutrition**. Disponível em: <<http://jn.nutrition.org/cgi/reprint/78/3/255.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2010.

MINTZ, Sidney W. Comida e Antropologia: Uma Breve Revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 16, n. 47, p. 31-41, 2001.

MITOLOGIA Grega: Deméter [ou Demetra]. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/MGDemete.html>>. Acesso em: 18 jul. 2010.

MAYOR, PE. João de Sotto. Diário da jornada que o fez ao Pacajá em 1656. In: PAPAVERO, Nelson. et.al. **O novo Éden**: a fauna da Amazônia Brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzon [1.500] até o Tratado de Santo Idelfonso [1.777]. Belém: MPEG, 2002

MENSAGEM de 1923. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u402/>>. Acesso em: 18 de fev. de 2010.

MENSAGEM de 1925. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1046/>>. Acessado em: 28 fev. de 2010.

MONTANARI, Massimo. **A fome e a abundância**: história da alimentação na Europa. Bauru: EDUSC, 2003.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 24, 1995.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2008.

NASCIMENTO, Durbens Martins. **A guerrilha do araguaia**: paulistas e militares na Amazônia. 2000. 183 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do desenvolvimento)- Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém: UFPA; NAEA, 2000.

NERY, Frederico José de Santa-anna. **O país das amazonas**. Tradução Ana Mazur Spira; apresentação Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

NEVES, José Luis. Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração**. São Paulo. p. 1-5. v.1, n. 3, 2 semestre, .1996.

THE WORLD Food Crisis. **New York Times**. 10 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2008/04/10/opinion/10thu1.html>>. Acesso em: 27 abr. 2008.

NOGUEIRA, Maria Dina. Mandioca e Farinha: Identidade Cultural e Patrimônio Nacional. In: MMA. **Agrobiodiversidade e diversidade Cultural**. Brasília, DF: MMA; SBF, 2006.

NOTÍCIAS da ilha grande de Joannes dos rios e igarapés que tem na sua circunferência, de alguns lagos que se tem descoberto e algumas coisas curiosas. In: PAPAVERO, Nelson. et.al. **O novo éden**: a fauna da Amazônia Brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzon [1.500] até o Tratado de Santo Idelfonso [1.777]. Belém: M P E G, 2002.

NUNES, Diogo. Carta de Diogo Nunes a D. João III de Portugal. In: PAPAVERO, Nelson.et.al. **O novo Éden**: a fauna da Amazônia brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzon [1.500] até o Tratado de Santo Idelfonso [1.777]. Belém: M P E G, 2002.

OLIVEIRA, Ana Mayra A. de et al. Sobrepeso e Obesidade Infantil: Influência de Fatores Biológicos e Ambientais em Feira de Santana, BA. **Arq Bras Endocrinol Metab** v 47, n 2, abr. 2003

OLIVEIRA, Augusto. Duas Margens de uma História de Além-mar: As origens históricas da apropriação da biodiversidade amazônica. In: OLIVEIRA, Augusto; RODRIGUES, Randolfe (Org.). **Amazônia, Amapá**: escritos de História. Belém: Paka-Tatu, 2009.

ONU pede recursos para lidar com a crise de alimentos. **Agência Estado**. 25 abr. 2008.

PAPAVERO, Nelson. et.al.. *O novo Éden: a fauna da Amazônia Brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzon [1.500] até o Tratado de Santo Idelfonso [1.777]*. Belém: MPEG. 2002

PESQUISA de orçamentos familiares 2008-2009: despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

PESQUISA de Orçamentos Familiares –POF. 2002-2003: análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2004.

PESQUISA Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher. Relatório: Versão preliminar (PNDS) 2006. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008.

PEZZUTI, J. C. B.. Tabus alimentares. In: BERGOSSI, A. (Ed.) **Ecologia de pescadores da Mata atlântica e da Amazônia**. Rio de Janeiro: Hucitec, 2004. p. 167-186.

PLANO Amazônia Sustentável – PAS. v. 1. **Diagnóstico e estratégia**. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional-Ministério do Meio Ambiente, 2004.

PESQUISA Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher: relatório: versão preliminar. Brasília, DF: **PNDS- 2006**. São Paulo: CEBRAP, 2008.

POPKIN, Barry M. Obesity. Developing Countries: biological and ecological factors. **The journal of nutrition**. Disponível em: <<http://jn.nutrition.org/cgi/reprint/131/3/871S>>. Acesso em: 8 jul. 2010.

PORRO, Antonio. **O povo das águas**: ensaios de etno-história amazônica. RJ: Vozes, 1995.

POSEY, Darrell A. Manejo da Floresta Secundária, Capoeiras, Campos e Cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). **Suma etnológica brasileira**. 3. ed. Belém: UFPA, 1997.

_____. Etnobiologia: Teoria e Prática. In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). **Suma etnológica brasileira**. 3.ed. Belém: UFPA, 1997.

PRADO JUNIOR. Caio. **História e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PRAMCE, Ghilleen T. Etnobotânica de algumas Tribos Amazônicas In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). **Suma etnológica brasileira**. 3. ed. Belém: UFPA, 1997.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. **A investigação da natureza no Brasil colônia**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PRODUTOS alterados geneticamente se beneficiam com a "crise do arroz". **Folha on line**. 27 abr 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u396167.shtml>>. Acesso em: 27 abr. 2008.

REDCLIFT, Michael R. Os novos discursos da sustentabilidade. In: FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel (Org.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: UNAMAZ; UFPA; NAEA, 2006.

REDE Interagencial de Informação para a Saúde –RIPSA.: indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações 2. ed. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saude, 2008.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982.

RIBEIRO, Pérola. et al. Tabelas de composição química de alimentos: análise comparativa com resultados laboratoriais. **Rev Saúde Pública**, v. 37, n. 2, p. 216-25. 2003.

RELATÓRIO apresentado á Assembleia Legislativa da província do Amazonas na sessão ordinária do 1.o de outubro de 1864, pelo Dr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, presidente da mesma província. Pernambuco, Typ. de Manoel Figueiroa de Faria & Filho, 1864. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/73/>>. Acesso em: 6 abr. 2010.

RELATÓRIO que á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas apresentou na acta da abertura das sessões ordinarias de 1871, o presidente, b.el José de Miranda da Silva Reis. Manáos, Typ. do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1871. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/80>>. Acesso em: 7 abr. 2010.

RELATÓRIO apresentado ao Exm. Sr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides pelo Exm. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, por ocasião de passar-lhe a administração da província do Pará, no dia 17 de janeiro de 1875. Pará, [Typ. de F.C. Rhossard], 1875. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/543/>>. Acesso em: 28 fev. 2010.

REUTERS. 18 abr. de 2008. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/topNews/idBRB92130320080418>>. Acesso em: 27 abr. 2008.

RIBEIRO, Berta G. **Amazônia urgente**: 5 séculos de história e ecologia/ projeto conceitual, textos e seleção de iconografia. Ribeiro- Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1990.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica**: pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá: Conselho Federal de Cultura, 1974.

ROJAS, Alonso. Relación del Descubrimiento del Rio de las Amazonas. In: PAPAVERO, Nelson. et.al. **O novo Éden**: a fauna da Amazônia Brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzon [1.500] até o Tratado de Santo Idelfonso [1.777]. Belém: MPEG, 2002

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de o capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.

RURAL CENTRO. **Evolução do peso médio do frango no Brasil entre 2000 e 2010**. Disponível em: <<http://www.ruralcentro.com.br/noticias/24857/evolucao-do-peso-medio-do-frango-no-brasil-entre-2000-e-2010>>. Acesso em: 29 jul 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício de experiência. [S. l.: s.n.], [19-?]. p. 55-117.

SAWAYA, Ana Lydia. Desnutrição: consequências em longo prazo e efeitos da recuperação nutricional. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 58, 2006

SEAWARD, M,R.D. Richard Spruce, botânico e desbravador da América do Sul. **História, Ciências, Saúde**: Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2 jul./out. 2000.

SERE, Carlos.Los Nexos entre La Pobreza y La Degradacion de los Recursos Naturales em America Latina. Disponível em: <http://www.rimisp.org/FCKeditor/UserFiles/File/documentos/docs/pdf/nexos_pobrez_a_degradacion.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2010.

SERRA, Mauricio Aguiar; FERNANDEZ, Ramón Garcia. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 23, p. 107-131, jul./dez. 2004.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2007. SAUER, Carl O. As Plantas Cultivadas na América do Sul Tropical. In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). **Suma etnológica brasileira**. 3. ed. Belém: UFPA, 1997.

SEYFFARTH, Anelena Soccal; LIMA, Laurenice Pereira; LEITE, Margarida Cardoso Leite. **Abordagem nutricional em diabetes mellitus**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2000.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. tradução Laura Cardellini Barbosa de Oliveira; Prefácio de Hugh Lacey; Marcos Barbosa de Oliveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SILVA, Fábio Carlos. Raízes Amazônicas, Universidade e Desenvolvimento Regional. In: MELLO, A. F. (Org.). **O futuro da Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2002.

SYLVEIRA, Symão Estácio. Intento da Jornada do Pará (1618). In: PAPAVERO, Nelson. et.al. **O novo Éden**: a fauna da Amazônia Brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzon [1.500] até o Tratado de Santo Idelfonso [1.777]. Belém: MPEG, 2002

SOCIEDADE. Campinas. v,11, n.2. p. 389-404. jul. /dez. 2008.

SOUZA JÚNIOR, José Alves. A Adesão do Pará à Independência. In: _____. et al. **Pontos de história da Amazônia**. 3. ed. rev. ampl. Belém: Paka-Tatu, 2001.

_____. A revolução de 30 no Pará: a 1ª Interventoria de Magalhães Barata (1930-1935). In: _____. et al. **Pontos de história da Amazônia**. 2. ed. rev. ampl. Belém: Paka-Tatu, 2000. v. 2.

_____. O Projeto Pombalino para a Amazônia e a “Doutrina do Índio-cidadão”. In: _____. et al. **Pontos de história da Amazônia**. 3. ed. rev. ampl. Belém: Paka-Tatu, 2001.

SOUZA, Márcio. **Breve história da Amazônia**: a incrível história de uma região ameaçada contada com o apaixonado conhecimento de causa de um nativo. 2 ed., revista e ampliada. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

SOUZA, Inglês. **O Missionário**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. [S. l.]: Instituto Histórico do Brasil, 1851.

STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil**: primeiros registros sobre o Brasil. Tradução Angel Bojadsen. Porto Alegre: L & PM, 2008.

TACO: tABELA brasileira de composição de alimentos. Campinas: NEPA; UNICAMP, 2004.

TARDIDO, Ana Paula; FALCÃO, Mário Cícero. O impacto da modernização na transição nutricional e obesidade. **Ver. Bras. Nutr. Clin.** v. 21, n. 2, p. 117-24, 2006.

FAO: escassez de alimentos pode gerar guerras civis. **A Tarde on line.** 25 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/economia/noticia.jsf?id=873323>> Acesso em: 27 abr. 2008.

TAXA de prevalência de hipertensão arterial. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2008/d27b.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2010.

TERMINOLOGIA sobre Alimentos e Nutrição: definição de alguns termos e expressões de uso corrente.[S. l.]:OMS; FAO, 1984

THANKSGIVING Day: dia de ação de graças. Disponível em: <http://www.bewise.com.br/novo/index.php?option=com_content&view=article&id=215:thanksgiving-day-dia-de-acao-de-gracas&catid=24:artigos&Itemid=22>. Acesso em: 18 jul. 2010.

THE WORLD Food Crisis. **New York Times.** 10 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2008/04/10/opinion/10thu1.html>>. Acesso em: 27 abr. 2008.

THÉRY, Hervé. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Estudos Avançados.** v. 19, n. 53, 2005.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia:** natureza, homem e tempo. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: Civilização Brasileira, 1982.

_____. Secretária de Indústria e Comércio. Disponível em: <<http://sic.to.gov.br/conteudo.php?id=39>>. Acesso em: 14 ago. 2010.

TRIGO, M. et al. Tabus alimentares em região do Norte do Brasil. **Rev. Saúde pública.** São Paulo, v. 23, p. 455-64, 1989.

WOLF, Eric R. **Antropologia e poder.** Organizado por Bela Feldaman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro; tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: EDUNB; Imprensa oficial do Estado de São Paulo; UNICAMP, 2003.

WALLACE, Alfred Russel. 1823-1913. **Viagem pelos rios Amazonas e Negro.** Tradução: Eugênio Amado; apresentação Mário Guimarães Ferri..Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.

WOLFF, Simone. **Legislação ambiental brasileira:** grau de adequação à Convenção sobre Diversidade Biológica. Brasília, DF: MMA, 2000. (Biodiversidade, 3)

VAZ, Fabiano Nunes et al. Características de Carcaça e da Carne de Novilhos e Novilhas Super Jovens, terminados com suplementação em Pastagem Cultivada . **Ci. Anim. Bras.,** Goiânia, v. 11, n. 1, p. 42-52, jan./mar. 2010.

XIMENES, Tereza. Capital social, redes sociais e inovações produtivas. **Ambiente e Sociedade**. Campinas. v,11, n. 2. p. 389-404. jul./dez. 2008.

_____. Division of labor and resource management in eastern Pará, Brazil. **Agriculture and human values**. v.1, n. 8, p.49-56. 2001.

YÁÑEZ, Enrique Alejandro; et al. Restrição alimentar em caprinos: rendimento, cortes comerciais e composição da carcaça. **Rev. Bras. Zootec.**, v.35, n.5, p.2093-2100, 2006.

UGÁ, Vivian Domínguez. A Categoria “Pobreza” nas Formulações de Política Social do Banco Mundial. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 23, p. 55-62, nov. 2004.

URGE frenar precios de alimentos para evitar mayor pobreza: Japón y la EU. **FAO**. Disponível em: <https://www.fao.org.br/vernoticias.asp?id_noticia=275> Acesso em: 28 abr. 2008.